

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANTONIO CARLOS PICINATTO

**DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DO CRÉDITO RURAL NA AGRICULTURA
FAMILIAR: Uma abordagem da Teoria Histórico Cultural da Atividade**

CURITIBA

2017

ANTONIO CARLOS PICINATTO

**DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DO CRÉDITO RURAL NA AGRICULTURA
FAMILIAR: Uma abordagem da Teoria Histórico Cultural da Atividade**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, linha de pesquisa Ruralidades Ambiente e Sociedade, Universidade Federal do Paraná.

Orientador:
Prof. Dr. Manoel Flores Lesama
Co-orientador:
Prof. Dr. Marco Antonio Pereira Querol

CURITIBA

2017

P593 Picinatto, Antonio Carlos

Desafios ao desenvolvimento do crédito rural na agricultura familiar: uma abordagem da teoria histórico cultural da atividade / Antonio Carlos Picinatto. Curitiba: 2017.

434 f. il.

Orientador: Manoel Flores Lesama

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós - Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

1. Crédito agrícola. 2. Crédito rural. 3. Agricultura familiar. 4. Economia agrícola. 5. Cooperativismo de crédito. I. Lesama, Manoel Flores. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós - Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. III. Título.

CDU 336.77:631.115.6



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

Ata da sessão pública da arguição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento nº 142. Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dezessete, às 14h00 na Sede do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos doutores: Manoel Flores Lesama (orientador-UFPR/Litoral/PPGMADE), Valdir Frigo Denardin (UFPR/Litoral/PPGMADE), Carlos Alberto Cioco Sampaio (UP/PPGMADE), Olivo Dambros (UTFPR/Pato Branco) e Flavia Fazon (SEED/PR) para arguição da tese de doutorado apresentada pelo candidato **Antonio Carlos Picinatto** intitulada "*Desafios ao Desenvolvimento do Crédito Rural na Agricultura Familiar: uma abordagem da teoria histórico cultural da atividade*". A sessão teve início com o Professor Manoel Flores Lesama na presidência dos trabalhos. Em seguida foi concedida a palavra a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições. O doutorando apresentou sua defesa. Na seqüência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação do candidato. Em seguida, o senhor Presidente declarou aprovado o doutorando, que recebeu o título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 16 de março de 2017.

Dr. Manoel Flores Lesama

Dr. Valdir Frigo Denardin

Dr. Carlos Alberto Cioco Sampaio

Dr. Olivo Dambros

Dra. Flavia Fazon

Dedico esta Tese aos meus pais Artemio Picinatto e Adelina Odorissi Picinatto.

Dedico ao meu pai, por reconhecer que sua função social de alfaiate, me proveu do essencial, libertou-me das amarras de convenções restritivas, para que eu pudesse agir conforme meu sentimento na função de agrônomo exclusivo para construir agriculturas de base ecológica em colaboração com Pequenos Agricultores Familiares. Disciplinado com conhecimentos oriundos das corporações de ofício, aprendeu, praticou e se apropriou das técnicas artesanais, suficientemente para me vestir e investir nesta Tese.

Dedico à minha mãe, por reconhecer sua função familiar objetivada para a educação escolar dos filhos, o que me conduziu ao doutorado. Além de impelir-me enfaticamente rumo ao doutoramento, seu apoio foi prático e funcional. Quando da morte do meu pai, no período de doutorado, ela readequou o espaço de trabalho: "Não é mais alfaiataria!". Assim, o espaço foi convertido no escritório, que neste momento de escrita dedicada aos meus pais, abriga às ferramentas que propiciam o ofício de construção da Tese, que mantém viva a cultura milenar dos meus antepassados, que intuíram possibilidades de viver com autonomia, mantendo e desenvolvendo seus conhecimentos locais e suas mãos firmes acariciando a terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colaboradores da comunidade cooperativa pesquisada. Ao atribuírem sentido às suas ações, vocês avivaram ideais libertários dos Pequenos Agricultores Familiares. **Obrigado**, aos praticantes de ATER Agroecológica, Lindomar Schimitz e Dair Ferron, por me situarem no contexto; ao cooperado da Cooperfronteira José A. Zarth Soares e Geovani M. Dinon da BM Assessoria, por relatos de seus trabalhos; ao Marcos O. Kempf da Central Cresol Baser por conceder videografia sobre o SIC MOB; ao Luis Possamai por conceder entrevista quanto à UNICAFES. **Obrigado** aos pares de trabalho Vanderley Ziger e José C. Vandresen (Infocos); Eloibisio S. de Siqueira e Itamar Schuck (Central Cresol Baser/Cooperfronteira); Ivori Fernandes e Nilceu Kempf (Unicafes); Antoninho Godinho e Diva Catelani (Cresol Francisco Beltrão); Olivo Dambros e Christophe de Lannoy (Cooperiguaçu) e; Paulo R. Czekalski e Gelsi A. Dutra (Assesoar), que interpretaram o contexto local a partir dos dados do Pronaf Custeio.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) e a Linha de Pesquisa Ruralidades Ambiente e Sociedade. **Obrigado**, Dimas Floriani por cruciais orientações da qualificação; Flavia Fazon, Valdir F. Denardin, Carlos A. C. Sampaio e Olivo Dambros por orientações finais. **Obrigado** ao orientador Manoel Flores Lesama, que dedicou tempo de sua vida para me municiar com teorias e conceitos, objetivados à construção de soluções para contradições que afetam trabalhadores e; co-orientador Marco Antonio Pereira Querol por me apresentar a Teoria Histórico Cultural da Atividade e fornecer conteúdos teóricos precisos para momentos específicos da pesquisa e; Anselmo Pereira de Lima, por me inspirar a enfocar ferramentas que mediam atividades.

Agradeço aos familiares. **Obrigado**, minha irmã Ana Claudia por participar e me assessorar em toda a construção desta tese e, por partilharmos em Curitiba um poético lar; meu irmão Abner por debates relativos ao tema pesquisado; a cunhada Cynthia e sobrinha Victoria, que heroicamente assistiram toda a banca final; ao irmão Altemir e sua esposa Laura, que sempre encorajam meus estudos e; as minhas sobrinhas Maria Luiza Picinatto e Ana Clara Picinatto, que em dezembro do ano de 2016, embora residindo no estado do Pará, vieram até Francisco Beltrão/PR tocar violão com o “*Tio Tonho!*”, alegrando assim os corações dos familiares.

Agradeço aos amigos. **Obrigado**, Ariadne S. de Farias por me motivar a ingressar no MADE/UFPR e por me instruir na apresentação da banca final; Tatiana Kaminski e Alcimar P. Freislebem, por estarem sempre presentes nos momentos que precisei dialogar sobre as teorias que utilizei na Tese e; Osni Giani Ferraz tanto pela nossa vivência na comunidade cooperativa, como por contribuir no resgate das memórias da história local.

Buscando o Sentido

O sentido, acho, é a entidade mais misteriosa do universo.

Relação não coisa, entre a consciência, a vivência e as coisas e os eventos.

O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir.

Me recuso a viver num mundo sem sentido.

Estes anseios/ensaios são incursões conceptuais em busca do sentido.

Por isso o próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que

ser buscado, numa busca que é sua própria fundação.

Só buscar o sentido faz, realmente sentido.

Tirando isso, não tem sentido.

P. Leminski

Curitiba, agosto de 1986.

RESUMO

Esta tese aborda o aprendizado de trabalhadores que operacionalizam o crédito rural por meio do cooperativismo de crédito, e, releva suas criações que almejam inserir princípios socioeconômicos nas atividades imersas no sistema econômico. O estudo que gera esta tese, **objetivou** conhecer e explanar, quanto aos desafios que o ramo de crédito rural Central Cresol Baser, da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) enfrenta, e, discutir suas criações visando superação. Os **procedimentos analíticos** fundamentam-se na Teoria Histórico Cultural da Atividade de Lev Sémionovitch Vigotsky (1896-1934) e Aleixei Nikolaievich Leontiev (1904-1979). O ambiente empírico foi **abordado** por meio de Mini Intervenções Formativas (MIF) apoiadas por pares de trabalho, conforme noções da Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT) de Yrjö Engeström (Universidade de Helsinque). Transcritos de videografias das MIF, foram escrutinados com as categorias analíticas dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo. A história da estruturação da comunidade cooperativa evidencia que esta carrega consigo, oposição ao modelo da modernização conservadora da agricultura, por este privilegiar a operacionalização do crédito rural para latifúndios produtores de monoculturas para exportação e por excluir minifúndios. O delineamento empírico revela **tensões** quanto à necessidade de operar o crédito para desenvolvimento econômico de minifúndios, inclusive os dos agricultores familiares, convictos em praticarem agriculturas de base ecológica em geral e agroecologia. As **análises** revelam trabalhadores criadores de soluções, objetivando transformações imprescindíveis e construtoras de uma nova forma social de operacionalização do crédito rural para custeio. Dentre as criações, destacamos a adequação para o uso de insumos de origem local (Plano de Crédito e Substituição de Insumos) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER Estratégica) enfatizando a relação dialética com cooperados em nível de imóvel. O estudo **discute** e problematiza que a comunidade cooperativa é arrastada pela dinâmica financeira do sistema econômico, que lhe restringe à generalização das criações, que conduziram a nova forma social. A discussão ainda pondera, quanto aos conflitos internos que limitam relações dialéticas entre trabalhadores de níveis hierárquicos. A tese explana sobre os desafios e sugere um caminho. Os trabalhadores estão desafiados a construir a nova forma social, compartilhando e orquestrando criações com os níveis hierárquicos da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. O **desafio maior** é o da colaboração para compartilhamento de criações. A colaboração para efetivação do conjunto de criações propicia a visualização de um objeto comum a ser perseguido pelos trabalhadores, e os auxilia a conceberem a comunidade cooperativa como Rede de Sistemas de Atividades. Ponderados os conflitos internos, a tese sugere aos trabalhadores um pequeno passo transitivo que consiste na efetivação de uma Linha de Crédito motivada pela ação identificada como Plano de Crédito e Substituição de Insumos, por esta abrir a perspectiva de colaboração. **Concluimos** o estudo alertando os trabalhadores colaboradores que as necessidades internas que lhes exigem ações emergenciais limitam suas objetivações para criação de soluções superadoras de problemas agravados historicamente.

Palavras-chave: trabalhadores, desafios, aprendizagem, desenvolvimento.

ABSTRACT

This study addresses the learning of workers that operationalize rural credit through a cooperative of credit, highlighting their creations that seek to incorporate socioeconomic principles in activities immersed in the actual economic system. The study aims to understand and explain the challenges faced by the Central Cresol Baser of rural credit, a branch of the Union of Cooperatives of Family Agriculture and Solitary Economy (UNICAFES), and to discuss their actions to overcome such challenges. The analytical procedures are based on the Cultural Historical Activity Theory, initiated by Lev Sémionovitch Vigotsky'(1896-1934) and Aleixei Nikolaievich Leontiev (1904-1979). The empirical case was approached through mini formative interventions supported by work pairs, inspired by the notions of the Developmental Work Research proposed by Yrjö Engeström (University of Helsinki). Transcriptions of the videos from the interventions were scrutinized with the analytical categories: dilemma, conflict, critical conflict and double bond. The history of the cooperative community shows that it carries with it, an opposition to the model of the conservative modernization of agriculture, because it privileged the operationalization of rural credit for large monocultural exporting farms and for excluding small farmers. The analysis reveals tensions regarding the need to operate credit for the economic development of small farmers, including family farmers who are practiced ecologically based farming and agroecology. The analysis reveals workers creation of solutions, aiming at transformations that are essential and constructive of a new social form of operationalization of rural credit for costing production. Among these creations, we highlight the adaptations for the use of inputs of local origin (Credit and Replacement of Inputs) and Strategic Technical Assistance and Rural Extension (ATER Estratégica) emphasizing the dialectical relationship with cooperatives at the farm level. The study discusses and problematizes that the cooperative community is dragged by the financial dynamics of the economic system, which restricts the kind of generalization created, which could lead to the new social form. The discussion still ponders, as to the internal conflicts that limit dialectical relations between workers of hierarchical levels. The thesis explains the challenges and suggests a path. Workers are challenged to build a new social form, sharing and orchestrating creations with the hierarchical levels of the network of activity systems of the UNICAFES Cooperative Community. The biggest challenge is collaboration for sharing creations. Collaboration for the realization of the set of creations allows the visualization of a common object to be pursued by the workers, and helps them to conceive the cooperative community as an Activity Systems Network. Considering the internal conflicts, the thesis suggests to workers a small transitive step that consists in the implementation of a Line of Credit motivated by the action identified as a Credit Plan and Substitution of Inputs, because it opens the perspective of collaboration. We conclude the study by alerting the collaborative community of workers that the internal needs that require urgent actions limit their objectification to the creation of solutions that overcome problems historically aggravated.

Key-words: workers, challenges, learning, development.

RÉSUMÉ

Cette thèse porte sur l'apprentissage des travailleurs qui opérationnalisent le crédit rural par le coopérativisme de crédit, et relève leurs créations qui visent à insérer les principes socio-économiques dans les activités plongés dans le système économique. L'étude qui génère cette thèse, qui vise à connaître et à expliciter les défis que le secteur du crédit rural Central Cresol Baser, de l'Union des coopératives de l'agriculture familiale et de l'économie solidaire (UNICAFES) doivent faire face, et discuter de leurs créations visant à les surmonter. Les procédures analytiques sont basées sur la théorie historico-culturelle de l'activité de Lev Vygotsky Semionovitch (1896-1934) et de Aleixei Nikolaievich Leontiev (1904-1979). L'environnement empirique a été abordé par le biais des Mini Interventions Formatives (MIF) prises en charge par des paires de travail, selon les notions de la recherche en développement du travail (PDT) de Yrjö Engeström (Université d'Helsinki). Les transcriptions des vidéographies des MIF ont été passées au crible par les catégories d'analyse : les dilemmes, les conflits, les conflits critiques et la double contrainte. L'histoire de la structuration de la communauté coopérative montre que celle-ci porte l'opposition au modèle de la modernisation conservatrice de l'agriculture, une fois que celui-ci privilégie l'opérationnalisation de crédit rural pour les grandes étendues de terres agricoles en monocultures pour l'exportation et d'exclut les petites exploitations. L'étude empirique révèle des tensions sur la nécessité d'opérer le crédit pour le développement économique des petites exploitations, inclus les agriculteurs familiaux, convaincus dans la pratique de l'agriculture de base écologique et agroécologie. Les analyses montrent des travailleurs créateurs de solutions, visant des transformations essentielles et constructrices d'une nouvelle forme sociale de la mise en œuvre du crédit rural pour financer les coûts de production. Parmi ces créations, nous mettons en évidence l'aptitude à l'utilisation des intrants d'origine locale (Plan de crédit et remplacement d'intrants) et l'assistance technique et d'extension rurale (ATER stratégique) mettant l'accent sur la relation dialectique avec les coopérés au niveau de la propriété. L'étude examine et discute qui la communauté coopérative est entraînée par la dynamique financière du système économique, ce qui lui limite à la généralisation des créations qui conduiseraient à une nouvelle forme sociale. La discussion se penche encore sur les conflits internes qui limitent la relation dialectique entre travailleurs des niveaux hiérarchiques. La thèse explicite sur les défis et suggère un chemin. Les travailleurs sont mis au défi de construire la nouvelle forme sociale, le partage et l'orchestration des créations avec les niveaux hiérarchiques du réseau des systèmes d'activités de la communauté coopérative UNICAFES. Le plus grand défi est la collaboration pour le partage de créations. La collaboration pour la réalisation de l'ensemble de créations permet la visualisation d'un objet commun à être ciblé par les travailleurs, et les aide à concevoir la communauté coopérative comme un Réseau des Systèmes d'Activité. Après la pondération des conflits internes, la thèse suggère aux travailleurs un petit pas transitif consistant à l'exécution d'une ligne de crédit motivée par l'action identifiée comme Plan de crédit et remplacement des intrants, par l'ouverture de la perspective de collaboration. Nous concluons l'étude mettant en garde les travailleurs collaborateurs sur le fait que les besoins internes qui exigent des mesures d'urgence limitent leurs objectivations pour créer des solutions aux problèmes historiquement accentués.

Mots-clés: travailleurs, défis, apprentissage, développement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 2.1 - AÇÃO MEDIADA COMO UNIDADE DE ANÁLISE.....	51
FIGURA 2.2 - SISTEMA DE ATIVIDADE COMO UNIDADE DE ANÁLISE.....	58
FIGURA 2.3 - NÍVEIS HIERÁRQUICOS DO SISTEMA DE ATIVIDADES.....	60
FIGURA 2.4 - DOIS SISTEMAS DE ATIVIDADES INTERAGINDO.....	62
FIGURA 2.5 - CONTRADIÇÕES EM SISTEMA DE ATIVIDADE.....	70
FIGURA 2.6 - CICLO DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA.....	76
FIGURA 3.1 - NÍVEIS DA HISTÓRIA.....	90
FIGURA 3.2 - HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA.....	95
FIGURA 3.3 - PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....	96
FIGURA 3.4 - METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DISCURSOS.....	124
FIGURA 4.1 - FLUXO FINANCEIRO SAFRA 2013/2014.....	148
FIGURA 4.2 - ORGANOGRAMA DA CENTRAL CRESOL BASER.....	153
FIGURA 4.3 - ORGANOGRAMA DA COMUNIDADE COOPERATIVA.....	155
FIGURA 4.4 - UNICAFES COMO REDE DE SISTEMAS DE ATIVIDADES.....	157
FIGURA 4.5 - ALCANCE DAS ANÁLISES DO CAPÍTULO 4	189
FIGURA 4.6 - ANÁLISES DO CAPÍTULO 4 E O CICLO DE APRENDIZAGEM.....	191
FIGURA 5.1 - CONTRADIÇÃO PRIMÁRIA NA COMUNIDADE UNICAFES.....	224
FIGURA 5.2 - FUNDO DE CRÉDITO ROTATIVO (1980 - 1996).....	232
FIGURA 5.3 - SÍMBOLO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO 1995-2015.....	245
FIGURA 5.4 - TRANSFORMAÇÃO DO SIMBOLO.....	246
FIGURA 5.5 - CENTRAL CRESOL BASER 2015 E OBJETO POLARIZADO.....	255
FIGURA 5.6 - ALCANCE DAS ANÁLISES DO CAPÍTULO 5.	256
FIGURA 5.7 - ANÁLISES DO CAPÍTULO 5 E O CICLO DE APRENDIZAGEM	257
FIGURA 6.1 - ALCANCE DAS ANÁLISES DO CAPÍTULO 6	306
FIGURA 6.2 - ANÁLISES DO CAPÍTULO 6 E O CICLO DE APRENDIZAGEM	307
FIGURA 7.1 - DESVIO DE RUMO AFETA CRÉDITO AGROECOLÓGICO.....	315
FIGURA 7.2 - CONTRADIÇÕES SECUNDÁRIAS REDE UNICAFES.....	327
FIGURA 7.3 - CICLO DE APRENDIZAGEM EMPÍRICO.....	354
FIGURA 7.4 - COTIDIANO VEZES NOVA FORMA SOCIAL.....	370
FIGURA 7.5 - COMPARTILHAR AÇÕES AGENTIVAS E ALINHAR OBJETO.....	376
FIGURA 7.6 - EXTREMOS DOS MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO.....	380

FIGURA 7.7 - PROXIMIDADE DOS MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO.....	383
FIGURA 7.8 - OBJETO SUGERIDO À SER COMPARTILHADO.....	384

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1 - CAUSALIDADE E PARADIGMA PARA AÇÃO HUMANA.....	54
QUADRO 2.2 - TRÊS CAMADAS DA CAUSALIDADE NA AÇÃO.....	55
QUADRO 3.1 - SINTESE DA METODOLOGIA.....	89
QUADRO 3.2 - ESQUEMA METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	98
QUADRO 3.3 - PARTICIPANTES PARA DADOS PRELIMINARES.....	105
QUADRO 3.4 - VIDEOGRAFIAS E TRANSCRITOS PRELIMINARES.....	106
QUADRO 3.5 - LÓGICA DA SISTEMATIZAÇÃO NO PRIMEIRO PASSO.....	108
QUADRO 3.6 - GERAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS.....	115
QUADRO 3.7 - PARTICIPANTES DAS SETE SESSÕES DE MIF.....	116
QUADRO 3.8 - MODELO DE CABEÇARIO DAS TRANSCRIÇÕES.....	118
QUADRO 3.9 - SIMBOLOS PARA TRANSCRIÇÕES E ANÁLISES.....	119
QUADRO 5.1 - CRONOLOGIA DOS EVENTOS CRÍTICOS.....	213
QUADRO 6.1 - SINTESE DAS AÇÕES AGENTIVAS.....	293
QUADRO 7.1 - AÇÕES AGENTIVAS OBJETIVAS PARA PÓLOS DO OBJETO..	340
QUADRO 7.2 - ORQUESTRAR AÇÕES AGENTIVAS E DIVIDIR TRABALHOS...	378

LISTA DE TABELAS

TABELA 4.1 - INSUMOS E PRONAF CUSTEIO SAFRA 2013/2014.....	144
TABELA 4.2 - REMUNERAÇÃO DE TÉCNICOS OPERADORES.....	146
TABELA 4.3 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUISTICAS NAS MIF.....	161
TABELA 4.4 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUISTICAS SESSÃO 1.....	167
TABELA 4.5 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 1.....	169
TABELA 4.6 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUISTICAS SESSÃO 2.....	170
TABELA 4.7 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 2.....	171
TABELA 4.8 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUISTICAS SESSÃO 3.....	174
TABELA 4.9 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 3.....	175
TABELA 4.10 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUISTICAS SESSÃO 4.....	177
TABELA 4.11 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 4.....	178
TABELA 4.12 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUISTICAS SESSÃO 5.....	179
TABELA 4.13 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 5.....	180
TABELA 4.14 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUISTICAS SESSÃO 6.....	183
TABELA 4.15 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 6.....	184
TABELA 4.16 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUISTICAS SESSÃO 7.....	186
TABELA 4.17 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 7.....	187
TABELA 4.18 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS NAS MIF.....	187
TABELA 7.1 - SÍNTESE DA FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS.....	310
TABELA 7.2 - SÍNTESE DO NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS.....	310

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ADEA - Associação de Defesa e Educação Ambiental
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASSESOAR - Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural
ASTECC - Assistência técnica
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BACEN - Banco Central do Brasil
CENATER/PR - Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural do Estado do Paraná
Copel - Companhia Paranaense de Energia
Cooperiguaçu - Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FINANSOL - Finanças e Solidariedade
ITAIPU - Itaipu Binacional
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFOCOS - Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MCR - Manual de Crédito Rural
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MS - Ministério da Saúde
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
SICOR - Sistema de Operações do Crédito Rural e do PROAGRO
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
Sistema Cresol - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 PROBLEMA EMPÍRICO.....	25
1.2 PROBLEMA TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	30
1.3 HIPÓTESE E OBJETIVOS.....	33
1.4 ESTRUTURA DA TESE.....	36
2 ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS	44
2.1 CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DE OUTROS ESTUDOS.....	44
2.2 TEORIA HISTÓRICO CULTURAL DA ATIVIDADE.....	49
2.2.1 A teoria da ação mediada.....	50
2.2.1.1 O método da estimulação dupla em Vygotski.....	52
2.2.1.2 Da causalidade a agência.....	53
2.2.2 O sistema de atividade como unidade de análise.....	56
2.2.2.1 Três níveis do sistema de atividade.....	58
2.2.3 Redes de sistemas de atividades.....	61
2.2.3.1 Unidade primordial de análise.....	61
2.2.3.2 Multiplicidade de vozes.....	63
2.2.3.3 Historicidade.....	63
2.2.3.4 Contradições como fontes de transformações.....	64
2.2.3.5 O ciclo de aprendizagem expansiva.....	74
2.2.3.6 A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).....	78
3 PROCESSO DE PESQUISA E METODOLOGIAS	82
3.1 O PROBLEMA DE PESQUISA E A METODOLOGIA.....	82
3.1.1 Questionamentos orientadores e quadro síntese da metodologia.....	85
3.2 A METODOLOGIA DO PONTO DE VISTA HISTÓRICO.....	90
3.3 CICLO DA PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO (PDT).....	95
3.4 NOSSOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	96
3.5 PRIMEIRO PASSO: DELINEAMENTO DO FENÔMENO.....	99
3.5.1 Diálogos preliminares.....	99
3.5.2 Coleta de documentos com dados numéricos na ferramenta SIC.....	101
3.5.3 Coleta de dados em diálogos confrontativos com operadores.....	102
3.5.4 Sistematização do primeiro passo.....	104

3.6	SEGUNDO PASSO: PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISES DA ATIVIDADE..	109
3.6.1	Procedimento de coleta dos dados históricos.....	110
3.6.2	Procedimento de efetivação das Mini-Intervenções Formativas (MIF).....	111
3.6.3	Procedimento de transcrições das Mini-Intervenções Formativas (MIF).....	118
3.6.4	Procedimento de análise histórica dos conceitos da atividade.....	119
3.6.5	Procedimento de análise histórica do objeto da atividade.....	120
3.6.6	Procedimento análise histórica da ferramenta e demais elementos.....	122
3.6.7	Método para manifestações discursivas de contradições dialéticas.....	123
3.6.7.1	A categoria dilema.....	126
3.6.7.2	A categoria conflito.....	126
3.6.7.3	A categoria conflito critico.....	127
3.6.7.4	A categoria duplo vínculo.....	127
3.6.7.5	Averiguação de pistas linguísticas rudimentares nos transcritos.....	128
3.6.7.6	Averiguação das características das categorias nos transcritos.....	129
3.6.7.7	Síntese dos procedimentos repetidos nos transcritos das MIF.....	130
3.6.7.8	Procedimento confirmação de contradições.....	132
3.7	TERCEIRO PASSO: MÉTODO ANÁLISE DA CRIAÇÃO INSTRUMENTAL....	133
3.8	QUARTO PASSO: MÉTODO ANÁLISE DA PRÁTICA DE INSTRUMENTOS..	136
3.8.1	Categoria conflito: método de averiguação das práticas e generalizações...	136
3.8.2	Categoria dilema: método de averiguação de tendências.....	137
3.9	QUINTO PASSO: RELATÓRIO E AVALIAÇÕES.....	137
4	DELINEAMENTO DO FENÔMENO E ANÁLISES DOS DISCURSOS.....	139
4.1	DELINEAMENTO DO FENÔMENO.....	139
4.1.1	Sistematização: produtos financiados com Pronaf Custeio.....	141
4.1.2	Sistematização: custos com insumos.....	143
4.1.3	Sistematização: remuneração Assistência Técnica (ASTEC).....	144
4.1.4	Tensões identificadas no primeiro passo.....	149
4.1.5	Contextualização.....	151
4.1.6	Imagem inicial da comunidade cooperativa: rumo indefinido.....	156
4.2	ANÁLISES PARA MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS DE CONTRADIÇÕES..	158
4.2.1	Averiguação de pistas linguísticas rudimentares nos transcritos.....	159
4.2.2	Averiguação das características das categorias nos transcritos.....	162
4.2.3	Análise das polarizações MIF 1.....	165

4.2.4	Análise das polarizações MIF 2.....	169
4.2.5	Análise das polarizações MIF 3.....	171
4.2.6	Análise das polarizações MIF 4.....	175
4.2.7	Análise das polarizações MIF 5.....	178
4.2.8	Análise das polarizações MIF 6.....	181
4.2.9	Análise das polarizações MIF 7.....	184
4.2.10	Quantificação das polarizações das MIF por categorias analíticas.....	187
4.3	ANÁLISES DO CAPÍTULO 4, OBJETIVOS E HIPÓTESE.....	188
5	ANÁLISES DOS CONCEITOS E ELEMENTOS ESTRUTURAIS.....	193
5.1	CONCEITOS CORRELATOS À ATIVIDADE.....	193
5.1.1	Campesinato.....	196
5.1.2	Agricultura familiar: modelo político direcionador.....	198
5.1.3	Agroecologia ou agriculturas de base ecológica.....	201
5.1.4	Solidário: um conceito criticado.....	209
5.1.5	Crescimento econômico vezes desenvolvimento econômico?.....	209
5.2	ANÁLISE HISTÓRICA DO OBJETO.....	212
5.3	ANÁLISE HISTÓRICA DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA ATIVIDADE... ..	225
5.3.1	Sistema de Atividade Fundo de Crédito Rotativo (Passado).....	226
5.3.1.1	Ferramenta operacional.....	226
5.3.1.2	Sujeitos.....	227
5.3.1.3	Objeto.....	228
5.3.1.4	Objetivos.....	229
5.3.1.5	Resultados esperados.....	229
5.3.1.6	Ação.....	229
5.3.1.7	Operação.....	231
5.3.1.8	Regras.....	231
5.3.1.9	Divisão do trabalho.....	231
5.3.1.10	Comunidade.....	232
5.3.2	Sistema de Atividade Pronaf Custeio Central Cresol Baser (Presente).....	233
5.3.2.1	Ferramenta operacional.....	234
5.3.2.2	Sujeitos.....	238
5.3.2.3	Objeto.....	242
5.3.2.4	Objetivos.....	246

5.3.2.5 Resultados esperados.....	246
5.3.2.6 Ação.....	247
5.3.2.7 Operação.....	248
5.3.2.8 Regras.....	249
5.3.2.9 Divisão do trabalho.....	252
5.3.2.10 Comunidade.....	253
5.4 ANÁLISES DO CAPÍTULO 5, OBJETIVOS E HIPÓTESE.....	255
6 ANÁLISES DA CRIAÇÃO E EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES AGENTIVAS.....	259
6.1 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÃO AGENTIVA NA MIF 1.....	259
6.1.1 ATER Estratégico.....	260
6.2 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 2.....	263
6.2.1 <i>Up</i>	263
6.2.2 Plano de Crédito e Substituição de Insumos.....	268
6.3 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 3.....	270
6.3.1 Troca de Atividades no Sistema Agrícola.....	271
6.3.2 Compensação por Proteção aos Agroecológicos.....	272
6.3.3 Seguro Agrícola aos Agroecológicos.....	273
6.3.4 Comercialização Agroecológica.....	273
6.3.5 ATER com Qualidade.....	273
6.3.6 Mudança de Objeto da Comunidade Cooperativa.....	273
6.4 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 4.....	274
6.4.1 Transformação da Ferramenta SIC para SIC MOB.....	275
6.4.2 SIC MOB com dispositivo para o ATER Estratégico.....	277
6.5 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÃO AGENTIVA NA MIF 5.....	277
6.5.1 Redução da Taxa de Juros Linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia... 280	
6.6 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 6.....	281
6.6.1 Alavancar o ATER Cooperativo.....	287
6.7 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 7.....	288
6.7.1 Projeto de Desenvolvimento da Região Sudoeste.....	290
6.7.2 Projeto Agroflorestas.....	291
6.8 RESUMO DAS AÇÕES AGENTIVAS IDENTIFICADAS NAS MIF.....	292
6.9 ANÁLISES DA EFETIVAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS.....	294

6.9.1	Análise dos conflitos que restringem efetivação das ações agentivas.....	295
6.9.1.1	Ação agentiva ATER Estratégico.....	295
6.9.1.2	Ação agentiva <i>Up</i>	297
6.9.1.3	Ação agentiva transformação da ferramenta SIC para SIC MOB.....	299
6.9.2	As ações agentivas que não identificamos conflitos.....	300
6.9.2.1	Ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos: colaboração..	301
6.9.2.2	Ação Agentiva Mudança de Objeto da Comunidade Cooperativa.....	303
6.9.3	Análise de dilema: adoção de tecnologia e resolução de conflitos?.....	303
6.10	ANÁLISES DO CAPÍTULO 6, OBJETIVOS E HIPÓTESE.....	305
7	DISCUSSÃO	308
7.1	MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS DE CONTRADIÇÕES DIALÉTICAS.....	309
7.2	O PASSADO E O PRESENTE: CONCEITOS EM CONTRADIÇÃO.....	311
7.3	CONTRADIÇÃO PRIMÁRIA: DESVIO DE RUMO SUJEITO-OBJETO.....	313
7.4	CONTRADIÇÕES SECUNDÁRIAS: SUJEITO CONFRONTA REGRAS.....	318
7.5	FERRAMENTA DIRECIONADORA.....	328
7.6	ABISMO ENTRE PEQUENO AGRICULTOR E CRÉDITO: PORQUÊ?.....	331
7.7	AÇÕES AGENTIVAS OBJETIVANDO QUAIS PÓLOS DO OBJETO?.....	338
7.8	AÇÕES AGENTIVAS: PRÁTICA E GENERALIZAÇÃO?.....	343
7.8.1	Ações agentivas para o pólo socioeconômico: prática e generalização?.....	344
7.8.1.1	Ação agentiva ATER estratégico: limitações para generalização.....	344
7.8.1.2	Ação agentiva <i>Up</i> : limites para a generalização.....	346
7.8.2	Ação agentiva dirigida para o pólo Financeiro: prática e generalização?.....	348
7.8.2.1	Ação agentiva SIC para SIC MOB: limitações para generalização.....	348
7.8.3	A IMPOSIÇÃO DA GENERALIZAÇÃO E A CONTRADIÇÃO TERCIÁRIA...	349
7.9	AÇÕES AGENTIVAS: SOLUÇÃO DE CONTRADIÇÕES E REDESENHO?...	350
7.9.1	Redesenho e construção de Ponte sobre o Abismo Histórico?.....	355
7.9.2	Ação agentiva Mudança de Objeto afronta as contradições?.....	357
7.10	CONTRADIÇÃO PRIMÁRIA: ARRASTA A REDE UNICAFES.....	362
7.11	DESAFIOS DA REDE: COMPARTILHAR PARA DESENVOLVER.....	367
7.11.1	Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do ambiente empírico.....	368
7.11.2	Compartilhar ações agentivas na Rede de Sistemas de Atividades.....	372
7.11.2.1	Orquestrar na prática as ações agentivas conforme divisão do trabalho..	377
7.11.3	Um pequeno passo transitivo.....	378

7.11.4 Avançar da aprendizagem ao desenvolvimento.....	386
7.11.5 Expandir o ciclo de aprendizagem empírico.....	388
8 CONCLUSÕES.....	390
REFERÊNCIAS.....	397
APÊNDICE 1 - PRODUTOS FINANCIADOS PELO PRONAF CUSTEIO.....	404
APÊNDICE 2 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 1.....	407
APÊNDICE 3 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 2.....	410
APÊNDICE 4 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 3.....	414
APÊNDICE 5 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 4.....	417
APÊNDICE 6 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 5.....	420
APÊNDICE 7 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 6.....	424
APÊNDICE 8 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 7.....	430

1 INTRODUÇÃO

Nem as leis eternas da natureza, nem as leis eternas do espírito, mas leis históricas são a chave para descobrir o desenvolvimento de formas mais elevadas de comportamento (VYGOTSKI, 1966, p. 20 *apud* SCRIBNER, 1997, p. 244).

O Brasil no período de 1930 a 1970, foi dominado pela idéia-força da industrialização (Delgado, 2009), defendida como instrumento para eliminação da defasagem que a economia brasileira tinha em relação às economias de países industrializados. Na década de 1960 o modelo de industrialização, com suas características conservadoras quanto a questão agrária, manteve pactos com as elites agrárias. Este modelo entrou em crise, justificada por Delgado (2009) como abalo de mecanismos tradicionais de financiamento e de suas frentes de expansão. A causa foi a aceleração da inflação e a perda da capacidade do Estado para manter a articulação do pacto de poder político que o sustentava. Devido a característica conservadora do governo militar do período, ocorreu a adoção da proposta política de modernização conservadora da agricultura. Nesta não havia objetivo de modificar a estrutura agrária brasileira, mas sim, transformar a agricultura brasileira numa grande empresa agrícola. A política estatal da década de 1960 promoveu a modernização conservadora da agricultura. Desde o iniciou sua implantação caracterizou-se por crédito agrícola subsidiado e concentrado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. O privilégio aos grandes e médios produtores, com favorecimento aos produtos agrícolas destinados a exportação e a inadequação das inovações tecnológicas, institucionais e organizacionais para Pequenos Agricultores Familiares são características da modernização conservadora da agricultura.

O modelo de agricultura implantado no Brasil advém em parte da concepção de Schultz¹ (1965). Este, fundamentado nas noções da economia clássica, propõe a intervenção do Estado para transformar a agricultura tradicional² conforme exigências do sistema econômico. Para Schultz (1965) a geração de renda na agricultura é possível com a promoção de um intenso e permanente processo de substituição de fatores de produção. Suas proposições foram quanto a inovações

¹ Professor Theodore Schultz (1965) da Universidade de Chicago, prêmio Nobel de Economia de 1979, e que publicou em 1964, Transformando a Agricultura Tradicional.

² Nos referimos a “agricultura tradicional” conforme conceitos de Altieri (1985) e Gliessman 2000, 2010).

tecnológicas, institucionais e organizacionais objetivando ganhos na produtividade agrícola. Tais ideias se espelharam no modelo industrial. A premissa de Schultz (1965) defende que para a agricultura ser uma atividade da dinâmica econômica é necessário uma estrutura produtiva, com fornecedores de insumos, equipamentos e conhecimentos. As proposições de Schultz (1964), restritas a sua “visão” econômica, foram aceitas como prescritos a serem seguidos pelos políticos brasileiros. Os prescritos foram convertidos para diretrizes da modernização conservadora da agricultura, que por sua vez, culminaram em inovações reduzidas aos significados da disciplina economia clássica. Entre estas inovações institucionais temos:

- a) Sistema nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965;
- b) Reformulação da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) em 1966;
- c) Regulamentação do seguro agrícola em 1966;
- d) Incentivo fiscal às exportações;
- e) Subsídios à aquisição de insumos;
- f) Expansão da fronteira agrícola;
- g) Criação de infraestruturas;
- h) Constituição da EMBRAPA em 1972;
- i) Criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) com suas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nos estados da Federação no ano de 1975.

O modelo da modernização conservadora da agricultura recebe críticas desde suas origens. Graziano da Silva³ (2003 p. 9-10) criticou a modernização conservadora da agricultura devido “[...] a destruição dos recursos naturais, a produção de milhares de bóia-frias, o uso de ingredientes nocivos à saúde da população, etc. para saciar a ganância por maiores lucros [...]” e realçou que a industrialização da agricultura, a torna em um setor subordinado ao capital integrado à grande produção industrial. O capital industrial vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Segundo Favaretto (2011) o padrão baseado na expansão da agricultura intensiva gera um alto volume de

³ No 3º Encontro de Agricultura Alternativa, em Cuiabá/MT, de 12 a 17 de abril de 1987.

produção, porém promove descarte de trabalho devido à introdução da mecanização e de insumos industrializados. Por isto, apresenta pequeno efeito sobre a formação da renda dos mais pobres. Problematisa o autor o padrão da modernização conservadora da agricultura, por este pressionar severamente o meio ambiente intensificando o uso de recursos naturais.

O paradigma produtivista e utilitarista da natureza é problematizado pelo Dossiê da ABRASCO (2012)⁴ quando este trata do tema agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade. Enfatiza o Dossiê, fundamentado em Porto (2012), quanto à importância da compreensão da origem sistêmica das contradições que marcam a expansão do agronegócio e suas implicações para a vida dos povos da floresta, do campo, e para a saúde humana. O Dossiê problematiza o aumento do uso de agrotóxicos no Brasil. Para tanto recortou o período de 2002 a 2012 elucidando que o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, todavia o mercado brasileiro de agrotóxicos cresceu 190%. No ano de 2002 o consumo de agrotóxicos no Brasil era de 10,5 litros por hectares, já no ano de 2008 o Brasil superou os Estados Unidos e se tornou o maior mercado mundial de agrotóxicos. No período de 2010/2011 o mercado nacional de agrotóxicos movimentou 936 mil toneladas de produtos, sendo 833 mil toneladas produzidas no Brasil e 246 mil toneladas importadas. No ano de 2010 o mercado brasileiro de agrotóxicos movimentou cerca de US\$ 7,3 bilhões e representou 19% do mercado global de agrotóxicos. No ano de 2011 consta no Dossiê que ocorreu aumento de 16,3% nas vendas de agrotóxicos, resultando no movimento financeiro de US\$ 8,5 bilhões. São as lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar que em 2011 movimentaram 80% do total das vendas do setor de agrotóxicos. Para o recorte do ano 2010/2011 o Dossiê elucida que nos 71 milhões de hectares ocupados com lavouras temporárias (soja, milho, cana-de-açúcar e algodão) e permanentes (café, cítricos, frutas, eucaliptos) o Brasil teria consumido 853 milhões de litros (produtos formulados) de agrotóxicos.

Destaca o Dossiê que foram pulverizados nas lavouras principalmente herbicidas, fungicidas e inseticidas. Essa quantidade de 853 milhões de litros equivale a uma média de 12,01 litros pulverizados por hectare. Em termos de exposição média ambiental/ocupacional/alimentar corresponde a 4,5 litros de agrotóxicos por habitante. Entre os fatores que provocam o aumento dos

⁴ Parte 2 do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

agrotóxicos, segundo o Dossiê, temos a expansão do plantio da soja transgênica, que amplia o consumo do glifosato (herbicida) e o estímulo para o consumo provocado por diminuição dos preços e da isenção de impostos. Em termos de registro de agrotóxicos, constam aproximadamente 434 ingredientes ativos que geram 2.400 formulações de agrotóxicos. Estes têm seus registros no “[...] Ministério da Saúde (MS), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) e são permitidos no Brasil de acordo com os critérios de uso e indicação estabelecidos em suas Monografias [...]” (ABRASCO, 2012, p. 17). Porém dos cinquenta (50) ingredientes ativos mais utilizados nas lavouras brasileiras e que estão registrados nos órgãos públicos, vinte e dois (22) são proibidos na União Europeia. Para Delgado (2012) o debate quanto a agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade, deve ser situado no campo da contra hegemonia. Para tanto ele propõe que a visão agrária da década de 1980, deve ser revista, contemplando aspectos da globalização. Conforme Delgado (2012) há uma especialização primária exportadora como projeto hegemônico de acumulação de capital, impondo limite ao desenvolvimento.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como uma das inovações institucionais do modelo da modernização conservadora da agricultura é criticada por seguir um viés difusionista de tecnologias. Caporal (1998) problematiza que o setor privado e o avanço das tecnologias não serão suficientes para construir o desenvolvimento sustentável. Assim, atribui à extensão rural pública a função intransferível de contribuir com a construção do desenvolvimento rural e a agricultura sustentável adotando definitivamente, uma orientação social e ambientalista. Porém, o modelo de Extensão Rural praticado no Brasil pela instituição governamental está revelado e problematizado justamente por seguir o carácter difusionista. Deponti (2011) analisou a intervenção no ambiente rural realizada pela Extensão Rural governamental do Rio Grande do Sul. pesquisa objetivou compreender a trajetória institucional, a ação extensionista e os determinantes da crise institucional atual. Deponti (2011) estabeleceu a hipótese que a intervenção no ambiente rural realizada pela EMATER/RS-ASCAR, baseada no modelo difusionista de transmissão de conhecimentos estaria esgotada, implicando em mudanças nas formas de intervenção e na ação extensionista. Tal hipótese foi averiguada por Deponti (2011) por meio de aprofundamento no ambiente empírico, onde verificou que a intervenção no meio rural realizada pela EMATER/RS-ASCAR continua

marcada por traços difusionistas, com práticas realizadas nas mais variadas situações e momentos. A Agência apresenta um vício de abordagem, representado pela constante utilização de técnicas e métodos tradicionais e pela dificuldade de inclusão de novas metodologias. Essa situação pode ser explicada pela resistência a mudanças por parte de alguns técnicos e pelo sentimento de apego a uma extensão rural clássica. Como contraponto, Deponti (2011) constatou que há técnicos com posturas mais flexíveis que incorporam metodologias participativas e enfoques mais sustentáveis. Assim, a ação extensionista é diversa, com vários enfoques e posturas, caracterizando uma variedade de ações e denotando que na EMATER/RS-ASCAR são praticadas ações, métodos, posturas e perfis técnicos diferenciados, resultando conseqüentemente na indefinição de uma identidade institucional.

Tratando do tema transição institucional, formato organizativo e qualificação de gestores públicos, Mussoi (2011), discute os fatores que dificultam a transição agroecológica. Para Mussoi (2011) a transição institucional em entidades de assistência técnica e pesquisa têm uma relação muito forte com prioridades político-estratégicas definidas, bem como é influenciada pela estrutura e formato institucional de gestão. Assim, Mussoi (2011) evidencia serias limitações do ponto de vista institucional, uma vez que os gestores estão muito condicionados a modelos autoritários e hierárquicos, conforme modelo difusionista que objetiva transferência de tecnologias.

A modernização conservadora da agricultura, também é problematizada, por provocar redução do número de estabelecimentos agropecuários brasileiros. Tal redução é devido ao descaso que são tratados os estabelecimentos agropecuários, com áreas produtivas menores que 50 ha. Para Delgado (2009) a modernização conservadora da agricultura foi responsável por um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo. O Sul e Sudeste do Brasil, devido a grande intensidade da implementação da modernização, foi responsável por 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970.

Em síntese, a modernização conservadora da agricultura desde sua origem, é mantida como diretriz para o modelo agrícola brasileiro. Por seu caráter de “conservadora” a modernização da agricultura não foi construída para abarcar Pequenos Agricultores Familiares. As regiões onde Pequenos Agricultores Familiares se concentraram, ficaram historicamente marginalizadas pelo Sistema

Nacional de Crédito Rural (SNCR) que tem suas características marcadas pelo modelo da modernização conservadora da agricultura.

1.1 PROBLEMA EMPÍRICO

A partir de 1996 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Um levantamento, identificação e catalogação de produção acadêmica dos estudos sobre os primeiros dez (10) anos do Pronaf foi realizado por Mattei (2006). Seu levantamento apresenta os principais limites do programa. Os estudos enfatizam que o Pronaf “[...] não conseguiu intervir adequadamente no sentido de mudar os mecanismos do padrão de desenvolvimento agrícola que vigora no país desde o pós-guerra” (MATTEI, 2006, p. 59). Os estudos apontam para o uso generalizado dos insumos modernos que servem de parâmetro para o padrão vigente, não produzindo as mudanças necessárias para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para as áreas rurais. Seus estudos apresentam como quarto elemento limitante do Pronaf em seus dez anos, a questão ambiental “[...] como variável-chave no processo de construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, aparece muito mais como retórica do que propriamente como um espaço necessário de ações planejadas que priorizem efetivamente o tema” (MATTEI, 2006, p. 59).

Os estudos de Aquino e Schneider (2014) apresentam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) após dezoito anos de sua implantação. Este programa criado em 1996 como uma nova política pública, segundo o discurso governamental:

[...] seria o principal instrumento utilizado para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. Sua missão fundamental seria combater desigualdades que marcaram tradicionalmente as políticas estatais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura do país. (AQUINO E SCHNEIDER, 2014, p. 54).

Duas interpretações são destacadas quanto a esta política pública. Para Carneiro (1997) o Pronaf Custeio agrava as contradições do modelo econômico vigente no campo:

[...] o padrão de organização da produção privilegiado em sua versão original estava assentado, implicitamente, em uma lógica setorial e

produtivista sustentada na modernização tecnológica da agricultura, abrindo pouco espaço para a diversificação econômica das unidades familiares e para a disseminação de práticas produtivas mais harmoniosas com o meio ambiente. Ademais, ao definir o seu público-alvo, tal política assumia um caráter seletivo e excludente dos agricultores e das regiões mais pobres do território nacional. (AQUINO E SCHNEIDER, 2014, p. 54).

Já a interpretação de Abramovay e Veiga (1999, p. 48) discutida por Aquino e Schneider (2014, p. 54) em relação ao futuro do Pronaf é que:

[...] apesar de seus problemas de implantação, as evidências colhidas durante os dois primeiros anos de vigência do programa sugeriam que ele estaria conseguindo equacionar seus problemas de origem e “produzir” ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais.

As conclusões do estudo de Aquino e Schneider (2014) problematizam que a maior parte dos recursos do Pronaf Custeio, passados dezoito anos de sua “implantação” foi até então, direcionada para o Sul do Brasil e não há sinais desta política ter capacidade de modificar a face da estrutura produtiva que predomina no espaço rural regional. Concluem os autores que a inovação institucional, que democratiza o crédito do Pronaf, não foi suficiente para lançar as bases de um novo modelo de desenvolvimento no espaço rural brasileiro e que visto como um instrumento ele está repetindo, junto à agricultura familiar o mesmo viés concentracionista, setorial e produtivista historicamente construído. No Estado do Paraná o Ibase (2006) demonstra que os agricultores utilitários do Pronaf Custeio são praticantes da agricultura dependente de insumos modernos, sendo insignificantes outras práticas como agricultura orgânica e ecológica. Neste estudo o Ibase (2006) coloca o Pronaf Custeio, como fortalecedor da agricultura dependente de insumos tóxicos a sociobiodiversidade. Para Aquino e Schneider (2014) o Pronaf Custeio está longe de ser esverdeado:

Uma análise pormenorizada dos beneficiários que acessam o crédito assim como a finalidade a que se destina, revela que ao longo de sua trajetória de quase duas décadas, o Pronaf foi se inclinando para um certo tipo de agricultor familiar, que se situa nas regiões sul e sudeste do Brasil e está fortemente dedicado à produção de *commodities*. (SCHNEIDER & AQUINO, 2015 p. 76)

Atribuem os autores que as “[...]” contradições devem-se à própria lógica interna do desenho normativo do Pronaf e a um conjunto de problemas operacionais

que estão além do seu campo de ação”. (SCHNEIDER & AQUINO, 2015 p. 76). Tratam os autores como limites estruturais relativos ao formato institucional da política do Pronaf, como também ao “[...] comportamento dos agentes operadores de que ela depende”. Defendem os autores que qualquer alteração nos rumos do Pronaf exigirá mudanças de estrutura e forma na lógica operacional do programa, bem como nas atitudes dos atores encarregados de sua implantação em nível nacional, estadual e municipal. Ainda problematizam o formato institucional da política bem como o comportamento “[...] dos agentes operadores de que ela depende” (AQUINO e SCHNEIDER, 2014, p. 76).

Qual a quantidade de contratos operacionalizados para Pronaf Agroecologia no Brasil?

Os dados de Sambuichi *et all* (2012) demonstram que o número de contratos firmados na linha do Pronaf Investimento Agroecologia é de apenas 981 no período de 2004 a 2011. Para Pronaf Custeio Agroecologia não identificamos nenhuma operação sequer. Como explicar o reduzido número de contratos, tanto para investimento quanto custeio das agriculturas de base ecológica e agroecologia se os dados do IBGE (2006) demonstram que o uso de agricultura orgânica no Brasil acontecia em 90.497 estabelecimentos? Destes, 5.106 estavam certificados por entidades credenciadas e 85.391 fazem agricultura orgânica e não são certificados por entidades credenciadas. Estamos frente a um abismo entre Pronaf e agriculturas de base ecológica e agroecologia no Brasil.

Existem iniciativas que efetivam ações eficazes para construção de pontes sobre o abismo que coloca de um lado os Pequenos agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia e do outro lado o crédito rural?

Em particular, surgiu no cenário nacional um agente operador do crédito rural que media o encontro entre a ideologia da economia solidária⁵ e os significados do Pronaf. Este encontro ocorre com a fundação de um novo operador do crédito: cooperativismo de crédito rural com interação solidária. A lógica da modernização conservadora da agricultura brasileira, ao longo de sua história não concebeu crédito

⁵ Rouillé d'Orfeuill (2002).

rural adequado aos Pequenos Agricultores Familiares para estes financiarem atividades agrícolas em seus estabelecimentos agropecuários. São excluídos pelo capital financeiro. Na década de 1990, movimentos internacionais interagiram com regiões marginalizadas e excluídas do sistema financeiro. O contexto de pesquisa que nos conduz a esta Tese interagiu⁶ na década de 1990 com a organização francesa Finanças Solidárias (FINANSOL), o que influenciou na organização de um novo operador de crédito rural que se vale da denominação “solidária”. A fundação no ano de 1996 do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (SISTEMA CRESOL), preconizado pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR⁷) fundada em 1966 e Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (COOPERIGUAÇU) fundada em 1988, é o espaço do encontro das dinâmicas da economia solidária e da política nacional Pronaf. A dinâmica da economia solidária se fez presente no ano de 1995 na região Sudoeste do Paraná, intensificando uma dinâmica com o associativismo⁸ e cooperativismo dos Pequenos Agricultores Familiares iniciada na década de 1960. Devido a esta particularidade do novo agente operador do crédito rural, ter incorporado uma modalidade de crédito rural que recebe nomeação de Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar, bem como da expressão solidária, pressupomos esforços de mudança para a construção de uma ponte sobre o abismo problematizado.

Todavia, em Picinatto (2010), os Pequenos Agricultores Familiares, praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia, manifestam suas insatisfações quanto às dificuldades e até mesmo impedimentos no que se refere a acessarem crédito rural Pronaf Custeio, para financiarem suas atividades agrícolas. Porém, Picinatto (2010) também apresenta e problematiza que o Pronaf Custeio incorporado ao cooperativismo de crédito da categoria agricultura familiar (Central Cresol Baser) financia soja transgênica. O que ocorre no interior das organizações de crédito cooperativo, que tem entre seus cooperados Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia, que faz com que, não supra a contento as demandas destes cooperados por crédito rural Pronaf Custeio?

⁶ Búriço (2006).

⁷ Dissertação de Abramovay (1981); Tese de Abramovay (1998); Búriço (2006); Dissertação de Picinatto (2010); Tese de Duarte (2012); Livro de Nunes & Grigolo (2013); Tese de Dambros (2014).

⁸ Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) foi fundada no ano de 1966.

Explicitamos com dados do IBGE (2006) a presença de uma população de Pequenos Agricultores Familiares vivendo em minifúndios. A região Sudoeste do Paraná⁹ é historicamente agrícola, e teve seu espaço geográfico dividido em minifúndios desde sua colonização¹⁰. São as famílias que vivem nos minifúndios que denominamos Pequenos Agricultores Familiares. Parcela destes é praticante das agriculturas de base ecológica e agroecologia e participaram/participam da construção do cooperativismo de crédito rural como cooperados. Picinatto (2010) constatou cooperativas de crédito singulares, ligadas a Central Cresol Baser, em quarenta municípios da região Sudoeste do Paraná, revelando a territorialização da dinâmica que constrói o cooperativismo de crédito. Segundo o IBGE (2006) a microrregião de Francisco Beltrão possui 22.200 estabelecimentos agropecuários; a microrregião de Capanema 12.185; a microrregião de Pato Branco 10.094; e a microrregião de Palmas 5.455. Totalizam 49.934 estabelecimentos agropecuários. Segundo o IPARDES (2009)¹¹ a Mesorregião Sudoeste do Paraná tem um total de 44.479 estabelecimentos agropecuários. Destes, 39.532 correspondem a classificação da lei da agricultura familiar, o que corresponde a 88,9%, e apenas 4.947 estabelecimentos agropecuários classificados como não-familiar¹². Todavia o dado fundamental para as problematizações que perseguimos nesta Tese, é quanto ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários em que vivem estes Pequenos Agricultores Familiares, que, todavia, estão contidos, na generalização da lei que define a categoria agricultura familiar, como aquela que é proprietária de estabelecimentos agropecuários de até quatro módulos rurais¹³. Segundo o IPARDES (2009) o Censo agropecuário IBGE (2006) apresenta a Mesorregião Sudoeste do Paraná contendo 20.099 estabelecimentos agropecuários menores que 10 ha e 22.113 com mais que 10 ha e menos que 100 ha. O levantamento dos estabelecimentos agropecuários que fazem uso da agricultura orgânica, quando consideramos quarenta e dois municípios do Sudoeste do Paraná totalizou 1.111, dos quais 273 são certificados por entidade credenciada (IBGE, 2006).

⁹ Mesorregião composta pelas microrregiões de Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. A dinâmica da comunidade cooperativa (UNICAFES PARANÁ) extrapola os limites de mesorregião incluindo a microrregião de Palmas/PR. Assim definida a região Sudoeste soma 42 municípios.

¹⁰ Para detalhes ver Revolta dos Colonos do Sudoeste do Paraná.

¹¹ Se valeu de dados do Censo Agropecuário IBGE (2006).

¹² Embora com pouca frequência, existem investimentos da agricultura não-familiar orgânica no Território Sudoeste do Paraná. Picinatto (2005) cita a produção de erva mate orgânica certificada em Chopinzinho e a agropecuária Shimoszaka em Palmas, entre outras.

¹³ O módulo rural da Mesorregião Sudoeste do Paraná é de 30 hectares.

As discussões das pesquisas¹⁴ que tiveram seu ambiente empírico nas organizações dos Pequenos Agricultores Familiares da região Sudoeste do Paraná, explicam a criação de suas organizações como sendo motivadas pelas suas necessidades. São centrais nestas pesquisas o crédito rural e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Entretanto suas necessidades continuam não solucionadas.

Por que até mesmo as ações das organizações fundadas tendo como diretrizes a economia solidária e o Pronaf não conseguem operacionalizar crédito rural de modo a suprirem as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares? Qual é a raiz do problema?

Os estudos preliminares das Dissertações e Teses elaboradas no contexto de pesquisa marcam e problematizam os aspectos do crédito rural e da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) relativamente aos Pequenos Agricultores Familiares. O processo histórico que remete a década de 1960 e culmina na estruturação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná (UNICAFES PARANÁ) e em particular seus ramos de crédito rural e assistência técnica e extensão rural (ATER) é o que nos conduz ao contexto de pesquisa nos anos 2014 e 2015, para compreendermos e explicarmos os porquês das dificuldades e impedimentos dos Pequenos Agricultores Familiares no que se refere a acessarem crédito rural para suprirem suas necessidades de custear atividades agrícolas, com as singularidades da Agroecologia e Agriculturas de Base Ecológica.

Quais são os desafios e esforços de mudança da comunidade cooperativa (UNICAFES) em seus ramos de crédito rural (Central Cresol Baser) e ATER relativamente aos Pequenos Agricultores Familiares incluindo os praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia?

1.2 PROBLEMA TEÓRICO-METODOLÓGICO

Buscamos em outros estudos a explicação dos porquês das dificuldades e/ou impossibilidades de os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das

¹⁴ Dissertação de Abramovay (1981); Tese de Abramovay (1998); Búrigo (2006); Dissertação de Picinatto (2010); Tese de Duarte (2012); Livro de Nunes & Grigolo (2013); Tese de Dambros (2014).

agriculturas de base ecológica e agroecologia no que se refere a frustração quanto a acessarem especificamente Pronaf Custeio Agroecologia. Autores que tratam do tema modernização conservadora da agricultura e Pronaf Custeio após seus dez anos (MATTEI, 2006) e após seus dezoito anos (SCHNEIDER, 2015) de implantação nos elucidam quanto ao comportamento geral do crédito rural, suficientemente para tatearmos a pergunta de pesquisa. Suas teorias e metodologias lhes propiciaram resultados e discussão quanto aos fatores dificultadores do acionamento das linhas de crédito, associadas aos modelos sustentáveis de produção agropecuária familiar. Destacam os autores que os “[...] bancos não estariam devidamente preparados para analisar e aprovar projetos agrícolas não convencionais, especialmente projetos agroecológicos [...]” (SAMBUÍCHI & OLIVEIRA, 2011 p. 5).

Com suas teorias e metodologias conseguem identificar problemas tais como: i) normatização inadequada de planilhas, por estas não estarem adequadas para sistemas de produção com diversidade de culturas; ii) o desconhecimento dos funcionários dos bancos sobre financiamento das linhas analisadas (Pronaf Agroecologia Investimento ente outras); iii) resistência dos bancos em financiar pequenos projetos de baixa rentabilidade; iv) falta de conhecimento por parte dos agricultores e; v) a falta de assistência técnica capacitada para auxiliar na elaboração de projetos agrícolas não convencionais. Os estudos que colocam centralidade no formato de planilhas, na falta de Assistência Técnica e Extensão Rural especializada não são suficientes para entendermos o porquê do abismo histórico problematizado neste estudo. Embora sejam apontamentos relevantes, planilhas podem ser modificadas e novas ferramentas como sistemas de informações surgem constantemente. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) poderia ser contratada suprimindo as demandas de elaboração de projetos. Ainda que tais explicações do comportamento geral do crédito rural sejam relevantes, nosso problema teórico-metodológico, é que além de conhecermos o comportamento geral do uso do crédito rural, também queremos construir soluções em colaboração com os trabalhadores. Do nosso ponto de vista, os significados que os trabalhadores atribuem as suas ações, relativamente ao comportamento geral do crédito rural que eles mesmos operacionalizam é de crucial importância para a construção de conhecimentos que contribuam com soluções.

Outro problema teórico-metodológico que buscamos superação é que os estudos tratam do problema empírico que nominamos abismo (de um lado do abismo Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia e do outro lado do abismo o crédito rural Pronaf Custeio), como sendo provocado pela própria natureza organizacional dos Bancos que objetivam lucro financeiro. O nosso problema empírico requer quadro metodológico que conceba o modelo organizativo do cooperativismo da categoria agricultura familiar, que veio a ser agente operacionalizador do crédito rural a partir de 1995. Em resumo o nosso problema teórico-metodológico a ser resolvido é quanto a desenvolvermos um quadro metodológico que aprofunde as respostas dos porquês deste novo agente operador do crédito rural Pronaf, que incorporou o termo solidário, até então não ter suprido a demanda dos Pequenos Agricultores Familiares problematizada historicamente. Uma vez aprofundados tais porquês será possível refletirmos quanto a construção de soluções como pontes sobre o abismo. Refletir quanto às soluções e construir pontes sobre o abismo no próprio contexto de pesquisa também requer quadro metodológico adequado, para colaboração com trabalhadores que efetivamente convivem com o problema do abismo no seu cotidiano de trabalho.

Quanto ao ponto de vista, olhamos, interpretamos e explanamos os acontecimentos do contexto da pesquisa mantendo a proposta interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação/Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE), Linha de Pesquisa Ruralidades, Meio Ambiente e Sociedade da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Logo, o conhecimento gerado é pretensioso quanto à interdisciplinaridade. Encontramos a interdisciplinaridade para olharmos o contexto de pesquisa na corrente que segundo Darses, Falzon e Munduteguy (2007, p. 155) surge na Europa e tem como base os trabalhos de Vygotsky (1896-1934). Esta corrente enfatiza a construção da significação como processo central das atividades mentais. Vigotsky privilegiava uma visão construtivista e centrada no desenvolvimento da inteligência. A intencionalidade do indivíduo, o caráter finalizado de toda a ação, o fato que os objetivos se inscrevem em constrangimentos resultantes do ambiente físico, social e organizacional, não podem ser ignorados. O construtivismo de Vigotsky nos fundamenta para a finalidade de construirmos o conhecimento interdisciplinar com o contexto de pesquisa. Vigotsky “[...] enfatiza que o mundo que vivenciamos surge de realidades

múltiplas e socialmente construídas” (GIBBS, 2009, p. 22). Conhecer e explanar quanto ao contexto da pesquisa, concebendo-o como socialmente construído, para então gerar conhecimentos uteis para superação das problemáticas socioambientais é uma finalidade maior desta Tese. Segundo Bronckart (2008, p. 9) a redescoberta da obra de Vygotski provocou o ressurgimento de:

[...] uma corrente interacionista-social que se caracteriza pela instauração do agir como unidade de análise do funcionamento humano, pelo aprofundamento da análise das características da linguagem e de seu efeito sobre as condições desse funcionamento e, enfim, por levar a sério os problemas da intervenção prática e dos processos de mediação formativa que nela se desenvolvem.

O ponto de vista interdisciplinar nos motivou para interagirmos com abordagem qualitativa que enfatiza os significados conferidos pelos atores às ações nas quais se empenharam (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1990 p. 101). Ao enfatizarmos os significados possibilitamos aos participantes do contexto da pesquisa, questionarem suas próprias ações relativamente a expressões tais como, rumo ao desenvolvimento sustentável (ROUILLÉ D'ORFEUIL, 2002). As dificuldades quanto ao crédito rural e ATER que os Pequenos Agricultores Familiares sofrem historicamente, interpretamos como problemática socioambiental. As ações, ferramentas e estruturas organizativas que estes geraram e geram objetivando suprirem suas necessidades, olhamos como sendo devidas ao desenvolvimento humano da cultura local, que por vezes acessa e por vezes não acessa conhecimentos da cultura geral humana. É desenvolvimento humano que ocorre a partir do cotidiano de trabalho, em atividades mediadas e direcionadas por ferramentas (Operacionais dos sistemas de informação e conceituais como agricultura familiar e cooperativismo) em uma história local, que todavia tanto é afetada como também afeta transformações globais.

1.3 HIPÓTESE E OBJETIVOS

Reflexões quanto ao uso dos recursos financeiros do Pronaf Custeio, são relevantes por estes influenciarem nas diretrizes do espaço rural brasileiro e por consequências sobre todas as formas de vida. No problema empírico, problematizamos a modernização conservadora da agricultura devido a ser

excludente dos Pequenos Agricultores Familiares e seu modo de vida, e por impor a diretriz para crescimento do sistema financeiro por meio de monoculturas, agrotóxicos e assistência técnica difusionista. As iniciativas de economia solidária e do Pronaf Custeio não redirecionaram a contento os recursos financeiros do crédito rural. Por que as ações de economia solidária e Pronaf não conseguiram a superação dos aspectos problematizados?

Com dados preliminares, sistematizados no contexto da pesquisa, sustentamos a hipótese de contradições históricas afetando a Rede UNICAFES. Todavia a medida que as análises confirmaram contradições e ações para superação ampliamos a **hipótese**: contradições históricas afetam a Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES, porém trabalhadores elaboram e praticam ações conforme aprendido.

Não tratamos a hipótese como algo a ser comprovado mas sim como algo a ser construído. Para tanto mantemos no processo de pesquisa a finalidade de gerar conhecimentos em colaboração com a comunidade pesquisada (UNICAFES PARANÁ). A colaboração é no sentido de construção de soluções para saírem de um marasmo no que se refere ao uso do crédito rural direcionado, já há vinte anos prioritariamente para financiamento de monoculturas e indo ao encontro do modelo da modernização conservadora da agricultura. A finalidade também é desenvolver metodologia, que vá além da explicação do comportamento geral do uso do crédito rural, que alcance os significados dos trabalhadores, os seus porquês quanto ao modo que operacionalizam o crédito rural, e que aponte para possíveis soluções.

O **objetivo geral** é conhecer e explanar quanto aos desafios que o novo operador de crédito Central Cresol Baser como parte da comunidade cooperativa (UNICAFES PARANÁ) enfrenta e discutir se as proposições construídas tem potencial para superação dos desafios. Para nós, **desafio** se refere a condição imposta no momento histórico, aos trabalhadores que almejam perpetuar uma atividade específica. De modo geral, desafio é a necessidade de resolução de problemas da atividade específica e a possibilidade dos trabalhadores conhecerem, criarem e efetivarem soluções superadoras. O conhecimento assim gerado é pretensioso em colaborar com ações transformadoras emergentes preconizadas pela agricultura familiar, no que diz respeito às possibilidades de transformações no modo de uso do crédito rural brasileiro objetivando suprir necessidades dos Pequenos Agricultores familiares, incluindo os praticantes das agriculturas de base

ecológica e agroecologia. Suprir tais necessidades é um modo de amenizar a crise socioambiental na sua interface com a agricultura.

Os **objetivos específicos** são os seguintes:

- a) **Averiguar** junto aos trabalhadores manifestações discursivas apontando para contradições dos seus sistemas de atividades;
- b) **Rever** os conceitos relativos ao modo de usar o crédito rural no passado do ambiente empírico;
- c) **Elucidar** quanto ao objeto perseguido pelo cooperativismo de crédito da categoria agricultura familiar, uma vez que o Pronaf Custeio para Agriculturas de base ecológica e agroecologia no Sistema Integrado de Crédito (SIC) da Central Cresol Baser é igual a zero;
- d) **Conhecer** as transformações da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) que operacionaliza o Pronaf Custeio quanto à sua adequação para financiar os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia;
- e) **Responder** o porquê do Abismo entre Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia nas organizações de crédito da categoria agricultura familiar;
- f) **Identificar a** geração de ações resultantes de aprendizado ao longo da história local de uso da ferramenta do crédito rural para superação de problemas;
- g) **Averiguar** quais ações são priorizadas e efetivadas na prática;
- h) **Explicar** quanto às ações e possibilidades de superação dos problemas do cotidiano dos trabalhadores;
- i) **Desenvolver** em colaboração com os trabalhadores um procedimento metodológico que contribua com a construção de uma Ponte sobre o Abismo que coloca Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia de um lado e o crédito rural do outro lado.

No capítulo 3 ao tratarmos do processo de pesquisa e metodologias, os objetivos específicos são correlatos aos questionamentos orientadores¹⁵ e quadro síntese da metodologia.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

A tese está descrita em oito seções. Na primeira (**INTRODUÇÃO**) introduzimos o modelo estatal da modernização conservadora da agricultura e suas inovações problematizando-as por serem inadequadas aos Pequenos Agricultores Familiares. Em seguida apresentamos o problema empírico relativamente ao abismo que existe entre crédito rural brasileiro e os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. Explicamos o problema teórico-metodológico das pesquisas que se limitam em apresentar o comportamento geral do uso do crédito rural brasileiro, mas que não explicam os desafios enfrentados pelo modelo cooperativo da agricultura familiar, que emerge como novo operador do crédito rural com pretensões solidárias. Explicitamos a necessidade de pesquisas com quadros metodológicos que enfoquem os significados atribuídos pelos próprios trabalhadores às suas ações e que propiciem entendimentos quanto às raízes históricas do problema empírico que denominamos abismo. Comentamos a hipótese e objetivos e encerramos o capítulo introdutório comentando a estrutura do texto da tese.

Iniciamos o capítulo 2 (**ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS**) relevando contribuições e limitações de estudos já realizados no mesmo ambiente empírico desta tese. Estes nos forneceram informações para olharmos o passado do ambiente empírico e para buscarmos o quadro metodológico do processo de pesquisa. Após comentarmos alguns requisitos teóricos necessários para estudos no ambiente empírico, apresentamos a Teoria Histórico Cultural da Atividade como supridora dos requisitos teóricos elucidativos do fenômeno concreto do ambiente empírico. Descrevemos a teoria da ação mediada; o método da estimulação dupla de Vygotski e; o paradigma para estudar a ação humana enfatizando a capacidade de agência. Priorizamos as explicações da evolução das unidades de análises, níveis hierárquicos de sistemas de atividades coletivos e noções de redes de

¹⁵ 3.1.1 Questionamentos orientadores e quadro síntese da metodologia.

sistemas de atividades com seus princípios (Unidade primordial de análise, Multiplicidade de vozes, Historicidade, Contradições como fontes de transformações, Ciclo de aprendizagem expansiva e a Zona de Desenvolvimento Proximal). Aprofundamos a descrição das noções de contradições como fontes de transformações com conceitos que fundamentam a existência histórica contraditória da mercadoria e sua unidade de opostos (Valor de Uso e Valor de Troca). Uma vez que esta tese critica o modo de uso do dinheiro do crédito rural descrevemos as noções de mercadorias especiais (dinheiro¹⁶ o equivalente geral, força de trabalho, mercadoria-capital). Ainda acrescentamos noções das contradições do capitalismo de alta tecnologia, do desenvolvimento da grande indústria, da criação de riqueza cada vez menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado. Enfatizamos que cada vez mais a criação de riquezas é dependente do poder de agência colocada em movimento por trabalhadores.

No capítulo 3 (**PROCESSO DE PESQUISA E METODOLOGIAS**) detalhamos os passos da pesquisa. Retomamos o problema empírico levantado pela Etnografia de Picinatto (2010) e a necessidade de metodologias que cumpram requisitos para a situação problematizada. Apresentamos nove questionamentos orientadores e o quadro síntese da metodologia. Introduzimos aspectos teóricos do ponto de vista histórico do processo de pesquisa e em seguida descrevemos a teoria do ciclo da pesquisa em Desenvolvimento do trabalho (PDT). As teorias nos inspiraram para realizarmos os procedimentos metodológicos em cinco passos. Assim descrevemos o primeiro passo de delineamento do fenômeno contando como realizamos diálogos preliminares, coleta de documentos com dados numéricos na ferramenta Sistema Integrado de crédito (SIC), coleta de dados em diálogos confrontativos com operadores e sistematização geradora de noções do contexto e das problematizações a partir dos sentidos dos trabalhadores colaboradores. Descrevemos o segundo passo de procedimentos para análises da atividade contando inicialmente como procedemos na coleta dos dados históricos, na efetivação de sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) e na maneira de transcrições a partir das MIF. Em seguida descrevemos os procedimentos analíticos das análises: i) histórica dos conceitos da atividade; ii) histórica do objeto da atividade e; iii) histórica da ferramenta e demais elementos. Posteriormente

¹⁶ Indispensável para discutirmos os comportamentos do cooperativismo de crédito rural, já que este tem por objeto a mercadoria especial dinheiro.

descrevemos o método analítico aplicado sobre as manifestações discursivas de contradições dialéticas e os conceitos das categorias dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo. Detalhamos os procedimentos de averiguação da presença de pistas linguísticas rudimentares e da presença das características das categorias em nossos transcritos, para em seguida comentarmos o procedimento repetido nos transcritos das sete Mini-Intervenções Formativas (MIF). Fechamos as descrições do segundo passo comentando sobre procedimento de confirmação das contradições. Descrevemos o terceiro passo do método de análise da criação instrumental do ambiente empírico contando como nos valem das noções teóricas da estimulação dupla de Vygotski, das três camadas da causalidade na ação humana e de características de ações agentivas de outros estudos empíricos para identificação de ações agentivas nas manifestações discursivas de contradições dialéticas de nossos transcritos. No quarto passo de método da análise prática de instrumentos elucidamos como procedemos nos valendo da categoria conflito para identificarmos estado de necessidade de transformações práticas com generalização urgente. Ainda contamos como com a categoria dilema procedemos para visualizar as tendências das novas transformações no Sistema de Atividade do Pronaf Custeio da Central Cresol Baser e que abrange a Rede de Sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. O quinto passo do processo de pesquisa e metodologia é a confecção de relatório e avaliações. Neste comentamos que o relatório de tese pode vir-a-ser um novo dado espelho que contribua para os trabalhadores (sujeitos) perseguirem um objeto compartilhado correlato ao Pólo Socioeconômico da comunidade cooperativa (UNICAFES). O objeto compartilhado sugerido nesta tese tem como fundamento teórico a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

No capítulo 4 (**DELINEAMENTO DO FENÔMENO E ANÁLISES DOS DISCURSOS**) constam sistematizações e análises. Iniciamos com o delineamento do fenômeno (Primeiro passo do processo de pesquisa e metodologias). Neste, apresentamos sistematizações dos produtos financiados com recursos financeiros do Pronaf Custeio da Central Cresol Baser, dos custos com insumos e das remunerações dos técnicos operadores da Assistência Técnica (ASTEC). Em seguida, citamos as tensões, contextualizamos o ambiente empírico e apresentamos uma imagem inicial da comunidade cooperativa, como uma Rede de Sistemas de Atividades com rumo indefinido. Após apresentarmos as sistematizações do

delineamento do fenômeno, iniciamos a apresentação do segundo passo analítico do processo de pesquisa e metodologias (Análises da atividade). Neste, constam as análises para identificação das manifestações discursivas de contradições dialéticas, contidas nos transcritos das Mini-Intervenções Formativas (MIF). Para tanto demonstramos e exemplificamos as análises de averiguação da presença de pistas linguísticas rudimentares e de averiguação das características das manifestações discursivas de contradições dialéticas, conforme as categorias analíticas dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo. Apresentamos as análises individualizadas dos transcritos, de cada uma das sete sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) e, em seguida organizamos uma síntese quantificando e categorizando as polarizações (pensamentos opostos) identificadas. Encerramos o capítulo 4 comentando os resultados do delineamento do fenômeno e das análises do capítulo 4, relativamente aos objetivos específicos, hipótese e ciclo de aprendizagem dos trabalhadores colaboradores da pesquisa.

O capítulo 5 (**ANÁLISES DOS CONCEITOS E ELEMENTOS ESTRUTURAIS**) também é correlato as análises da atividade, previstas no segundo passo metodológico. No capítulo constam inicialmente conceitos correlatos à atividade (Campesinato, Agricultura familiar: modelo político direcionador, Agroecologia ou agriculturas de base ecológica, Solidário: um conceito criticado, Crescimento econômico vezes desenvolvimento econômico). Em seguida, apresentamos a análise histórica do objeto, destacando a relação sujeito-objeto e o desvio-de-rumo. Avançamos com a análise histórica dos elementos estruturais da atividade, comentando-os individualmente. Para tanto, descrevemos dois sistemas de atividades: i) Sistema de Atividade Fundo de Crédito Rotativo para ilustrar o passado e; iii) Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser para ilustrar o presente e subsidiar a discussão quanto a uma imagem futura, conforme estado de necessidade, que remete os trabalhadores para transformações emergenciais. Encerramos a seção do capítulo 5, comentando o alcance das análises relativamente aos objetivos específicos, hipótese e ciclo de aprendizagem dos trabalhadores colaboradores da pesquisa.

No capítulo 6 (**ANÁLISES DA CRIAÇÃO E EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES AGENTIVAS**) constam as análises previstas no terceiro e quarto passo do processo de pesquisa e metodologias. Nas análises da criação instrumental (terceiro passo) descrevemos às análises de identificação das ações agentivas realizadas sobre os

transcritos oriundos das sete Mini Intervenções Formativas (MIF). Primeiro apresentamos as análises individualmente para cada uma das Mini-Intervenções Formativas (MIF) revelando as ações agentivas como criações instrumentais dos pares de trabalho. A posteriori, destacamos as ações agentivas do ambiente empírico evidenciando no que consistem e quais seus objetivos. Ainda no capítulo 6 constam análises da efetivação de ações agentivas (Quarto passo). Analisamos as ações agentivas (ATER Estratégico, *Up*, Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB) correlacionando-as aos conflitos que restringem suas efetivações no que se refere ao estado de necessidade de transformações práticas urgentes e; analisamos as ações agentivas Plano de Crédito e Substituição de Insumos elucidando-nos quanto a colaboração entre trabalhadores e Mudança de Objeto da Comunidade Cooperativa que não identificamos conflitos todavia elucidamos de seus limites para a efetivação. Ainda consta nas análises da efetivação de ações agentivas a análise dos dilemas que apontam para transformações práticas emergenciais com adoção de tecnologia. Esta análise aponta para uma imagem futura (Redesenho) da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa. Encerramos o capítulo 6, comentando o alcance das análises relativamente ao objetivos específicos, hipótese e ciclo de aprendizagem dos trabalhadores colaboradores da pesquisa.

A estrutura do capítulo 7 (**DISCUSSÃO**) é guiada pela sequência das questões orientadoras. Respondemos e discutimos às questões tendo os resultados do capítulo analítico como sustentáculos e os conceitos da Teoria Histórico Cultural da Atividade como fundamentos. No sub-capítulo 7.1 respondemos a Q1 confirmando que os trabalhadores realizadores de ações da comunidade cooperativa manifestam-se discursivamente referendando a existência histórica de contradições dialéticas conforme as categorias dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo (pensamentos opostos) em seus sistemas de atividades. No sub-capítulo 7.2 respondemos a Q2 sustentando que tanto no passado quanto no presente os trabalhadores da comunidade cooperativa convivem com conceitos que se contradizem e influenciam tanto para a continuidade da prática do modo atual de uso do crédito rural quanto influenciam guiando para a construção de um novo modo de uso do crédito rural. No sub-capítulo 7.3 respondemos a Q3 defendendo que a contradição primária (Valor de Uso e Valor de Troca) afeta os trabalhadores suficientemente para sustentarmos desvio de rumo sujeito-objeto. Desviam-se de modo a verem um objeto com dois pólos. Um Pólo Financeiro e um Pólo

Socioeconômico. Discutimos que ao priorizarem o Pólo Financeiro por força da contradição primária os trabalhadores (sujeitos) foram ao longo dos anos direcionados para não priorizarem os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. No sub-capítulo 7.4 reforçamos a discussão da Q3 relativamente às contradições secundárias oriundas da contradição primária. O sujeito confronta as regras todavia cede às tarefas padrões advindas do Manual de Crédito Rural (MCR). Assim defendemos que por serem afetados pelas contradições é que os trabalhadores chegam ao ano de 2015 sem terem construído Pronaf Custeio singular tanto para Agroecologia quanto para agriculturas de base ecológica em geral. Este é o motivo de ser igual a zero no Sistema Integrado de Crédito (SIC). No sub-capítulo 7.5 discutimos a Q4 explanando quanto ao direcionamento que a ferramenta operacional Sistema Integrado de Crédito (SIC) dá aos operadores. Sustentamos que a ferramenta operacional não sofreu transformações adequadas para financiar os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. Todavia constatamos uma ação agentiva denominada Plano de Crédito e Substituição de Insumos que se caracteriza por transformação da ferramenta operacional que aceita o uso-da-cama de aviário. Esta transformação vai ao encontro das agriculturas de base ecológica. No sub-capítulo 7.6 discutimos o porquê do abismo entre Pequeno Agricultores Familiares e crédito rural especificamente na Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa pesquisada. Sustentamos que aspectos financeiros cada vez mais inviabilizam as operacionalizações do crédito rural para os Pequenos Agricultores Familiares que não objetivam produção de mercadorias, maximização do lucro e da renda e o consumo de insumos agrícolas. No sub-capítulo 7.7 respondemos a Q6. Confirmamos que os trabalhadores geraram ações agentivas e discutimos os seus objetivos quanto a serem dirigidos ao Pólo Financeiro ou ao Pólo Socioeconômico do objeto da comunidade cooperativa. Assim assumimos que os trabalhadores apreenderam suficientemente para gerarem ações agentivas, todavia problematizamos quanto ao potencial de generalização. Pelos limites à generalização assumimos que as ações agentivas ainda não caracterizam desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos trabalhadores, no que se refere à superação de suas contradições. Adentramos no sub-capítulo 7.8 respondendo a Q7 referente a prática e generalização de ações agentivas. Evidenciamos limitações para generalização da ATER Estratégico, *Up*,

Transformação da Ferramenta SIC para SIC MOB. Discutimos que quando ocorreu a imposição da generalização da Transformação da Ferramenta SIC para SIC MOB também ocorreu a contradição terciária (Confronto entre velha e nova tecnologia). O sub-capítulo 7.9 tem como guia a Q8 referente a ações agentivas solucionarem contradições e redesenharem sistema(s) de atividade(s) do ambiente empírico. Neste, discutimos o ciclo de aprendizagem empírico analogamente ao ciclo de aprendizagem teórico. Assim problematizamos que os trabalhadores do ambiente empírico não completam o ciclo de aprendizagem expansivo conforme teoria. No sub-capítulo 7.10 explanamos quanto à contradição primária arrastar a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES uma vez que as ações agentivas não dão conta de superá-la. Ao arrastá-la a contradição primária continua gerando novos estados de necessidade. Com isto revelamos uma terceira imagem correlata às transformações emergenciais e à oferta advinda do capitalismo de alta tecnologia.

No último sub-capítulo (7.11 DESAFIOS DA REDE: COMPARTILHAR PARA DESENVOLVER) do capítulo 7 (**DISCUSSÃO**) tratamos dos desafios da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Centramos nas noções teóricas que elucidam quanto a relevância do compartilhamento entre trabalhadores para o desenvolvimento de funções psicológicas superiores. Em primeiro lugar explanamos quanto a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do ambiente empírico. Para tanto, caracterizamos uma situação presente do uso do crédito rural e uma situação futura do uso do crédito rural manifestado como ações agentivas. Discutimos o estado de necessidade de transição e os limites para transição. Definimos uma limitada zona em que há possibilidades de colaboração entre trabalhadores para efetivarem transformações motivadas pelo Pólo Socioeconômico do Objeto. Em segundo lugar sugerimos o desafio do compartilhamento das ações agentivas entre os trabalhadores da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES objetivando a construção de um objeto compartilhado. Também sugerimos o desafio de orquestramento das ações agentivas conforme divisão do trabalho e as noções conceituais do processo de conversão que constatamos presentes no cotidiano dos trabalhadores. Sugerimos aos trabalhadores o desafio de darem um pequeno passo transitivo dentro das possibilidades que revelamos neste estudo. Para tanto sustentamos que entre a situação presente do uso do crédito rural criticado (Operacionalização do

crédito para monoculturas, áreas agrícolas maiores, venda de agrotóxicos, ASTEC de escritório) e a situação futura (imaginada) do uso do crédito rural (Operacionalização para Pequenos Agricultores Familiares praticantes da agroecologia em diversificação de culturas e venda local, com ATER em nível de imóvel) existem severos impedimentos/impossibilidades de construções dialéticas para o sujeito(s) rumar para o Pólo Socioeconômico do objeto polarizado. Todavia entre a situação presente do uso do crédito rural criticado (Operacionalização do crédito para monoculturas, áreas agrícolas maiores, venda de agrotóxicos, ASTEC de escritório) e a nova forma social apoiada na Ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos (Operacionalização do crédito para monocultura de soja orgânica certificada para exportação) existe a possibilidade de construções dialéticas rumo ao pólo Socioeconômico do objeto. É nesta pequena zona de possibilidades de construções dialéticas que os trabalhadores estão desafiados a compartilharem um objeto sugerido como Linha de Crédito Rural específica para custear insumos de origem local (cama-de-aviário) e insumos citados na Lei 10.831 que rege sobre agricultura orgânica. Discutimos que ao praticarem o objeto compartilhado abrirão possibilidades de avançarem da aprendizagem (limitada pelas tarefas padrão) para o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores. Concluímos os resultados e discussão enfatizando que quando os trabalhadores conquistarem seus desenvolvimentos simultaneamente conseguirão expandir o ciclo de aprendizagem empírico.

Na secção 8 (**CONCLUSÕES**) ponderamos quanto à suficiência do processo de pesquisa e metodologias para alcançarmos os objetivos e construir hipótese. Apontamos as fragilidades e como podem ser amenizadas com complementos metodológicos. Recomendamos o processo de pesquisa e metodologias desta tese como desencadeador de colaboração entre pesquisadores e trabalhadores que objetivam superação de contradições. Sugerimos continuidade de processo de pesquisa tendo em vista os desafios que apontamos em colaboração com os trabalhadores do ambiente empírico.

2 ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

O conhecimento científico se distingue do registro do fato pelo ato de escolha do conceito requerido, isto é, pela análise do fato e do conteúdo. (VIGOTSKI *apud* FRIEDRICH, 2012, p. 34).

Para definirmos as teorias e conceitos que nos auxiliariam a alcançar os objetivos propostos, inicialmente revisamos estudos correlatos aos nossos temas e realizados nas organizações do mesmo ambiente empírico da pesquisa desta Tese. Consultamos as teorias que fundamentaram pesquisas anteriores e o seus resultados, para então definirmos teorias e conceitos que complementassem os estudos já existentes.

2.1 CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DE OUTROS ESTUDOS

O estudo mais antigo por nós revisado foi realizado no ambiente empírico por Abramovay (1981)¹⁷. Este fundamentou-se na sociologia rural para tratar de temas como questão agrária e crédito rural na região Sudoeste do Estado do Paraná:

Por que motivo o desenvolvimento do capitalismo no campo não conduziu, mesmo na maior parte dos países industrializados, à eliminação social do campesinato e sua substituição pela produção especificamente capitalista? (ABRAMOVAY, 1981, p. 8).

O autor concebeu a história agrária do Sudoeste Paranaense não se limitando à história econômica, priorizou os costumes, as tradições étnicas, a cultura de forma geral. Optou Abramovay (1981, p. 12) por se concentrar “[...] na análise da evolução dos sistemas camponeses, tentando compreender, a partir daí, o universo social camponês de dado período histórico”. Suas problematizações, de 1981, elucidam que o crédito rural favorecia¹⁸ propriedades agrícolas maiores. O estudo de Abramovay (1981) buscou explicar como os setores do campesinato

¹⁷ ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa:** o Sudoeste paranaense. São Paulo, 1981, 274. Dissertação, Mestrado (Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), USP.

¹⁸ Em 1980, o quadro mantém-se inalterado com relação a 1976: os “grandes” produtores, com 4,5% dos contratos (cerca de 56.000 contratos) absorvem 42,7% dos recursos subsidiados que o Banco do Brasil coloca na agricultura. Ao mesmo tempo os “mini” e “pequenos” produtores, com 81,4% dos contratos, recebem 9,3% do montante total (ABRAMOVAY, 1981, p. 108).

mais atingidos por revolução na base técnica da produção vivem sua atual condição social, como reagem à exploração que sofrem e quais os projetos que formulam diante destas reações.

Um segundo estudo de Abramovay (1991)¹⁹ examina como diferentes correntes de pensamento e vertentes de especialização profissional interpretam o camponês. O autor apresenta o debate entre os clássicos marxistas da questão agrária contrapondo-se a escola de Chayanov (1974). Por um lado está colocada a teoria marxista que o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: “[...] ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin) bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautzki)”. (ABRAMOVAY, 1991, p. 23). Por outro lado a escola de Chayanov (1974) teoriza com uma definição de campesinato com base na própria família. A estrutura familiar se impõe sobre o comportamento econômico”. (ABRAMOVAY, 1991, p. 23).

Um terceiro autor é Duarte (2011)²⁰. Este buscou teorias na Antropologia Social para pesquisar A Ecologia como Ideologia, junto aos Pequenos Agricultores Familiares no Sudoeste do Paraná. Seu método de análise:

[...] estabelece como pano de fundo para a interpretação da cultura humana, o movimento das modalidades de provimento das condições materiais de vida social (relações produtivas e comerciais), já carregadas de valores e tradições, formuladas na trajetória específica da constituição do seu território, numa interação contínua. (DUARTE, 2011, p. 54).

O autor se fundamenta em teorias para afirmar que é a partir do estudo de uma teia que produz bens e seres, que poderão ser explicitadas e compreendidas as relações de poder em cada campo social “[...] na acepção de Bourdieu, bem como nas relações supra campo, as classes sociais, conforme define Marx e detalha Thompson”. Fundamentado em Gramsci argumenta que a:

¹⁹ ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998.

²⁰ DUARTE, V. P. **A Ecologia como Ideologia: Os Pequenos Agricultores no Sudoeste do Paraná: Brasil Nuances**. Tese do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPAS), Universidade Nacional Argentina, Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais. Posadas, Misiones, 2011.

[...] ordenação dos diferentes interesses, como o conhecimento e a prática política, passa a ser disputado em todos os espaços institucionais, como mecanismos que plasmam a percepção dos humanos sobre si, sobre os outros humanos e sobre a natureza, sempre mediados pelo mundo, interagindo dialeticamente e influenciando nas condições de reprodução material. Isto porque, conforme formula Gramsci, a existência de uma condição hegemônica constitui-se na capacidade histórica de subordinação de forças divergentes, nos âmbitos estruturantes da sociedade. (DUARTE, 2011, p. 54).

Duarte (2011) argumenta que o capitalismo somente se mantém porque simultaneamente, controla a riqueza e se constitui em hegemonia cultural. Deste modo define objetivos, metas, valores, filosofias, conhecimentos e modalidades de convivência, válidos para o cotidiano e o futuro de cada indivíduo. O capitalismo constrói “[...] as subjetividades fraturadas com relação à objetividade, à coletividade e à universalidade: o individualismo”. (DUARTE, 2011, P. 54).

Um quarto estudo de Nunes (2012)²¹ investiga o movimento agroecológico e a Rede Ecovida de Agroecologia como prática educativa que se propõe a promover transformações sociais. O autor buscou teorias quanto à mundialização do capital, luta de classes, sociedade civil, sociedade política, Estado, hegemonia e contra hegemonia. O autor insere a ecologia como questão social e política e aponta “[...] as controvérsias e contradições presentes em três abordagens principais da economia ambiental: a economia ambiental neoclássica, a economia ecológica e a ecologia marxista”. A racionalidade ambiental de Leff (2002) e a Teologia da Libertação de Della Flora (2007) se destacam entre suas teorias por estas influenciarem nas organizações sociais de seu estudo.

Recentemente o estudo de Dambros (2014)²² tratou do tema Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Para tanto fundamentou-se em teorias de Gramsci para argumentar que a “sociedade civil deriva de organizações como a igreja, sindicatos, partidos, cooperativas, entidades e outros”. (CASTELLS, 1996, p. 16). O autor parte de uma percepção sociológica em que “[...] do ponto de vista analítico, não existe movimentos sociais bons ou maus, progressistas ou retrógrados. Os movimentos sociais são o reflexo dinâmico da sociedade”.

²¹ NUNES, Sidemar Presotto. **Influências Teóricas e Políticas nas Práticas Educativas da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, 321 p. Curitiba, 2012.

²² DAMBRÓS, Olivo. **“Extensão Agroecológica Desenvolvida Através de Redes Locais de Organizações da Agricultura Familiar e Camponesa no Estado do Paraná”**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Agroecologia pela Universidade de Córdoba. Córdoba, 2014.

(CASTELS, 1996, p. 20). Ainda fundamenta-se em Touraine (2003) o qual faz uma síntese conceitual abrangente, vinculando condições sociais a uma identidade cultural sustentada em valores morais. Para o autor o conflito social se estabelece a partir de pressões exercidas sobre essas dimensões, levando a reações coletivas. Num cenário de reações coletivas Dambros (2014) contrapõe a Extensão Rural Convencional com a Extensão Rural Agroecológica, definindo-as a partir de Sánchez de Puerta (1996). Para este a Extensão Rural pode ser concebida de várias formas, dependendo do grau de envolvimento do público beneficiário. A Extensão Rural Agroecológica, segundo Dambros (2014) tem origens em Paulo Freire²³ o qual apresenta noções de Extensão ou Comunicação, faz críticas ao difusionismo e defende metodologias de participação dos camponeses. O estudo de Dambros (2014) critica o papel desempenhado pela extensão rural difusionista na revolução verde e a enquadra como política do Estado a serviço do capital. Conclui o autor:

[...] a Nova Assistência Técnica e Extensão Rural com enfoque Agroecológico preconizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, sob a orientação da Política Nacional dessa Nova Assistência Técnica e Extensão Rural, não tem provocado mudanças estruturais no modelo convencional de Extensão Rural e nem oferecido resistência ao modelo agroquímico de produção vigente. Os formatos das modalidades de custeio e investimento que fomentam os projetos de Extensão via convênios e chamadas públicas são ineficientes e insuficientes. A conclusão é de que essa política pública não estimula a articulação e formação de redes locais das entidades/instituições da agricultura familiar e camponesa para a Extensão Rural Agroecológica; não cria condições suficientes para melhorar a qualificação dos profissionais que prestam estes serviços junto às organizações, comunidades, grupos e famílias do campo; não promove a interlocução da pesquisa oficial com as organizações e famílias rurais para a construção de conhecimentos científicos de apoio a Agroecologia; e, não disponibilizam os recursos necessários, oportunos e adequados para atingir universalização prevista na Política Nacional definida. (DAMBRÓS, 2014, p. 7).

Estes estudos citados com suas relevâncias de pesquisa e que certamente contribuem com o tema desta Tese não contemplam aspectos por nós considerados necessários. Em primeiro lugar, não se fundamentam em quadros metodológicos interdisciplinares, o que implica em explicações repetitivas e do ponto de vista disciplinar: O capitalismo é criticado, todavia as pesquisas pouco avançam explicando detalhes quanto aos distúrbios provocados pelo capitalismo no cotidiano

²³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

de trabalho. Para nós a resposta aos porquês do abismo está no comportamento humano e no desenvolvimento de suas funções psicológicas relativamente as ferramentas operacionais e conceituais que chegam ao ambiente empírico. Em segundo lugar, os estudos do ambiente empírico, não tratam especificamente da pergunta de pesquisa quanto às dificuldades e/ou impossibilidades de os Pequenos Agricultores Familiares da região Sudoeste do Paraná acessarem o crédito rural para custeio das suas atividades de agriculturas de base ecológica e agroecologia. Em terceiro lugar, destacamos que os problemas comumente são atribuídos aos bancos, todavia, o cooperativismo de crédito da categoria agricultura familiar foi fundado em 1995, adotou o termo solidário e opera com o Pronaf Custeio. Em quarto lugar, o conceito de contradição ainda que contido nos estudos é tratado praticamente sem definição, o que o coloca como equivalente a discrepâncias e sem um caráter histórico no qual as mercadorias tem valor de uso e valor de troca.

As explicações gerais dos vários estudos acusam o capitalismo como causador de todos os problemas, todavia não são agudas o suficiente para apontarem no processo de trabalho do ambiente empírico as interpretações e contradições que vivem os trabalhadores em um longo período histórico, no momento que sofrem tensões relativas ao capital financeiro, que lhes afeta gerando confusão e tomada de decisões imprevisíveis para superar emergências. Sustentamos que possíveis soluções, serão alcançadas se pesquisas em colaboração com trabalhadores da comunidade cooperativa (UNICAFES PARANÁ) apontarem no processo de produção, ações que guiem os trabalhadores para tomada de consciência quanto as contradições. Ações para solucionar urgências culminam em intensificar dificultadores e/ou impossibilitadores para Pequenos Agricultores Familiares. São os próprios trabalhadores das organizações de agricultores familiares que ao tomarem consciência da sua existência histórica contraditória, poderão gerar soluções para os problemas que tem em comum internamente à UNICAFES PARANÁ. Buscamos por teorias com potencial para explicar práticas do cotidiano de trabalho de longo período histórico, concebendo a história dos agricultores familiares e o problema empírico que denominamos abismo, uma unidade de análise que nos localizasse dentro do processo de trabalho no ambiente empírico e que nos instrumentalizasse para vermos além dos estudos já realizados.

2.2 TEORIA HISTÓRICO CULTURAL DA ATIVIDADE

Do ponto de vista da necessidade do ambiente empírico da pesquisa a Teoria Histórico Cultural da Atividade tem o conjunto de conceitos que entendemos suficientes. Destacamos a sua característica de conceber o trabalhador mediado por ferramentas efetivando ações e operações em seu ambiente de trabalho na singularidade de sua história local. As noções de sistemas de atividades, constituídos por elementos que formam uma estrutura supra a necessidade de localizar o pesquisador e os participantes do contexto da pesquisa em uma organização cooperativa por ramos de atividade (UNICAFES PARANÁ) que é o ambiente empírico deste estudo. A unidade de análise é simultaneamente processual concebendo período histórico o que supre o requisito do ambiente empírico da pesquisa que conta com período histórico de cinquenta anos, quando considerado desde a fundação da organização pioneira (ASSESOAR). A unidade de análise por ser estrutural (sistema de atividades com estrutura constituída por elementos, como sujeito, ferramenta, objeto) cumpre o requisito para nos auxiliar a vermos a estrutura do modelo cooperativo que se tornou complexa ao longo dos anos. A Teoria Histórico Cultural da Atividade pelo seu caráter processual (história), estrutural (sistemas de atividades) e sistêmico (relação entre os elementos do sistema de atividades) simultâneos, cumpre com requisitos para identificarmos transformações que ocorreram no ambiente empírico e que levaram a formação dos problemas (tensões) constatados no contexto da pesquisa. Os princípios da historicidade local, contradições como esforços de mudança, trabalhadores desenvolvendo-se no uso e transformação de suas ferramentas, contradições tornadas conscientes e gerando ações de superação e a possibilidade de construção de objetos compartilhados, torna a Teoria Histórico Cultural da Atividade supridora de requisitos para explicarmos e colaborarmos com a superação dos desafios da categoria agricultura familiar. Ainda mais a sua adequação em termos de quadro metodológico interdisciplinar, fundamentado na história, linguística e psicologia, é uma particularidade de uma ferramenta metodológica para interagirmos dialeticamente com a multiplicidade de vozes do contexto da pesquisa.

2.2.1 A teoria da ação mediada

Na teoria da ação mediada a atividade é o comportamento observável e o não observável como os processos mentais de memorização. A atividade para Vygotski (1930) é também o conjunto dos discursos quanto a uma ação. Ele propôs um primeiro quadro teórico em que conceituou a atividade humana como sendo mediada pelas ferramentas e pelos signos. A mediação é o fato central que transforma as funções psicológicas. Vigotski tratando do uso de meios artificiais e a transição para uma atividade mediada elucidou que:

[...] mudam fundamentalmente todas as operações psicológicas, assim como o uso de ferramentas amplia de maneira ilimitada o espectro de atividades, nas quais novas funções psicológicas devem operar. (FOLCHER e RABARDEL, 2012, p. 211).

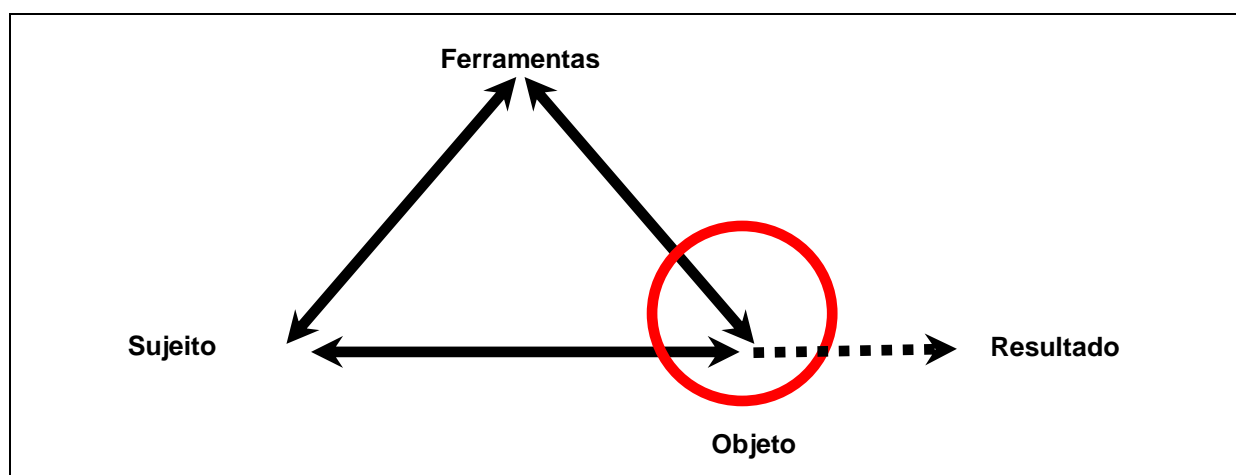
Segundo Friedrich (2012, p. 56) as descobertas de Vigotsky concluem que o processo de memorização artificial leva ao mesmo resultado que o obtido pela memória natural. Todavia, a novidade tem a ver com a direção artificial que é imposta pelo instrumento ao processo natural. Essa constatação evidencia que instrumentos psicológicos são orientados para os processos psíquicos dos sujeitos, e são espontaneamente mobilizados em um primeiro momento para resolverem tarefas. Vigotsky concluiu que os processos naturais do ser humano são atingidos com a introdução de instrumentos psicológicos. São estes instrumentos psicológicos que se tornam, ao longo da história do desenvolvimento da humanidade, objetos de controle e de domínio por parte do homem. Segundo Friedrich (2012) a linguagem, formas de contar e cálculos, meios mnemotécnicos²⁴, símbolos algébricos, obras de arte, escrita, esquemas, diagramas, mapas e planos. Todos os signos possíveis são instrumentos psicológicos. Para Friedrich (2012, p. 53) os estudos de Vigotsky (1931) elucidam que as funções psíquicas superiores, por exemplo a atenção voluntária ou a memória lógica, surgem com o auxílio dos instrumentos psicológicos. Por isto conseqüentemente se constituem como fenômenos psíquicos mediatizados. Os processos psíquicos são compostos por dois elementos: o primeiro é o estímulo, ou seja, a tarefa de memorizar uma determinada informação. O segundo elemento é a reação, ou seja, a memorização efetiva dessa informação. Na memória artificial a

²⁴ Por exemplo as canções dos povos originários australianos que transmitem sua cultura por gerações.

tarefa de memorização “[...] se realiza com o auxílio de um instrumento, que Vigotski denomina instrumento psicológico, o qual transforma o vínculo entre estímulo e reação um vínculo indireto ou mediatizado”. (FRIEDRICH, 2012, p. 54).

Para Friedrich (2012) Vigotski adotou como unidade de análise a ação do indivíduo com os elementos estruturais, sujeito, instrumento psicológico mediador e objeto. Segundo a autora “[...] é a natureza social dos instrumentos psicológicos que se torna um dos objetos privilegiados da psicologia, pois se busca compreender quais são os objetos que adquirem essa função, em qual época e de que modo”. (FRIEDRICH, 2012, p. 62). A figura seguinte reformulada²⁵ por Engeström (1987) representa a ação mediada contendo elementos estruturais: sujeito, ferramenta²⁶, objeto e resultado.

FIGURA 2.1 - AÇÃO MEDIADA COMO UNIDADE DE ANÁLISE.



FONTE: ENGESTRÖM (1987).

Vygotski em pesquisa com crianças de dois anos concluiu que a memorização de tarefas acontece quando é inserido algo intermediário entre o sujeito e o objeto. Estabeleceu o pesquisador a tarefa para uma criança levantar a mão direita quando lhe fosse mostrado um lápis, e levantar a mão esquerda quando lhe fosse mostrado um relógio. Constatou que ao colocar próximo a mão direita uma folha de papel e próximo à mão esquerda um termômetro ocorria à memorização por parte da criança. A criança conseguia cumprir a tarefa que lhe foi sugerida. Concluiu Vygotski que a folha de papel e o termômetro agiram como instrumentos mediadores que tornaram a tarefa de memorização um processo artificial. Nas palavras do

²⁵ Reformulada a partir do original de Vigotski por Engeström, Y. (1987).

²⁶ Interpretamos ferramentas como sinônimo de instrumentos.

pesquisador “[...] a novidade tem a ver com a direção artificial que é imposta, pelo instrumento, ao processo natural” (VYGOTSKI, 1931, p.109-111, citado por FRIEDRICH, 2012, p. 54-55). Em Folcher e Rabardel (2012, p. 207-220) temos que Vygotski fez das mediações a si mesmo e aos outros, uma característica de um tipo particular de instrumento. Em Friedrich (2012) temos os instrumentos descritos como instrumentos psicológicos que mediam e direcionam as relações entre sujeito e objeto.

2.2.1.1 O método da estimulação dupla em Vygotski

Conforme Virkkunem e Newnham (2015, p. 108) “o comportamento biologicamente determinado dos animais foi estudado experimentalmente mediante o fornecimento de estímulo aos animais e o registro de suas reações a ele”. O esquema que se vale de um determinado estímulo que resulta em uma resposta também foi utilizado nos estudos da psicologia humana. Todavia, o esquema estímulo-resposta “[...] não possibilita o estudo dos meios e instrumentos que os indivíduos usam para organizar seu comportamento de maneira a lidar adequadamente com um problema que enfrentam”. (VYGOTSKI, 1999, p. 59 citado por VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 108). A partir desta argumentação, Vygotski é propositivo quanto ao método que denomina Estimulação Dupla. É um método em que ocorre o uso de dois estímulos diferentes para estudar os meios internos e externos de comportamento humano.

Para Virkkunem e Newnham (2015) Vygotski salienta a significação criativa que ocorre quando o indivíduo conecta um novo artefato. O novo artefato é o segundo estímulo fornecido pelo experimentador, ou ainda tomado pelo próprio indivíduo que busca resolver um problema. Este conectar ao artefato (segundo estímulo) para resolver um problema é a invenção, que consiste em usar um artefato como um instrumento para resolução do problema. Em situações experimentais:

Em vez de fornecer um segundo estímulo, o experimentador também poderia esperar até que o indivíduo tomasse espontaneamente algum artefato como instrumento no processo de solução de problemas. (VIRKKUNEM & NEWNHAM, 2015, p. 108).

As observações de Vygotski resultam na constatação de que a resolução de situações problemáticas ocorre em duas fases:

- a) Primeira fase: o indivíduo hesita e busca por um segundo estímulo. Esta primeira fase continua até que o indivíduo encontre ou adote o segundo estímulo fornecido pelo experimentador, ou ainda o indivíduo constrói o seu segundo estímulo;
- b) Segunda fase: se caracteriza pela ação agentiva e determinada do indivíduo. Nesta segunda fase o indivíduo tornou aquilo que a princípio seria um estímulo neutro em “[...] uma nova ferramenta psicológica no processo de resolução de problemas” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 108). Nesta segunda fase ocorre a substituição de ferramentas psicológicas previamente internalizadas que eram inadequadas para resolver o problema por uma nova ferramenta psicológica remediadora.

2.2.1.2 Da causalidade a agência


Na Teoria Histórico Cultural da Atividade ação agentiva é definida como a capacidade do indivíduo ou coletivo construir atividades e ao longo de suas existências transformarem estas atividades. Segundo Engeström (2006) a noção de causalidade predomina nos estudos empíricos da área de conhecimento da psicologia e das ciências sociais. A primeira ideia é que o fenômeno que está sendo explicado é determinado por certos fatores, não diretamente, mas através da mediação de certos mecanismos. Isto significa que primeiramente são definidas quais são as variáveis dependentes que representam o fenômeno a ser explicado e quais são as variáveis independentes. Em seguida, verifica-se possíveis correlações entre essas duas categorias de variáveis. Se existem tais correlações, presume-se que elas refletem leis universais das áreas da psicologia, sociologia ou biologia. As leis exercem a sua influência através de mecanismos de mediação, que são representados por variáveis intervenientes. Segundo Engeström (2006) no estudo de Maxwell (2004) a noção tradicional de causalidade é denominada de abordagem da regularidade. Esta abordagem sustenta que não podemos observar diretamente a causa, mas sim, apenas as regularidades nas relações entre os eventos. A abordagem da regularidade implica necessariamente em uma visão orientada para a variável da pesquisa (ENGESTRÖM, 2006). Neste modo de abordar o fenômeno a causalidade é entendida como uma relação sistemática entre as variáveis, em vez de ser abordado como um processo de causalidade.

Em contraste com pesquisas que tem uma visão de abordar variáveis, temos a abordagem orientada para processos de investigação. Nesta, a causalidade pode ser observada e reconstruída como uma sequência de acontecimentos reais. Ela usa métodos históricos, evidências narrativas, observação, registro e desdobramentos de cadeias de eventos. A pergunta de Engeström (2006) é como observar e reconstruir cadeias de eventos entre seres humanos? E quais categorias de “lentes” precisamos para isto?

Conforme Engeström (2006) o estudo de Eskola (1999) sugere que as respostas estão em três facetas: i) na estrutura e no desenvolvimento da atividade na qual os atores estão envolvidos e nos significados para diferentes atores; ii) nas leis e regras que os atores levam em conta na atividade e; iii) nas lógicas sobre os fundamentos nos quais eles fazem isso.

No quadro a seguir contrastamos a investigação orientada por variáveis com a investigação para o estudo da ação humana.

QUADRO 2.1 - CAUSALIDADE E PARADIGMA PARA AÇÃO HUMANA.

Noção tradicional de causalidade		
Fatores X1, X2... Xn etc	Determinam 	Fenômeno (Y)
Lei científica		
Paradigma para o estudo da ação humana		
Na atividade do ator	Leva em conta, uma ou outra lógica.	Se X/ Então Y Lei/Regra

FONTE: ENGESTRÖM (2006).

O paradigma realista de Eskola (1999) citado por Engeström (2006) centra-se no fato que os seres humanos não reagem meramente como objetos físicos. Os humanos agem com base em suas atividades, interpretações e lógicas. Nesta abordagem primeiramente acrescenta-se uma camada interpretativa da causalidade. Entretanto nos contextos de atividade humana acrescenta-se mais uma camada que vai além da interpretativa. Os seres humanos em suas atividades enfrentam contradições devidas á vários motivos embutidos e engendrados nos seus históricos de desenvolvimento de comunidades e objetos. Esta é a camada contraditória da causalidade, que torna o olhar do ser humano, irracional e imprevisível.

(ENGESTRÖM, 1989). Ainda acrescenta Engeström (2006) a camada que representa o potencial humano para a agência, ou seja, para ações individuais e/ou coletivas intencionais destinadas a transformar a própria atividade. A seguir ilustramos as três camadas da causalidade na ação humana:

QUADRO 2.2 - TRÊS CAMADAS DA CAUSALIDADE NA AÇÃO.

Camada interpretativa	Na atividade do ator	Leva em conta, uma ou outra lógica	Se x/ Então y Lei/Regra
Camada contraditória	Como participante da atividade coletiva	É impulsionado por motivos contraditórios	Procurando resolução frequentemente com ações imprevisíveis
Camada agentiva	Como potencial agentivo individual e/ou coletivo	Dirigida intencionalmente para uma ação transformativa	Inventando e usando artefatos para controle da ação "do lado de fora".

FONTE: ENGESTRÖM (2006).

Segundo Engeström (2006) o estudo de Davydov (2003, p. 63) define agência como "[...] a capacidade para construir e transformar de forma independente uma atividade da própria vida". A agência de Vygotski é originada pelo uso de artefatos externos para chegar a uma redefinição de uma situação. Este ponto de vista corresponde a terceira camada da causalidade na ação humana, ou seja a camada agentiva.

A explanação de Engeström (2006) culmina com a descrição do experimento que sustenta as teorias de Vygotsky. Neste temos exemplificação das camadas interpretativa, contraditória e agentiva. O experimento de Lewin envolveu uma situação a principio sem sentido, que demonstra que o sujeito procura por algo externo a ele e que o apoie. É este algo externo identificado e tomado como apoio que define o próprio comportamento do sujeito. O experimentador em sua experiência deixou o sujeito e não retornou. Todavia o experimentador observou o sujeito e o seu comportamento sem ser visto. Constatou o experimentador que em média de vários experimentos o sujeito o aguardava entre 10 e 20 minutos. O sujeito não entendendo o que deveria fazer permaneceu no ambiente, porém em um estado de oscilação, confusão e às vezes indecisão. Quase todos os adultos dos experimentos procuraram um ponto de apoio externo. O relógio foi um ponto de

apoio externo que o sujeito se apoiou para estabelecer o que fazer. Quando os ponteiros chegassem em tal hora ele abandonaria o local que o experimentador o deixou. Quando os ponteiros do relógio chegaram na hora que o sujeito determinou, ele saiu, ou seja, a ação ocorreu automaticamente. Foi ele mesmo, o sujeito, quem estabeleceu sua ação mudando o campo psicológico e criando uma nova situação para si mesmo. Para Vygotsky (1987a, p. 356 citado por Engeström, 2006, p. 5) o sujeito transformou a situação sem sentido (Esperar o que se foi abandonado?) em uma nova situação que lhe fez sentido (Sair da sala na hora que ele mesmo determinou). O sujeito inicialmente interpretou a situação como um experimento no qual deveria seguir as regras conforme o experimentador. Este é o comportamento do sujeito que revela a camada interpretativa). Como o sujeito aguardou o retorno do experimentador e nada aconteceu, emergiu uma contradição: por um lado a regra esperar e por outro lado a busca de um sentido a situação agora sem sentido, pois o experimentador não retornou. Foi notado pelo experimentador um período de confusão, o que poderia levar a imprevisíveis ações irracionais. Este foi o comportamento que sustenta a existência da camada contraditória. Porém o sujeito buscou o apoio externo, identificou o relógio como artefato cultural e com ele transformou a situação já sem sentido imposta pelo experimentador, ou seja gerou uma medida que consistiu na ação agentiva sair da sala. Este foi o comportamento humano que sustenta a camada agentiva.

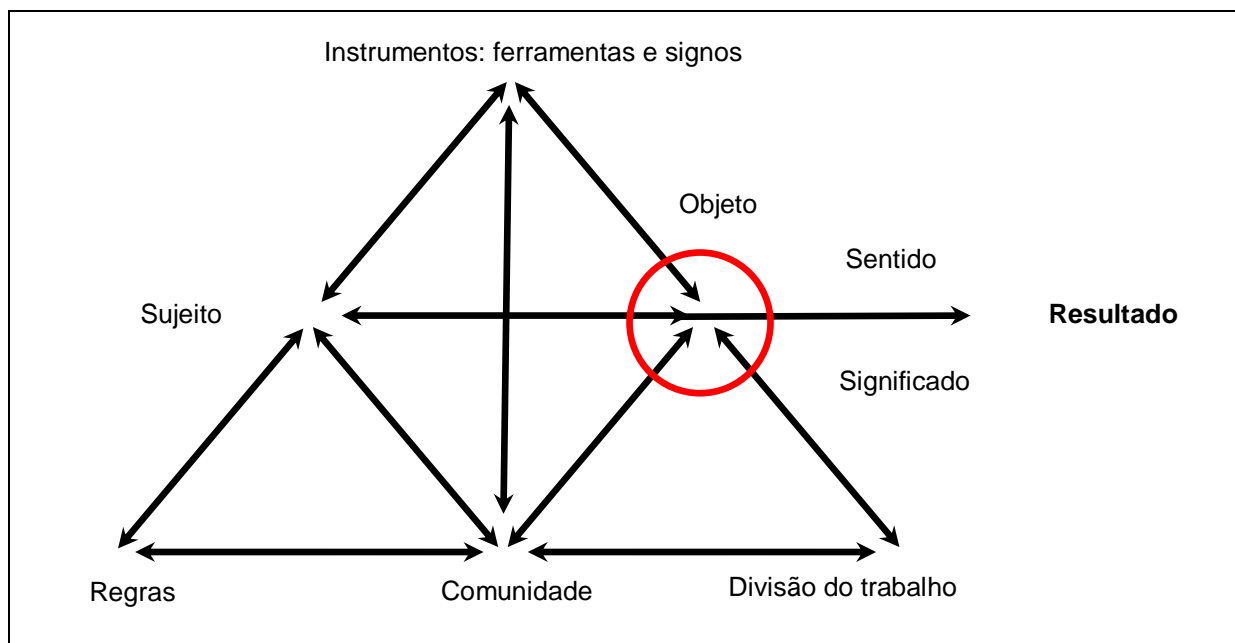
A ação agentiva em sua forma rudimentar pode se manifestar aparentemente como uma não-ação, ou uma simples resistência que consistiu em sair da sala já que o experimentador não retornava. No entanto é uma ação radicalmente distinta quando análoga a esperar passivamente o retorno do experimentador. Também é distinta de uma tomada irracional quanto à situação sem sentido. (ENGESTRÖM, 2006).

2.2.2 O Sistema de atividade como unidade de análise

Leontiev (1981) defendeu que havia limitações na unidade de análise que concebe apenas a ação mediada. Suas argumentações são análogas a atividade de caça efetuada por grupos de humanos primitivos. Enquanto a ação mediada como unidade de análise de Vygotsky é a ação de um indivíduo, a unidade de análise de Leontiev (1981) concebe um conjunto de ações interagindo e caracterizando um

sistema de atividade coletivo. Quanto a atividade de caça como algo prático, Leontiev (1981) argumenta que existe um conjunto de ações. Esta atividade somente se concretiza como conjunto de ações realizadas por distintos indivíduos que fazem parte do coletivo. A atividade coletiva de caça somente existe por ser provida de um objeto comum que é a caça motivada pelas necessidades. Porém, cada indivíduo tem seu objeto particular que o faz participar da atividade coletiva. Cada indivíduo coloca na atividade o seu sentido que é pessoal, todavia a atividade também é guiada pelos significados acordados como regras pelo grupo de caçadores. As ações que tem seu objeto na caça, são distintas e algumas são realizadas antes da caça propriamente dita iniciar, pois as ferramentas tais como lanças são manufaturadas antecipadamente a ação de perseguir e matar com as lanças (ferramentas) o animal (objeto). Descreve Leontiev (1981) que o coletivo de caçadores se divide em dois grupos. Um grupo de batedores afugenta (ação) a futura presa, enquanto outro grupo aguarda em local favorável para encerrar e abater a presa. Para o autor a ação do indivíduo afugentador tem um objetivo específico que é o de afugentar a futura presa. Todavia, a importância da ação de afugentar somente poderá ser compreendida quando concebida no conjunto das demais ações, que tem por objeto a presa. A ação individual objetiva afugentar o animal, enquanto o que motiva a atividade coletiva é a necessidade de alimentação e vestimenta dos indivíduos da comunidade dos caçadores. A atividade coletiva de Leontiev (1981) concebe um sistema de atividade. Este como unidade de análise contém mais elementos estruturais. A atividade coletiva realizada na prática pelos caçadores primitivos desdobra-se na divisão do trabalho, pois enquanto um indivíduo espanta o animal o outro tem o trabalho de matar o animal com a lança. Leontiev (1981) mantém os elementos estruturais da ação mediada de Vygotsky (Sujeito, Instrumentos, Objeto) e acrescenta a ele novos elementos estruturais, caracterizando uma unidade de análise sistêmica. Na figura seguinte representamos a unidade de análise sistema de atividade com seus elementos estruturais (sujeito, instrumentos, objeto, sentido, significado, regras, comunidade, divisão do trabalho e resultado).

FIGURA 2.2 - SISTEMA DE ATIVIDADE COMO UNIDADE DE ANÁLISE.



FONTE: ENGESTRÖM (1987).

2.2.2.1 Três níveis do sistema de atividade

A contribuição de Leontiev (1981) não se limita apenas a ampliação da unidade de análise acrescentando novos elementos estruturais sistêmicos. Sua contribuição também está no fato de teorizar quanto a três níveis dos sistemas de atividades. Os elementos estruturais interagem hierarquicamente. As relações entre atividade, ações e operações são internas e dialéticas. Uma atividade coletiva é realizada mediante as ações dos indivíduos, mas as ações dos indivíduos também formam a atividade coletiva. Leontiev (1981) é propositivo quanto a três níveis de análise: operação, ação e atividade.

No nível inferior da hierarquia do sistema de atividade estão às **operações**. Este elemento é orientado pelas condições de necessidade da atividade. A operação é definida pela sua característica de não ser realizada com atenção consciente. São rotinas inconscientes e resultantes da prática por ocasião da ação. As operações de um sistema de atividade são o modo da efetivação da ação que tornou-se “[...] procedimentos automatizados por intermédio de repetição e prática” (VIRKKUNEN & NEWNHAM, 2015, p. 93). Leontiev (1978) ilustra o nível de operação analogamente a atividade de dirigir carro. Esta atividade como aprendizagem, ilustra o movimento de um nível da estrutura do sistema de atividade para outro, como ações que se

tornam operações automáticas. É o caso da mudança de marcha ao aprender a dirigir. A operação do sistema de atividade é dependente da ferramenta²⁷. Esta, é uma encarnação material de uma operação recorrente nas atividades humanas. Entretanto as ferramentas são maneiras de efetuar operações e não ações e ainda podem servir a muitos objetivos diferentes, bem como permitem que se alcancem certos objetivos, todavia as ferramentas não os determinam. (VIRKKUNEN & NEWNHAM, 2015).

O nível intermediário é o de ação. Esta é definida como um processo consciente estruturado por uma representação mental de um resultado a alcançar. Segundo Leontiev (1981), a característica central de uma ação é sua orientação consciente no sentido de um objetivo que esteja ligado ao tempo e ao local. A ação é um elemento do sistema de atividade que tanto pode ser efetivado pelo indivíduo quanto por um coletivo. Para Leontiev (1974), a atividade humana existe somente sob a forma de ações ou cadeias de ações subordinadas a objetivos particulares, que podem ser distinguidos do objeto comum. Em uma atividade, as ações subordinadas ao objeto/motivo são sempre explicita ou implicitamente caracterizadas por ambiguidade, surpresa, interpretação, construção de sentido e potencial de mudança (VIRKKUNEN & SHELLEY, 2015).

O objetivo é definido pela sua especificidade e restrição de tempo e lugar. Hierarquicamente está no nível inferior ao objeto/motivo. O objetivo é subordinado ao objeto e tem o mesmo sentido do objeto. Por isto contribui para alcançar o objeto e resultados do sistema de atividade. É preciso considerar que por um lado o objetivo da ação determina quais operações são necessárias e “[...] por outro lado às operações disponíveis afetam quais objetivos podem ser estabelecidos e alcançados”. (VIRKKUNEN & NEWNHAM, 2015, p. 94).

²⁷ Fundamentados em Folcher e Rabardel (2012, p. 213) diferenciamos **artefato** de **ferramenta** (instrumento), objetivando a não redução do conceito de ferramenta. Artefato não é sinônimo de instrumento, objeto técnico ou máquina. Por ferramenta (instrumento) entendemos como aquilo que está em uso pelo indivíduo ou coletivo de indivíduos. Para que o uso ocorra se faz necessário que o indivíduo esteja equipado com multiplicidade de órgãos funcionais, cujo desenvolvimento ocorreu em um contexto cultural, e numa história do indivíduo ou do seu coletivo interagindo com o mundo, e com um determinado contexto social. Assim o artefato pode vir a não ser um instrumento, já que para seu devido uso, implica em **órgão funcional psíquico**, conforme Leontiev (1981) e citado em Folcher e Rabardel (2012, p. 213). Para o artefato, vir a ser instrumento, implica em construir articulação com a atividade do(s) sujeitos.

No nível superior está à atividade, como um todo que subordina os níveis inferiores de ação e operação. Definida como um conjunto de ações e operações a atividade é dirigida para um objeto/motivo da comunidade que a efetiva. O objeto é o motivo do sujeito e lhe dá uma orientação consciente e específica. É no objeto que necessariamente são identificadas as necessidades e desejos que a atividade procura suprir (LEONTIEV, 1974). O objeto de uma atividade é a sua motivação social verdadeira, o que lhe dá uma direção determinada (LEONTIEV, 1978). Ainda, o objeto define o significado social da atividade. Embora o objeto/motivo da atividade subordine os níveis de ação e operação, ele não é determinante direto das ações dos indivíduos. Cada indivíduo que participa da atividade coletiva tem uma perspectiva diferente do objeto e pode participar da atividade por razões diferentes. Para Leontiev (1978) o significado social da atividade coletiva é distinto do sentido pessoal do indivíduo que participa da atividade coletiva. Existem motivações individuais que o levam a participar da atividade coletiva. Tanto o significado cultural quanto o sentido pessoal de uma ação individual, somente podem ser decifrados mediante a observação da ação no contexto da atividade por ela realizada (ENGESTRÖM, 2001a citado por VIRKKUNEN & NEWNHAM, 2015).

A seguir representamos três níveis hierárquicos do sistema de atividade:

FIGURA 2.3 - NÍVEIS HIERÁRQUICOS DO SISTEMA DE ATIVIDADES.

Nível	Orientado para	Efetivada por
Atividade	Objeto, Motivo	Comunidade
↕	↕	↕
Ação	Objetivo	Indivíduo ou grupo
↕	↕	↕
Operação	Condições	Rotina humana ou máquina

FONTE: Leontiev (1978).

2.2.3 Redes de sistemas de atividades

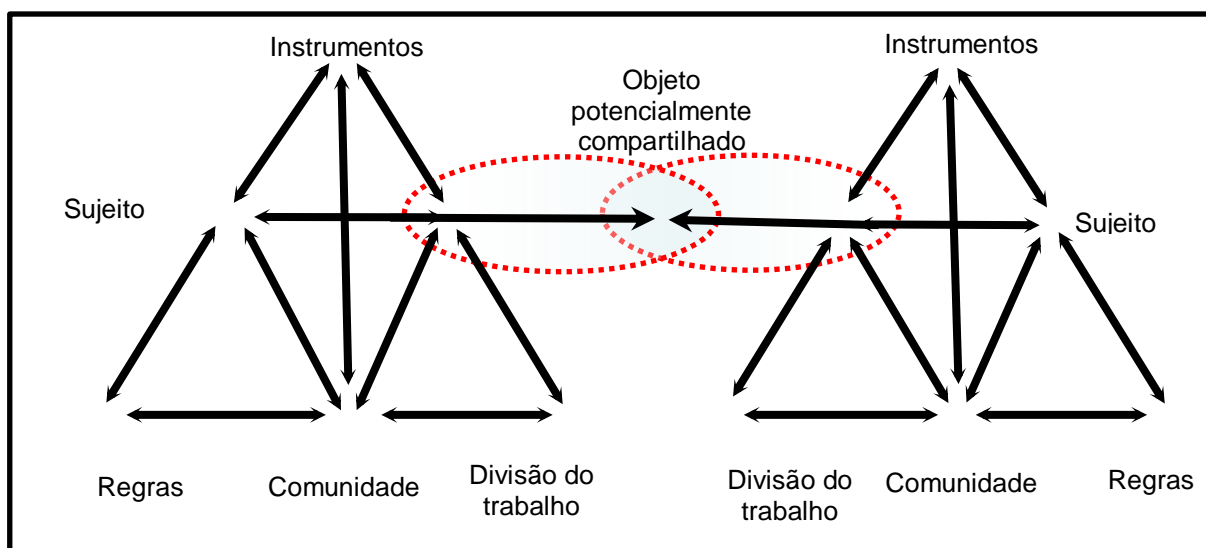
A Teoria Histórico Cultural da Atividade desenvolvida por Engeström (1999a) coloca centralidade na atividade coletiva prática de trabalho (DANIELS, 2011). Sua teoria estende os estudos para além do sistema de atividade coletivo de Leontiev (1987) para então examinar e trabalhar as transformações que ocorrem em redes de sistemas de atividades. Seus fundamentos elucidam que todos os sistemas de atividade são uma fração de uma rede de sistemas de atividades que na sua totalidade constituem a sociedade humana. “Diversos sistemas de atividade são o resultado de um processo histórico contínuo de progressiva diversificação de tarefas e divisão coletiva de trabalho no nível societal [...]” (MARX, 1867/1976 *apud* DANIELS, 2011, p. 171). A rede de sistemas de atividades é formada à medida que sistemas de atividade, perdem sua autossuficiência e permutam entidades, incluindo objetos, meios de produção, pessoas e diversas formas de textos (DANIELS, 2011).

A Teoria Histórico Cultural da Atividade foi desenvolvida para desempenhar a função de ferramenta para “[...] analisar a revelação de atividade cooperativa orientada por objeto de vários atores, focando em ferramentas e meios de construção de objetos de fronteira em processos de trabalho concretos” (ENGESTRÖM, 1999a, p.7). A tradição de Vygotsky e Leontiev no que se refere a analisar a ação humana e atividade coletiva humana em seu desenvolvimento histórico é mantida e priorizada na unidade de análise que concebe redes de sistemas de atividade em interação. Destacamos seus princípios:

2.2.3.1 Unidade primordial de análise

O primeiro princípio é a **unidade primordial de análise**. A unidade de análise é um sistema de atividade coletivo mediado por ferramenta e orientado por objeto, todavia concebido em suas relações de rede com outros sistemas de atividade. Nesta unidade de análise temos os mesmos elementos da unidade de análise de uma atividade coletiva, porém a interação entre os sistemas de atividades tem potencialmente objetos compartilhados. A figura a seguir com dois sistemas de atividades interagindo representa a unidade primordial de análise:

FIGURA 2.4 - DOIS SISTEMAS DE ATIVIDADES INTERAGINDO.



Fonte: ENGSTRÖM (2001).

A unidade de análise que concebe redes de atividades foi desenvolvida considerando complexidades das fronteiras, que são criadas e transgredidas entre as múltiplas atividades na prática. Na interação entre os sistemas de atividade, ocorrem contradições e conflitos, devidos à definição dos objetos da atividades, o que requer uma análise do poder e do controle dentro de sistemas de atividades em desenvolvimento (DANIELS, 2011). Os desenvolvimentos dos sistemas de atividades e suas interações podem gerar objetos coletivamente significativos. Engeström (1999a) exemplifica o desenvolvimento de um objeto que se transforma tornando-se compartilhado. O objeto um move-se de um estado inicial de matéria-prima irrefletida, situacionalmente dada quando um paciente específico entra no consultório de um médico. O objeto dois é coletivamente significativo e é construído pelos sistemas de atividades. Neste, o paciente é construído como um espécime de uma categoria biomédica da doença, como uma instanciação do objeto geral de doença/saúde. O objeto três potencialmente compartilhado ou conjuntamente construído implica “[...] na compreensão colaborativa construída da situação de vida e do plano de tratamento do paciente” (ENGSTRÖM, 1999a, p. 136). Para o autor o objeto da atividade é um alvo móvel, não redutível a metas conscientes de curto prazo.

2.2.3.2 Multiplicidade de vozes

Um segundo princípio é o da multiplicidade de vozes. O desenvolvimento da Teoria Histórico Cultural da Atividade coloca ênfase na multiplicidade de vozes contidas nos sistemas de atividades, bem como na maneira como os atores individuais trazem suas próprias histórias a partir das posições sociais que assumem na divisão do trabalho que prevalece na atividade. Nos sistemas de atividades a multiplicidade de vozes é umnexo de múltiplos pontos de vista, tradições e interesses. A divisão do trabalho numa atividade, cria posições diferentes para os participantes. Cada um dos participantes carrega suas próprias histórias. Cada sistema de atividade carrega múltiplas camadas e fios de história gravados em suas ferramentas, regras e convenções. A multiplicidade de vozes aumenta exponencialmente em redes de sistemas de atividades. A interação entre sistemas de atividades é uma fonte tanto de tensão quanto de inovação, por isto exige ações de tradução e negociação (DANIELS, 2011).

2.2.3.3 Historicidade

Um terceiro princípio é a historicidade. Os sistemas de atividade tomam forma e são transformados em extensos períodos de tempo. Seus problemas e potenciais só podem ser compreendidos no confronto com sua própria história. O princípio da historicidade se refere a história local da atividade, seus objetos, história das ideias e ferramentas teóricas que moldaram a atividade. É importante observar que qualquer entidade material não é fixa, mas pode assumir diferentes funções em um sistema de atividade. Signos podem mudar funções e se tornar ferramentas no processo de interpretar textos e posteriormente geram novos textos e significados que são cultural e historicamente situados (SMAGORINSKY, 2001 *apud* DANIELS, 2011). Mediante o mesmo sinal, objetos mundanos como textos de livros podem continuar suas vidas em outros papéis e assumir funções diversas no mesmo sistema de atividade ou em outros (ROTH E LEE, 2007 *apud* DANIELS, 2011).

2.2.3.4 Contradições como **fontes** de transformações

O conceito de contradição concebido para rede de sistemas de atividades é decorrente da dialética marxista (MARX, 1990). Nos estudos de Engeström e Sannino (2011) e Miettinen (2009) as contradições são apresentadas como primárias, secundárias, terciárias e quaternárias.

A **contradição primária** é conceituada por Engeström e Sannino (2011) que se fundamentam em Ilenkov (1982). Para este:

A formação do organismo capitalista emerge com o processo de crescimento de tensão entre os dois pólos da categoria original. A transformação dos opostos de valor e valor de uso em si torna-se cada vez mais complexo (ILENKOV, 1982, p. 276).

De acordo com Engeström (1987, p. 82) a contradição interna básica da atividade humana é a sua dupla existência. É uma produção social total, mas também é uma produção específica dentro da totalidade. Como consequência, a produção específica é simultaneamente independente e subordinada à produção social total. Esta contradição entendida como dupla existência, adquire diferentes formas nas diferentes formações socioeconômicas. Cada atividade experimenta e gerencia contradições de diferentes maneiras. No sistema capitalista, a contradição interna assume a forma geral de mercadoria. As mercadorias têm um valor duplo. Elas têm valor de troca e valor de uso. A mercadoria e a riqueza são categorias com determinação histórica. Por um lado o valor de uso de uma mercadoria se caracteriza pela capacidade de suas propriedades materiais satisfazerem necessidades humanas. Por outro lado, a mercadoria tem a propriedade de poder ser trocada por outras mercadorias distintas dela mesma. Esta propriedade de poder ser trocada por outras mercadorias é o valor de troca. Ambos, valor de uso e valor de troca estão ao mesmo tempo na mercadoria. Para que algo seja mercadoria e conseqüentemente riqueza deve ter ambas as propriedades. Caso um determinado produto satisfaça as necessidades humanas, mas não possa ser levado ao mercado para que ocorram trocas, desconsiderado é como um elemento constitutivo de uma economia mercantil mesmo que possa coexistir com ela (CARCANHOLO, 1998). Estes dois aspectos da mercadoria estão em contradição, uma vez que, ambos são mutuamente exclusivos e mutuamente dependentes. Engeström (1987) denomina a

contradição entre valor de uso e valor de troca como contradição primária. Ela se faz presente dentro de cada elemento²⁸ dos sistemas de atividades. No capitalismo a produção em si não deve ser entendida como sinônimo de processo de trabalho. A produção é uma unidade do processo de trabalho e do processo de criação de valor. Disto decorre que:

- a) Embora o produto de uma atividade tenha um valor de utilização, no modo de produção capitalista o objetivo maior é obter mercadoria, ou seja produto com valor de troca;
- b) A mercadoria objetivada pelo modo de produção capitalista deve ter um valor mais elevado do que o custo de produzi-la;
- c) O objetivo final do capitalista é a mais-valia.

Quando o capital consegue reduzir o valor individual de certa mercadoria ele também consegue se apropriar de um valor a mais. Quando o aumento da produtividade do trabalho for efetivado nos setores que produzem a mercadoria e que compõem o valor da força de trabalho, teremos a redução deste último e o conseqüente aumento da taxa de mais-valia. É a taxa de mais-valia que possibilita uma maior acumulação do capital (CARCANHOLO, 1998, p. 30).

Na teoria de Marx (1988) que trata do modo de produção capitalista constam três mercadorias especiais²⁹: i) o equivalente geral (dinheiro); ii) a força de trabalho e a; iii) mercadoria-capital. A especialidade destas três mercadorias:

[...] não reside nem em seus valores de uso materiais nem em seus valores, mas em seus valores de uso formais, isto é, em utilidades que elas assumem em suas relações formais com a economia mercantil-capitalista (CARCANHOLO, 1998, p. 33).

A **primeira mercadoria** dinheiro é especial e equivalente geral por ter valor de uso outorgado pelo desenvolvimento da sociedade mercantil. Em outras palavras, o dinheiro em si não é especial como equivalente geral por suas propriedades materiais. Seu valor de uso é formal como uma outorga.. O dinheiro em si é uma

²⁸ Sujeito, objeto, ferramenta, regras, comunidade, divisão do trabalho.

²⁹ Nosso estudo em especial trata de cooperativismo de crédito rural. Neste caso a mercadoria que carrega consigo a contradição primária antes de tudo é a mercadoria especial dinheiro que chega a Central Cresol Baser.

mercadoria desejada, não pelo seu conteúdo material, mas sim é desejado e comprado por ser representante de todos os valores (CARCANHOLO, 1998).

A **segunda mercadoria** força de trabalho é especial pelo fato que a mais-valia ou o capital não se origina da sua circulação. O capital obrigatoriamente deve passar por circulação, compra e venda, para que ocorra apropriação de uma mais-valia. A modificação do valor para mais valor não ocorre na forma de dinheiro. A forma de dinheiro é apenas a representação de um valor já produzido. O capital encontra no mercado uma mercadoria cujo consumo é gerador de valor. É a mercadoria especial força de trabalho um “[...] conjunto de faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade (personalidade) de um homem, posto em movimento sempre que produz valores de uso” (CARCANHOLO, 1998, p. 36). Por ser mercadoria, a força de trabalho possui o seu valor que é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Uma particularidade da mercadoria força de trabalho é a condição obrigatória da existência do indivíduo. Cada indivíduo necessita dos meios de subsistência que satisfaçam suas necessidades básicas para manter sua vida e sua reprodução. Disto decorre que o valor força de trabalho sofre alterações em conformidade com a mudança (tempo e espaço) do valor dos meios de subsistência necessários para a força de trabalho. De modo simplificado, a forma de manifestação do valor da força de trabalho ou seu valor de troca é o denominado salário. O que torna a mercadoria força de trabalho especial é o fato que o seu valor de uso consiste na exteriorização da capacidade de trabalho. Ou seja:

O capital procura (demanda) no mercado uma mercadoria que lhe sirva - tenha um valor de uso - para acrescentar valor, e encontra a força de trabalho com um valor de uso próprio (formal) de objetivar trabalho. O consumo do seu valor de uso se dá, como em qualquer outra mercadoria, fora do mercado. O processo desse consumo é simultaneamente um processo de produção de mercadorias, enquanto unidades entre valor e valor de uso, e de mais-valia, de um valor excedente (CARCANHOLO, 1998, p. 37).

Segundo Carcanholo (1998, p. 37) pode-se afirmar quanto à mercadoria especial força de trabalho:

a) A mais-valia que define a economia mercantil-capitalista é decorrência da contradição entre o valor e o valor de uso que forma a mercadoria força de trabalho. Por um lado temos o capitalista que demanda a força de trabalho objetivando apropriar-se do seu valor de uso, para tanto o capitalista paga o valor. Por outro lado temos o vendedor, ou seja o trabalhador que aliena o seu valor de uso que é a própria força de trabalho, objetivando apropriar-se do seu valor. É dito contraditório, pois, a mercadoria nega o seu valor de uso para afirmar seu valor;

b) Da noção de mais-valia como fruto da contradição valor-valor de uso na mercadoria especial força de trabalho sustenta Carcanholo (1998) que a apropriação do excedente efetivado pelo capital não é por pagar pela força de trabalho algo inferior ao seu valor. Ele paga o valor e consegue apropriar-se da mais-valia. É a apropriação do valor de uso da força de trabalho pagando pelo seu valor a lógica da mais-valia;

c) Enfatizamos que a força de trabalho é mercadoria especial devido ao seu valor de uso. Porém a força de trabalho é diferente de outras mercadorias, por não haver especificidade em propriedades materiais, que poderiam suprir necessidades humanas. Segundo Carcanholo (1998) a propriedade da força de trabalho é social e satisfaz a necessidade de uma determinada forma social que é a economia-mercantil capitalista.

A **terceira mercadoria** é a mercadoria-capital. Esta se torna especial no momento histórico em que o dinheiro passa a ser uma das formas em que o conteúdo capital se apresenta dentro do seu processo de circulação, quando ele (dinheiro) passa a servir como fonte de mais-valia. Assim o dinheiro adquiriu um valor de uso adicional. O dinheiro:

[...] adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital produz. (MARX, 1988, vol. IV, p.241 *apud* CARCANHOLO, 1998 p. 40).

É o próprio capital enquanto capital que se torna mercadoria. Devido a esta autonomização da forma dinheiro do capital ocorre uma separação. O capital-propriedade e o capital-função. Por um lado temos o capital-propriedade que define

o capitalista prestamista. Este é o possuidor do dinheiro-capital, mas não objetiva consumir o valor de uso do seu dinheiro-capital. Por outro lado temos o capital-função que define o capitalista industrial, que embora objetive iniciar um processo de circulação do capital não possui os meios necessários para tal iniciativa.. Na relação entre capitalista prestamista e o capitalista industrial, acontece a transferência de dinheiro-capital. Todavia o capitalista prestamista não recebe imediatamente nenhum equivalente. Já o capitalista industrial assume a função de comprar os meios de produção e força de trabalho necessários para o processo produtivo, além de procurar garantir a realização da produção de mercadorias. Desde que obtenha resultados na produção, poderá pagar o empréstimo acrescido de juros ao prestamista, bem como poderá apropriar-se de lucro (CARCANHOLO, 1998).

Esta relação que gerou lucro ou ganho empresarial segundo Carcanholo (1998) não expressa ato algum de compra nem de venda, ou em outras palavras troca de mercadorias equivalentes, ou ainda transferência de alguma propriedade da mercadoria. A relação não constitui uma etapa do real processo de circulação do capital. A circulação do capital em Marx (1988) é atribuída somente ao capitalista industrial. É uma relação em que o prestamista alienou o dinheiro-capital para que funcione como produtor de mais-valia. Deste modo segundo Carcanholo (1998, p. 40) “A venda da mercadoria-capital assume a forma especial de empréstimo e o que o vendedor aliena é o seu valor de uso, ou melhor, a mercadoria-capital como valor de uso de produzir mais-valia”. Portanto é esta a característica peculiar que torna a mercadoria-capital especial. Sendo a mercadoria-capital, uma mercadoria, além do valor de uso formal que é de produzir excedente, ela também deve possuir um valor e uma forma de expressão deste valor. Pois o que determina os valores das formas dinheiro e mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessários para produção. Todavia, elucida Carcanholo (1998) o que é vendido na mercadoria-capital não é a sua forma, mas sim a sua capacidade de funcionar como capital, que tem a propriedade específica de produzir um excedente. Em outras palavras o que é vendido é uma função, uma capacidade e, jamais um tempo de trabalho específico. Agora a mercadoria-capital por sua vez não tem valor próprio, ainda que tenha a capacidade de acrescentar valor sobre o seu próprio valor.

Como consequência sustenta Carcanholo (1998) que o preço é a expressão em dinheiro do valor e se este último não pode ser concebido, o preço torna-se uma categoria irracional. Por sua vez o capitalista industrial paga juros ao prestamista,

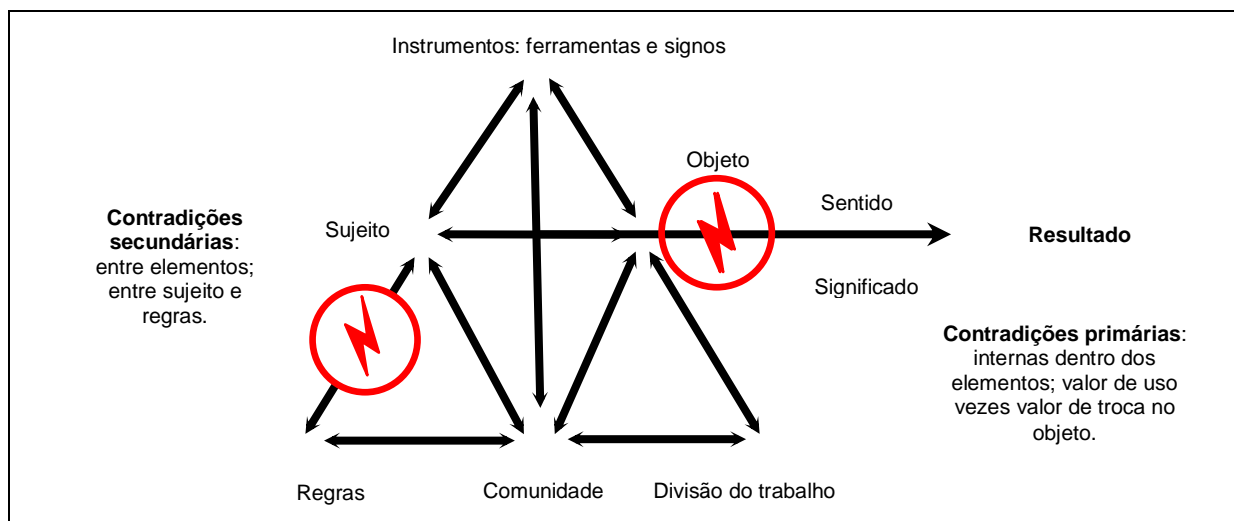
por ter obtido o direito à valorização do dinheiro-capital. Enfatiza Carcanholo (1998) que o capitalista industrial não paga o valor da mercadoria-capital ao prestamista. A determinação deste preço definido como juros segue meandros da oferta e procura, na relação entre o conjunto de capitalistas prestamistas e o conjunto de capitalistas industriais. A mercadoria-capital é especial por causa de seu valor de uso formal como produtora de mais-valia, todavia sua peculiaridade reside em que não é possível lhe atribuir (à mercadoria-capital) um valor, como acontece nas demais mercadorias. Isto porque o que é negociado é a sua função e não a sua propriedade.

A **contradição primária** definida como valor de uso e valor de troca, conforme Engeström (1987) afeta todas as coisas, atividades e relações devido à natureza dual da mercadoria. A relação sujeito-objeto sofre rupturas com desvio de rumo. O objeto da atividade se torna polarizado pelo valor de uso e valor de troca. A contradição primária é interna a cada elemento do sistema de atividade. A natureza dual da mercadoria adentra em todos os cantos da estrutura triangular³⁰ dos sistemas de atividades. Deste modo, cada elemento dos sistemas de atividades "[...] sugerem duas estratégias alternativas concorrentes [...]" (ENGESTRÖM, 1987, p. 112). As contradições secundárias, terciárias e quaternárias, são resultantes da contradição primária por esta carregar consigo a dualidade histórica valor de uso e valor de troca.

A **contradição secundária** ocorre entre os elementos dos sistemas de atividades, por exemplo entre sujeitos e regras. Ela é evidente quando um sistema de atividade adota regras advindas de ambiente externo. Mas também podem ser novidades incorporadas nos demais elementos das estruturas dos sistemas de atividades. Quando o novo elemento adotado colide com o velho elemento do sistema de atividade surgem contradições secundárias agravadas. Tais contradições não apenas geram distúrbios e conflitos, como também promovem tentativas de transformações na atividade. A figura seguinte representa a contradição primária e contradições secundárias em sistemas de atividade:

³⁰ FIGURA 2.2 - O SISTEMA DE ATIVIDADE COMO UNIDADE DE ANÁLISE.

FIGURA 2.5 - CONTRADIÇÕES EM SISTEMA DE ATIVIDADE.



FONTE: ENGESTRÖM (1987).

A superação de contradições secundárias em sistemas de atividades é possível com a reconceituação expansiva do objeto e da motivação da atividade, da criação de novas ferramentas correspondentes e de outros elementos do sistema da atividade. A implementação prática do modelo novo e dos elementos novos na atividade conduz a contradições terciárias em todos os elementos do sistema da atividade.

A **contradição terciária** torna-se evidente quando ocorre a tentativa de colocar um novo instrumento tecnológico ou modelo em prática no sistema de atividade. Pode ser uma nova tecnologia como parte de um novo modelo que afronta a falta de eficácia da velha tecnologia e velho modelo. Conforme Virkkunem e Newnham (2015) contradições terciárias ocorrem entre a forma existente e as aplicações do novo modelo. A nova forma da atividade evolui com a resolução dessas contradições. Quando a atividade for transformada, vão emergir contradições quaternárias (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015)

A **contradição quaternária** é entre uma rede de sistemas de atividades e outros sistemas de atividades que interagem na totalidade das redes de sistemas de atividades construídas como organização social da civilização humana. Para Virkkunem e Newnham (2015) a contradição quaternária ocorre entre a atividade e outras atividades de que é funcionalmente dependente ou que dependam delas

funcionalmente. A resolução das contradições quaternárias estabilizará a nova forma da atividade

Engeström e Sannino (2011) problematizam estudos que equivocadamente utilizam o termo contradição de três maneiras. Na primeira maneira contradições são mencionadas com significados vagos e ambíguos, logo qualquer tensão ou problema é qualificado como contradição. Ainda os termos paradoxo, conflito, dilema e duplo vínculo não são sinônimos de contradição, entretanto os estudos se equivocam e assim os utilizam. Na segunda maneira equivocada do uso do conceito de contradição é quando a utilizam sem a noção do seu caráter histórico. Neste caso tomam equivocadamente contradição como uma consequência universal das organizações. A terceira maneira problematizada é quando os estudos tomam contradição reduzindo-a a prioridades concorrentes internas de uma organização. Neste caso os estudos tratam apenas como prioridades concorrentes que devem ser combinadas e/ou equilibradas.

O conceito de contradição de Engeström e Sannino (2011) incorpora a noção de dialética. Esta por sua vez lida com sistemas em movimento através do tempo. Deste modo os elementos da contradição dialética relacionam-se, dentro de uma estrutura dialética no movimento histórico. A contradição dialética refere-se a uma unidade de opostos, como forças opondo-se ou tendências dentro de um sistema em movimento. O conceito de contradição refere-se a proposições que afirmam coisas aparentemente incompatíveis ou pensamentos opostos (ENGESTRÖM e SANNINO, 2011).

As contradições são resultantes da relação entre organizações com características socioeconômicas, que todavia operam no sistema econômico e sofrem influências do capitalismo ao longo dos processos históricos. Engeström valeu-se de Ilyenkov (1977) para enfatizar a importância das contradições em sistemas de atividades como a força motora de mudança e de desenvolvimento. Os distúrbios, dilemas, conflitos, conflitos críticos e duplos vínculos) são manifestações de contradições. Estas são tensões estruturais acumuladas historicamente em sistemas de atividades e entre eles (ENGESTRÖM, 2001a). Para compreensão das contradições se faz necessário uma análise histórica das transformações e desafios da atividade. As perturbações são consideradas como a expressão de tensões entre e dentro de sistemas de atividades. Na Teoria Histórico Cultural da Atividade, os distúrbios são definidos como desvio de rumo na relação sujeito-objeto. Segundo

Querol (2011) contradições não podem ser resolvidas permanentemente e podem assumir diferentes formas em distintas atividades e períodos. Entretanto quando contradições internas são conscientes, convertem-se nas forças motoras principais, que produzem transformações e desenvolvimento em sistemas de atividades e entre eles.

Miettinen (2009) apresenta as contradições do capitalismo de alta tecnologia e o surgimento de novas formas de trabalho. O autor trata das contradições do capitalismo relativamente à constituição do intelecto geral e ao uso deste intelecto geral como força de produção. Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza é menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado. A criação de riqueza é mais dependente do poder de agência colocada em movimento no momento do trabalho. Segundo Miettinen (2009, p. 168) a “Eficácia poderosa” para a criação de riqueza é dependente sobretudo do estado da ciência geral, da evolução tecnológica e da aplicação desta à produção. Deste modo o autor elucida quanto a uma transformação que ocorre devido ao capitalismo de alta tecnologia. A transformação destaca que não é mais o trabalho humano diretamente executado e o tempo colocado no trabalho, mas sim a apropriação da força produtiva geral, a compreensão da natureza e do domínio sobre ela em virtude da sua presença como corpo social. Essa transformação da contradição coloca o desenvolvimento do indivíduo social, como pedra fundamental da produção de riqueza. A transformação provocada pelo capitalismo de alta tecnologia, faz com que o trabalho diretamente aplicado à produção, deixe de ser a medida da criação da riqueza. Deste modo a relação de valor de troca e valor de uso deixa de ser a medida e: “[...] Com isso, a produção com base em valor de troca quebra, e o processo de produção material direto é despojado de sua forma de penúrias e antítese” (MIETTINEN, 2009, p. 168). A aplicação da ciência e tecnologia na produção desafiará e, finalmente, substituirá as formas de valor de troca que orientam a organização da produção. O poder produtivo em geral, definido como a aplicação da ciência e da tecnologia para a produção, é realizado apenas por indivíduos como partes do corpo social, porém a socialização da produção requer um meio de interação, através do qual a riqueza em termos de recursos humanos especializados é mobilizada em projetos e produção.

Nessa visão apresentada por Miettinen (2009) o interessante são as conexões entre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia (e da indústria), o

desenvolvimento dos indivíduos, a organização do trabalho, as instituições políticas e a democracia na sociedade capitalista. Segundo Miettinen (2009) a metáfora do intelecto geral é utilizada por Marx para se referir ao potencial coletivo acumulado do conhecimento-técnico-cultural de produção. Este intelecto geral se transforma em uma força de produção somente se os indivíduos fizerem uso dele, para a produção, sendo assim parte do corpo social. Argumenta o autor, que por um lado o desenvolvimento do indivíduo social como a grande pedra fundamental da produção e da riqueza significa este tendo acesso individualmente e participando no desenvolvimento do intelecto geral. Mas também o seu desenvolvimento individual depende de poder participar através do seu trabalho criativo, que também é uma questão essencial da democracia. Por outro lado, segundo Miettinen (2009) Marx afirma que as instituições e organizações sociais do capitalismo, devem ser transformadas para possibilitarem o uso do intelecto geral, como uma força de produção. As instituições do capitalismo como os mercados, hierarquia como uma forma de organização da produção e os sistemas de direitos de propriedade intelectual, evidentemente não apoiam de forma satisfatória o uso do intelecto geral. As argumentações de Miettinen (2009) formulam quanto ao como novas demandas de valor de uso da produção, com base cada vez mais na inteligência geral, desafiam as formas de produção e instituições do capitalismo vigente, incluindo as relações de poder na produção. O autor apresenta alternativas para o valor de troca orientando novas formas de organização do trabalho.

Existe um acordo crescente de que as formas tradicionais de organização da atividade econômica, isto é, mercados e hierarquia, não funcionam quando o conhecimento e a capacidade de inovação se tornam fontes centrais de competitividade (MIETTINEN, 2009, p. 170).

Segundo Miettinen (2009) mercado e hierarquia são formas de organização em que o produto aparece principalmente como um valor de troca. Em uma hierarquia o valor de troca está presente como uma demanda de eficiência de custos, que se realiza através de divisão vertical e horizontal de trabalho, exemplificado pelo planejamento tayloriano dos trabalhos. Ocorre a separação de planejadores (gestores) e produtores (operadores). O processo de produção é planejado nos níveis mais altos da hierarquia e os padrões são utilizados para controlar o processo de produção. A comunicação e colaboração relacionada com o

objeto compartilhado (o produto, seu planejamento e usabilidade) são marginais. Mecanismo de preços e a negociação são centrais no mercado e o controle seguindo as ordens dos gestores é central na hierarquia. Miettinen (2009) confronta a lógica taylorista com a de redes:

Por outro lado, é uma forma de colaboração e comunicação em que as qualidades valor de uso dos produtos, isto é, da sua utilização e os conhecimentos complementares e capacidades necessárias para alcançá-los, estão na vanguarda. No mais, eles são ignorados, porém eles são expressos mais tarde, como distúrbios do mercado e da hierarquia (MIETTINEN, 2009, p. 170).

A fundamentação de Miettinen (2009) é de Marx o qual antecipou que a produção de valor de troca criaria novos valores de uso. Exemplifica o autor com as tecnologias baseadas na ciência como o caso da *internet*. Os valores de uso estão colocados como desafiadores das formas dominantes de produção do sistema capitalista. Segundo o autor: “A produção e utilização destes novos valores de uso assumirão, parafraseando Marx, uma forma de intelecto geral e serão realizados por indivíduo social” (MIETTINEN, 2009, p.175). As conclusões de Miettinen (2009) questionam se efetivamente novas formas de trabalho desenvolverão robustas formas alternativas de produção dentro capitalismo. Questiona ainda se as formas alternativas serão gradualmente fundidas e/ou submetidas às exigências da produção orientada pelo valor.

2.2.3.5 O ciclo de aprendizagem expansiva

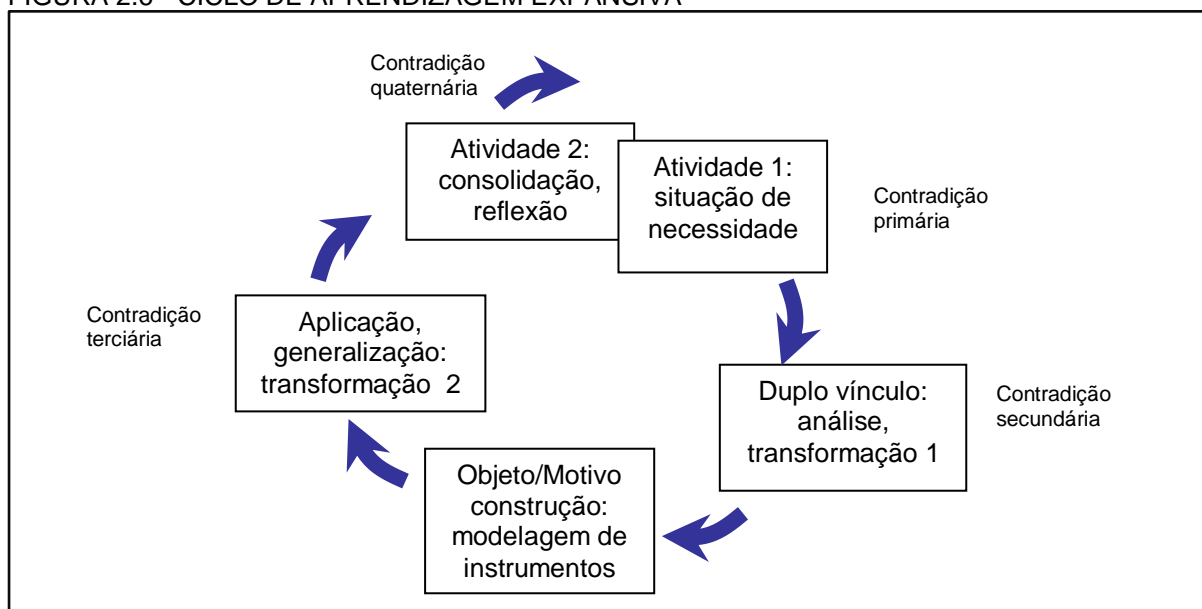
A aprendizagem expansiva consiste na superação de uma contradição interna da atividade por meio da expansão do objeto da atividade. Refere-se a situações nas quais coletivos criam um novo objeto e um novo motivo para sua atividade. O objetivo é superação das contradições pois estas são a razão de crises nas atividades. Os sistemas de atividades movem-se através de ciclos relativamente longos de transformações. À medida que às contradições de um sistema de atividade são agravadas, alguns participantes individuais começam a questionar e a se desviar das normas estabelecidas. Em alguns casos isso ascende à visão colaborativa e a um deliberado esforço coletivo para transformações nos sistemas de atividades. Uma transformação expansiva é realizada quando o objeto e o motivo

da atividade são conceituados novamente para abarcar um horizonte radicalmente mais amplo de possibilidades, do que no modo anterior da atividade. Em torno do novo objeto são criadas novas ferramentas e organização social. A aprendizagem expansiva implica na concepção e implementação de um novo modelo de atividade, que envolve a construção ou remediação de todos os elementos do sistema de atividade (ENGESTRÖM & SANNINO, 2010 *apud* QUEROL, 2011).

A aprendizagem expansiva resulta de um longo processo de remediação e transformação da atividade coletiva. Cada fase do processo conduz a uma nova contradição interna na atividade. A superação de cada nova contradição é também um novo desafio que leva os praticantes a aprendizagem. A expansão do objeto e a remediação dos elementos, requerem um modo de compreender as contradições internas do sistema, bem como encontrar possibilidades para desenvolver o objeto. Para captar a essência das contradições, o sujeito tem que rastrear e reproduzir historicamente a lógica do desenvolvimento das contradições. Isto é possível analisando a formação histórica do sistema de atividade, quanto ao surgimento das contradições internas e resoluções. Ao refletirem sobre a lógica do desenvolvimento do sistema de atividade, os sujeitos formam uma idéia inicial do conceito, que começa com uma explicação abstrata do sistema, uma célula germinal. Esta é gradualmente enriquecida e transformada em um sistema concreto.

A aprendizagem expansiva não é somente a geração de conceitos teóricos, mas também a sua materialização. É um processo em que conceitos e ideias são enriquecidos, obtendo um melhor entendimento da atividade como um sistema. A aprendizagem expansiva implica na geração e utilização prática de diferentes tipos de artefatos culturais, tais como modelos, conceitos e teorias que auxiliam o sujeito a compreender e construir um sistema de atividade na teoria e na prática (ENGESTRÖM & SANNINO, 2010 *apud* QUEROL, 2011). As contradições são um conceito-chave da aprendizagem expansiva. Segundo Querol (2011) Engeström (1987) propõe um modelo ideal do ciclo de aprendizagem expansiva. Apresentamos o modelo na figura seguinte:

FIGURA 2.6 - CICLO DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA



FONTE: MIETTINEN (2009).

No modelo ideal proposto existem diferentes ciclos interconectados de aprendizagem expansiva. São eles macro-ciclos, meso-ciclos e micro-ciclos. Os macro-ciclos de aprendizagem expansiva são a expansão de todo um sistema de atividade. Para expandir todo o sistema de atividade são necessárias outras atividades intermediárias. Estas são nominadas meso-ciclos e referentes apenas a uma parte do sistema de atividades. São atividades temporárias ou ainda processos objetivando apoiarem a expansão da principal atividade produtiva. Os micro-ciclos referem-se a ações de aprendizado que ocorrem em poucas horas e até metade de um dia. No ciclo de aprendizagem expansiva ideal o surgimento de um novo objeto mais ampliado tem início dentro de uma atividade já consolidada que começa a experimentar problemas. Descrevemos o ciclo ideal por meio de suas fases.

A **primeira fase** (Na figura 2.5 Atividade 1) caracteriza-se por uma situação de insatisfação quanto a situação existente, um estado de indeterminação, prisão, uma crise ou uma **necessidade urgente** de fazer algo. Esta fase é chamada de estado de necessidade. Nesta fase as contradições aparecem em sua forma básica como contradições primárias. Os sujeitos começam a discutir com o propósito de mudar o objeto da atividade, bem como se desafiam quanto a forma de transformarem o sistema de atividade, no que se refere a métodos e tecnologias. É uma necessidade de mudança, porém nesta fase ainda não há uma pressão urgente para a mudança. É possível deixar a situação como está (ENGESTRÖM, 1987 *apud*

QUEROL, 2011). É a própria **contradição primária** que desencadeia a necessidade de transformações no sistema de atividades e que provoca os sujeitos para o aprendizado expansivo. A contradição primária é relacionável à primeira fase do ciclo de aprendizagem expansiva (Atividade 1: necessidades³¹). A contradição primária devido a carregar em si a dualidade histórica valor de uso e valor de troca provoca as contradições secundárias, terciárias e quaternárias, nos sistemas de atividades.

A **segunda fase** (Na figura 2.5 Duplo vínculo: Análise, transformação 1) caracteriza-se pelo agravamento dos problemas já conhecidos na primeira fase. As perturbações emergentes começam a ameaçar os resultados desejáveis. Esta fase é chamada de duplo vínculo e é relacionado as contradições secundárias. Esta produz desajustes e **tensões** entre os elementos do sistema de atividades. Os participantes da atividade sentem que não é mais possível conduzir a atividade do modo atual. Porém é uma fase em que não sabem o que deve ser feito para resolver os problemas (ENGESTRÖM, 1987, p. 189). O agravamento dos problemas força para à busca de soluções. Essas soluções **podem ou não** incluir um objeto mais expandido. Podem ser simplesmente ajustes nos elementos do sistema de atividade, como uma nova tecnologia ou uma nova maneira de fazer algo.

A **terceira fase** (Na fig. 2.5 Objeto/Motivo construção: modelagem de instrumentos) ocorre quando a crise é suficientemente grave. As pessoas podem transformar todo o sistema incluindo até mesmo o objeto da atividade. Quando as pessoas desafiam e mudam o objeto e a atividade a ponto de a redesenharem de forma mais expansiva, temos o ciclo expandido. Nesta fase a comunidade desenha um novo objeto mais expandido. Além de mais amplo o objeto contém características **mais desejáveis** do que o anterior.

A **quarta fase** (Fig. 2.5 Aplicação, generalização, transformação 2) refere-se a aplicação prática do novo desenho/instrumento. Uma vez que a solução foi modelada ocorre a tentativa de implementar de modo generalizado o novo desenho idealizado. Esta quarta fase é relacionada com a contradição terciária. Na tentativa de implantação de um novo modelo e tecnologia supostamente mais sofisticado ocorre o confronto com o velho modelo e tecnologia supostamente menos

³¹ Ver FIGURA 2.5 - CICLO DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA.

sofisticada. As novas atividades e seus elementos mais ampliadas colidem com a velha atividade e seus elementos (ENGESTRÖM, 1987 apud QUEROL, 2011).

A **quinta fase** (Na Fig. 2.5 Atividade 2: consolidação, reflexão) do ciclo de aprendizagem expansiva é a nova modelagem consolidada. A própria consolidação (da atividade 2) provocará a contradição quaternária entre o sistema de atividade e outros sistemas de atividades, o que implica novamente na necessidade de novos aprendizados. Tanto o aprendizado quanto as transformações tendem ao infinito, na medida em que ocorrem novas relações com outros sistemas de atividades.

No ciclo de aprendizagem expansiva de Engeström (1987) os sujeitos estão apreendendo algo que não é conhecido. O novo conhecimento necessário é construído e aprendido pelos sujeitos no momento da sua construção, por este ser uma novidade. Não há a princípio detentor do conhecimento que poderia levar soluções prontas para aprendizes solucionarem contradições. Conforme Engeström (1987) a aprendizagem expansiva implica na reformulação de problemas e a criação de ferramentas objetivando a superação dos problemas. A aprendizagem expansiva e a produção de ferramentas é o que capacita os sujeitos para transformarem os sistemas de atividades e seus elementos, expandirem os objetos que perseguem ou ainda criarem novos objetos. Segundo Daniels (2011) as transformações podem ser desencadeadas pela introdução de uma nova tecnologia ou conjunto de regulamentos, mas não é redutível a eles.

2.2.3.6 A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)

Segundo Querol (2011) a primeira formulação do conceito de Zona de Desenvolvimento proximal (ZDP) é de Vygotsky (1978). Friedrich (2012) apresenta o conceito de ZDP de Vygotski partindo dos conceitos de aprendizagem e desenvolvimento como processos interdependentes. A primeira tese de Vygotski afirma que a aprendizagem precede o desenvolvimento. O conceito de ZDP “[...] antecipa os desenvolvimentos possíveis, o que a criança conseguirá fazer se acompanhada pelos adultos na resolução de tarefas e problemas” (FRIEDRICH, 2012, p. 110). É o movimento entre o que a criança sabe fazer em direção ao que ela poderia conseguir fazer. Conforme Querol (2011) para resolverem problemas, as pessoas utilizam artefatos culturais que acumularam o conhecimento histórico humano. Ao usarem ferramentas as pessoas se tornam mais independentes da

condição imediata, o que abre novas possibilidades futuras de desenvolvimento. Isto torna as pessoas agentes (MESHCHERYAKOV, 2007 *apud* QUEROL, 2011).

Engeström (1987) redefiniu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) tendo em vista a atividade coletiva³² como unidade de análise. Assim a ZDP redefinida é a diferença entre as ações cotidianas dos indivíduos e a nova forma histórica social da atividade que pode ser gerada coletivamente, como uma solução para problemas agravados (Duplos vínculos³³) potencialmente incrustados nas ações cotidianas (QUEROL, 2011).

O conceito de Vygotsky (1978) e a redefinição conceitual de Engeström (1987) concebem a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) como a diferença que distingue o modo presente problemático e uma condição previsível futura em que o problema é resolvido. Em Vygotsky (1978) um problema é resolvido por meio da colaboração com outros pares que usam ferramentas culturalmente mais sofisticadas. Para Querol (2011) conforme conceito de Engeström (1987) o problema visto como contradição é resolvido coletivamente. Não são apenas novas ferramentas que solucionam a contradição. São necessários a geração de novo objeto, bem como de novas relações sociais. Segundo Querol (2011, p. 69) a idéia principal do conceito de Engeström (1987) é:

- a) Um problema que não é resolvido no nível³⁴ hierárquico de ação, pode ser resolvido no nível hierárquico de atividade que está acima;
- b) Um problema que não pode ser resolvido em um³⁵ sistema de atividade, pode ser resolvido na rede³⁶ de sistemas de atividades.

Enfatiza Engeström (2000) que a palavra zona refere-se ao fato, que a solução para uma contradição não pode ser definida como uma meta, ponto final fixo ou condição, mas como uma **área** com muitas possibilidades em que as contradições presentes são resolvidas. Assim definida, a Zona de Desenvolvimento proximal (ZDP) é um conjunto de possibilidades que poderiam resolver às

³²FIGURA 2.2 - SISTEMA DE ATIVIDADE COMO UNIDADE DE ANÁLISE.

³³*Double bind*: relativo à contradição secundária e segunda fase do ciclo de aprendizagem expansiva.

³⁴FIGURA 2.3 - NÍVEIS HIERÁRQUICOS DO SISTEMA DE ATIVIDADES.

³⁵FIGURA 2.2 - SISTEMA DE ATIVIDADE COMO UNIDADE DE ANÁLISE.

³⁶FIGURA 2.4 - DOIS SISTEMAS DE ATIVIDADE INTERAGINDO.

contradições do presente. As soluções para contradições podem exigir ferramentas avançadas, colaboração dentro de uma atividade ou ainda colaboração entre vários sistemas de atividades (QUEROL, 2011).

Uma maneira de identificar a ZDP é através de análise do desenvolvimento da atividade em geral, dos conceitos ou modelo de produção, de análise específica do objeto em um caso específico. Estudos de casos específicos e das tendências históricas mostram as contradições que são enfrentadas na prática. A análise das contradições histórica apresenta uma hipótese da fase de desenvolvimento das contradições atuais da atividade. Uma vez que haja uma imagem atual nítida das contradições atuais do sistema, pode-se propor uma zona na qual essas contradições possam vir-a-ser resolvidas. Esta é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Uma análise do desenvolvimento dos conceitos e uma análise das práticas atuais pode ajudar no entendimento das características que a atividade futura deve ter para superar as contradições (QUEROL, 2011).

O termo **desafio de aprendizagem** se refere a um conceito intermediário. Colocado entre a contradição e as ações do ciclo de aprendizagem expansiva, auxilia a formular ações concretas para o desenvolvimento de um sistema. Os desafios de aprendizagem referem-se a concretização de ações para solucionar contradições, ou o que deve ser feito para resolver os problemas. O conceito de desafio de aprendizagem é uma ferramenta conceitual para passar de uma análise abstrata das contradições sistêmicas (de uma rede de sistemas de atividades ou de um sistema de atividade) para ações mais concretas. As contradições podem ser resolvidas de maneiras diferentes, todavia elas não contam por si mesmas o melhor modo de serem resolvidas (SEPPÄNEN, 2004 *apud* QUEROL, 2011). O conceito de desafio de aprendizagem aponta a direção preferível e recomendável para se avançar. Para tanto os desafios de aprendizagem devem ser definidos localmente para fornecerem informações quanto a direção do desenvolvimento que resolverá as contradições.

O estudo de Seppänen (2004) segundo Querol (2011) analisou os desafios de aprendizagem na agricultura no nível de ações de agricultores específicos. Neste estudo não há um ator-chave específico que tenha aprendido isoladamente, ou que tenha aprendido ações que resolveram as contradições e permitiram que o seu sistema de atividade se desenvolvesse. A resolução das contradições envolvidas na rede de sistemas de atividades requer atores aprendendo conjuntamente sobre suas

atividades para então transformá-las. As soluções quanto às contradições necessitam construção em colaboração. Para Querol (2011, p. 70) “[...] aprendizado colaborativo tem um significado especial”. Entretanto não significa que todos os atores envolvidos nas redes de sistemas de atividades tenham que dialogar e colaborar simultaneamente. Podem ser grupos ou combinações de indivíduos, que estejam experimentando conjuntamente e com comunicação constante buscar novas soluções.

3 PROCESSO DE PESQUISA E METODOLOGIAS

A enunciação está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa linguisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único. Finalmente, o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do herói como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles. (VOLOSHINOV/BAKHTIN *apud* MARCHEZAN, 2014, p.115).

Os procedimentos metodológicos objetivaram atender o problema empírico levantado na pesquisa etnográfica de Picinatto (2010)³⁷ junto a dinâmica das agriculturas de base ecológica e agroecologia da região Sudoeste do Paraná. São os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia que manifestam suas insatisfações quanto às dificuldades e até mesmo impedimentos no que se refere às tentativas de acessarem crédito rural Pronaf para custearem suas atividades agrícolas. Picinatto (2010) também apresenta e problematiza que o Pronaf Custeio incorporado ao cooperativismo de crédito da categoria agricultura familiar (Central Cresol Baser) financia soja transgênica. Onde buscar explicações para o problema empírico?

3.1 O PROBLEMA DE PESQUISA E A METODOLOGIA

O local para procedermos metodologicamente objetivando aprofundar o conhecimento quanto ao problema empírico também foi apontado pelo estudo etnográfico de Picinatto (2010). Em parte os Pequenos Agricultores Familiares que participaram da pesquisa são simultaneamente vinculados as associações de agricultores praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia e a cooperativas de crédito rural singulares da Central Cresol Baser. Por sua vez a Central Cresol Baser e seu sistema de cooperativas singulares é um ramo da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná (UNICAFES). Portanto a UNICAFES foi o local priorizado para procedermos

³⁷ PICINATTO, A. C. **Agricultura Familiar com Base Tecnológica Orgânica**: Potencial de expansão no Território Sudoeste do Paraná. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre/Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão/PR; área de concentração: produção do espaço e meio ambiente; linha de pesquisa: desenvolvimento econômico e dinâmicas territoriais. 276 f. Francisco Beltrão, 2010.

metodologicamente. Objetivamos contribuir com a discussão quanto à construção de crédito rural para Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. Nos concentramos no aspecto da aprendizagem dos trabalhadores, suas ações e operações efetivadas ao longo dos anos de existência das organizações que participaram da construção da estrutura da UNICAFES. Qual abordagem poderia ser ferramenta para pesquisar o ambiente interno de uma organização cooperativa e que simultaneamente poderia nos encaminhar para elucidações quanto a raiz histórica local do problema empírico? O que ocorreu e ocorre no interior das organizações de crédito cooperativo que tem entre seus cooperados Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia, mas que não supre a contento as demandas destes cooperados? Quais os desafios ao desenvolvimento do crédito rural na agricultura familiar?

A etnografia como procedimento metodológico de Picinatto (2010) apontou o problema empírico de pesquisa junto a famílias praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia que descreveram suas histórias de vida e necessidades quanto ao crédito rural. A etnografia como ciência formada no âmbito de uma ciência específica, a antropologia cultural [...]” foi desenvolvida em torno do conceito central de cultura” (LESSARD-HÉBERT; GOYETE; BOUTIN, 2012, p. 49). Esta supriu o aspecto de levantar a demanda dos Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia de uma região em que predomina a agricultura familiar vivendo em pequenos estabelecimentos agropecuários (minifúndios). Como um processo de pesquisa defendemos que a nova abordagem a ser adotada também necessita ter fundamentos que relevem a cultura e história local. Este foi um requisito, uma vez que buscamos entender as raízes históricas locais do que denominamos abismo. O problema empírico da pesquisa quanto aos Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia estarem de um lado de um abismo e o crédito rural operacionalizado pelo cooperativismo de crédito rural da agricultura familiar do outro lado do abismo, ocorre desde a origem deste modelo cooperativo fundado em 1995. A demanda levantada por Picinatto (2010) não é apenas por explicações para o comportamento

dos agentes financeiros, mas sim uma demanda da população³⁸ de Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia por soluções ao seu problema histórico. Estudos realizados no ambiente empírico desde 1981³⁹ descrevem o problema empírico que denominamos abismo, todavia não objetivam o desenvolvimento das soluções em colaboração com os trabalhadores. A necessidade de produzirmos conhecimento específico para gerar soluções também foi critério na escolha da abordagem. Qual abordagem de pesquisa poderia não somente estudar o caso, mas sim colaborar com a geração de soluções?

Adotamos fundamentos e noções de Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT) por esta cumprir com requisitos básicos e por ser metodologicamente propositiva quanto aos pesquisadores colaborarem com trabalhadores para desenvolvimento das suas atividades. Portanto nos inspiramos nas noções da PDT para colaborarmos metodologicamente com os trabalhadores dos vários ramos da UNICAFES para construção de soluções do problematizado abismo. A metodologia de Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho⁴⁰ (PDT) segundo Virkkunem e Newnham (2015) tem origem na Finlândia no final da década de 1970. Sua origem é atribuída à necessidade de treinamentos em ambientes de trabalho para empregados de empresas (privadas) e de unidades de administração pública. A necessidade de treinamentos foi provocada pela regulamentação de uma legislação e de novos sistemas de planejamento e controle, necessários para gerenciar empresas em crescimento, bem como para administrar a expansão de serviços do estado de bem-estar social. A PDT é o resultado de um esforço colaborativo entre um grupo de profissionais de desenvolvimento de recursos humanos e o pesquisador acadêmico Yrjö Engeström:

[...] Tanto uns quanto o outro estavam interessados na aplicação das ideias da Teoria Cultural e Histórica da Atividade ao treinamento de pessoal. Essa colaboração resultou em uma nova abordagem, amplamente aplicada ao treinamento no trabalho (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 74).

³⁸ Mesorregião Sudoeste do Paraná são 20.099 estabelecimentos agropecuários menores de 10 ha; Mesorregião de Francisco Beltrão mais Microrregião de Palmas, temos 1.111 que fazem uso da agricultura orgânica. Destes 273 são certificados por entidade credenciada (IBGE, 2006).

³⁹ ABRAMOVAY (1981).

⁴⁰ No site do *Center for Activity Theory and Developmental Work Research* a metodologia é citada como *Developmental Work Research (DWR)*.

O objeto da colaboração pesquisador-profissional se estendeu do treinamento ao desenvolvimento de atividades do trabalho. Foram aplicadas teorias psicológicas e pedagógicas à aplicação de teorias sociológicas do trabalho e da organização. A nova abordagem de pesquisa e desenvolvimento de atividades de trabalho alicerçou-se na crítica referente às abordagens existentes por serem individualmente centradas e a-históricas. A nova abordagem como uma alternativa fundamentou-se desde o seu surgimento na Teoria Cultural Histórica da Atividade e foi nominada como Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT). No ano de 1987 é que Yrjö Engeström dissertou com o título Aprendendo por Expansão a base teórica e os princípios da metodologia PDT. Nesta mesma dissertação também criou a teoria de aprendizagem expansiva. Deste modo a (PDT) é relacionada metodologicamente com a aprendizagem expansiva que ocorre com os trabalhadores em seus ambientes de trabalho envoltos em uma história de contradições. Inspirados nas noções da PDT pressupomos que as organizações da comunidade cooperativa UNICAFES e seus ramos tem uma existência histórica contraditória que os impele a agirem de modo insatisfatório para eles mesmos no que se refere ao uso do crédito rural Pronaf Custeio. Contemplar as noções de contradição para olharmos a pressuposta existência da contradição na organização cooperativa foi mais um critério para escolha da abordagem. A abordagem da PDT nos guiou para desenvolvermos a tese sobre os principais desafios e possibilidades de desenvolvimento de crédito rural para custeio das atividades agrícolas dos Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia.

3.1.1 Questionamentos orientadores e quadro síntese da metodologia

Após termos uma contextualização resultante de um primeiro passo de nosso ciclo metodológico organizamos uma sequência de questionamentos orientadores com objetivos. São eles:

Q1: Os trabalhadores realizadores de ações da comunidade cooperativa manifestam-se discursivamente apontando para contradições nos seus sistemas de atividades?

Objetivamos averiguar a hipótese de contradições primária, secundárias e terciária identificando-as a partir de pistas linguísticas rudimentares.

Q2: Quais os conceitos relativos ao modo de usar o crédito rural no passado do ambiente empírico?

Objetivamos entender proposições quanto aos modos de usar o crédito rural no passado das organizações preconizadoras da Central Cresol Baser e UNICAFES como um todo.

Q3: Se Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia da região Sudoeste do Estado do Paraná estavam contemplados no **objeto** perseguido pelas organizações preconizadoras do sistema de atividade atual, por que constatamos nos dados preliminares, Pronaf Custeio para Agriculturas de base ecológica e agroecologia igual a zero?

Objetivamos identificar na relação sujeito-objeto ao longo da história se ocorreu ruptura e perda de rumo do sujeito. A ruptura é evidência de contradição primária entre valor de uso e valor de troca do ramo de crédito da comunidade cooperativa UNICAFES. Se confirmada à ruptura e a contradição primária poderemos entender os motivos que levam a própria organização do crédito rural da categoria agricultura familiar a ter dificuldade de financiar os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia.

Q4: A ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) que operacionaliza o Pronaf Custeio sofreu transformações adequadas para financiar os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia?

Objetivamos identificar a ferramenta que supostamente mediará à relação entre organização de crédito rural e organização de assistência técnica, verificando possíveis transformações pelo uso cotidiano dos trabalhadores da história local.

Q5: Abismo entre Pequenos Agricultores Familiares e crédito: porquê?

Objetivamos conhecer o problema no interior de um ambiente empírico que operacionaliza o crédito rural.

Q6: Os trabalhadores geraram ações agentivas resultantes de aprendizado expansivo ao longo da história local de uso da ferramenta do crédito rural?

Objetivamos averiguar se os trabalhadores geraram ações agentivas para superação das contradições secundárias.

Q7: As ações agentivas identificadas nas Mini-Intervenções Formativas (MIF) estão sendo praticadas e generalizadas?

Objetivamos averiguar se as ações agentivas são efetivas (praticadas e generalizadas) ao ponto de provocarem contradição terciária (quando velhas tecnologias se conflitam com as novas tecnologias).

Q8: As ações agentivas superarão as contradições e redesenharão o sistema de atividades?

Objetivamos discutir se as ações agentivas em efetivação tem potencial para superar ou apenas amenizar as contradições primária, secundárias e terciária, bem como redesenhar o sistema de atividade da Central Cresol Baser suficientemente para construir uma Ponte sobre o Abismo Histórico.

Q9: Se as ações agentivas forem compartilhadas em novas sessões de Laboratórios de Mudança (LM) poderão vir-a-ser objetos compartilhados pela comunidade cooperativa UNICAFES?

O objetivo deste questionamento é remeter a continuidade do processo de pesquisa para a construção de objetos compartilhados que venham a ser pontes sobre o abismo que coloca os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das

agriculturas de base ecológica e agroecologia em uma borda e o crédito rural brasileiro noutra borda, separando-os historicamente.

Após os questionamentos definimos uma sequência metodológica que apresentamos de modo sintético no quadro 3.1 Síntese da metodologia. Da coluna esquerda para a direita temos: o questionamento orientador (Q); dados (procedência, geração); unidade teórica de análise; unidade de dados; conceito analítico e; principais conceitos teóricos e; a indicação do sub-capítulo em que apresentamos a respectiva análise e/ou discussão quanto ao questionamento orientador. Segue o quadro:

QUADRO 3.1 - SÍNTESE DA METODOLOGIA.

Q ⁴¹	Dados	Unidade de análise	Unidade de dados	Conceito analítico	Principais conceitos teóricos	Capítulo ⁴²
1	Empírico: Mini-intervenções Formativas (MIF ⁴³).	Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES.	Polarização (Pensamentos opostos)	Manifestações discursivas de contradições dialéticas	Dilema, Conflito, Conflito crítico, Duplo Vínculo, contradição primária, secundária e terciária. (ENGESTRÖM & SANNINO, 2011)	4.2
2	História local: Teses, Dissertação, Estatutos, Colunas de Jornal. Empírico: MIF.	Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES.	Evento histórico, período.	Unidade de opostos histórica.	Crédito para desenvolvimento socioeconômico idealizado por Pequenos Agricultores Familiares numa perspectiva de Chayanov (1974) vezes crédito numa perspectiva da modernização conservadora da agricultura (DELGADO, 2009) conforme agricultura familiar das políticas públicas (ABRAMOVAY, 1998).	5.1
3	História local: idem anterior; Empírico: MIF.	Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES.	Evento histórico, período, episódio.	Evento crítico Ex: Fundo de Crédito Rotativo colide com Pronaf Custeio.	Sujeito-Objeto, ação, evento crítico, variação estrutural , ruptura com desvio de rumo, polarização, contradição primária (ENGESTRÖM, 1987).	5.2
4	História local: idem anterior; Empírico: MIF.	Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES	Evento histórico, período, fase, episódio.	Evento crítico, Ferramenta, mediação, predição.	História particular do sistema psicológico (Nível 4 da história SCRIBNER, 1997, Fig. 3.1); e Capitalismo de alta tecnologia. Ex: Ferramenta Fundo de Crédito Rotativo evolui para SIC, SIC MOB. Virá-a-ser Sensoriamento remoto?	5.3
5	Empírico: MIF.	Rede de sistemas de atividades UNICAFES	Polarização (Pensamentos opostos)	Manifestações discursivas de contradições dialéticas	Dilema, Conflito, Conflito crítico, Duplo Vínculo, contradição primária, secundária e terciária. (ENGESTRÖM & SANNINO, 2011)	6.9.1.3
6	Empírico: MIF.	Rede de sistemas de atividades UNICAFES	Camada agentiva	Camadas interpretativa, contraditória, agentiva.	Estimulação dupla (VYGOTSKI, 1999 <i>apud</i> VIRKKUNEN & NEWNHAM, 2015, p. 108). Características de ações agentivas de estudos empíricos.	6
7	Empírico: MIF.	Rede de sistemas de atividades UNICAFES	Episódio: Implantação ação agentiva SIC MOB	Categorias conflito e dilema	Contradição terciária (ENGESTRÖM, 1987, p. 335); Ex: SIC X SIC MOB X Sensoriamento Remoto.	6.9; 6.9.1
8	Empírico: MIF.	Rede de sistemas de atividades UNICAFES	Valor de uso e valor de troca	Ação agentiva	Contradições primária, secundárias e terciária, ciclo de aprendizagem expansiva e Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD) (ENGESTRÖM, 1987).	7
9	Empírico: MIF.	Rede de sistemas de atividades UNICAFES	Ações agentivas identificadas nas MIF desta tese.	Objetos compartilhados	Aprendizado expansivo, Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)	7.11.1 até 7.11.5

FONTE: o autor

⁴¹ Q: Questionamentos orientadores descritos nas páginas que antecedem o quadro 3.1.

⁴² Cap: Capítulo onde está apresentada a análise.

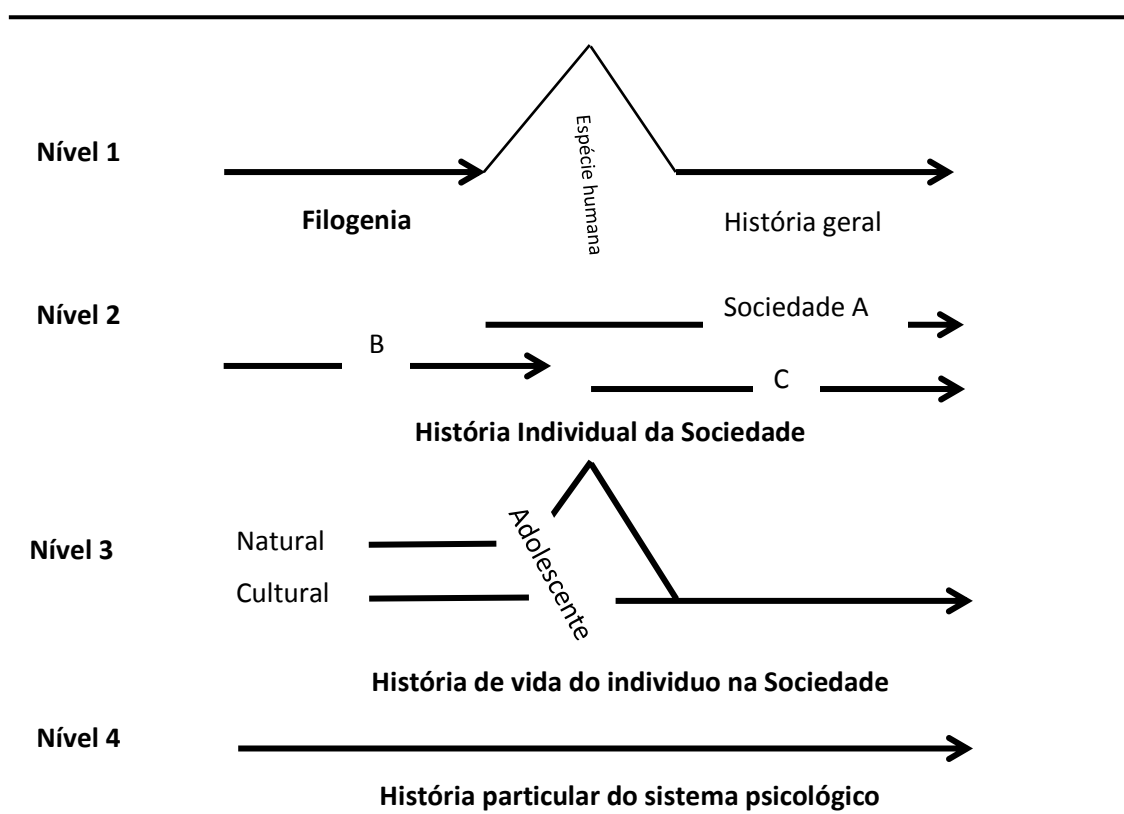
⁴³ Mini-Intervenções Formativas.

3.2 A METODOLOGIA DO PONTO DE VISTA HISTÓRICO

Segundo Scribner (1997) o comportamento do ser humano é abordado por Vygotski relativamente à história. Vygotsky contribuiu com a teoria psicológica introduzindo uma abordagem histórica explicativa para o desenvolvimento dos processos mentais superiores. A teoria de Vygotsky é a primeira a explicar a formação histórica da mente. Em sua teoria a análise histórica é a chave. Segundo Scribner (1997) para Vygotski a essência da abordagem dialética é estudar algo historicamente como fenômenos em movimento. Sua pesquisa histórica de comportamento não é apenas um aspecto adicional ou auxiliar do estudo teórico, mas sim a própria base.

Os níveis da história relativamente aos processos de desenvolvimento mental estudados por Vygotski foram ampliados por Scribner (1997). Esta apresenta quatro níveis da história. A história geral, filogenia; a história individual da sociedade; a história de vida do indivíduo na sociedade e; a história particular do sistema psicológico. A figura a seguir ilustra os níveis da história conforme Scribner (1997).

FIGURA 3.1 - NÍVEIS DA HISTÓRIA



FONTE: SCRIBNER (1997, p. 261).

O nível 1 refere-se ao desenvolvimento da espécie humana em sua história geral (Filogenia). Segundo Scribner (1997) Vygotski buscou o desenvolvimento das funções mentais superiores (fala) inspirado em Engels. Para este as leis eternas da natureza cada vez mais estão sendo substituídas pelas leis da história. Vygotsky apresentou a obra de Engels como o desenrolar dos mecanismos pelos quais a transformação, do natural para o histórico ocorre nos fenômenos da vida mental. Scribner (1997) cita a ideia de Kernel. Para este, a espécie humana difere de todas as outras por manipular a natureza. Ela se liberta do determinismo biológico e começa a formar sua própria natureza. Atividades produtivas genericamente definidas como trabalho transformam o curso da história, com novos recursos e novas formas fazendo da sociedade um vir-a-ser. A perspectiva de Vygotski segundo Scribner (1997) segue Marx e Engels (1846). Para estes a história é material, pois estabelece as atividades materiais dos povos e suas relações uns com os outros como a fonte de ideias e vida mental.

O nível 2 é proposto por Scribner (1997) e trata da história individual da sociedade. Para ela, sociedades e grupos culturais participam da história do mundo em tempos diferentes e de maneiras diferentes. Cada qual tem a sua própria história passada influenciando na natureza e na transformação atual. Sociedades particulares podem adotar os mesmos meios culturais (sistemas de escrita), mas como resultado de suas histórias individuais, suas implicações cognitivas podem diferir amplamente de uma sociedade para outra. Na história geral da evolução da espécie humana (Nível 1), a aritmética escrita precede a aritmética eletrônica e há apenas este curso do desenvolvimento cultural. Segundo Scribner (1997) esta sequência ocorre na história geral dos Estados Unidos, mas não na história específica da população Oksapmin⁴⁴. Poderia esta questão ser feita adequadamente em pesquisas empíricas com base no modelo de história geral somente?

Para nosso estudo focamos o trabalho da dinâmica da agricultura familiar relativamente ao crédito rural, às transformações de sua estrutura organizativa, da transformação da ferramenta que denominamos Sistema Integrado de Crédito (SIC),

⁴⁴ Grupo indígena da Papua Nova Guiné: Até recentemente, se valia de um sistema de números rudimentares baseado nas partes do corpo para realizar operações quantitativas simples, necessárias da vida diária. Este sistema, está mudando, como resultado de novas atividades profissionais e comerciais. Ao mesmo tempo, em que este sistema antigo está passando por modificações, os indicadores apontam para uma população Oksapmim aprendendo a usar calculadoras manuais, para cálculos, nas lojas comerciais do país (EDWARDS, 1981 *apud* SCRIBNER, 1997, p. 259). Obs nossa: não passam pela fase do desenvolvimento da ferramenta aritmética escrita.

dos conceitos que se antagonizam, como algo singular da cultura histórica local. Todavia sustentamos que é uma cultura local em comunicação com o desenvolvimento da história geral da civilização humana, o que implica em manuseio de ferramentas tecnológicas e conceitos em geral.

O nível 3 proposto por Scribner (1997) é a história de vida do indivíduo na sociedade. Para Vygotski é a ontogenia o segundo nível da história. A autora primeiramente apresenta este nível da história conforme Vygotsky para em seguida propor o seu quadro metodológico que expande a noção de ontogenia para a história de vida do indivíduo na sociedade. Tal proposição de Scribner (1997) objetiva contemplar a fase do adulto e não se limitar a fase de desenvolvimento dos processos mentais da criança ou somente até a adolescência. Em resumo Scribner (1997, p. 260) propõe substituir “[...] história infantil, por história de vida”. O estudo etnográfico de Picinatto (2010) fornece conhecimentos básicos quanto à história de vida dos Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia, o que nos foi providencial para entendermos os aspectos gerais da cultura local da forma genérica agricultura familiar. No nosso estudo, o aprendizado dos trabalhadores e em especial dos participantes do contexto da pesquisa tais como agricultores diretores, ocorre em sua fase de vida adulta e em relação dialética com as transformações complexas que ocorrem na estrutura organizativa. Suas fases de desenvolvimento até a adolescência em geral, ocorreram em propriedades agrícolas dos Pequenos Agricultores Familiares, ou seja em minifúndios. Tal fato neste estudo é relevante, em termos dos conceitos que dão significado e sentido aos objetos perseguidos historicamente. Na fase de adultos, os seus desenvolvimentos ocorrem na relação com o trabalho da comunidade cooperativa UNICAFES e suas ferramentas em geral. Novamente destacamos as ferramentas operacionais e conceituais do crédito rural Fundo de Crédito Rotativo e Sistema Integrado de Crédito (SIC) que arrasta a estrutura ao longo da história.

Como nível 4 temos a história particular do sistema psicológico. Segundo Scribner (1997) os psicólogos tendem a conceber o indivíduo em um sistema dinâmico. Todavia em seus desenhos de pesquisas a história no nível da sociedade é colocada como estática. Argumenta a autora que os antropólogos por sua vez costumam fazer o pressuposto reverso. Quando Vygotsky direcionou sua atenção para temas específicos do desenvolvimento da criança, por exemplo jogar (Vygotsky, 1978 *apud* por Scribner, 1997, p. 261) ele também seguiu a prática de

assumir que somente a história da criança estava em movimento e outras linhas de desenvolvimento cultural permaneciam constantes. Entretanto para Vygotsky os níveis de desenvolvimento cultural são inter-relacionados, ocorrem simultaneamente e mutuamente se influenciam. Seu quadro é portanto, um guia útil para pesquisas que cada vez mais enfrentam a necessidade de lidar simultaneamente com mais do que um nível de transformações. No nosso caso empírico de estudo, desde os dados gerados nos procedimentos preliminares, sustentamos que se trata de um sistema psicológico que particularmente, tem ferramentas operacionais e conceituais que agem como instrumentos psicológicos, mediando relações e direcionando operações do crédito rural. Os participantes do contexto de pesquisa no período histórico desenvolvem as ferramentas em sinergia com o desenvolvimento tecnológico da civilização humana e na medida que acessam as novas tecnologias. Assim, o sistema psicológico particular (Nível 4) quando visto com as ferramentas do crédito rural em transformação, nos explicita que não há indivíduos estáticos. As novas ferramentas que adquirem são devidas a relação com a história individual da sociedade (Nível 2) que também está em plena transformação em uma dinâmica que adquire tecnologias da cultura humana em geral. Em resumo, para efeito de nossos estudos os quatro níveis são dinâmicos e resultantes do próprio trabalho humano mediado por suas ferramentas operacionais e conceituais que cada vez mais se transformam, influenciando na estrutura e dialética do contexto de pesquisa.

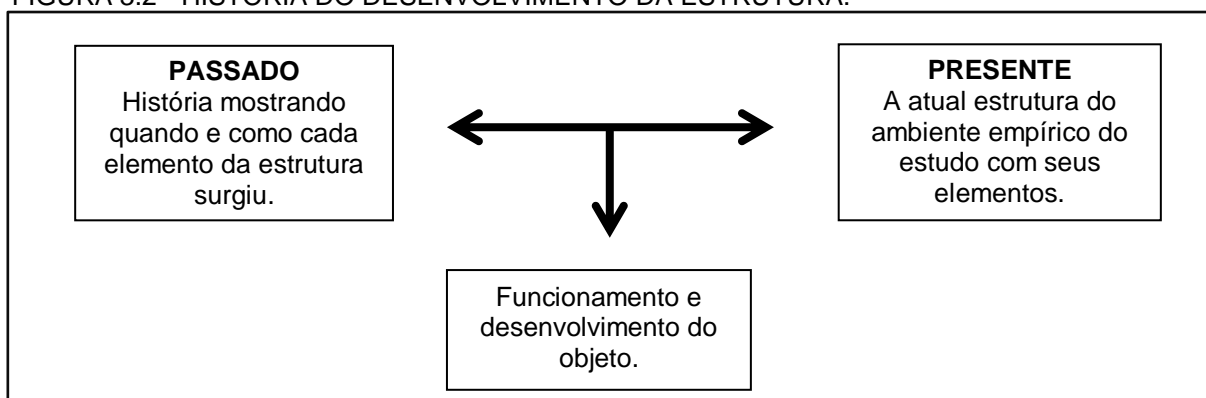
Segundo Querol (2011) para estudarmos sistemas complexos e em evolução se faz necessário estudarmos minimamente com dois planos. Um plano é quanto ao funcionamento do sistema. Para tanto concebe-se o sistema como partes que no conjunto formam a estrutura. Nesse caso cada parte tem propriedades fundamentais. Todavia conforme Querol (2011) uma estrutura de um sistema complexo em evolução é mais do que apenas algo formado por partes estáticas. Portanto é necessário conceber que a estrutura é formada por relações funcionais entre suas partes. Para entender um sistema é necessário compreender a dinâmica das interações funcionais entre os elementos (partes) que o compõem. Enfatizar a dinâmica implica em adotar o conceito de tempo histórico. Para entendermos a dinâmica e o funcionamento de uma estrutura se faz necessário o conceito de desenvolvimento. Porém segundo Querol (2011) desenvolvimento não é apenas compreendido como uma sequência de estágios de certo sistema, mas sim também como a estrutura do sistema. Deste modo a análise do desenvolvimento de um

sistema requer a análise da variação estrutural do sistema ao longo da história. Para Blauberg *et al* (1977) citado por Querol (2011) três procedimentos são sugeridas para analisar um sistema: i) análise de sua história independentemente de sua estrutura; iii) análise da estrutura do objeto, independentemente de sua história e; iii) análise da gênese da estrutura e do objeto.

O nosso ambiente empírico tem raízes no processo que recortamos a partir da fundação da ASSESOAR no ano de 1966 e conta com período histórico de 50 anos. Esta organização fundada por Pequenos Agricultores Familiares que se envolvem com o crédito rural brasileiro, gradativamente foi tornada complexa até gerar a comunidade cooperativa denominada UNICAFES. Portanto, somente com uma metodologia que combina a análise da história com as transformações da estrutura em longos períodos é que alcançamos respostas a pergunta gerada na pesquisa etnográfica de Picinatto (2010) e nas perguntas geradas com apoio dos dados preliminares e fundamentação teórica. Na análise da Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT) de Engeström (1987) encontramos os requisitos necessários. Com a PDT conseguimos ver a comunidade cooperativa UNICAFES como uma rede de sistemas de atividades, mediada por ferramenta operacional e por conceitos culturalmente construídos, em uma história de transformações em que a forma genérica agricultura familiar é um sujeito que busca um objeto para suprir suas necessidades. A noção de objeto da PDT é uma ferramenta que nos propicia analisar rupturas na relação sujeito-objeto. Ainda destacamos que a PDT nos orienta para comparar nosso caso empírico com outros estudos possibilitando generalizações. Possivelmente o problema empírico do abismo e o comportamento humano conhecido no estudo da UNICAFES poderá ser útil para entendimento de outras situações empíricas⁴⁵. Ilustramos na figura a seguir a relação entre história e estrutura:

⁴⁵ Os desafios de aprendizado para superação das contradições são os mesmos?

FIGURA 3.2 - HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA.



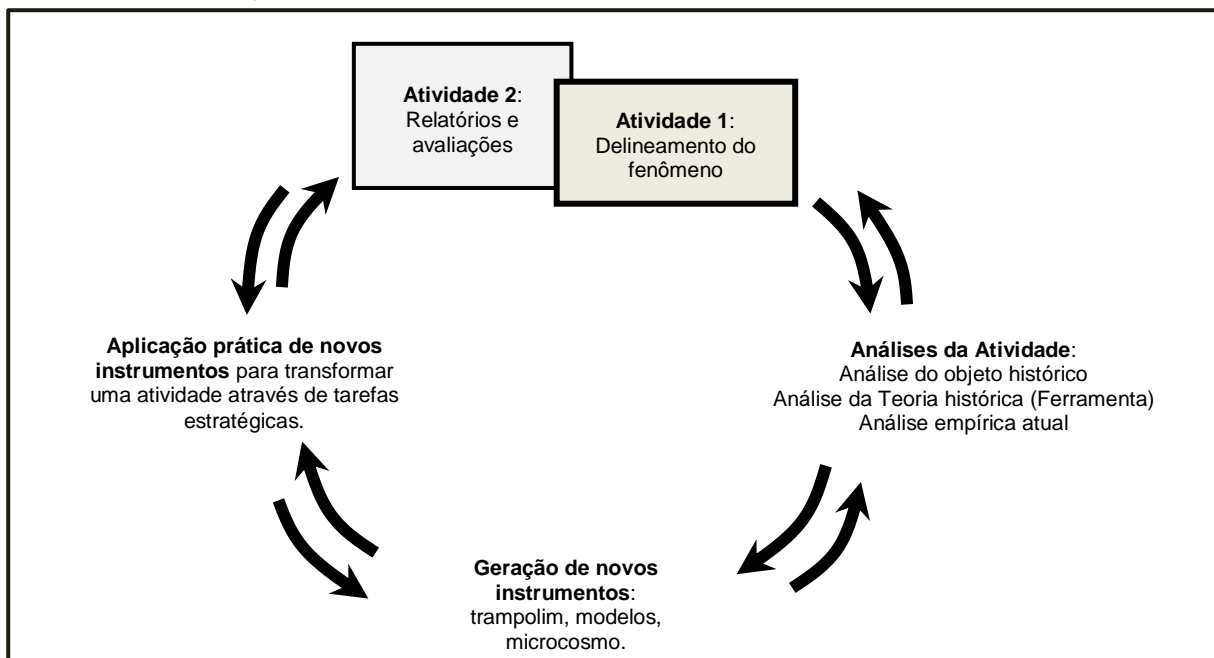
FONTE: BLAUBERG *et al. al.* (1977) *apud* QUEROL (2011).

3.3 CICLO DA PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO (PDT)

Segundo Miettinen (2009) no ciclo metodológico da pesquisa de desenvolvimento de Engeström (1987, p. 323) cinco passos são caracterizados do ponto de vista da pesquisa intervencionista conforme figura 3.3. O primeiro passo previsto no ciclo metodológico da Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT) é designado fenomenologia e delimitação do sistema de atividade. O segundo passo do ciclo é designado Análise da atividade. Esta é composta de três análises: i) Análise do objeto histórico; ii) Análise da teoria histórica (desenvolvimento das ferramentas) e; iii) Análise empírica atual. O resultado destas análises é "[...] uma imagem hipotética da próxima forma de desenvolvimento, mais avançado do sistema de atividade" (ENGESTRÖM, 1987, p. 335). Esta imagem hipotética inclui uma instrumentalidade, uma nova solução para as contradições dos sistemas de atividades. O objetivo final da análise é fazer com que os participantes enfrentem as contradições secundárias. O terceiro passo do ciclo é a geração de novos instrumentos. Os participantes são estimulados para gerarem novos instrumentos objetivando a superação das contradições secundárias. O quarto passo do ciclo da Pesquisa em Desenvolvimento do trabalho (PDT) consiste na aplicação prática dos novos pensamentos e novos instrumentos para transformar a atividade através de ações estratégicas. Os novos pensamentos conflitam com os velhos pensamentos e os novos instrumentos, que podem ser novas tecnologias, colidem com os velhos instrumentos, que podem ser as tecnologias que já não dão conta das necessidades do sistema de atividades. O quinto passo é o relato da pesquisa e avaliação com o

conjunto de participantes. A seguir ilustramos com a figura do ciclo de Pesquisa em Desenvolvimento do trabalho (PDT):

FIGURA 3.3 - PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.



FONTE: ENGSTRÖM (1987). *In:* adaptado de QUEROL (2011).

3.4 NOSSOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No nosso processo de pesquisa os procedimentos foram inspirados pelo ciclo da Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT). Após superarmos o primeiro passo avançamos para o segundo passo analisando a atividade no que se refere ao objeto histórico, teoria histórica da ferramenta e análise empírica atual. Na análise empírica atual nos inspiramos na teoria do Laboratórios de Mudança (LM) e efetivamos Mini-Intervenções Formativas (MIF) nas quais os sujeitos participantes da pesquisa articularam em palavras as suas contradições e suas capacidades de agência. Descreveram detalhadamente unidades de opostos e ações agentivas, como esforços de transformações para superação das contradições, que geram tensões, tanto no sistema de atividade específico de cada organização, quanto entre⁴⁶ os sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Com as

⁴⁶ Reiteramos que enfocamos prioritariamente os ramos ATER e crédito rural. Assim entendemos que cada organização, por exemplo Cooperiguaçu tem seu sistema de atividade com objeto particular e a Central Cresol Baser tem seu sistema de atividade e seu objeto particular. Todavia estão mediados

Mini-Intervenções Formativas (MIF) nos aproximamos do quarto passo do ciclo da PDT, limitando-nos a identificação quanto a tentativa dos sujeitos praticarem e generalizarem a ação⁴⁷ de implementação da nova ferramenta denominada Sistema Integrado de Crédito (SIC MOB) que recebeu conflito⁴⁸ de imediato. Não sustentamos que a ferramenta SIC MOB tenha sido gerada exclusivamente nas nossas MIF, todavia ocorreram reflexões problematizadora quanto a esta objetivar aumento da produtividade do trabalho. Ainda não foi possível ignorar que já existem ações estratégicas para implantação de uma próxima sofisticação na ferramenta SIC MOB com dispositivo para agirem com sensoriamento remoto. Neste caso identificamos dilema⁴⁹ quanto a esta nova ferramenta. Inspirados no ciclo metodológico de Pesquisa em Desenvolvimento (PDT) tabulamos nossos procedimentos resumidamente no quadro seguinte para em seguida descrevê-los detalhadamente:

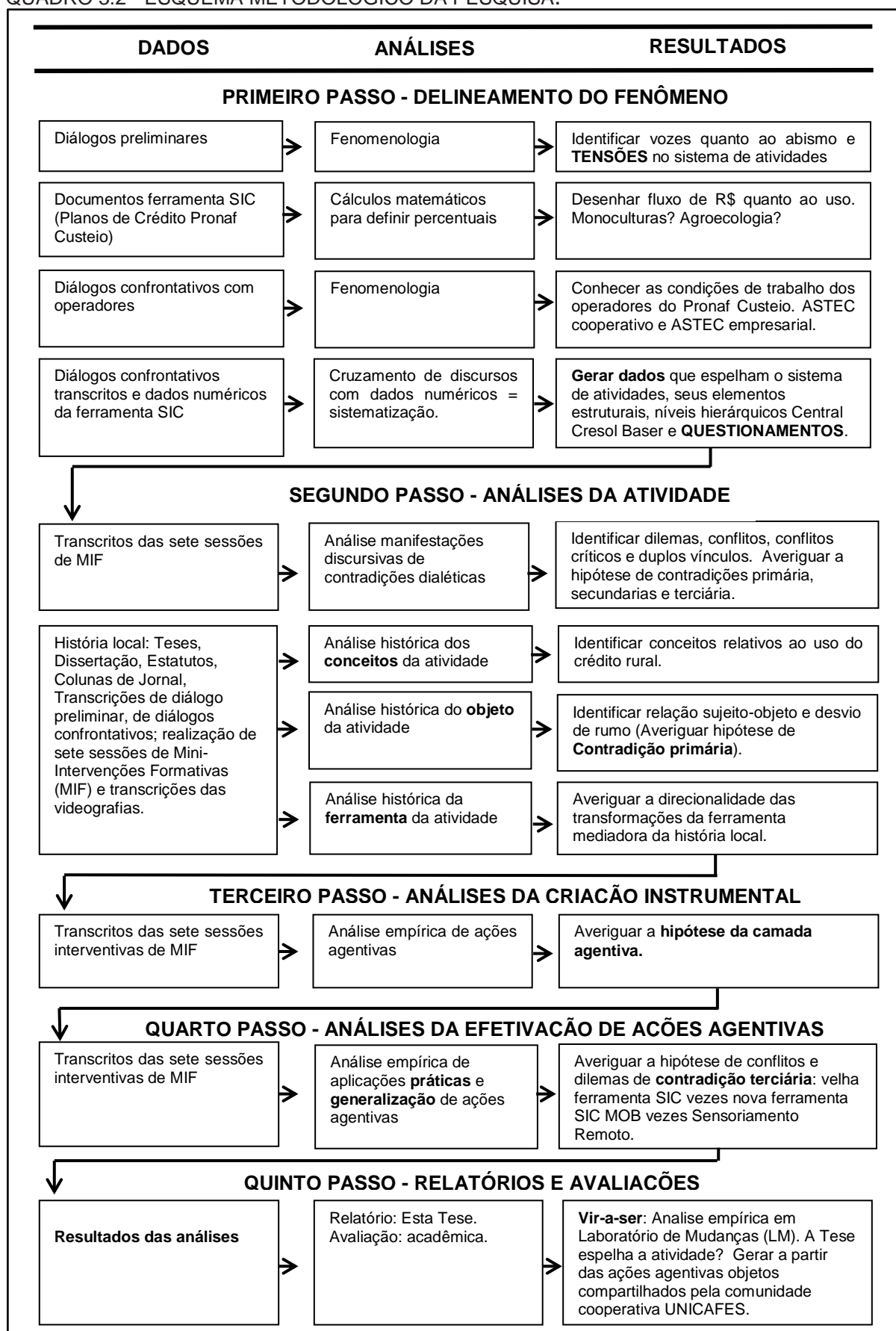
pela ferramenta do crédito rural com seu caráter histórico. Ainda estão mediados pelos conceitos de cooperativismo, agricultura familiar, que também tem seu caráter histórico.

⁴⁷ A implantação do SIC MOB não é a única ação que identificamos como movimento dialético e prático.

⁴⁸ Identificado nos transcritos com a categoria conflito.

⁴⁹ Identificado nos transcritos com a categoria dilema.

QUADRO 3.2 - ESQUEMA METODOLÓGICO DA PESQUISA.



FONTE: o autor.

3.5 PRIMEIRO PASSO: DELINEAMENTO DO FENÔMENO

O primeiro passo é o delineamento do fenômeno. Segundo Querol (2011 p. 77) a delimitação dos sistemas de atividades geralmente requer **contato prévio** e uma **coleta preliminar de dados** no ambiente empírico. Na prática este procedimento é necessário para definir as questões de pesquisa do estudo. A necessidade de aprofundarmos o problema empírico (Abismo) no interior da UNICAFES nos remeteu a busca de informações preliminares para uma primeira percepção do fenômeno⁵⁰ a ser estudado. A delimitação do sistema de atividade previsto no ciclo metodológico da Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT) objetiva gerar uma percepção por parte do pesquisador quanto aos discursos e problemas vivenciados pelos trabalhadores, bem como o delineamento do fenômeno pesquisado. Inicialmente identificamos na multiplicidade de vozes da comunidade cooperativa UNICAFES, tensões e problemas gerais dirigidos a Central Cresol Baser por esta coordenar os níveis hierárquicos de atividade, ação e operação, mas que todavia não executa exclusivamente o nível de operação.

3.5.1 Diálogos preliminares

Procedemos imersões para elucidações preliminares quanto às atividades do crédito rural Pronaf Custeio relativamente ao problema empírico que denominamos abismo. Priorizamos diálogos junto a comunidade cooperativa UNICAFES PARANÁ, na região Sudoeste do Paraná. Como um início de aproximação estabelecemos diálogo com indivíduo (Informante-chave) que desempenhou e desempenha ao longo da sua história individual ações técnicas e administrativas no ramo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como cooperado da Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (Cooperiguaçu). Tal evento ocorreu no dia 13/02/2014. A Cooperiguaçu fundada em meados da década de 1980 é uma das preconizadoras do cooperativismo de crédito Sistema Cresol. Com este primeiro dialogo nos dirigimos para os demais diálogos a seguir citados:

⁵⁰ A fenomenologia tem origem na filosofia e possui um caráter transdisciplinar “[...] dando a primazia à experiência subjetiva [...]” (LESSARD-HÉBERT; GOYETE; BOUTIN, 2012, p. 49).

a) Diálogo com Diretores da Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (Cooperiguaçu): Este diálogo objetivou compreendermos quais os trabalhos realizados pela Cooperiguaçu e que se caracterizariam como processos educativos para Pequenos Agricultores Familiares. Também foi um momento para entendermos as problematizações quanto ao uso do crédito rural Pronaf Custeio e Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater);

b) Diálogo com Departamento de Seguro Agrícola da Central Cresol Baser: Autorizados pelo vice-presidente da Central Cresol Baser conhecemos o Departamento de Seguro Agrícola e fomos instruídos tecnicamente pelo operador⁵¹ do Sistema Integrado de Crédito (SIC) quanto ao armazenamento dos cadastros dos cooperados, Planos de Crédito e produtos financiados com o Pronaf Custeio. O operador nos forneceu primeiramente informações gerais quanto ao sistema organizativo da Central Cresol Baser, incluindo informações sobre territorialização por meio da constituição de novas bases regionais. Neste momento de imersões também ocorreu à demonstração das regras que advém do Manual de Crédito Rural (MCR) e que foram e são os parâmetros⁵² fixados na ferramenta operacional interna Sistema Integrado de Crédito (SIC);

c) Diálogo com Departamento de ATER da Central Cresol Baser: O objetivo desta imersão, que ocorreu no mês de dezembro de 2014, foi conhecer o motivo da criação, necessidades e resultados esperados das ações coordenadas pelo Departamento. Ao conhecermos o objeto do Departamento de ATER, que tem a ver com a necessidade de organizar a Assistência Técnica burocrática (ASTEC) priorizamos diálogos com técnicos operadores do SIC que elaboram Planos de Crédito do Pronaf Custeio;

d) Diálogo com técnico da Cooperativa de Crédito Rural Cresol Singular de Francisco Beltrão: O dialogo com técnico⁵³ interno da Cooperativa Cresol Singular

⁵¹ O operador é Agrônomo e está como funcionário interno a organização e também atende as novas cooperativas singulares nos vários Estados da Federação.

⁵² A empresa especializada em sistemas de informações e que transformou o Sistema Integrado de Crédito (SIC) no contexto pesquisado utilizou durante troca de informações a “expressão” parametrização e enfatizou que a sua referencia é o Manual de Crédito Rural.

⁵³ O técnico entrevistado foi demitido no ano de 2015, durante a dinâmica desta pesquisa, evidenciando o processo de terceirização que objetiva redução de custos de assistência técnica.

do município de Francisco Beltrão/PR objetivou conhecer a relação contratual que ocorre entre as Cooperativas Singulares municipais e a Assistência Técnica (ASTEC) empresarial. Neste evento fomos agendados para diálogo com o técnico da empresa de ASTEC que executou no ano de 2014 a operação de elaboração dos Planos de Crédito aos cooperados que efetivaram contratos especificamente com a Cooperativa Singular de Francisco Beltrão/PR;

e) Entrevista gravada com o Presidente da UNICAFES PARANÁ: nos guiamos a partir de perguntas inspiradas pelos diálogos anteriores. Este evento consistiu em diálogo com sujeito que participou de várias funções conforme divisão do trabalho, que ocorre nas organizações da comunidade cooperativa desde a década de 1970. Objetivamos confrontar pressuposto de existência contraditória e desenhar o organograma da comunidade cooperativa por ramos de atividade. Isto foi obrigatório para definirmos e localizarmos os próximos procedimentos. Surgiram problematizações tais como: O ato cooperativo não ocorre na íntegra, uma vez que o ramo ATER da comunidade cooperativa não é o único que realiza operações para o Pronaf Custeio. A comunidade cooperativa em seu ramo de Crédito Rural terceiriza os trabalhos de elaboração dos Planos de Crédito com empresas de assistência técnica (ASTEC). Esta descoberta por si sustenta o pressuposto da existência contraditória. Poderia uma comunidade cooperativa priorizar a terceirização da ASTEC com empresas, deixando de lado as suas Cooperativas do ramo ATER?

3.5.2 Coleta de documentos com dados numéricos na ferramenta SIC

Procedemos coleta de documentos com dados numéricos na Central Cresol Baser. Objetivamos coletar dados para refletirmos quanto a problematizada venda casada de agrotóxicos com dados documentais verificáveis. O procedimento contou com a noção de ferramenta o que nos conduziu a colocarmos centralidade no Sistema Integrado de crédito (SIC). Requeremos e recebemos da Central Cresol Baser as seguintes informações relativas aos seus contratos do Pronaf Custeio BNDES Mais Alimentos: i) Valores totais da safra agrícola 2013/2014 repassados aos cooperados, contendo os produtos financiados e os respectivos valores e porcentagens por produtos financiados; ii) 360 Planos de Crédito das culturas de soja e milho de dezoito municípios da Base Regional Sudoeste (que é a mais antiga

tendo a idade de 20 anos). Coletamos os 10 primeiros Planos de Crédito que o Sistema Integrado de Crédito (SIC) demonstrou em sua listagem de cooperados que efetivaram contratos para cada qual dos dezoito municípios.

3.5.3 Coleta de dados em diálogos confrontativos com operadores

Os diálogos preliminares já haviam apontado a ferramenta SIC como mediadora da Central Cresol Baser e organizações de assistência técnica (ASTEC) que realizam operações do crédito rural Pronaf Custeio. Reunimos informações do processo histórico e do contexto atual objetivando conhecer conceitos cotidianos utilizados pelos trabalhadores, conforme divisão do trabalho em um sistema de atividades. As noções de níveis de sistema de atividade foram providencias para direcionarmos diálogos confrontativos no nível de operação. Durante a coleta de dados preliminares a postura do pesquisador problematizador do abismo provocou confrontos imprevistos porém providenciais. Não tratamos apenas como uma metodologia que visou somente diagnosticar e propor soluções, mas sim como metodologia que intensificou antagonismos e proposições. O objetivo de obter informações a respeito do uso dos recursos financeiros do Pronaf Custeio e os motivos que levam ao seu não uso, ou uso insatisfatório relativamente aos Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia foi inesperadamente e inusitadamente provocador de conflitos entre pesquisador-interventor e operadores. Ao colocarmos centralidade no Sistema Integrado de Crédito (SIC), que embora esteja sediado na Central Cresol Baser é ferramenta utilizada pelo conjunto de trabalhadores operadores do crédito rural Pronaf Custeio, problematizamos a essência de uma Rede de Sistemas de Atividades. Criticamos o trabalho repetitivo dos operadores, que todavia é gerador da sobrevivência de suas famílias. O tema provocador de tensão e conhecido nos diálogos preliminares é quanto a venda casada de agrotóxicos localmente. Porém fundamentados na noção de redes de sistemas de atividades questionamos os operadores quanto a estes participarem da venda casada de agrotóxicos em uma rede de sistemas de atividades. Tal venda casada já demonizada nos diálogos preliminares, envolveria organizações que realizam ações e operações do sistema de atividade Pronaf Custeio. Provocamos agendas, objetivando alcançar os sentidos dos trabalhadores (operadores) que efetivam os documentos denominados Planos

de Crédito. A primeira agenda foi com técnico operador legalizado por empresa e o segundo legalizado por cooperativa de ATER. Segue detalhes:

a) Diálogo com técnico operador de empresa de Assistência Técnica (ASTECH)

O objetivo deste diálogo foi compreender: i) porcentagens recebidas pelos técnicos de ASTEC conforme orçamentos prescritos; e ii) número de técnicos que efetivam operações por número de contratos efetivados e; iii) as possibilidades de realizarem as operações previstas conforme condições do trabalho. Assim direcionados pelo diálogo com o técnico da Cooperativa Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR pré-ordenamos entrevista e videografia com empresa de ASTEC com sede no município de Francisco Beltrão/PR.

b) Diálogo com técnico operador da Cooperfronteira

O objetivo deste diálogo foi compreender: i) porcentagens recebidas pelos técnicos de ASTEC conforme orçamentos prescritos; e ii) número de técnicos que efetivam operações por número de contratos efetivados e; iii) as possibilidades de realizarem as operações previstas conforme condições do trabalho. Direcionados pelo diálogo com o coordenador do Departamento de ATER da Central Cresol Baser enfocamos a Base Regional Fronteira, por ser lá segundo informante-chave onde melhor evoluiu a proposta de ATER Cooperativa prestando serviços de ASTEC para o Pronaf Custeio aos cooperados da Central Cresol Baser, mais especificamente para a Cooperativa Singular de Capanema/PR. Neste caso se trata da Cooperfronteira que faz parte do CENATER PARANÁ.

Estes diálogos confrontativos que ocorreram por meio de divergências e concordâncias culminando na construção das manifestações discursivas e de conhecimentos entre pesquisador e técnico(s) no momento do evento provocado, não equivalem a apenas pesquisador ouvindo o relato de como fazem a operação, ou ainda, do pesquisador observando uma ação ou operação da atividade de Assistência Técnica (ASTECH) no momento de sua execução. A relação estabelecida entre pesquisador e operadores do Sistema Integrado de Crédito (SIC) tratando da elaboração dos Planos de Crédito teve características interventivas principalmente em dois aspectos: i) a prescrição dos agrotóxicos sem um devido acompanhamento

técnico aos agricultores cooperados; ii) vinculação do orçamento ao assalariamento dos operadores. Tal característica da técnica interventiva foi notada no evento de transcrição dos diálogos conflitivos videografados. Em resumo a técnica de diálogos conflitivos teve como características: i) confronto entre pesquisador que se colocou no papel de problematizador e técnicos operadores que se colocaram no papel de explanadores contando como fazem seu trabalho, suas condições de trabalho e aspectos financeiros que os levam a fazer do modo como fazem; ii) pesquisador interventor e técnicos operadores por serem ambos da área de conhecimento ciências agrárias e por terem agido, ainda que em períodos e funções distintas, na mesma comunidade cooperativa pesquisada são pares que debatem temas históricos da comunidade cooperativa, todavia não há concordância; iii) o confronto videografado demonstra duas vozes com unidades de opostos, uma do pesquisador-interventor defendendo ATER como processo educativo, noções de desenvolvimento econômico e princípios das agriculturas de base ecológica e agroecologia e outra dos técnicos operadores que defendem melhores condições para realizarem operações de Assistência Técnica (ASTEAC) para o Pronaf Custeio conforme regras advindas do Manual de Crédito Rural (MCR) e do seu contratante, no caso as Cooperativas Singulares das Bases Regionais da Central Cresol Baser.

3.5.4 Sistematização do primeiro passo

Três diálogos da primeira fase foram videografados e posteriormente transcritos mantendo-se as manifestações discursivas na íntegra. Para as situações em que os gestos foram demasiadamente explícitos acrescentamos observações nossas. Isto foi providencial para posterior entendimento de que ocorreram conflitos durante os diálogos. Participaram da primeira fase agricultores diretores, funcionários e profissionais de ATER e ASTEAC. Os participantes da pesquisa desempenham funções no organograma da comunidade cooperativa não se restringindo apenas a Central Cresol Baser. Sendo uma comunidade cooperativa que gradativamente se transforma ao longo da história ampliando seu organograma, os participantes da pesquisa desempenharam várias funções. Todavia os participantes da pesquisa que são agricultores familiares ocupam funções de diretoria em suas organizações, enquanto os participantes técnicos (agrônomos, técnicos agropecuários) são cooperados de cooperativas de ATER, funcionários ou

terceirizados contratados para funções específicas. Todavia no ramo ATER da comunidade cooperativa os diretores são profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e os estatutos das cooperativas de ATER abrigam agricultores com notório saber. Ressaltamos que os aprendizados dos participantes da pesquisa que foram expressos por meio de manifestações discursivas, são resultantes do seu cotidiano de trabalho. A maioria dos participantes convive com a história da construção da comunidade cooperativa a mais de 20 anos. Para efeito de apresentação dos participantes da pesquisa omitimos nomes, porém mantivemos a organização em que estão situados e seus cargos no momento que participaram da pesquisa. Destacamos o tempo e cargo(s) que ocuparam na construção da comunidade cooperativa, tendo como informações o que eles mesmos citaram durante a pesquisa. O quadro a seguir apresenta os participantes (P) geradores dos dados preliminares, Organização que abarca o participante, Cargo no momento presente e, Tempo e cargo destacado no processo histórico durante a sessão:

QUADRO 3.3 - PARTICIPANTES PARA DADOS PRELIMINARES.

P	Organização	Cargo (presente)	Tempo e cargo destacado no processo histórico durante a sessão.
P1	Empresa (BM Assessoria)	Agrônomo funcionário	Participou na safra 2013/2014 como contratado para realizar operações de Assistência Técnica (Astec) ao Pronaf Custeio da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR.
P2	Cooperativa de ATER Cooperfronteira	Agrônomo cooperado	Aproximadamente três (3) anos realizando operações de Assistência Técnica (Astec) ao Pronaf Custeio da Cresol Singular de Capanema/PR.
P3	UNICAFES PARANÁ 2014	AF Presidente	AF Sócio-fundador do Sistema Cresol, presidente da Cresol Singular de Francisco Beltrão. Desempenha funções de diretor na comunidade cooperativa a mais de 20 anos.

FONTE: o autor

NOTA: os nomes foram substituídos pela letra P (Participantes); a expressão Agricultor Familiar pelas letras AF.

O quadro a seguir mostra as características das três sessões de diálogos preliminares videografados e transcritos:

QUADRO 3.4 - VIDEOGRAFIAS E TRANSCRITOS PRELIMINARES.

Nome da Sessão (N)/número de participantes (P)/Data (D)/Local (L)	Tempo de videografia (T Minutos)/Número de palavras transcritas (Nº)
N: Empresa BM Assessoria P: 1 pesquisador; 1 técnico operador de planos de crédito D: 27/03/2015 L: Sede da Empresa, Bairro Vila Kenedi – Francisco Beltrão/PR.	T: 66 Nº: 11.040
N: Cooperfronteira P: 1 pesquisador e 1 técnico operador de Planos de Crédito e de vistorias do seguro agrícola. D: 2015 L: Sede da Cooperfronteira – município de Capanema/PR.	T: 99 Nº: 3.077 NOTA: transcrição parcial (T = a 49:35)
N: UNICAFES PARANÁ 2014 P: 1 pesquisador e o Agricultor Presidente D: 2014 L: Sede Da Unicafes Paraná, Bairro Cango – Francisco Beltrão/PR	T: 52 Nº: 8.420
TOTAIS	T: 217 minutos Nº: 22.537 palavras transcritas.

FONTE: o autor.

NOTA: A empresa embora não faça parte do regime cooperativo é prestadora de serviços a Cooperativa Singular de Francisco Beltrão/PR, logo extrapolamos a comunidade cooperativa para melhor entender as consequências do processo de terceirização.

Sobre os transcritos das três sessões preliminares não realizamos análises com metodologias referenciadas. Procedemos correlações entre às manifestações discursivas e os dados numéricos extraídos do Sistema Integrado de Crédito (SIC).

Calculamos manualmente dados numéricos que nos foram fornecidos em planilha do *excel*. Na planilha constam os valores financeiros que entraram na Central Cresol Baser especificamente do Pronaf Custeio Mais Alimentos (BNDES) na safra 2013/2014. Consideramos como sendo saídas os valores que financiaram produtos para os cooperados. Assim apuramos em porcentagens o destino dos recursos financeiros do Pronaf Custeio geral de todas as Bases Regionais da Central Cresol Baser.

Com os 360 documentos denominados Planos de Crédito que reunimos junto ao Departamento de Seguro Agrícola da Central Cresol Baser abrangemos cooperativas singulares de 18 municípios da Base Regional Sudoeste. Com estes Planos de Crédito também extraídos do SIC, sistematizamos as porcentagens de valores financeiros dos orçamentos que conforme descrito seriam para os

cooperados adquirirem dois itens, defensivos e adubos especificamente para as culturas de soja e milho. Ainda extraímos dos mesmos 360 Planos de Crédito os valores percentuais que remuneraram os trabalhos de Assistência Técnica (ASTEC) relativos à exigência legal da liberação dos recursos financeiros.

Obtivemos os resultados numéricos dos Planos de Crédito da seguinte forma:

a) Valores repassados aos técnicos executores dos Planos de Crédito: foram extraídos por subtração entre o valor total do orçamento e o valor total do orçamento mais assistência técnica (ASTEC). De um total de 360 Planos de Crédito somente encontramos tais dados em uma reduzida quantidade de documentos, porém suficiente para detectarmos variação;

b) Valores orçamentados para a aquisição dos insumos: separamos em dois grupos e extraímos médias para defensivos e para adubação. Por regras de três chegamos a porcentagens. Todavia analisamos primeiramente individualmente, as culturas de soja e de milho e por classes. Estabelecemos duas classes, uma para lavouras de até 10 hectares e outra para lavouras acima de 10 hectares e menores que 100 hectares. Tal separação buscou sempre legitimar possíveis acontecimentos singulares quanto às pequenas propriedades agrícolas sem diluí-las em estatísticas generalizadoras. Tal procedimento foi realizado em 360 Planos de Crédito.

Tal planificação de dados numéricos não se valeu de programas estatísticos, já que não teve por objetivo detectar diferenças mínimas entre as porcentagens obtidas. O objetivo da planificação foi de gerarmos dados numéricos potencialmente capazes de provocar reflexão junto aos pares de trabalho, problematizando as prescrições relativas a agrotóxicos efetivadas pelos técnicos, já que pressupomos que as prescrições são determinantes dos valores do orçamento que são convertidos em remuneração da categoria profissional assistência técnica (ASTEC), que operacionaliza o Pronaf Custeio na comunidade cooperativa pesquisada.

A sistematização consistiu em cruzar informações numéricas obtidas do Sistema Integrado de Crédito (SIC) com as manifestações discursivas preliminares do primeiro agrupamento de imersões. O objetivo da sistematização foi gerar dados que espelhassem a atividade Pronaf Custeio e que como uma ferramenta do

pesquisador-interventor estimula-se o diálogo com pares de trabalho nas Mini-Intervenções Formativas (MIF) a serem realizadas conforme organograma da comunidade cooperativa. O quadro seguinte é demonstrativo do raciocínio interpretativo que utilizamos para sistematizar dados preliminares da primeira fase do ciclo do processo metodológico da pesquisa:

QUADRO 3.5 - LÓGICA DA SISTEMATIZAÇÃO NO PRIMEIRO PASSO.

Números	Origem	Manifestação discursiva relativa ao número	Dado preliminar gerado
0,50% a 2,00% do orçamento paga a operação de ASTEC	Planos de Crédito extraídos do SIC Central Cresol Baser	[...] Dentro do corpo técnico isso vai bem, mas quando você vai lá em uma comunidade e expõe essa situação eles não vão entender nada do que foi falado. O que eles vão entender é que passou de 1% para 2%! Aí já da uma briga! Se deixar para o agricultor, eles jamais vão querer pagar a ATER, como aconteceu esse ano. Eles não querem pagar nada!!! Muitos profissionais de ATER tem um perfil mais simples e por mais que saiba do assunto não consegue confrontar com o agricultor. E não consegue repassar por intimidação. Ele dá uma rosnada e o cara já...	Remuneração dos técnicos operadores é distinta. Por quê? É suficiente para remunerar a ATER (Buro) para pequenos agricultores?
Soja 60% do orçamento é convertido em agrotóxicos; Milho é 55%	Planos de Crédito extraído do SIC Central Cresol Baser	Vou usar mais a região Sudoeste do Paraná, que investiu bastante em avicultura. Nos últimos anos eu diria que já vem mudando. Muito do recurso do Pronaf (Custeio) vem sendo pra comprar o esterco de frango e de peru, diminuiu um pouquinho! Acho que hoje nós não temos 70% indo pra indústria. Mas não tenho dúvida que o dinheiro do Pronaf continua fortalecendo as grandes empresas multinacionais do químico.	Prescrição dos itens adubos e defensivos é o que garante a remuneração salarial dos técnicos operadores.
83,47% aplicados em apenas três culturas agrícolas, soja, milho e trigo	Planilha em excel extraída do SIC Central Cresol Baser	E aí nós íamos ficar reféns da monocultura de novo. E o sistema de crédito solidário não nasceu para isto. Então na defesa da diversificação da propriedade nós tivemos que reivindicar, pressionando o governo, para que outras culturas pudessem entrar, por exemplo: o trigo e o feijão, que também eram culturas tradicionais do nosso agricultor do Sul do Brasil. E o Pronaf no início não podia financiar.	Após 20 anos de Pronaf Custeio a lavoura de soja transgênica está implantada pela Agricultura Familiar. É possível falar em diversificação e Pronaf Custeio?

FONTE: o autor.

Por meio do raciocínio demonstrado no quadro acima conseguimos um elenco de interpretações que posteriormente foram confrontadas (primeiro estímulo) com os pares de trabalho na segunda fase. O primeiro passo do ciclo de desenvolvimento da pesquisa junto ao contexto dos trabalhadores da comunidade

cooperativa UNICAFES gerou questionamento orientadores influenciados pela Teoria Histórico Cultural da Atividade. Assim organizamos o quadro guia metodológico conforme apresentado no sub-capítulo 3.1.1 Questionamentos orientadores e quadro síntese da metodologia. Os dados do primeiro passo consideramos como situadores, por serem dados espelhos gerados na relação da teoria com o ambiente empírico. Assim situados caminhamos com um segundo passo do nosso ciclo metodológico.

3.6 SEGUNDO PASSO: PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISES DA ATIVIDADE

O nosso segundo passo de procedimentos metodológicos corresponde ao segundo passo (análises da Atividade) da metodologia de Pesquisa em Desenvolvimento do trabalho (PDT)⁵⁴. O segundo passo do ciclo da PDT inclui três análises da atividade. A primeira é a análise do objeto-histórico, que objetiva seguir o movimento do objeto até mesmo em fases anteriores a atividade atual propriamente dita. A segunda é a análise teórica-histórica que objetiva analisar as diferentes ferramentas (artefatos, teorias, modelos, métodos) utilizadas na história da atividade. A terceira análise é a empírica atual.

Em nosso segundo passo do ciclo metodológico (Análise da Atividade) primeiramente objetivamos analisar os conceitos relativos as formas de uso do crédito rural da história local e seus possíveis antagonismos. Para tanto nos apoiamos na noção de unidade de opostos. Em segundo objetivamos analisar a relação sujeito-objeto histórico para descobrirmos rupturas. A noção de ruptura nos auxiliou para analisarmos se a organização cooperativa sofreu desvio do rumo desejado nos seus primórdios e para averiguar quanto a contradição primária. Em terceiro procedemos à análise teórico-histórica da presença de ferramenta e suas transformações com direcionalidade. Objetivamos especificamente reunir informações quanto às transformações da ferramenta denominada Sistema Integrado de Crédito (SIC). Nossa quarta análise é a empírica atual com objetivo de identificar distúrbios que confirmem a hipótese de contradições e simultaneamente identifiquem as contradições secundárias (Sujeito-regras) e terciárias (Velha tecnologia-nova tecnologia) como desdobramentos da contradição primária. O nosso

⁵⁴ *Developmental Work Research (DWR)*.

segundo passo do ciclo metodológico tem como característica marcante a efetivação de Mini-Intervenções Formativas (MIF). Estas objetivaram: i) intervir por meio da apresentação dos dados espelhos da atividade estimulando reflexões quanto às tensões já identificadas no primeiro passo; ii) colaborar para que os participantes da pesquisa se descubram como sujeitos em contradição e; iii) construam ações objetivando soluções para as contradições. Para tanto foi imprescindível no segundo passo reunir e organizar dados históricos de documentos especificamente da história local. A apresentação dos dados espelhos como primeiro estímulo das Mini-Intervenções Formativas (MIF) tem uma função teórica de provocar manifestações discursivas de contradições dialéticas. Estas, em teoria conteriam pistas linguísticas rudimentares que nos conduziram a dilemas, conflitos, conflitos críticos e duplos vínculos que uma vez identificados, como lentes nos conduziram a descobrir contradições.

3.6.1 Procedimento de coleta dos dados históricos

Reunimos um conjunto de documentos conhecidos pelos participantes do contexto da pesquisa contendo informações da história particular do sistema psicológico (Nível 4 da figura 3.1). Tais informações foram publicadas em Dissertações e Teses que tratam do ambiente empírico de nosso estudo em períodos antecedentes. Buscamos informações tais como datas de fundação das organizações, temas polarizados, unidade de opostos, conceitos utilizados, objeto perseguido nos períodos primordiais, ferramentas utilizadas para caçar o objeto e finalidades sociais de cada organização construída na dinâmica histórica que culmina com a atual estrutura da comunidade cooperativa UNICAFES. Este foi um dos procedimentos para alcançar informações do tempo passado do processo histórico da comunidade cooperativa. Os documentos que reunimos são: i) Dissertação de Abramovay (1981); Tese de Abramovay (1998); Tese de Búrigo (2006); Dissertação de Picinatto (2010); Tese de Duarte (2012); Livro de Nunes & Grigolo (2013); Tese de Dambros (2014); Planejamentos Estratégicos Participativos do Sistema Cresol (PEP); Revistas Cresol; Jornal de Beltrão e Ata⁵⁵ da

⁵⁵ Ata episódica. Nela consta a modificação do Estatuto Social da Cooperiguaçu no momento histórico em que as cooperativas de crédito demandaram técnicos operadores devido à expansão do

Cooperiguaçu. Tais documentos foram providenciais por tratarem da história local do processo pesquisado abrangendo o período histórico desde a fundação da organização preconizadora ASSESOAR. Reunimos enunciados publicados no Jornal de Beltrão⁵⁶ contendo críticas dirigidas a comunidade cooperativa pesquisada. No Jornal de Beltrão resgatamos colunas sociais de 2015 e 2014 de colunista que é idealizador das organizações que pesquisamos. Ainda requeremos e recebemos os Estatutos Sociais das organizações que realizamos as Mini-Intervenções Formativas (MIF), uma vez que nestes constam as suas finalidades sociais. Estas para nós são pistas que orientam para seus objetos perseguidos, regimentados e resultantes de acordos ao longo do processo histórico.

3.6.2 Procedimento de efetivação das Mini-Intervenções Formativas (MIF)

Para efetivarmos Mini-Intervenções Formativas (MIF) nos inspiramos no método de “Estimulação Dupla” (VYGOTSKI, 1999, p. 59 *apud* Virkkunem e Newnham, 2015, p. 108), nas noções do Laboratório de Mudanças (LM) conforme Engeström (2007a) descrito por Virkkunem & Newnham (2015, p. 109) e Daniels (2011, p. 185). As “sessões de *Change Laboratory* estão no núcleo do DWR”⁵⁷ (DANIELS, 2008, p. 185). Com as MIF objetivamos estimular pares de trabalho com dados espelhos da atividade Pronaf Custeio suficientemente para que alcançassem três camadas (interpretativa, contraditória e agentiva) da causalidade humana conforme Engeström (2006, p. 3). Apresentamos aos pares de trabalho como primeiro estímulo os dados sistematizados do primeiro passo do ciclo metodológico. Para o segundo estímulo assumimos que é possível ao invés “[...] de fornecer um segundo estímulo, o experimentador também poderia esperar até que o indivíduo tomasse espontaneamente algum artefato como instrumento no processo de solução de problemas” (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 108). Ainda no Laboratório de Mudanças (LM) conforme teorias, o segundo estímulo no caso fornecido pelo interventor, pode ser conceitos apresentados aos profissionais. Tais

Pronaf Custeio. A Cooperiguaçu em Assembléia Geral mudou seu Estatuto Social para legalizar como cooperados os técnicos operadores prestadores de serviços ao Sistema Cresol.

⁵⁶ ⁵⁶ LANNOY, Christophe de. Os vinte anos do sistema cresol. Jornal de Beltrão. Edição 5711, julho de 2015. Obs: datas de publicação das colunas que dirigem críticas ao ambiente de pesquisa e que também apresenta conceitos, objeto que gostariam de perseguir mas que todavia perderam o rumo (27/06/2015); 2014 (20/12, 29/11, 30/08, 31/05, 05/04).

⁵⁷ *Change Laboratory*: Laboratório de Mudanças; *Developmental Work Research (DWR)*. Em Daniels (2011) temos a tradução como Pesquisa de Trabalho Desenvolvimental.

conceitos poderão ser tomados pelos profissionais como instrumentos para análise dos dados espelhos do sistema de atividade. Outro segundo estímulo é a própria apresentação da evolução das unidades de análises da Teoria Histórico Cultural da Atividade culminando na unidade de análise que concebe Redes de Sistemas de atividades interagindo. A apresentação das unidades de análise aos participantes equivale a disponibilizar uma ferramenta que lhes auxilia na interpretação dos dados espelhos e que os levam a compreenderem as causas de suas contradições internas (VIRKKUNEM & NEWNHAM, 2015, p. 109).

No caso dos nossos procedimentos metodológicos de Mini-Intervenções Formativas (MIF) o segundo estímulo não foi imposto pelo pesquisador-interventor. Este, deixou os participantes buscarem como ferramentas os conceitos que já estão impregnados na “história de vida do indivíduo na sociedade e na história particular do sistema psicológico” (SCRIBNER, 1997, p. 261). A particularidade é que o conceito de contradição foi utilizado constantemente tanto pelos pares de trabalho quanto pelo pesquisador-interventor. Logo o conceito de contradição foi um segundo estímulo conceitual reforçado pelo pesquisador-interventor. Ainda o pesquisador-interventor manifestou durante as MIF conceitos dos elementos das unidades de análise (sujeito, objeto, regras, divisão do trabalho) e resgatou história da atividade, que também agiram como segundo estímulo fornecido pelo pesquisador-interventor aos pares de trabalho. Estes segundos estímulos são inicialmente apenas artefatos, mas que poderão ser transformados em uma ferramenta psicológica auxiliar para os pares de trabalho compreenderem relações entre os elementos dos seus sistemas de atividades. O resultado é a construção de um entendimento sistêmico da atividade. Ainda, o próprio modelo de Redes de Sistemas de Atividades como segundo estímulo fornecido pelo pesquisador-interventor, pode vir-a-ser o instrumento psicológico (ferramenta) para descoberta das contradições internas pelos próprios pares de trabalho.

A nomenclatura Mini-Intervenções Formativas (MIF) assume que a remediação em atividades colaborativas é um processo mais complexo e demorado do que ocorre em casos experimentais. É mais complexo e demorado por implicar em cadeias de estimulação dupla e na organização dos envolvidos na atividade de modo a colaborarem entre si e pesquisadores. Somente o processo mais complexo e demorado em que ocorrem cadeias de estimulação dupla e com colaboradores organizados, como consequência de uma intervenção pode ser caracterizado como

“Laboratório de Mudanças” (ENGESTRÖM, 2007a *apud* VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 109).

Segundo Engeström (2011) citado por Virkkunem e Newnham (2015 p. 110) o resultado da intervenção do Laboratório de Mudanças (LM) é a criação de um “[...] novo modelo da atividade, que funciona como um instrumento (segundo estímulo) na transformação da atividade, de modo que se possa superar a situação problemática (primeiro estímulo) ali presente”. Em primeiro lugar os segundos estímulos por ocasião da intervenção com o método do LM funcionam como ferramentas psicológicas para análise e para o desenvolvimento colaborativo. Conduzem a um novo conceito que funciona como ferramenta psicológica que transforma o sistema de atividade, para superação das contradições internas que causam perturbações, rupturas, situações de conflitos e duplos vínculos na atividade cotidiana (ENGESTRÖM, 2011 *apud* VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015 p. 110).

Ainda que tenhamos nos inspirado nos fundamentos teóricos do Laboratório de Mudanças (LM) acima descritos, as nossas Mini-Intervenções Formativas (MIF) equivalem a uma adequação metodológica conforme condições do contexto da pesquisa. No caso do LM conforme revisão bibliográfica temos uma sequência de aproximadamente cinco encontros com os mesmos participantes. Nas nossas Mini-Intervenções Formativas (MIF) simplificamos com uma sessão de aproximadamente uma hora para cada organização, o que equivale a um microciclo de aprendizagem. Assim procedemos para contemplarmos várias organizações da comunidade cooperativa UNICAFES concebendo-a como uma Rede de Sistemas de atividades. Cada sessão de MIF foi efetivada em distintas organizações que tem seu próprio sistema de atividade. Assim o fizemos objetivando manifestações discursivas de contradições dialéticas dirigidas ao objeto particular⁵⁸ de cada organização dos pares de trabalho. Os dados espelhos como primeiro estímulo fornecido pelo pesquisador-interventor objetivou retratar um problema histórico comum às organizações que participam da construção da estrutura da comunidade cooperativa UNICAFES. Deste modo as manifestações supostamente seriam dirigidas para um vir-a-ser de um objeto compartilhado pela comunidade cooperativa. Nas mesmas sessões de MIF estimulamos os pares de trabalho a narrarem acontecimentos históricos, para geração de dados propiciadores das análises dos conceitos e do

⁵⁸ As ações agentivas manifestadas a partir da camada contraditória são em si o objeto real que cada uma das organizações quer seguir. Todavia sofrem desvios de rumo devido às contradições?

objeto e da ferramenta. O modo como procedemos às sete sessões de MIF é provocativo para a continuidade do processo de pesquisa. Os participantes poderão se reunir em novas sessões conforme a metodologia do Laboratório de Mudanças (LM).

Cada sessão de MIF recebeu um nome localizador que propicia retornar⁵⁹ a organização e aos participantes da pesquisa. No quadro 3.6 apresentamos inicialmente (coluna da esquerda) nomes das sessões (N) com os mesmos nomes que constam no organograma da comunidade cooperativa com o intuito de situar as manifestações discursivas dos pares no contexto empírico. Em seguida apresentamos o número de participantes (P), as datas (D) e os locais (L) onde ocorreram. Na coluna da direita apresentamos os dados técnicos do tempo de videografia em minutos (T) e o número de palavras transcritas:

⁵⁹ Rastreabilidade: da manifestação discursiva citada no texto da Tese, para a transcrição da sessão, para a videografia, para a organização e finalmente para o indivíduo na continuidade de trabalhos na organização, ou ainda como história do indivíduo que desempenhou funções na organização.

QUADRO 3.6 - GERAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS.

Nome da sessão (N)/Número de participantes (P)/Data (D)/Local (L)	T/Nº*
N: SESSÃO 1 CENTRAL CRESOL BASER - INFOCOS. P: 2 coordenadores e sócio-fundadores do INFOCOS e 1 pesquisador. D: 02/12/2015 L: Sede do INFOCOS	T: 52 Nº: 8.724
N: SESSÃO 2 CENTRAL CRESOL BASER. P: 1 coordenador agrônomo da Carteira de Crédito e Departamento de Seguro Agrícola; 1 técnico agropecuário com duas funções (Coordenador do Departamento de ATER da Central Cresol Baser e Presidente da COOPERFRONTEIRA). D: 03/12/2015 L: Sede Central Cresol Baser, Bairro Congo, Francisco Beltrão/PR.	T: 55 Nº: 8.624
N: SESSÃO 3 UNICAFES PARANÁ. P: 2 diretores e sócio-fundadores agricultores. D: 08/12/2015. L: Sede da UNICAFES PR, Bairro Congo, Francisco Beltrão/PR.	T: 3 de videografia e gravação de áudio de 34,5 Nº: 6.288
N: SESSÃO 4 CENTRAL CRESOL BASER. P: 1 coordenador agrônomo da Carteira de Crédito apresenta para 10 diretores das Bases Regionais a nova FERRAMENTA SIC MOB. D: 09/12/2015 L: Sede da ASSESOAR, Bairro Congo, Francisco Beltrão/PR.	T: 39 Nº: 7.007
N: SESSÃO 5 CRESOL SINGULAR FRANCISCO BELTRÃO. P: 2 diretores e sócio-fundadores agricultores. D: 10/12/2015 L: Sede da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR, Bairro Congo.	T: 45 Nº: 7.844
N: SESSÃO 6 COOPERIGUAÇU. P: 2 diretores e sócio-fundadores agrônomos. D: 13/12/2015. L: Sala de reuniões na residência de diretor, Coronel Vivida/PR.	T: Videografia 1:02:40; Videografia 2: 58:52; Videografia 03: 54:52 Nº: 20.679
N: SESSÃO 7 ASSESOAR P: 2 diretores agricultores. D: 14/12/2015. L: Sede da ASSESOAR, Bairro Congo, Francisco Beltrão/PR.	T: 69 Nº: 10.579
Total	T: 420 Nº: 69.745

FONTE: o autor.

NOTA*: Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

Os participantes das sete Mini-Intervenções Formativas (MIF) estão apresentados no quadro 3.7. Da coluna esquerda para direita: i) P (participante) e S (sessão); ii) Organização que o abarca; iii) Cargo presente; iv) Período e função que destacou⁶⁰. São estes participantes que confrontaram os dados preliminares

⁶⁰ Para termos a noção da “história de vida” (Figura 3.1 Níveis da história) do participante da sessão.

(dados espelhos) e geraram manifestações discursivas de contradições dialéticas em sete sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF):

QUADRO 3.7 - PARTICIPANTES DAS SETE SESSÕES DE MIF.

P	Organização	Cargo Presente	Tempo e cargo destacado no processo histórico durante a sessão.
P1-S1	Central Cresol Baser - INFOCOS	AF Coordenador	AF Sócio-fundador do Sistema Cresol, primeiro presidente da Cresol Singular de Coronel Vivida/PR, 10 anos como presidente da Central Cresol Baser. Mais de 20 anos em funções na comunidade cooperativa (CC).
P2-S1	Central Cresol Baser - INFOCOS	AF Coordenador geral	AF filho de Sócio-fundador do Sistema Cresol, desempenha funções nos últimos 10 anos na comunidade cooperativa.
P1-S2	Central Cresol Baser - Dep. de Seguro Agrícola (Carteira de Crédito).	Agrônomo coordenador - funcionário	Em funções na coordenação da carteira de crédito, no Departamento de Seguro agrícola da Central Cresol Baser, funcionário a 3 anos.
P2-S2	Central Cresol Baser - Dep. de ATER	Técnico Coordenador Departamento de ATER Central Cresol Baser; Presidente da COOPERFRONTEIRA	Funções de técnico em agropecuária relativamente ao Pronaf Custeio e cargos de diretoria no Cooperativismo de ATER.
P1-S3	UNICAFES PARANÁ 2015	AF presidente	AF Sócio-fundador do Sistema Cresol e primeiro presidente da Cresol Singular de Pinhão/PR. A mais de 20 anos em funções na CC.
P2-S3	UNICAFES PARANÁ 2015	AF Secretário	AF Sócio-fundador do Sistema Cresol e da Cresol Singular de Santo Antonio do Sudoeste/PR e Presidente da COOPAFI de Santo Antonio do Sudoeste/PR coordenando o projeto de Biodiesel.
P1-S4	Central Cresol Baser Carteira de Crédito Ferramenta SICMOB	Agrônomo coordenador - funcionário	Desempenha funções na coordenação da carteira de crédito da Central Cresol Baser como funcionário nos últimos 5 anos.
Pn*-S4	Dez Bases Regionais da Central Cresol Baser.	Diretores	Não definido
P1-S5	Cresol Singular Francisco Beltrão	AF Vice-presidente	sócio-fundador da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR e do Sistema Cresol.
P2-S5	Cresol Singular Francisco Beltrão	AF secretária	Sócio-fundador da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR e Sistema Cresol.
P1-S6	COOPERIGUAÇU	agrônomo diretor (Mestrado)	Idealizador e sócio-fundador (Cooperiguaçu, Sistema Cresol. A 30 anos em funções na CC.
P2-S6	COOPERIGUAÇU	agrônomo Diretor (Doutorado)	Idealizador e sócio-fundador da Cooperiguaçu e do Sistema Cresol. A mais de 30 anos desempenhando funções na CC.
P1-S7	ASSESOAR	AF Presidente	Associado da Assesoar a mais de 20 anos em funções na CC.
P2-S7	ASSESOAR	AF Tesoureiro	Coordenador do Fundo de Crédito Rotativo. A mais de 20 anos em funções na CC.

FONTE: o autor.

NOTA1: os nomes foram substituídos pela letra P (Participantes); a expressão Agricultor Familiar pelas letras AF e; Sessão por S.

NOTA 2: * Diretores das Bases Regionais conflitando quanto à implantação do SIC MOB.

NOTA 3: comunidade cooperativa (CC).

Destacamos que em seis sessões de MIF os participantes eram pares que desempenhavam funções cotidianas. O somatório resulta em 12 participantes nas seis sessões. Somente na sessão 4 não foram pares, mas sim um coordenador da Carteira de Crédito da Central Cresol Baser apresentando a nova tecnologia SIC MOB a um conjunto de representantes das Bases Regionais da Central Cresol Baser. A relevância é que a apresentação culminou em conflito. Na sessão 4 participaram treze indivíduos incluindo o pesquisador-interventor. Este limitou-se a apresentar-se com nome e objetivo da videografia.

O pesquisador-interventor (PI-Sn) das MIF conheceu a ASSESOAR que é a organização preconizadora da comunidade cooperativa UNICAFES na década de 1980 quando colaborador da Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA). Na relação entre ADEA e ASSESOAR conheceu o discurso do movimento ambientalista que problematizava a construção da hidroelétrica Itaipu Binacional enfocando prioritariamente a destruição das Sete Quedas do rio Paraná. A ASSESOAR constituída por Pequenos Agricultores Familiares da região Sudoeste do Paraná enfocava a perda das áreas agrícolas imersas pelo lago formado pelo represamento do Rio Paraná. Conciliado com estes temas as organizações propunham os princípios e práticas das correntes da Agricultura Alternativa (KHATOUNIAN, 2001) e Agricultura Ecológica (PRIMAVESI, 1992). O pesquisador-interventor ingressou na graduação do curso de agronomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no ano de 1991 concluindo em 1997. No ano de 1994 motivado pela disciplina de Extensão Rural estagiou em ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Fundo de Crédito Rotativo. Uma vez graduado no ano de 1997 integrou-se como cooperado da Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (COOPERIGUAÇU) quando esta estava contratada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) para assessorar os agricultores atingidos pelo lago provocado pela barragem da Usina Hidroelétrica de Salto Caxias. O pesquisador-interventor na Região Oeste do Estado do Paraná atuou na territorialização do Sistema Cresol objetivando que os reassentados acessassem Pronaf Custeio para agriculturas de base ecológica. Na região Sudoeste do Paraná e no município de Coronel Vivida desenvolveu projetos de horticultura orgânica com grupos de cooperados da Cresol Singular gerando referências de agriculturas de base ecológica. No ano de 2000 o pesquisador-interventor foi sócio-fundador do Instituto Maytenus para o Desenvolvimento da Agricultura Sustentável (Maytenus). Com função de Diretor

Técnico enfocou o “processo de conversão” (KHATOUNIAN, 2001) da produção convencional para as agriculturas de base ecológica. O pesquisador-interventor desenvolveu pesquisa de mestrado (PICINATTO, 2010) com o tema Agricultura Familiar com Base Tecnológica Orgânica: Potencial de Expansão no Território Sudoeste do Paraná. Esta pesquisa ocorreu no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) área de concentração: produção do espaço e meio ambiente e na linha de pesquisa desenvolvimento econômico e dinâmicas territoriais. No ano de 2012 ingressou no Programa de Pós-graduação/Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). No ano de 2013 com a Linha de Pesquisa Ruralidades, Meio Ambiente e Sociedade o pesquisador-interventor aprofundou estudos quanto à modernização conservadora da agricultura e suas características quanto ao crédito rural. Em atividades de orientação iniciou aprendizagem sobre Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT) a qual guiou esta pesquisa. Destacamos que o pesquisador-interventor atuou cooperando com as organizações que hoje fazem parte do contexto pesquisado no período de 1997 até 2000. O retorno ao contexto de pesquisa ocorreu após quatorze anos de afastamento profissional.

3.6.3 Procedimento de transcrições das Mini-Intervenções Formativas (MIF)

Para as transcrições primeiramente abrimos um arquivo do *Word* para cada uma das sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF). Destacamos no início de cada transcrição um cabeçalho com informações básicas localizadoras conforme o quadro a seguir:

QUADRO 3.8 - MODELO DE CABEÇARIO DAS TRANSCRIÇÕES.

COMPONENTE PRECONIZADOR DO ORGANOGRAMA COOPERATIVO: ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL - ASSESOAR.
 LOCAL: SEDE DA ASSESOAR NO BAIRRO CANGO - FRANCISCO BELTRÃO/PR
 DATA: 14/12/2015
 HORÁRIO: 9 HORAS.
 TEMPO DE VIDEOGRAFIA: 1 HORA, 09 MINUTOS E 12 SEGUNDOS
 QUANTIDADE DE PALAVRAS: 10.579
 PARTICIPANTES: P1-S7 (TESOUREIRO); e P2-S7 (PRESIDENTE)

FONTE: o autor.

Não seguimos técnica descrita em literaturas. Criamos simbologia própria inspirados na linguagem escrita portuguesa, adequando-a a linguagem falada local. Não convertemos as palavras da cultura local para a forma escrita de dicionários. Mantivemos a verbalização da cultura local e suas expressões idiomáticas. Evitamos interpretações das falas e estabelecemos como requisito apenas transcrever. Transcrevemos resmungos e outros sons produzidos verbalmente criando notação própria. Os gestos, principalmente os conflitivos, também foram descritos em observações entre parênteses ao longo dos transcritos. Para localizarmos as manifestações discursivas temporalmente, anotamos o tempo da videografia em pequenos intervalos ao longo de todo o texto transcrito. A seguir exemplificamos:

QUADRO 3.9 - SIMBOLOS PARA TRANSCRIÇÕES E ANÁLISES.

Símbolo	O que representa	Significado para interpretação
...	Intervalo na fala	Dúvida, perplexidade
... ...	Intervalo longo na fala	Dúvida, mais perplexidade
... ..	Intervalo muito longo na fala	Dúvida, muito mais perplexidade
!	Exclamação	Atribui sentido ao tema
!!	Exclamação enfática	Atribui muito sentido ao tema
?	Questionamento	Questão retórica
? ?	Questionamento retórico	Questão retórica com muita ênfase
()	Tempo de videografia	O momento da manifestação no MIF
Obs:	Comentário de gesto	Conflito evidente no gesto
CAIXA ALTA	Altura da voz	Irritação, tensão
Negrito	Ênfase	O tema é pessoal, conflito crítico
Em vermelho	Alerta	Algo agravado e sem acordo
Realce verde	Característica de dilema e a pista “mas”.	Dúvida, acordo em construção
Realce azul	Característica de conflito e a pista “não”.	Algo não acordado e/ou que está sendo acordado na sessão de MIF
Realce vermelho	Característica de conflito crítico, a pista metáfora de vivência, e o “EU” individual.	É pessoal, sentimento de ser violado ou culpado.
Realce roxo	Característica de duplo vínculo e a pista questão retórica.	O indivíduo está num beco-sem-saída e apanhando dos dois lados.

FONTE: o autor.

3.6.4 Procedimento de análise histórica dos conceitos da atividade

Objetivamos identificar em documentos escritos e nas transcrições das Mini-Intervenções Formativas (MIF) palavras que evidenciam influências de conceitos no período histórico. Munidos com os documentos resgatados e que supostamente

continham dados da história local tomamos consciência da sua ordem cronológica de produção. Por ordem cronológica desde os documentos resgatados lemos e identificamos conceitos que se antagonizam formando uma unidade de opostos até chegarmos nos transcritos das MIF, recortamos trechos dos conteúdos, os citamos e parafraseamos na análise histórica dos conceitos. Buscamos em teorias os fundamentos dos conceitos identificados no ambiente empírico da pesquisa e os apresentamos na análise dos conceitos. Enfocamos os conceitos do ambiente empírico com os episódios de fundação das organizações e de criação de políticas públicas tal como o Pronaf Custeio; ii) períodos de existência da cada organização; iii) termos⁶¹ cotidianos que a organização utiliza por períodos; iii) Pensamentos opostos quanto ao objetivo da operacionalização do crédito rural da comunidade cooperativa UNICAFES.

3.6.5 Procedimento de análise histórica do objeto da atividade

Objetivamos identificar a relação sujeito-objeto para averiguar, desvio de rumo e contradição primária. As leituras dos vários documentos coletados nos elucidaram quanto ao conflito histórico entre Pequenos Agricultores Familiares e o modelo em implantação da modernização conservadora da agricultura que priorizava na década de 1970 propriedades agrícolas maiores que cinquenta hectares. Esta descoberta por análise documental foi suficiente para conhecermos uma unidade de opostos, ou seja: uma imagem do passado da organização em que Pequenos Agricultores Familiares estavam de um lado e proprietários de latifúndios de outro lado. Os estudos nos documentos também revelaram o trabalho de duas organizações preconizadoras da comunidade cooperativa pesquisada, a Assesoar e a Cooperiguaçu. Ambas, segundo nossa análise documental participaram como idealizadoras e estiveram presentes em todo o **período** e nos **episódios** de construção da comunidade cooperativa pesquisada UNICAFES. Portanto priorizamos as transcrições das sessões Cooperiguaçu (N: 6) e Assesoar (N: 7), para realizarmos dois procedimentos metodológicos: i) buscar manifestações discursivas para confirmar a já evidenciada unidade de opostos; ii) buscar por

⁶¹ Por exemplo o termo Agricultura Alternativa é utilizado pela ASSESOAR quando do estudo de Abramovay (1981), todavia no nosso estudo empírico atual o termo utilizado é Agroecologia. Os conceitos utilizados são substituídos ao longo da história.

evidências de ruptura (desvio de rumo) na relação sujeito-objeto. Mentalizamos que o grupo de agricultores (sujeitos) perseguia algo durante um período de tempo, todavia um episódio hipotético lhes gerou confusão (contradição) que os redirecionou. Consequentemente estão confusos quanto ao que perseguir atualmente. Este desvio de rumo é a própria definição de ruptura. Porém, sustentamos em nossos procedimentos metodológicos analíticos, que a ruptura não causa total redirecionamento do grupo, pois este caça um objeto para suprir suas necessidades de sobrevivência. Portanto, assumimos para buscar possíveis rupturas, uma imagem hipotética de um grupo que ao perseguir seu objeto sofre um episódio traumático, como uma colisão, que o confunde e o faz ver seu objeto outrora perseguido com dois pólos antagonizando-se no interior de sua organização. Um pólo quer manter seus primórdios e outro pólo é criado por evento histórico que conceituamos como contradição primária. Para cada tema que surgiu durante as sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF) percebemos um tema central e objeto com dois pólos antagônicos reproduzindo o debate histórico entre Pequenos Agricultores Familiares e o modelo da modernização conservadora da agricultura que prioriza áreas agrícolas com mais de 50 hectares. Um dos pólos se caracteriza por valor de uso. Neste, os recursos financeiros do Pronaf Custeio deveriam ser aplicados para o desenvolvimento socioeconômico dos Pequenos Agricultores Familiares. O outro pólo se caracteriza por valor de troca. Neste, os recursos financeiros do Pronaf Custeio deveriam ser aplicados para gerar mais dinheiro e crescimento da economia. Em resumo tomamos o conceito de contradição primária que existe em cada mercadoria para analisarmos a relação sujeito-objeto histórico do ambiente empírico pesquisado.

Ainda nos valem dos conceitos de período e episódio. Definimos período como fração da história local e episódio como algo crítico, redirecionador e polarizador de objetos. Relativizamos os conceitos quanto a estrutura organizativa dos sistemas de atividades que interagem como rede UNICAFES. Para cada período existia uma estrutura diferente e compatível com o objeto perseguido. Alterando-se o objeto, altera-se a estrutura. Neste caso estudado, os dados preliminares da primeira fase do ciclo já haviam evidenciado que a estrutura, devido ao episódio de criação do Pronaf Custeio e incorporação deste pela organização preconizadora Assesoar, gradativamente foi ampliada até tornar-se a comunidade cooperativa UNICAFES com seu ramo de crédito rural, e que ainda está em plena

territorialização⁶². Cabe ainda comentarmos que o conceito de desenvolvimento de objeto por nós é definido como fortalecimento do sujeito em relação ao objeto que persegue. Neste caso, se a contradição primária os desvia do rumo de seu objeto primordial e os faz ver um objeto polarizado gerador de distúrbios, entendemos como algo a ser urgentemente superado, para que então os sujeitos consigam retomar o desenvolvimento do objeto que lhe supra as necessidades. Para nós é sujeito aquele que constrói sua história. Para Querol (2011) desenvolvimento, significa superar uma contradição interna essencial de um sistema específico em estudo. O desenvolvimento do objeto está relacionado a um valor ou a uma direção preferível a ser seguida. Em nossa análise do objeto nos preocupamos quanto ao quando e como ocorre a ruptura que “atrapalha” o desenvolvimento do objeto que supriria as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares. Também assumimos para análise da relação sujeito-objeto que em teoria os ciclos de desenvolvimento expansivo do objeto de organizações ocorrem em períodos históricos.

Em resumo o nosso procedimento analítico para objeto histórico, implicou em buscar nos documentos coletados e nas sessões de MIF, dados que corroborassem ou negassem a unidade de opostos, a ruptura da relação sujeito-objeto e a polarização do objeto, para então citá-los e analisa-los.

3.6.6 Procedimento análise histórica da ferramenta e demais elementos

O objetivo foi identificar a ferramenta operacional, a direcionalidade de suas transformações, e as suas propriedades mediadoras e direcionadoras da história local. Não é possível ignorarmos que desde a coleta de dados numéricos ficamos frente-a-frente com a ferramenta operacional do Sistema Integrado de crédito (SIC) interna a Central Cresol Baser. Esta é criticada pelos trabalhadores por ser ferramenta que encarna regras do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Para entendermos suas transformações nos valem principalmente da sessão N: 4. Nesta, a forma mais sofisticada da ferramenta denominada SIC MOB é apresentada

⁶² Territorialização: como uma dinâmica que se expande no espaço e no tempo e que tem capacidade de transformar as realidades que alcança. Definição nossa inspirada por Becker (1997). BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1997.

como nova tecnologia que obrigatoriamente deverá ser aceita nas Bases Regionais da Central Cresol Baser. Focamos nos transcritos da sessão N: 4 para identificarmos trechos explicativos do que foi, do que é, e do que será a ferramenta que operacionaliza o crédito rural da Central Cresol Baser. Assim compreendemos a direcionalidade das transformações que a ferramenta sofre. O procedimento analítico também objetivou alcançar manifestações discursivas para averiguar se a ferramenta também encarna polarizações. Esta parametriza prioritariamente regras adequadas para monoculturas, mas também recebe regras e dispositivos para apoiar agroecologia? No passado a ferramenta foi um Fundo de Crédito Rotativo com anotações e planilhas, no presente é um sistema de informações que parametriza conforme regras do Manual de Crédito Rural (MCR), no futuro imediato ela é um SIC MOB com dispositivo de coordenadas geodésicas, e no futuro predito a ferramenta tende a ser sensoriamento remoto? As análises sobre os transcritos das sessões objetivaram elucidar quanto ao aprendizado dos Pequenos Agricultores Familiares que conforme delineamento do fenômeno começa com cálculos matemático quanto á proporção de dinheiro tomado emprestado e a ser devolvido tendo como fiel da balança o equivalente sacas de milho. No período pesquisado chegaram ao uso das tecnologias sofisticadas de sistemas de informação que superarão as contradições?

3.6.7 Método para manifestações discursivas de contradições dialéticas

Objetivamos averiguar a hipótese de contradições secundárias identificando-as e descrevendo-as. Para tanto nos valem dos transcritos das nossas sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF). Para não utilização equivocada do conceito de contradição Engeström e Sannino (2011) orientam para que os estudos:

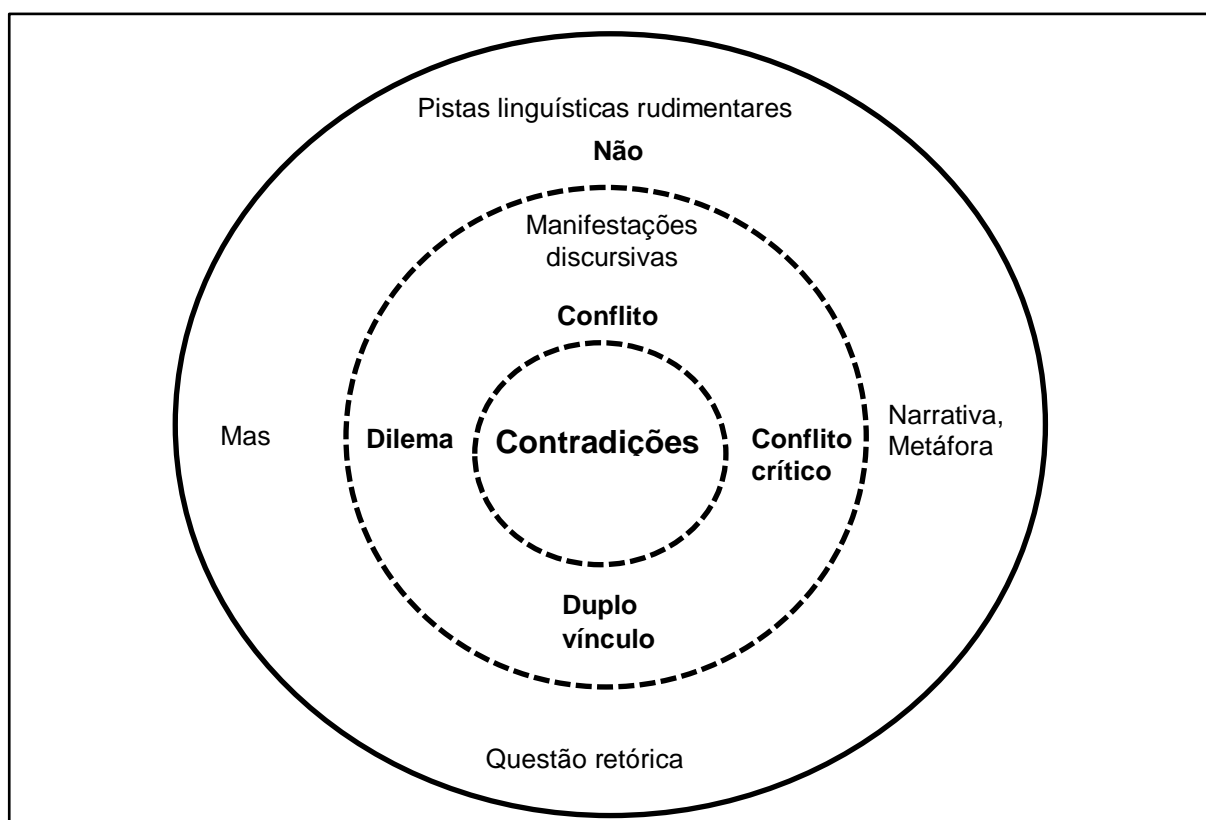
- a) Assumam os termos paradoxo, tensão, inconsistência, dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo apenas como manifestações relativas ás contradições;
- b) Rastreiem as contradições em seu histórico de desenvolvimento. A contradição fundamental do capitalismo existe em cada mercadoria. Por um lado o seu valor de uso e por outro lado o seu valor de troca;
- c) Analisem o histórico concreto do sistema de atividade coletivo dentro do qual a contradição toma forma.

Para tanto os autores orientam para o uso de um modelo sistêmico que demonstre a anatomia da organização:

Em nosso próprio trabalho, situado dentro da tradição dialética da teoria da atividade cultural-histórica (Engeström *et al*, 1999; Sannino *et al*, 2009) frequentemente utilizamos a lente teórica do modelo de um sistema de atividade coletivo (Engeström, 1987, p. 78), complementado e ampliado com modelos de múltiplos sistemas de atividades interligados (Engeström, 2001, pp. 136 e 145) (ENGESTRÖM e SANNINO, 2011, p. 376).

Como um guia para analisarmos as sete sessões de MIF transcritas adotamos o quadro metodológico de Engeström e Sannino (2011). Este orienta para a identificação de pistas linguísticas rudimentares que conduzem às categorias de manifestações discursivas dialéticas dilemas, conflitos, conflitos críticos e duplos vínculos. Estas categorias por sua vez como lentes conduzem para identificação das contradições primária, secundárias e terciárias. O procedimento do quadro metodológico é comparado a descascar camadas de uma cebola conforme figura:

FIGURA 3.4 - METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DISCURSIVOS.



FONTE: ENGESTRÖM & SANNINO (2011).

Em nossos procedimentos não aceitamos prontamente as mesmas pistas linguísticas rudimentares e categorias de análise de manifestações discursivas dialéticas propostas por Engeström & Sannino (2011). Ponderamos quanto à possibilidade da ocorrência de pistas linguísticas rudimentares e manifestações discursivas de contradições dialéticas singulares no ambiente empírico. Desde o primeiro passo do ciclo da pesquisa constatamos se tratar de um processo histórico que inicia em 1966, logo foi construída uma linguagem singular em torno do crédito rural e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Pequenos Agricultores Familiares.

Assumimos as contradições como tensões estruturais acumuladas historicamente e que os sistemas de atividades da UNICAFES resultam das ações contínuas dos sujeitos, por meio das quais eles produzem repetidamente resultados regeneradores dos sistemas de atividades. Segundo Virkkunem & Shelley (2015, p. 93) “[...] da perspectiva de um ator, uma contradição interna significa que duas coisas que determinam a sua ação ou que dois processos dos quais a ação faz parte no sistema puxam a ação para direções opostas”. Segundo Engeström e Sannino (2011) um ponto crucial, para analisarmos contradições e os esforços de mudança em uma organização, é que as contradições não são descobertas por observação direta. Como descobri-las então?

Elas podem ser reconhecidas por meio de análise histórica que demonstre mudanças na estrutura da atividade e por meio de análise empírica atualizada, que averigue manifestações discursivas de contradições dialéticas em ações cotidianas dos profissionais e de sua coordenação. São as manifestações discursivas de contradições dialéticas o foco principal do nosso procedimento analítico. Isto porque as manifestações discursivas são:

[...] construções ou articulações de contradições; em outras palavras, as contradições não falam por elas mesmas, elas tornam-se conhecidas quando os praticantes articulam e constroem elas em palavras e ações (HATCH, 1997, *apud* ENGESTRÖM E SANNINO, 2011, p. 376).

Ainda elucidam os autores que:

Na vida organizacional em geral, e em esforços de mudança e intervenções em particular, contradições são de tal forma importantes, que se estendem e se manifestam nos padrões construídos de discussão e ação discursiva, com a ajuda dos atores, que tentam dar sentido, lidar com e transformar ou

resolver as suas contradições (ENGESTRÖM, 1999; TAYLOR & VAN EVERY, 2011 *apud* ENGESTRÖM & SANNINO, 2011, p. 376).

O quadro metodológico de Engeström e Sannino (2011) conceitua e exemplifica com características quatro categorias de manifestações discursivas de contradições dialéticas. São elas: dilema, conflito, conflito crítico e duplos vínculos. O conjunto das quatro categorias por nós é utilizado para procedimentos analíticos averiguadores de contradições. As contradições por nós são identificadas por meio das manifestações discursivas que relatam distúrbios dos sistemas de atividades. Também nos concentramos nas manifestações como dilemas de indivíduos, conflitos e discordâncias entre indivíduos, experiências de conflitos paralisantes de motivação e, situações de duplo vínculo (ENGESTRÖM & SANNINO, 2011).

A seguir descrevemos as conceituações das categorias de manifestações discursivas de contradições dialéticas por nós adotadas:

3.6.7.1 A categoria dilema

Um dilema é uma expressão ou troca de avaliações incompatíveis, quer entre pessoas ou dentro do discurso de uma única pessoa. Um dilema é geralmente expressado sob a forma vaga e com hesitações. Comumente são utilizados termos como: por um lado, por outro lado, sim e mas. Em discurso corrente, um dilema é tipicamente reproduzido em vez de resolvido, muitas vezes com a ajuda de negação ou reformulação (ENGESTRÖM & SANNINO, 2011).

3.6.7.2 A categoria conflito

Os conflitos assumem a forma de resistência, desacordo, argumento e crítica. Eles ocorrem quando um indivíduo ou um grupo se sente afetado negativamente por outro indivíduo ou grupo. Pode ser por causa de uma divergência percebida de interesses ou ainda por causa do comportamento incompatível de outro (ENGESTRÖM & SANNINO, 2011). Outra definição diz que as pessoas estão em conflito quando "[...] as ações de uma pessoa estão interferindo, impedindo ou de alguma outra maneira fazendo com que o comportamento de outro seja menos eficaz" (TJOSVOLD, 1997, p. 24 *apud* ENGESTRÖM & SANNINO, 2011, p. 378). Em conflito verbal "os participantes se opõem aos pronunciamentos, ou ações, em

turnos sucessivos de fala" (VUCHINICH, 1990, p. 118 *apud* ENGESTRÖM & SANNINO, 2011, p. 378). As expressões comuns de conflito no discurso são "não", "não concordo", e "isso não é verdade" (GRIMSHAW, 1990 *apud* ENGESTRÖM & SANNINO, 2011, p. 378). Em particular, a negação, a discordância ou a rejeição expressa com um "não" é uma poderosa indicação potencial de um conflito (LITOWITZ, 1997 *apud* ENGESTRÖM & SANNINO, 2011, p. 378). A resolução de conflitos normalmente acontece por meio de encontrar um acordo ou submetendo-o a autoridade da maioria. Os autores encontraram cinco formatos de término de conflito: submissão, intervenção dominante de terceiros, acordos, retração e retirada.

3.6.7.3 A categoria conflito crítico

Os conflitos críticos são situações em que as pessoas enfrentam dúvidas internas que as paralisam no momento do confronto com as contradições, que não podem ser resolvidas pelo sujeito individual. Como apontam os autores um conflito fundamental é "uma situação de impossibilidade ou ininteligibilidade" (VASILYUK (1988, p. 199 *apud* ENGESTRÖM & SANNINO, 2011, p. 379). Na interação social, os conflitos críticos normalmente são manifestados pelo sujeito por meio dos sentimentos de ser violado, culpado e muitas vezes até mesmo silenciado (SANNINO, 2008). O funcionamento discursivo de conflitos críticos, envolve o aspecto pessoal e é emocionalmente e moralmente carregado com narrativa estruturada, frequentemente com emprego de fortes metáforas de vivência. A resolução de conflitos críticos, implica em encontrar um novo sentido pessoal e negociar um novo significado para a situação. A resolução, muitas vezes toma a forma de emancipação pessoal.

3.6.7.4 A categoria duplo vínculo

Os Duplos vínculos (BATESON, 1972; SLUZKI, 1976 *apud* ENGESTRÖM & SANNINO, 2011, p. 379) são processos nos quais os atores repetem pressionando, porém as alternativas geradas são igualmente inaceitáveis em seus sistemas de atividades. É aparentemente sem saída. Tais processos repetitivos tendem a se agravar ao ponto de atingir crises com consequências imprevisíveis e explosivas. No

discurso, o duplo vínculo é tipicamente expressado primeiramente por meio de perguntas retóricas, que indicam um beco-sem-saída e uma necessidade urgente de fazer algo. Simultaneamente, os sujeitos manifestam sua percepção de impossibilidade de ação que resolva o duplo vínculo. A impossibilidade geralmente é manifestada discursivamente com o uso de perguntas retóricas desesperadas que se assemelham a: **O que podemos fazer?**

O duplo vínculo também é caracterizado por ser uma situação que não pode ser resolvida por indivíduo. Assim, a elaboração de manifestações discursivas de contradições dialéticas da categoria duplos vínculos, comumente demonstra uma tentativa de transição. A tentativa parte do indivíduo "Eu" para o coletivo "Nós", com expressões que se assemelham a "Devemos" e "Nós temos que". Geralmente as manifestações discursivas de duplos vínculos são enfáticas, expressando sentido de urgência. A resolução de situações agravadas de duplos vínculos, requer ação transformadora e coletiva que vá além das palavras. Entretanto, muitas vezes os duplos vínculos são manifestados discursivamente com expressões idiomáticas que se assemelham a "Vamos fazer isso" e/ou "Faremos isso".

3.6.7.5 Averiguação de pistas linguísticas rudimentares nos transcritos

Realizamos uma primeira leitura detalhada de todos os transcritos e montamos quadros identificando manifestações discursivas demonstrativas de pensamentos opostos. Nestas, identificamos quais pistas linguísticas rudimentares demonstram antagonismos. Aceitamos os pensamentos opostos pelos pares de trabalho como evidências de polarização do objeto perseguido pela comunidade cooperativa UNICAFES. Nos pensamentos opostos identificamos grandes temas (Exemplo: Agricultura Familiar ou Agronegócio; Desenvolvimento econômico ou crescimento econômico); temas (Exemplo: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Pequenos Agricultores Familiares ou Assistência Técnica (ASTE) conforme as normas do Manual de Crédito Rural) e; sub-temas (Exemplo: terceirizar a ASTE pagando o valor mínimo ou investir na ATER das cooperativas da própria comunidade cooperativa objetivando formação dos cooperados para agriculturas de base ecológica e agroecologia). Buscamos nos transcritos, pistas linguísticas rudimentares com potencial para identificar pensamentos opostos (unidade de

opostos) entre os pares de trabalho que colaboraram nas Mini-Intervenções Formativas (MIF). O procedimento é inspirado por Engeström e Sannino (2011).

Procedemos sobre os transcritos de cada uma das sete sessões de MIF primeiramente quantificando (Somatório) e calculando a frequência média das pistas linguísticas rudimentares “mas”, como indicadoras de dilemas; “não” como indicadoras de conflitos; metáforas de vivências como indicadoras de conflitos críticos e; questões retóricas como indicadoras de duplos vínculos. Admitimos a possibilidade destas terem potencial analítico no contexto de pesquisa. Posteriormente quantificamos e calculamos as expressões idiomáticas “acho” e “né” como auxiliares para dilemas; “eu” como auxiliar para conflito crítico e; “nós” e “gente” como auxiliares para duplos vínculos. Este procedimento objetivou ampliar as pistas linguísticas rudimentares que apontam para contradições dialéticas. Com exceção das metáforas de vivência e questões retóricas, as demais pistas linguísticas rudimentares e expressões idiomáticas locais, foram apuradas com auxílio do “Localizar do *Word*”, porém se fez necessário sempre relacioná-las com as manifestações discursivas para confirmar sua característica de demonstrar antagonismos (pensamentos opostos).

Após somarmos as quantidades e frequências de cada uma das pistas linguísticas rudimentares sugeridas no quadro metodológico de Engeström e Sannino (2011) e de termos somado e calculado as frequências das expressões idiomáticas que identificamos nos textos, definimos focar as de maiores frequências, ou seja, com maior incidência nos textos. Assumimos que as pistas linguísticas rudimentares e expressões idiomáticas locais com maiores frequências, têm maiores potenciais para identificarem a totalidade das categorias analíticas. Também atentamos para a presença de expressões idiomáticas irônicas que poderiam vir a ser auxiliares na demonstração de discordâncias, todavia não realizamos contagens e não calculamos sua frequência.

3.6.7.6 Averiguação das características das categorias nos transcritos

Tendo confirmado a presença das pistas linguísticas rudimentares nos transcritos e que potencialmente poderiam nos conduzir às categorias analíticas e às manifestações discursivas de contradições dialéticas nos deparamos com um novo desafio. Ainda que as pistas linguísticas rudimentares conduzissem a percebermos

os antagonismos, em muitos casos ainda não esclareciam o suficiente para distinguirmos uma categoria da outra. Em vários casos na mesma manifestação discursiva encontramos pistas linguísticas rudimentares das quatro categorias. Ainda ponderamos que não havendo as características das categorias nos textos transcritos, estas seriam inadequadas para análises. A busca e identificação das características é o procedimento que nos motivou a definição das categorias que aceitamos como lentes para vermos contradições primária, secundárias e terciária da Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES. Partimos das características das categorias de análise citadas em Engeström e Sannino (2011) e averiguamos nas nossas manifestações discursivas a ocorrência e/ou semelhança das características das categorias dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo. A característica da categoria dilema averiguada nos transcritos foi à demonstração de dúvida entre os pares, bem como a demonstração de dúvida e insegurança do indivíduo que refaz sua manifestação discursiva modificando-a. Para conflito a característica averiguada foi o desentendimento entre os indivíduos pares de trabalho, por vezes seguido de alguma proposição ou acordo. No caso de conflito crítico averiguamos como característica a inexistência de proposição específica para resolver a insatisfação do indivíduo. Já para duplo vínculo averiguamos a ocorrência de tentativas frustradas e a não resolução do problema que provocou e provoca insatisfação aos indivíduos ao longo do período histórico.

Para tal validação das categorias de análise se fez obrigatório averiguar na totalidade dos transcritos das sete sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF) a presença ou ausência das características similares às das categorias dilema, conflito, conflito crítico e duplos vínculos, descritas no quadro metodológico de Engeström e Sannino (2011). Para tanto procedemos buscas detalhadas, frase por frase e palavra por palavra, mantendo sempre a sequência das falas das transcrições. Uma vez averiguados as pistas linguísticas rudimentares e as características das categorias de análise repetimos uma sequência procedimental sobre os textos em *Word*, o que será descrito a seguir.

3.6.7.7 Síntese dos procedimentos repetidos nos transcritos das MIF

Iniciamos a análise das sessões por ordem cronológica tendo como referência as datas de cada sessão videografada. Nos textos digitalizados, com

auxílio do Localizar e do Cor de realce de texto do *word* e por leitura detalhada tratamos individualmente cada uma das sete sessões. A sequência seguida foi:

a) Destacamos as pistas linguísticas rudimentares e as características de cada uma das quatro categorias (Dilema, Conflito, Conflito Crítico, Duplo Vínculo) de manifestações discursivas de contradições dialéticas, com distintas cores do Cor do realce do texto para serem facilmente visualizadas quando aglutinadas em trechos dos textos (como nuvens);

b) Contamos as pistas linguísticas rudimentares em cada uma das sete sessões, e calculamos suas frequências médias (número de pistas linguísticas rudimentares dividido pelo tempo de videografia), o que está apresentado no capítulo de análise. Para tanto percorremos repetidamente os textos digitalizados contando por visualização;

c) Visualizamos as nuvens de pistas linguísticas rudimentares e de características de tipos de manifestações discursivas;

d) Lemos minuciosamente as manifestações discursivas impregnadas por nuvens e identificamos o tema central e os pólos antagônicos da manifestação discursiva;

e) Escrevemos na sequência do texto digitalizado no que consiste a polarização contida na manifestação discursiva enfatizando o tema e dois pólos que se antagonizam colocando em negrito a palavra vezes;

f) Classificamos quanto a categoria de manifestação discursiva e novamente com auxílio do Cor do realce de Texto do *Word* destacamos por cores cada uma das quatro categorias (Dilema, Conflito, Conflito Crítico, Duplo Vínculo);

g) Copiamos e colocamos em quadros mantendo todas as frases por nós escritas a partir das manifestações discursivas polarizadas na mesma sequência em que foram encontradas nos transcritos do arquivo em *Word*;

h) Confrontamos com auxílio dos quadros primeiramente dentro de cada uma das sete (7) sessões as frases por nós escritas identificando as semelhantes (réplicas) em termos de tema e de pólos antagônicos;

i) Reduzimos por eliminação das duplicidades a quantidade de frases de cada uma das sete sessões sem perder a unidade central (Um tema com dois pólos antagônicos) que potencialmente caracteriza as contradições do sistema de atividade. Criamos novos quadros (ANEXO I) com ênfase nas categorias de análise, um para cada sessão, não realizando generalizações, ou seja, cada frase continua correspondendo especificamente a uma das sessões, que por sua vez, corresponde às manifestações discursivas de contradições dialéticas especificamente situadas, conforme o organograma da comunidade cooperativa. A manutenção de cada frase correspondendo especificamente a cada uma das sete sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF) conforme o organograma da comunidade cooperativa nos permite confrontarmos as sete sessões mantendo a singularidade que é particular daquela organização que remete as demais suas críticas e proposições de ações. Neste novo quadro ordenamos pela categoria que demonstrou maior número de polarizações em cada sessão.

3.6.7.8 Procedimento confirmação de contradições

Uma vez constatadas que as polarizações contidas nas manifestações discursivas são ilustradas pelos participantes do contexto com características da história da comunidade cooperativa (UNICAFES PARANÁ) as aceitamos com seus méritos de contradições históricas. As frases construídas a partir das manifestações discursivas da categoria duplos vínculos foram as que caracterizamos como sendo contradições secundárias. Este procedimento permitiu elaborarmos uma ilustração contendo o objeto da comunidade cooperativa com dois pólos que se antagonizam historicamente. Temos um pólo que requer ações quanto ao valor de uso e outro pólo que requer ações para valor de troca. A categoria conflitos críticos foi a principal lente que nos guiou a contradição primária. A interpretação da contradição primária somente ocorre após termos identificado às contradições secundárias do sistema de atividade da comunidade cooperativa. Este procedimento é inspirado nas referências que elucidam quanto às contradições secundárias serem provocadas pela

contradição primária. Para tanto retomamos os dados numéricos de entradas de recursos financeiros e averiguamos as saídas quanto ao uso dos recursos financeiros. Montamos um fluxo do dinheiro para demonstrarmos que efetivamente os recursos financeiros são priorizados para o pólo valor de troca. Para demonstração do fluxo financeiro nos referenciamos na unidade de análise de um sistema de atividade com níveis hierárquicos. Porém assumimos que o sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser está relacionado com outros sistemas de atividades. O fluxo monetário que circula no sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser e que chega até o nível hierárquico de operação é proveniente de capital financeiro externo a comunidade cooperativa UNICAFES. Para não perdermos a noção das relações que vão além do ambiente interno, nos referenciamos na unidade de análise que concebe Redes de Sistemas de Atividades interagindo (ENGESTRÖM, 1999 *apud* Daniels, 2011, p. 172). A Rede de sistemas de atividade nos propicia imaginar o ambiente externo a comunidade cooperativa UNICAFES relativamente aos sistemas de atividades (Exemplo: BNDES) que repassam dinheiro (regras e metas) para a Central Cresol Baser operacionalizar como Pronaf Custeio. A noção de redes de sistemas de atividades também propicia abstrações quanto a venda casada de agrotóxicos em uma rede de sistemas de atividades.

3.7 TERCEIRO PASSO: MÉTODO ANÁLISE DA CRIAÇÃO INSTRUMENTAL

Objetivamos averiguar a hipótese da camada agentiva em que teoricamente ocorrem criação de instrumentos. Tomamos como instrumentos a criação de ações agentivas. Havendo manifestações de ações agentivas poderíamos discutir quanto a uma forma social cotidiana criticada e uma nova forma social em construção. Durante as Mini-Intervenções Formativas (MIF) procedemos por meio de dados espelhos estimulando pares de trabalho para manifestarem-se discursivamente por três camadas da causalidade na ação humana⁶³ (ENGESTROM, 2006, p. 3) e consequente demonstração da capacidade de agência. As noções de agência que nos fundamentaram para identificarmos as ações agentivas dos pares de trabalho provêm de Virkkunen e Newnham (2015, p. 108). Para estes as ações agentivas

⁶³ Quadro 2.3 - Três camadas da causalidade na ação.

são o resultado do aprimoramento por meio da remediação que ocorre com a estimulação dupla no processo de Laboratório de Mudanças (LM). O processo de aprimoramento traz uma “[...] nova camada às relações causais da atividade colaborativa” (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015 p. 111).

As nossas Mini-Intervenções Formativas (MIF) desafiaram os pares de trabalho a manifestarem ações agentivas em pequenos ciclos de aprendizagem de aproximadamente 60 minutos. Logo, ponderamos quanto a possibilidade dos pares de trabalho não alcançarem a camada agentiva. Todavia nosso procedimento metodológico das MIF contou com participantes que carregam em si a história da construção das estruturas organizativas. Neste caso possíveis ações propostas nas (MIF) seriam resultados também de suas histórias de vida e não exclusivamente da estimulação provocada pelos dados espelhos (primeiro estímulo).

Procedemos o trabalho analítico de identificação das ações agentivas sobre os transcritos das sete sessões de MIF buscando nas manifestações discursivas características das camadas interpretativa, contraditória e agentiva conforme Engeström (2006). Para tanto identificamos nos transcritos os estímulos fornecidos pelo pesquisador-interventor e as reações dos pares de trabalho. Nas reações é que buscamos especificamente as ações agentivas. Assumimos que uma ação agentiva deve satisfazer a condição de ser uma ação correlata à aprendizagem expansiva (ENGESTRÖM & SANNINO, 2010, p. 7 *apud* VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 112). Nos referenciamos em ações agentivas de estudos empíricos e os comparamos com as ações propostas pelos pares de trabalho encontradas em nossos transcritos. As características das ações agentivas encontradas nos estudos de ambientes empíricos que seguimos como guias são:

- a) Ações de questionamento, crítica ou rejeição de alguns aspectos da prática aceita e da sabedoria existente ou de um plano atual;
- b) Ações de análise da situação. A análise envolve a transformação mental, discursiva ou prática da situação, com o propósito de descobrir origens e mecanismos explanatórios. As ações de análise compreendem tanto a análise histórica quanto a análise empírica atual da prática corrente;

- c) Ações de modelagem de uma nova relação explanativa em algum meio publicamente observável e transmissível. Isso significa a construção de um modelo explícito e simplificado da nova ideia, uma célula germinativa, que explique a situação problemática e ofereça uma perspectiva para resolvê-la ou transformar;
- d) Ações de exame do modelo, de sua execução, de sua operação ou de experimentação com relação a ele, a fim de apreender completamente sua dinâmica, seu potencial e suas limitações;
- e) Ações de implementação do modelo, de sua concretização por meio de aplicações práticas, enriquecimentos e extensões conceituais;
- f) Ações de reflexão acerca do processo de aprendizagem expansiva e de sua avaliação, visando a identificar necessidades de aprendizagem e desenvolvimento posteriores e a tirar conclusões relacionadas ao método de aprendizagem;
- g) Ações de consolidação e generalização dos resultados do processo de aprendizagem, transformando-os em uma nova forma estável de prática.

Em resumo temos a seguinte sequência lógica utilizada para identificação das ações agentivas nos transcritos:

- a) Identificação do primeiro estímulo: dados espelhos fornecidos pelo pesquisador interventor;
- b) Identificação da problematização dos dados espelhos pelos pares de trabalho;
- c) Identificação das manifestação discursiva de contradição dialética dos pares de trabalho contendo tema e unidade de opostos conforme categorias dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo;
- d) Identificação das proposições dos pares de trabalho com características análogas as ações agentivas de outros estudos empíricos.

3.8 QUARTO PASSO: MÉTODO ANÁLISE DA PRÁTICA DE INSTRUMENTOS

O quarto passo do nosso ciclo metodológico é analisar empiricamente as aplicações práticas e generalização das ações agentivas identificadas no terceiro passo. Objetivamos averiguar a hipótese de contradição terciária entre velha tecnologia e nova tecnologia. A presença da categoria conflito confirmaria a tentativa de prática e generalização. As tensões entre os sujeitos da comunidade cooperativa UNICAFES devido a serem pressionados a redesenharem o sistema de atividades da Central Cresol Baser para manterem-se como agente financeiro para a agricultura familiar foi ainda confirmada no primeiro passo de delineamento do fenômeno. A velha ferramenta SIC está sendo substituída pela nova ferramenta SIC MOB. Isto resolve as contradições? Todavia o delineamento do fenômeno também nos elucidou que ocorre à apresentação da tecnologia de sensoriamento remoto para monitorar a implantação dos produtos financiados. Estes temas como informações sistematizadas se fizeram presentes como dados espelhos nas Mini-Intervenções Formativas (MIF). Procedemos análises de identificação de manifestações discursivas de contradições dialéticas que apontassem para conflito e dilema em relação à implantação emergencial das novas ferramentas. Este é o procedimento que nos conduz a revelarmos o redesenho do sistema de atividade do ramo de crédito rural (Central Cresol Baser) da comunidade cooperativa UNICAFES. Posteriormente comentamos, no capítulo de análises, o sistema de atividade tendo como referência a unidade primordial de análise da atividade coletiva conciliada a hierarquia do sistema de atividade de Leontiev (1981) apresentado em Virkkunen & Newnham (2015). Para o redesenho do sistema de atividades como uma terceira imagem do futuro a categoria dilema nos fundamentou.

3.8.1 Categoria conflito: método de averiguação das práticas e generalizações

Procedemos identificação das transformações práticas urgentes e tentativas de também generalizá-las com urgência por meio da categoria conflitos. Buscamos nos transcritos das Mini-Intervenções Formativas (MIF) manifestações discursivas conflitivas quanto a transformações práticas e generalização que caracteriza-se redesenho do sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Focamos na identificação de manifestações dos pares de trabalho que elucidassem

quanto às transformações práticas de caráter urgente. Em nossos transcritos buscamos se estavam sendo construídos acordados e se haviam desacordos quanto às transformações necessárias para superação das contradições apontadas pelos próprios pares de trabalho das MIF. Os desacordos são apontados pela categoria conflito. Pressupomos que a necessidade urgente de implantar a nova ferramenta SIC MOB encontraria resistências. O procedimento de identificação de resistência nos fundamenta para discutirmos a contradição terciária definida como velha ferramenta em confronto com a nova ferramenta.

3.8.2 Categoria dilema: método de averiguação de tendências

Procedemos com a identificação da categoria dilema por esta consistir em dúvida, hesitação frente a um problema que aparentemente é sem solução. Predizer uma situação futura se tornou possível pela identificação sobre os transcritos de manifestações discursivas de contradições dialéticas da categoria dilema. Com esta categoria identificamos as falas dos sujeitos hesitando quanto a ideia de sensoriamento remoto que aparece como única alternativa tecnológica para o sistema de atividade que dificilmente abandonaria seu objeto relativo a intensificação da operacionalização do crédito rural. Ao nos valermos da categoria dilema em nossos procedimentos analíticos notamos a chegada de um novo conceito de como monitorar os recursos financeiros liberados aos cooperados. No passado era a presença física do agrônomo em um papel fiscalizador. No momento atual a contradição primária que requer redução de custos aponta para um redesenho em que o sensoriamento remoto encarna a função do agrônomo fiscalizador da aplicação dos recursos financeiros. O dilema já está instalado nas manifestações discursivas que apresentaremos nos capítulos de análises.

3.9 QUINTO PASSO: RELATÓRIO E AVALIAÇÕES

Consiste na própria elaboração do relatório de Tese. Porém a avaliação da Tese é acadêmica. Como um vir-a-ser do processo de pesquisa objetivamos organizar Laboratórios de Mudança (LM). Conforme VIRKKUNEM & NEWNHAM (2015) no Laboratório de Mudança (LM) a transição entre análise e à modelagem de uma nova prática geralmente ocorre em duas etapas. Uma etapa é a modelagem

das contradições internas do sistema de atividade que são explicativas da situação problematizada. A segunda etapa é a modelagem de uma nova estrutura possível para o sistema(s) de atividade(s), que ofereça uma perspectiva de solução ou gerência aprimorada da contradição. A modelagem de uma nova estrutura possível discutimos no capítulo de resultados e discussão. Neste, após termos discutido as perguntas orientadoras ponderamos quanto aos desafios dos trabalhadores da Rede no que se refere a compartilhar para desenvolver. Discutimos a respeito da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), da necessidade de compartilhar ações agentivas na Rede de sistemas de atividades, da possibilidade de trabalhadores orquestrarem na prática as ações agentivas conforme divisão do trabalho, para então sugerirmos um pequeno passo transitivo para que os trabalhadores avancem da aprendizagem ao desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores objetivando expandir o ciclo de aprendizagem empírico.

Esta Tese em si tornar-se-á um dado espelho da atividade do ambiente empírico pesquisado. A pergunta (primeiro estímulo) aos participantes dos objetivados Laboratórios de Mudanças (LM) futuros é: A Tese espelha a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES? Nosso objetivo na continuidade do processo de pesquisa é confrontar com os pares de trabalho das MIF reunidos as ações agentivas identificadas em nossos procedimentos metodológicos. Cada uma das ações agentivas poderão ser tomadas como o objeto particular que cada uma das organizações que compõem a Rede UNICAFES persegue. Pressupomos que ao confrontarem suas ações agentivas poderão na prática construir novos objetos compartilhados. Objetos compartilhados supostamente fortalecerão a Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES, reorganizando a relação sujeito-objeto, dando-lhe sentido para que superem contradições.

4 DELINEAMENTO DO FENÔMENO E ANÁLISES DOS DISCURSOS

Há um entendimento compartilhado no trabalho tanto de Bakhtin quanto de Vygotsky de que o significado é dependente dos contextos social e histórico em que é produzido (DANIELS, 2008, p. 92).

Apresentamos neste capítulo, as análises do nosso ciclo metodológico de pesquisa, que suprem o objetivo específico de **averiguar** junto aos trabalhadores manifestações discursivas apontando para contradições dos seus sistemas de atividades. Seguimos na apresentação a sequência conforme descrito nos procedimentos do esquema⁶⁴ metodológico da pesquisa. Este prevê um primeiro passo de sistematização para delinear o fenômeno, seguido por um segundo passo com análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas.

4.1 DELINEAMENTO DO FENÔMENO: PRIMEIRO PASSO

Os contatos prévios, diálogos preliminares, os planos de crédito extraídos da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) e os diálogos confrontativos com operadores nos propiciaram delineamento e constatação de tensões no contexto de pesquisa. Com o técnico operador⁶⁵ da ferramenta SIC, que trabalha em regime cooperativo como ramo da comunidade cooperativa UNICAFES, realizando ações de assistência técnica (ASTEC) ao Pronaf Custeio constatamos tensões:

P2: O conhecimento em si sofre um processo de desvalorização. Fica só assistência técnica e uma técnica. Por que o vendedor de insumos é mais valorizado! Porque eles tem com a oferta nesse ponto, essa oferta no momento que consegue consolidar ela, ele tá, ele tem a técnica, já vendeu a técnica e vai ser aplicada. O que você vai fazer é a oferta que tá sujeita no meio do caminho a ter outra oferta.

No caso do operador de empresa terceirizada, que presta serviços realizando ações de assistência técnica (ASTEC) ao Pronaf Custeio para Cresóis Singulares valendo-se da ferramenta SIC, destacamos a tensão conforme sua fala a seguir:

⁶⁴ QUADRO 3.2 - ESQUEMA METODOLÓGICO DA PESQUISA.

⁶⁵ Conforme Leontiev (1981) o nível de operação é hierarquicamente inferior no sistema de atividades coletivos. Ver FIGURA 2.3 - NÍVEIS HIERÁRQUICOS DO SISTEMA DE ATIVIDADES.

P1: Eu me sinto pressionado por esse modelo de cooperativa. Por que tenho medo que eles me descredenciem para contratar ATER cooperativa e vão cair no mesmo problema que temos hoje...trocar seis por meia dúzia.

É uma tensão, entre duas modalidades de assistência técnica (ASTEC) para operacionalização do Pronaf Custeio, interna a Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES que se propõe aos princípios cooperativos. Se é regime cooperativo já está em contradição devido ao processo de terceirização de suas ações com empresas? Os operadores por estarem no nível inferior da hierarquia do sistema de atividade sofrem com a disputa das pequenas frações de dinheiro disponibilizadas para operarem planos de crédito. Ambos, técnicos operadores vinculados a cooperativas ou empresas, ainda que queiram, não teriam recursos financeiros para fazerem trabalhos de orientação técnica juntamente e sistematicamente com os cooperados Pequenos Agricultores Familiares. Para onde vai o dinheiro do Pronaf Custeio?

Nas palavras de diretor⁶⁶ temos que a maior parte dos recursos financeiros do Pronaf Custeio é convertido em agrotóxicos. É oportuno comentarmos que nos dados de autores locais, os agrotóxicos representam 70% do valor dos orçamentos do Pronaf Custeio. O participante (P3) gerador de dados preliminares argumentou que não poderia ser 70% o número geral, mas sim 60%⁶⁷. O fator que influenciou é a implantação de aviários que geram a cama-de-aviário. Esta é utilizada como adubo nas lavouras reduzindo a compra de adubos da indústria. Entretanto os recursos financeiros continuam sendo direcionados para as empresas multinacionais. Nas palavras do P3:

P3: Vou usar mais a região Sudoeste do Paraná, que investiu bastante em avicultura. Nos últimos anos eu diria que já vem mudando. Muito do recurso do Pronaf vem sendo pra comprar o esterco de frango e de peru, diminuiu um pouquinho! Acho que hoje nós não temos 70% indo pra indústria. Mas não tenho dúvida que o dinheiro do Pronaf continua fortalecendo as grandes empresas multinacionais do químico.

A tensão do contexto da pesquisa em termos gerais consiste em sujeitos sentirem a necessidade de direcionarem os recursos financeiros do Pronaf Custeio para uma agricultura que seja adequada a cultura local (Ex: usar cama-de-aviário

⁶⁶ A função de diretor em teoria está no nível de ação (consciente). Conforme Leontiev (1981) o nível de ação é intermediária no sistema de atividades coletivos.

⁶⁷ Ao buscarmos singularidade determinamos que os valores em porcentagem para a Base Sudoeste da Central Cresol Baser é 60% para o cultivo da soja e 55% para o cultivo do milho. Logo nossos dados corroboram com a fala do nosso entrevistado P3.

como fertilizante), porém os recursos financeiros do Pronaf Custeio já estão direcionados para fortalecerem as grandes empresas multinacionais que produzem insumos agrícolas (agrotóxicos). Essa tensão, a priori em nossos dados preliminares, apontam para ser a geradora de distúrbios em toda a comunidade cooperativa UNICAFES vista como uma rede de sistemas de atividades. Partindo destas problematizações dos operadores, que teoricamente (LEONTIEV, 1981) agem no nível de operação e diretor que age em nível de ação e de atividade, sistematizamos dados numéricos (verificáveis) conforme SIC para aferir falas. Com isto sustentarmos singularidades de um contexto por nós construído.

4.1.1 Sistematização: produtos financiados com Pronaf Custeio

Na safra 2013/2014 as operações do Pronaf Custeio especificamente no sistema de atividades composto pela Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares alcançaram R\$ 275.248.077,87. Destes, 38,2472% que correspondem a R\$ 105.274.661,69 foram destinados para financiar a monocultura de soja (safra de verão, zoneamento agrícola); 25,6041% que equivale a R\$ 70.474.810,35 foram destinados a financiar o cultivo de milho (safra verão, zoneamento agrícola); e 13,3840% que corresponde a R\$ 36.839.109,28 foram aplicados no financiamento do cultivo de trigo (safra inverno, zoneamento agrícola); e o quarto produto mais financiado novamente é a cultura do milho (safrinha, zoneamento agrícola) com 6,2396% o que equivale a R\$ 17.174.433,42. Deste modo temos 83,47% (R\$ 229.763.014,740) dos recursos financeiros do Pronaf Custeio que chegaram até a Central Cresol Baser e foram distribuídos às suas Cresóis Singulares, aplicados no financiamento de apenas três culturas agrícolas, soja, milho e trigo⁶⁸. As várias vozes dos dados preliminares criticam esta priorização da operacionalização do Pronaf Custeio que é direcionada para monoculturas de exportação (mercadorias). A priorização ocorre ao longo dos vinte anos de existência da implantação do Pronaf Custeio nas organizações pesquisadas. Os sujeitos participantes da pesquisa problematizam o direcionamento das operações do Pronaf Custeio por este confrontar com as necessidades socioeconômicas dos Pequenos Agricultores Familiares. Na tabela seguinte apresentamos os valores para produtos financiados

⁶⁸ ANEXO 1: PRODUTOS FINANCIADOS PELO PRONAF CUSTEIO.

especificamente do ambiente empírico da pesquisa, ou seja, extraídos da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) da Central Cresol Baser.

O uso do Pronaf Custeio para financiarem somente monoculturas é problematizado pelo P3. Para este o sistema de crédito solidário (Sistema Cresol, Central Cresol Baser, Cresóis Singulares) não foi fundado para financiar monoculturas. Em suas palavras temos:

P3: E aí nós íamos ficar reféns da monocultura de novo. E o sistema de crédito solidário não nasceu para isto. Então na defesa da diversificação da propriedade nós tivemos que reivindicar, pressionando o governo, para que outras culturas pudessem entrar, por exemplo: o trigo e o feijão, que também eram culturas tradicionais do nosso agricultor do Sul do Brasil. E o Pronaf no início não podia financiar.

Para P3 ao longo dos vinte anos de Pronaf Custeio novas culturas agrícolas foram incluídas como financiáveis para o Sul do Brasil. Critica P3 o período histórico que antecede 1980. Segundo ele é o período que chegou a idéia de industrialização do espaço rural que afetou a produção de base alimentar (pomar, batata, mandioca). Para P3 o Pronaf criado em 1995 afetou positivamente as propriedades agrícolas da agricultura familiar. Em suas palavras temos:

P3: [...] muita pressão da sociedade! Mas isto é resultado e economicamente o Pronaf nasceu em 1995. Nesses quase 20 anos de Pronaf, os agricultores foram melhorando a propriedade, recuperação do solo, na genética dos animais, melhorando na liquides da soberania alimentar, produzindo para o autoconsumo de tudo um pouco! Até os anos 70 e 80 quando veio àquela ideia da industrialização do rural, que foi de plantar soja, a maioria tinha acabado com o pomar! E, além disso, não plantava uma mandioca, batata, e hoje voltou a produzir para a família e o excedente para fora, e isto também é resultado do Pronaf.

A argumentação do P3 enfatizada os resultados do Pronaf operacionalizado pela comunidade cooperativa UNICAFES no que se refere a inclusão de novas culturas agrícolas. Para tanto confronta regiões que alcançaram e que não alcançaram com o Pronaf Custeio:

P3: [...] se você for para região que não acessa Pronaf, você vai ver isto, não acontecendo continua sendo fortemente soja e milho. Ou, na região norte e noroeste do Paraná é cana [...].

A inclusão de novas culturas ocorre conforme dados verificados e que estão em sua totalidade no ANEXO 1. Todavia a questão correlata a pergunta inicial de pesquisa é: O crédito rural para estas novas culturas foi adequado para atender

Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia? Ou segue o mesmo viés da modernização conservadora da agricultura? Exemplificamos a tensão do contexto de pesquisa com a cultura da mandioca contrapondo-a a cultura de soja transgênica nas operacionalizações da Central Cresol Baser. Para a cultura da mandioca foram operacionalizados na safra 2013/2014, R\$ 2.179.249,10 o que equivale a 0,7917%, porém para a produção de soja transgênica foram operacionalizados R\$ 105.274.661,69, o que equivale a 38,2472%. A cultura da mandioca é típica da agricultura tradicional⁶⁹ e da agricultura familiar⁷⁰ enquanto a produção de soja transgênica tem características de mercadoria para exportação. O ciclo de produção da soja transgênica se completa em aproximadamente 4 meses enquanto o ciclo da cultura da mandioca se completa em dois anos ou mais. Concebida como mercadoria, a soja transgênica devido ao seu ciclo de produção mais curto, recebe todas as atenções do crédito rural guiado pela lógica do valor de troca. Esta tensão impregna todas as ações e operações da Central Cresol Baser e das demais organizações que compõem a comunidade cooperativa UNICAFES, quando vista com as noções de Rede de Sistemas de Atividades (unidade de análise).

4.1.2 Sistematização: custos com insumos

A priorização da lógica da produção de *comodities* que culmina em direcionamento dos recursos financeiros do Pronaf Custeio para soja, milho e trigo, recebe críticas no contexto da pesquisa devido a tecnologia de produção estar orientada para o uso de agrotóxicos. A maior porcentagem (38,2472%) dos recursos financeiros do Pronaf Custeio foram operacionalizados para a produção de soja transgênica. Dos R\$ 105.274.661,69 operacionalizados, calculamos que os itens defensivos e adubos do orçamento dos Planos de Crédito consumiram 60% do valor. O milho foi a segunda cultura em que foram operacionalizados 25,6041% do valor total da safra 2013/2014. Dos R\$ 70.474.810,35 calculamos que os itens defensivos e adubos consumiram 55% do valor. É este modo de operacionalização do crédito rural com direcionamento para mercadorias e consumo de agrotóxicos

⁶⁹ Agricultura tradicional no conceito de Altieri (1989).

⁷⁰ Agricultura familiar: concebida conforme escola de Chayanov (1974). Sustenta que o camponês não maximiza o lucro e a renda, logo problematiza que a lei de valor não se aplica para a produção camponesa.

que gera insatisfações, críticas e tensões. A tabela seguinte demonstra os valores apurados:

TABELA 4.1 - INSUMOS E PRONAF CUSTEIO SAFRA 2013/2014.

Municípios	Amostras	Prod. Financ.	Área/ha	Defens.	Adub.	D + A
18	180	Soja	13,55	29%	31%	60%
18	180	Milho	10,33	9%	46%	55%

FONTE: o autor.

NOTA: elaborado com dados dos orçamentos de Planos de Crédito do Pronaf Custeio da Central Cresol Baser/linha de crédito BNDES/safra 2013/2014/com seguro PROAGRO MAIS.

As áreas médias agrícolas em que são cultivadas as monoculturas de soja e milho, correspondem a aproximadamente um terço do módulo rural da mesorregião Sudoeste do Paraná que é de trinta hectares (30 ha). Para soja temos a área média de 13,55 ha e para milho temos a área média de 10,33 ha. São Pequenos Agricultores Familiares simultaneamente operacionalizando Pronaf Custeio, produzindo mercadorias para exportação em um contexto de tensão. Este fato tem consequências na comunidade cooperativa UNICAFES quando concebida como Rede de Sistemas de Atividades. São os próprios Pequenos Agricultores Familiares que ocupam funções na divisão do trabalho da comunidade cooperativa UNICAFES, que problematizam o direcionamento dos recursos financeiros como resultado dos seus próprios trabalhos.

4.1.3 Sistematização: remuneração Assistência Técnica (ASTEC)

Conforme os dados do primeiro passo do nosso ciclo metodológico, somente com a inclusão de propriedades agrícolas maiores é que a Rede de Sistema de Atividades consegue se manter. As interpretações dos participantes da pesquisa apontam e criticam a inviabilidade financeira dos Pequenos Agricultores Familiares submetidos à produção de *comodities* com dados que comprovam também a simultânea inviabilidade financeira da assistência técnica (ASTEC) legalizadora do Pronaf Custeio que é realizada em escritório. A inviabilidade financeira é por estar vinculada aos orçamentos dos Planos de Crédito. As operações de Pronaf Custeio direcionadas para produção de soja transgênica em pequenas áreas geram valores financeiros insuficientes até mesmo para trabalhos de elaborar Planos de Crédito em escritório. Em termos de hierarquia dos sistemas de atividades (LEONTIEV, 1981), a

elaboração dos Planos de Crédito corresponde ao nível inferior de operação e é subordinado ao nível de ação e de atividade. É uma operação em que o técnico (ASTECH) é contratado para fazer. A contratação equivale a uma autorização para acessar o SIC e assim operar a elaboração do documento. O conceito de operação, nos diz que são rotinas inconscientes e resultantes da prática por ocasião da ação. As operações da Rede de Sistema de Atividades UNICAFES são criticadas e ironizadas (ATER Invisível, ATER Buro), pelos participantes do nosso primeiro passo do ciclo metodológico da pesquisa. É um modo de ação, que ao longo do período histórico de 20 anos do Pronaf Custeio, tornou-se “[...] procedimentos automatizados por intermédio de repetição e prática” (VIRKKUNEN & SHELLEY, 2015, p. 93). A operação repetitiva se tornou possível porquê a comunidade cooperativa gradativamente intensificou a quantidade de operações nitidamente direcionadas para um padrão conforme *comodities*.

Os participantes do contexto da pesquisa interpretam e criticam a Assistência Técnica (ASTECH) dos Planos de Crédito como sendo parte crucial de um pacote tecnológico sustentado pelas regras do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Relevamos a crítica e investigamos a fração do fluxo financeiro que resta para o pagamento dos técnicos operadores do nível inferior da Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES.

O que rege as organizações da comunidade cooperativa para acordos quanto a remuneração da prestação de serviços de assistência técnica (ASTECH) é valor percentual do orçamento dos Planos de Crédito, que os próprios técnicos operadores efetivam com auxílio da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC). O percentual que constatamos é até 2% do valor do orçamento do Plano de Crédito. Na tabela 4.3 demonstramos dados de alguns municípios. Os dados extraídos dos documentos foram suficientes para evidenciar uma variação que está em torno de 0,46% a 2%. Confirmamos que em um dos casos a empresa prestadora de serviço em assistência técnica (ASTECH) recebeu 1% do valor total dos Planos de Crédito que executou. Também confirmamos que em alguns municípios o valor é 2%. As variações são justificadas pela multiplicidade de vozes dos participantes do nosso primeiro passo do ciclo metodológico, como sendo devidas as condições relativas ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários, tamanho das áreas cultivadas, valor que cada cooperado financia e distâncias a serem percorridas por operadores. Porém, o fato é que a remuneração dos técnicos operadores é casada com o

orçamento. As críticas são enfáticas ao relacionarem, maiores quantidades de agrotóxicos, maiores são os salários, maiores quantidades de recursos financeiros operacionalizados pelo ramo crédito rural da comunidade cooperativa. Porém este é um distúrbio que os indivíduos da comunidade cooperativa UNICAFES, vista em suas relações de Rede de Sistemas de Atividades, não aceitam passivamente. Eles demonstram estarem afetados suficientemente para sentirem-se violados, culpados. As tensões evidenciam conflitos. A tabela 4.3 a seguir ilustra a vinculação entre porcentagens repassadas aos técnicos operadores e a elaboração dos Planos de Crédito.

TABELA 4.2 - REMUNERAÇÃO DE TÉCNICOS OPERADORES

Município	PF	ÁREA/ha	R\$ F+ASTEC	R\$ ASTEC	%ASTEC
Coronel Vivida	Soja	7,00	8.653,68	169,00	1,96
	Soja	25,00	30.754,50	454,50	1,47
	Milho	4,80	9.888,29	194,89	2,01
	Milho	15,80	35.730,00	527,60	1,48
Enéas Marques	Soja	4,50	6.384,69	125,19	1,96
	Soja	36,00	44.504,59	872,64	1,96
	Milho	1,50	2.320,39	45,50	1,96
	Milho	16,50	32.023,20	627,91	1,96
Itapejara do Oeste	Soja	3,00	3.672,36	36,36	0,99
	Soja	13,31	16.293,04	161,32	0,99
	Milho	1,80	3.632,34	35,96	0,99
	Milho	7,26	16.337,03	161,75	0,99
Salgado Filho	Soja	4,50	6.105,72	119,72	1,96
	Soja	7,00	9.294,24	182,24	1,96
	Milho	1,50	1.419,84	27,84	1,96
	Milho	8,60	21.738,47	426,47	1,96
São João	Soja	3,63	2.417,00	11,00	0,46
	Soja	14,52	14.551,31	72,31	0,50
	Milho	1,90	3.699,26	72,26	1,96
	Milho	9,68	13.515,00	265,00	1,96

FONTE: o autor.

NOTA 1: O dado percentual do município de Francisco Beltrão foi identificado nos diálogos preliminares e confirmado na Mini Intervenção Formativa N: 5.

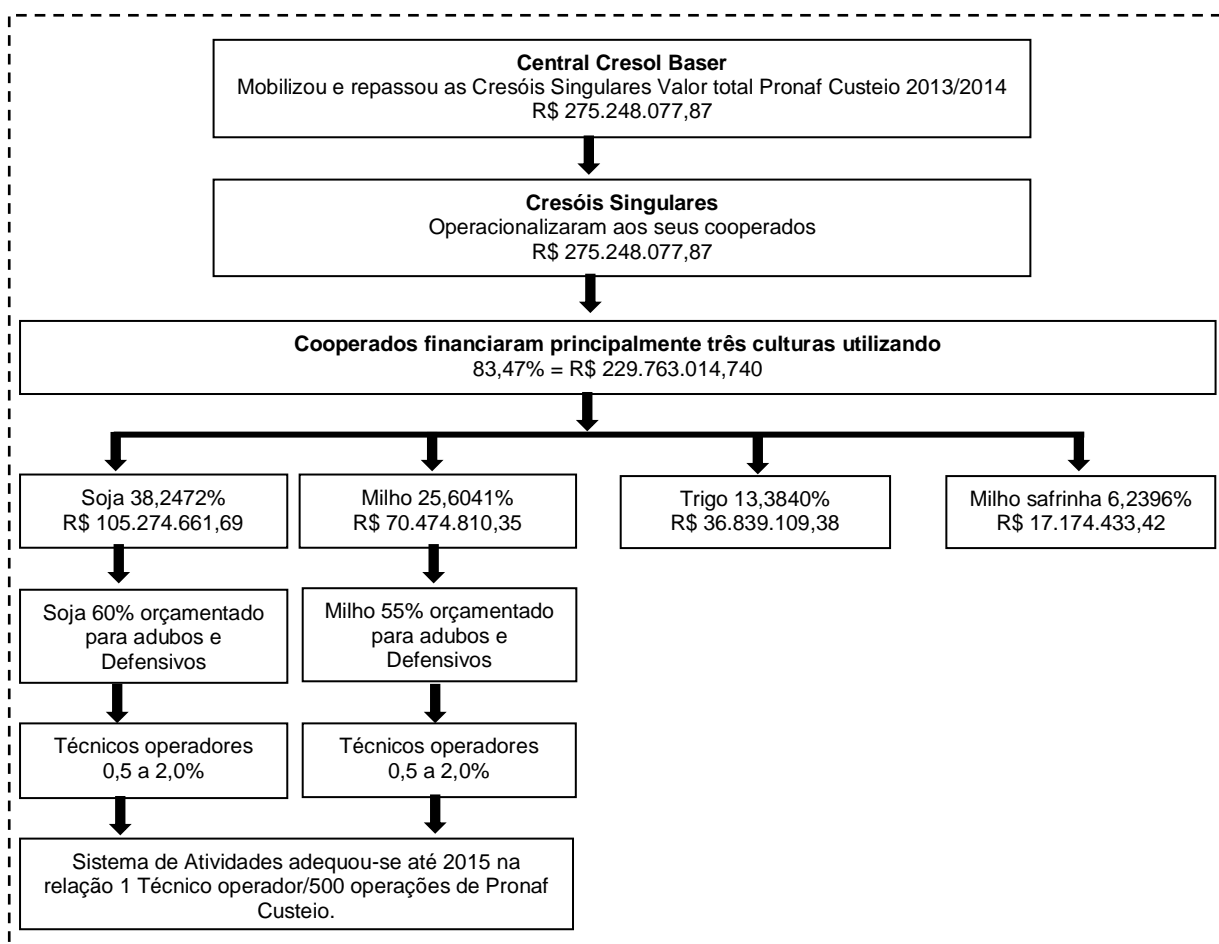
NOTA 2: Linha de crédito BNDES, safra verão 2013/2014 com seguro PROAGRO MAIS, para os produtos financiados soja e milho com tecnologias baixa (BT), média (MT) e alta (AT) em diversos tamanhos de áreas.

A remuneração dos técnicos vinculada a prescrição dos agrotóxicos gera tensões e vozes opondo-se. As vozes que defendem autonomia aos Pequenos

Agricultores Familiares, a partir de processos educativos que resultariam em adoção de práticas tecnológicas que supostamente reduziriam *inputs*⁷¹ de insumos nos sistemas agrícolas, sofre oposição. Esta oposição ocorre porquê a Rede de Sistemas de atividades vive de fluxos financeiros lastrados na operacionalização do crédito rural que se efetiva com o orçamento de Pronaf Custeio. A vinculação torna os Pequenos Agricultores Familiares, por estes gerarem em suas operações de custeio pequenos valores remuneradores do trabalho da assistência técnica (ASTEC) legalizadora, pessoas visadas como sendo inviabilizadoras do aspecto financeiro. É a priorização dos aspectos que garantem fluxo financeiro com a compra dos insumos que garante a remuneração dos operadores. A ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) está cogitada como amarrada à indústria de insumos. As regras que legitimam repasse de valores para a ASTEC vinculadas aos orçamentos são criticadas por direcionarem o trabalho dos operadores. Os participantes geradores dos dados preliminares problematizam a amarração das regras que induzem a venda casada entre operadores e comércios locais. Porém suas problematizações suscitam venda casada em uma Rede de Sistemas de Atividades. As críticas e problematizações dos participantes corroboram com a unidade de análise da Teoria Histórico Cultural da atividade que concebe uma Rede de Sistemas de Atividades construída socialmente e interagindo. Outra crítica e tensão evidenciada no primeiro passo do nosso ciclo metodológico é quanto ao processo de terceirização da ASTEC. As vozes que defendem terceirização da ASTEC acreditam que o efeito será a redução dos custos de operacionalização do Pronaf Custeio. Os técnicos operadores de ASTEC sendo o nível inferior da hierarquia da Rede de Sistemas de Atividades, recebem a menor fração do capital financeiro que circula no processo produtivo. Para melhor compreensão da problematização que destaca os serviços técnicos de ASTEC como parte do pacote tecnológico de produção de mercadorias para exportação e comércio de agrotóxicos em venda casada numa Rede de Sistemas de Atividades, ilustramos com um fluxo financeiro da safra agrícola 2013/2014.

⁷¹ *Inputs*: referindo-se a entrada de insumos agrícolas oriundos da indústria no sistema agrícola (Propriedade agrícola).

FIGURA 4.1 - FLUXO FINANCEIRO SAFRA 2013/2014.



FONTE: o autor.

Neste primeiro passo de delineamento do fenômeno os dados elucidam que a priorização e intensificação da operacionalização do Pronaf Custeio para *comodities* pressiona historicamente a Rede de Sistemas de Atividades (Comunidade cooperativa UNICAFES) forçando-a para resultados insatisfatórios na opinião dos indivíduos trabalhadores que em parte são Pequenos Agricultores Familiares. A operação de assistência técnica (ASTEC) foi reduzida para uma relação em que um técnico operador realiza quinhentas operações por ano. Este fato é relevante por gerar irregularidades quando interpretado conforme Manual de Crédito Rural (MCR). Isto porquê evidentemente um técnico operador de ASTEC não consegue realizar três visitas aos cooperados que financiam a produção. A lei do MCR prevê laudos de plantio, floração e colheita conforme exigências do seguro agrícola PROAGRO. Frente a este desacordo entre sujeito e regras é explícito o estado de necessidade que remete os trabalhadores à ações urgentes objetivando

transformações na Rede de Sistemas de Atividades que tem como objeto o crédito rural e mais particularmente o Pronaf Custeio.

4.1.4 Tensões identificadas no primeiro passo

Comentamos resumidamente as tensões identificadas no primeiro passo do ciclo metodológico:

a) Não é possível falar em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como processo educativo quando se trata de Pronaf Custeio por que ela foi reduzida a operações nitidamente de assistência técnica (ASTEAC) prioritariamente de escritório e em processo de terceirização que se intensifica;

b) Uma constante problematizada referente à prescrição de agrotóxicos e valores financeiros repassados a Assistência Técnica (ASTEAC) vinculados ao valor do orçamento dos Planos de Crédito do Pronaf Custeio;

c) Quatro modelos organizativos distintos e que realizam a operação de elaboração do Plano de Crédito. Estes interagem com o Sistema Integrado de Crédito (SIC) realizando assim o objetivo de legalizar o financiamento do Pronaf Custeio. São elas: i) O emergente Sistema de Cooperativas de ATER (CENATER PARANÁ), que todavia em relação ao Pronaf Custeio também presta serviços em operações de ASTEAC; ii) Pequenas empresas de ASTEAC com finalidade de prestar trabalhos incluindo elaboração de Planos de Crédito do Pronaf Custeio; iii) a terceira e mais problematizada pela multiplicidade de vozes da comunidade é a operação de ASTEAC de casas agropecuárias. Sobre esta terceira estão colocadas críticas quanto à venda casada de agrotóxicos, porém os participantes da pesquisa questionam: é somente esta que vive da venda casada de agrotóxicos? e; iv) um modelo organizativo de ATER Cooperativa que é o caso da Cooperiguaçu e que demonstra não encontrar espaço de trabalho junto ao Pronaf Custeio, uma vez que o critica;

d) A ferramenta denominada Sistema Integrado de Crédito (SIC) que é parametrizada conforme Manual de Crédito Rural (MCR) media e direciona as

operações internamente a comunidade cooperativa bem como a relação com a assistência técnica (ASTEAC) terceirizada;

e) Dos 360 Planos de Crédito extraídos do Sistema Integrado de Crédito (SIC) não identificamos nenhum explicitado como Pronaf Custeio Agroecologia;

f) Os valores são na grande maioria direcionados para financiar dois produtos soja e milho;

g) O fato de a remuneração dos técnicos de ASTEC estar vinculada aos orçamentos que eles mesmos prescrevem resulta em tensões: i) as pequenas propriedades agrícolas financiam pequenas lavouras, logo, não geram recursos financeiros suficientes para pagamento das operações técnicas (ASTEAC) nem mesmo de escritório; ii) propriedades agrícolas que seguem os princípios das agriculturas de base ecológica e agroecologia ao não utilizarem ou ao reduzirem insumos negam a geração dos recursos financeiros para pagarem as operações técnicas exigidas por lei;

h) A terceirização que ocorre na contratação da assistência técnica (ASTEAC) e a não efetivação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como processo educativo aos cooperados agricultores familiares fere o ato cooperativo. É uma evidência de contradições no princípio maior do regime cooperativo que reúne o ramo crédito rural e o ramo Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);

i) Na mesma comunidade cooperativa UNICAFES concebida como Rede de Sistemas de atividades temos: Na década de 1980 até 1996 a ferramenta mais cogitada era o Fundo de Crédito Rotativo para Pequenos Agricultores Familiares. No período de 1996 até 2015 surge o Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Custeio). Mais recentemente a comunidade cooperativa incorporou o Programa Nacional de Fortalecimento do Médio Produtor Rural (PRONAMP). Algo está forçando a comunidade cooperativa a cooperar com proprietários das médias áreas agrícolas para assim se manter na atividade do crédito rural?

4.1.5 Contextualização

A Central Cresol Baser é parte do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol) preconizado na região Sudoeste do Estado do Paraná. O Sistema Cresol e a Central Cresol Baser são ramo de crédito rural da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). A UNICAFES como uma “Rede de Sistemas de Atividades” (ENGESTRÖM, 1999a) é contexto da pesquisa. Com sede no município de Francisco Beltrão/PR a Central Cresol Baser é um sistema de cooperativas de crédito rural constituído por dez Bases Regionais: Base Sudoeste, Base Noroeste, Base Metropolitana, Base Fronteira, Base Cataratas, Base Centro Oeste, Base Litoral, Base Meio Oeste, Base Minas Gerais e Base Rondônia. No ano de 2013, a Central Cresol Baser segundo seu Relatório de Atividades e Balanço Social, atingiu 200 Unidades de Atendimento (UA), sendo 81 Cooperativas Singulares e 119 Postos de Atendimento (PAC). O Relatório destaca a expansão para os Estados de Rondônia com 7 UA; Espírito Santo com 10 UA; Minas Gerais com 17 UA; São Paulo com 1 UA. No Estado do Paraná são 123 UA e em Santa Catarina são 43 UA. Ainda no Relatório de 2013 consta que está assessorando a Cooperativa do Estado de Goiás, Amazonas e Rio de Janeiro. O número de cooperados no ano de 2014 estava anunciado como sendo mais de 120 mil famílias. A Central Cresol Baser é uma organização que centraliza ações necessárias comuns as suas cooperativas Cresóis Singulares. Ela por si só é uma rede de cooperativas de crédito com uma Central. Na Central Cresol Baser (CCB) está hospedado o Sistema Integrado de Crédito (SIC). O SIC é a ferramenta operacional que as cooperativas cresóis singulares acessam para operacionalizar o crédito rural. Em teoria é o SIC instrumento que media relações entre Central Cresol Baser e suas cresóis singulares. Todavia também é o SIC instrumento que media relações entre Cresóis Singulares e técnicos operadores. Por seu caráter de “instrumento” (FRIEDRICH, 2012, p. 56) o SIC além de mediar também direciona as operações. O direcionamento é problematizado no nosso primeiro passo do ciclo da pesquisa. Para os participantes da pesquisa o SIC é instrumento direcionado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e Manual de Crédito Rural (MCR). No geral o SIC é parametrizado⁷² conforme as regras do MCR.

⁷² Parametrizado: termo técnico utilizado pela empresa de assessoria que transforma a ferramenta conforme legislações (regras externas) e/ou regras internas a Central Cresol Baser e seu sistema.

A centralidade da pesquisa no ramo de crédito rural da UNICAFES propicia conhecer o objeto perseguido historicamente pela Central Cresol Baser. O objeto de modo geral é a mobilização e operacionalização de recursos financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para Agricultura Familiar conforme Lei número 11.326 de julho de 2006. Constatamos também que a organização persegue um objeto menor (objetivo). Consiste em organizar a Assistência Técnica (ASTE) necessária para operacionalizar o crédito rural Pronaf Custeio aos seus cooperados. As problematizações, críticas e tensões são quanto ao uso do crédito rural e ao como deveria ser a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar. O objeto da Central Cresol Baser está inserido em um contexto que Duarte⁷³ (2012) problematiza, o que corrobora com o contexto por nós construído junto aos participantes do primeiro passo do ciclo metodológico. Para ele o Sudoeste do Paraná desempenhou e desempenha um papel complementar à reprodução do capital, ocupando a posição de produzir e vender matéria prima de baixo valor agregado. Ao mesmo tempo é comprador de manufaturados. Esta dinâmica, segundo Duarte (2012) produz e reforça uma percepção hegemônica. Esta consiste na defesa que o caminho mais viável é a produção para cadeias ou nichos voltados para a elite interna do Brasil e/ou a produção de *commodities* para exportação. A percepção hegemônica gera diretrizes tanto para o Estado, como também para as organizações que fazem a crítica à expropriação e à concentração da riqueza. Para Duarte (2012) existe uma sintonia entre o Estado e as organizações que atuam junto à pequena agricultura o que propicia o fortalecimento do cooperativismo alavancado com recursos públicos, com o objetivo da inserção no mercado convencional. Problematiza o autor que o cálculo econômico, inclui apenas os componentes financeiros. Em Duarte⁷⁴ (2012) o contexto é problematizado:

Constata-se o grande aumento do volume de crédito disponível para os pequenos agricultores, seja por maior sensibilização dos governos, seja pelas lutas sociais travadas. Os dirigentes destoam dos agricultores, afirmando que existe crédito para a produção ecológica e o que falta é profissionais preparados para orientar e acompanhar, embora reconheçam também limites legais. “Há crédito de sobra, estamos com o risco do endividamento exagerado, devido à grande deficiência no planejamento

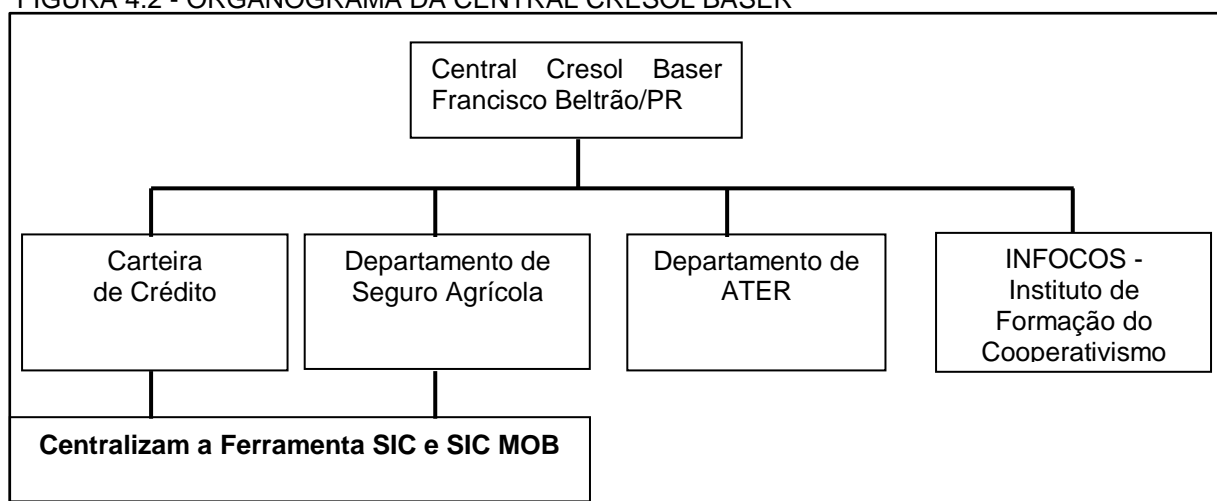
⁷³ Duarte (2012) foi sociólogo da organização preconizadora da comunidade cooperativa UNICAFES ASSESOAR no período da segunda metade da década de 1980 até 2014.

⁷⁴ Tese: A Ecologia como Ideologia: Os Pequenos Agricultores no Sudoeste do Paraná - Brasil Nuances, a ecologia e o crédito: contradições à vista, 2011.

para o seu uso”. Na sua maioria, os agricultores afirmam quanto ao crédito público para a agricultura familiar que, “da forma como está o crédito, é mais maléfico do que benéfico e, de forma geral, o crédito é associado ao ganho imediato, só de curto prazo” (DUARTE, 2012, p. 95).

O contexto por nós construído é de tensões entre múltiplas vozes. A “multiplicidade de vozes” (DANIELS, 2011) é decorrente da divisão social do trabalho que ocorreu com a ampliação da estrutura organizativa. A contextualização revela tensões internas a comunidade cooperativa UNICAFES mesmo quando reduzimos a apenas uma fração da estrutura. Ao tomarmos a Central Cresol Baser como um sistema de atividades coletivo (LEONTIEV, 1981) foi possível localizar seus departamentos. Entre o departamento de Carteira de Crédito que na divisão de trabalho exerce a função de operacionalização do crédito rural e o INFOCOS, que na divisão do trabalho tem a função de formação dos cooperados a tensão é nítida. Em resumo, a contextualização como parte do delineamento do fenômeno explicita tensões generalizadas. Fazem parte do contexto da pesquisa os Departamentos de Carteira de Crédito e Seguro Agrícola, com a particularidade de centralizarem a ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC); o departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e; o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS). Na ilustração a seguir demonstramos a fração do organograma da Central Cresol Baser que interagimos:

FIGURA 4.2 - ORGANOGRAMA DA CENTRAL CRESOL BASER

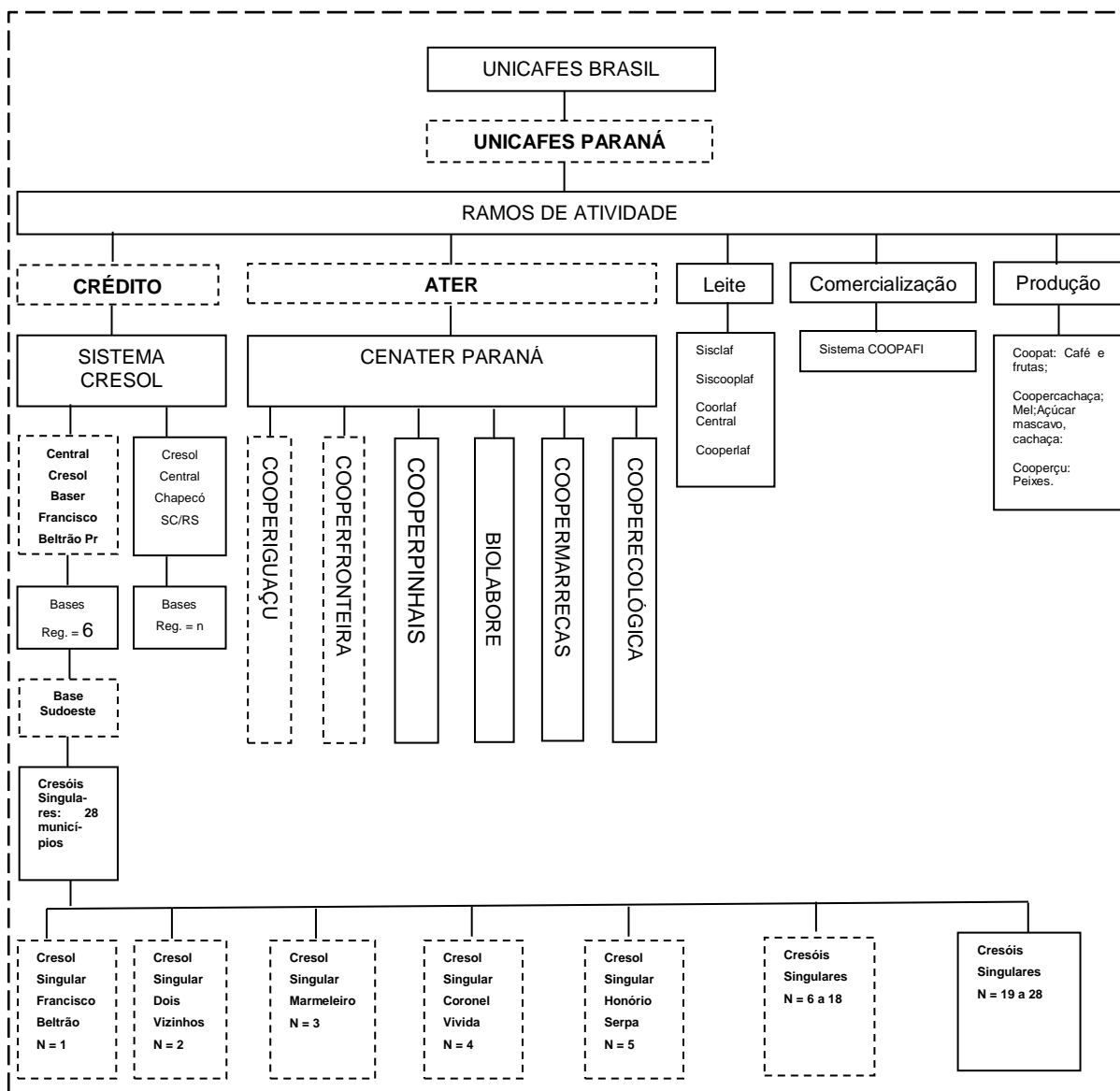


FONTE: o autor.

No contexto da pesquisa a Central Cresol Baser é sustentada como parte da estrutura construída ao longo da história e é ramo de crédito rural na União das

Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Este conjunto maior nominado UNICAFES é que consideramos como uma comunidade cooperativa resultante de processo histórico. Com a contextualização resultante do primeiro passo do ciclo metodológico sustentamos que a UNICAFES e seus ramos, equivalem a uma “Rede de Sistemas de Atividades” (ENGESTRÖM, 1999a), construída em processo, no período de 1966 com a fundação da ASSESOAR até o ano de 2015 quando realizamos os últimos trabalhos inspirados na Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT). A divisão do trabalho é geradora da ampliação da estrutura organizativa. E a ampliação da estrutura gera vários sistemas de atividades. Cada qual dos sistemas de atividades segue o objeto maior que os aproxima, entretanto cada qual têm seu objeto particular. A seguir ilustramos com o organograma da comunidade cooperativa UNICAFES. As linhas pontilhadas demonstram no universo empírico onde foram priorizadas as ações de pesquisa:

FIGURA 4.3 - ORGANOGRAMA DA COMUNIDADE COOPERATIVA



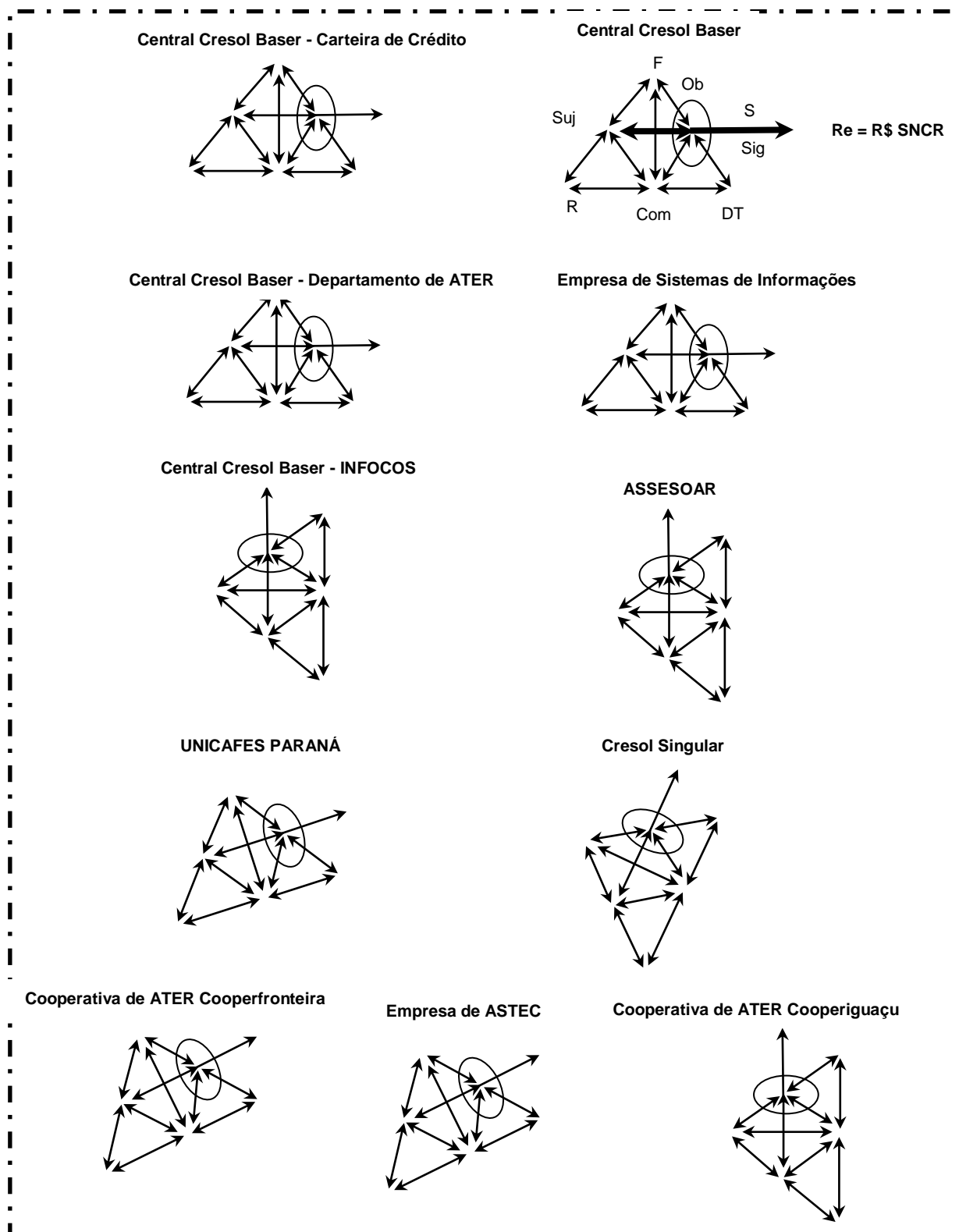
FONTE: o autor.

Ainda cabe ressaltar que o contexto da pesquisa extrapola o organograma da comunidade cooperativa e alcança a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) por ser esta, conforme dados preliminares, a organização preconizadora da estrutura da comunidade cooperativa pesquisada. Também se fez necessário expandir o contexto da pesquisa para uma empresa que realiza operações para assistência técnica (ASTECH) e consequente liberação do crédito rural Pronaf Custeio e, para uma empresa de sistemas de informações que realiza assessorias para parametrização de normas do Manual de Crédito Rural (MCR) na ferramenta SIC da Central Cresol Baser.

4.1.6 Imagem inicial da comunidade cooperativa: rumo indefinido

Munidos com a montagem do organograma da comunidade cooperativa UNICAFES concebemos sua estrutura. Sobre esta estrutura planejamos o segundo passo (Análises da atividade) do ciclo metodológico da pesquisa. Para tanto criamos uma imagem do organograma como sendo uma Rede de Sistemas de Atividades, com vários sistemas de atividades coletivos e com inumeráveis ações neste processo de pesquisa. Todavia, a atividade e suas correlatas ações e operações relativas a mobilização e liberação de recursos financeiros do crédito rural tanto reúne os vários sistemas de atividades quanto gera tensões. Reiteramos que para realizarem as operações obrigatórias por lei, se valem da mesma ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) e por isto por ela estão mediados. Representamos a Rede de Sistemas de atividades para em seguida a comentarmos:

FIGURA 4.4 - UNICAFES COMO REDE DE SISTEMAS DE ATIVIDADES.



FONTE: o autor.

A figura da UNICAFES como Rede de Sistemas de Atividades tem como fundamentos os dados preliminares do primeiro passo do nosso ciclo metodológico. O quadro externo às figuras que representam os sistemas de atividades particulares e seus objetos é pontilhado para representarmos as trocas que em teoria ocorrem, com inumeráveis outros sistemas de atividades externos a comunidade cooperativa. As setas das relações sujeitos-objetos não apontam na mesma direção, para explicitar que os dados preliminares evidenciam divergências entre os objetos que cada organização persegue. É o caso das organizações de ATER que desejariam efetivar somente orientação técnica para agriculturas de base ecológica e agroecologia, porém devido a necessidade financeira operam o crédito rural efetivando a ASTEC que prescreve agrotóxicos. Na representação, o departamento Carteira de Crédito e o departamento de ATER da Central Cresol Baser tem seus objetos apontando no mesmo sentido, mas o objeto do INFOCOS que é criado na divisão do trabalho da Central Cresol Baser tem sentido distinto. Evidenciamos na representação, que a Cresol Singular não tem o objeto apontado exatamente no mesmo sentido do objeto da Central Cresol Baser. A representação ilustra as divergências entre objetos particulares e as tensões na comunidade cooperativa, mas também ilustra que todas as organizações e seus sistemas de atividades são **arrastados** e/ou influenciados pela dinâmica do sistema de atividades da Central Cresol Baser que tem seu objeto na busca de recursos financeiros no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A imagem da Rede de Sistemas de Atividades construída em colaboração com os participantes da pesquisa nos auxiliou na execução do segundo passo de efetivação das análises da atividade.

4.2 ANÁLISES PARA MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS DE CONTRADIÇÕES

As análises que apresentamos e exemplificamos neste sub-capítulo foram realizadas sobre os textos transcritos das sete sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF). O tempo total de videografias é de 217 minutos e o total de palavras transcritas é de 22.537. As análises mantem a singularidade de cada uma das sete sessões. Cada sessão de MIF por ter sido realizada em organizações distintas conforme o fluxograma da comunidade cooperativa UNICAFES PARANÁ, equivale a uma MIF realizada em um sistema de atividade singular que todavia faz parte da rede de sistemas de atividades da comunidade cooperativa contexto da

pesquisa. As manifestações discursivas dos participantes da pesquisa são dirigidas aos seus e aos demais sistemas de atividades componentes da rede. São comumente manifestações discursivas de contradições dialéticas. O caráter conflitivo confirma uma multiplicidade de vozes devido a divisão do trabalho. A fala de um que desempenha uma função em uma organização (Exemplo ramo ATER) não equivale a fala do outro que desempenha outra função em outra organização (Exemplo ramo Crédito Rural). Mantivemos nas análises a expressão das manifestações discursivas e individualidades sem generalizá-las. Isto implica em não interpretar a comunidade cooperativa como algo homogêneo. As categorias analíticas demonstram heterogeneidade, tensões e pensamentos opostos no interior da comunidade cooperativa. Cada qual das organizações como sistema de atividade singular tem seu objeto particular.

4.2.1 Averiguação de pistas linguísticas rudimentares nos transcritos

Para **dilemas** constatamos nos transcritos que a pista linguística rudimentar “mas” carrega seguidamente em sua proximidade as expressões da linguagem local “acho” e “né” comumente demonstrando dúvidas quanto ao tema tratado pelos pares de trabalho no momento da confrontação com os dados preliminares (espelhos). Em um total de 69.745 palavras transcritas encontramos 493 “mas”, 484 “né” e 220 “acho”. A expressão “né” descartamos como pista linguística rudimentar, devido a dificuldade de distinguirmos o “né” como um vício de linguagem local com o “né?” que poderia ser uma pergunta retórica, ou ainda o “né” como manifestação de insegurança quanto ao tema tratado. Entretanto quando o encontramos junto a uma evidente pergunta retórica não eliminamos a pergunta retórica pela presença do “né”. Logo validamos a expressão idiomática da linguagem local “mas” quando constatada agrupada nos textos em nuvens⁷⁵ como potencialmente uma pista linguística rudimentar identificadora de dilemas.

Constatamos a pista linguística rudimentar “não” 1.288 vezes no total de 69.745 palavras transcritas. Tendo o total de videografias somados 420 minutos, concluímos que a cada 0,33 minuto a palavra “não” era manifestada pelos pares confrontados com os dados preliminares (espelhos). Assim sendo aceitamos o “não”

⁷⁵ Nuvens: aglomerados da pista linguística rudimentar.

como tendo potencial de pista linguística rudimentar para identificarmos antagonismos indicadores de **conflitos**. O não carrega consigo diversas expressões languageiras locais tais como: i) “não é o que nós”; ii) “a gente não”; iii) “não eu não concordo”; iv) “só que eu não posso aceitar isso”; e v) “como não”. A expressão idiomática “não” é explícita quanto a sua conotação de polarização e discordância entre os participantes das sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF).

Quanto à identificação e definição da pista linguística rudimentar para a categoria **conflito crítico**, que Engeström e Sannino (2011) tratam como sendo confronto de motivos contraditórios em interação social, buscamos nos textos transcritos e contamos um total de 151 metáforas de vivência em 420 minutos de videografias o que equivale a uma frequência média de 0,36. Para a categoria conflito crítico ao procedemos à contagem e cálculo da frequência do “Eu” pessoal, constatamos que frequentemente está associado com sentimento de ser violado ou culpado e junto às narrativas de vivência. Contamos 539 vezes o “Eu” em 420 minutos o que equivale a frequência média de 1,28. Constatamos que no contexto pesquisado as manifestações discursivas contendo o “Eu” e metáforas de vivências ilustrando o tempo passado dos indivíduos em suas funções na construção da comunidade cooperativa são frequentes, explícitas e carregadas de emoção sem tentativas de esconder os sentimentos que geram insatisfações. Com esse procedimento validamos a questão retórica e o “Eu” como pistas linguísticas rudimentares potencialmente capazes de demonstrar possíveis conflitos críticos.

A contagem e frequência das questões retóricas para identificarmos possíveis polarizações conforme categoria **duplos vínculos** resultou em 231 vezes nos 420 minutos de videografia o que equivale a frequência média de 0,55. Ainda o uso do “Nós” foi contado 349 vezes na frequência média de 0,84 e o “gente” 265 vezes na frequência média de 0,63. Com tais procedimentos aceitamos as questões retóricas, o “nós” e o “gente”, como pistas linguísticas rudimentares potencialmente capazes de identificarmos as manifestações discursivas de contradições dialéticas com antagonismos conforme a categoria **duplo vínculo** nas transcrições.

Na tabela a seguir demonstramos o resultado da análise que definiu as pistas linguísticas rudimentares potencialmente demonstrativas de manifestações discursivas de contradições dialéticas no contexto da pesquisa. Na tabela temos o nome da sessão (N), número de participantes (P), data (D), local (L); tempo de videografia em minutos (T), número de palavras transcritas (N⁰); a contagem de

cada uma das pistas linguísticas rudimentares e suas frequências médias relativamente ao tempo total de cada videografia.

TABELA 4.3 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS NAS MIF.

Sessão (N)	(T)/ (Nº)*	Mas (Dilema)	Não (Conflito)	Metáfora de Vivência (MV) (Conflito Crítico)	Questão Retórica (QR) (Duplo Vínculo)
N: 1	T: 52 Nº: 8.724	38 Mas (0,73) 8 Acho (0,15) 22 Né (0,42)	113 (2,17)	63 Eu (1,21) 12 MV (0,23)	76 Nós (1,46) 30 Gente (0,58) 28 QR (0,54)
N: 2	T: 55 Nº: 8.624	82 Mas (1,49) 34 Acho (0,62) 92 Né (1,67)	169 (3,07)	51 Eu (0,62) 15 MV (0,27)	29 Nós (0,53) 47 Gente (0,85) 8 QR (0,15)
N: 3	T: 37,5 Nº: 6.288	64 Mas (1,72) 24 Acho (0,70) 60 Né (1,09)	124 (3,35)	79 Eu (2,10) 58 MV (1,55)	49 Nós (1,31) 25 Gente (0,67) 43 QR (1,15)
N: 4	T: 39 Nº: 7.007	29 Mas (0,74) 9 Acho (0,23) 25 Né (0,64)	130 (3,33)	49 Eu (1,26) 9 MV (0,23)	9 Nós (0,23) 69 Gente (1,77) 28 QR (0,56)
N: 5	T: 45 Nº: 7.844	97 Mas (1,94) 27 Acho (0,60) 144 Né (3,2)	177 (3,54)	56 Eu (1,24) 20 MV (0,44)	49 Nós (1,08) 40 Gente (0,89) 95 QR (2,11)
N: 6	T: 116,5 Nº: 20.679	128 Mas (1,09) 33 Acho (0,28) 46 Né (0,39)	429 (3,67)	164 Eu (1,41) 26 MV (0,22)	95 Nós (0,82) 22 Gente (0,19) 177 QR (1,52)
N: 7	T: 69 Nº: 10.579	55 Mas (0,79) 25 Acho (0,36) 95 Né (1,38)	146 (2,11)	77 Eu (1,12) 11 MV (0,16)	46 Nós (0,67) 32 Gente (0,46) 29 QR (0,42)
Totais	T: 420 Nº: 69.745	493 Mas (1,17) 160 Acho (0,38) 484 Né (1,15)	1.288 Não (3,07)	539 Eu (1,28) 151 MV (0,36)	353 Nós (0,84) 265 Gente (0,63) 231 QR (0,55)

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

A seguir exemplificamos com as pistas linguísticas rudimentares os antagonismos (pensamentos opostos) e as características das categorias nas manifestações discursivas de contradições dialéticas dos participantes das MIF.

4.2.2 Averiguação das características das categorias nos transcritos

Para efeito demonstrativo de como reconhecemos as características das categorias analíticas nos transcritos das MIF citamos trechos das manifestações destacando a pista linguística rudimentar, quais pensamentos opostos demonstra e a categoria. O trecho da sessão 2 CENTRAL CRESOL BASER demonstra a pista linguística rudimentar “mas” que está em negrito:

P2-S2: ... ele tem mais tempo no MCR...hoje no MCR de modo geral é permitido pelo menos até dois por cento do valor do... Do projeto e então... acho que essa variação um pouco depende disso né que o máximo é 2%, **mas** aí, tem algumas cooperativas hoje que, e os funcionários, ai depende da política utilizada e tal, cobram... cobram menos, alguns 1%, e meio por cento, tá ligado, só para a elaboração do projeto, por exemplo, você poderia cobrar meio por cento, mais meio por cento pra cada visita que eu fizer isso aí pra implantação do projeto, pra acompanhamento e implantação do projeto então por isso que tem essa... Essa variação, **mas** legalmente não pode mais, dai é assim né... Não é aquela assistência técnica esperada né, que efetiva com continuidade né seria muito mais, pra legalização do crédito rural (05:34)...

Neste caso acima a pista linguística rudimentar “mas” nos alertou para uma polarização que consiste em pagar o valor mínimo para a assistência técnica (ASTECC) ou pagar o valor máximo permitido por lei que é até 2% do orçamento dos Planos de Crédito para custeio. A característica encontrada na manifestação discursiva é a de dualidade com hesitação quanto ao tema variação da percentagem paga para operadores que efetivam ASTEC. Por um lado a porcentagem paga aos operadores pode ser reduzida ao máximo **mas** por outro lado não é a assistência técnica esperada. Esta insegurança perceptível na manifestação discursiva é o que nos confirma que a pista linguística rudimentar “mas” potencialmente nos conduz a uma polarização entre os participantes das sessões conforme a categoria dilema.

As manifestações discursivas notadas e que nos motivaram a validar a pista linguística rudimentar “não” como demonstrativa de polarização e indicadora da categoria conflito para o contexto desta pesquisa foi constatada durante a sessão de MIF N:4 em que a Central Cresol Baser/Carteira de Crédito por meio do seu coordenador apresentou para os representantes das Bases Regionais a transformação da ferramenta SIC para SIC MOB no dia 09/12/2015. Segue o trecho da sessão:

P1-S4: Ele **não vai mais fazer no escritório**, ele vai ter que ir lá... na propriedade que é o que a gente espera de um técnico agrícola ou dum agrônomo é que realmente faça acompanhamento a

propriedade!!! Aí tem aquelas máximas assim: “Faço 500 projetos e eu sou sozinho!!!”...Olha quantos projetos um técnico pode acompanhar efetivamente de fato...100 a 150 ou é 200 !!!??? (24:29)...

P1-S4: Enfim... isso, isso tudo a gente preparou no sistema pra poder regrar a máquina... a gente colocou uma regrinha boa dizendo assim: “**Duzentos projeto um técnico pode fazer por ano**”, quando ele chegar em 200 ele vai trava o teu técnico... você vai dizer: “Agora você vai ter que acompanhar um pouco”... Aí depois a gente acha que dá pra aumentar para mais 50 a gente vai e habilita (24:45)...

Na sequência da sessão 4 os representantes das Bases Regionais da Central Cresol Baser antagonizam evidenciando conflito. Ocorre conflito quanto a generalização de uma ação específica do redesenho do sistema de atividade:

PN-S4 base X (25:23): eu falei com um dos cara lá, ele falo, “pelo valor recebido, **não** tem viabilidade nenhuma”, daí pra eles fazê ia caí naqueles 500 que você falou aí talvez...

P1-S4: sim!

PN-S4 base X: exigir aquilo lá agora se **não** fazer o inventário tocaria... mas ele fazendo o inventário ele diz que **não** (25:41)....

Estas manifestações discursivas de contradições dialéticas citadas acima mostram a seguinte polarização: em **um pólo** o desenho do sistema de atividade com os técnicos operadores (ASTECC) fazendo Planos de Crédito em escritórios valendo-se da ferramenta SIC (Tecnologia velha) que não exige a comprovação por meio da coordenada geodésica e que está colocado como um problema relativamente a sua irregularidade com o Manual de Crédito Rural (MCR); no **outro pólo** o redesenho do sistema de atividade obrigando os técnicos operadores (ASTECC) se fazerem presentes nas propriedades agrícolas dos cooperados e comprovarem a ação com a tomada de uma coordenada geodésica. Também é manifestada a necessidade urgente da aplicação prática generalizada da transformação da ferramenta SIC (Velha ferramenta) para SIC MOB (Tecnologia nova). A manifestação discursiva citada acima nos motivou a aceitar o “não” como potencialmente capaz de identificar a categoria conflito desde que o “não” estivesse acompanhado de proposições. Na manifestação discursiva citada acima não há evidencia de estarem paralisados frente ao problema tratado. Estão agindo e acordando durante a sessão quanto ao como implementar a nova ferramenta SIC MOB para que simultaneamente atenda as necessidades locais das Bases Regionais, de suas cooperativas singulares e das regras do Manual de Crédito Rural (MCR).

Em alguns casos a pista linguística rudimentar “não”, estava seguida de metáforas de vivência contendo características de paralisia. Nestes casos aceitamos

a metáfora de vivência como distinguidora de conflito e conflito crítico. Exemplificamos a categoria conflito crítico conforme sessão de Mini Intervenção Formativa (MIF) N: 3 UNICAFES PARANÁ:

P1-S3:... i **eu** tive a oportunidade de ser um dos fundadores do Sistema Cresol... ihh... daí... bom nós criamos a Cresol inicialmente fizemos todo um debate... nós queríamos a Cresol mas não... além de ela proporcionar uma o crédito para os agricultores familiares, pros meeiros, pros parceiros, arrendatários e demais que não conseguiram documento da terra e tal... **nós queríamos também não financiá o que o Banco financiava néhhh... ou seja... as multinacionais** (1:41)...

O individuo (P1-S3) parte do pessoal (“Eu”) e direciona para o coletivo (“gente”):

P1-S3:... e **a gente tinha... a gente tinha** na mente **não... não vamo** financiá o agronegócio... em alguns momentos chegamos assim há há há até reluta... **o que teve mais presente na nossa discussão dá Cresol foi os transgênico** néh... onde **a gente** criou uma carta aqui da Central proibindo os diretores plantá transgênico néhhh (2:16)...

Em seguida manifesta discursivamente a contradição dialética do sentimento de culpa que é característica de conflito crítico:

P1-S3: ... **então tem horas que a gente até se sente culpado por ter proporcionado** (3:09)...

No exemplo acima identificamos além da metáfora de vivência o sentimento de ser culpado ou violado o que coincide com as características descritas em Engeström e Sannino (2011). A manifestação discursiva evidencia pensamentos opostos. Um pensamento é quanto a financiar as agriculturas de base ecológica e agroecologia para Pequenos Agricultores Familiares produzirem alimentos e outro pensamento é quanto a financiar monoculturas e transgênicos para agricultores com áreas agrícolas maiores produzirem *comodities* para o agronegócio e exportação. Principalmente no que se refere ao cultivo da soja transgênica é explícita a paralisia frente à situação. Não identificamos nas análises ações práticas generalizadas para superação da implantação da soja transgênica.

A análise da sessão de Mini Intervenção Formativa N: 1 Central Cresol Baser - INFOCOS confirmou a questão retórica como pista linguística rudimentar potencialmente capaz de indicar duplos vínculos no contexto pesquisado. Na transcrição da videografia de 52 minutos quantificamos 8.724 palavras. Nestas constatamos 28 questões retóricas o que equivale a uma frequência média de 0,52.

Em outras palavras a cada aproximadamente meio minuto tivemos o uso da questão retórica durante as falas dos pares de trabalho. Exemplificamos a seguir:

P1-S1: e sempre o tema que hoje de certa forma incomoda **nós** e que dialoga direto com a tua percepção e a tua busca da tua tese de doutorado é justamente: O papel do crédito como instrumento de desenvolvimento em uma determinada região... ou uma determinada família e que se você **não** construir um diferencial na forma que você aplica você repete o modelo... hããã... que historicamente **nós** combatemos e que **não** empodera!!!... O crédito hoje da forma como se faz hoje dentro da instituição financeira... inclusive da Cresol **NÃO É UM CRÉDITO DE LIBERTAÇÃO!!!**... Não é um crédito que empodera, é um crédito que de certa forma até meio queeee... ... vai vai criando dependência!!!... E essa é uma autocritica que tem que ser feita pra todos **nós**... **como é que você estabelece que o instrumento crédito ao invés de ser um instrumento que repete o modelo historicamente que você condeno... que de alguma forma faz com que você... o agricultor crie uma dependência do crédito** (Questão retórica) (08:34)... ..

O participante PI-S1 enfatiza sua critica e conclui com a questão retórica:

P1-S1: **É onde que está o diferencial que nós nos propomos a construir!!!???** (Questão retórica)... (Obs: Bate com a mão no encosto da cadeira) E é exatamente nas pessoas!!! (10:06)...

A característica da manifestação discursiva de contradições dialéticas (com questão retórica) que tomamos como critério para classificarmos como categoria duplo vínculo é a de afetarem os indivíduos gerando-lhes insatisfações de longo prazo. Comumente questionam buscando uma resposta para um problema que lhes é histórico. Entretanto não há resposta para a pergunta e não há uma receita de como solucionar suas contradições históricas.

4.2.3 Análise das polarizações MIF 1

A manifestação discursiva do P1-S1 nos primeiros minutos da sessão de MIF N:1 Central Cresol Baser - INFOCOS elucidada quanto a função desta na divisão do trabalho da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES:

P1-S1: bom... éhhh ... nós estamos aqui num espaço que nós chamamos Instituto de Formação de Cooperativismo, chamado INFOCOS... O INFOCOS é um braço de formação na área de cooperativismo solidário... Tem uma história de dez anos de trabalho... foi constituído em 2005 a partir de uma necessidade do Sistema Cresol... sobre tudo que o Cresol na época vinha, enfrentando... na necessidade de qualificar mais a sua ação de formação... ihh por conta disso então constituímos uma frente de trabalho e depois institucionalizamos, com uma direção. Tem hoje então toda uma estrutura... de formação que agrega a equipe pensante aqui dentro e mais células que estão distribuídas em cada... em cada Base Regional. Então o desenho do... do INFOCOS hoje da área da formação da Cresol... ela é bastante abrangente com uma série de demandas... que vão

desde a formação de base... éhhh... formação do nosso quadro social que tem uma prioridade, até a qualificação diferencial administrativa do sistema!!! Então são etapas de formação que hoje estão sendo pensadas a partir do ambiente do INFOCOS e também a partir das demandas geradas pela própria Cresol... do Sistema Cresol. (02:29)

O INFOCOS e particularmente o P1-S1 tem função mediadora de conflitos. Esta função mediadora criada na divisão do trabalho é exercida por P1-S1 devido a sua história de vida e aprendizado de longo período como diretor e presidente da Central Cresol Baser:

P1-S1:... então aí implica justamente na relação de parceria que a Cresol de alguma forma foi construindo regularmente, regularmente, regularmente... e hoje ela tem fatiada, porque o pessoal não quer sentar pra dialogar... mas a parceria é boa se é boa pros dois lados (Obs: P1-S1 ironiza)...

PI-S1: senão não é...

P1-S1: **parceria só é boa pra mim!?** é parceria cara-cú!!!! Eu entro com a cara e você com o resto (Obs: Ambos riem gargalhando)... **isso tudo tem gerado os conflitos**... interno sabe... e eu aqui enquanto INFOCOS até por ter vivido na Central e ter quase vinte anos de Cresol sou um **MEDIADOR DO PROCESSO**... O pessoal não vai conversar com a Central vem conversar comigo e eu acabo meio que tendo que...

PI-S1: a própria INFOCOS é uma ferramenta mediadora...

P1-S1: **MEDIADORA!!!**... passou a ser um instrumento de mediação do conflito!!! (51:03)

A sessão 1 Central Cresol Baser - INFOCOS é marcada com muitas nuvens de **questões retóricas**. Esta pista linguística rudimentar foi identificada 28 vezes em 52 minutos de videografia, ou seja, em frequência média a cada 0,54 minutos elas ocorreram. As questões retóricas comumente estavam seguidas da pista linguística rudimentar “nós”, a qual constatamos 76 vezes na frequência média de 1,46. A expressão idiomática local “gente” também apareceu 30 vezes e com frequência média de 0,58. Também é possível notar ao longo das manifestações discursivas que o “eu” pessoal antecede comumente o “nós”. Estas frequências de pistas linguísticas rudimentares são fortes evidências probabilísticas de que a sessão de Mini Intervenção Formativa N: 1 é um exemplo de manifestações discursivas de contradições dialéticas com predominância da categoria duplo vínculo.

Na análise da sessão 1 também identificamos metáforas de vivência que são pistas linguísticas rudimentares com potencial para descoberta da categoria conflitos críticos. O “eu” aparece 63 vezes ao longo dos 52 minutos, numa frequência média de 1,21 com conotação emocional (pessoal) e metáforas de vivências. Especificamente quanto a metáforas de vivências, às contamos 12 vezes o que equivale a frequência média de 0,23. Em outras palavras a cada fração de 0,23

minutos a metáfora de vivência foi utilizada comumente referindo-se ao cargo de presidente da Central Cresol Baser como parte da comunidade cooperativa.

Para nos aproximarmos das manifestações discursivas da categoria **conflitos** a pista linguística rudimentar “não” foi identificada e contada nada menos que 113 vezes em 52 minutos, o que equivale a frequência média de 2,17. O uso do “não” foi constatado comumente seguido de manifestações discursivas de proposições e com alternativas práticas em andamento, o que foi providencial para distinguirmos conflitos de conflitos críticos. O segundo se caracteriza por ter gerado paralisia no indivíduo.

Ocorreram reduzidas manifestações de pistas linguísticas rudimentares para a categoria **dilemas**. Os indivíduos do par de trabalho pouco hesitaram, ou seja, não demonstraram insegurança em relação aos temas. A pista linguística rudimentar “mas” apareceu nesta sessão 1 Central Cresol Baser - INFOCOS apenas 38 vezes em 52 minutos, ou seja, sua frequência média foi de apenas 0,7. Tal frequência média não é interpretada por nós como sendo irrelevante, já que, a pista “mas” foi utilizada pelos pares de trabalho nas manifestações discursivas de contradições dialéticas (com pensamentos opostos) que demonstram dilemas que estão sendo gerados recentemente na comunidade cooperativa. Estes dilemas apontam para dúvidas quanto à comunidade cooperativa conseguir priorizar o aspecto **socioeconômico**, o que a distinguiria dos modelos cooperativos que priorizam o aspecto financeiro demasiadamente. A tabela seguinte resume a análise da sessão de MIF N:1 Central Cresol Baser - INFOCOS no que se refere as pistas linguísticas rudimentares:

TABELA 4.4 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS SESSÃO 1.

Sessão (N)	(T)/ (Nº)*	Mas (Dilema)	Não (Conflito)	Metáfora de Vivência (MV) (Conflito Crítico)	Questão Retórica (QR) (Duplo Vínculo)
N: 1	T: 52 Nº: 8.724	38 Mas (0,73) 8 Acho (0,15) 22 Né (0,42)	113 (2,17)	63 Eu (1,21) 12 MV (0,23)	76 Nós (1,46) 30 Gente (0,58) 28 QR (0,54)

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

As pistas linguísticas rudimentares como lentes nos conduziram a identificar 54 manifestações discursivas de contradições dialéticas contendo pólos com pensamentos opostos na sessão 1 Central Cresol Baser - INFOCOS. Conforme suas características às categorizamos em 32 duplos vínculos, 4 conflitos críticos, 13 conflitos e 5 dilemas. Analisamos as 54 manifestações discursivas polarizadas e escrevemos frases comentando o que está polarizado colocando entre os dois pólos a palavra vezes em negrito. Todavia devido a existência de réplicas reduzimos as 54 frases para 27 frases conforme apresentamos no APÊNDICE 2. Procedemos ordenando pela categoria que demonstrou maior número de polarizações nas manifestações discursivas. Os temas centrais foram três: i) o modelo organizativo da Central Cresol Baser (CCB); ii) Finalidade social da Central Cresol Baser e; iii) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Considerando as 27 frases do APÊNDICE 2 concluímos que as pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a identificarmos 18 duplos vínculos, 4 conflitos, 3 dilemas e 2 conflitos críticos na sessão de MIF N:1 Central Cresol Baser - INFOCOS. De modo detalhado consideramos que as pistas linguísticas rudimentares (28 questões retóricas, 76 “nós” e 30 “gente”) cumpriram o papel de revelar 18 duplos vínculos. A pista linguística rudimentar “não” repetida 113 vezes e comumente agrupada em nuvens ao longo do texto nos conduziu a 4 conflitos e a manifestações discursivas demonstrando alternativas práticas em andamento o que é característica de que não estão paralisados. As pistas linguísticas rudimentares (12 narrativas e metáforas de vivência, 63 “eu”) nos conduziram a identificar 2 conflitos críticos. A pista linguística rudimentar “mas” repetida apenas 38 vezes nos conduziu a 3 dilemas. Os números estão distribuídos na tabela a seguir:

TABELA 4.5 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 1.

Sessão (N)	T/Nº	Dilema	Conflito	Conflito Crítico	Duplos Vínculos
N: 1	T: 52 Nº: 8.724	3	4	2	18

FONTE: o autor.

Nota: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

4.2.4 Análise das polarizações MIF 2

Os participantes da sessão 2 Central Cresol Baser: Departamento de Seguro Agrícola e Departamento de ATER desempenham funções na Central Cresol Baser. O P1-S2 (agrônomo) é funcionário que na divisão do trabalho desempenha funções na carteira de crédito com enfoque no seguro agrícola (PROAGRO). O P2-S2 se apresenta como coordenador do Departamento de ATER que resulta de uma nova⁷⁶ divisão do trabalho. Nas manifestações discursivas dos pares de trabalho temos:

P2-S2: meu nome é P2-S2 é... trabalho no departamento de ATER na CRESOL BASER!

PI-S2: ótimo P1-S2...

P1-S2: bom, eu sou P1-S2, trabalho na... na carteira de crédito e na Central Cresol Baser.

PI-S2: muito bem, então é... na relação por exemplo de departamento de... ATER e o departamento de seguro agrícola, você falou isso?!

P1-S2: isso!!! (01:08)

A análise demonstra que o P2-S2 assume duas funções na divisão do trabalho da comunidade cooperativa UNICAFES, em outras palavras veste duas roupas conforme funções. A primeira roupa é a de Coordenador Geral do departamento de ATER da Central Cresol Baser e a segunda roupa é a de presidente da Cooperativa de ATER Cooperfronteira. Deste modo a sessão de MIF N:2 consiste no diálogo entre duas partes que estão construindo acordos para suprirem conflitos quanto a efetivação de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de operações para Assistência Técnica (ASTEC). O Departamento de ATER foi criado em 2014 e tem a ver com transformações necessárias.

Objetivando conhecermos os duplos vínculos buscamos e identificamos na sessão N: 2 apenas 8 questões retóricas em 55 minutos de videografia o que equivale a frequência média de 0,15. A pista linguística “nós” foi identificada 29 vezes o que corresponde à frequência média de 0,53. A pista linguística rudimentar “gente” também está presente e corresponde a 47 vezes em 55 minutos de videografia, o que equivale a frequência média de 0,85. As narrativas e metáforas de vivências foram explicitadas 15 vezes em 55 minutos, o que equivale à frequência média de 0,27. O “Eu” que utilizamos como auxiliar para indicar manifestações pessoais e emocionais ocorreu 51 vezes, ou seja, numa frequência média de 0,62. O uso da metáfora de vivência coloca cada um dos pares de trabalho defendendo

⁷⁶ É evidencia de transformações no modelo do sistema de atividade.

resultados de ações por eles realizadas e a busca do mérito. Sendo uma evidente pista linguística rudimentar de conflito o “não” está presente 169 vezes ao longo dos 55 minutos, o que corresponde a frequência média de 3,07. Agora a pista linguística rudimentar “mas” é comumente utilizada nas manifestações discursivas de contradições dialéticas da sessão N: 2. Sua ocorrência é de 82 vezes em 55 minutos, o que corresponde a frequência média de 1,49. Ainda para aprofundarmos a natureza dilematica das manifestações discursivas da sessão N: 2 buscamos e encontramos 34 vezes o “acho” com frequência média de 0,62 e; o “né” que embora dúbio, no caso da sessão N: 2 está comumente acompanhado do “mas” fortalecendo a explicitação de dúvida quanto ao tema tratado. Este teve presença marcante, sendo que o identificamos 92 vezes nos 55 minutos o que corresponde a frequência média de 1,67. Adiantamos que na N: 2 o tema ferramenta é dilematico no que se refere a estar ou não estar adequado para a agricultura familiar, agriculturas de base ecológica e agroecologia. A tabela a seguir resume a análise da sessão de Mini Intervenções Formativas N: 2 no que se refere as pistas linguísticas rudimentares:

TABELA 4.6 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS SESSÃO 2.

Sessão (N)	(T)/(Nº)*	Mas (Dilema)	Não (Conflito)	Metáfora de Vivência (MV) (Conflito Crítico)	Questão Retórica (QR) (Duplo Vínculo)
N: 2	T: 55 Nº: 8.624	82 Mas (1,49) 34 Acho (0,62) 92 Né (1,67)	169 (3,07)	51 Eu (0,62) 15 MV (0,27)	29 Nós (0,53) 47 Gente (0,85) 8 QR (0,15)

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

As pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a 44 manifestações discursivas de contradições dialéticas contendo pólos (pensamentos opostos) que se antagonizam na sessão 2 Central Cresol Baser: Departamento de Seguro Agrícola e Departamento de ATER. Destas, categorizamos 4 duplos vínculos, 9 conflitos críticos, 8 conflitos e 23 dilemas. Analisamos as manifestações discursivas de contradições dialéticas, identificamos seus temas, pólos e escrevemos frases mantendo os temas e os pólos como unidade de pensamentos opostos. Todavia devido à existência de réplicas reduzimos as 44 frases para 33 frases conforme apresentamos no. Procedemos ordenando as frases pela categoria que demonstrou

maior número de polarizações. Os temas centrais identificados foram: i) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); ii) Ferramenta (SIC) do Sistema de Atividade; iii) Linha de Crédito e; iv) Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB).

Considerando as 33 frases do APÊNDICE 3 concluímos que as pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a 16 dilemas, 8 conflitos críticos, 6 conflitos e 3 duplos vínculos na sessão 2 Central Cresol Baser: Departamento de Seguro Agrícola e Departamento de ATER. De modo detalhado concluímos que a pista linguística rudimentar “mas” quantificada 82 vezes nos conduziu a identificarmos 16 dilemas. As narrativas e metáforas de vivência em total de 15 com auxílio dos “eu” que quantificamos em 51, nos conduziram a identificar 8 conflitos críticos. A pista linguística rudimentar “não” repetida 169 vezes e comumente agrupada em nuvens ao longo do texto nos conduziu a 6 conflitos. Ainda o “não” nos conduziu a manifestações discursivas demonstrando alternativas práticas em andamento sustentando que não estão paralisados. As pistas linguísticas rudimentares questão retórica quantificada em 8, “nós” em 29 e “gente” em 47 como lentes nos conduziram para 3 duplos vínculos. Os números estão distribuídos na tabela a seguir:

TABELA 4.7 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 2.

Sessão (N)	T/Nº	Dilema	Conflito	Conflito Crítico	Duplos Vínculos
N: 2	T: 55 Nº: 8.624	16	6	8	3

FONTE: o autor.

Nota: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

4.2.5 Análise das polarizações MIF 3

A sessão de MIF N: 3 ocorreu com um par de trabalho da União das Cooperativas da Agricultura Familiar (UNICAFES PARANÁ). Esta instância da comunidade cooperativa tem a função de reunir e organizar os ramos, Crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), leite, comercialização e produção,

objetivando o desenvolvimento⁷⁷ a partir da agricultura familiar. Todavia na sessão N: 3 os participantes enfatizam as dificuldades e frustrações no que se refere a alcançar tal objetivo. Destacam o fato de ter havido uma acomodação deles como sujeitos. Exemplificam com a implantação da soja transgênica que lhes causou uma paralisia. Agora apenas repetem a operacionalização do crédito rural Pronaf Custeio disseminando soja transgênica. Na manifestação discursiva temos:

P1-S3: ...éhhh eu saio do crédito e venho pra UNICAFES... eu venho num outro mundo é um pouco diferente... não é que eu tando no crédito eu não fazia alguns questionamentos pra Central, pras famílias e pessoas e tal, no sentido que, por exemplo produção orgânico fomos... abriu... ninguém fala... produção transgênica néh... beleza não tem problema nenhum... não que tinha... não sei se tinha que trava... não sei se néh... mas tipo assim **ninguém liga mais!!!** (03:41)

Esta crítica do P1-S3 é muito mais que a evidencia de um simples conflito, é antes de tudo a confirmação de um conflito crítico que os paralisa e os faz vivenciarem a não realização de transformações imaginadas outrora. Na década de 1990 a crítica estava direcionada ao cultivo da monocultura de soja convencional. Agora (2015) conseguir financiar a produção da soja convencional já seria interpretado como vitória. Porém, as expressões de impotência identificadas na análise explicitam a paralisia também quanto a ações para financiarem a produção de soja convencional como oposição ao predomínio das operações do Pronaf Custeio que implantam soja transgênica. Demonstramos na troca das manifestações discursivas do P2-S3 com P1-S3:

P2-S3: ... A situação da soja transgênica é assim ó... isso nós apanhamo das grandes multinacionais bastante e vamos apanhá e não sei até onde isso vai avançando... porque assim éhhhh... nós não temos conseguido chega num espaço que se você dizê: "Não eu quero planta que seja dez alqueire de de soja convencional!"... você não consegue o produto (?) ... **então que tá faltando na nossa ramo cooperativo é se organizá no grupo e veja onde é que pode faze** (27:48)...

P1-S3: ... éhhhh...

P2-S3: ... **porque nós não tamo conseguindo fazê...**

P1-S3: ... é o discurso que nós fazia lá atrás

P2-S3: ... éh...

P1-S3: ... ia chega um tempo que nós ... não ia te 5, 10 que iam produzi soja convencional...

P2-S3: ... então essa essa parte de nosso ramo cooperativo temo pecando (27:58) ...

As tentativas de direcionarem processos que conduzam a transformação da agricultura resultam em frustrações que é manifestada com as seguintes palavras:

⁷⁷ Desenvolvimento: resultante da critica ao crescimento econômico medido por Produto Interno Bruto (PIB) como em Hathaway, Mark; Boff, Leonardo. O tao da libertação: explorando a ecologia da transformação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

P2-S3: ... entendeu? Entende a situação?... a nossa sinergia ainda não tá batendo bem... eu fico feliz quando ele sai daquela zona de agricultura familiar e tá num espacinho um pouco melhor ... mas desde que não perca os princípios e continue produzindo comida... **mas o nosso maior problema é esse!!!!** (31:13) ...

A análise da sessão N: 3: UNICAFES PARANÁ é evidencia que “[...] Os atores repetem pressionando e as alternativas são igualmente inaceitáveis em seu sistema de atividade, é aparentemente sem saída” (ENGESTRÖM & SANNINO, 2011 p. 13). Continua P2-S3:

P2-S3: ... quando ele se transforma ... éh ele agrega um pouquinho de mais valor... ele consegue comprar uma propriedade, alguma coisa... daí **ele esquece o principio de produzir comida e vai direto andando em direção do agronegócio!!!!** (31:24) ...

Posteriormente às críticas manifestadas os participantes da N:3 comumente expressam a retórica “O que podemos fazer?” (ENGESTRÖM & SANNINO, 2011, p. 13). Isto é característica da categoria duplos vínculos com situações agravadas ao longo da história de construção da comunidade cooperativa por nós vista como Rede de Sistemas de Atividades.

Na análise da sessão N: 3 UNICAFES PARANÁ de modo semelhante a sessão N: 1 INFOCOS temos frequentemente a pista linguística rudimentar questão retórica como lente nos fazendo ver duplos vínculos. Identificamos 43 questões retóricas ao longo dos 37,5 minutos de videografia, o que equivale a frequência média de 1,15. A pista linguística “nós” foi contada 49 vezes o que corresponde à frequência média de 1,31. A pista linguística rudimentar “gente” também está presente e corresponde a 25 vezes, ou seja, frequência média de 0,67. As narrativas e metáforas de vivências foram explicitadas 58 vezes em 37,5 minutos o que equivale à frequência média de 1,55. O “Eu” que utilizamos como auxiliar para indicar manifestações pessoais e emocionais ocorreu 79 vezes, ou seja, numa frequência média de 2,10. A pista linguística rudimentar “não”, com ocorrência de 124 ao longo dos 37,5 minutos de videografia, o que corresponde a frequência média de 3,35 se demonstrou como auxiliar para vermos conflitos críticos. Não identificamos nesta sessão N: 3 UNICAFES PARANÁ manifestações discursivas com a presença do “não” que pudessem satisfazer nosso requisito de conflitos ou seja, não havia alguma alternativa colocada em prática que amenize a insatisfação dos indivíduos (pares de trabalho) quanto as numeráveis problematizações que manifestaram. Identificamos a pista linguística rudimentar “mas” com ocorrência de

64 vezes em 37,5 minutos o que equivale a frequência média de 1,72, porém classificamos apenas duas manifestações discursivas de contradições dialéticas com características da categoria dilema. Isto porquê as questões retóricas predominaram nitidamente nas mesmas manifestações em que identificamos o “mas”. O auxiliar “acho” se fez presente 24 vezes com frequência média de 0,70 e o auxiliar “né” 60 vezes com frequência média de 1,09. A tabela a seguir demonstra a análise da sessão de MIF N:3 no que se refere as pistas linguísticas rudimentares:

TABELA 4.8 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS SESSÃO 3.

Sessão (N)	(T)/ (Nº)*	Mas (Dilema)	Não (Conflito)	Metáfora de Vivência (MV) (Conflito Crítico)	Questão Retórica (QR) (Duplo Vínculo)
N: 3	T: 37,5 Nº: 6.288	64 Mas (1,72) 24 Acho (0,70) 60 Né (1,09)	124 (3,35)	79 Eu (2,10) 58 MV (1,55)	49 Nós (1,31) 25 Gente (0,67) 43 QR (1,15)

FONTE: o autor.

NOTA:* Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

As pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a 43 manifestações discursivas de contradições dialéticas contendo pólos que se antagonizam na sessão 3 UNICAFES PARANÁ. Destas, 31 classificamos como categoria duplo vínculo, 10 como conflito crítico e 2 como dilemas. Nesta sessão não classificamos nenhuma como categoria conflito. Analisamos as manifestações discursivas polarizadas e elaboramos 43 frases colocando a palavra **vezes** para separar os pensamentos opostos. Devido à existência de réplicas reduzimos as 43 frases para 35 frases conforme APÊNDICE 4. Procedemos ordenando pela categoria que demonstrou maior número de polarizações. Os temas centrais foram: i) Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB); ii) Comercialização; iii) Enfoque aos agrotóxicos; iv) Enfoque Agroecologia; v) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); vi) Seguro Agrícola (PROAGRO) e; vii) Política Pública.

Considerando as 35 frases apuradas na análise concluímos que as pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a identificarmos 25 duplos vínculos, 8 conflitos críticos, 2 dilemas e zero (0) conflitos. De modo detalhado consideramos que as pistas linguísticas rudimentares (43 questões retóricas, 9 “nós” e 69 “gente”) cumpriram o papel de revelar 25 duplos vínculos. As pistas linguísticas rudimentares (58 narrativas e metáforas de vivência, 79 “eu”) nos conduziram a identificar 8

conflitos críticos. Já a pista linguística rudimentar “mas” repetida 64 vezes nos conduziu a 2 dilemas. Todavia a pista linguística rudimentar “não” repetida 124 vezes e na frequência média de 3,35 e comumente agrupadas em nuvens não nos conduziu a conflitos na sessão N: 3 UNICAFES PARANÁ. As manifestações discursivas contendo a pista linguística rudimentar “não”, metáforas de vivência e questões retóricas, nos conduziram a conflitos críticos e duplos vínculos. Os números estão distribuídos na tabela a seguir:

TABELA 4.9 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 3.

Sessão (N)	T/Nº	Dilema	Conflito	Conflito Crítico	Duplos Vínculos
N: 3	T: 3 de videografia e gravação de áudio de 34,5 Nº: 6.288	2	0	10	31

FONTE: o autor.

Nota: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

4.2.6 Análise das polarizações MIF 4

Nesta sessão de Mini Intervenção Formativa N: 4 Central Cresol Baser - Ferramenta SIC MOB participaram um representante da Carteira de Crédito da Central Cresol Baser e dez representantes das Bases Regionais das várias regiões do Brasil. É um evento em que o coordenador da Carteira de Crédito da Central Cresol Baser apresenta aos representantes das Bases Regionais uma transformação da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC). Esta recebeu um novo dispositivo para registrar coordenadas geodésicas da propriedade do cooperado. O trabalho de registrar a coordenada geodésica obriga os técnicos operadores de Planos de Crédito a irem ao menos uma vez até o local onde será cultivado o produto financiado. O novo dispositivo tem a ver com redesenho do sistema de atividade da Central Cresol Baser e demais sistemas de atividades que compõem a rede de sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. A terceirização das operações de Assistência Técnica (ASTEC) para a liberação dos recursos financeiros do Pronaf Custeio é o que melhor representa o redesenho.

A análise da sessão N: 4 elucida quanto à necessidade de acordos para transformação prática e generalização urgente. Quantificamos 28 **questões**

retóricas em 39 minutos de videografia, o que equivale a frequência média de 0,56. Estas questões retóricas comumente estavam seguidas da pista linguística rudimentar “gente”, a qual constatamos numa frequência de 1,77. Isto corresponde à repetição de nada menos que 69 vezes ao longo dos 39 minutos de videografia. A pista linguística rudimentar “nós”, foi muito pouco utilizada na sessão N: 4, sendo que a localizamos apenas 9 vezes em 39 minutos de videografia, ou seja, com frequência média de 0,23. Também é possível notar ao longo da sessão de Mini Intervenção Formativa (MIF) que o “eu” (indivíduo) busca a transição para o “gente” (coletivo) dirigindo-se aos participantes objetivando com eles estabelecer acordos de generalização da ferramenta SIC MOB. As quantidades e frequências médias de pistas linguísticas rudimentares identificadas na sessão N: 4 são exemplo de manifestações discursivas de contradições dialéticas em que predomina a categoria duplo vínculo. A análise da sessão N: 4 também apurou pistas linguísticas rudimentares potencialmente identificadoras de conflitos críticos. O “eu” aparece 49 vezes ao longo dos 39 minutos, numa frequência média de 1,26 e comumente com uma forte conotação emocional. Quanto a metáfora de vivência, contamos apenas 9 vezes e calculamos a sua frequência média em 0,23. Para conflitos identificamos o uso da pista linguística rudimentar “não” que ocorreu 130 vezes em 39 minutos de videografia, o que equivale à frequência média de 3,33. Para classificação das manifestações discursivas da categoria dilema, contamos a pista linguística rudimentar “mas” 69 vezes em 39 minutos, o que corresponde a frequência média de 0,74. Também identificamos, contamos e calculamos as frequências médias das pistas linguísticas rudimentares auxiliares “acho” e “né”. A primeira aparece apenas 9 vezes com frequência média de 0,24 e a segunda 25 vezes com frequência média de 0,64. A tabela seguinte demonstra a análise da sessão de MIF N: 4 Central Cresol Baser - Ferramenta SIC MOB no que se refere as quantidades e frequências médias das pistas linguísticas rudimentares:

TABELA 4.10 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS SESSÃO 4

Sessão (N)	(T)/(Nº)*	Mas (Dilema)	Não (Conflito)	Metáfora de Vivência (MV) (Conflito Crítico)	Questão Retórica (QR) (Duplo Vínculo)
N: 4	T: 39 Nº: 7.007	29 Mas (0,74) 9 Acho (0,23) 25 Né (0,64)	130 (3,33)	49 Eu (1,26) 9 MV (0,23)	9 Nós (0,23) 69 Gente (1,77) 28 QR (0,56)

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

As pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a 29 manifestações discursivas de contradições dialéticas contendo pólos (pensamentos opostos) que se antagonizam na sessão N: 4: Central Cresol Baser - Ferramenta SIC MOB. Classificamos 16 como categoria conflito, 12 como duplo vínculo, 1 como conflito crítico, e nenhuma (0) como dilema. Entretanto à existência de réplicas nos levou a reduzirmos para 22 frases. Procedemos ordenando pela categoria que demonstrou maior número de polarizações nas manifestações discursivas de contradições dialéticas conforme demonstramos no APÊNDICE 5. Os temas centrais foram: i) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); ii) Bens patrimoniais dos cooperados; iii) Ferramenta; iv) Redesenho do sistema de atividade.

Considerando as 22 frases do APÊNDICE 5 concluímos que as pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a identificarmos na sessão n: 4 Central Cresol Baser - Ferramenta SIC MOB, 13 conflitos, 8 duplos vínculos, 1 conflito crítico e zero (0) dilemas. A pista linguística rudimentar “não” repetida 130 vezes na frequência média de 3,33 e comumente agrupada em nuvens ao longo do texto nos conduziu a 13 conflitos. Também nos conduziu às manifestações discursivas demonstrando a discordância interna quanto às práticas e generalizações urgentes para sustentarmos que não estão paralisados. As pistas linguísticas rudimentares (28 questões retóricas, 9 “nós” e 69 “gente”) cumpriram o papel de revelar 8 duplos vínculos. Ainda as pistas linguísticas rudimentares (9 metáforas de vivência, 49 “Eu”) nos conduziram para vermos 1 conflito crítico. Todavia na análise da sessão N: 4 a pista linguística rudimentar “mas” repetida 29 vezes na frequência média de 0,74 não nos conduziu a identificação de dilemas. Os números estão distribuídos na tabela a seguir:

TABELA 4.11 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIA SESSÃO 4

Sessão (N)	T/Nº	Dilema	Conflito	Conflito Crítico	Duplos Vínculos
N: 4	T: 39 Nº: 7.007	0	13	1	8

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

4.2.7 Análise das polarizações MIF 5

Nesta análise da sessão de Mini Intervenção Formativa N:5 Cresol Singular Francisco Beltrão os indivíduos (do par de trabalho) se valem de histórias de vida do período dos Fundos de Crédito Rotativo efetivado junto a Pequenos Agricultores Familiares. Ilustram com exemplos os motivos do não acionamento de operações especificamente para Linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia. Criticam e problematizam a sua organização cooperativa que prioriza os aspectos financeiros em detrimento dos aspectos sociais dos próprios cooperados. Suas manifestações discursivas de contradições dialéticas resumem os efeitos do crédito rural em suas comunidades agrícolas.

A análise da sessão N: 5 demonstra muitas nuvens de **questões retóricas**. Esta pista linguística rudimentar foi identificada 95 vezes nos 45 minutos de videografia, o que equivale a frequência média de 2,11. Constatamos a pista linguística rudimentar “nós”, 49 vezes o que corresponde a frequência média de 1,08. A expressão idiomática local “gente” foi manifestada 40 vezes o que equivale a frequência média de 0,89. Sustentamos que estas frequências de pistas linguísticas rudimentares e em particular as questões retóricas são fortes evidências probabilísticas de que a sessão N: 5 é mais um exemplo de manifestações discursivas de contradições dialéticas em que predomina a categoria **duplo vínculo**. Também é possível notar ao longo da sessão de MIF N: 5 que o “eu” pessoal carregado de sentimento de culpa e/ou de ser violado dirige-se aos “nós” e ao “gente” comumente criticando e buscando soluções para situações que aparentemente são sem solução na história da comunidade cooperativa. O “eu” forte mostrando indignação frente aos fatos criticados foi identificado 56 vezes em 45 minutos de videografia, ou seja, numa frequência média de 1,24. Fortalecendo as constatações de conflito crítico a **narrativa e metáfora de vivência** remetendo

comumente ao passado e situações do cotidiano foram identificadas 20 vezes em 45 minutos com frequência média de 0,44. Para nos aproximarmos das manifestações discursivas conforme categoria **conflito**, contamos a pista linguística rudimentar “não”, nada menos que 177 vezes em 45 minutos, o que nos dá a frequência média de 3,54. A não aceitação da demissão de técnicos internos que aconteceu no período das pesquisas que levaram a esta Tese é o motivo da grande incidência da pista linguística rudimentar “não” que se destaca na análise da N: 5 Cresol Singular de Francisco Beltrão. A pista linguística rudimentar “mas” ocorrendo 97 vezes e com frequência média de 1,94, ao longo dos 45 minutos de videografia apontou para poucos dilemas, pois nas mesmas manifestações discursivas os “não” foram extremamente explícitos para demonstrar antagonismo intenso e conflituoso. O uso do “acho” ocorreu 27 vezes na frequência média de 0,60. Agora o “né”, aceito na análise desta sessão de MIF N: 5 como contração das palavras “não” e “é” estavam vinculados às questões retóricas que como lentes mostram duplos vínculos. Estes foram contados 144 vezes em 45 minutos de videografia, ou seja, sua frequência média é de 3,2. A tabela a seguir demonstra a análise da sessão de MIF 5 Cresol Singular Francisco Beltrão no que se refere as pistas linguísticas rudimentares:

TABELA 4.12 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS SESSÃO 5.

Sessão (N)	(T)/ (Nº)*	Mas (Dilema)	Não (Conflito)	Metáfora de Vivência (MV) (Conflito Crítico)	Questão Retórica (QR) (Duplo Vínculo)
N: 5	T: 45 Nº: 7.844	97 Mas (1,94) 27 Acho (0,60) 144 Né (3,2)	177 (3,54)	56 Eu (1,24) 20 MV (0,44)	49 Nós (1,08) 40 Gente (0,89) 95 QR (2,11)

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

As pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a 44 manifestações discursivas de contradições dialéticas contendo pólos (pensamentos opostos) que se antagonizam na sessão N: 5. Destas classificamos 25 como categoria duplo vínculo, 13 como conflito crítico e 1 como conflito. Analisamos as 44 manifestações discursivas e elaboramos 39 frases comentando o que está polarizado. Colocamos entre os pólos antagônicos (pensamentos opostos) a palavra vezes em negrito. Devido à existência de réplicas reduzimos as 39 frases para 32 frases. Procedemos ordenando as frases pela categoria que demonstrou maior número de polarizações

nas manifestações discursivas de contradições dialéticas conforme apresentamos no APÊNDICE 6. Os temas centrais foram: i) Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB) e Cresol Singular (CS) Francisco Beltrão/PR; ii) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); iii) Linha de crédito Pronaf Custeio Agroecologia; iv) Seguro agrícola (PROAGRO); v) Pronaf Mulher e; vi) Modelo organizativo da Central Cresol Baser (CCB) e Cresol Singular (CS) Francisco Beltrão/PR.

Conforme as 32 frases do APÊNDICE 6 concluímos que as pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a identificarmos 20 duplos vínculos, 11 conflitos críticos, 1 conflito e zero (0) dilema e na sessão N: 5 Cresol Singular Francisco Beltrão. De modo detalhado as pistas linguísticas rudimentares tais como 95 questões retóricas (frequência média de 2,11), 49 “nós” e 40 “gente” cumpriram o papel de nos auxiliar para construirmos 20 frases de duplos vínculos. As pistas linguísticas rudimentares (20 narrativas e metáforas de vivência, 56 “eu”) nos conduziram a identificar 11 conflitos críticos. A pista linguística rudimentar “não” repetida 177 vezes na frequência média de (3,54) comumente agrupada em nuvens ao longo do texto nos conduziu a apenas 1 conflito. A grande maioria dos “não” nos conduziu a identificarmos conflitos críticos quanto às demissões dos técnicos de ATER que no momento da pesquisa estavam ocorrendo. Para esta situação não há solução imediata com possibilidade de acordos. A pista linguística rudimentar “mas” ainda que repetida 97 vezes não nos conduziu a dilemas. As manifestações discursivas de contradições dialéticas da MIF N: 5 evidenciam discordância e críticas quanto ao processo de terceirização da ATER, que está em plena execução e com conotação de priorização dos aspectos financeiros, objetivando redução de custos operacionais e ampliação de valores monetários operacionalizados. Os números estão distribuídos na tabela a seguir:

TABELA 4.13 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 5.

Sessão (N)	T/Nº	Dilema	Conflito	Conflito Crítico	Duplos Vínculos
N: 5	T: 45 Nº: 7.844	0	1	11	20

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

4.2.8 Análise das polarizações MIF 6

A sessão de Mini Intervenção Formativa N: 6 ocorreu com a Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (COOPERIGUAÇU). Fundada em 1988 é uma das preconizadoras da Central Cresol Baser (CCB) e da comunidade cooperativa UNICAFES. O par de trabalho que participa da MIF é composto por indivíduos cooperados e idealizadores da comunidade cooperativa (UNICAFES) e seus vários ramos. Durante a sessão N: 6 os participantes tanto conflitam quanto constroem acordos. Todavia ao longo da sessão sempre retomam seus princípios estatutários. Analisamos seu estatuto e constatamos que a “[...] COOPERIGUAÇU tem por objetivo a congregação dos interesses dos seus associados, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades profissionais e seu aprimoramento (COOPERIGUAÇU, 2013, p. 1). No Parágrafo único do CAPÍTULO II OBJETIVOS SOCIAIS, Art. 2º consta que para o cumprimento de seus objetivos: “f) Os trabalhos serão voltados para o desenvolvimento rural sustentável em todos os seus aspectos que abrangem as questões sociais, culturais, econômicas e ambientais” (COOPERIGUAÇU, 2013, p. 2). Em seu CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS no Art. 3º consta que “Podem associar-se á COOPERIGUAÇU, profissionais graduados em escolas de nível universitário nas áreas de Engenharia Agrônômica e Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia, Sociologia e Economia Rural, biologia, Economia Doméstica, Pedagogia, Administração Rural, Filosofia e outras ciências afins, que digam respeito ao desenvolvimento rural no seu sentido mais amplo [...]” (COOPERIGUAÇU, 2013, p. 2). Os dados do pesquisador-interventor (PI-S6) apresentados como estímulos na MIF N: 6 problematizam as práticas da comunidade cooperativa UNICAFES no que se refere a operacionalização do crédito rural e características da ATER e sustentam que tais práticas destoam dos princípios constantes no estatuto. Deste modo os pares de trabalho se conflitam e buscam acordos para superar contradições. Exemplificamos com a seguinte manifestação discursiva de contradições dialéticas:

P1-S6: ... então por exemplo quando a gente vai conversar com o P2-S6... não éhhh!?... o P2-S6 é muito taxativo neste aspecto “Não não não!!!!”... neste aspecto você chega a ser... desculpa que te diga... até **sectário** nesse aspecto táh... qué dizê: “A Cresol tomou esse rumo então tchau pra você!!!!”... (Obs: P1-S6 dá um tapa na mesa)... “Haaa daí fez isso aqui então tchau pra você” ... entendeu?... e hoje o drama... qué dizê a a própria luta de classe já ficou difícil de viabiliza... e no entanto se você não considera essa complexidade de de de conflito... de interesse em jogo... e você

não aprende a navegar nesse mar de interesses **contraditórios** ali... entendeu?... você não avança!!!! ... tú não tem mais como dizê ao estilo gaúcho aqui tem lado ihhhh ... não vai!!!! (Obs: P1-S6 dá gargalhadas e P1-S6 o imita, todavia P2-S6 nem mesmo sorri e leva a mão a boca em gesto tenso) ... NÃO ANDA TCHÊ!!!! ... entendeu?... essa que é a minha ressalva (Obs: estende o braço e direciona a mão para o P2-S6 dando gargalhadas)... então... “Te dão um espaço então tú ainda defende a Cresol!”... NÃO É QUE EU AINDA DEFENDO A CRESOL!!!! ... entendeu P2-S6?... não é isso!!!!... o problema é que ela é real... ela tem o seu curso ih o seu espaço (46:15)...

P2-S6: nãoooo...

P1-S6:.. a única que me faz uma consessãozinha assim... é uma perfumaria... mas pra mim!!!!... serve!!!!... então (46:29)...

P2-S6: éhhh mas assim óhhhh (Obs: P2-S6 apóia as mãos no maxilar e boca demonstrando aborrecimento)

P1-S6: ... se eu não precisa tchau pra ti também...

P2-S6: ... na verdade...

P1-S6: ... mas eu não tenho necessidade de necessariamente excluir do jogo ... entendeu?...

P2-S6: ... éhhh ... o problema...

P1-S6: ... isso eu não quero!

P2-S6: ... o problema é que ... assim ... a diferença é que o P1-S6 ELE vai nessa lógica de concertá o que tá colocado aí ... EU NÃO ACREDITO NISSO!!!! (46:51)...

P1-S6: ... é éhh entendeu que é uma diferença de abordagem ...

P2-S6: ... é uma diferença de abordagem... O SISTEMA CRESOL NÓS GASTAMOS MUITA ENERGIA NESSE PROCESSO!!!!...

P1-S6: ... isso

P2-S6: ... gastamos energia, energia, energia, energia e hoje eu vejo... eu nem vou lá na Cresol... nem perco tempo... passo longe... vou lá pra tomar...

P1-S6: ... fala algo não entendido (Obs: dá gargalhadas sendo extremamente **irônico**) (46:58)...

Entre as várias polarizações da N: 6 analisadas o que se repete são dois pensamentos opostos. Um defende atuar junto a Central Cresol Baser aceitando a existência histórica contraditória, todavia esforçando-se para transformações. Outro pensamento é de conflitar e afastar a COOPERIGUAÇU de todas as ações e operações junto a Central Cresol Baser, o que implica em não dialogar com o Pronaf Custeio da própria comunidade cooperativa UNICAFES.

A análise da sessão N: 6 é repleta de questões retóricas. Esta pista linguística rudimentar foi identificada 177 vezes nos 116,5 minutos de videografia, equivalendo a frequência média de 1,52. Constatamos a pista linguística “nós”, 95 vezes, na frequência média de 0,82. A expressão idiomática local “gente”, identificada por ser comumente utilizada como sinônimo de “nós” também apareceu 22 vezes e com frequência média de 0,19. Sustentamos que estas frequências médias de pistas linguísticas rudimentares, principalmente as questões retóricas, evidenciam probabilisticamente a predominância de manifestações discursivas de contradições dialéticas conforme categoria duplos vínculos. Narrativas e metáforas de vivência como pistas linguísticas rudimentares apontando para a probabilidade da presença de manifestações discursivas da categoria conflitos críticos foram identificadas totalizando 28, o que equivale à frequência média de 0,22. A presença

do “Eu” pessoal acompanhando a narrativa e metáfora de vivência comumente foi encontrado totalizando 164 “Eu” e com frequência média de 1,41 ao longo dos 116,5 minutos de videografias. Para nos aproximarmos das manifestações discursivas conforme categoria conflitos, a pista linguística rudimentar “**não**”, foi identificada e contada nada menos que 429 vezes em 116,5 minutos, o que corresponde a frequência média de 3,67. A discordância entre abordagens⁷⁸ explanada pelo próprio par de trabalho é o que provoca a reiteração da pista linguística rudimentar “nãõ”. Agora a pista linguística rudimentar “mas” ocorrendo 128 vezes e com frequência média de 1,09, ao longo dos 116,5 minutos de videografia apontou para poucos **dilemas**, pois nas mesmas manifestações discursivas os “nãõ” foram extremamente explícitos para demonstrar antagonismos intensos e conflituosos. O uso do “acho” ocorreu 33 vezes na frequência média de 0,28. Identificamos também a presença do “né” com total de 46 vezes em 116,5 minutos de videografia, ou seja, numa frequência média de 0,39. A tabela seguinte apresenta a análise da sessão N: 6 COOPERIGUAÇU no que se refere as pistas linguísticas rudimentares:

TABELA 4.14 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS SESSÃO 6.

Sessão (N)	(T)/ (Nº)*	Mas (Dilema)	Não (Conflito)	Metáfora de Vivência (MV) (Conflito Crítico)	Questão Retórica (QR) (Duplo Vínculo)
N: 6	T: 116,5 Nº: 20.679	128 Mas (1,09) 33 Acho (0,28) 46 Né (0,39)	429 (3,67)	164 Eu (1,41) 26 MV (0,22)	95 Nós (0,82) 22 Gente (0,19) 177 QR (1,52)

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

As pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a 68 manifestações discursivas de contradições dialéticas contendo pólos que se antagonizam na sessão N: 6 COOPERIGUAÇU. Destas, classificamos 42 como categoria duplos vínculos, 16 como categoria conflito, 8 como conflitos críticos e 2 como sendo dilemas. Analisando a totalidade das manifestações discursivas polarizadas

⁷⁸ Por um lado um sujeito (Sócio-fundador e Diretor da Cooperiguaçu) segue a abordagem de Van der Ploeg e defende Agroecologia, sistema de produção agrícola, venda em comércio local, afastando-se de dialogar com o Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Por outro lado também sujeito (Sócio-fundador e Diretor da Cooperiguaçu) defendendo que os processos históricos são contraditórios ocorre à defesa de continuar dialogando com o Pronaf Custeio da Central Cresol Baser, porém aceitando a noção de cadeia produtiva, produção artesanal em escala e com viabilidade financeira a ser apresentada para a Central Cresol Baser.

elaboramos 68 frases comentando o que está polarizado colocando entre os dois pólos a palavra vezes em negrito. Devido a existência de réplicas reduzimos as 68 frases para 46 frases. Procedemos ordenando pela categoria que demonstrou maior número de polarizações nas manifestações discursivas de contradições dialéticas conforme APÊNDICE 7. Os temas centrais foram: i) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); ii) Finalidade Social da Central Cresol Baser; iii) Legislação para Pequenos Agricultores Familiares e; iv) Enfoque da Agroecologia.

Considerando as 46 frases do APÊNDICE 7 concluímos que as pistas linguísticas rudimentares nos conduziram para identificarmos 34 duplos vínculos, 16 conflitos críticos, 8 conflitos e 2 dilemas na sessão N: 6 COOPERIGUAÇU. De modo detalhado as pistas linguísticas rudimentares (177 questões retóricas, 95 “nós” e 22 “gente”) cumpriram o papel de revelar 34 duplos vínculos. As pistas linguísticas rudimentares (26 narrativas e metáforas de vivência, 164 “eu”) nos conduziram a identificar 14 conflitos críticos. A pista linguística rudimentar “não” repetida 429 vezes (frequência média de 3,67) e comumente agrupada em nuvens ao longo do texto nos conduziu a 6 conflitos. Por sua vez a pista linguística rudimentar “mas” repetida 128 vezes nos conduziu a 2 dilemas. Os números estão distribuídos na tabela a seguir:

TABELA 4.15 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 6

Sessão (N)	T/Nº	Dilema	Conflito	Conflito Crítico	Duplos Vínculos
N: 6	T: Videografia 1: 02:40; Videografia 2: 58:52; Videografia 03: 54:52 Nº: 20.679	2	14	6	34

FONTE: o autor.

NOTA: Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº)

4.2.9 Análise das polarizações MIF 7

Entre as várias organizações que realizamos as sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) a mais antiga do processo histórico é a ASSESOAR. Os participantes vivenciaram desde o surgimento dos Fundos de Crédito Rotativo na década de 1980 até os resultados da implantação do Pronaf Custeio junto a

comunidade cooperativa UNICAFES no dia da MIF. A análise da sessão de MIF N: 7 ASSESOAR resultou em uma visão abrangente e sintética de todo o processo histórico e suas contradições.

Nesta identificamos 29 **questões retóricas** nos 69 minutos de videografia, o que equivale a frequência média de 0,42. A pista linguística “nós”, constatamos 46 vezes, na frequência média de 0,67. Também identificamos a expressão idiomática local “gente”, 32 vezes com frequência média de 0,46. Estas frequências de pistas linguísticas rudimentares e em particular as questões retóricas reforçam as evidências probabilísticas de que a sessão N: 7 ASSESOAR contém manifestações discursivas de contradições dialéticas conforme a categoria duplos vínculos. Fortalecendo a probabilidade de conflito crítico identificamos a narrativa e metáfora de vivência remetendo comumente ao passado e situações de insatisfação quanto ao cotidiano. Identificamos na análise 11 narrativas e metáforas de vivência em 69 minutos de videografia, na frequência média de 0,16. Acompanhando as narrativas e metáforas de vivência a pista linguística rudimentar “eu” foi contada 77 vezes, o que equivale à frequência média de 1,12. Para nos aproximarmos das manifestações discursivas de **conflito**, a pista linguística rudimentar “não”, foi identificada e contada nada menos que 146 vezes em 69 minutos, o que corresponde a frequência média de 2,11. A pista linguística rudimentar “mas” ocorrendo 55 vezes e com frequência média de 0,79, ao longo dos 69 minutos de videografia apontou para poucos dilemas, pois nas mesmas manifestações discursivas os “não”, foram extremamente explícitos para demonstrar pensamentos opostos conflituosos. O uso do “acho” identificado para refletir quanto a possíveis dúvidas nos temas tratados, ocorreu 25 vezes na frequência média de 0,36. Os “né” aceitos na N: 7 ASSESOAR como contração das palavras “não” e “é” estavam vinculados às questões retóricas, que apontam para duplos vínculos, e foram contados com total de 95 vezes em 69 minutos de videografia, ou seja, numa frequência média de 1,38. A tabela seguinte demonstra a análise da sessão N: 7 no que se refere as pistas linguísticas rudimentares:

TABELA 4.16 - FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS SESSÃO 7

Sessão (N)	(T)/ (Nº)*	Mas (Dilema)	Não (Conflito)	Metáfora de Vivência (MV) (Conflito Crítico)	Questão Retórica (QR) (Duplo Vínculo)
N: 7	T: 69 Nº: 10.579	55 Mas (0,79) 25 Acho (0,36) 95 Né (1,38)	146 (2,11)	77 Eu (1,12) 11 MV (0,16)	46 Nós (0,67) 32 Gente (0,46) 29 QR (0,42)

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

As pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a 37 manifestações discursivas de contradições dialéticas contendo pólos que se antagonizam na sessão de Mini Intervenção Formativa N: 7 ASSESOAR. Classificamos 16 como categoria duplos vínculos, 18 como conflitos, 2 como conflitos críticos e 1 como categoria dilema. Para cada uma das manifestações discursivas criamos frases mantendo a unidade de opostos com tema e pólos antagônicos. Devido a existência de réplicas reduzimos as 37 frases para 35 frases. Procedemos ordenando pela categoria que demonstrou maior número de polarizações nas manifestações discursivas de contradições dialéticas conforme apresentado no APÊNDICE 8. Os temas centrais foram: i) Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB); ii) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); iii) Pesquisa; iv) Agrotóxicos e; Fundo de Crédito Rotativo.

Considerando as 35 frases do APÊNDICE 8 concluímos que as pistas linguísticas rudimentares nos conduziram a identificarmos 18 conflitos, 14 duplos vínculos, 2 conflitos críticos e 1 dilema. De modo detalhado explicamos que as pistas linguísticas rudimentares (29 questões retóricas, 46 “nós” e 32 “gente”) cumpriram o papel de revelar 14 duplos vínculos. A pista linguística rudimentar “não”, repetida 146 vezes e comumente agrupada em nuvens ao longo do texto nos conduziu a 18 conflitos e também a manifestações discursivas demonstrando alternativas práticas em andamento, o que é característica de que não estão paralisados. As pistas linguísticas rudimentares (11 narrativas e metáforas de vivência, 77 “eu”) nos conduziram a identificar 2 conflitos críticos. E a pista linguística rudimentar “mas”, repetida 55 vezes nos conduziu a 1 dilema. Os números estão distribuídos na tabela a seguir:

TABELA 4.17 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS SESSÃO 7.

Sessão (N)	T/Nº	Dilema	Conflito	Conflito Crítico	Duplos Vínculos
N: 7	T: 69 Nº: 10.579	1	18	2	14

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

4.2.10 Quantificação das polarizações das MIF por categorias analíticas

As frases demonstrativas de pensamentos opostos por nós construídas a partir das análises das sete sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) totalizaram 240. Destas, 122 categorizamos como sendo duplos vínculos, 56 como conflitos, 38 como sendo conflitos críticos e 24 frases categorizamos como dilemas. A tabela a seguir demonstra a distribuição das frases por categorias analíticas para cada uma das sete sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF):

TABELA 4.18 - NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS NAS MIF.

Nome da sessão (N)	Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº)	Dilema	Conflito	Conflito Crítico	Duplos Vínculos
N: 1	T: 52 Nº: 8.724	3	4	2	18
N: 2	T: 55 Nº: 8.624	16	6	8	3
N: 3	T: 3 de videografia e gravação de áudio de 34,5 Nº: 6.288	2	0	8	25
N: 4	T: 39 Nº: 7.007	0	13	1	8
N: 5	T: 45 Nº: 7.844	0	1	11	20
N: 6	T: Vid. 1: 02:40; Vid. 2: 58:52; Vid. 03: 54:52 Nº: 20.679	2	14	6	34
N: 7	T: 69 Nº: 10.579	1	18	2	14
Totais	T: 420 minutos Nº: 69.745 palavras transcritas	24	56	38	122

FONTE: o autor.

Das sete sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF), em quatro, nossas análises explicitam a predominância de manifestações discursivas de contradições dialéticas com características conforme a categoria duplos vínculos. Particularmente

na sessão N: 2 predominou a categoria dilemas. Nas sessões 4 e 7 predominaram conflitos. A categoria duplos vínculos é uma lente que nos auxilia a vermos situações agravadas e, aparentemente sem soluções construídas historicamente na Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES.

4.3 ANÁLISES DO CAPÍTULO 4, OBJETIVOS E HIPÓTESE

Concluimos o capítulo 4 destacando alguns resultados de objetivos específicos alcançados pelas análises. O delineamento do fenômeno nos propiciou identificação de vozes. Destacamos a voz que se manifesta contra o uso cotidiano e intenso do Pronaf Custeio para *comodities*⁷⁹ e em defesa da adequação do Pronaf Custeio para suprir necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares. Esta voz defende que a adequação do crédito rural para Agroecologia e agriculturas de base ecológica é um caminho para ser seguido e que contribuirá com as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares. A dualidade, entendida como unidade de opostos entre pequenas propriedades agrícolas e latifúndios é histórica no Brasil, todavia o primeiro passo do ciclo metodológico da pesquisa, ao delinear o fenômeno empírico, coloca luzes em um fenômeno singular. Neste, a unidade de opostos, se caracteriza por um estado de necessidade de Pequenos Agricultores Familiares detentores de pequenas áreas agrícolas (minifúndios) em antagonismo com uma Agricultura Familiar, detentora de áreas produtivas maiores e suficientes para o cultivo de *comodities*. Esta é a tensão maior do ambiente empírico revelada no delineamento do fenômeno. A tensão se enraizou e está disseminada. Por isto constatamos antagonismo entre Assistência Técnica (ASTEC) como procedimento operacional de escritório e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) objetivando proceder orientação técnica em relações dialéticas com Pequenos Agricultores Familiares em nível de propriedade e/ou posse. Em termos do ciclo metodológico da pesquisa, o primeiro passo de delineamento do fenômeno, cumpriu sua função de gerar dados espelhos à serem interpretados pelos trabalhadores.

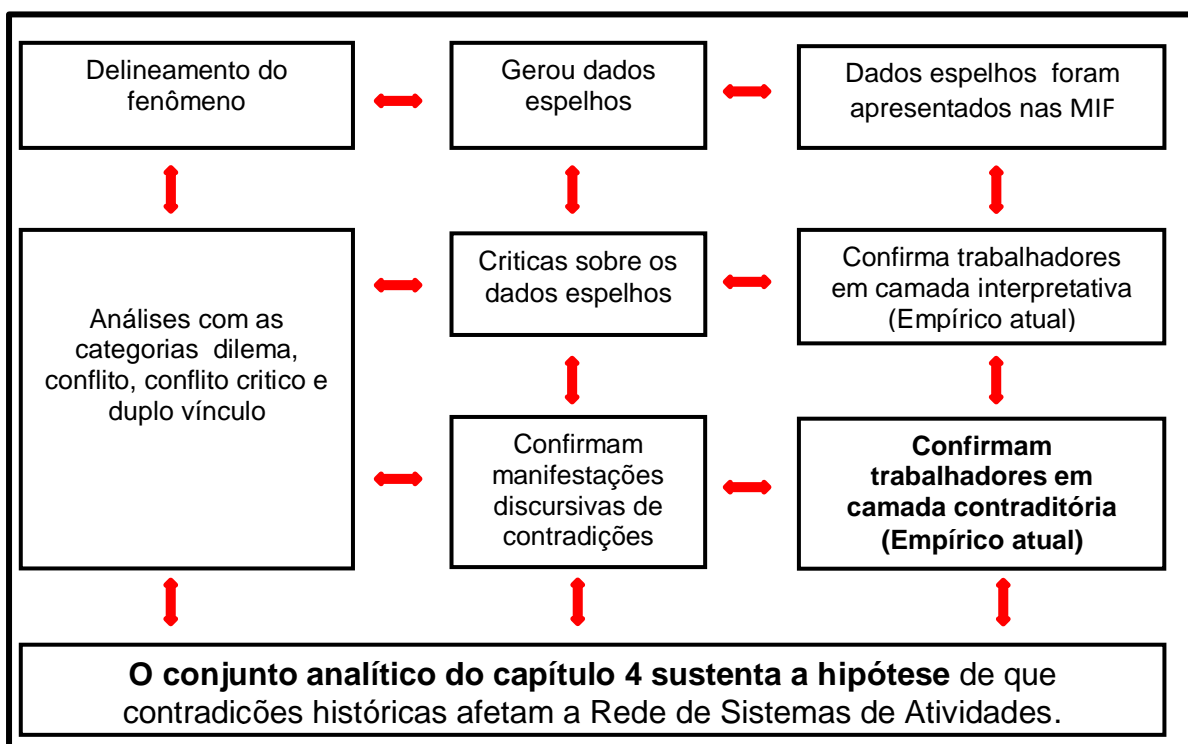
As análises das manifestações discursivas de contradições dialéticas, garantiram o objetivo específico de **averiguar** junto aos trabalhadores manifestações discursivas, não somente apontando, mas também sustentando que o ambiente

⁷⁹ No caso pesquisado a *comoditie* principal é a soja transgênica.

empírico é pleno de contradições históricas. Estas estão confirmadas pelas categorias analíticas dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo.

O delineamento do fenômeno e as análises de manifestações discursivas do capítulo 4 propiciaram conhecermos respectivamente a camada interpretativa e a camada contraditória dos trabalhadores colaboradores da pesquisa. Esquemáticamente temos:

FIGURA 4.5 - ALCANCE DAS ANÁLISES DO CAPÍTULO 4.



FONTE: o autor.

As análises do capítulo 4 confirmam que os trabalhadores colaboradores das Mini-Intervenções Formativas (MIF) frente aos dados espelhos resultantes do delineamento do fenômeno, tanto adentram nas camadas interpretativa, quanto contraditória da ação humana. As análises do ambiente empírico corroboram com as teorias que elucidam quanto aos seres humanos não reagirem meramente como objetos. Os trabalhadores colaboradores agiram com base em suas atividades e interpretaram os dados espelhos a eles apresentados conforme suas lógicas. Ainda, as análises do capítulo 4 se coadunam com a teoria que explica que os seres humanos em suas atividades enfrentam contradições devidas a vários motivos embutidos e engendrados nos seus históricos de desenvolvimento de comunidades

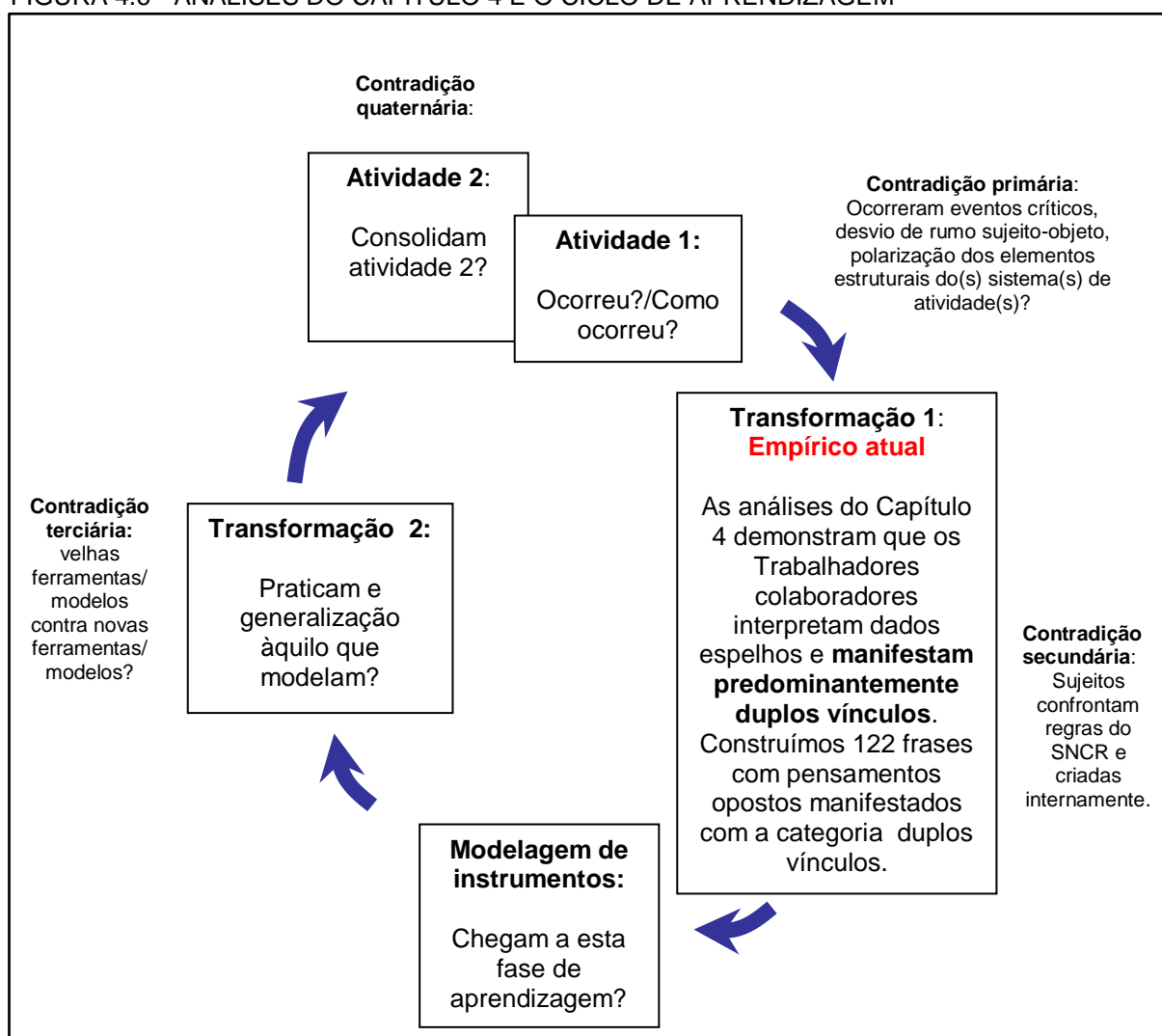
e objetos. As análises, ao confirmarem manifestações discursivas de contradições dialéticas conforme as categorias dilema (24 frases com antagonismos), conflito (56 frases com antagonismos), conflito crítico (38 frases com antagonismos) e duplo vínculo (122 frases com antagonismos), iluminam suficientemente o contexto de pesquisa, para sustentarmos que os trabalhadores colaboradores das sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) vivem seu cotidiano em uma camada contraditória da causalidade humana. São resultados analíticos que referendam, que os trabalhadores colaboradores por estarem agindo em uma camada contraditória, vivem um estado de confusão, quanto ao como solucionar seus problemas. Em teoria, conforme Engeström (1989), a camada contraditória torna o olhar dos seres humanos, irracional e imprevisível.

A categoria duplo vínculo, se destacou em termos quantitativos, ou seja, predominou nos resultados analíticos. Não é uma mera coincidência, mas sim a confirmação de que o comportamento humano do ambiente empírico coincide com o descrito no conceito de duplo vínculo. Consta nos aspectos teórico-conceituais desta tese que os Duplos vínculos (BATESON, 1972; SLUZKI, 1976 *apud* ENGESTRÖM & SANNINO, 2011, p. 379) são processos nos quais os atores repetem pressionando, porém as alternativas geradas são igualmente inaceitáveis em seus sistemas de atividades.

A grande quantidade de **perguntas retóricas** encontradas nas análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas, e que conduziram aos duplos vínculos, tem importância analítica central. A contagem e frequência das questões retóricas para identificarmos possíveis polarizações conforme categoria **duplos vínculos** resultou em 231 vezes nos 420 minutos de videografia o que equivale a frequência média de 0,55. A importância analítica central, é por possibilitar lastrarmos inicialmente os duplos vínculos encontrados no ambiente empírico, no ciclo de aprendizagem teórico. Aceitando a teoria, ponderamos que os duplos vínculos, do ambiente empírico atual, são referentes ao comportamento humano da camada contraditória dos trabalhadores colaboradores. Tal comportamento (duplo vínculo) é por estes estarem inseridos em seus sistemas de atividades que sofrem com a contradição histórica valor de uso e valor de troca (Contradição primária). Ilustramos na figura seguinte o resultado analítico conforme o ciclo de aprendizagem. Na figura, destacamos as análises do capítulo 4 lastrando a fase de Transformação 1: Empírico atual, que demonstrou grande número de duplos

vínculos. Na figura, as demais fases do ciclo de aprendizagem ideal descrito em teoria, foram considerados como possibilidade (Ex: Atividade 1: Como ocorreu?) a ser investigada nos capítulos seguintes. Assim, questionamos se ocorreu/ocorre no fenômeno concreto de longo prazo. Porém, as análises já confirmaram a presença dos dilemas, conflitos, conflitos críticos e duplo vínculo, que como lentes iluminam o caminho a ser seguido. Segue ilustração do início da modelagem do ciclo de aprendizagem empírico:

FIGURA 4.6 - ANÁLISES DO CAPÍTULO 4 E O CICLO DE APRENDIZAGEM



FONTE: o autor. Particularização a partir de MIETTINEN (2009), QUEROL (2011).

Tanto nas críticas que evidenciam a camada interpretativa, quanto nas manifestações discursivas de contradições dialéticas, encontramos palavras que remetem a conceitos de uso cotidiano dos trabalhadores colaboradores. Os

trabalhadores colaboradores se valeram de teorias e conceitos, para problematizarem, criticarem e se contraporem ao modo de uso atual do crédito rural por eles operacionalizado. Isto remete a apresentarmos no capítulo 5 os conceitos correlatos às atividades dos trabalhadores colaboradores. Ainda, explicamos que conforme teoria, os duplos vínculos que descobrimos nas análises do capítulo 4, ocorrem como uma continuidade de uma primeira atividade, que sofre desvio-de-rumo sujeito-objeto devido a ter sido afetada por contradição primária. Logo, buscamos no objeto histórico da atividade o momento em que o sujeito sofreu o desvio-de-rumo para então apresentarmos no capítulo 5. Portanto, às análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas, fundamentam todas as demais análises que investigam contradições e as fases dos ciclos de aprendizagem dos trabalhadores colaboradores.

5 ANÁLISES DOS CONCEITOS E ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Uma característica básica, como dito às vezes, constitutiva, da atividade é sua objetividade. Propriamente, o conceito de seu objeto (*Gegenstand*) já está implicitamente contido no próprio conceito de atividade. A expressão “atividade sem objeto” é desprovida de qualquer significado (LEONTIEV, 1978, p. 52).

As análises deste capítulo são correlatas aos objetivos específicos de **rever** os conceitos relativos ao modo de usar o crédito rural no passado do ambiente empírico; de **elucidar** quanto ao objeto perseguido pelo cooperativismo de crédito da categoria agricultura familiar, uma vez que o Pronaf Custeio para Agriculturas de base ecológica e agroecologia no Sistema Integrado de Crédito (SIC) da Central Cresol Baser é igual a zero; de **conhecer** as transformações da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) que operacionaliza o Pronaf Custeio quanto à sua adequação para financiar os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. Os objetivos específicos alcançados pelas análises são suporte para o objetivo específico que almeja **responder** o porquê do Abismo entre Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia nas organizações de crédito da categoria agricultura familiar. As análises a seguir descritas correspondem ao segundo passo do esquema metodológico da pesquisa.

5.1 CONCEITOS CORRELATOS À ATIVIDADE

No estudo de Abramovay (1981) e nos transcritos das Mini-Intervenções Formativas (MIF) identificamos a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) como organização preconizadora da comunidade cooperativa UNICAFES. Desde sua origem a organização preconizadora confronta com a modernização conservadora da agricultura problematizada em Delgado (2009). Este confronto gera uma unidade de opostos histórica. A unidade de opostos é providencial para entendermos o carácter histórico das contradições. Conforme pesquisas de Abramovay (1981) na Mesorregião Sudoeste do Paraná a ASSESOAR desenvolvia na década de 1970 atividades de assistência técnica juntamente aos agricultores numa linha que se pretendia alternativa à oficial. O conceito de agricultura alternativa da ASSESOAR abarcava a adoção de técnicas com uso de

fertilizantes orgânicos, de defensivos naturais e mecanização mínima adequada aos solos. Segundo Khatounian (2001) o termo alternativa é relativo as crises do petróleo nos Estados Unidos. As crises expõem na década de 1970 à sociedade americana a fragilidade da sua agricultura dependente de combustível fóssil, fertilizantes minerais e herbicidas. O próprio governo dos Estados Unidos conduziu estudos das técnicas de produção em propriedades que nas décadas anteriores haviam aderido às propostas sobretudo das escolas da agricultura orgânica e da biodinâmica. “As técnicas estudadas foram denominadas de *Alternative Agriculture* [...]” (KHATOUNIAN, 2001, p. 28).

Com este conceito de alternativo é que os Pequenos Agricultores Familiares e extensionistas rurais atribuíram um significado ao crédito rural. O significado oriundo da proposta alternativa se contrapõe ao modo como o crédito rural vinha sendo utilizado na concepção da modernização conservadora da agricultura. O procedimento de identificação por dados documentais revela que:

O importante a assinalar aqui é que, mesmo a assistência técnica (sejam quais forem os seus limites) desenvolve-se no quadro de um amplo trabalho de base. Cada comunidade (que corresponde aproximadamente a cada paróquia) tem o seu monitor agrícola, encarregado de difundir entre os produtores as técnicas alternativas. Em torno desta difusão, os produtores se reúnem e discutem, a partir de sua experiência concreta, prática, o significado das técnicas estimuladas pelo governo: quem ganha e quem perde com isso, as conseqüências sobre a natureza, sobre a qualidade dos produtos, sobre a vida dos agricultores etc. Vai-se formando, a partir destas discussões e destas práticas, uma unidade ideológica em torno do próprio sentido do ato de se produzir: aos elementos de origem industrial que entram no processo de trabalho, ao crédito bancário, passa-se a atribuir um significado social. O importante é que a partir deste trabalho, a própria questão técnica adquire uma dimensão social e até política. O agricultor toma consciência de que a forma de produzir é a expressão de relações sociais determinadas (ABRAMOVAY, 1981, p. 214).

Para Abramovay (1981, p. 257-258), os pequenos proprietários rurais do Sudoeste do Paraná demonstraram uma perspectiva defensiva: “O que querem os **pequenos proprietários** rurais que enfrentam a política agrícola do regime e os **grandes monopólios**?”. O autor ainda complementa:

Não me refiro aqui às reivindicações imediatas contidas em cada conflito que, evidentemente, não podem ir muito além de melhores preços, crédito mais farto e barato, insumos menos caros etc. A perspectiva defensiva se materializa quando se pensa na forma mais global, a longo prazo para enfrentar a situação, numa mudança de fundo no atual ‘modelo agrícola’. E aí as propostas são sistematicamente as seguintes: abandonar os financiamentos agrícolas oficiais, renunciar ao uso de insumos modernos,

reduzir a produção dirigida ao mercado, ou seja, voltar à autarcia produtiva que caracterizou o regime de produção camponês, até alguns anos atrás [...] e que foi sepultado pela nova revolução agrícola. (ABRAMOVAY, 1981, p. 259).

Referindo-se à proposta da ASSESOAR Abramovay (1981) concorda que podem ter um inegável alcance prático. O autor defende a partir da constatação de que na década de 1970 a ASSESOAR concretizou experiências na produção agrícola valendo-se de fertilizantes químico-orgânicos, defensivos naturais, à mecanização intermediária, entre outras tecnologias conforme os princípios do que denominavam agricultura alternativa. “[...] Uma rica experiência neste sentido vem sendo desenvolvida há mais de dez anos pela ASSESOAR, em seu trabalho de difusão da prática da agricultura alternativa entre os produtores [...]”. (ABRAMOVAY, 1981, p. 259).

Deste modo o crédito rural conforme os conceitos da modernização conservadora da agricultura se antagoniza com o conceito de crédito rural conforme os significados atribuídos pelos Pequenos Agricultores Familiares. A unidade de opostos também consiste em antagonismos entre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) conforme o modelo difusionista pregada pela modernização conservadora da agricultura e o significado que os Pequenos Agricultores Familiares atribuíam a ATER conforme suas necessidades. Ainda identificamos em nossos dados históricos e MIF o antagonismo entre monoculturas e a diversificação de culturas e a agricultura alternativa. De modo geral temos os Pequenos Agricultores Familiares organizados na ASSESOAR da década de 1970, guiados por conceitos de agricultura alternativa objetivando construir autonomia quanto aos insumos agrícolas dependentes da energia do petróleo e opondo-se aos grandes monopólios.

Outros conceitos fundamentais presentes no ambiente empírico da década de 1970 e 1980 eram oriundos da escola de Chayanov (1974) que sustentava a lógica camponesa. Diversos termos foram e são utilizados para denominar o ser humano que pratica a cultura de manejar a produção de vegetais e animais. A questão principal aqui tratada não é qual o conceito mais acertado, os quais são diversos no tempo e no espaço, mas sim quais os conceitos que como ferramentas (instrumentos) direcionam as ações da Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES. Os conceitos de camponês e agricultura familiar se destacam no ambiente empírico, logo, os teorizamos.

5.1.1 Campesinato

Em Chayanov (1974) temos o pensamento da escola para a análise da organização e produção camponesa. O debate sobre a questão agrária russa não se vinculava somente aos problemas de acesso a terra e as transformações rumo ao socialismo. Tratavam das dimensões associadas à disponibilidade de recursos econômicos e técnicos que viabilizariam uma transformação radical nas condições de vida camponesa. A escola de Chayanov (1974) tratava de temas como melhor classificação e seleção de sementes, mecanização, uso de fertilizantes, rotação de cultivos e formas cooperativas de comercialização. São temas associados ao modo como a economia camponesa funcionava na prática. Para Chayanov (1974) estas inovações não podem ser introduzidas eficazmente se não se toma em conta o nível de racionalidade econômica própria das explorações agrárias camponesas.

A escola de Chayanov (1974) sustenta que o camponês não maximiza o lucro e a renda, logo problematiza que a lei de valor⁸⁰ não se aplica para a produção camponesa. As transações do pequeno produtor não são guiadas pelo preço de mercado que iguale ao valor, ou ao menos ao preço de produção. Como consequência uma parte do trabalho excedente é cedido gratuitamente para a sociedade. Para o camponês este fato não é importante, não é um obstáculo para seguir produzindo, porque não tem consciência disto. Seu trabalho não aparece como um custo objetivo e basta que alcance sua subsistência para que siga sua exploração agrícola. A escola de Chayanov (1974) discorda de Marx por este definir a economia camponesa como economia mercantil, em que, o camponês é definido como quem vende para comprar.

Para Shanin (1983) além da capacidade produtiva o camponês também demonstra uma grande capacidade organizativa. A resistência a políticas governamentais adversas manifesta-se em vários momentos da história. Segundo Shanin (1983) durante a revolução russa (1905-1906) a comuna campesina russa foi geradora de ideologia igualitária e ação de escola de ação coletiva com capacidade de revoltar-se da noite para o dia. O camponês é detalhadamente descrito em Shanin (1983) e em Chayanov (1974). Estes estudos aconteceram na Rússia em períodos turbulentos onde políticos defendiam que o camponês evoluiria para

⁸⁰ Chayanov (1974) confronta com a lei de valor de O Capital (Marx, 1956).

proletariado e que estava fadado ao desaparecimento. Para Shanin (1983) os pensadores do período (1910-1925) não conseguiram colocar os camponeses como importantes para o desenvolvimento de um país, apenas os viram como algo a ser explorado. A concepção aceita internacionalmente era que o avanço econômico provocaria divisão do trabalho, estabelecimento de relações de mercado, acumulação de capital e diversificação social. O avanço econômico iniciaria pelas cidades e evoluiria para o campo gradativamente, sendo que o efeito previsto seria a polarização da sociedade camponesa, onde os agricultores ricos adquiririam características empresariais agrícolas capitalistas e os agricultores pobres perderiam suas propriedades obrigando-se a converterem-se em assalariados agrícolas ou urbanos em uma indústria emergente. O fato marcante da tese do desaparecimento do camponês é que eram muitos a desaparecerem, pois o Principado de Moscovia em 1897 em seu primeiro censo moderno contava com cem milhões de camponeses. Na Rússia não se deu um sistema dual: grandes fazendas vezes exploração do tipo familiar. Em 1913 mais da metade das terras pertencentes à nobreza foram vendidas aos camponeses e o restante foi arrendada. No ano de 1914-1915 um décimo da terra cultivada estava ocupada por grandes propriedades. Em termos de tecnologia para a produção agrícola Shanin (1983) apresenta a Rússia com falta de máquinas, cavalos, e fertilizantes químicos. Enquanto na Alemanha aplicavam ao solo 100 quilogramas de fertilizantes, nas propriedades dos camponeses russos eram aplicados apenas 5 quilogramas. Segundo Shanin (1983) as reformas de Stolypin objetivavam instaurar uma nova ordem socioeconômica no campesinato, destruindo a estrutura social tradicional do meio rural, para então estabelecerem uma eficiente agricultura capitalista.

Para Kautsky (1986) é somente com o advento da indústria capitalista que se revela a regressão da indústria agrícola caseira de subsistência. Somente o sistema de comunicações, com suas ferrovias, correios e jornais, vai ser capaz de levar as novas ideias e produtos da cidade para os rincões mais afastados da zona rural, e colocar sob o domínio desse processo tanto as cercanias da cidade quanto a população toda do campo. Quanto mais evolui esse processo, tanto mais se dissolve essa tradicional indústria doméstica camponesa e cresce na mesma proporção, a demanda de dinheiro entre os camponeses. Eles agora não só necessitam de dinheiro para obter o dispensável ou supérfluo, mas dele necessitam igualmente

para o necessário, o indispensável. Sem o dinheiro eles já não conseguem levar em frente sua atividade. Já não conseguem viver sem o dinheiro (KAUTSKY, 1986).

Todavia para Martins (2002) o camponês não se vincula ao capitalista estabelecendo a venda de sua força de trabalho. Diversamente do que acontece com o operário, cujo trabalho é diretamente dependente do capital, o trabalho do camponês é um trabalho independente. O camponês não vende a sua força de trabalho e sim o fruto do seu trabalho, que nasce como sua propriedade. Isso porque ele ainda dispõe dos instrumentos de produção. O instrumento mais importante do camponês é a terra. Ainda que ela não seja sua, que alugue, ou pague uma renda pelo uso da terra, no período de vigência do aluguel, usará a terra como se fosse sua. Ele alugou o meio de produção, como poderia alugar, as ferramentas, as máquinas, a casa. Em princípio o camponês tem autonomia em decidir o que fazer na terra (MARTINS, 2002, p. 60).

Pondera Mendras (1978) quanto ao processo de desagregação das sociedades camponesas. Porém sustenta que ainda que a sociedade industrial tenha alterado a concepção tradicional do campesinato clássico, o pequeno agricultor, conserva traços do camponês como uma categoria social.

5.1.2 Agricultura familiar: modelo político direcionador

A comunidade cooperativa União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) pela própria nomeação assume que sua construção recebe e acata conceitos da agricultura familiar em um momento histórico. O conceito de agricultura familiar adotado para a atividade relativa a operacionalização do crédito rural é antagônico ao conceito de camponês. O conceito de agricultura familiar para o crédito rural assume a lei de valor (valor de uso e valor de troca), enquanto o conceito de camponês nega a lei de valor.

Em Abramovay (1998, p. 9), temos que “o termo agricultura familiar incorporou-se ao vocabulário das políticas públicas, ao discurso dos movimentos sociais e à pesquisa voltada ao conhecimento de nosso meio rural”. Nesse sentido, a adoção do novo termo em substituição aos termos depreciativos como pequena produção, pequeno produtor, colono⁸¹, agricultura de baixa renda, entre outros,

⁸¹ Em Picinatto (2010) os entrevistados da região Sudoeste do Paraná relatam que antes da denominação agricultores familiares eram reconhecidos como lavradores ou colonos.

propicia uma nova perspectiva para a questão agrária, pois o enfoque dado era que as formas sociais apoiadas no trabalho familiar seriam forçosamente marginais e seu declínio, uma questão de tempo. Para Abramovay (1998, p. 21) a agricultura familiar tem a “capacidade de inovação técnica”.

Conforme Wanderley (1996, p. 2) a agricultura familiar como uma categoria genérica é entendida como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Para esta autora este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo porque tem consequências fundamentais no agir econômico e social. Para Wanderley (1996 p. 2) a agricultura familiar é uma categoria necessariamente genérica, “pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais”. Esta diversidade é também afirmada por Lamarche (1993, p. 28). Para este:

As explorações típicas da agricultura familiar não constituem um grupo social homogêneo, no sentido de uma formação social que corresponda a uma classe social, na acepção marxista do termo. A exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela toda esta diversidade.

Uma classificação para agricultura familiar é a de Radoje Nikolitch apresentada por Abramovay (1998). O seu principal diferencial é o não estabelecimento de tamanho da área agrícola explorado pela família. A classificação tem os seguintes critérios:

[...] *family farms* (unidades familiares de produção): são as que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família. *Larger than family farms*, que poderíamos traduzir como unidades produtivas ultrafamiliares ou patronais, que são aquelas onde os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada. O que esta classificação coloca em destaque, não é a clássica (e sem dúvida fundamental) divisão entre grande e pequena produção, mas a natureza social (familiar ou patronal) da atividade produtiva. (NIKOLITCH, *apud* ABRAMOVAY, 1998, p. 142-143).

Para Marques (2008) o que Abramovay (1992) denomina de agricultura familiar moderna está mais próximo do que é definido por Lamarche (1998) como

empresa familiar. Para Marques (2008, p. 63) o desencontro entre classificações é decorrente da ênfase dada por Abramovay à face empreendedora do novo tipo de produtor familiar que estaria se formando no campo em desacordo com uma existência mais restrita atribuída a essa mesma categoria pelo estudo de Lamarche (1998), que busca realçar as gradações existentes entre tipos de produção familiar mais ou menos dependentes do mercado.

Em Schneider (1999) a grande responsável pela origem do modelo da agricultura familiar e pequena produção, predominante no Sul do Brasil é a imigração de europeus, principalmente italianos e alemães:

A estrutura social e econômica implantada pelos colonos pode ser caracterizada como um modo de vida, ao qual corresponde uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade. Esta forma de produzir refere-se à organização do trabalho num processo produtivo capaz de assegurar a subsistência da família, sendo a maneira pela qual os indivíduos que trabalham, organizam os meios para garantir a sua produção (SCHNEIDER, 1999, p.131).

Porém ressaltamos que os colonos da imigração advinda da Europa também são responsáveis pela agricultura que mesmo sendo familiar, não é de pequena produção e nem mesmo de pequenas áreas agrícolas. Entre pequena produção e grande produção temos um abismo. Nas palavras de Abramovay (1998, p. 211) temos:

O que se escamoteia sob o nome de “pequena produção” é o abismo social que separa camponeses de agricultores profissionais que se vem mostrando capazes não de sobreviver, mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea.

Para Abramovay (1998) o avanço do capitalismo significa a desestruturação da lógica dos camponeses. Com o debate quanto às transformações do camponês para agricultura familiar o Estado brasileiro criou uma lei que impõe regras buscando determinar o que é agricultura familiar. A expressão agricultura familiar está apresentada na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). Esta estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares

Rurais. O artigo terceiro da lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Com esta lei temos uma grande generalização da política pública brasileira que coloca Pequenos Agricultores Familiares vivendo em minifúndios e sem condições financeiras e tecnológicas de organizarem a produção conforme lógica mercantil juntamente com agricultores familiares de até quatro módulos rurais organizados com a produção para o mercado e sustentados pelo crédito rural Pronaf Custeio. Os pensamentos opostos derivados das noções de agricultura alternativa e modernização conservadora da agricultura, de camponês e agricultura familiar, remetem a comunidade cooperativa a outros conceitos que também se antagonizam formando unidades de opostos. Todavia, a unidade de opostos mantém a mesma fundamentação, ou seja a lei de valor. É o caso dos conceitos de agroecologia e agriculturas de base ecológica que comentamos a seguir.

5.1.3 Agroecologia ou agriculturas de base ecológica

As denominadas agroecologia e agriculturas de base ecológica (Orgânica, Ecológica, Biodinâmica) como práticas da cultura do homem do campo para nós são diversidades do conceito genérico agricultura familiar. Darolt (2002) integrou os conceitos da agricultura familiar e agricultura orgânica para tipificar unidades de produção agrícola. Considerou simultaneamente dimensões sociocultural, técnico-agronômica, econômica, ecológica e político-institucional. A aplicação de sua metodologia para tipificação resultou em quatro grupos de unidades de produção distintas. São eles: Agricultor Familiar em Transição, Agricultor Familiar Orgânico,

Empresário Agrícola Orgânico e Empresário Agrícola em Transição. O autor conclui que:

Os resultados indicaram uma forte influência das variáveis econômicas e técnico-agronômicas na separação dos grupos. Observou-se que as principais diferenças entre as unidades de produção orgânicas relacionaram-se em primeiro lugar a aspectos econômicos, em segundo a aspectos técnico-agronômicos, e em terceiro, a aspectos sócio-culturais. A dimensão político-institucional não apresentou poder discriminante, o que indica que são fatores externos (políticas públicas, por exemplo) que influenciam todas as unidades de uma forma mais ou menos similar. (DAROLT, 2002, p. 77).

As conceituações genéricas tanto de agricultura familiar quanto de agroecologia e agriculturas de base ecológica para nosso estudo são insuficientes. Os nossos dados do segundo passo do ciclo metodológico resultaram em minúcias conceituais. Não é possível utilizarmos a palavra Agroecologia representando as agriculturas de base ecológica. No contexto de pesquisa as agriculturas de base ecológica (Destacam a orgânica) segue a lógica de cadeia produtiva, focando um produto para suprir mercado global, ou seja assume a lógica da lei de valor. O conceito de agroecologia segue a lógica de sistema agrícola com diversidade de cultivos que interagem para gerar autonomia aos Pequenos Agricultores Familiares comercializarem em escala local buscando negar a lei de valor. Agora, mesmo o conceito de agroecologia dentro da comunidade cooperativa é distinto: Existe o conceito de agroecologia da literatura e o conceito construído socialmente na história local.

A proposta da agroecologia que chegou como conceito na comunidade cooperativa UNICAFES mais evidentemente na década de 1990 surgiu a partir do estudo da agricultura tradicional. A expressão tradicional significa conhecimento gerado pelos agricultores, anteriormente à criação das instituições de pesquisa, indústria de insumos, máquinas, equipamentos agrícolas e extensão rural. Segundo o Engenheiro Agrônomo Miguel Altieri (1998), os sistemas agrícolas tradicionais surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural e representam as experiências acumuladas de agricultores interagindo com o meio ambiente, sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico. Os agricultores tradicionais, conforme Altieri (1998), desenvolveram sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis a partir da utilização de sua autoconfiança criativa, do seu conhecimento empírico e dos recursos disponíveis locais. Para Altieri (1998), as

características da agricultura tradicional variam, influenciadas pela geografia e história, mas características estruturais e funcionais são compartilhadas pelos diferentes sistemas. A agricultura tradicional mantém diversidade de espécies, utilizando ambientes com características distintas, no que se refere à água, solo, temperatura, altitude, declividade e fertilidade. Tais características podem ser observadas tanto num único campo de cultivo quanto numa região que pratica a agricultura tradicional. Destacam-se as seguintes características: realizam práticas eficientes de reciclagem, controle de pragas por interdependências biológicas naturais, trabalho por ação humana e animal, cultivam variedades mantendo sementes crioulas, criam espécies animais locais e se apropriam das matrizes. Na agricultura tradicional, a prioridade é alimentar a família. Neste aspecto de priorizar a alimentação da família é que o conceito de camponês se assemelha ao conceito de agroecologia seguido por parcela dos participantes de nossas Mini-Intervenções Formativas (MIF).

Segundo as pesquisas de Altieri (1998), os agricultores Andinos cultivam cerca de 50 variedades de batata em seus campos de cultivo e os sistemas agrícolas tradicionais têm notável grau de diversidade de plantas, na forma de policultivos e agroflorestas. A agroecologia proposta por Altieri (1989) é o estudo dos métodos e técnicas utilizados pela agricultura sustentável⁸². É uma tentativa de legitimar e tornar racional, por meio do método científico, as práticas da agricultura tradicional. O principal ambiente de estudo é o Peru e o México, locais onde a agricultura tradicional é praticada há milênios e tem o mérito de domesticar e melhorar variedades de milho, batata, tomate entre outras. Assim como existe a agronomia que legitima a produção convencional, existe a agroecologia que busca a agricultura sustentável. Os fundamentos da agroecologia lançados por Altieri (1989) problematizam a insustentabilidade da agricultura denominada convencional, devido à sua ineficiência energética e propõem: tecnologias de baixo custo energético⁸³. A expressão agricultura sustentável, preconizada por Altieri (1989), demonstra um compromisso com objetivos sociais e produtivos. A proposta agroecológica objetiva um modelo tecnológico que não destrua os recursos naturais, não modifique agressivamente o meio ambiente e garanta a produtividade, integrando

⁸² Parte do princípio de que a agricultura tradicional que pesquisou no México e países andinos é sustentável por ser milenar.

⁸³ Que já seriam utilizadas pelos agricultores tradicionais.

equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais. A estratégia da agroecologia de Altieri (1989) consiste na identificação de práticas tradicionais, comprovação da sua eficácia e apresentação aos agricultores. O objetivo é reduzir ao máximo a entrada de insumos⁸⁴ agroquímicos no sistema de produção. A ciência agroecológica propõe alcançar o estado de equilíbrio, a meta é restabelecer o equilíbrio e não gastar recursos financeiros e humanos em técnicas paliativas. A agroecologia recomenda:

- a) reconhecimento e utilização racional da natureza;
- b) controle da erosão do solo;
- c) coleta e distribuição da água sem desperdícios;
- d) domesticar plantas e animais nativos antes que sejam extintos;
- e) propiciar à proliferação de amigos naturais⁸⁵ e polinizadores;
- f) manejar os dejetos de atividades tornando-os insumos produtivos;
- g) cultivar adubos verdes e espécies especializadas na fixação biológica do nitrogênio;
- h) diversificar culturas em sistemas de agroflorestas;
- i) sistemas mistos de plantio e criação de animais;
- j) resgate cultural, identificando métodos e técnicas já conhecidos pelos agricultores;
- k) tornar os agricultores atores do processo de mudança de modelo convencional para sustentável.

A agroecologia de Gliessman (2000) coloca ênfase no processo de conversão para a mudança do padrão tecnológico da produção convencional que é utilitária de agrotóxicos. O processo de conversão conforme Gliessman (2010) equivale a uma transformação que leva tempo e ocorre no espaço além do sistema agrícola. O processo de conversão ocorre em três níveis (HILL, 1985 *apud* GLIESSMAN, 2000). O nível um corresponde à eficácia na utilização da tecnologia convencional, espaçamento e densidade ótima, máquinas especiais, agrotóxicos

⁸⁴ Entrada de insumos: é nesse ponto que a agroecologia, na concepção das Ongs e movimentos sociais, critica a idéia de apenas substituir insumos, porque isso não bastaria para garantir a sustentabilidade objetivada. Os insumos de padrão orgânico também são monopolizados pelo grande capital internacional. A confecção dos insumos consome energia não-renovável.

⁸⁵ Normalmente são denominados de inimigos naturais. Por fazerem benefícios ao sistema agrícola, nessa tese sustentamos a denominação amigos naturais. São seres vivos que contribuem para o funcionamento do sistema agrícola. Exemplo: microorganismos fixadores de nitrogênio, vespas que reduzem a população de percevejos, árvores que contêm princípios ativos úteis.

faixa verde, monitoramento de pragas e inseticidas seletivos; o nível dois corresponde à substituição de insumos e adoção de tecnologias alternativas, insumos de origem vegetal e mineral (pós de rocha), controle biológico, fixação biológica de nitrogênio e cultivo mínimo. O nível três corresponde ao redesenho do sistema agrícola, rotações, cultivo múltiplo, agroflorestação, dimensionamento do sistema, adequação e realocação de instalações. Gliessman (2010) insere um quarto nível de transformações que implicam no restabelecimento de relações humanas entre aqueles que cultivam alimentos e aqueles que necessitam de alimentos. Para Gliessman (2000, p. 53), a agricultura tradicional pode “fornecer modelos e práticas valiosos para desenvolver uma agricultura sustentável”. A sustentabilidade como versão do conceito de produção sustentável é “[...] a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometida” (GLIESSMAN, 2000, p. 52). Propõe que a agricultura do futuro seja sustentável, todavia, altamente produtiva para poder alimentar a crescente população humana. “[...] Esse duplo desafio significa que não podemos simplesmente abandonar as práticas convencionais como um todo e retornar às práticas tradicionais ou indígenas” (GLIESMAN, 2000, p. 53). Para esse autor, por um lado, a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, mas também “[...] agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (GLIESSMAN, 2000, p. 56).

Os conceitos de Altieri⁸⁶ (1989) e Gliessman (2000) foram modificados conforme contextos, originando o conceito assumido na fase inicial da organização da Rede Ecovida de Agroecologia:

Processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza onde os (as) agricultores (as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente às sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os (as) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder

⁸⁶ Miguel Altieri é professor na Universidade da Flórida (EUA) e Stephan Gliessman é professor na Universidade da Califórnia (EUA). Ambos realizaram cursos de formação de técnicos no Estado do Rio Grande do Sul.

de intervenção na sociedade, de forma organizada (CEPAGRI, 1998 *apud* ARL, 2008, p. 162).

Existem, todavia, discordâncias e insatisfações quanto à generalização do conceito agroecologia. Segundo Caporal (2004) o conceito agroecologia é utilizado de modo equivocado:

[...] se mostra cada vez mais evidente uma profunda confusão no uso do termo Agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos, prejudicam o entendimento da agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Exemplificando, é cada vez mais comum ouvirmos frases equivocadas do tipo: ‘existe mercado para a Agroecologia’; ‘a Agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional’; ‘a Agroecologia é menos rentável que a agricultura convencional’; ‘a Agroecologia é um novo modelo tecnológico’. Em algumas situações, chega-se a ouvir que, ‘agora, a Agroecologia é uma política pública’, ou, ‘vamos fazer uma feira de Agroecologia’. Apesar da provável boa intenção do seu emprego, todas essas frases estão equivocadas, se entendermos a Agroecologia como um enfoque científico. Na verdade, essas interpretações expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável. (CAPORAL, 2004, p. 7).

Abramovay (2007), em palestra realizada no evento III SEET - III Seminário de Estudos Territoriais com o tema Desenvolvimento Territorial e Agroecologia, realizado em Francisco Beltrão/PR problematizou a tentativa de tornar a agroecologia uma doutrina a ser seguida visando ao desenvolvimento territorial. Considera mais adequado uma abertura para as demais correntes que também propõem mudança na base tecnológica produtiva. Para nós as correntes são englobadas no termo agriculturas de base ecológica e estão contempladas na legislação para agricultura orgânica. Na comunidade cooperativa UNICAFES os conceitos são distintos e existem como unidades de opostos. De modo geral a agroecologia procura manter pensamentos opondo-se a agricultura denominada orgânica criticando-a pelos aspectos da substituição de insumos e por priorizar a produção de soja orgânica. Para nós a fragilidade no entendimento conceitual do que é agricultura orgânica remete a equívocos. Não é possível englobar num conceito generalizante as singularidades e estratégias de cada uma das correntes.

A Instrução Normativa nº 7 de 17/05/1999 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (BRASIL, 1999) dispõe sobre normas para a produção de alimentos orgânicos vegetais e animais. É o marco referencial do processo de legalização da agricultura orgânica no Brasil. A referida Instrução Normativa e atualmente revogada considera por agricultura orgânica as escolas: ecológico, biológico, biodinâmico, agroecológico, natural, sustentável, regenerativo, biológico e Permacultura. A Lei nº 10.831 de 23/12/2003 (BRASIL, 2003) referendou as mesmas escolas. A legislação brasileira descreveu o conceito de sistema orgânico de produção com a seguinte redação:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003).

O parágrafo primeiro da Lei nº 10.831 (BRASIL, 2003) descreve que a finalidade de um sistema de produção orgânico é a oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminantes intencionais; a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção; incrementar a atividade biológica do solo; promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas; manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo; a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis; basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente; incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos e; manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

A produção orgânica descrita na Lei nº 10.831 (BRASIL, 2003) é compatível com as legislações de outros países, o que propicia⁸⁷ comércio internacional. O Decreto 6.323 de 27/12/2007 (BRASIL, 2007) regulamentou a Lei nº 10.831 e deu outras disposições. A Instrução Normativa número 64 de 18/12/2008 (BRASIL, 2008) aprovou o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal, aprovou as listas de substâncias permitidas, estabeleceu que o extrativismo sustentável orgânico será objeto de regulamentação específica e revogou a Instrução Normativa nº 17/05/1999 (BRASIL, 1999). A Instrução Normativa Conjunta do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento com Ministério do Meio Ambiente nº 17 de 28/05/2009 (BRASIL/MAPA/MMA, 2009) aprovou as normas técnicas para obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. A Instrução Normativa Conjunta entre Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e Ministério da Saúde nº 18 de 28/05/2009 (BRASIL/MAPA/SAÚDE, 2009) aprovou o regulamento técnico para processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos. A Instrução Normativa nº 19 de 28/05/2009 (BRASIL/MAPA, 2009) aprovou os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica e aprovou os formulários oficiais do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

As técnicas e fundamentos básicos para se praticar a agricultura orgânica, conforme descrito nas legislações para sistemas orgânicos, foram propostos pelas escolas citadas nas legislações. Na legislação de agricultura orgânica o termo agroecologia está contemplado. Em nosso estudo separamos conceitos em agriculturas de base ecológica e agroecologia, por termos identificado nas análises, conflito pertinente ao tema na comunidade cooperativa pesquisada. Em geral os seguidores do conceito de camponês, que nega a lei de valor, adotaram ao longo dos anos o conceito de agroecologia construído no contexto de Pequenos Agricultores Familiares e comércio local. Todavia os seguidores do conceito de agricultura familiar que assume a lei de valor adotaram o conceito de agriculturas de base ecológica e processo de conversão da agroecologia de Gliessman (2000, 2010) não se limitando ao comércio local.

⁸⁷ Até então a exportação de produtos orgânicos era regulamentada por legislação não-brasileira. Com a regulamentação da legislação brasileira, acreditamos que ocorrerá estímulo ao comércio internacional de produtos alimentícios e insumos padrão orgânico, além disso, o fluxo de alimentos e insumos tende a fortalecer a expansão da agricultura orgânica.

5.1.4 Solidário: um conceito criticado

Entre os conceitos presentes no cotidiano do ambiente empírico identificamos o solidário. Este termo polemizado está na origem do Sistema Cresol. Segundo Búrigo (2006) nos anos de 1994 e 1995 a discussão na ASSESOAR e movimentos sociais foi intensificada, objetivando disseminação e profissionalização dos Fundos de Crédito Rotativo. Foi um período de ênfase na estratégia para acessar recursos financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Ocorreram eventos somando as experiências do Oeste Catarinense e suas cooperativas de crédito rural alternativas já em funcionamento com a experiência dos agricultores administrando os Fundos de Crédito Rotativo na região Sudoeste do Paraná. Nesta relação o termo solidário já havia sido incorporado pelas cooperativas do Oeste Catarinense. Segundo Búrigo (2006) a organização denominada CEPAGRO tinha acordos de cooperação com as entidades francesas da agricultura familiar e que utilizavam o termo solidário. O termo solidário é descrito em Rouillé d'Orfeuil (2002 p. 77) referindo-se à transformação dos processos de produção e dos hábitos de consumo para reduzir a pressão sobre o meio ambiente. Vinculado e difundido pela Finansol o termo solidário está relacionado à proposições de ações guiadas ao desenvolvimento sustentável. Uma das grandes categorias de ação da Finansol é a “[...] promoção de produtos alternativos a produtos com um fraco valor ambiental e a incitação a seu consumo. É o caso das energias renováveis, dos produtos alimentícios biológicos [...]” (ROUILLÉ D'ORFEUIL, 2002 p. 87). As críticas quanto ao conceito solidário são dirigidas à comunidade cooperativa UNICAFES e seus ramos devido a esta operacionalizar o Pronaf Custeio justamente para um modelo agrícola que prioriza a monocultura de soja, conforme já demonstramos no primeiro passo de delineamento do fenômeno, o que é interpretado pelos participantes das MIF como antagônico a noção de produtos alimentícios biológicos e a um novo modelo de agricultura para o Brasil.

5.1.5 Crescimento econômico vezes desenvolvimento econômico

Entre os conceitos comumente manifestados pelos participantes da pesquisa temos o de crescimento e o de desenvolvimento. O conceito de crescimento é criticado na comunidade cooperativa por ser ele o guia do modo atual de uso do

crédito rural. Esta crítica ao crescimento foi iniciada na década de 1970 com as organizações preconizadoras da comunidade cooperativa UNICAFES. O antagonismo entre os dois conceitos é mantido ao longo dos anos. O crédito rural que se coaduna com o conceito de crescimento econômico é correlacionado pelos participantes da pesquisa como redução da possibilidade de uma liberdade almejada historicamente:

P1-S1: ... O crédito hoje da forma como se faz hoje dentro da instituição financeira... inclusive da Cresol, **NÃO É UM CRÉDITO DE LIBERTAÇÃO!!!**... Não é um crédito que empodera é um crédito que de certa forma até meio queeee vai vai criando dependência!!! ... E essa é uma autocrítica que tem que ser feita pra todos nós... **como é que você estabelece que o instrumento crédito ao invés de ser um instrumento que repete o modelo historicamente que você condeno...** que de alguma forma faz com que você ... o agricultor crie uma dependência do crédito (08:34)... ..

Esta sentida perda de liberdade e consequente crítica tem como alicerces as noções de crescimento conforme descrito no Tao da Libertação:

Economicamente falando, o mundo está sendo subjugado em todos os níveis pelos princípios de “mercado” e pela procura do lucro. Politicamente, as corporações transnacionais estão se tornando forças dominantes globais, apoiadas pelo poderio bélico de nações que só querem defender seus próprios interesses. (HATHAWAY & BOFF, 2012, p. 50).

Os participantes da pesquisa criticam os princípios do crescimento econômico que guia o crédito rural por eles gestado, por conhecerem historicamente noções tais como:

Muito daquilo que conta como crescimento consiste na simples mudança de uma economia não monetária para uma economia monetária. Frequentemente, isto ocorre por conta da expropriação das tradicionais bases econômicas dos pobres, o que os leva a tornarem-se mão de obra numa economia baseada em dinheiro. (HATHAWAY & BOFF, 2012, p. 68).

Os conceitos históricos que caminham de mão dadas com a comunidade cooperativa UNICAFES problematizam o uso do crédito rural por eles gestado pelo viés do conceito de crescimento econômico por entenderem que:

Mesmo que a produção de alimentos aumente consideravelmente, ela terá pouco efeito na redução da pobreza. De fato, o aumento da produção tende a baixar preços, o que empobrece os pequenos agricultores.

Conscientes de que são sujeitos de organizações preconizadas por Pequenos Agricultores Familiares os participantes da pesquisa se valem de conceitos elucidativos quanto ao seu modo de operacionalizar o crédito rural:

[...] políticas para promover crescimento podem fazer com que o problema da pobreza piore porque elas transferem renda e ativos para aqueles que tem propriedades com detrimento para aqueles que dependem de seu próprio trabalho para seu sustento. (KORTEN, 1995, p. 42 *apud* HATHAWAY & BOFF, 2012, p. 68).

O conceito de crescimento econômico que caminha junto a história da comunidade cooperativa coloca os colaboradores da pesquisa como conscientes quanto ao fato que “[...] começar a produzir produtos agrícolas para exportação pode aumentar o crescimento econômico, o que favorece os grandes agronegócios, mas com detrimento dos pequenos produtores de alimentos” (HATHAWAY & BOFF, 2012, p. 68).

Esta análise histórica dos conceitos sustenta que o crescimento econômico se digladiava com o conceito de desenvolvimento, ambos presentes na comunidade cooperativa pesquisada. Os colaboradores da pesquisa contrapõem os modos de uso do crédito rural por eles gestado relativamente as suas noções conceituais:

P1-S1: **O papel do crédito como instrumento de desenvolvimento em uma determinada região...** ou uma determinada família e que se você não construir um diferencial na forma que você aplica **você repete o modelo...** hããã... que historicamente nós combatemos e que não empodera!!! (08:06)...

A contraposição que os colaboradores da pesquisa praticam discursivamente é resultado do discernimento correspondente as diferenças entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Segundo Hathaway & Boff (2012, p. 68) para o economista Herman Daly crescer significa aumentar o tamanho a partir da assimilação ou crescimento de materiais, enquanto desenvolvimento significa expandir ou realizar as potencialidades, e produzir um estado mais completo, maior e melhor.

É o conceito de desenvolvimento econômico que respalda os colaboradores da pesquisa para defenderem um novo modo de operacionalização do crédito rural. O novo modo fundamentado no conceito de desenvolvimento econômico inclui os Pequenos Agricultores Familiares brasileiros e objetiva propiciar-lhes superação de um estado de necessidade que consiste em expandir e realizar suas potencialidades

no que se refere a produzirem alimentos por meio de seus sistemas agrícolas. Os trabalhadores colaboradores da pesquisa defendem que a comunidade cooperativa UNICAFES deve intervir com conceito de desenvolvimento local e regional:

P2-S1: ... pra se materializa localmente ela precisa intervir em políticas públicas... ela **não** pode ficar isolada naquilo que o Estado aplica em termos de política pública... que é o que tem a ver com o desenvolvimento local e regional!!!... **Por que se a gente consegue ter uma rede de cooperativismo solidário representado pela UNICAFES... consegue articula o ramo crédito, o ramo produção, o ramo comercialização e consumo... você consegue ter um organismo de impacto local e regional que promove o desenvolvimento local (10:34)...**

O fato de termos constatado o uso dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico junto aos colaboradores do ambiente empírico não quer dizer que os cooperados da comunidade cooperativa na sua maioria estejam elucidados quanto as minúcias conceituais. É o conhecimento das minúcias que distinguem o conceito de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, que como ferramentas, poderão auxiliar os cooperados da comunidade cooperativa a questionarem se estão por meio do modo atual de uso do crédito rural, envolvidos em um processo de crescimento econômico com características apenas quantitativas (aumento da produtividade da soja transgênica) ou se estão construindo como sujeitos um processo de desenvolvimento que se refere aos aspectos qualitativos da vida presente e futura.

5.2 ANÁLISE HISTÓRICA DO OBJETO

O conceito principal que utilizamos para análise histórica do objeto é o de contradição primária conforme Engeström (1987). A contradição primária fundamentada na lei de valor (valor de uso e valor de troca) teoricamente afeta comunidades cooperativas resultando em desvio de rumo na relação sujeito-objeto. A análise histórica do objeto nos propiciou a cronologia de eventos críticos em que a estrutura organizativa dos Pequenos Agricultores Familiares foi afetada pela contradição primária suficientemente para desviar-se de rumo. O período é de 1966 a 2014. As fundações de estruturas organizativas que vieram a ser a comunidade cooperativa por ramos de atividades UNICAFES são eventos críticos do processo histórico que influenciaram na relação sujeito-objeto. As implementações do Fundo de Crédito Rotativo e do Pronaf Custeio no interior das organizações são episódicas.

A estrutura ao longo do período é ampliada com as fundações de novas organizações para suportarem o sistema de atividades Pronaf Custeio. Ainda que a estrutura da UNICAFES seja concebida como uma Rede de Sistemas de Atividades e cada sistema de atividade tenha seu objeto particular, é a dinâmica do sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser que dá sentido e arrasta toda a estrutura. A seguir demonstramos a cronologia da fundação das estruturas como eventos críticos:

QUADRO 5.1 - CRONOLOGIA DOS EVENTOS CRÍTICOS

1966	Fundação da ASSESOAR
1970	Modernização conservadora da agricultura
1988	Fundação da Cooperativa de ATER COOPERIGUAÇU
1994	Assesoar e Cooperiguaçu disseminam e profissionalizam o Fundo de Crédito Rotativo e estratégias para acessar R\$ do SNCR
1995	Fundação de cooperativas de crédito em 5 municípios e Base de serviços com sede na ASSESOAR
1995	Movimentos sociais realizam Romarias e Grito da Terra Brasil
1996	Criação do Pronaf Custeio
1996	Fundação do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol)
2000	Fundação Cooperativa de ATER Cooperecológica - Centro do Estado PR
2004	Cisão: Central Cresol Baser (Francisco Beltrão)=46 Singulares; Cresol Central (Chapecó) = 34 Singulares; Municípios do Sul do Brasil = 200.
2004	PNATER - Política Nacional de ATER (Princípios da Agroecologia)
2005	Fundação UNICAFES PARANÁ Obs: por ramos de atividade
2005	Fundação Cooperativa de ATER BIOLABORE
2007	Fundação Cooperativa de ATER Coopermarrecas
2008	Fundação Cooperativa de ATER Cooperfronteira
2013	Criado Sistema Cooperativo ATER CENATER PARANÁ.
2014	Criação do Departamento de ATER do Central Cresol Baser
2014	Territorialização da Central Cresol Baser no período: 200 UA; Paraná 123; SC 43; MG 17; ES 10; RO 7; SP 1. Assessorias nos Estados de Goiás, Amazonas e Rio de Janeiro.

FONTE: O autor.

Os dados das Mini-Intervenções Formativas (MIF) corroboram com a teoria de contradição primária e elucidam o desvio de rumo que ocorreu e ocorre na comunidade cooperativa UNICAFES. O P1-S5 argumenta:

P1-S5: por que nós... nascemos de uma agricultura familiar, mas estamos indo pra outro caminho né? (22:39)...

Nas palavras do P1-S5 o caminho que seguem desviou-se do rumo inicial:

P1-S5: eu acho que é o caminho para o crescimento né, a P2-S5 sabe que eu não tenho medo de falar, sou um cara que morro... morro pela boca ((risos)), falo demais, mas é muita parte financeira né??? (Obs: Enfatiza socando fortemente três vezes a própria palma da mão), é muito vender, vender néhhh!!!??? e... tá deixando um pouco de lado né???... vamos ser bem sinceros hoje, os nossos **gestores** ou... a... **assessores** que nós temos (22:40)...

Forçados pela contradição primária desviam-se do rumo inicial e gradativamente são forçados a excluírem o associado que operacionaliza pequenos valores financeiros. Os gestores e assessores segundo P1-S5:

P1-S5: não conhece a realidade do do do associado **que vai plantar uma diversidade de verdura!** **quanto** ele vai pegar de financiamento de PRONAF? mil reais, dois mil reais, pra vender bastante por ano, pra fazer custeio pra ele...néhhh!!!??? (22:41)

São ações conscientes com objetivo de operacionalização de maiores volumes de dinheiro do crédito rural que desviam o sujeito de seu objeto inicial. Seu objeto inicial continha financiar a agroecologia, porém:

P1-S5: hoje nós temos cinquenta milhões de carteira, liberando esse ano **vinte e quatro milhões a CRESOL de Beltrão**, vinte e quatro milhões de custeio e de investimento! Na política da Central **nós temos que** aumentar vinte e cinco no custeio e vinte e nove no investimento, eles vão dar assistência, eles vão, vão, vão... **cortar a agroecologia?** é a pergunta que eu tô fazendo: **o sistema vai defender pra nós liberar mil e duzentos? não** paga, eu cansei de ouvir que não paga o contrato, entendeu? (23:47)

O sujeito (Comunidade cooperativa UNICAFES) na relação com o sistema econômico gradativamente abandona a perseguição do objeto que contém Pequenos Agricultores Familiares e a idéia de construir com eles a agroecologia, para então perseguir um objeto que contém viabilidade no sistema financeiro. Esta viabilidade financeira é buscada com operacionalização do crédito rural para proprietários de áreas agrícolas maiores e que produzem mercadorias para exportação. Este rumo é criticado por P1-S5:

P1-S5: ... agora daí, se nós liberar o teto pra um cara que tem lá ... cinquenta alqueires, cento e vinte e poucos hectares, dá 200 mil de custeio, teríamos que arrumar duzentos associados pra liberar esse mesmo valor de custeio!!! tu sabe como é o sistema, hoje a gente vai fazer um contrato com menos de 5 mil... **tive que diminui isso**, quando via a gente tava fazendo uma coisa, não incentiva pega parceladinho por ano, pra... pra...prá não fazer contrato porque éhhh (24:34)...

A inviabilidade financeira, oriunda da contradição primária, que afeta a comunidade cooperativa UNICAFES mais nitidamente no ramo de crédito rural é sistêmica e está nos vários sistemas de atividades. O desvio de rumo é manifestado

pelos participantes da MIF também no que se refere a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Esta é precarizada em um processo de terceirização:

PI-S5: eu acho que entendi essa questão, eu por exemplo, eu peguei 180 planos de crédito de soja e 180 de milho da Base Sudoeste, e eu notei que do orçamento sai um pequeno valor pra assistência técnica e aquela assistência técnica faz no escritório...

P1-S5: Sim... ÉHHH!!!

PI-S5: sei lá quanto é aqui!!!...

P1-S5 é uns 5% no investimento e daí mais não sei quanto no custeio, mas **faz uma visita néhhh...e ele tem que fazer três né!!!???** (25:20):

PI-S5: no custeio vai de 0,5 a 2%, contei que em valores tão pequenos se chegou dar a dez, vinte reais num contrato então, não paga nem a assistência técnica de escritório, isso é a constatação tua também?

P1-S5: Mas é, é verdade nós pagamos 1%. Se for ver no PRONAF agroecologia, o custeio... **é o que eu te falei**, não adianta, nós pegar a Vila Rural, na vila rural é mil e trezentos mil e poucos de custeio, eles tem que fazer ao menos 3 mil por dia, mil reais a 1% vai dá?... 10 reais, néhhh? não paga nem a internet no final do mês!!! (25:38)...

O desvio de rumo sujeito-objeto que caracteriza a contradição primária (valor de uso e valor de troca) afetando a comunidade cooperativa UNICAFES é sentido pelos participantes das MIF no que se refere a inviabilidade financeira da assistência técnica:

P1-S2: dai..dai... desse lado ... acaba sendo operações, agente fez um calculo quando o P2-S2 começou.. acho que era até uns, mais ou menos em torno de 30.000 reais um valor bom né P2-S2, um custeio de até 30.000 reais pra cima já seria viável, mas de 30 mil pra baixo seria inviáveis.

O aspecto financeiro oriundo da contradição primária continua gerando tensões e pensamentos opostos quanto ao como viabilizar financeiramente a assistência técnica para operacionalizar o Pronaf Custeio. O sujeito desviado de seu rumo inicial está desafiado pela contradição primária a viabilizar a assistência técnica burocrática (ASTECC) na rede de sistemas de atividades UNICAFES:

P1-S2: exatamente! Nossa operação de custeio tão em média de 15.000 reais.

PI-S2: teria que dobrar para viabilizar só ATER estratégica no caso?

P1-S2: não...

PI-S2: não só ATER...

P1-S2: só ATER burocrática!!! (16:24)

No caso pesquisado o desvio sujeito-objeto tende a uma ruptura dos princípios organizativos iniciais. As manifestações discursivas de contradições dialéticas elucidam uma ruptura na relação dos técnicos de assistência técnica com os cooperados Pequenos Agricultores Familiares agroecológicos e uma ruptura na

relação destes mesmos cooperados com as cooperativas de crédito rural. Na Mini Intervenção Formativa N: 2 temos:

P1-S2: ...é ele mesmo está se auto isolando ... com ajuda dos técnicos com ajuda da da cooperativa. Às vezes o técnico... ele se isola... **às vezes o técnico dá uma isolada**...um pouquinho, dai ele vai na cooperativa e a **cooperativa também dá uma isolada, mas** acho é que mais assim, mais por por ele mesmo, sabe então a gente já teve esse tempo atrás acho que o P2-S2 não tava aqui **mas** o nosso outro colega o Fulano de Tal foi numa participação de um evento ASSESOAR, com vários agroecológicos e ele, o relato que ele ouve; então foi isso, que o pessoal tá isolado num canto esse pessoal do agroecológico em alguns momentos eles se sentem assim...por estarem isolados precisam de uma atenção muito maior sabe então eles precisariam assim que eles querem que a cooperativa vai lá e pega na mão dele... traga eles aqui; quem sabe faltaria isso... **mas** falta, "oppa" (Obs: P1-S2 levanta a mão) "eu sou agroecológico, eu quero fazer um custeio, quero fazer um investimento" (16:27)...

A ruptura na relação sujeito-objeto que ocorre devido a contradição primária valor de uso e valor de troca têm especificidade. Ela ocorre dirigida para o Pequeno Agricultor Familiar que mesmo tendo participado da criação das organizações preconizadoras da comunidade cooperativa UNICAFES, hoje está sendo afastado, por não ter se definido como produtor de mercadorias. A tensão é entre agricultores familiares profissionalizados como produtores de mercadorias inseridos no mercado internacional e Pequenos Agricultores Familiares que estão parcialmente inseridos no mercado local:

P2-S2: foi o que P1-S2 falou pessoal tá aí hoje muitas vezes hoje não tem como fugir de um processo legal, ainda mais que facilita, **mas tudo tem parâmetro um processo legal pra seguir** e muitas vezes o pessoal que que pega na mão leva lá prá... não precisa nada vou fazer tudo, **não** é assim, hoje o pessoal tem que se profissionalizar um pouco mesmo agroecológico tem que se profissionalizar e aquele agroecológico que diz assim: "Não precisa fazer nada, não aplico nada" **mas também não produz nada**..(Obs: risos)...

PI-S2: não produz nada..(Obs: risos)

P2-S2: então isso aí acho que se foi aquele tempo né aí?

PI-S2: ahi o Crédito Rural não pode pra isso, não é Assistência Social é pra gerar um...

P1-S2: é isso que o P2-S2 falou hoje em dia **não** tem como, né P2-S2, mas (43:07)...

Todavia a contradição primária não afetou suficientemente para uma ruptura na relação sujeito-objeto, quando a agroecologia é interpretada como um processo de conversão que gradativamente substitui insumos e manejos. Neste caso o agricultor familiar profissionalizado que avança no processo de conversão continua em relação com o crédito rural da comunidade cooperativa UNICAFES:

P2-S2: ... nós pelo menos como profissionais mais da nossa alçada aí, que a gente tenta trabalhar éhh nessa linha de **redução de impacto** então o que a gente tá colocando pra vocês: "**óhh vocês não são vendedores**" vocês tão éh éh o foco é pra...é olha pro associados a gente quer que o

associado se viabiliza então o padrão de vocês é o agricultor e, ali é um **processo de transição**. Hoje não tem como do dia pra noite chegar lá, então... “agora eu vim fazer um trabalho agroecológico”... Então acho que a agroecologia, acho que o produtor agroecológico, pequenos... pequenos processo, que ele acaba fazendo já pode ser considerado um agricultor agroecológico...

A lógica do processo de conversão dialoga com o ramo do crédito rural da comunidade cooperativa UNICAFES. O P2-S2 assim a descreve:

P2-S2: processos de transição... já começou a reduzir o impacto: “ah esse ano aqui eu já autorizei”, no ano passado eu utilizei dez sacos de ureia e este ano aqui através da adubação verde já coloquei só dois sacos, acho que já tá num **processo de transição** que às vezes a gente olha... ahh... Qué trata o agricultor ohh e um pouco em função do radicalismo e quando falava em agroecologia o pessoal já pensa em outro planeta...mundo diferente e aí (44:09)...

A análise da história do objeto da comunidade cooperativa UNICAFES elucida quanto a um desvio de rumo sujeito-objeto devido a contradição primária, de tal modo que o sujeito faz atualmente em grande escala, justamente aquilo que procurou se contrapor:

P1-S3: ... i **eu** tive a oportunidade de ser um dos fundadores do Sistema Cresol ... ihhh ... daí ... bom nós criamos a Cresol inicialmente fizemos todo um debate ... nós queríamos a Cresol mas não ... além de ela proporcionar uma o crédito para os agricultores familiares, pros meeiros, pros parceiros, arrendatários e demais que não conseguiram documento da terra e tal ... **nós queríamos também não financiá o que o Banco financiava néhhh ... ou seja... as multinacionais ...**

PI-S3: que ano era mais ou menos?

P1-S3: ... 95 ... 94, 95 a gente constituiu a Cresol **fui um** dos primeiros dirigentes ... presidente da quarta cooperativa do Sistema néhhh ... éhhh...

PI-S3: de qual?

P1-S3: ... Pinhão

PI-S3: a de Pinhão...

P1-S3: ... Pinhão isto ...

PI-S3: certo

P1-S3: ... e **a gente tinha ... a gente tinha** na mente **não ... não vamo** financiá o agronegócio ... em alguns momentos chegamos assim há há há até reluta... **o que teve mais presente na nossa discussão dá Cresol foi os transgênicos** néh ... onde **a gente** criou uma carta aqui da Central proibindo os diretores plantá transgênico néhhh ...

O desvio de rumo é sentido pelo P1-S3 que se penaliza:

P1-S3: ... **então tem horas que a gente até se sente culpado por ter proporcionado...**

A história do objeto tem dois períodos que se destacam pela variação estrutural dos sistemas de atividades. O primeiro é o período do sistema de atividade Fundo de Crédito Rotativo e o segundo é o período do sistema de atividade Pronaf Custeio. Cada qual é visto pelos participantes das Mini-Intervenções Formativas (MIF) como antagônicos. Embora tratado como prioridade o

objeto do Pronaf Custeio não eliminou totalmente o objeto do Fundo de Crédito Rotativo gerado no período de 1980 a 1996. Porém a partir de 1996 o objeto do Fundo de Crédito Rotativo sofreu retração. O objeto do Fundo de Crédito Rotativo e o objeto do Pronaf Custeio são uma unidade de opostos que como pólos constituem o objeto perseguido atualmente pela comunidade cooperativa UNICAFES. Este objeto polarizado é sistêmico e caminha ao longo da história da fundação de cada uma das organizações componentes da comunidade cooperativa UNICAFES. As organizações por serem construtoras da comunidade cooperativa carregam consigo os dois pólos do objeto. Um dos pólos se caracteriza por contemplar Pequenos Agricultores Familiares, agriculturas de base ecológica e agroecologia e advém dos conceitos construídos no período do Fundo de Crédito Rotativo. O outro pólo prioriza *comodities* e a eficiência produtiva do sistema de atividade que busca produzir mais valia e advém de regras do Pronaf Custeio.

As sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF) contém manifestações discursivas de contradições dialéticas citando datas e eventos do passado, que contribuíram para a cronologia da fundação das organizações da comunidade cooperativa, os motivos da criação das várias organizações que a compõem e a unidade de opostos que se mantém viva desde a criação da primeira organização denominada Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) no ano de 1966. Somente é possível conceber o desvio de rumo na relação sujeito-objeto com um recorte temporal de mais de 20 anos de processo histórico. Na MIF 7 ASSESOAR às manifestações discursivas remeteram a década de 1980 e demonstraram que existia um trabalho de formação de jovens agricultores. Nas palavras temos:

P1-S7: Então ... **eu** sou P1-S7 moro no município de Santa Izabel do Oeste a uns 70 quilômetros daqui! tenho uma pequena, um sitio, trabalhamos na família tendo a atividade principal que é o leite... e também temos outras culturas ... a gente também planta por lá pra consumo e também pra pra trato dos animais ... pastagens e pra silagem! ... e ih propriamente dito na ASSESOAR tenho várias vindas e vindas desde a minha trajetória por aqui **que começa na década de 80...**

PI-S7: ... na década de 80 que idade você tinha quando começou?

P1-S7:... era bem jovem... na faixa de uns 18 anos de idade por aí... e iniciei praticamente junto com o trabalho com jovens (05:41).

Os jovens ingressavam para desenvolvimento de trabalhos e ocupavam cargos na diretoria da ASSESOAR e em outras organizações sociais que atuavam na região Sudoeste do Paraná. Nas palavras do participante da pesquisa temos:

P1-S7: ... fui da direção no ano de 2000, 2002 a 2006 fui da executiva e posteriormente ocupei vários espaços da região e do Estado porque eu fui pra Comissão Pastoral da Terra .. a gente sempre teve uma caminhada vinculada ... a Comissão Pastoral da Terra sempre trabalhou com a Assesoar numa linha da teologia na qual também a Assesoar e a CPT tinham aqui na região trabalho junto a assentamentos e acampamentos ... trabalhos de motivação...

PI-S7: certo

P1-S7: ... de presença mais espiritual junto aos acampados (05:43)...

Entre os trabalhos de motivação cita o crédito rural. Os participantes se referem como Fundo de Crédito Rotativo. Durante a sessão temos:

P1-S7: ... então éh ... éh (riso) na verdade assim... na época quando o Fundo de Crédito Rotativo foi instituído aqui pela na ASSESOAR ele era gestado por uma ... coor... uma coordenação de representação de movimentos de entidades ...

PI-S7: certo...

P1-S7: ... do qual eu já estive desde o primeiro momento no assento do conselho representando a Comissão Pastoral da Terra... então eu fi... eu ajudei a discutir, avaliar, aprovar ... e entre outras coisas o conselho tinha o poder hãã... hãã ... receber projetos, avaliar e dá o aval nos projetos do cons... do Fundo de Crédito Rotativo da época... **então foi lá que se gestou um outro jeito de se pensar a questão do crédito néh!!!???**...

PI-S7: certo

P1-S7: ... o Fundo de Crédito Rotativo teve esse (05:44)...

O descrito na manifestação discursiva é elucidativo quanto à organização Assesoar juntamente com outras organizações terem seu objeto na motivação de agricultores para o uso do crédito rural adequado as suas necessidades. Na sessão 7 ASSESOAR identificamos que de 1980 até 1995 foi o período histórico em que o Fundo de Crédito Rotativo foi exercitado pelos agricultores. Em suas palavras:

PI-S7: que anos é que foi mais intenso o ...

P1-S7: ... foi todo esse período da década de 80...

PI-S7: década de 80 ...

P1-S7: ... década de 80... isto foi um período bastante ... até... até a década de 90 quando começa depois a necessidade de fluir pra... foi em 2000 .. foi em 95 néh ... que foi criada a primeira Cresol aqui na região... a Cresol faz 20 anos de existência já...

PI-S7: faz bastante tempo...

P1-S7: ... faz bastante tempo (05:51)...

A manifestação discursiva do P1-S7 ASSESOAR sustenta que o Fundo de Crédito Rotativo financiado pela *Misereor* foi o preconizador da fundação episódica do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol) bem como da novidade que foi Pequenos Agricultores Familiares gestarem crédito rural:

P1-S7: ... é na verdade eu sempre digo que que o que foi... o berço que gerou o Sistema aaa Cresol foi o Fundo rotativo... O Fundo Rotativo como uma, um Fundo que não tinha assim uma personalidade jurídica... néh é tão... a ASSESOAR administrava o recurso que era um convênio que tinha com a *Misereor* né... a *Misereor* que acesso recursos pro Fundo... a ASSESOAR era a entidade proponente, responsável que respondia éhhh... pela execução do projeto e com aval das outras entidades e movimentos das organizações na época... e aí este aprendizado todo aí então de ... realiza... fazê... gestá crédito aos agricultores não era coisa dos agricultores ... era coisa sempre dos Bancos (07:28)...

Na sessão de MIF 7 ASSESOAR constatamos a transição do Fundo de Crédito Rotativo gestado pela ASSESOAR e demais entidades e o início da construção da estrutura do sistema de atividade Pronaf Custeio, marcado pelo evento crítico da fundação do Sistema Cresol. Isto ocorreu devido a necessidade de ampliarem a oferta de crédito rural, uma vez que os recursos financeiros do Fundo de Crédito Rotativo eram insuficientes. Nas palavras do P1-S7:

P1-S7: ... era uma coisa... uma experiência extremamente nova pra todo mundo néh ... aí é que vai apreendendo... vai se apreendendo nesse contexto também néh ... depois aqui na Assesoar com as dificuldades que foram aparecendo com o processo de também de aprendizado... vai se gestando... vai vendo ... vai melhorando e tal... **mas que num determinado momento já não dava mais conta** de atender tanta demanda que tinha néh... então precisava ter um negócio mais organizado... mais pensado... então tinha uma **secretaria executiva aqui na Assesoar**... tinha pessoas que trabalhou mais diretamente no Fundo (7:57)...

A necessidade por crédito rural adequado aos Pequenos Agricultores Familiares gerou ações da ASSESOAR objetivando buscar recursos financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Este objeto foi perseguido e alcançado, porém o modo como atualmente é utilizado devido a contradição primária (valor de uso e valor de troca) não corresponde as expectativas de outrora. O P1-S7 manifesta a contradição dialeticamente:

P1-S7: então!!!! ... eu me parece que vou emitir um parecer aqui ... um olhar a partir também de vários momentos que a gente tem conversado ... éhhh ... sobre essa questão néh ... éhhh ... bom... primeiro que ao expandir a possibilidade de dar o crédito ...acho que foi uma coisa maravilhosa... foi uma coisa boa ... ela possibilita aos que não estavam ser incluídos ... então houve na questão da inclusão uma coisa boa... porém... **a linha de inclusão é que é o problema** ... éh ... me parece que a linha de inclusão ela tá muito voltada pra monocultivos... ela fortaleceu e potencializou os monocultivos em grande escala... e aí torno... torno o agricultor muito dependente... muito dependente de buscar crédito meio sem pensar o contexto como um todo alheio a questão tanto ambiental pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e agroquímicos né (16:11)...

Na sessão de MIF N: 6 COOPERIGUAÇU o impacto do Pronaf Custeio priorizando valor de troca e não sendo adequado para valor de uso aos Pequenos Agricultores Familiares é debatido entre os pares. Os pares tem como referência os

dados espelhos apresentados como estímulos pelo pesquisador-interventor. Os dados espelhos demonstram a operacionalização dos recursos financeiros do Pronaf Custeio exclusivamente da Central Cresol Baser que representa o ramo crédito da comunidade cooperativa UNICAFES. Nas palavras dos pares temos:

P1-S6: não tem dúvida que os técnicos são orientados ... pra éhhh... o uso desses insumos... eles são orientados assim... .. **você está certo!**

PI-S6: os técnicos você fala.. é do .. geral ou interno a organização do cooperativismo de crédito?

P1-S6: não, em geral... é que não tem mais diferença!!! ... o problema do que tu tá dizendo... éhhh que eu acho... PI-S6... é éh que... o oh oh ... você tá querendo caracteriza as cooperativas de crédito como sendo diferente das demais instituições financeiras ... não é isso mesmo?

PI-S6: ou tentando ver alguma singularidade nelas!!!

P1-S6: éhhh é isso mesmo!!! ... é éhh ... (Obs: balança a cabeça em desacordo)... por aí pra mim não sai nada!!!

PI-S6: certo!

P1-S6: ... pode... não tem como... .. eu não vejo por que inclusive ... qual seria a razão ... de fazer diferente!!!

P2-S6: **COMO NÃO P1-S6!!!!???? ... PELO AMOR DE DEUS!!!!!! ... As cooperativas de crédito de economia solidária não fazer diferente!!!!????**

P1-S6: ... isso é tudo discurso!!! (07:42)

As manifestações discursivas de contradições dialéticas acima novamente corroboram com a teoria de que o sujeito Pequeno Agricultor Familiar sofreu desvio de rumo relativamente ao objeto que outrora perseguia. Queria fazer algo mas o resultado de suas ações é insatisfatório e antagônico. Instalado o debate entre os pares, que como sujeitos participam da construção da comunidade cooperativa UNICAFES desde suas origens, pensamentos opostos são conflitados. Demonstram indignação quanto a não aplicação do crédito rural Pronaf Custeio no que se refere a custear agriculturas de base ecológica, agroecologia e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Pequenos Agricultores Familiares (valor de uso).

Os debatedores conflitantes são da MIF 6 COOPERIGUAÇU. Averiguando o seu estatuto social conhecemos no CAPÍTULO II OBJETIVOS SOCIAIS Art. 2º que “[...] os trabalhos serão voltados para o desenvolvimento rural sustentável em todos os seus aspectos que abrangem as questões sociais, culturais, econômicas e ambientais”. Deste modo é possível sustentar que a relação sujeito-objeto da organização COOPERIGUAÇU tal qual da ASSESOAR também sofreu ruptura com desvio de rumo. A contradição primária no caso estudado é sistêmica e causa distúrbios na Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. No caso da COOPERIGUAÇU o seu objeto valor de uso que implica em prestar serviços de ATER para Pequenos Agricultores Familiares conflita com o

objeto valor de troca que prioriza assistência técnica (ASTECC) de escritório sustentada financeiramente na comunidade cooperativa UNICAFES devido ao Pronaf Custeio. Nas manifestações discursivas da MIF 6 COOPERIGUAÇU temos:

P1-S6: não há diferença... só que eu não posso aceitar isso como uma coisa normal ... dentro da proposta que nós constituímos ...

P2-S2: sei!

P1-S1: ... eu... é isso que tá acontecendo... mas isso pra mim ... não é o que nós construímos como cooperativismo...

P2-S2: mas me diz o seguinte... Pronaf você acha que o Pronaf veio pra promove agroecologia???...

... ..

P1-S1: nã nã nãão ... mas veio pra promove uma agricultura mais sustentável!!!

P2-S2: não tem!

P1-S1: agricultura mais sustentável... foi isso que eu imaginei!!!

P2-S2: não tem... por aí não sai nada!!!

P1-S1: Tanto é que existe uma modalidade de Pronaf Agroecologia!!! Tanto é que...

P2-S2: não sai nada!!!

P1-S1: ... a gente pensou num Pronaf Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar...sempre se imagino que que a agricultura familiar seria a grande produtora de alimentos e nunca se ... nunca se imagino uma produção de alimentos envenenados... o que a gente imaginava era produção de alimentos mais limpos do que os ditos alimentos produzidos pelo agronegócio ... é isso que nós imaginamos!!!... o que o PI-S6 tá dizendo é o seguinte ... isso é balela!!!...

P2-S2: Exatamente!!! E eu também concordo com ele!!!

PI-S6: o oooo meu dado mostra isso!!!

P2-S6: Sim sim ... não nãohh... por isso...

PI-S6: eu to interpretando...

P2-S6: ... por isso pra chegar a essa conclusão eu já cheguei inclusive é um conflito... eu concordo (09:47) ...

Na troca das manifestações discursivas dos pares e pesquisador-interventor (PI-S6) tanto da sessão 6 ASSESOAR quanto da sessão 7 COOPERIGUAÇU explicitamos analiticamente um desvio de rumo na relação sujeito-objeto que é característica da contradição primária valor de uso e valor de troca. Não se trata de um simples desacordo interno, mas sim da demonstração de que sujeitos com longo período de história de vida construindo uma estrutura organizativa vivem em contradição.

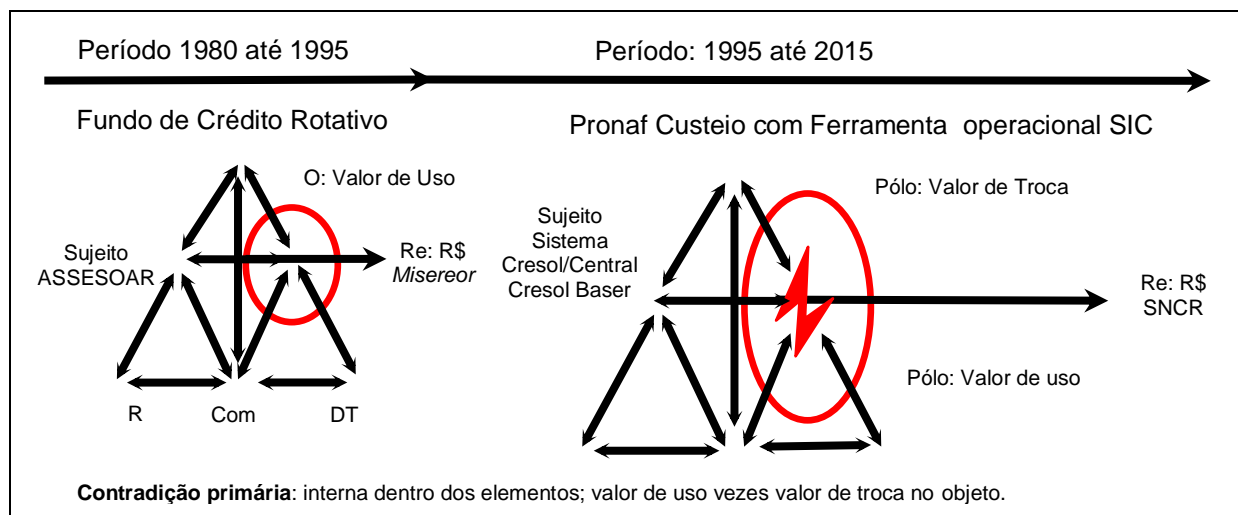
Com as manifestações discursivas acima citadas, a análise histórica do objeto sustenta que a fundação do Sistema Cresol, a criação do Pronaf Custeio como lei e o início da sua operacionalização por Pequenos Agricultores Familiares, são eventos críticos que desviam o rumo do sujeito-objeto. Um passado de Pequenos Agricultores Familiares buscando crédito rural para produzirem alimentos e autonomia e a chegada de um crédito rural que prioriza propriedades agrícolas maiores e *comodities* para exportação.

Os eventos críticos atingiram a relação sujeito-objeto. O sujeito Pequeno Agricultor Familiar exercitado com o Fundo de Crédito Rotativo perseguia um objeto para satisfazer suas necessidades. Portanto sustentamos que investir os recursos financeiros para as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares equivale a valor de uso. Todavia quando os recursos financeiros alcançados são direcionados como uma mercadoria especial para a geração de mais valia internamente a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES defendemos como sendo valor de troca. A mercadoria especial dinheiro que chegou e chega como crédito rural Pronaf Custeio é o que caracteriza a contradição primária. Ao impactar na relação sujeito-objeto a contradição primária gera uma polarização em que um pólo é o de valor de uso (Pólo socioeconômico) e o outro pólo é o de valor de troca (Pólo financeiro) pertinente a todas as mercadorias. Assim o sujeito se desvia do rumo valor de uso e prioriza o valor de troca. O que caracteriza a contradição primária não é exatamente o direcionamento dos recursos financeiros para a monocultura de soja como apresentamos no primeiro passo de delineamento do fenômeno, mas sim o direcionamento da mercadoria especial dinheiro para gerar mais dinheiro internamente ao processo produtivo da Rede de Sistemas Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES.

Representamos na figura 5.1 a seguir com a unidade de análise de um sistema coletivo (LEONTIEV, 1987) a ASSESOAR como sujeito que persegue um objeto valor de uso para suprir necessidades de Pequenos Agricultores Familiares e alcança recursos financeiros advindos da Misereor. Sustentamos que estes recursos financeiros não estavam colocados como mercadoria especial dinheiro para ser ampliado no processo produtivo, mas sim como recurso financeiro para treinar Pequenos Agricultores Familiares no uso da ferramenta Fundo de Crédito Rotativo que foi primordial para operacionalizar crédito rural no sistema financeiro com a chegada do Pronaf Custeio. Representamos na figura 5.1 os recursos financeiros do Pronaf Custeio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como resultados alcançados pelo Sistema Cresol e atualmente pela Central Cresol Baser. Os recursos financeiros alcançados e advindos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) são interpretados como mercadoria especial dinheiro do sistema financeiro. Este por ser mercadoria carrega consigo a contradição histórica valor de uso e valor de troca e é a origem da contradição primária da Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES. Assim ilustramos com a unidade de análise de um sistema coletivo

(Leontiev, 1978) o objeto polarizado. O pólo acima é valor de troca extremamente priorizado e em expansão e o pólo abaixo é o valor de uso que sofre contração. Ilustramos o impacto que ocorreu na relação sujeito-objeto em 1995 com o evento crítico Pronaf Custeio colocando o desenho de um raio entre os dois pólos. Ainda na figura 5.1 o Pronaf Custeio está representado pela sua ferramenta operacional Sistema Integrado de Crédito (SIC) por esta ser parametrizada pelas leis do Manual de Crédito Rural (MCR). As leis que estão parametrizadas na ferramenta SIC mediam as relações da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES e direcionam as operações para pólo valor de troca. O desvio de rumo implica em direcionar ações e operações do sujeito (período de 1980 até 1995) que eram no sentido de valor de uso para um novo sentido que é o pólo valor de troca (período de 1995 até 2015). O objeto está polarizado como resultado do impacto da contradição primária que chega com a mercadoria especial dinheiro do Pronaf Custeio. Atualmente os sujeitos tem dois sentidos a seguir o que lhes confundem. A seguir representamos a contradição primária do ambiente empírico:

FIGURA 5.1 - CONTRADIÇÃO PRIMÁRIA NA COMUNIDADE UNICAFES.



FONTE: Adaptado de ENGSTRÖM (1987).

A contradição primária além de polarizar o objeto em valor de uso e valor de troca, teoricamente também se instala nos demais elementos das estruturas dos sistemas de atividades gerando ambiguidades. Na análise histórica da ferramenta que apresentamos a seguir analisamos separadamente os elementos dos sistemas de atividades Fundo de Crédito Rotativo e Pronaf Custeio para contrastar períodos. Analisando deste modo reforçamos a hipótese de contradição primária e abrimos

para análises de contradições secundárias (Sujeito confronta regras) e terciária (Nova tecnologia e/ou novo modelo confronta velha tecnologia e/ou velho modelo). A continuidade da perseguição do objeto recursos financeiros do SNCR ao longo dos anos, intensifica a contradição primária. Esta intensificação teoricamente também agrava as contradições secundárias e terciária, o que averiguaremos nas análises seguintes.

5.3 ANÁLISE HISTÓRICA DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA ATIVIDADE

As manifestações discursivas que tratam do Fundo de Crédito Rotativo do período de 1980 até 1995 e do Pronaf Custeio no período de 1995 até 2015 quando realizamos sessões de Mini-Intervenções Formativas (MIF) ilustram transformações drásticas ao ponto de cogitarmos substituição total. Não sustentamos a ideia de substituição total de um sistema de atividade do passado para outro do presente por termos constatado em análises, que os participantes da pesquisa perseguem no objeto atual do sistema de atividade do Pronaf Custeio, um pólo socioeconômico que defende o crédito rural para Pequenos Agricultores Familiares incluindo agroecológicos e agriculturas de base ecológica contrapondo-se a modernização conservadora da agricultura. Este contraponto confirma uma unidade de opostos histórica da comunidade cooperativa UNICAFES e demonstra que a organização não é algo homogêneo, mas sim uma multiplicidade de vozes.

Para vermos transformações históricas nos atemos a história particular do sistema psicológico (SCRIBNER, 1997) e nos valem da unidade de análise de sistema de atividade coletivo (LEONTIEV, 1987) e níveis de hierarquia (LEONTIEV, 1978). Utilizamos somente a unidade de análise de um sistema de atividade coletiva (LEONTIEV, 1987) por esta ser suficiente para compararmos as estruturas de dois períodos.

As manifestações discursivas de contradições dialéticas das análises demonstram confronto dentro de cada um dos elementos da estrutura do sistema de atividade Pronaf Custeio. Os elementos não são transformados por sujeitos interagindo pacificamente. As transformações da ferramenta operacional e demais elementos ocorrem com tensões e ambiguidades. Quando analisamos a ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) como operacionalizadora dos recursos financeiros do Pronaf Custeio e direcionadora da implantação de um pacote

tecnológico, composto por monoculturas, agrotóxicos e assistência técnica legalizadora do crédito rural Pronaf Custeio, não esquecemos de atentar que esta mesma ferramenta também é disputada por indivíduos que objetivam parametrizar nela as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. A unidade de opostos interna ao elemento ferramenta SIC é percebida por contraste, entre a ação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que ocorria no período do Fundo de Crédito Rotativo e a operação automatizada (de escritório) da Assistência Técnica (ASTEC) do Pronaf Custeio. A operação automatizada e a transformação da ferramenta ocorrem devido à pressões oriundas das contradições. Estas provocam aceitação de novas tecnologias que em geral se acoplam a ferramenta SIC objetivando aumento da produtividade do trabalho de repasse de valores financeiros. Para elucidarmos descrevemos primeiramente as características dos elementos da estrutura do sistema de atividade Fundo de Crédito Rotativo e na sequência descrevemos as características atuais (2015) dos elementos da estrutura do sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser.

5.3.1 Sistema de Atividade Fundo de Crédito Rotativo (Passado)

Várias manifestações discursivas de contradições dialéticas que remetem ao passado corroboram para elucidar quanto às características dos elementos da estrutura do sistema de atividade Fundo de Crédito Rotativo:

5.3.1.1 Ferramenta operacional

Antes de tudo o Fundo de Crédito Rotativo é manifestado como algo de treinamento e/ou aprendizado. Como um modelo ou artefato que por ser exercitado em trabalhos práticos provocou aprendizagem. Pequenos Agricultores Familiares internalizaram um modelo como instrumento operacional dos recursos financeiros que chegavam do exterior (Alemanha) por meio da *Misereor*⁸⁸. No período de 1980 a 1995 as ferramentas da informática ou sistemas de informação pouco se faziam

⁸⁸ A ASSESOAR tem o mesmo tempo de existência que a Misereor. Esta é uma organização de ajuda ao desenvolvimento da Igreja Católica alemã e completa meio século de operações. (Fonte: <http://www.dw.com/pt-br/misereor-completa-50-anos/a-3570851>).

presentes nas organizações (sujeitos) do Fundo de Crédito Rotativo (FCR). O FCR consistia numa atividade formada por ações de empréstimo de valores financeiros à grupos associativos informais de Pequenos Agricultores Familiares. A devolução do valor financeiro emprestado era calculado pelo preço de sacas de milho. O FCR interpretado como modelo e/ou ferramenta é uma forma rudimentar exercitada, utilizada e desenvolvida pela cultura local. A teoria histórica do desenvolvimento do comportamento humano e suas funções psicológicas superiores mediadas por ferramentas nos fundamenta para sustentarmos o Fundo de crédito Rotativo como um modelo/ferramenta rudimentar. Nos estudos de Scribner (1997) o grupo indígena Oksapmin da Papua Nova Guiné se valia de um sistema de números rudimentares baseado nas partes do corpo, para realizar operações quantitativas simples e necessárias na vida diária. Segundo a autora o sistema é transformado devido as novas atividades profissionais e comerciais. Ao mesmo tempo em que o sistema antigo passa por transformações a população Oksapmin aprende a usar calculadoras manuais, para cálculos nas lojas comerciais do país (EDWARDS, 1981 *apud* SCRIBNER, 1997 p. 259). Salvo as particularidades da cultura local Oksapmin, que conforme Scribner (1997) não passa pela fase do desenvolvimento da ferramenta aritmética escrita, as transformações do FCR como modelo e/ou ferramenta operacional do nosso estudo empírico, tem direcionalidade e corresponde a teoria geral do desenvolvimento de ferramentas no manuseio cotidiano do trabalho de um sistema psicológico particular. Quem manuseava o Fundo de Crédito Rotativo (FCR)?

5.3.1.2 Sujeitos

Duas organizações como sujeitos se destacam no manuseio do FCR. A primeira é a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) fundada em 1966. Tem como associados os Pequenos Agricultores Familiares da região Sudoeste do Estado do Paraná que vivem em minifúndios. A segunda é a Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (COOPERIGUAÇU) fundada em 1988. Esta tem como sócio-fundadores profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) graduados nas ciências agrárias e na sua maioria em

agronomia. A organização alterou seu estatuto social⁸⁹ para abarcar técnicos de escolas agropecuárias no ano de 2004. Como sujeito da criação episódica do Fundo de Crédito Rotativo (FCR) participaram uma coordenação de representação de movimentos de entidades incluindo a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os sujeitos perseguiram qual objeto?

5.3.1.3 Objeto

No período de 1980 a 1995 os Pequenos Agricultores Familiares excluídos pelos agentes financeiros brasileiros perseguiram (como caça) recursos financeiros para suprirem necessidades das atividades agrícolas em suas propriedades e/ou posses de terra. A ASSESOAR interagindo com a COOPERIGUAÇU objetivando a efetivação da ação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na atividade Fundo de Crédito Rotativo construiu um objeto. Neste, os Pequenos Agricultores Familiares ao acessarem o crédito rural e ATER adequada as suas realidades transformariam suas propriedades rurais conforme noções de agricultura alternativa⁹⁰ e/ou agroecológicas suprimindo suas necessidades e desejos de desenvolvimento⁹¹. O objeto perseguido pelos Pequenos Agricultores Familiares e profissionais da COOPERIGUAÇU continha ideologia da escola de Chayanov (1974) e buscava geração de autonomia, no que se refere tanto ao crédito rural quanto aos criticados insumos de origem industrial que chegavam à região Sudoeste do Estado do Paraná a partir da década de 1970 conforme modernização conservadora da agricultura (DELGADO, 2009). É evidente nas manifestações discursivas de contradições dialéticas da COOPERIGUAÇU que seu objeto particular desde sua fundação como organização de profissionais agrônomos, consistia em realizar ações de ATER como processos educativos juntamente com os Pequenos Agricultores Familiares e em conformidade com os princípios das agriculturas alternativa, agroecológica e de base ecológica em geral. Quais os objetivos dos sujeitos?

⁸⁹ Conforme Ata número 1/2014 cedida pela COOPERIGUAÇU.

⁹⁰ A expressão Agricultura Alternativa foi substituída no ambiente concreto desta pesquisa por Agroecologia no final da década de 1990.

⁹¹ Desenvolvimento no sentido do indivíduo desenvolver suas capacidades, mas também no sentido de desenvolver sistemas agrícolas, ou sua propriedade agrícola, em um cenário desfavorável que os excluía.

5.3.1.4 Objetivos

Identificamos em análises objetivos (menores que o objeto) alcançados pelos sujeitos do Fundo de Crédito Rotativo. São eles: i) a difusão da noção de agriculturas alternativa, agroecológica e agriculturas de base ecológica em geral; ii) profissionalização do Fundo de Crédito Rotativo (1994, 1995); iii) construção de estratégia para buscar recursos financeiros no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) nos anos de 1994, 1995); iv) fundação de Cooperativas de Crédito Singulares (1995); v) Pequenos Agricultores Familiares treinados para iniciarem a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e; vi) a fundação de uma Base de Serviços (1996). Quais resultados esperavam?

5.3.1.5 Resultados esperados

Os resultados esperados pelo sujeito Pequeno Agricultor Familiar e sua organização pioneira ASSESOAR esperavam resultados transformadores no modelo agrícola brasileiro. As críticas eram dirigidas a modernização conservadora da agricultura por esta lhes ser inadequada tanto no que se refere ao crédito rural quanto à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Os resultados que esperavam alcançar com suas ações foi quanto a direcionarem o crédito rural do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e a organizarem um ATER para suprirem suas necessidades de Pequenos Agricultores Familiares. Qual a ação consciente enfatizada pelas manifestações discursivas de contradições dialéticas das Mini-Intervenções Formativas (MIF)?

5.3.1.6 Ação

A ação⁹² enfatizada durante as sete sessões de MIF é quanto a uma modalidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com ênfase na relação dialética entre profissionais de ATER e famílias dos Pequenos Agricultores Familiares. Esta ação foi crucial para a atividade Fundo de Crédito Rotativo. É uma

⁹² Assumimos o Fundo de Crédito Rotativo como um sistema de atividade coletivo, porém admitimos o limite de nossa metodologia no que se refere a resgatar todas as ações da atividade coletiva.

ação consciente em que objetivavam gerar referências de sistemas agrícolas alternativos, agroecológicos e agriculturas de base ecológica em geral. Estas referências confrontariam o modelo agrícola preconizado pela modernização conservadora da agricultura, que chegava a região Sudoeste do Paraná mais evidentemente na década de 1970. Citamos uma manifestação discursiva que descreve a ação de ATER como relação dialética praticada no passado do Fundo de Crédito Rotativo e que gradativamente foi transformada/substituída por vistoria técnica:

P2-S5: os analistas, eles só conhecem o sócio que vem aqui né, algumas vezes eles vão fazer visita, e o técnico, pelo menos o Fulano de Tal, o Ciclano de Tal né! O Ciclano de Tal, ele conhecia muito... o Beltrano de Tal...ele ia nas casas...e não procurava fazer só aquilo...ele dizia...oh tem que fazer assim, fazer diferente...não ia só fazer a vistoria desses projeto! Ele ia dar um encaminhamento pro sócio e isso é bom néhhh!!!??? Qualquer coisinha que ele fala ajuda néhhh... eu lembro que ele chegou no meu irmão e falou: “você tem que melhorar a pastagem!” e explicou que para aumentar o leite não é a quantidade de vaca... falou pro meu irmão “Você tem que melhorar a pastagem!” Hoje em dia meu irmão melhorou muito a pastagem, de tanto que o Ciclano de Tal falou que tinha que melhorar a pastagem, porque é a quantidade de alimento que dá a quantidade de leite...e é a verdade! Foi melhorando e melhorando e agora as pastagens tão melhorando bastante lá na nossa região, lá tem melhorado...

PI-S5: então isso é dá assistência técnica?

P2-S5: uhum (33:00)...

O P1-S5 concorda com o P2-S5 e se manifesta com características da categoria duplo vínculo (Questão retórica) para descrever como outrora foi a ação de ATER e as transformações insatisfatórias que esta sofreu:

P1-S5: **Entendeu?** hoje vem tudo na técnica néhh PI-S5!!!??? Se tu tivé uma análise de solo você tem que fazer de acordo com a análise de solo né!!!??? Porque senãooo... é certo, é correto é! Mas o associado o agricultor ele antes não precisava de tudo isso, era incentivado fazer, **há vinte anos atrás**, de repente fazia, mas o que acontecia: **o técnico ia lá ver o que podia por lá na lavoura, hoje não, hoje a tecnologia diz o que eles têm que pôr! Entendeu a aaahh inversão dos papel?** O técnico antes, que você é um agrônomo, ia lá e dizia “opa, aqui eu me baseio o teu terreno aqui tá meio fraquinho, essa grama, se nós joga adubo orgânico, ela vai melhora” e a gente fazia, hoje não, hoje ele se baseia nummm... só no numa análise de solo, tem que interpreta ela com aqueles cálculo lá que você sabe fazê, e daí tu vem aqui no teu escritório joga no sistema e diz “opa!!! Essa aqui deu teor tanto”... Tu põe cinquenta eee ahhhh tonelada de cama-de-aviário lá nos teus dois, três alqueires, mas ele nem vai olhar pra ver se ta amarelado o pasto, mudo muito, é assim! Daí o pequeno né P2-S5!???, diz assim: “Chiiiiiii!!! agora precisa levar ate a terra lá na... na CRESOL pra ...” daí paro não tem, néhhh!!!??? Deu o exemplo do teu irmão, era muito financiado, né um hectare que dá nem meio alqueire, **mas tinha muitos na CRESOL**, pra aquele a Cresol (Obs: abana a cabeça negativamente)... eu falo não pra mim P1-S5, mas a gente virou aquela mania do consumismo (34:22)...

Uma vez demonstrado a característica da ação de ATER questionamos. No período do Fundo de Crédito Rotativo (FCR) as ações se tornaram repetitivas ao

ponto de caracterizar o elemento operação da estrutura do sistema de atividade coletivo?

5.3.1.7 Operação

Não constatamos nos dados preliminares e nem nas análises das sete sessões de MIF a descrição de ações repetitivas e/ou automatizadas para sustentarmos que no modelo do Fundo de Crédito Rotativo (FCR) existissem operações teoricamente inconscientes e em nível hierárquico subalterno do sistema de atividade conforme Leontiev (1981). Quais regras definiam a forma das ações do Fundo de Crédito Rotativo?

5.3.1.8 Regras

Advindas das relações com agente financeiro do projeto exógeno conforme convênio⁹³ com a *Misereor* e construídas internamente a organização ASSESOAR e coordenação de representação de movimentos de entidades. Como eram divididos os trabalhos?

5.3.1.9 Divisão do trabalho

As ações de gestão dos Fundos de Crédito Rotativo, prestação de contas a *Misereor*, concessão do uso do dinheiro aos grupos de Pequenos Agricultores Familiares, mobilização dos agricultores por meio do associativismo era trabalho da ASSESOAR e da coordenação de representação de movimentos de entidades. A efetivação da ação de ATER como processo educativo em relação dialética com as famílias de Pequenos Agricultores Familiares seguindo princípios da agricultura alternativa e/ou agroecologia cabia a COOPERIGUAÇU. Qual foi a comunidade que sustentou o Fundo de Crédito Rotativo?

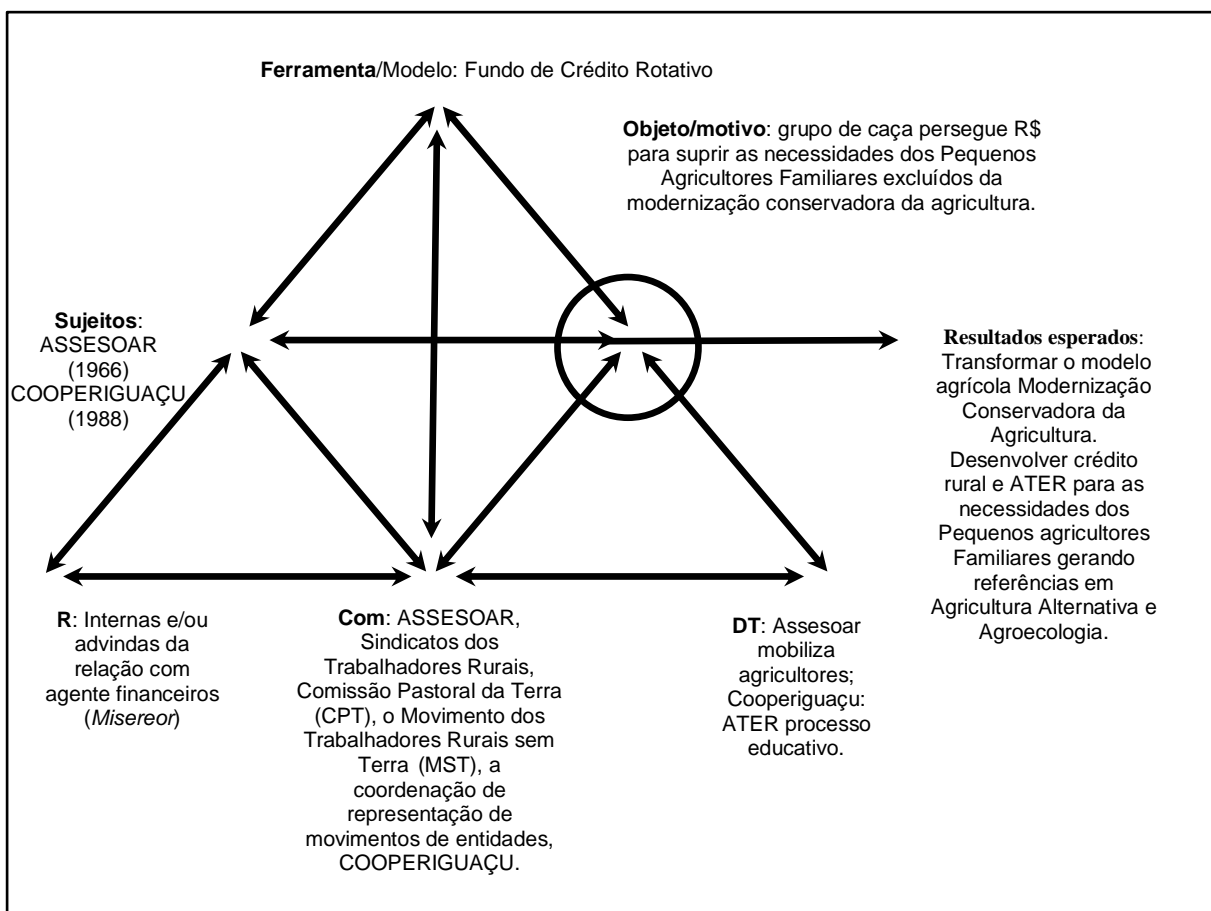
⁹³ Para efeito desta Tese não objetivamos detalhar as regras quanto ao convênio da ASSESOAR com a *Misereor*. Isto pode ser feito por análise documental.

5.3.1.10 Comunidade

Na fundação da ASSESOAR constam a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Congregação do Sagrado Coração de Jesus. Todavia especificamente no período do Fundo de Crédito Rotativo (1980 a 1995) os grupos informais que tomavam emprestado os recursos financeiros, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a coordenação de representação de movimentos de entidades e a COOPERIGUAÇU foram identificados como comunidade.

A figura seguinte representa a estrutura e os elementos do sistema de atividade coletivo Fundo de Crédito Rotativo:

FIGURA 5.2 - FUNDO DE CRÉDITO ROTATIVO (1980 - 1996)



FONTE: Particularização a partir de ENGSTRÖM (1987).

Com o Fundo de Crédito Rotativo e o Pronaf Custeio interpretados como sistemas de atividades contendo elementos estruturais refletimos quanto à diferença entre os resultados esperados pelas organizações preconizadoras e os resultados alcançados efetivamente. Apresentamos a seguir os elementos estruturais do sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser.

5.3.2 Sistema de Atividade Pronaf Custeio Central Cresol Baser (Presente)

Conforme cronologia de eventos críticos que desviam o rumo do sujeito-objeto é a partir de 1995 com a fundação de cooperativas de crédito (Cresóis Singulares) que a estrutura do Fundo de Crédito Rotativo sofre transformações para suportar o crédito rural do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O ano de 1995 é marcado com eventos de mobilização dos movimentos sociais (Romarias da Terra e Gritos da Terra Brasil) o que culmina em criação do Pronaf Custeio em 1996. Neste mesmo ano ocorre a fundação do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol). Com as análises fundamentadas nas manifestações discursivas de contradições dialéticas sustentamos que o evento crítico que marca o desvio de rumo sujeito-objeto é o encontro construído entre Pronaf Custeio e Sistema Cresol. Ainda que a estrutura do sistema de atividade do Pronaf Custeio da Central Cresol Baser como ramo de uma comunidade cooperativa UNICAFES (interpretada como rede de sistemas de atividades) tenha história (tanto da história de vida dos indivíduos quanto particular do sistema psicológico) correlata com o Fundo de Crédito Rotativo, constatamos transformações drásticas nos elementos da estrutura. Estas transformações manifestadas discursivamente por sujeitos que vivem as contradições no cotidiano de suas ações e operações, nos elucidam que os pensamentos opostos procuram um negar ao outro. Em cada um dos elementos das estruturas dos sistemas de atividades em que realizamos as Mini-Intervenções Formativas (MIF) notamos o princípio da negação. O sistema de atividade Pronaf Custeio como um modelo que assume valor de troca, nega o sistema de atividade Fundo de Crédito Rotativo como modelo, que outrora Pequenos Agricultores Familiares iniciaram, partindo de princípios que priorizavam o valor de uso. Demonstraremos a seguir para cada elemento da estrutura do sistema de atividade Pronaf Custeio os pensamentos opostos que caracterizam contradições dialéticas.

5.3.2.1 Ferramenta operacional

Nos anos iniciais (1996) o sistema de atividade se valia de planilhas eletrônicas para controle das operações financeiras. Todavia a ferramenta da Central Cresol Baser e de suas Cresóis Singulares evoluiu junto com os sistemas de informações. O Sistema Integrado de Crédito (SIC) é a ferramenta operacional resultante de uma construção social particular que incorporou as evoluções tecnológicas do mundo social. Entretanto é criticada por estar sendo utilizada como substitutiva das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que no Fundo de Crédito Rotativo (FCR) ocorriam dialeticamente com famílias de Pequenos Agricultores Familiares:

P2-S1:... então a ferramenta em si... (Obs: olha para P1-S1) ... ela tende a substituir a relação das pessoas com com o crédito ... e é isso que a gente tem tentado trabalhar... **mesmo no ATER serviço para o crédito...**

PI-S1: uhuhu!

P2-S1: ... que é o que... se tenha técnicos... e que eles façam essa relação ... primordial da elaboração do projeto e da fiscalização da execução da... do recurso público do... do financiamento... ... mas **não pode ficar só nisso, então essa é a crítica que nós estamos fazendo!!!**

P2-S1:... do profissional com o associado ... **não ficar só por meio da ferramenta** ... por que daí isso elimina a relação da pessoa... é também!!!... (Obs: Olha para P1-S1)...

P1-S1: A ferramenta **não** é... a ferramenta do **SIC** hoje **não** é **ATER**... é outra coisa... éhhh... para o procedimento operacional!!! (28:24)

O participante P2-S1 concorda e complementa:

P2-S1:... se o técnico não tem uma relação com o agricultor antes... éhhh... não tem acompanhamento nenhum... é um serviço para o crédito!!! (30:32)

No contexto da pesquisa de 2015 a ferramenta SIC se vale da plataforma *Android* o que direciona a elaboração dos Planos de Crédito do Pronaf Custeio às regras conforme a legislação (Ex: Zoneamento Agrícola) em tempo real. Isto implica em seguir parâmetros do Manual de Crédito Rural (MCR). A Central Cresol Baser (CCB) é o local que hospeda, controla e transforma⁹⁴ o SIC conforme as regras internas e da legislação. As Cresóis Singulares e os técnicos operadores acessam o SIC. Porém com o acesso ao SIC os técnicos operadores gradativamente reduziram a dialética com as famílias. Localmente ocorre oposição a esta redução da relação dialética:

⁹⁴ Com assessorias de empresas especializadas em sistemas de informações para o crédito rural. Diálogo com uma empresa de assessoria elucidada que parametrizam a ferramenta antes de tudo, em concordância com as regras (Leis) do Manual de Crédito Rural (MCR).

P1-S2: só que daí nós né, P2-S2... é o que o P2-S2 comentou agora a pouquinho nós estamos indo no contrass... em **oposição** aos demais órgãos, é nas demais instituições financeiras. Nós hoje temos que a ATER é a institui... Tipo a instituição falou que todas as operações têm que ter uma ATER ou pelo menos alguém elaborando ou alguém, ou fazendo um laudo lá (27:30)...

Para amenizar/superar o problema a ferramenta foi transformada em SIC MOB no ano de 2015 quando recebeu dispositivo de coordenadas geodésicas para monitoramento dos técnicos operadores:

P2-S1:.. uma ferramenta que eles criaram pro técnico... ir a campo... na conversa com o agricultor... tirar as informações ... para um projeto técnico ... talvez tenha uma... uma relação com isso!!! Agora a gente não quer que...que o SIC seja o ATER da Cresol!!! (28:59)

P2-S1: NÃO!!!!!!...

PI-S1: como é que eu interpreto esse... esse MOB... é essa a palavra?... esse MOB é mais uma transformação da ferramenta?

P2-S1: É!!!... é uma evolução da ferramenta... é um aplicativo criado dentro do sistema... que é assim o SIC... o Vanderlei pode explicar melhor... mas o SIC é uma ferramenta hoje ... que quem opera ele diretamente é o analista de crédito que tá dentro da Cresol... tá dentro das quatro paredes da unidade... e o técnico que ia a campo ... até então ele ia com informações anotadas ihhh no escritório produzia o projeto do crédito... ou seja, o agricultor tinha a demanda do crédito pra unidade leiteira por exemplo... precisava comprar lá dez... dez vacas ... o técnico em si ele precisa elabora o projeto... ihhh até então nós tínhamos problemas a dois anos atrás que muitos dos técnicos de empresa de extensão... empresas de assessoria ambiental faziam dentro do escritório...

PI-S1: ahamm!

P2-S1: **não** iam mais a campo levanta a demanda ou analisa aquela ação da necessidade do crédito do agricultor... o que a **Cresol tá exigindo** é que o projeto seja elaborado a campo e minimamente tenha três laudos produzidos a partir da visita dos agricultores (30:01)...

As transformações que a ferramenta sofre tem direcionalidade. Identificamos dilemas em manifestações discursivas de contradições dialéticas que trataram do tema laudos de vistoria conforme regras do seguro agrícola (PROAGRO). Os dilemas são quanto a realizar parcialmente via ferramenta e dispositivos de sensoriamento remoto as ações de monitoramento, reduzindo a necessidade de os técnicos operadores fazerem laudos junto às propriedades dos cooperados. Na Mini Intervenção Formativa N: 6 temos:

P1-S2: então nós estamos num contrassenso, as demais instituições financeiras que estão tirando lá ATER, né, tirando e tão fazendo por **monitoramento remoto**, por ???...???, então nós estamos no contraponto. Nós queremos todas nossas operações que seja com assistência técnica né, tem que o P2-S2 bem que pondero que nós temos os nossos sistema, hoje, ele tá *online* tá na *internet* já foi liberado, agora, esse... que tava *online* vai ser o aplicativo, no seu celular no seu *tablet*, *smartphone* e lá na propriedade, né P2-S2, e fazer o projeto inteiro lá na propriedade e finalizar lá na propriedade.

PI-S2: certo...

P1-S2: quando ele vai lá ele vai là, ele, **obrigar** ele quê tire fotos, que ele teja na propriedade tirando uma foto eu tenho a coordenada geodésica naquele ponto. Então não vai ter como ele menti que foi na propriedade (26:15)...

Esta transformação da ferramenta SIC vai ao encontro do objetivo de redução de valores financeiros repassados a assistência técnica (ASTE) bem como para regularizar procedimentos. Conforme as normas do MCR para cada operação de Pronaf Custeio a Assistência Técnica (ASTE) deve efetivar três laudos no local em que o produto financiado é cultivado. O diálogo entre os P1-S2 e P2-S2 demonstra o dilema quanto ao uso do sensoriamento remoto:

P2-S2: é, citei isso como exemplo, **mas** talvez assim ohh, P1-S2, éhh... éhh **se a gente notá de forma geral**... é claro que é contestável, **mas** se pegá... a gente tem muito os associados que é aquele associado que já tá definido, ele sabe onde buscar e tudo mais é o cara que... que tá na monocultura muitas vezes tem outras atividades e tal é o cara que planta soja, já tem tudo... soja já tem todo pacote tecnológico já tem tudo... não tem muito segredo, então pra esses caras ahí ôh acho **que a gente** não tem muito que... as vezes que nem P1-S2 falou o próprio associado ele sabe onde buscar, a gente sempre se coloca à disposição... então tem alguns casos que **não precisa ir lá** e tal e tudo mais... então essa parte se tiver como fazer um controle mais... tecnológico.. como eu disse assim né (28:15) ...

A decisão quanto às transformações da ferramenta não é puramente interna (autonomia) à Central Cresol Baser, mas sim das leis (heteronomia) do Pronaf Custeio e do seguro agrícola PROAGRO. O seguro agrícola exige cada vez mais demonstração do controle dos recursos financeiros operacionalizados. Constatamos que não ocorrem todas as visitas obrigatórias por lei nas propriedades dos cooperados. Portanto o sensoriamento remoto pode amenizar o problema.

A categoria dilema nos demonstrou que por um lado ponderam quanto a realizar as operações obrigatórias do MCR indo até a propriedade do cooperado em 100% das operações de crédito e por outro lado ponderam que poderiam realizar operações obrigatórias do MCR parcialmente indo até a propriedade do cooperado e parcialmente poderiam valer-se da tecnologia de sensoriamento remoto:

P2-S2: eu, **não** vejo problema nenhum, agora é claro que você **não** pode extrapolar os limites também de chegar a ponto de achar que tudo mundo pode ser monitorado via....

P1-S2: via sistema, né (Obs: concorda e ironiza)

P2-S2: via sistema então...

P1-S2: seria o controle remoto, né

P2-S2: Éh... principalmente a **agroecologia**... esses casos mais diversos ahí **acho** que essa relação com o técnico éhh às vezes um simples detalhe desses aí que a gente acabou de falar (31:12)...

As manifestações discursivas buscam acordos internos para realizar as operações obrigatórias do MCR indo até a propriedade somente dos cooperados que praticam agroecologia e agriculturas de base ecológica para também conciliar com ATER dialogando com as famílias. Agora para os cooperados que produzem no

padrão convencional estão acordando internamente para realizar monitoramento com tecnologia de sensoriamento remoto.

A ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) está em transformação conforme a evolução tecnológica em geral. Os trabalhadores do ambiente empírico a utilizam e a transformam habilmente conforme o objeto que a comunidade cooperativa UNICAFES persegue. Porém as transformações que a ferramenta sofre comumente objetivam aumento da produtividade do trabalho no que se refere a operacionalização de maiores quantidades de recursos financeiros e redução de custos operacionais. A medida que a ferramenta encarna transformações ocorre a redução da relação dialética entre cooperados (Agricultores familiares em geral) e profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e/ou de apenas assistência técnica (ASTEC). Entretanto as transformações da ferramenta são disputadas e tensas. Na MIF N:1 constatamos:

P2-S2: Hoje não tem mais como você fugir dessa...dessa discussão ahi mais tecnológica vamos dizer assim informatizada e tal. O que, a ideia do sistema de trabalho o ?? não queremos dizer assim eliminar o humano, a parte humana do processo é fazer as duas coisas é tecnificar e agilizar o processo, mas ao mesmo tempo manter... manter assistência técnica manter o técnico que vai a campo e tudo mais (26:18)...

P1-S2: ...mas é mais ou menos que a gente está se opondo mas não... não tamo se opondo dizendo que aquilo não é importante e... e que queremos dizer assim que nós estamos atrasados porque é uma **tecnologia nova**. Nos estamos se opondo é quê: a nossa ideia é de aproximar do associado e não excluir ele né... Nós queremos hoje, você bem sabe, o P2-S1 sabe que quem estuda, é que aonde existe o mínimo de assistência técnica possível as coisas andaram muito mais do que no local onde não se tem assistência técnica então, mesmo que assim, mesmo que hoje o nosso técnico vá hoje lá somente pra cumprir um critério, de elaborar um projeto, desculpe, de elaborar um laudo ... né somente de elaborar um laudo nessa elaborada do laudo né se o nosso associado tiver bom senso ele vai pegar um pouco de crédito para nosso técnico dizer assim: “viu mas eu tô com esse probleminha aqui tem 5 minutinhos pra me ajudar?”, “não! tranquilo”... vai lá ver uma horta por exemplo, tô com esse problema... vai ver uma uma uma... uma de animal um problema com, cas vacas com as pastagem (27:14)...

As transformações que a ferramenta operacional sofre como parte de transformações de modelo da estrutura(s) do(s) sistema(s) de atividade(s) tem um sujeito definido?

5.3.2.2 Sujeitos

Os eventos críticos de criação das legislações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF⁹⁵) e da Categoria Agricultura Familiar⁹⁶ influenciam no momento histórico que gera e transforma o sistema de atividade Pronaf Custeio do ambiente empírico. As análises corroboram com a hipótese de que a Central Cresol Baser como ramo de atividade da UNICAFES têm um cotidiano contraditório. Sendo contraditório assumimos que não há um sujeito com apenas um pensamento ao ponto de imaginarmos uma rede de sistemas de atividades homogêneo. Para nós pensamentos opostos equivalem a sujeitos que se antagonizam. No ano de 2004 ocorreu uma cisão no Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol) criado em 1996. A Central Cresol Baser com sede em Francisco Beltrão/PR manteve-se como um sistema com 46 Cresóis Singulares. Embora seja ramo de crédito da comunidade cooperativa UNICAFES e gerada a partir dos esforços da ASSESOAR, COOPERIGUAÇU e movimentos sociais a Central Cresol Baser tem autossuficiência financeira colocando-a numa posição de autonomia agindo como sujeito capitalizado da rede de sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. As manifestações discursivas de contradições dialéticas desta pesquisa evidenciam que o Pequeno Agricultor Familiar preconizador do sistema de atividade Pronaf Custeio tem dificuldades de efetivar as ações e operações necessárias para perseguir um objeto que lhe supriria necessidades. Quem é o sujeito é uma pergunta a ser repetida ao longo da história. Para nós sujeito é quem conquista autonomia para construir as regras. Quem é que produz as regras e as diretrizes? Segundo os participantes da sessão de MIF 1 INFOCOS:

P1-S1: Em tese o associado que é o nosso cooperado agricultor familiar néhhh... que é a nossa base... é a nossa essência... ou ele consegue parti para o processo todo e decidi pra onde o sistema vai... ou do contrário o **Banco Central** decide pra nós pra onde vamos!!! (05:46) ...

A problemática é que não há receita para transformar agricultores em sujeitos de sua história. As análises enfatizam com a categoria duplo vinculo uma polarização de longo prazo. Agricultores familiares como sujeitos pressupostamente

⁹⁵ Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e dá outras providências.

⁹⁶ Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

teriam condições de decidirem quanto ao como fazer um sistema cooperativo de crédito rural e como deveriam ser aplicados recursos financeiros. Porém o que temos é o **Banco Central do Brasil** decidindo quanto ao sistema cooperativo de crédito rural bem como quanto à aplicação dos recursos financeiros. As análises também demonstram que quando estas regras advindas do Banco Central são aceitas geram outros desacordos em uma hierarquia interna:

P1-S1:... Então perceba... **como que vinte anos depois o conflito que nós vivemos!!!** Essa base social aos poucos começa a perceber: “Perá aí mas eu tô dentro do sistema que eu idealizei ou o sistema que eu idealizei vinte anos atrás passa por uma outra pressão? que daí **não** é é da base social... Mas é a pressão do conflito das instâncias, e das hierarquias que ele faz parte também ... e isso ger...tem gerado aqui para dentro uma série de...de tensões néhhh! São cada vez mais evidentes!!! (06:13)

Em um beco-sem-saída os diretores sofrem a pressão das regras do Banco Central do Brasil e regras em geral do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e também sofrem a pressão dos seus cooperados que tem dificuldades de serem sujeitos na tomada de decisões quanto as regras implantadas: Quem é o sujeito? O participante da sessão de MIF1 INFOCOS elucida que:

P2-S1: o que configura isso... que é um sistema cooperativo vinculado ao sistema financeiro (sorri)... que é o enquadramento bastante difícil, ou seja, se o sistema cooperativo é criado, já é criado pra instrumentalizar os seus associados (6:15)...

Reiteramos que não há receita para instrumentalizar agricultores familiares para que sejam sujeitos do sistema de atividade Pronaf Custeio interno a Central Cresol Baser. Esta primeira consideração coloca o Banco Central do Brasil e as normas do Manual de Crédito Rural (MCR) como sujeitos do sistema de atividades. Não descartamos a existência de uma categoria agricultura familiar que influencia na formação das regras em geral. Entretanto sustentamos que Pequenos Agricultores Familiares são os que mais tiveram e tem dificuldades de agirem como sujeitos do sistema de atividade Pronaf Custeio do ambiente empírico pesquisado.

O estudo de Aquino e Schneider (2015) corrobora com as constatações analíticas dessa Tese. O principal aspecto crítico comumente desprezado nos estudos que tratam da dinâmica do Pronaf: “Refere-se à influência que os segmentos mais capitalizados da agricultura nacional têm exercido sobre a estruturação do seu desenho normativo” (AQUINO E SCHNEIDER, 2015, p. 61). Como consequência da influência os valores de enquadramento foram elevados de

tal modo que o Pronaf em 2013/2014⁹⁷ é um programa adaptado para agricultores capitalizados com renda bruta anual de até R\$ 360.000,00. Segundo Aquino e Schneider (2015) as consequências deste enquadramento é que aumenta a participação do sindicalismo patronal na execução nacional e local do Pronaf, bem como fortalece os agricultores familiares capitalizados devido a sua capacidade de oferecer aos bancos as garantias reais e contrapartidas. Os agricultores familiares capitalizados captam a parte mais significativa dos recursos financeiros, principalmente de investimentos.

No contexto de pesquisa Pequenos Agricultores Familiares pouco capitalizados e proprietários de minifúndios conflitam com agricultores familiares capitalizados e proprietários de áreas agrícolas maiores. Existe uma disputa por recursos governamentais com juros baixos. Sustentamos e ilustramos com a sessão de Mini Intervenção Formativa (MIF) N: 5 em que manifestações discursivas de contradições dialéticas da categoria duplo vínculo (Questão retórica) criticam o fato de os cooperados agroecológicos serem classificados como não sendo ativos comerciais:

P1-S5: nós temos 6 analista aqui... (balbucia algo) acha que ele vai questionar se ele é agroecológico? se eles vim fala sim, mas ele vai quere vende um outro pra ele, não vai quere vende... sim porque um agroecológico não é nem ... nem ativo comercial, praticamente ele não existe aqui dentro pra nós (29:10)...

Na manifestação discursiva há uma tensão evidente. Esta tensão é pessoal, emocional e com sentimento de ser violado. Isto porque a manifestação é de um diretor que também é Pequeno Agricultor Familiar defensor das agriculturas de base ecológica e agroecologia. O PI-S5 indaga:

PI-S5: não é um ativo comercial?

P1-S5: não... não é... pode, busque saber o que é um ativo comercial que você vai entender se alguém vai se prender a... muito pouco agricultores vão ser ativo comercial dentro do sistema CRESOL... porque inventaram o tal do ativo comercial!!!!???? (30:00)

A manifestação discursiva de contradições dialéticas é repleta de questões retóricas que indicam problemas agravados conforme categoria duplos vínculos no interior do sistema de atividades:

⁹⁷ O ano safra 2013/2014 coincide com os dados numéricos fornecidos pela Central Cresol Baser que sustentam esta Tese.

P1-S5: pra ser ativo comercial ser bom associado, entre aspas aí, tem que ter vinculo na poupança... tem que ter não sei quantos mil no custeio né P2-S5!!!!???, tem que ter não sei quantos mil de cota... né, quantos produtos e coisas aí um agroecológico vai ter? o agroecológico dificilmente vai comprar com o cartão já não vai comprar com cartão. Muito pouquinho!!! Entendeu? (30:03)

Elucidamos que as conclusões de Aquino e Schneider (2015) corroboram para argumentarmos quanto à persistência de um conflito histórico agravado no sistema de atividade Pronaf Custeio que está inserido na Rede de Sistemas de atividades UNICAFES. Os Pequenos Agricultores Familiares direcionam suas forças para serem sujeitos, todavia:

P1-S5: Ele não gira dinheiro, ele é isolado! E assim é a pequena agricultura! Infelizmente o nosso sistema está indo para o mesmo caminho do sistema financeiro do Brasil, que não valia a pena fazer contrato pra pequeno porque não é viável financeiramente (30:07).

Porém, extremadamente fortalecidos pela própria formatação da politica do Pronaf temos agricultores familiares capitalizados e como sujeitos conquistando e fazendo uso dos recursos financeiros:

P1-S5: Éhhh... pra ter uma ideia de como a DAP, a DAP mudou nos últimos anos, éhhh, que hoje você pode ter 50% de né ... ou orgânico ou urbano ou rural tú consegue uma DAP... mudou, de antes era 30 mil, não faz muito tempo, hoje não sei quantos mil de produção pode ter DAP!!! Néhhh... porque **Pronaf virou uma fonte de renda pra muitos agricultores...**

PI-S5: certo, certo...

P1-S5: né... não viro uma sobrevivência, viro fonte de renda, por que tu pega o juro a 2% ao ano até cem mil reais (36:27)...

O sentimento de ser violado por pensamento oposto advindo do Pronaf Custeio que é desfavorável aos Pequenos Agricultores Familiares é enfatizado pelos participantes da sessão N: 5. Em suas palavras:

PI-S5: certo, certo...

PI-S5: **mas home de Deus...** Pode pegÁ terra de todo mundo, e pegÁ nem que não plante, tão bem!!! (36:30)...

Trata-se de uma situação agravada em que a política pública do Pronaf ao longo dos anos, ao invés de promover o Pequeno Agricultor Familiar como sujeito, propiciando-lhe condições mínimas para que este desenvolvesse atividades agrícolas em suas pequenas propriedades (minifúndios), apenas empodera o sujeito agricultor familiar capitalizado. Isto ocorre pelo direcionamento de recursos financeiros na forma do Pronaf custeio como capital de giro para médias

propriedades agrícolas, que por sua vez, cada vez mais administram os cultivos das “terras⁹⁸” dos Pequenos Agricultores Familiares. Na questão retórica de P1-S5:

P1-S5: não é verdade!!!??? Quem tem giro tem dinheiro... 100 mil!!!!!! (36:31)

É oportuno reiterar a pergunta: Quem é o sujeito do sistema de atividade Pronaf Custeio da comunidade cooperativa pesquisada na medida em que este é transformado ao longo das duas décadas conforme leis que regem o crédito rural?

O que o sujeito persegue é o seu objeto. Qual é o objeto do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser?

5.3.2.3 Objeto

Antes de tudo ponderamos que as análises de todas as sete sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) sustentam que o objeto do sistema de atividade Pronaf Custeio bem como o objeto de toda a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa (UNICAFES) está polarizado. Se fizermos um recorte apenas nas sessões de MIF realizados na Central Cresol Baser e sua Cresol Singular (N: 5) o objeto também é revelado polarizado e com os mesmos pólos antagonizando-se. As manifestações discursivas de contradições dialéticas criticam que há um rumo privilegiado ao longo do processo. Por exemplo, citamos uma metáfora de vivência que critica a mudança de rumo:

P1-S1: ... faz três anos que eu tô aqui enfrentando... primeiro demorei um ano pra tipo... meio que reconhece de fato que a gente tem que enfrenta... no começo era aquela ideia do construtivismo nãooo vamo construindo junto e vamo vamo... só que daí passou um ano e a máquina não abre espaço pra você dialogar ... ELA VAI SENDO MÁQUINA MESMO o sistema tá aqui... êhhh a decisão se toma aqui... e lá obedece... ... então quando se percebeu isso que não tem espaço pro construtivismo ... essa ideia de pensa... vamo cada uma abre um pouco aqui... **Então você tem que de fato reafirma uma postura daquilo que o Sistema propôs construí a dez, vinte anos atrás e que tem drasticamente mudado sua conduta, sua ação!!!**... o curso da história tá mostrando isso... então aí o conflito ficou mais demonstrado (48:01)...

A problemática está no fato que a tomada de decisões que ocorre no nível superior da hierarquia do sistema de atividade segue regras do sistema financeiro e pouco escuta os cooperados. Deste modo o objeto que outrora foi prioritariamente

⁹⁸ Comumente ocorreram manifestações discursivas elucidativas de que Declarações de Aptidão do Pronaf (DAP) são administradas pelos proprietários de áreas maiores.

perseguido por Pequenos Agricultores Familiares, agora (2015) não é priorizado nas ações efetivadas pela organização Central Cresol Baser. O que está priorizado como objeto do sujeito? A resposta está também nas manifestações discursivas, e se trata de um objeto com rumo direcionado pelas contradições que forçam para o sujeito aceitar os aspectos financeiros:

P1-S1:... O crédito hoje da forma como se faz hoje dentro da instituição financeira... inclusive da Cresol NÃO É UM CRÉDITO DE LIBERTAÇÃO!!!... Não é um crédito que empodera, é um crédito que de certa forma até meio queeee vai vai criando dependência!!! ... E essa é uma autocrítica que tem que ser feita pra todos nós... **como** é que você estabelece que o instrumento crédito ao invés de ser um instrumento que repete o modelo historicamente que você condeno... que de alguma forma faz com que você ... o agricultor crie uma dependência do crédito (08:34)

A repetição do modelo da modernização conservadora da agricultura que já está implantado no sistema de atividades Pronaf Custeio da Central Cresol Baser é o que incomoda os participantes do contexto da pesquisa. Porém, é a percepção de que estão intensificando e ampliando o próprio modelo que criticam é a insatisfação maior que identificamos como contradição. A polarização demonstrada por questões retóricas (duplos vínculos) explicitam os anseios daqueles que sentem a necessidade de perseguir um objeto relativo ao crédito rural como instrumento para desenvolvimento e autonomia (liberdade para construir regras) dos Pequenos Agricultores Familiares, porém evidentemente já alcançaram e continuam perseguindo o crédito rural que até então é apenas instrumento para crescimento, priorizando produção de *comodities* e dependência (Acatam regras). As questões retóricas explicitam que é uma situação agravada no processo histórico:

P1-S1: ... que não gera muitas oportunidades... que se gerasse nós não teríamos jovens saindo do campo... por exemplo!!! Por que essa é a grande pergunta que nós temos feito, bom!... O rural tá em crise ou não tá em crise?... Booomh se não tivesse em crise eu estaria pelo menos com muitos dos nossos filhos agricultores entendendo que o campo é um mundo rural, rural ou agrícola ou não agrícola como um espaço de vida e produção e que devia ter gente néhhh!!!??? ... Como é que eu faço pra garanti essa sucessão!? ... Então são temas que pra nós... são extremamente caros na discussão... importantes na discussão porque nós não estamos enquanto INFOCOS aqui querendo ensina a fase crédito... estamos querendo discuti o que... como que o instrumento cooperativo ihhh inclusive que discute crédito possa ser de fato um instrumento coh... mantido na mão da base... ou ouhh a base se empodera desse processo de saber o rumo que leva o negócio (09:36)... ..

O agravamento da situação leva os sujeitos a hesitarem quanto a qual objeto perseguirem. Em outras palavras, o próprio insucesso ao longo de 20 anos de gestão do Pronaf Custeio é provocador de dilema quanto a qual pólo do objeto perseguirem. Exemplificamos:

P1-S1... ou de fato nós vamos caminhando pra um sistema convencional... que acho que é esse o grande risco que se tem hoje... inclusive do ponto de vista de um Sistema Cresol, UNICAFES e tudo mais (9:36)...

Na medida em que agricultores familiares capitalizados são tornados beneficiários do Pronaf ocorre uma substituição dos sujeitos do sistema de atividades pesquisado? Ao substituir o sujeito também ocorre o desvio de rumo do objeto perseguido? Outro estudo corrobora com os resultados de nossas análises:

Logo, evidencia-se que boa parte das contradições distributivas apontadas pelo programa em foco é decorrência direta da ação dos atores governamentais responsáveis pela sua concepção e execução em Brasília, que, no afã de garantir espaço na representação política da chamada classe média rural, “abriram as portas” do programa para a entrada dos segmentos mais organizados e estruturados do setor rural, os quais vêm ganhando desde 2007 cada vez mais espaço na distribuição do crédito ofertado em condições especiais (AQUINO e SCHNEIDER, 2015, p. 68).

O sistema de atividade pesquisado tem suas ações e especialmente as operações de crédito regradas pelo Pronaf. Deste modo o sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser é subordinado às regras externas. São as regras que ditam a direcionalidade sujeito-objeto. O sujeito é direcionado para perseguir o pólo do objeto que prioriza aspectos quantitativos e financeiros. Um exemplo da direcionalidade sujeito-objeto no aspecto quantitativo identificamos na análise da sessão de MIF N: 4. Na manifestação temos:

P1-S4: Então a gente tem intenção de nos próximos 5 anos chegar em **50 mil operações**, teria umas 100 fotos cada uma!!! O sistema suporta tuda essas imagens (17:05)...

É oportuno comentar que sujeito-objeto direcionado implica em transformações da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) o que está explicitado na manifestação discursiva acima. A capacidade da ferramenta armazenar fotos com coordenadas geodésicas foi ampliada objetivando suportar o objeto (futuro) com 50 mil operações de crédito rural. O sujeito-objeto está cada vez mais direcionado para expandir o pólo do objeto quantitativo (maior número de operações financeiras e maiores valores da mercadoria especial dinheiro por operação financeira). Todavia as análises confirmam esforços de sujeitos que se opõem a esta criticada direcionalidade sujeito-objeto e se esforçam para expandir o

pólo do objeto qualitativo (Qualidade no uso dos recursos financeiros objetivando desenvolvimento⁹⁹ das famílias dos Pequenos Agricultores Familiares).

Concluímos este tópico sobre objeto do sistema de atividade comentando que no período (2015) da efetivação das Mini Intervenções Formativas (MIF) ocorreu a substituição do símbolo da Central Cresol Baser. Interpretamos esta substituição como significativa do conflito entre as lógicas dos Médios Produtores Rurais que estão em ascensão como sujeitos e a lógica dos Pequenos Agricultores Familiares em dificuldades de serem sujeitos. Este novo símbolo aponta para o rumo que a organização caminha. O rumo é uma seta que aponta para o objeto. A seguir ilustramos com o símbolo representativo do período de 1995 até 2015:

FIGURA 5.3 - SIMBOLO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO 1995-2015.



FONTE: WWW.CRESOL.ORG.BR

Todavia no ano de 2015 o símbolo foi substituído. Modificou-se o sujeito, o objeto, logo o símbolo? A partir de 2015 o símbolo que representa a organização é o apresentado a seguir:

⁹⁹ Desenvolvimento: resultante da crítica ao crescimento econômico medido por Produto Interno Bruto (PIB) como em Hathaway, Mark; Boff, Leonardo. O tao da libertação: explorando a ecologia da transformação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FIGURA 5.4 - TRANSFORMAÇÃO DO SIMBOLO.



FONTE: WWW.CRESOL.ORG.BR

O sujeito do sistema de atividade Central Cresol Baser fortalecido pelo capital financeiro se afasta gradativamente das lógicas de cooperativismo de Pequenos Agricultores Familiares a ponto de abandonar o símbolo dos idealizadores?

No novo símbolo não contém a imagem dos dois pinheiros que são a representação do cooperativismo. Ainda não é possível ignorar que as palavras interação e solidário foram abandonadas. O novo símbolo se assemelha as imagens de agentes financeiros (Bancos) que perseguem objetos relativos aos aspectos financeiros (Mercadoria-dinheiro). O objeto perseguido historicamente por Bancos não tem como objeto transformações sociais e a construção de modelo que incluía Pequenos Agricultores Familiares. Quais os objetivos do objeto maior?

5.3.2.4 Objetivos

Os objetivos são de realizar operações de liberação do crédito rural aos seus cooperados ampliando a oferta conforme a disponibilidade creditícia. Terceirizar a Assistência Técnica (ASTE) e atrair proprietários rurais com áreas cultiváveis maiores são objetivos notavelmente dirigidos ao objeto. Contudo estes objetivos sofrem conflitos. Quais resultados esperam?

5.3.2.5 Resultados esperados

A mobilização de recursos financeiros é mais que um resultado esperado. É um resultado obrigatório para que o sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser se mantenha sobre uma esteira rolante. A manutenção dos

cooperados vistos como clientes é explícita. Existe uma competição com os demais agentes financeiros que também operam Pronaf custeio. Manter-se competitivo no mercado como agente financeiro é o grande resultado que varias manifestações discursivas enfatizam e problematizam. Uma vez sobre a esteira rolante a organização teme por poder cair. A substituição de símbolo da Central Cresol Baser que já comentamos foi justificada como adequar para conquistar novos clientes. Quais as ações que as análises destacam?

5.3.2.6 Ação

Nos valem da unidade de análise de sistema de atividade coletivo de Leontiev (1987) o qual teoriza que a ação é consciente. Desde a análise do objeto histórico a ação consciente que ocorre ano após ano e ao longo de 20 anos é a de mobilizar recursos financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), mais particularmente do Pronaf Custeio. Esta é a ação principal que caracteriza o sistema de atividade da Central Cresol Baser como parte da comunidade cooperativa UNICAFES visa como rede de sistemas de atividades. Com a criação da Categoria Agricultura Familiar (Lei número 11.326) a ação da Central Cresol Baser se especializou para mobilizar recursos financeiros para esta categoria. Entretanto em 2015 também constatamos a mobilização de recursos financeiros do Programa Nacional para Médios Produtores (PRONAMP). Todavia, por ter sido o objeto do sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser polarizado, as ações são objetivadas para pólos antagônicos. As análises demonstram ações conscientes objetivando organizar ATER dirigida ao pólo socioeconômico. Por exemplo:

P2-S1: ... pra ter um acompanhamento de ATER é como o P1-S1 falou antes... conseguir realmente criar uma estrutura que possa discutir temáticas de experiências e também garantir acesso ao crédito!!! Mas ter realmente técnicos discutindo processos... apoiando empreendimentos que fortaleçam o agricultor em sua unidade familiar e seus empreendimentos... que é um pouco a experiência piloto que estamos fazendo hoje cento e trinta e seis famílias... e queremos chegar com esse empreendimento o ano que vem em trezentos e oitenta empreendimentos (26:15)...

Segundo Leontiev (1987) as ações repetidas automaticamente se tornam operações. Quais as operações que se destacam nos sistemas de atividades da rede UNICAFES?

5.3.2.7 Operação

O nível hierárquico de operação se efetiva quando os técnicos operadores acessam o Sistema Integrado de Crédito (SIC) para elaborarem os Planos de Crédito do Pronaf Custeio. Para nós este procedimento tende a inconsciência dos operadores devido a repetição automatizada. As noções de níveis de hierarquias dos sistemas de atividades segundo Leontiev (1981) nos elucidam para sustentarmos que a operação de elaboração dos Planos de Crédito foi ampliada em quantidade e intensidade na medida que a oferta creditícia se ampliou. É no nível hierárquico de operação que as tecnologias buscaram e alcançaram resultados na produtividade do trabalho. A operação de elaboração dos Planos de Crédito do ambiente pesquisado encarnou a eficiência das tecnologias de automatização e caminha para o sensoriamento remoto. As operações repetitivas de escritório se contrapõem ao acompanhamento técnico na propriedade agrícola dos cooperados:

P2-S1: Então... é o que ... é isso que eu comentei antes! Me parece que na verdade na concepção da **ATER**... hoje tem uma ATER que é mais em função do crédito ou você consegue ter uma ATER mais extensão... **então tem os dois caminhos**... ihhh infelizmente nós hoje por não ter uma... uma política de **ATER** clara, acho que essa é... esse é o grande desafio!!! As organizações estão tentando fazer algum tipo de acompanhamento técnico... mas se você vai nos municípios a Emater não consegue fazer um atendimento... a estrutura de extensão rural... então toda a estrutura do Estado... as várias instâncias do Estado, municipal, estadual e federal... não se consegue ter essa concepção de uma ATER... claro que acompanha!... e acaba que na instituição de crédito é hãããh... a ação do crédito em si no **ATER** acaba ficando isolado só ao crédito... aí o sentimento que você tem que o SIC... ele... ele reduz... é claro!!!... é a nossa crítica!!!... inclusive a Cresol fez uma discussão no plano de ATER ... de que o projeto não deveria ser feito só no SIC... o técnico tem que ir a campo (27:27)... ..

A evolução das tecnologias e do aprendizado que ocorre no(s) sistema(s) de atividade(s) pesquisado tem dois caminhos. Um caminho sugere que persigam o pólo socioeconômico (valor de uso) e outro caminho sugere que sigam o pólo financeiro (valor de troca). A automatização da elaboração dos Planos de Crédito e o sensoriamento remoto para monitorar a aplicação dos recursos financeiros é correspondente ao capitalismo de alta tecnologia de Miettinen (2009). Nossas análises fundamentadas em manifestações discursivas de contradições dialéticas sustentam que ao adotarem as novas tecnologias do capitalismo os sujeitos cada vez mais são afetados pela contradição primária. Isto porquê a ferramenta tecnológica tem direcionalidade. Existem regras que direcionam a ferramenta e as operações?

5.3.2.8 Regras

Analisamos as regras assumindo o conceito de contradição secundária. Esta, segundo Engeström (1987) ocorre entre elementos do sistema de atividade, por exemplo entre sujeito e regras. Analisamos as sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) no que se refere às manifestações discursivas de contradições dialéticas em confronto com regras advindas do Manual de Crédito Rural (MCR) e as regras construídas no interior da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES.

O Manual de Crédito Rural (MCR) codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) bem como as que são divulgadas pelo Banco Central do Brasil e que tratam do crédito rural. Os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) estão subordinados às normas sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação aplicáveis (CARTA-CIRCULAR nº 3.472 de 23.11.2010). O Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) subordina os beneficiários e as instituições financeiras:

1 - A partir de 1º/1/2013 as informações relativas a todas as operações de Crédito Rural e aos enquadramentos no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) devem ser cadastradas no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) em conformidade com os campos de 1 a 66, relacionados neste Documento 5 - A e demais normas constantes do Manual de Crédito Rural (MCR) e regulamentação aplicável. (Atualização MCR 597 de 31 de agosto de 2015).

O capítulo do MCR dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na seção Créditos de Custeio prescrevendo conforme Resolução 4.107. Nesta, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fica autorizado a repassar recursos próprios e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) equalizados pelo Tesouro Nacional (TN) para **cooperativas singulares e cooperativas centrais de crédito** credenciadas para que apliquem nas linhas de crédito de custeio do PRONAF. As normas estabelecem condições dos repasses às cooperativas. Por exemplo: a remuneração incidente sobre o valor do crédito concedido será de 1% a.a. (um por cento ao ano) para o BNDES; e 4,4% a.a. (quatro inteiros e quatro décimos por cento ao ano) para

as cooperativas. Cabe as cooperativas de crédito rural a **formalização das operações de forma individualizada** entre a cooperativa singular e o mutuário; bem como cabe à cooperativa credenciada o acompanhamento físico e financeiro das operações.

A legislação rege a operacionalização dos recursos para Agroecologia. Para créditos de custeio destinados a empreendimentos de base agroecológica conforme a Resolução 4.363 artigo primeiro devem ser observadas condições específicas. São elas:

- i) Finalidades: custeio agrícola e/ou pecuário, com base em plano ou projeto que poderá abranger um ou todos os empreendimentos de base agroecológica a serem desenvolvidos no estabelecimento, no período de 1 (um) ano;
- ii) A assistência técnica é **obrigatória** e compreende a elaboração de plano simples ou projeto técnico e **orientação técnica em nível de imóvel**;
- iii) O plano simples ou projeto técnico deverá conter declaração do técnico responsável por sua elaboração de que foram observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As análises nos elucidam que a tensão maior está no fato de que as normas exigem orientação técnica em nível de imóvel. Quem assumiria os custos e/ou investimentos da orientação técnica especializada para agroecologia em nível de imóvel?

Tratamos de um caso em que ocorre terceirização e conseqüente conflito envolvendo técnicos operadores em uma Rede de Sistemas de Atividades. O conflito é devido a inviabilidade financeira da orientação técnica em nível de imóvel:

P1-S5: Mas é, é verdade nós pagamos 1%. Se for ver no PRONAF agroecologia, o custeio... é o que eu te falei, não adianta, nós pegar a Vila Rural, na vila rural é mil e trezentos mil e poucos de custeio, eles tem que fazer ao menos 3 mil por dia, mil reais a 1% vai dá?... 10 reais néhhh? não paga nem a internet no final do mês!!!... ... Agora se a Central tivesse um projeto, de ter tem alguém pra trabalhar o individual como era antes, que daí óhh... não pode mais e não sei o que... Mais se nós não quere quere não pode, nós tem que defende que continue o que tá bom né, e melhorar o que tá ruim, mas agora perder ahhh... toda a assistência técnica que tinha interna, ah porque fulano emitiu uma

normativa, mas tem que entender que a **normativa** não seja aprovada, se nós nascemo dum sistema diferente!!! (25:38)

As regras chegam e são implantadas? Ocorre reação? As criticas dizem que as normas são aceitas pelo viés financeiro:

P1-S5: ... Mas nós concordemo com tudo hoje... porque financeiramente não é viável defender (26:44)...

Também é evidente nas manifestações discursivas de contradições dialéticas o confronto entre sujeito-regras quando analisamos o zoneamento agrícola brasileiro que está parametrizado na ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) interna da Central Cresol Baser. As normas direcionam a ferramenta, que por sua vez direciona os operadores, que por suas vez direcionam os agricultores determinando o período das sementeiras:

P2-S1: ... o zoneamento agrícola vai pra dentro do SIC e diz que que dia começa a plantar o grão... do soja, do trigo!!!... Agora você vai fazer agroecologia nem a semente consegue a nota fiscal do... desse... então tem que reinventa a lógica... e isso é também é resultado um pouco da politica de crédito e ihhh **a nossa não capacidade de conseguir intervir** pra que o crédito possa financiar essa agricultura alternativa ou agricultura mais sustentável (22:16)...

Os sujeitos da comunidade cooperativa UNICAFES vista como uma Rede de Sistemas de Atividades elucidam nas análises que não conseguem regrad especificamente a operacionalização do crédito rural conforme suas necessidades. As regras internas de cada um dos sistemas de atividades que compõem a Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES negam o modo como os sujeitos direcionados pelas normas externas operacionalizam o Pronaf Custeio. Esta contradição sustentamos como secundária, ou seja, entre o elemento sujeito e o elemento regra.

Para esclarecimentos analisamos o estatuto social da ASSESOAR. Seu primeiro estatuto foi aprovado em Assembléia Geral de fundação no dia 10 de fevereiro de 1966. No capítulo I DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS temos nos Art. 1º, 2º, 4º as evidencias normativas de que no objeto perseguido pela organização estão explicitados o crédito rural, agriculturas orgânica e agroecológica, projeto de desenvolvimento auto sustentado e solidariedade. O artigo 1º reza que “[...] tem por fins fundamentais promover melhores condições de vida aos agricultores familiares e a toda a população, fomentando ações de reforço a um projeto de desenvolvimento auto sustentado.” (ASSESOAR, 1966, p. 2). No artigo 2º do estatuto temos:

A melhoria das condições de vida da população do campo e o desenvolvimento auto sustentado far-se-á com base nos seguintes princípios: a) agricultura orgânica e agroecológica; b) direta participação dos agricultores familiares na instituição; c) solidariedade [...]” (ASSESOAR, 1966, p. 2).

E finalmente o artigo 4º do estatuto reza que:

A educação e a formação do agricultor familiar procurarão atingir todas as faces que dizem respeito à sua personalidade moral, religiosa, cultural e social e principalmente quando relacionada com as atividades profissionais propriamente ditas, grupos sociais nos quais devem estar integrados, bem estar seu e de toa a sua família, mormente os relativos à saúde, habitação, educação, lazer, higiene, vida comunitária, por intermédio de: a) certificação de produtos orgânicos; b) cursos, seminários e conferências sobre sindicalização, cooperativismo, tecnologias de produção, gestão, mercado, **crédito rural**, economia rural, saúde, higiene e organização política [...] (ASSESOAR, 1966, p. 2).

Ao compararmos às escritas que constam no Estatuto Social da organização pioneira (ASSESOAR) da Central Cresol Baser e comunidade cooperativa UNICAFES com nossas problematizações do delineamento do fenômeno: primeiro passo¹⁰⁰ é possível sustentar a contradição entre um sujeito com história local que construiu regras e uma comunidade cooperativa que entretanto está subordinada às regras que advém do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com força de Lei. As regras influenciam na divisão do trabalho da Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES?

5.3.2.9 Divisão do trabalho

A divisão do trabalho que destacamos é a de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Os trabalhos de ATER iniciaram com técnicos internos ao sistema de atividade. Parcela dos técnicos atuaram como funcionários das Cresóis Singulares e parcela como cooperados de Cooperativas de ATER da Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural do Estado do Paraná (CENATER). Ocorre que a divisão do trabalho neste momento (2015) está em

¹⁰⁰ 4.1 DELINEAMENTO DO FENÔMENO: PRIMEIRO PASSO

processo de terceirização com demissão dos técnicos internos as Cresóis Singulares, e definição da contratação de operadores por menor preço de mercado e/ou até mesmo priorização dos técnicos de empresas. Os técnicos de assistência técnica (ASTECC) são os operadores que estão na base da hierarquia do sistema de atividade e realizam operações automatizadas repetitivas.

A tomada de decisão dos diretores e administradores (funcionários de várias áreas do conhecimento) por critério financeiro está redesenhando o(s) sistema(s) de atividade(s). O redesenho consiste em manter apenas analistas de crédito como funcionários internos e terceirizar toda a Assistência Técnica (ASTECC) obrigatória por lei para realizar as operações de crédito. A divisão dos trabalho anda junto com as transformações que a ferramenta operacional SIC sofre. Ilustramos com o trecho conflitivo a seguir:

P2-S1: ... mas o que a gente **não** qué é que esse processo ... de eeh alimenta o SIC pelo **analista**... pro analista passa pro técnico a demanda do agricultor... e o técnico visita e cria os três laudos seja reconhecido isso como ATER!!!... por que só isso **não** é ATER!!!... isso nós queremos deixar muito claro!!!... a nossa concepção da formação tem trabalhado muito isso... que o ATER vai muito além!!! (30:34)...

O trabalho ATER que outrora era executado por um grande grupo de humanos está gradativamente sendo substituído pela ferramenta operacional. A ferramenta encarna cada vez mais a ação humana ATER e a converte para operação. A divisão do trabalho modifica a comunidade cooperativa?

5.3.2.10 Comunidade

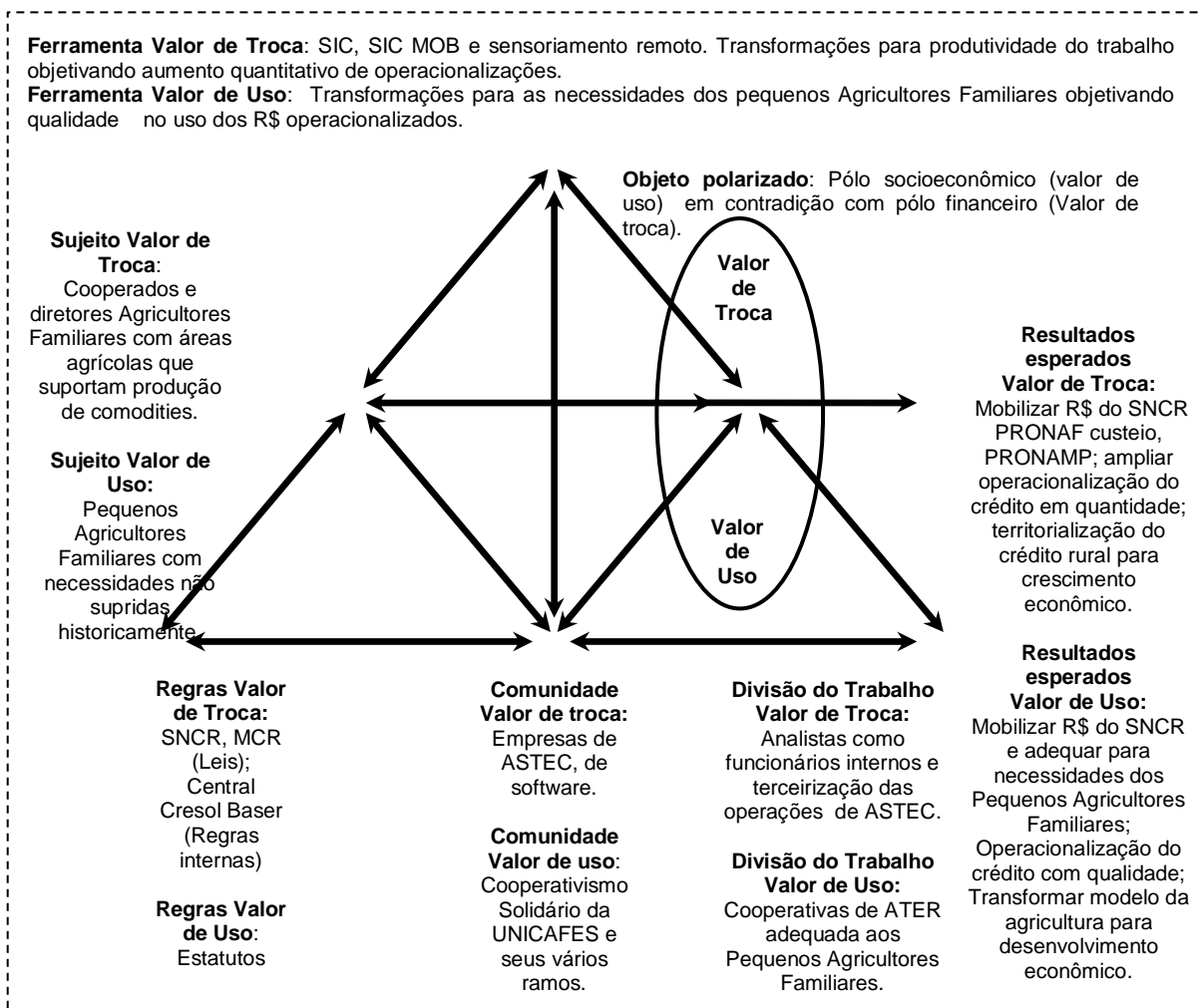
A comunidade é o que está descrito no tópico contexto da pesquisa e que está ilustrado com o organograma da comunidade cooperativa UNICAFES PARANÁ. Todavia a comunidade que é também composta por cooperados se transforma na medida em que a contradição primária exerce influencia no sistema de atividades. A comunidade se transforma ampliando-se com a entrada de agricultores familiares capitalizados incluindo médios produtores beneficiários do PRONAMP (Vistos como clientes). Também é preciso destacar que empresas prestadoras de assistência técnica (ASTECC), empresas especializadas em *softwares* de sistemas de informação para crédito rural adentram na comunidade cooperativa cada vez mais. No confronto entre comunidade cooperativa e contradição primária, em termos gerais, é

perceptível a tendência de fragilização dos princípios cooperativos e priorização de aspectos empresariais e financeiros. Com isto a comunidade tende a cada vez mais tornar-se uma mescla de cooperativas e empresas e interagindo. Esta dualidade cooperativa e empresa tem a ver com o objeto polarizado. A parte que cabe ao modelo cooperativo persegue o pólo socioeconômico do objeto enquanto a parte empresarial da comunidade persegue o pólo do objeto financeiro.

Os elementos da estrutura do sistema de atividade Pronaf Custeio descrito podem ser melhor compreendidos quando ilustrados com auxílio da unidade de análise do sistema de atividade coletivo de Leontiev (1987). Entretanto reiteramos que o sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser antes de tudo está inserido numa Rede de Sistemas de Atividade que é a comunidade cooperativa UNICAFES. Esta última por sua vez está inserida em uma rede de sistemas de atividades do sistema econômico construída na história da humanidade. Por isto representamos o Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser cercado por linhas pontilhadas, ou seja não é hermeticamente fechado. Estando o objeto polarizado, todos os elementos da estrutura do sistema de atividade também sofrem polarização, logo apontamos dois caminhos em cada elemento da estrutura piramidal.

A seguir ilustramos o Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser 2015, com sujeito dúbio perseguindo um objeto polarizado:

FIGURA 5.5 - CENTRAL CRESOL BASER 2015 E OBJETO POLARIZADO



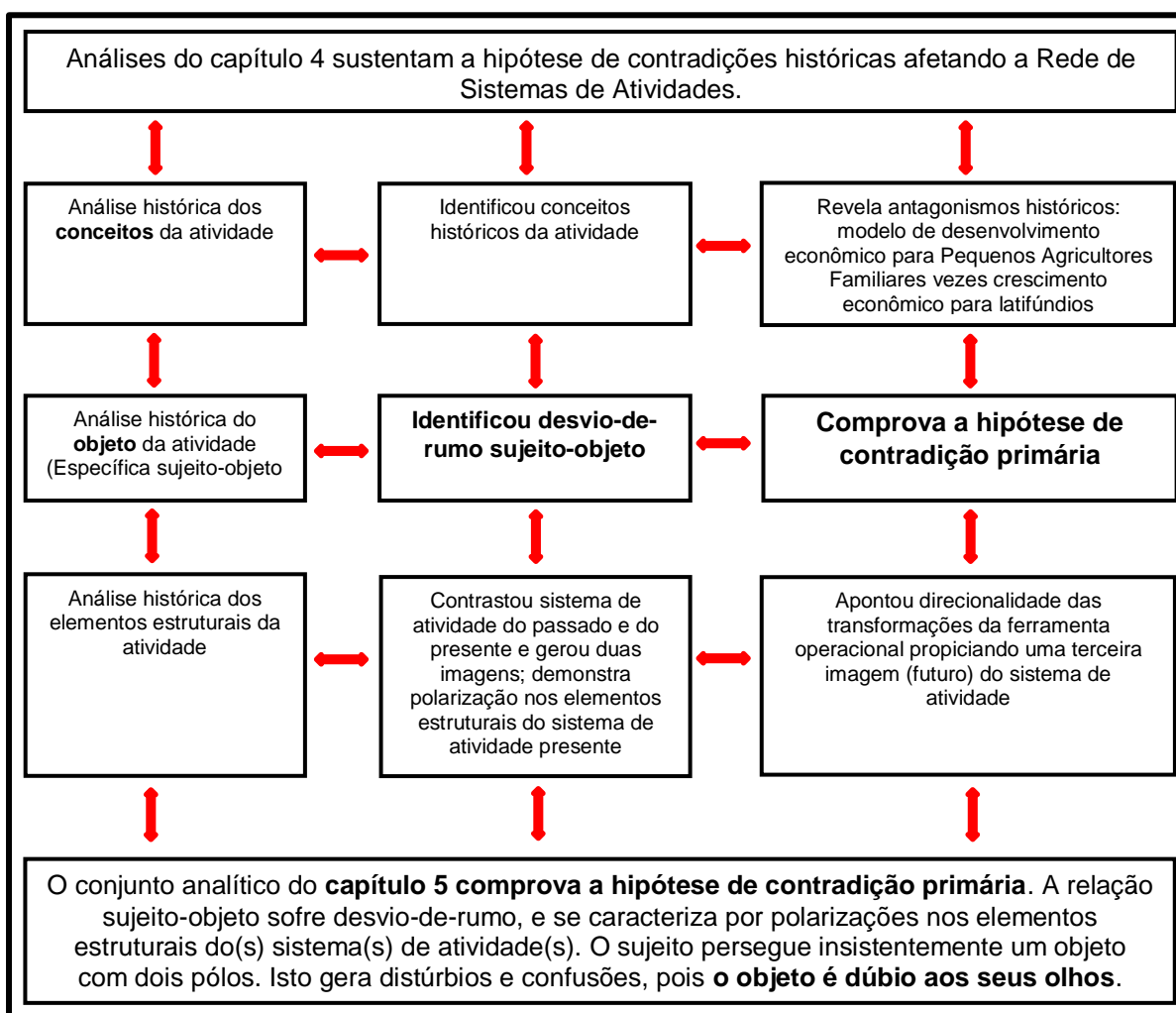
FONTE: Particularização a partir de ENGSTRÖM (1987).

5.4 ANÁLISES DO CAPÍTULO 5, OBJETIVOS E HIPÓTESE

A análise histórica dos conceitos da atividade identificou conceitos que se coadunam com a atividade que operacionaliza o crédito rural. Estes conceitos revelaram antagonismos como unidade de opostos. Os opostos se caracterizam por objetivos da comunidade cooperativa no que se refere a construir um modelo de desenvolvimento econômico para Pequenos Agricultores Familiares. Este se contrapõe ao modelo da modernização conservadora da agricultura, já implantado desde 1970, que visa crescimento econômico priorizando crédito rural para latifúndios. A análise histórica do objeto identificou e descreveu o desvio-de-rumo que o sujeito sofreu em relação ao objeto que outrora perseguia. Isto comprova conceitualmente a hipótese de contradição primária valor de uso e valor de troca, que gerou dois pólos no objeto perseguido pelo sujeito comunidade cooperativa. A

análise histórica dos elementos estruturais do sistema de atividade, contrastou o sistema de atividade do Fundo de Crédito Rotativo (passado) com o sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser (presente), confirmando que cada elemento da estrutura tornou-se polarizado. Ainda, esta análise aponta para a direcionalidade das transformações que a ferramenta operacional sofre. A direcionalidade propiciou uma terceira imagem (futuro) resultante de um redesenho em andamento. Ilustramos na figura seguinte o alcance das análises do capítulo 5 quanto aos objetivos específicos e hipótese:

FIGURA 5.6 - ALCANCE DAS ANÁLISES DO CAPÍTULO 5.

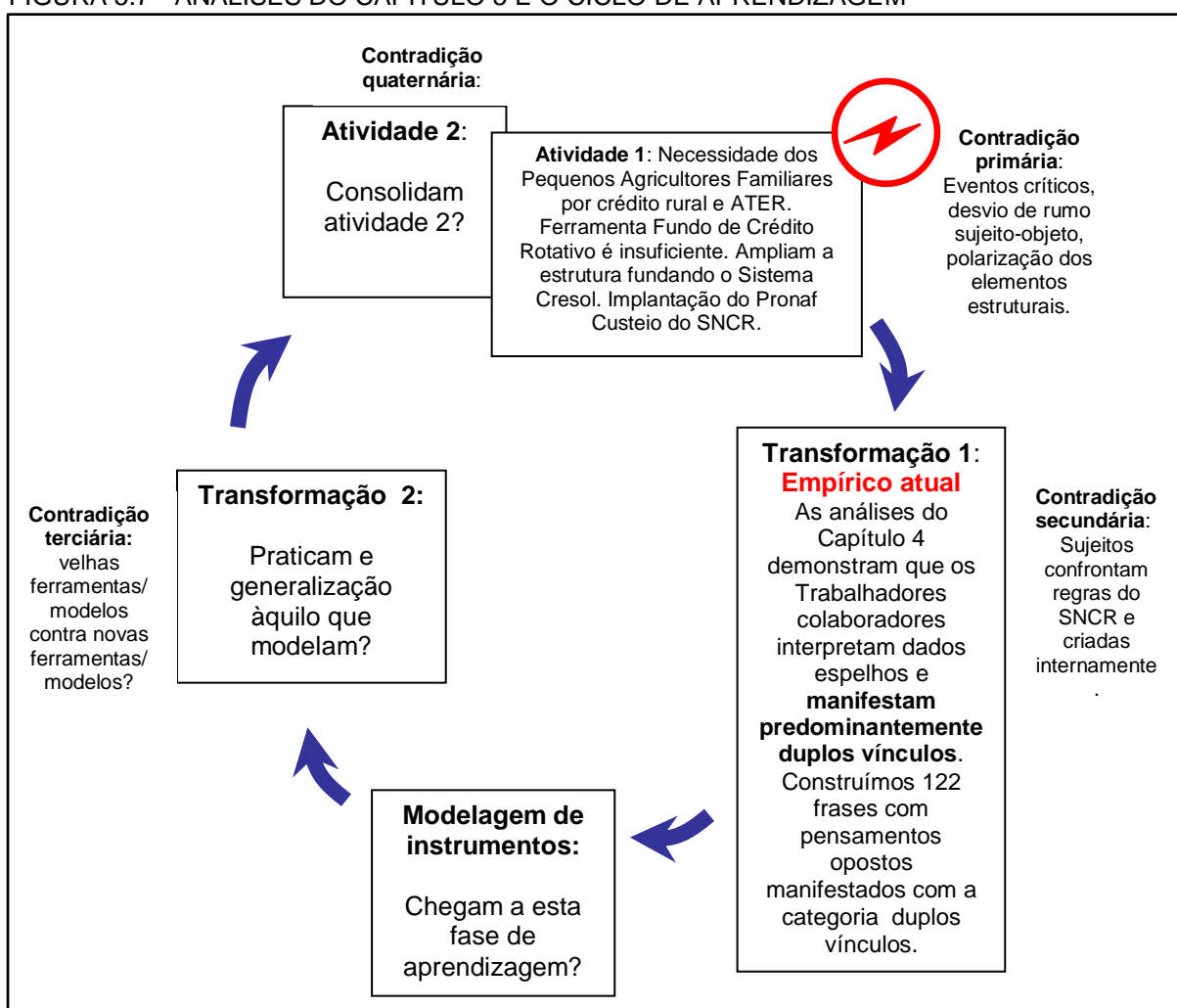


FONTE: o autor.

As análises do capítulo 5 sustentam o ciclo de aprendizagem empírico **Atividade 1: Necessidade dos Pequenos Agricultores Familiares por crédito rural e**

ATER. Na Atividade 1, que descrevemos como Ferramenta Fundo de Crédito Rotativo, o sujeito buscou por soluções para superar um estado de necessidade correlato a insuficiência daquela estrutura de outrora. Ampliam a estrutura fundando o Sistema Cresol e implantando o Pronaf Custeio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). É a busca da superação do estado de necessidade que coloca a organização com características socioeconômicos frente ao sistema econômico. Desta relação estabelecida emerge a contradição primária e demais contradições. Ilustramos o alcance das análises do capítulo 5, completando na figura seguinte a fase de Atividade 1:

FIGURA 5.7 - ANÁLISES DO CAPÍTULO 5 E O CICLO DE APRENDIZAGEM



FONTE: o autor. Particularização a partir de MIETTINEN (2009), QUEROL (2011).

Uma vez analiticamente demonstrado as fases 1 (Atividade 1) e fase 2 (Transformação 1), investigamos se no ciclo de aprendizagem empírico, os

trabalhadores colaboradores adentraram em uma camada agentiva, que se refere a modelagem, prática e generalização de instrumentos para superação das contradições primária e secundárias que lhes afetam no cotidiano de trabalho. Consideramos que ações agentivas são criações e procedemos suas identificações conforme análises do capítulo 6.

6 ANÁLISES DA CRIAÇÃO E EFETIVAÇÃO INSTRUMENTAL

Criação é um processo histórico, cumulativo em que toda manifestação subsequente foi determinada pela manifestação precedente. Isso explica a distribuição desproporcional de inovadores e criadores entre classes diferentes. As classes privilegiadas fornecem um percentual incomparavelmente maior de criadores científicos, técnicos e artísticos porque é nessas classes que todas as condições necessárias à criação estão presentes (VYGOTSKY, 2004, p.31).

As análises descritas neste capítulo estão previstas, no esquema metodológico, como sendo o terceiro passo de análises da criação instrumental, e o quarto passo referente a identificação e efetivação de ações agentivas. Tais procedimentos analíticos deste capítulo são correlatos aos objetivos específicos de **identificar** a geração de ações resultantes de aprendizado, ao longo da história local de uso da ferramenta do crédito rural, para superação de problemas; e de **averiguar** quais ações são priorizadas e efetivadas na prática.

6.1 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÃO AGENTIVA NA MIF 1

Antes de tudo elucidamos que a própria existência do INFOCOS como parte do organograma da Central Cresol Baser é em si resultado de uma ação agentiva objetivando mediar conflitos internos e construir soluções práticas.

Os dados espelhos (primeiro estímulo) fornecidos pelo pesquisador-interventor (PI-S1) foram interpretados pelo par de trabalho:

P1-S1: e sempre o tema que hoje de certa forma incomoda nós e que dialoga direto com a tua percepção e a tua busca da tua tese de doutorado é justamente: **O papel do crédito como instrumento de desenvolvimento em uma determinada região...** ou uma determinada família e que se você não construir um diferencial na forma que você aplica você repete o modelo... hãã... que historicamente nós combatemos e que não empodera!!! (08:06)...

Em seguida P1-S1 como participante da atividade coletiva estabelece autocrítica:

P1-S1: O crédito hoje da forma como se faz hoje dentro da instituição financeira... inclusive da Cresol **NÃO É UM CRÉDITO DE LIBERTAÇÃO!!!**... Não é um crédito que empodera é um crédito que de certa forma até meio queeee vai vai criando dependência!!! ... **E essa é uma autocrítica que tem que ser feita pra todos nós** (08:34)...

Manifesta-se discursivamente adentrando em uma camada contraditória demonstrada pela pista linguística rudimentar questão retórica que indica duplo vínculo. O par de trabalho impulsionado por motivos contraditórios procura resolução quanto a repetição do modelo de uso do crédito rural que eles negam, porém praticam conforme demonstrado pelos dados espelhos (primeiro estímulo) do PI-S1:

P1-S1: ... **como é que você** estabelece que o instrumento crédito ao invés de ser um instrumento que repete o modelo historicamente que você condeno... que de alguma forma faz com que você ... o agricultor crie uma dependência do crédito (8:40)

A contradição que estão (par de trabalho) sentindo é manifestada também com ironia. Contrapõem-se a Assistência Técnica (ASTEC) interpretada como mero procedimento de liberação do crédito rural com a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como processo formativo aos cooperados. Em suas palavras:

P1-S1: Tanto é PI-S1 que aqui nós criamos em um determinado momento nós criamos **dois tipos de Ater...** (Obs: P1-S1 e P2-S1 se olham dão risadas e retomam a fala rindo e olhando para PI-S1)...

P1-S1: ... o **Ater Buro** de burocrática que fala... que cumpre o MCR... que vai lá... que faz a planilha, faz o orçamento, vai implanta, vai ver se tem laudo de implantação da lavoura... essa coisa básica...

P2-S1: serviço burocrático!!! (18:30)

6.1.1 ATER Estratégico

Após a ironia os indivíduos do par de trabalho, destacam o “não” conflitivo e demonstram seu potencial agentivo coletivo adentrando na terceira camada da causalidade humana. Manifestam intencionalmente uma ação transformativa:

P1-S1: na verdade é presta um serviço do ponto de vista subentendendo que esse agricultor domina todas as tecnologia e que tá tudo certo lá... e que de alguma forma... E ISSO **NÃO É VERDADE!!!**... no Pronaf **não** é... **Então nós vamos construindo aqui a ideia que nós chamamos de ATER Estratégico** (18:56)...

Ainda o par de trabalho busca e encontra como segundo estímulo o conceito de agroecologia (como significado social que chega ao contexto local desde a década de 1990) para referendar o motivo de sua ação agentiva:

P1-S1: ... Então quando você discute agroecologia por exemplo... que é um tema que inclusive **nós temos devendo muito** do ponto de vista de discutir e aprofundar... nós entendemos que o ATER Estratégico que mexe com unidade de referência... que mexe lá com as pequenas agroindústrias ... que debate a questão da produção agroecológica ele está dentro do ATER Estratégico... portanto antes do crédito tem que vim essa discussão (19:25)...

A busca do segundo estímulo (não fornecido pelo pesquisador-interventor) é impulsionada por motivos contraditórios que afetam o par de trabalho cotidianamente. Questionam o endividamento que os cooperados sofrem devido ao aumento da oferta creditícia e a operacionalização intensificada (em quantidade e volume de R\$) dos recursos financeiros sem uma devida ATER. Conforme manifestação:

P1-S1: ... Mas o que que impulsiona esse dinamismo econômico!? Na na na... no nosso modo de entender... Primeiro é essa oferta creditícia que ela é éhhh como ela... ela tava represada então nesses últimos anos o pessoal foi pegando o crédito néhhh... a política pública de certa forma meio que permitiu esse **endividamento estrutural**... e hoje nós tamo falando aqui do endividamento estrutural das famílias que tem crescido assiiiiim!!!!... **ASSUSTADORAMENTE!!!** ... Eu to falando aqui de dez anos atrás a média dos devedores do Sistema Cresol não passava de seis mil... seis, sete mil a média... você vê!!! (12:19)

A ação agentiva ATER Estratégico vai além de “ações de questionamento, crítica ou rejeição de alguns aspectos da prática aceita e da sabedoria existente ou de um plano atual” (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 112). A ação agentiva apresentada pelo par de trabalho na Mini Intervenção Formativa (MIF) N: 1 está em aplicação prática e acordada no interior da comunidade cooperativa UNICAFES:

P2-S1: ... pra ter um acompanhamento de ATER é como o P1-S1 falou antes... conseguir realmente criar uma estrutura que possa discutir temáticas de experiências e também garantir acesso ao crédito!!! Mas ter realmente técnicos discutindo processos... apoiando empreendimentos que fortaleçam o agricultor em sua unidade familiar e seus empreendimentos ... que é um pouco a experiência piloto que estamos fazendo hoje cento e trinta e seis famílias... e queremos chegar com esse empreendimento o ano que vem em trezentos e oitenta empreendimentos (31:47)...

A análise evidenciou que o par de trabalho apresenta local da ação prática, nova denominação para o efetivador e ainda regra sua função na nova divisão do trabalho:

P2-S1: tá em **todas as Bases Regionais**... principalmente no Estados do Paraná e Santa Catarina...

PI-S1: Certo!

P2-S1: ... quêee nós... estamos tentando estimular para que as cooperativas invistam no **profissional de extensão rural**... tamo até tentando evitar de chamar de técnico...

PI-S1: Profissional de Extensão Rural...

P2-S1: ... profissional de extensão rural porque é o cara que não vai fazer outra coisa senão pensa no **diagnóstico** daquela unidade que tá sendo acompanhada e depois um **cronograma de aperfeiçoamento** dela (31:53)...

O par de trabalho detalha a ação agentiva ATER Estratégico:

P1-S1: ... é aí que entra a ideia de quatro ou cinco ... então tem as unidades de referência ... tem lá uma propriedade que a partir do seu método, do seu jeito de cultivar... é uma referência pra aquela região... então ao invés de você ficar pipocando em todas as... o **ATER Estratégico** ele ele identifica justamente a unidade de referência... as agroindústrias familiares que hoje também umas passam por dificuldades... precisam lá de um apoio, de uma orientação, de um financiamento néhh... então entram as agroindústrias, entram o que mais entra aqui P2-S1?... todos os projetos relacionados a aspectos revitalistas... **agricultor que se endividou** (32:57)...

A ação ATER Estratégico é dirigida para um pólo socioeconômico que conflita com um pólo financeiro do objeto perseguido pela comunidade cooperativa:

P1-S1: ... o cara pegou dinheiro da Cresol mesmo e tá lá enterrado, tá lá, **arrendou as terras** ... tá querendo ir embora... **nós temos que dar uma condição de esperança pra ele**... então vamo lá... vamo ver o que aconteceu... vamo replaneja a propriedade dele!!! Vamo ver se o negócio dele é crédito nesse momento... talvez nem seja crédito naquele momento... **talvez seja psicólogo!** (33:02)... ..

Nesta ação agentiva a operacionalização do crédito rural é posterior a descoberta da necessidade (da família de agricultores e/ou de sua agroindústria) e não um fim em si:

P1-S1: ... então o projeto de ATER Estratégico passa por essa visão transversal ... se você vai lá pra discuti financiamento... você vai discutir projetos ... fomenta a discussão...

P2-S1: **O crédito é um detalhe... é o complemento!**

P1-S1: ... aí se o crédito em determinado momento for importante entrar... ótimo!... ta alí a Cresol pra fazer isso... mas talvez o primeiro momento éhhh... por exemplo pra agroindústria é pensar lá um sistema que o pessoal consiga ter um **fluxo de caixa** (33:20)...

Na ação agentiva ATER Estratégico o par de trabalho reitera um pólo socioeconômico do objeto que contém a agroecologia como referência a ser reconhecida por meio de intercâmbios:

P1-S1: ... na outra família ... que é **unidade de referência** é pensar como que aquela unidade pode ser mais um espaço onde os demais venham aqui discutir questões ambientais, **produção agroecológica**... **Então é isso que nós queremos com o Ater Estratégico!!!**... Até porque essas cento e poucas unidades que serão quatrocentas... são nada se for ve ohh... oh horizonte do Sistema!... Agora do ponto de vista de irradiação... óhhh eu tô aqui em uma unidade de uma comunidade que tem mais de cinquenta unidades aqui ... **nós precisamos irradiar pra essas cinquenta a experiência deles!**..... “Haaa agora eu... eu quero fazer um intercâmbio”... a política de **intercâmbio** com outra unidade nossa!... “Vamo entende lá o que a pessoa da outra região faz”... vai ter um ATER Estratégico (34:18)...

Concluem o detalhamento da ação agentiva ATER Estratégico explanando quanto à origem dos recursos financeiros, dimensionamento profissional de ATER/ famílias, custos por profissional e contribuição financeira das famílias:

P1-S1: ... então ele passou a ser um projeto... o ATER Estratégico pra nós que tamo apostando muito inclusive... inclusive o **Sistema Cresol investiu cinquenta por cento desse custo**... cooperativa só tem... imaginamo que um técnico só pode acompanhar **no máximo trinta a quarenta famílias**... é

isso o limite dele... pra ele ter pelo menos uma vez por mês a condição de ir visitar a família lá... ver como é que tá a evolução deles... desse custo do técnico nós estimamos entre custo de salário, mais custos operacionais, mais custos administrativos... vai ter um custo aí de **oito a nove mil reais**... pra esse técnico que vai acompanháa as trinta famílias... e desses é que nós estamos subsidiando os cinquenta por cento... e o restante cinquenta a cooperativa entra lá com recurso pra pode acompanhá no primeiro momento... depois lá na frente eventualmente **as próprias famílias vão contribuir** pra que a ATER... .. Então é um modelo diferente que **não** vai cumprir MCR néhhh!!!... ele vai pensar um outro projeto! (35:24)

Concluimos a análise de identificação da ação agentiva na MIF N: 1 INFOCOS explanando que esta possui característica de “ações de implementação do modelo, de sua concretização por meio de aplicações práticas, enriquecimentos e extensões conceituais” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112). Todavia alertamos que as manifestações discursivas de contradições dialéticas que nos conduziram a ação agentiva ATER Estratégico estão impregnadas por características da categoria duplos vínculos semelhantes a “vamos fazer isso” (ENGSTRÖM e SANINO, 2011, p. 13). O alerta destacado nesta análise é devido a duplos vínculos ser uma categoria que aponta para tentativas repetidas de superação de contradições. As tentativas não são aceitas ao longo da história do sistema de atividades, porém os indivíduos e/ou coletivo não cessa a contraposição buscando superação.

6.2 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 2

Nesta análise da sessão de Mini Intervenção Formativa (MIF) N: 2 Central Cresol Baser Departamento de Seguro Agrícola com Departamento de ATER identificamos duas ações agentivas. Uma é quanto ao manejo de recursos financeiros para realizar operações de Assistência Técnica (ASTEC) burocrática e obrigatória por Lei aos Pequenos Agricultores Familiares cooperados e; a segunda é referente à utilização da cama-de-aviário como fertilizante, devidamente legalizada e em conformidade com o seguro agrícola PROAGRO.

6.2.1 Up

Entre os dados fornecidos (primeiro estímulo) pelo pesquisador-interventor (PI-S2) destacaram-se provocando reação conflituosa do par de trabalho os que evidenciam a remuneração financeira dos técnicos operadores de ASTEC

vinculadas aos orçamentos dos Planos de Crédito dos cooperados das Cresóis Singulares. A manifestação discursiva de contradições dialéticas tratando da adequação da ferramenta SIC para as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares demonstrou dúvidas e hesitações conforme categoria dilema:

P2-S2: acho que em termos de ferramenta para resumir depois disso o que o P1-S2 fala acho que a ferramenta não é... muito pelo contrário à ferramenta permite você trabalhar de n formas, acho que é muito mais vinculado a uma questão cultural, de dinâmica de mercado e tudo mais do que simplesmente achar que a ferramenta hoje possibilita tranquilamente trabalhar vamos dizer assim, com um papel diferenciado no caso da agricultura familiar, **quanto a isso não tem problema** (13:20).

Entretanto os dados do pesquisador-interventor (PI-S2) demonstram que a vinculação remuneração/orçamento inviabiliza a operação de ASTEC aos Pequenos Agricultores Familiares. Deste modo P2-S2 retoma sua interpretação (camada interpretativa), refaz a argumentação de modo vacilante e confuso (camada contraditória) porém estabelece sua crítica:

P2-S2: ... é talvez essa questão de valor que você coloca, se focando mais na agricultura familiar **obviamente** pelo valor hoje, se a gente pedi... partir desse valor que... que vem do MCR claro que, com foco na agricultura familiar são operações com valores menores, claro que, vai ser insuficiente pra fazer o trabalho como um todo, e isso... Por isso muitas vezes acaba ficando vinculado a somente mesmo a, a cultura pela qual foi...

PI-S2: aham...

P2-S2: foi... pela qual foi financiada então teve um custeio de soja e um de milho muitas vezes o valor é para ir la mesmo vê se foi cultivado se tá feito os tratos culturais e tudo mais tu num, num **não... consegue ter um acompanhamento efetivo né... na forma que você pretende!!!** (13:56)

A ferramenta SIC tem parametrizado a porcentagem de remuneração para ASTEC variando entre 0,5 e 2,0%. A análise evidencia o aprofundamento da interpretação e o par de trabalho manifesta-se quanto a vinculação inviabilizar financeiramente tanto o técnico operador quanto o Pequeno Agricultor Familiar, já que se este não tiver ASTEC não acessará o crédito rural e o seguro agrícola. O PI-S2 argumenta com seus dados espelhos (primeiro estímulo):

PI-S2: por que, por que tem uma situação que o no dialogo com os técnicos por exemplo eles me colocam que, somente com as propriedades maiores consegue viabilizar (14:35)...

E novamente ocorre a reformulação da opinião do P2-S2:

P2-S2: ... **justamente**...

PI-S2: as menores...

P2-S2: é é nesse sentido... (Obs: o participante P1-S2 balança a cabeça positivamente)

PI-S2: é é nesse sentido mesmo...

P2-S2: vai... focar na agricultura familiar **o valor é insuficiente**, muitas vezes acaba fazendo só a parte legal, vamos dizer assim do processo...

PI-S2: só a parte legal do processo!!!

P1-S2: parte legal (Obs: balbucia e concorda com a mão colada sobre a boca)

P2-S2: só a parte legal e aí... **e muitas vezes nem isso né!!!** Muitas vezes justamente em operações maiores que basicamente o procedimento é o mesmo, aí o valor é mais alto e conseqüentemente a taxa de assistência técnica da uma margem maior que acaba viabilizando inclusive os pequenos (14:43)...

O P1-S2 reage se valendo dos dados fornecidos pelo PI-S2:

P1-S2: é... (Obs: aponta para um dado específico do *nootbook*) podemos dar exemplo nessa primeira operação, aqui óh! A assistência técnica nessa de Coronel Vivida, 168, 169 reais, então nessa operação aqui de 169 reais é que a operação é de oito mil quinhentos e cinquenta e sete... mais né... junto com a assistência técnica...

PI-S2: aham...

P1-S2: na verdade o técnico recebeu só 169! Então esse 169, ele vai ter que, fazê o projeto, elaborar o projeto e vai ter que, **em contrapartida ir lá nessa propriedade no mínimo três vezes** na época da germinação faze um laudo, na época da pré-co... da floração ou frutificação e na época da pré-colheita, então **têm que ir três vezes** nessa (14:47)...

Até então as manifestações discursivas de contradições dialéticas tinham característica da categoria dilema, agora explicitam conflito. O P2-S2 consciente da precariedade do trabalho dos técnicos operadores reage. Neste momento não está mais com sua primeira roupa¹⁰¹ de Departamento de ATER da Central Cresol Baser, mas sim vestido a rigor com sua segunda roupagem de Presidente da Cooperativa de ATER:

P2-S2: **Tudo por esse valor aqui!!!...**

P1-S2: **Tudo por esse valor aqui!**

P2-S2: **com seu carro, estrutura, logística e tudo o mais!!!**

P1-S2: então você pega uma operação que tá tá 13 Km da cidade né... em estrada de chão então né, há dificuldade (15:10)...

O pesquisador-interventor (P1-S2) tenciona apontando para o valor menor:

PI-S2: nessas... nesse aqui por exemplo gerou 11 reais só é...

P1-S2: éh

PI-S2: 11 reais pra fazer isso é...

P2-S2: **é fazer papel, nesse caso é só papel só!!!**

P1-S2: éh (15:16)

¹⁰¹ Para nós isto é um desdobramento da divisão do trabalho dentro da comunidade cooperativa. A multiplicidade de vozes é própria da função que cada qual desempenha na divisão do trabalho.

Ao nosso ver o P2-S2 na sua segunda roupa buscou dois motivos como segundo estímulo não fornecido pelo PI-S2. O primeiro é sua inviabilidade financeira caso queira fazer o trabalho previsto por lei e; um segundo motivo é não estar satisfeito em fazer apenas operações de escritório, negligenciando a orientação técnica junto às famílias de pequenos agricultores familiares.

A análise demonstra construção de acordos entre os indivíduos do par de trabalho objetivando superação da contradição por eles mesmos tornada consciente. Deste modo alinham-se para manifestarem seu potencial agentivo coletivo. Dirigem-se intencionalmente para uma ação transformativa. São explícitos quanto à invenção de ferramenta para calcularem o valor mínimo de cada operação do Pronaf Custeio e que garantiria viabilidade financeira para técnicos operadores efetivarem ASTEC burocrático:

P1-S2: dai... dai... desse lado... acaba sendo operações, a gente fez um calculo quando o P2-S2 começou... acho que era até uns, mais ou menos em torno de 30.000 reais um valor bom né P2-S2, um custeio de até 30.000 reais pra cima já seria viável, mas de **30 mil pra baixo seria inviáveis**.

PI-S2: Para ATER... para viabilizar ATER.

P1-S2: exatamente! **Nossa operação de custeio tão em média de 15.000 reais.**

PI-S2: teria que dobrar Para viabilizar só ATER estratégica no caso?

P1-S2: não...

PI-S2: não só ATER...

P1-S2: **só ATER burocrática!!!** (16:24)

O PI-S2 interpreta que há uma defasagem grande entre o valor médio dos contratos (15 mil reais) e o valor mínimo da viabilidade financeira (30 mil reais):

PI-S2: só a Ater burocrática então, a interpretação é que tem uma defasagem grande em medias de valores para pequenas propriedades (17:07)...

Porém P1-S2 valendo-se dos dados espelhos do PI-S2 argumenta:

P1-S2: pequenas sim! Mas **agora se pegar uma propriedade grande** dai já, vamo assim, que tem exemplo aqui de um soja 44.000 reais foi o custeio, ATER recebeu 172 reais, é uma quantia de 172 já **já viabiliza ele ir la três vezes e quem sabe até fazer um trabalho diferenciado né!!!** (17:10)

A ação agentiva é manifestada pelo P1-S2 que é o funcionário interno da Central Cresol Baser e é dirigida ao P2-S2 que é simultaneamente Coordenador do Departamento de ATER da Central Cresol Baser e Presidente de cooperativa de ATER:

P1-S2: então esta... e quem sabe por trás disto ele teria... éhh, por exemplo a cooperativa nossa... nossa singular lá na ponta ela ter a sensibilidade P2-S2 que é o que a gente qué... sensibilize que **nessas operações que o valor tá menor ela dê um up** ajudando o assoc... o nosso técnico a ir lá fazer um trabalho melhor...

PI-S2: *up* que seria?

P1-S2: **um recurso a mais... um... um...**

P2-S2: **um recurso próprio** (18:20)...

O *up* como ação agentiva é uma criação não acabada. Parte dos acordos ocorreram durante a sessão de MIF N: 2. Não há um acordo exato no que se refere a ajuda ao técnico operador. Pagamento em dinheiro ao técnico? Auxílio com combustível? O P1-S2 demonstra dúvida quanto ao pagamento em dinheiro:

P1-S2: éh **não digo financeiro**, mas algum incentivo por exemplo, vamo dá exemplo, se você vai lá, pra você além de você fazer essa visita **a gente vai** pagar pra você fazer lá um... um cadastro de associado. Então ela foi só por esse valor mas ela vai receber um... um adicional a mais por exemplo pra ir fazer um cadastro lá, ou mesmo em dinheiro mesmo, ou podemos pagar combustível pra o técnico para tentar sensibilizar (18:22)...

Porém é detalhado quanto a regra ser parametrizada na ferramenta SIC e a ser aplicada no sistema de atividade Pronaf Custeio da Central cresol Baser:

P1-S2: ... Para nós tentar conseguir **isso foi criado agora éhh uma ferramenta dentro do sistema SIC aonde que pra X reais disponibilizados pelas singulares, centavos vão ter que ser para operações abaixo desse valor...**

PI-S2: centavos!?

P1-S2: é centavos... para cada um real liberado dez centavos desse um real tem que ser para essas operações então (Obs: P1-S1 aponta para *notebook* do PI-S2) então 10%. Então liberou um milhão de reais 10% desse um milhão que daria 100.000 reais em operações abaixo de...de... 10.000 reais por exemplo...

PI-S2: certo, é uma regra interna, então!?

P1-S2: é isso... é...interna! (18:24)

A ação agentiva *up* é motivada por um segundo estímulo não fornecido pelo PI-S2. O par de trabalho buscou na história da comunidade cooperativa significados pertinentes às necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares:

P1-S2: pra tentar sim, forçar com que a cooperativa participa, **pra não fugir do nosso... do nosso público alvo**, porque se nós for ver uma propriedade maior ela sempre será vista com olhos maiores do que uma... do que uma menor e então pra tentar não cair nessa... (19:45)

A ação agentiva *up* se assemelha a “ações de implementação do modelo, de sua concretização por meio de aplicações práticas, enriquecimentos e extensões conceituais” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112).

6.2.2 Plano de Crédito e Substituição de Insumos

A análise que identificou a segunda ação agentiva na mesma sessão de MIF N: 2 contou com o primeiro estímulo fornecido por PI-S2. Este criticou os salários dos técnicos operadores por serem estes diretamente proporcionais aos volumes prescritos de agrotóxicos:

PI-S2: ... como poderia ser viabilizado financeiramente por quê me parece que mesmo eh... organizando o cooperativismo de ATER na hora desses técnicos fazer um trabalho, me parece que ele só consegue fazer o salário deles, pra sobreviver, se ele prescrever o agrotóxico, isso é um equívoco ou isso é pertinente na situação que nós estamos no momento? (32:01)

Entretanto o P1-S2 adentra em uma camada interpretativa distinta do PI-S2:

P1-S2: ... **mas** por outra... por outra... viés, **o agroecológico também tem necessidade de insumos**... também tem necessidades de produtos, então assim, que nem P2-S2 mesmo comentou agora né P2-S2, então tipo, se for lá e o associado tiver uma produção de **cama-de-aviário de dez toneladas** por... né né por ano lá na estrutura que ele tem... hoje a cama-de-aviário da nossa região gera em torno de **90 até 150 reais a tonelada**, então se ele (cooperado) tem dez ele (técnico) pegaria 1.000, 2.000 por ahí e dessa cama, então ele ia prescrever, esse valor... ele ia... ele ia h receber (33:04)...

O P2-S2 crítica a glosa do PROAGRO devido à falta de nota fiscal quando de um caso de prescrição da cama-de-aviário:

P2-S2: ... eu fiz uns projeto nessa linha até pelo entendimento que a gente tinha, que era no tempo que tinha que descrever no projeto se era cama-de-aviário, tinha que escrever no projeto então, senão escrever no projeto, não vou dizer que não recebia, mas teve vários casos que não foi feita a descrição. E aí foi **glosado por por não ter nota fiscal**, por exemplo. Não por não usar cama-de-aviário, não tinha nota fiscal e pronto, sei lá (33:10)...

Em seguida manifesta seu potencial agentivo descrevendo sua invenção:

P2-S2: ... E aí como nós tivemos um caso lá em Capanema que **escrevi no projeto cama-de-aviário, produção própria, daí coloquei um valor** da...só do custo da produção... como tá descrito no projeto, e daí... o perito também, depende do perito também, e perito que for lá, um cara que já tinha muita experiência ele daí acabou vendo no projeto que tá e daí ele olho lá que tinha um aviário, conhece o agricultor já e tal, **tranquilo ele considerou ele não fez a glosa deste valor, ele considerou** (33:20)...

Esta ação agentiva não se caracteriza somente pelo técnico inserindo a cama-de-aviário em seu projeto construído na relação com o agricultor cooperado, mas também na transformação da ferramenta SIC para aceitar a cama-de-aviário no documento Plano de Crédito. O par de trabalho passa por momentos confusos

característicos da camada contraditória. Conflitam quanto ao como foi gerada a ação agentiva. Partiu da necessidade do cooperado, passou pelo técnico e culminou na transformação da ferramenta SIC ou partiu de uma regra do Manual de Crédito Rural (MCR) que passou pela Central Cresol Baser e culminou na transformação da ferramenta SIC. Para P1-S2:

P1-S2: ... **não** vêm essa demanda até aqui... isso é quem configura lá somos **nós**, então adubação, níveis de defensivos é um termo que nós usamos porque é um...

P1-S2: ... **o item de insumo é o que no ministério ele permite** que no Pronaf, eles os itens sejam agrupados e **não** separados item por item, então assim é os insumos é um termo que vai ser usado para todos os insumos lá de... por exemplo de adubação, os defensivos então então é o termo que vai usar todos os defensivos que são usados então pode ser um inseticida, pode ser um fungicida, pode ser um acaricida (45:59)...

A análise demonstra que as transformações foram dirigidas intencionalmente e colaboram com as necessidades da cultura local:

P2-S2: Mas na verdade já **é um avanço que já teve na ferramenta**, entendeu? Porque insumo hoje por exemplo, vai como insumo, mas na hora de provar com nota fiscal, você pode comprovar... a cama-de-aviário por exemplo (47:28) ...

A ação agentiva que denominamos Plano de Crédito e substituição de insumos que consiste em transformação da ferramenta SIC interna a Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares abre a perspectiva de uma nova ação agentiva:

P1-S2: isso... então, tipo assim são termos que foram agrupados pra por causa disso mas como **estamos precisando de fazer um específico por exemplo pra agroecologia** se tiver uma demanda lá da ponta a gente consegue usar os termos agroecológicos que teria que chamar ou...**fazer uma reunião para ver os termos que eles querem que apareça** mas sempre pensando nesse agrupamento. No caso do PRONAMP, que são médios daí tem que ser específicos. Então tem que ...

P2-S2: tem que detalhar (50:10) ...

A ação agentiva com centralidade no uso legalizado da cama-de-aviário (Plano de Crédito e substituição de insumos) está além de simples “ações de questionamento, crítica ou rejeição de alguns aspectos da prática aceita e da sabedoria existente ou de um plano atual” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112). A análise demonstra semelhança com “ações de implementação do modelo, de sua concretização por meio de aplicações práticas, enriquecimentos e extensões conceituais” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112).

6.3 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 3

Nesta análise da Mini Intervenção Formativa (MIF) N:3 UNICAFES o primeiro estímulo (dados espelhos) fornecido pelo pesquisador-interventor (PI-S3) desencadeou “ações de questionamento, crítica ou rejeição de alguns aspectos da prática aceita e da sabedoria existente ou de um plano atual” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112). Exemplificamos:

P2-S3: ... e aí então é isso vira um processo e aí é processo do momento ... hoje ... eu não vejo como o agricultor com **dois, três, quatro hectare** vai... que é uma boa quantidade do nosso povo ... **plantando soja...**

PI-S3: inviabiliza...

P2-S3: ... **nem o orgânico é viável ... é inviável pra ele!!!**

PI-S3: ... hoje só tá acontecendo isso porquê é subsidiado esse Pronaf Custeio néh?

P2-S3: ... claro... então assim aí você consegue... temos vários projetos hoje que não é fazendo critica... mas é olha a realidade... **nós fizemos vários projetos hoje que encheu o bolso das grandes indústrias!!! Das grandes!!!** (29:31) ...

O P2-S3 como ator adentrou em uma “camada interpretativa” (ENGSTRÖM, 2006, p. 3) valeu-se dos dados espelhos (primeiro estímulo) do PI-S3 e buscou um segundo estímulo referente às dificuldades que os Pequenos Agricultores Familiares sofrem por cultivar monocultura de soja. A inviabilidade financeira da atividade os leva primeiro a cederem em arrendamento e posteriormente em venderem suas propriedades. Os compradores são os proprietários de áreas agrícolas maiores que utilizam o Pronaf Custeio:

P2-S3: ... que quem tem um pouquinho a mais ele vai excluindo o mais pequeno então essa que é a necessidade... os pequenos agricultores que tem dois, três alqueires de soja de de área localizada ... ele não tá conseguindo produzi o soja porque ele não tem o trator... porque ele não tem... aí ele arrenda pro outro... é frequente... você vê nos municípios dez, quinze agricultores que tiveram a iniciativa e começaram arrendá dos agricultores e produzem lá cem, cento e poucos hectares...

PI-S3: ... essa é uma tendência que vai leva a reduzi a quantidade de propriedades agrícolas... será?

P2-S3: ... **Eu acho que sim!!!!!!**... porquê assim... **até quando ele vai se sustentá se ele tá arrendando a produção dele!!!!???** ele tá arrendando a terra então!!!! (34:18) ...

Além de criticar a prática corrente da comunidade cooperativa o P2-S3 analisa a situação histórica local e resgata proposições para viabilizar Pequenos Agricultores Familiares:

P2-S3: ... entendeu?... então nós temos o Pronaf hoje que dá forma que gente tá fazendo o nosso pequenininho tá enchendo o bolso de quem!!!!!!?????... dá do mercado... de insumo ... **e aí nós não**

conseguimos avançar à questão das agroindústrias às questões do produto orgânico... **nós não temos conseguido quebrar essa barreira!!!!** (Obs: categoria duplo vínculo) (30:17)...

A análise evidencia o par de trabalho da sessão de MIF N: 3 UNICAFES envolto em uma camada contraditória (duplo vínculo) procurando resoluções para situações agravadas ao longo da história da comunidade cooperativa. A análise demonstra o par de trabalho manifestando ações agentivas, que todavia não estão colocadas em prática.

6.3.1 Troca de Atividades no Sistema Agrícola

O P2-S3 a partir de questões retóricas e com tom de urgência propõe ações transformativas dirigidas intencionalmente para os Pequenos Agricultores Familiares:

P2-S3: ... então assim a nossa agenda é de nós pensar! como que nós pensamos as pequenas indústrias pra esse pequeno aqui!!!!????... uma **pequena indústria de queijo!!!!**...

PI-S3: uhum

P2-S3: ... pra tirá ele da das grandes indústrias de leite que aí paga o preço que que ... como nós pensamos uma **pequena indústria de frango caipira!!!!**???... lá num pequeninho matador mas que atinge de repente... o seu município lá com 30, 40 agricultor produzindo frango caipira e ou frango diferenciado...

PI-S3: uhum...

P2-S3: como nós pensamos isso... como nós pensamos uma **pequena indústria pra transforma o doce, às frutas** que sai do município (31:16)...

A ação agentiva propõe a troca de atividades no sistema agrícola¹⁰² dos Pequenos Agricultores Familiares. As pequenas agroindústrias são invenções lastradas na história local e que demonstram o “potencial agentivo individual e/ou coletivo” (ENGESTRÖM, 2006, p. 3) do par de trabalho. A análise do par de trabalho está centrada na perda de alimentos devido ao não processamento e a produção de alimentos em sistemas agroflorestais:

P2-S3: ... essas frutas são perdidas... não tão sendo aproveitadas... **não tão sendo processadas...**

PI-S3: não tão sendo processadas...

P2-S3: ... então mas assim... cada produtor produzindo suas mudas acaba tirando sua produção e e mas assim... nunca se vende e acaba perdendo... então como é que nós começamos a pensar!!!!??? os pequenos agricultores... lá na ASSESOAR tem uma boa iniciativa com os projetos aí de uma ONG do... não sei que país que é... conseguiu fazê as **agroflorestas**... não sei se ouviu fala? (32:54)...

¹⁰² Sistema agrícola: interpretamos conforme noções de Khatounian (2001 p. 66).

A ação agentiva manifestada por P2-S3 e que denominamos Troca de atividades no sistema agrícola propõe modelo organizativo com grupos de Pequenos Agricultores Familiares especializados por atividade produtiva de alimentos:

P2-S3: ... então... mas é uma produção diferenciada... um pouco de cada coisa ... então isso assim vai mais pras feirinhas pra família néh... agora o que **nós pensamos 30, 40 agricultores produzindo pêssego... especializa** mas que seja numa **sociedade familiar que o grupo**... eles começam a se ajudar e começam a produzir o doce de pêssego, o doce de pera, produzi o suco de laranja ... enquanto nós pensar esse cenário nós vamos deixando deles ser excluídos do processo (33:05)...

As características das manifestações discursivas de contradições dialéticas do P1-S3 na MIF N: 3 correspondem a categoria conflito crítico e são extremadamente pessoais com sentimento de ser violado e/ou culpado:

PI-S3: ... então eu interpreto que na verdade os técnicos que fazem o trabalho dos Planos de Crédito pros Pronaf Custeio da Central Cresol Baser, eles fazem só um procedimento de legalização ou eu tô exagerando?

P2-S3: É mas é essa a interpretação!!! ...

P1-S3: **ÉH NÃO ERA PRA FAZÊ ISSO... NÃO ÉRA!!!!**

P2-S3: ... Mas aí! (21:15)

P1-S3: ... **MAS NO FUNDO NO FUNDO... ACABA FAZENDO!!!!**

P2-S3: ... é isso que faiz! (21:17)...

O P1-S3 propõe uma sequência de ações após o PI-S3 apresentar os dados espelhos (primeiro estímulo) da ASTEC remunerada por vinculação ao orçamento dos Planos de Crédito. São ações dirigidas intencionalmente objetivando transformações.

6.3.2 Compensação por Proteção aos Agroecológicos

A primeira ação agentiva é dirigida aos agricultores agroecológicos. Consiste em compensação financeira a ser praticada pelo Estado, justificada pelo fato de que os agricultores praticantes da agroecologia em geral, se valem de tecnologias de produção que preservam a natureza:

P1-S3: ... que me parece que são fundamentais pra **gente conseguiu resolver**... é então uma é essa questão que você pudesse principalmente pra **agroecologia** éhh... éhhh pra agroecologia você... éhhh... inclusive... algumas coisas é anterior... **aquela compensação de proteção** néh... inclusive o Estado pagá os que preserva néh... se pudesse fazê que o Estado pagasse as pessoas que preserva as pessoas iam preserva mais néhh (21:47)...

6.3.3 Seguro Agrícola aos Agroecológicos

A segunda ação agentiva de P1-S3 é dirigida para a necessidade de adequação do seguro agrícola PROAGRO para financiamentos de custeio da produção agroecológica:

P1-S3: éh... mas eu acho assim óh... se tivesse a questão do PROAGRO eu acho que, eu acho que seria interessante néh... nós pensa... pensa o seguro agrícola (21:50)...

6.3.4 Comercialização Agroecológica

A terceira ação agentiva do P1-S3 é dirigida para a necessidade de organização da comercialização da produção de alimentos agroecológicos em escala:

P1-S3: ... éh éh então teria discuti essa questão da comercialização eu acho que ainda nós tem que resolve essa questão da comercialização néh... você conseguiu produzi... **comercializá em escala** entendeu!!!??? (23:21)...

6.3.5 ATER com Qualidade

A quarta ação agentiva do P1-S3 é intencionalmente dirigida para a necessidade dos agricultores em ATER desvinculada de assalariamento aos orçamentos de Planos de Crédito:

P1-S3: ... eu acho que tá pegando é uma ATER com qualidade **sem vincular com a percentagem do orçamento!!!**... que não tem lógica o cara... eu não me cabe na cabeça... se eu preciso... vou fazê um milhão de financiamento e vou reter dois por cento... dois de um milhão?... dá 20 mil certo?... isso... concorda?

PI-S3: acho que... é isso... sim!

P1-S3: ... táhhhh... então aí... a propriedade precisa só de um milhão... mas o 20 mil... “Putá ... é minha safra néh que tá aqui”... vamos fazê de um e meio... dois milhões... então as vezes acaba endividando o agricultor... talvez ele não precisa... um milhão faria (24:48)...

6.3.6 Mudança de Objeto da Comunidade Cooperativa

A quinta ação agentiva do P1-S3 é singular por ser dirigida exatamente para mudança de objeto da comunidade cooperativa. Consiste em não mais priorizar a

operacionalização do crédito rural de custeio e priorizar o crédito rural de investimento:

P1-S3: ... o pessoal tá equivocado ... e eu tenho exemplo próprio, pra mim é fundamental na propriedade o **crédito de investimento!!!** (24:50)

Na análise da MIF N: 3 o par de trabalho constantemente referenda o Pequeno Agricultor Familiar praticante da agroecologia. Este é o segundo estímulo que o par de trabalho encontrou para lançar suas ações agentivas. Todavia os conflitos críticos que são pessoais, evidenciam a dificuldade e/ou impossibilidade de colocarem em prática e de modo generalizado às suas ações agentivas resultantes de “análise da situação” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112).

6.4 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 4

Esta análise de identificação de ação agentiva se distingue metodologicamente das demais. Nesta o pesquisador-interventor (PI-S4) após ser apresentado ao grupo de trabalho apenas é autorizado a registrar o debate que se revela conflitivo. Como consequência o PI-S4 não fornece dados espelhos (primeiro estímulo). Todavia a apresentação do coordenador do Departamento de Crédito da Central Cresol Baser quanto às transformações da ferramenta SIC para SIC MOB e a explícita necessidade urgente de aplicação prática generalizada da inovação ao grupo de trabalho é uma ação agentiva em movimento observada no momento da sessão. As manifestações discursivas de contradições dialéticas de P1-S4 analisa a situação atual de generalização da ação agentiva. Para tanto explana sobre o treinamento que está executando com os técnicos operadores:

P1-S4: Então assim! **Tá tá disponível**, os técnico já estão sabendo disso e os analistas estão sabendo gradativo néh! Eu tenho mais três eventos pra terminar o ano **pra passar os passos básicos** e o restante fica para janeiro... atingimos 107... 106 técnicos não me lembro direito, **mas passou de 100 técnicos**, tem os que estavam credenciados, eu tenho o universo, eu vou mandar um e-mail para o pessoal das base, pra gente poder levantar quem é o pessoal que tá efetivado e credenciado, porque tem muito técnico que não usa mais ou que não, estão mais atuantes e acaba ficando lá a gente não sabe! (22:18)

Em seguida explana o motivo do treinamento aos técnicos operadores:

P1-S4: Porque que eu tô fazendo isso, falando dos técnicos! A direção aprovou essa semana, ontem... antes de ontem? (Obs: alguém ajuda: segunda-feira)... segunda-feira, toda a parte do ATER

MCR 2.7, MCR 10, MCR 16, que é a elaboração e aprovação do crédito, não fica... não fica ... **fica no Departamento exclusivo da Carteira de Crédito nossa... agora** (22:37).

6.4.1 Transformação da Ferramenta SIC para SIC MOB

Após as manifestações discursivas preliminares o P1-S4 explica a problemática maior que provoca a ação agentiva. Os técnicos operadores não vão a campo, entretanto às regras do MCR e as regras internas da Central Cresol Baser definem que os projetos técnicos devem ser feitos nas propriedades:

P1-S4: Não sei... gostaria de consultá-los... até porque a ferramenta ela... ela é, é fácil de manusear, rápida, prática, simples... **só depende do pessoal sair a campo tá!!!???** Ihhh um detalhe assim **que a gente percebeu**, dos técnicos numa certa éhhh... **resistência** com relação às coordenadas geodésicas! **Não tem como fazer um projeto mais sem ter a coordenada geodésica...** então o técnico... O que significa isso? (23:58)...

O P1-S4 manifesta “ações de questionamento, crítica ou rejeição de alguns aspectos da prática aceita e da sabedoria existente ou de um plano atual” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112). O que está questionado e criticado é o trabalho dos técnicos operadores. Estes fazem grande quantidade de operações em escritório. Na manifestação discursiva isto é claro:

P1-S4: ... **Ele não vai mais fazer no escritório**, ele vai ter que ir lá... na propriedade que é o que a gente espera de um técnico agrícola ou dum agrônomo é que realmente faço acompanhamento a propriedade!!! ... Aí tem aquelas máximas assim: **“Faço 500 projetos e eu sou sozinho!!!”**... Olha quantos projetos um técnico pode acompanhar efetivamente de fato... 100 a 150 ou é 200.!!!?? (24:29)...

A ação agentiva Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB surge quando os atores sendo indivíduos potenciais e/ou agentes coletivos realizam ações transformadoras de modo intencional. Para alcançarem êxito “inventam e usam artefatos para controlar suas ações desde fora” (ENGSTRÖM, 2006, p. 3). No sistema de atividade criticado a relação é de um técnico operador para quinhentas operações de crédito e a ferramenta transformada (SIC MOB com coordenada geodésica) irá monitorar para que a relação venha a ser um técnico operador para no máximo duzentas operações de crédito:

P1-S4: Enfim... isso, isso tudo a gente preparou no sistema pra poder regar a máquina... a gente colocou uma regrinha boa dizendo assim: “Duzentos projeto um técnico pode fazer por ano”. Quando ele chegar em duzentos ele vai trava o teu técnico... você vai dizer: “Agora você vai ter que

acompanhar um pouco”... aí depois a gente acha que dá pra aumentar para mais cinquenta a gente vai e habilita (24:45)...

A singularidade desta ação agentiva que denominamos Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB não é um projeto piloto ou experimento, mas sim uma implantação formal prática e em generalização:

P1-S4: ... Então por isso que a gente vai fazer esse trabalho de credenciamento e desenvolvemos uma forma de contato direto com eles através de **informativo técnico** de uma forma bem **institucional!!!**... Mas o que eu queria combinar com vocês, que o meu tempo está se estorando é com relação a essa ideia: Não sei se a gente pode partir dela, ou vocês acham que é meio complicado, meio prematuro, dizer que **a gente vai renovar 100%** dos... das operações de repasse; éhhh... ou se a gente estabelece um prazo para finalizar isso **até 31 de 12 de 2016!!!???** (23:21)...

Caracterizamos esta ação agentiva como ações de implementação do modelo, de sua concretização por meio de aplicações práticas, enriquecimentos e extensões conceituais e/ou ainda ações de consolidação e generalização dos resultados do processo de aprendizagem (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112).

Porém a análise da sessão N: 4 também evidenciou a categoria conflito no que se refere a generalização da aplicação prática da ação agentiva Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB:

PN*-S4: Eu falei com um dos cara lá, ele falou, “pelo valor recebido, **NÃO** tem viabilidade nenhuma”, daí pra eles fazer ia cair naqueles quinhentos que você falou aí talvez ...

P1-S4: sim!

PN*-S4: exigir aquilo lá agora se **não** fazer o inventário tocaria... mas ele fazendo o inventário ele diz que **não** (25:41)

Assim discordamos quanto a ação agentiva ser resultante de um processo de aprendizagem que transformará o sistema de atividade da Central Cresol Baser e/ou da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES “[...] em uma nova forma estável de prática” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112). Não ocorre uma estabilização do(s) sistema(s) de atividade(s) mas sim intensificação do conflito motivado por inviabilidade financeira dos técnicos operadores do nível inferior da hierarquia.

6.4.2 SIC MOB com dispositivo para o ATER Estratégico

A análise na sessão N: 4 também identificou ação agentiva dirigida intencionalmente para subsidiar os coordenadores da ATER Estratégico:

P1-S4: ... Então a gente vai passar a ter uma relação direta, mais próxima dos técnicos de campo mesmo e aí **a gente vai desenvolver ferramentas e aplicativos** dentro do próprio sistema prá auxiliar e ajudar na parte do ATER Estratégico tá!? (23:10)

Esta ação agentiva denominamos transformação da ferramenta SIC para SIC MOB com dispositivo para o ATER Estratégico. Ainda que não tenhamos constatado nas análises das sete sessões de MIF aplicações práticas da transformação da ferramenta, interpretamos como coerente com o fato de que os pares de trabalho afetados por contradições “inventam e usam artefatos para controlar suas ações [...] (ENGESTRÖM, 2006, p. 3).

6.5 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÃO AGENTIVA NA MIF 5

A ação agentiva que identificamos na análise da sessão de Mini Intervenção Formativa N: 5 Cresol Singular Francisco Beltrão/PR foi desencadeada por um primeiro estímulo apresentado pelo pesquisador-interventor (PI-S5). Este contextualizou o problema de pesquisa:

PI-S5: ... quando eu estava fazendo o mestrado aqui na região, me chamou a atenção assim o seguinte questão, junto com os agricultores, é... que praticam agricultura orgânica, eu notei que eles... mesmo praticando a agricultura orgânica desde 1991, junto com mais ali de... Pérola do Oeste, que foi quando iniciamos ali a agricultura ecológica eles me pediam: “Mas Antonio, o PRONAF Custeio agricultura orgânica, agroecologia, isso nós não conseguimos acionar de jeito nenhum!!!” (01:15)...

Em seguida PI-S5 apresentou seus dados espelhos do sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Nos dados espelhos que agiram como primeiro estímulo não constam Planos de Crédito de operacionalização da Linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia:

PI-S5: ... esse Sistema Cresol aqui... até agora o documento geral que mostra a... os dados gerais que tratam do **Pronaf Custeio Agroecologia está zero**, custeio, então, daí quando veio o ano passado aqui pra pesquisar dentro da Central Cresol Baser, junto a Carteira de Crédito, o pessoal me apoiando também é... também no **SIC** (Sistema integrado de Crédito), também **é zero**,

oficialmente, mas, o pressuposto é que as cooperativas singulares elas têm uma relação com esses agricultores ecológicos, então...

O par de trabalho adentrou em uma camada interpretativa e construiu suas críticas dirigidas a finalidade social da Central Cresol Baser. Problematizam a lógica financeirista dos gestores e assessores e a consequente priorização dos aspectos financeiros em detrimento dos aspectos sociais:

P1-S5: ... eu acho que é o **caminho para o crescimento** né, a P2-S5 sabe que eu não tenho medo de falar, sou um cara que morro... morro pela boca (Obs: risos), falo demais, **mas é muita parte financeira** né (Obs: Enfatiza socando fortemente três vezes a própria palma da mão), é muito vender, vender néhhh!!!??? e... tá deixando um pouco de lado né... vamos ser bem sinceros hoje, os **nossos gestores** ou... a... **assessores que nós temos** (22:40)...

Criticam gestores e assessores por estes não conhecerem a realidade daqueles que financiariam diversidade de culturas agrícolas com contratos de pequenos valores:

P1-S5: ... mas não conhece a realidade do do do associado **que vai plantar uma diversidade de verdura! quanto** ele vai pegar de financiamento de PRONAF? mil reais, dois mil reais, pra vender bastante por ano, pra fazer custeio pra ele... néhhh!!!??? (22:43)

A análise de manifestações discursivas de contradições dialéticas da MIF N:5 confirmou conflitos. Gestores e assessores estabelecem metas quantitativas de valores financeiros a operacionalizar, porém existe a realidade da cultura local dos cooperados que plantam uma diversidade de verduras e necessitam operacionalizar pequenas frações do valor meta. Na manifestação de P1-S5:

P1-S5: ... hoje nós temos cinquenta milhões de carteira, liberando esse ano **vinte e quatro milhões** a CRESOL de Beltrão, vinte e quatro milhões de custeio e de investimento! Na política da Central **nós temos que** aumentar vinte e cinco no custeio e vinte e nove no investimento, eles vão dar assistência, eles vão, vão, vão... **cortar a agroecologia?** é a pergunta que eu tô fazendo: **o sistema vai defender pra nós liberar mil e duzentos? não** paga, eu cansei de ouvir que **não** paga o contrato, entendeu? (23:47)

O par de trabalho como participante da atividade coletiva está evidentemente em uma camada contraditória que lhes provoca confusão, conflitos e busca de resolução. Os cooperados agroecológicos que acessam pequenos valores (R\$ 1.200,00) geram custos e pouco contribuem para a meta financeira da Central Cresol Baser enquanto os proprietários com áreas maiores propiciam alcançarem a meta financeira. Segundo o P1-S5:

P1-S5: ... agora daí, se nós liberar o teto pra um cara que tem lá... **cinquenta alqueires, cento e vinte e poucos hectares, dá 200 mil de custeio**, teríamos que arrumar duzentos associados pra liberar esse mesmo valor de custeio!!! tú sabe como é o sistema, hoje a gente vai fazer um contrato com menos de 5 mil... **tive que diminui isso**, quando via a gente tava fazendo uma coisa, não incentiva pega parceladinho por ano, pra... pra...prá não fazer contrato porque éhhh (24:34)...

O par de trabalho da MIF N: 5 como Pequenos Agricultores Familiares interpreta e problematiza a concentração de terras que ocorre nas comunidades agrícolas. O que estimula (segundo estímulo) os indivíduos do par de trabalho a se manifestarem é suas essências de Pequenos Agricultores Familiares, que todavia estão tensionados para desempenharem funções de diretores efetivando ações que negam sua própria existência histórica. A descrição da redução de Pequenos Agricultores Familiares em suas comunidades agrícolas é notável:

P2-S5: ... lá na nossa região tem, um do lado que tá comprando e outro do outro! Nós tamo mais ou menos no meio ali, ele **compro, compro**, que nem ali o Ciclano de Tal... lá foi comprando, foi **comprando comprou** do Fulano de Tal aos pouquinho e tudo na mesma linha, tiro uns cinco, tudo na mesma linha ali, foi emendando tudo as terra que ele tá né!!!??? que nem te disse antes, um plantava milho, outro feijão, agora é soja até o final...

P1-S5: viu e trabalha com a visão de agricultura familiar, mas tá virando tudo latifundiário igual!!! (39:41)...

A análise da MIF N: 5 demonstra interpretação e críticas quanto às demissões dos técnicos internos de ATER que orientavam cooperados:

P1-S5: ... agora se a Central tivesse um projeto, de ter tem alguém pra trabalhar o individual como era antes, que daí óhh... **não pode mais e não sei o que**... mais se nós não quer que não pode, nós tem que defende que continue o que tá bom né, e melhorar o que tá ruim, mas agora **perder ahhh... toda a assistência técnica que tinha interna**, ah porque fulano emitiu uma normativa, mas tem que entender que a normativa não seja aprovada, **se nós nascemo dum sistema diferente!!!**

Outro conflito que sustenta que o par de trabalho adentrou em uma camada contraditória é quanto ao processo de terceirização de ATER instalado no interior da Rede de Sistemas de atividades da comunidade UNICAFES:

P1-S5: Mas nós concordemo com tudo hoje... porquê **financeiramente não é viável defender** (26:44)...

6.5.1 Redução da Taxa de Juros para Linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia

Impulsionado por motivos contraditórios o par de trabalho da sessão de MIF N: 5 Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR inicia a estruturação de suas manifestações discursivas de contradições dialéticas “dirigidas intencionalmente” (ENGESTRÖM, 2006, p. 3) para uma ação transformativa:

P2-S5: Penso assim que, pelo menos o pessoal lá, acho que a linha de crédito... **acho que o juro...** tudo lá acho que vai no mesmo nível né!!!???... por isso, na minha opinião **pra gente acessar era mais difícil** então, eles pegam o outro Pronaf custeio (07:10)...

O P1-S5 destaca os cooperados da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR que são praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia e em uma camada agentiva inventa sua transformação dirigida para a redução da taxa de juros aos seus cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia objetivando motivar o acionamento de operações na Linha de Crédito Pronaf Agroecologia:

P1-S5: ... mas nós temos vários associados aí que trabalham com produto orgânico né!!!??? fazendo até feira aqui, inclusive da vila rural, gente que já financiou estufa dentro da área de hortifruti aí e tal, e a gente tá trabalhando dentro da área orgânica, então, acho que é um pouco a falta de conhecimento que vem da cultura do povo, **tem o mesmo valor, acho que precisaria mudar um pouquinho a linha de crédito pra agricultor pra agroecologia, num diferencial** que né... mudaria a... visão do... agricultor né!!!??? até mesmo do analista na hora de contratar (08:10)...

A ação agentiva proposta pelo par de trabalho da MIF N: 5 denominamos Redução da taxa de juros para Linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia. Esta ação transformativa é resultado de análise do par de trabalho e se assemelha a “ações de questionamento, crítica ou rejeição de alguns aspectos da prática aceita e da sabedoria existente ou de um plano atual” (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 112). O par de trabalho fez análise histórica para interpretar a prática do seu cotidiano contraditório e conflitivo. Porém a sua própria análise ilustra um contexto atual desfavorável para a prática e/ou generalização de sua ação agentiva.

6.6 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 6

Nessa análise o pesquisador-interventor (PI-S6) apresenta seus dados espelhos (primeiro estímulo) ao par de trabalho da sessão de Mini Intervenção Formativa (MIF) N:6 COOPERIGUAÇU:

PI-S6: ... então tem alguns dados numéricos, por exemplo esse aqui safra 2013/2014... duzentos e setenta e cinco milhões do Pronaf Custeio... ele vira 83% soja safra verão, cento e cinco milhões 33%... milho safra setenta milhões 25%... e trigo! Então três culturas ocupam praticamente 83% do valor do Pronaf Custeio né!!!... Destes... deste valor total no sistema Integrado de Crédito o Pronaf Custeio Agroecologia é igual a zero (01:14)...

O par de trabalho adentra na camada interpretativa e se detém nos dados que comprovam vinculação da remuneração dos técnicos operadores com orçamentos dos Planos de Crédito do Pronaf Custeio:

PI-S5: ... hoje nós temos éhh um sistema cooperativo de ATER que ele também pra sobreviver financeiramente ele tem que fazer este procedimento???

P1-S6: Qual procedimento que tem que fazer?

PI-S6: o procedimento de no momento de elabora o documento que prescreve esses agrotóxicos ...

P1-S6: sei...

PI-S6: ... ele recebe uma porcentagem do valor que ele mesmo prescreveu!!!

P2-S6: **SIM!**

PI-S6: sai do orçamento P1-S6!!!

P1-S6: Sim mas!!! ... **não** precisa necessariamente prescreve isso!!! (04:24)... ..

O estímulo do PI-S6 gera manifestações tensas:

P2-S6 (04:51): **não**... é mas **não** é a questão se é obrigado ou **não** obrigado! O dado que o PI-S6 tá dizendo é que do total dos financiados tem um percentual... desses projetos todos que foram feitos...

P1-S6: sei!

P2-S6: ... do valor pra compra os agrotóxicos... tem um total que vai pra ATER...

P1-S6: ... sim mas **não** do projeto...

P2-S6: ... do projeto!

P1-S6: ... **não** do dá do valor dos insumos!!! (05:13)

Após nítidos constrangimentos os participantes da sessão N: 5 interpretam os dados espelhos concordando:

P1-S6: **não** tem dúvida que os técnicos são orientados... pra éhhh... o uso desses insumos... eles são orientados assim... .. você está certo!

PI-S6: os técnicos você fala... é do... geral ou interno a organização do cooperativismo de crédito?

P1-S6: não, em geral... **é que não tem mais diferença!!!** (06:43)...

Em seguida o primeiro estímulo do PI-S6 provocou manifestações discursivas de uma camada contraditória com características de conflito entre os indivíduos do par de trabalho:

P1-S6: ... **não** tem como... eu **não** vejo por que inclusive... qual seria a razão... de fazer diferente!!!
 P2-S6: COMO **NÃO** P1-S6!!!!????... **PELO AMOR DE DEUS!!!!!!**... As cooperativas de crédito de economia solidária **não** fazer diferente!!! (07:42)

Na camada contraditória o par de trabalho procura resolução das contradições com “ações imprevisíveis” (ENGESTRÖM, 2006, p. 3). Entretanto gradativamente tomam consciência dos dados espelhos e das contradições que lhes afetam:

P1-S6: ... tu gostaria que fosse... mas **não** é!!!
 P2-S6: **Não... eu não concordo...** tudo bem! ... o que o PI-S6 tá dizendo é o seguinte é éhh... o que ele pensava olhando pela história...
 P1-S6: certo!
 P2-S6: ... é que fosse diferente...
 P1-S6: certo!
 P2-S6: **o que eu pensava também... não olhando os números aqui...**
 P1-S6: sei!
 P2-S6: ... o que ele tá percebendo ... na na empiricamente... e agora vem com dados... **é que isso é verdade o que você tá dizendo!!!** ...
 P1-S6: sim... não há diferença...
 P2-S6: **não** há diferença... **só que eu não posso aceitar** isso como uma coisa normal... dentro da proposta que nós constituímos...
 P1-S6: sei!
 P2-S6: ... eu... é isso que tá acontecendo... mas isso pra mim... **não é o que nós** construímos como cooperativismo (08:32)...

A camada contraditória que mantém o par de trabalho em um certo estado de confusão é relativo ao desvio de rumo sujeito-objeto que o Pronaf Custeio provocou:

P1-S6: ... você acha que o Pronaf veio pra promove agroecologia???... ..
 P2-S6: **nã nã não... mas veio pra promove uma agricultura mais sustentável!!!**
 P1-S6: **não** tem!
 P2-S6: agricultura mais sustentável... **foi isso que eu imaginei!!!**
 P1-S6: **não** tem... por aí **não** sai nada!!!
 P2-S6: Tanto é que existe uma modalidade de Pronaf Agroecologia!!! Tanto é que...
 P1-S6: **não** sai nada!!! (09:21)

Após o conflito resgatam suas histórias de vida e retomam uma interpretação concordante:

P2-S6: ... **a gente pensou** num Pronaf, Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar... **sempre se imagino** que que a agricultura familiar seria a grande produtora de alimentos e nunca se... **nunca se imagino uma produção de alimentos envenenados...** o que a gente imaginava era produção de

alimentos mais limpos do que os ditos alimentos produzidos pelo agronegócio... é isso que nós imaginamos!!!... o que o PI-S6 tá dizendo é o seguinte... isso é balela!!!...

P1-S6: Exatamente!!! **e eu também concordo com ele!!!**

PI-S6: O oooo meu dado mostra isso!!!

P1-S6: Sim, sim... **não nãohh...** por isso...

PI-S6: Eu tô interpretando...

P1-S6: ... por isso, **pra chegar a essa conclusão eu já cheguei**, inclusive é um conflito... **eu concordo** (09:47)...

A análise demonstra que o primeiro estímulo (dados espelhos) do pesquisador-interventor (PI-S6) afetou o par de trabalho suficientemente para este proceder resgate histórico e análise atual. Exemplificamos:

P1-S6: **SÓ DESCULPA!!!**... .. o que o que o... o... o PI-S6 tá querendo defender é que **o Pronaf teria vindo para fortalecer esse processo que vinha se realizando na região**... não é isso mais ou menos?

PI-S6: talvez como um discurso pelo menos!!!

P1-S6: éhhh... éhhh!... **mas não é!!!**... .. aí que tá o... tchan da coisa!... **PELO CONTRÁRIO!** O **Pronaf** ele veio na verdade... éhhh... ser... com a sua expansão ... ele veio fortalecer uma **agricultura convencional**... entendeu?... isso tá muito claro... não tem como... como... como... **isso aí é inegável!!!!!!**

P1-S6: **pra pra acaba... AQUI NÓS VIVEMOS ISSO!!!!** (16:06)

A análise do par de trabalho da MIF N: 6 extrapola os dados espelhos do PI-S6 e abrange a política governamental financeirista do período de vigência do Pronaf na comunidade cooperativa pesquisada. A explanação do P1-S6 crítica a política pública que não disponibilizou recursos financeiros suficientes para ATER agroecológica, entretanto financiou à aquisição de insumos agrícolas:

P1-S6: ... por que sobram críticas a essa política de muito financeiri... muito financeira?... você gasta oito, nove bilhões com o Pronaf crédito e não consegue gastar 1 bilhão com ATER ...

PI-S6: certo...

P1-S6: ... porquê olha se você ao em vez de gastasse um... não chega a um bilhão pra ATER ... gastasse seiscentos milhões... **se você gastasse dois bilhões com ATER... orientada pra agroecologia**... boom aí poderíamos ter alguma diferença (19:08)...

Para o P1-S6 o governo dos últimos vinte anos não investiu no ATER agroecológico das cooperativas de ATER (que não são instituição do governo) para não enfrentar o corporativismo emateriano:

P1-S6: do que enfrentar o corporativismo emateriano... entendeu???... .. se encontra muito mais a resposta aí... .. você não teria como injeta um volume muito grande de recurso via as Ematers **que você é um modelo superado**... nãã... seria contraproducente inclusive... então é um modelo superado... é um modelo obsoleto... isso **os especialistas do mundo já concordam com isso** ... não faria sentido... você injeta recursos até porquê temporariamente... não seria viável... entendeu? (23:24)...

A problematização do par de trabalho é quanto aos governos não terem colocado em pauta a ATER do setor privado. Valendo-se do seu conhecimento como diretor da Cooperativa de ATER que fundou em 1987 o P1-S6 elucida que:

P1-S6: ... **elas foram todas deixadas de lado...**

PI-S6: e essas empresas são elas que em parte fazem esse trabalho (Obs: PI-S6 aponta para os dados que estão na tela do *notbook* do PI-S6)...

P1-S6: exatamente... por que elas ficaram... elas não tiveram **incurso para fazer uma orientação diferente...** pelo contrário ficaram a mingua... **por isso que ficaram fazendo mais do do mesmo!...**

PI-S6: Certo!!! Huhum...

P1-S6: ... então tem que entender é esse... essa realidade política que agora tá fazendo água... tá no fim é o fim de um ciclo... então **eu acho que é essa é a explicação de porquê você não encontra por exemplo o Pronaf Agroecologia...** porquê se tivesse tido uma **deliberação governamental de investir em ATER** que não fosse apenas pública e e não-governamental... é evidente que poderia alocar um volume de recursos muito maior... e poderia ter dado um curso para todo esse trabalho de redução de agrotóxicos e uma **ecologização da ATER** (25:46)...

Outro ponto problematizado na camada interpretativa de P1-S6 é quanto a duas propostas que estão no interior da comunidade cooperativa UNICAFES. Uma é a proposta da agroecologia e outra é proposta que contempla produção de alimentos por meio das agriculturas de base ecológica em geral conforme lógica de cadeias produtivas:

P1-S6: ... eu sempre comentei com o P2-S6 essa critica que eu faço agora com os ecologistas néhhh... é que tem que apreende a trabalhar não apenas no sistema de produção mas também a cadeia produtiva... o Armênio eu lembro dele... ahhh ahhh A reconstrução ecológica da agricultura ...

PI-S6: sim

P1-S6: ... ele aborda isso... você tem que trabalhar as duas dimensões... o sistema e a cadeia produtiva...

PI-S6: uhummm

P1-S6: ... o nosso pessoal tem se focado no sistema de produção ihhh tem deixado de lado a cadeia produtiva... no entanto se você tem que enfrenta mercado e quer uni produtor com consumidor você tem que atuar na cadeia produtiva (53:11)...

A interpretação de P1-S6 fundamenta-se no momento histórico em que a comunidade cooperativa UNICAFES está envolta na financeirização e mercantilização:

P1-S6: ... e como nós tamo num processo de financeirização e mercantilização... se você não... prioriza a cadeia produtiva não éhhh... você fica aqui enxugando gelo entendeu?... porquê o teu o teu **o teu trabalho vai andar apenas naqueles que são convertidos doutrinariamente** entendeu?... por alguma razão... pode ser inclusive a questão de saúde, não éhhh? A questão política não éhhh?... **mas você fica com as pessoas que não estão ali propriamente com a questão éhhh éhhh de mercado...** entendeste?

PI-S6: uhmm... sim!

P1-S6: ... então éh éh éh... é por isso que a produção orgânica caiu muito... quem tá interessado na questão de mercado mesmo acabou acabou... virado, acabou virado prôs grandes na verdade... prôs grandes grupos entendeu?... então acabaram se entendendo o que não deixa de ser uma cadeia não éhhh?... ihhh ih ih o grande varejo dominou eu acho ah ah ah o orgânico...

PI-S6: mercado?

P1-S6: ... é exatamente... então **deixou de ser sujeito aqui o cara não éhhh?** (54:55)

O par de trabalho conflita nesta camada contraditória (Agroecologia vezes Orgânicos) típica da comunidade cooperativa UNICAFES. Provocando a polarização o P1-S6 manifesta que os agroecológicos limitam-se ao sistema agrícola e feiras locais enquanto os orgânicos estão se inserindo no mercado de *commodities*:

P2-S6: Mas **não** foi!!!... a falha... **não** foi falha dos agroecologistas... a abordagem dos agroecologistas...

P1-S6: ... priorizar o sistema...

P2-S6: ... dos agroecologistas priorizar o sistema... **nós não** teríamos força suficiente dentro do modelo que tá colocado aí... desse modelo do capital do convencional nós não teríamos força de ter conquistado o mercado maior ampliado...

P1-S6: ... **para aí, para aí**... nós tamos... (Obs: P1-S6 espalma a mão para P1-S6)

P2-S6: ... mesmo que nós tivéssemos feito um esforço...

P1-S6: ... não ...

P2-S6: ... enorme..

P1-S6: ... sei... mas quero te dizer o seguinte **nós temos que notar** aqui que esse pessoal aqui quase que transforma numa *comoditie* o orgânico... entendeu?... é a turma do grande mercado... e **nós temos que** entender dois mercados não éhhh?... Um que é o **convencional** e o **alternativo**... entendeu?... essa **dualidade** de mercado é que tem que saber ser explorada... entendeste?... mas **essa turma da agroecologia tem que ter coragem de enfrentar mercado**... entendeu? (55:53)

Este confronto de pensamentos opostos entre os indivíduos do par de trabalho é o caminho da construção da ação agentiva. Cada qual busca outros estímulos para referendar sua ação transformativa. A ação que o P1-S6 gradativamente constrói ao longo da MIF N: 6 sustenta diálogo com o crédito rural da Central Cresol Baser. Exemplificamos:

P1-S6: **CLARO!!!** ... você vai lá na ASSESOAR mercado tem que ser as feirinha aqui aqui aqui e ali... nada contra!!!... é uma boa iniciativa ... **mas eu quero dizer lá na Cresol pro pessoal**... bom em que cadeia produtiva... **como ele tá inserido na cadeia produtiva**... qual a posição dele!... da cadeia produtiva... que vai além... além do mercado local (55:59)...

O P1-S6 gradativamente adentra na camada agentiva e dirige intencionalmente ações transformativas no que se refere a ATER em relação com a conjuntura por ele interpretada. Sua interpretação contrapõe a força dos impérios alimentares como limitadores da construção de legislações que liberem uma intencionada produção e comercialização de alimentos advindos dos sistemas agrícolas de Pequenos Agricultores Familiares:

P1-S6: ... **IMPÉRIOS ALIMENTARES!!!**... é tão forte... o império agroalimentar é tão forte queeee ... éhhh muito difícil por exemplo você conseguiu avança com o **SUASA** (Obs: Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária)... entendeste?... BOM éhhh essa briga nossa hoje (01:11)...

O objetivo do par de trabalho é avançar na legislação do SUASA para legalizar a venda do queijo artesanal dos Pequenos Agricultores Familiares. É neste foco que o par de trabalho concentra seu potencial agentivo coletivo para criar sua ação agentiva.

6.6.1 Alavancar o ATER Cooperativo

A ação agentiva implica em viabilizar a ATER para Pequenos Agricultores Familiares que estão sendo excluídos pelos laticínios:

P1-S6: ... vamos supor assim que toda a cadeia produtiva do leite é a mais abrangente da agricultura familiar ...

P2-S6: É a mais forte é a mais influente é mais orgânica dá dá dá agricultura familiar...

P1-S6: então o que acontece...

P2-S6: ... dá pequena agricultura familiar...

P1-S6: ... a agricultura... a ah a produção leiteira está se concentrando, excluindo, excluindo, excluindo, concentrando, concentrando... a indústria também se concentra em poucos grandes produtores...

P2-S6: ... a ponto a ponto de por exemplo o laticínio que tem aqui no município diz o seguinte: “Olha a partir de janeiro nós não vamo mais recolher leite de quem tem menos de 100 litros” (01:15).

O par de trabalho (P1-S6 e P2-S6) inventa sua ação inspirado nos conhecimentos resultantes de intercâmbios internacionais com italianos (por eles mesmos organizados):

P1-S6:... então quando quando veio os italianos graças a esses intercâmbios e tal e começaram a dizer: **“Gente queijo artesanal de leite cru é coisa muito fina pode ser superior ao queijo pasteurizado tranquilamente!!!!”** (6:11)...

A interpretação e análise de conjuntura do P1-S6 é que existe uma lacuna no que se refere a ATER regional:

P1-S6: ... porque o **SIM** (Obs: Sistema de Inspeção Municipal) hoje é solto é a *la vonte*... meio político... há tipo assim tá... certo?... então o **MAPA** (Obs: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) tem razão: “Escuta tem que ser sério o negócio!”... entendeu? “Chega!”... aqui no **Sudoeste só tem 16 municípios com veterinários concursados...**

P2-S6: dos 42?

P1-S6: é ...

PI-S6: dos 42 municípios...

P1-S6: ... é... entendeu?... então na verdade **tem que estruturar o serviço de inspeção nos municípios** porquê o SUASA, a proposta do SUASA... isso que tem que tá claro... o órgão executivo vai ser o município ihhh os Estados e o governo Federal são órgãos de coordenação... esse aqui é organização central e esse aqui intermediário... entendeu? (10:54)

A lacuna conforme interpretação do par de trabalho da sessão MIF N: 6 é o que motiva sua ação agentiva. Consiste em Alavancar a ATER do modelo cooperativo disponibilizando profissionais de ATER. Nas manifestações discursivas temos:

P1-S6: Então no fim todo mundo vai acaba caindo no serviço de inspeção do município...

P2-S6: Essa é uma grande sacada... essa é é éhh... **então no aspecto da assistência técnica que nós estamos debatendo aqui... o que que vai vai ser necessário... vai ser exigido quando esse debate vir pros municípios...** que você tenha vacas que tenha todo um controle rigoroso de vacinas, que se tenha controle da higiene, que você tenha a sala de cura, temperatura correta da da cura, espaço pra sofre essa cura... é toda uma reestruturação que vai ter que acontecer... e essa é uma possibilidade concreta que se abre e que... é uma possibilidade grande que tem inclusive de **articulação de uma assistência técnica** (11:29)...

A ação agentiva que denominamos Alavancar o ATER cooperativo é dirigida para ações transformativas que articulam os ramos da comunidade cooperativa UNICAFES. Exemplificamos:

P2-S6: ... que não é pura... que não é só a assistência técnica que vai resolver... mas aí taria uma grande possibilidade de inclusive do **Sistema Cresol** se organiza junto com as **cooperativas de leite**, junto com as **cooperativas de ATER** e fazê o processo andá partindo muito do município (12:16)...

Finalizando à análise identificadora da ação agentiva da MIF N: 6 comentamos que se caracteriza por ações de análise da situação e “ações de questionamento, crítica ou rejeição de alguns aspectos da prática aceita e da sabedoria existente ou de um plano atual (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 112) e. As ações de análise compreendem tanto a análise histórica quanto a análise empírica atual da prática corrente e ações de modelagem de uma nova relação explanativa em algum meio¹⁰³ publicamente observável e transmissível. Isso significa que o par de trabalho construiu um modelo explícito e simplificado da nova ideia, uma célula germinativa, que explica a situação problemática e oferece uma perspectiva transformadora. Porém a invenção do par de trabalho da MIF N: 6 ainda não corresponde à “ações de implementação do modelo, de sua concretização por

¹⁰³ Colunas do Jornal de Beltrão.

meio de aplicações práticas [...]” (VIRKKUNEM E NEWNHAM, 2015, p. 112). Entretanto não é possível desconsiderar que o par de trabalho intervêm para efetivação da legislação do SUASA e estabelece acordos tendo em vista a comunidade cooperativa UNICAFES como uma Rede de Sistemas de Atividades com potencial para Alavancar o ATER cooperativo.

6.7 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS NA MIF 7

Similarmente às demais sessões o pesquisador-interventor (PI-S7) apresentou seus dados extraídos da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) ao par de trabalho. Os dados espelhos como primeiro estímulo conduziram o par de trabalho da MIF N: 7 ASSESOAR para às camadas interpretativa, contraditória e agentiva. O PI-S7 problematiza os dados espelhos:

PI-S7: ... mas o que mantem esses técnicos sejam agrônomos, técnicos agrícolas ou pecuários é essa vinculação... aí eu procuro entender **o que é o conflito e a contradição**... no mesmo individuo ele tá entre uma situação que por um lado ele prescreve agrotóxicos e por outro ele faz o discurso de agricultura ecológica... (Obs: PI-S7 ri, P2-S7 e P1-S7 apoiam-se nos encostos das cadeiras afastando-se da mesa enquanto cruzam os braços) ... **entendem do que eu tô falando?** (33:40)

Os dados espelhos referentes à vinculação da remuneração técnico operador com orçamentos de Planos de Crédito, questionado como fator de exclusão dos Pequenos Agricultores Familiares gerou perplexidade e interpretação. Apontando para os dados na tela do *notbook* o P1-S7 pergunta?

P1-S7: ... PI-S7 esse valor que tú fala aqui?????

PI-S7: ... esse valor é o que pagaria o técnico pra ele fazer o trabalho de prescrição de agrotóxico... em resumo... o que que ele prescreveu?... qué vê P1-S7... por exemplo, voltando aqui... o que ele prescreveu foi isso 60% virou agrotóxico...

P1-S7: ... haaa (31:20)...

Assim o P1-S7 demonstra indignação e interpretação:

P1-S7: ... haaaaa

PI-S7: ... e pra fazê isso ele foi pago... agora esse valor é tão pequeno que... que mesmo pra um pequeno agricultor... ele não viabilizaria esse trabalho de onze reais que ele tá fazendo...

P1-S7: ... **sim** ...

PI-S7: ... vocês vejam como os conflitos vão aflorando néh!... então qué dizê que no processo histórico a nossa ATER... ela vai prescrevendo agrotóxico... aí logo em seguida o agricultor tem problema... uma pequena área agrícola dessa produzindo soja... e usando tudo isso de agrotóxico só teria que dar problema me parece... e agora na hora que da problema então eu começo a pensar um jeito de liberar um técnico pra resolver o problema... ...

P1-S7: ... **haaa... haaa contradição néh!!!!????** (36:09)

O par de trabalho demonstra consciência quanto às contradições da sua comunidade cooperativa:

P1-S7: ... éh... ... e não é a toa que tipo assim a questão orgânica aqui da região... a questão da **agroecologia elas tem ao invés de ter crescido ela deu uma decaída**... agora que tem de novo uma reflexão maior pela situação que tá chegando néh!!!! (36:15)...

Interpretam os acontecimentos como retrocesso do seu trabalho:

P1-S7: ... mas **últimos 10 anos vê que nós viemos pra baixo néh!!!!**

PI-S7: certo... ... como um refluxo de um trabalho!?

P1-S7: ... éh...

P2-S7: **É VISÍVEL ISSO!!!!**

P1-S7: ... **É VISÍVEL!!!!** (36:52)...

Uma vez acordados quanto à contradição existente na comunidade cooperativa o par de trabalho demonstra seu potencial agentivo coletivo dirigido intencionalmente para ações transformativas:

P2-S7: Éh ... na verdade **nós constatamos isso bem recentemente** no no trabalho que a gente fez de visita aos associados néh!!!!??? da ASSESOAR... fizemos um trabalho de visita em... em todos os municípios ... acho que só tá faltando Coronel Vivida e Chopinzinho...

P1-S7: é!

P2-S7: ... o grosso onde tem o associado da ASSESOAR a gente fez visita aos associados (37:17)...

Nesta análise da sessão de Mini Intervenção Formativa (MIF) N: 7 o par de trabalho buscou o segundo estímulo na situação dos associados diagnosticada pela ASSESOAR em 2015 para estruturar suas ações agentivas:

P2-S7: ... em cada região tem um diagnóstico de cada visita... aonde a gente pôde realmente constatar ...bom ... e agora????? ... A ASSESOAR **chega aos 50 anos na região sudoeste** com essa perspectiva e agora pra onde o quadro social aponta que se tá indo!? ... então a partir do **do próprio diagnóstico é que começa a despertar os debates enfim e proposições**... a gente tá éh tentando éh... éh... discuti e encaminhá daqui pra frente néh... até pra visualizá... como a ASSESOAR historicamente tem presença fundamental em defesa da questão... tanto da questão ambiental... questão dos recursos naturais... do solo... da água... como falei antes né... que é uma coisa... quando ninguém falava disso a ASSESOAR sempre falou!!!!... então isto é um ... uma das ... da missão da Assesoar (38:34)...

6.7.1 Projeto de Desenvolvimento da Região Sudoeste

As manifestações discursivas de contradições dialéticas carregadas de questões retóricas (duplos vínculos) criticam a produção de *comodities* para exportação e acentuam a produção de alimentos para a população regional:

P2-S7: ... muito... muito... hããã... muito mais que qualquer questão é pensar... é a questão de pensar... é a questão da comida limpa... ééhhh ... saudável enfim... e o ... e o momento que se está se vivendo agora... ... nessa estratégia na construção do projeto de desenvolvimento da região sudoeste é claro que não é a ASSESOAR... quem tá fazendo a discussão é um conjunto de organizações que tão levantando essa discussão da comida néh!!!??? (38:48)... ...

O par de trabalho detalha a sua invenção:

PI-S7: ... daí é a ASSESOAR que preconiza e articula com as outras organizações?

P2-S7: ...éhhhhhh!!!!

PI-S7: ... essa é a ideia..

P2-S7: ... essa é a ideia... junto ao Fórum de Entidades ... é um conjunto de outras organizações e movimentos néh... então essa discussão é uma discussão que já tem um acúmulo aqui e que agora já chega no apontamentos no na... um **esqueleto de um projeto**... propor onde começar a partir da... ... série de questões que foram respondidas... então envolveu lá... pensando... refletindo... faltam algumas ... mas acredito que vamo chegando nesse contexto aí (41:15)...

Evidentemente o par de trabalho é impulsionado por motivos contraditórios. As questões retóricas como pistas linguísticas rudimentares que sustentam situações agravadas (duplo vínculo) ao longo da história são recorrentes:

P1-S7: ... **É uma expectativa que a gente tem!!!!!!**... sabe que não é fácil néhhh!!!???... mas esse caminho agora... essa discussão que despertou em todas as organizações do Sudoeste néh!!!???... a gente pensar esse projeto regional... mais diretamente a questão da... tipo da comida... ele tem exatamente um pouco esse caráter... **esse recurso que tem como é que a gente potencializa isso!!!???**

Denominamos a ação agentiva do par de trabalho da MIF N: 7 como Projeto de desenvolvimento da Região Sudoeste. Esta ação agentiva que resultou de análise histórica e atual se assemelha à “ações de questionamento, crítica ou rejeição de alguns aspectos da prática aceita e da sabedoria existente ou de um plano atual (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 112).

6.7.2 Projeto Agroflorestas

Uma segunda ação agentiva é manifestada pelo par de trabalho da MIF N: 7. O pesquisador-interventor (PI-S7) fornece estímulo que resulta em interpretação:

PI-S7: ... tem um nome anunciado Pronaf Custeio Agroecologia e tem zero... a mesma coisa acontece pra Pronaf Agrofloresta que é anunciado e no caso principalmente do Pronaf Agrofloresta jamais conseguiria colocar dentro do Sistema Integrado de Crédito por ser um uma diversidade de espécies arbóreas que na hora que você vai colocar ela não encaixa no zoneamento agrícola porque é exigido pelo seguro agrícola... não dá encaixe... então tem alguma coisa entre o discurso gerado e aquilo que é próprio da ferramenta construída historicamente... éh... tem uma contradição... (44:35)

O P2-S7 ilustra a pressão que ocorre internamente a comunidade cooperativa quanto ao não acionamento da Linha de Crédito para custeio da agroecologia. Para P2-S7 não há estrutura interna para a demanda agroecológica:

P2-S7: ... éh... realmente acho que... teve uma discussão aqui com um Seminário que a Rede Ecovida fez aqui na ASSESOAR e uma da... uma das exposições ali durante o Seminário foi a questão do crédito... ih inclusive teve a disposição a Carteira de Crédito da Cresol Baser e que praticamente houve quase um **bombardeio de questões** assim néh... ate questões que a meu ver não tavam na alçada deles... não era... ele veio colocar as linhas de crédito que hoje são... que a Cresol operacionaliza né... e o Sistema tem entre elas a questão da **linha de crédito pra agroecologia**... porém... **não tem uma estrutura hãã... hãã arrumada que de conta dessa demanda!!!!** (45:06) ...

A análise de P2-S7 é que não há pauta sobre a necessidade agroecológica:

P2-S7... então muitas vezes ela bate na trave néhhh... então tinha ali ... foi feito alguns relatos ali ... de como dentro do Sistema tá pensado... a questão tá arrumada em uma linha de crédito que é a linha central néh... tem uma dificuldade pra operacionalização... mas por outro lado também tem um problema quando as organizações ou as iniciativas agroecológicas **elas não pautam** essa questão (45:37)...

O P1-S7 ilustra os acontecimentos contraditórios fazendo um recorte no período histórico:

P1-S7: ... Éh então vô citá aquilo que você fala do conflito... ele é tão grande... se nós pega as primeiras cooperativas... lá nos 1997, 1998... na época chego tê expulsão por exemplo de presidente de cooperativa de economia solidária que nós criamos, que veio do Fundo Rotativo... que tinha como esse principio de mudar o modelo tecnológico... de fazê uma agricultura mais sustentável e automaticamente uma produção de alimento mais limpo... **chega a ser expulso de presidente da cooperativa**... porque trabalho... **porquê planto... transgênico** (48:49) ...

Todavia segundo P1-S7 ocorreu pressão e aceitação do plantio de transgênicos:

P1-S7: ... e aí nesse período... E LOGO DEPOIS COMEÇOU ABRI PORQUÊ AÍ A MÁQUINA COMEÇA EXIGI QUE TEM QUE PASSA RECURSO... QUE TEM CADA VEZ PASSA MAIS RECURSO E HOJE... AQUI NA CRESOL É COMUM!!! (49:06) ...

A sua autocritica referenda a tomada de consciência quanto aos processos históricos contraditórios de sua existência na comunidade cooperativa:

P1-S7: Mas o que tú falo ali no final na verdade nós chamamo é o que **nóis tamo praticando o agronegócinho** néh!!!!??????

PI-S7: Haaa usa a palavra agronegócinho!!!!

P1-S7: ... **nós falamos contra o agronegócio mas nós também produzimo soja** ...

PI-S7: ... certo...

P1-S7: ... e milho ... que é o mesmo!!!! (01:09:03)

O P1-S7 adentra em uma camada agentiva para manifestar a ação transformativa amenizadora e/ou superadora das contradições:

P1-S7: ... **tem que arruma**... e uma outra coisa que nós da ASSESOAR tem um pouco essa questão da **Agrofloresta** néh!!!!?? (Obs: bate duas vezes na mesa com as pontas dos dedos) **o projeto de quarenta e poucas agroflorestas**... no caso em cada município tem duas ou três... a ideia é ter essas referencias por quê esses agricultores que são meio que nem São tomé néhhh... pra ver... que é possível praticar uma coisa diferente (01:12: 06)...

Esta ação agentiva denominamos Projeto Agroflorestas e se assemelha com “ações de implementação do modelo, de sua concretização por meio de aplicações práticas, enriquecimentos e extensões conceituais (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 111). Todavia a ação agentiva frente à intensa implantação da monocultura de soja, forçada pelo Pronaf Custeio, não conseguiu até então vir-a-ser “ações de consolidação e generalização dos resultados do processo de aprendizagem, transformando-os em uma nova forma estável de prática” (VIRKKUNEM e NEWNHAM, 2015, p. 111) .

6.8 RESUMO DAS AÇÕES AGENTIVAS IDENTIFICADAS NAS SESSÕES DE MIF

As análises nas sete sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) resultaram na identificação de quinze ações agentivas. Resumimos no quadro seguinte cada ação agentiva identificada por sessão de MIF. Destacamos a sessão em que foi identificada, a denominação da ação agentiva, no que consiste e o objetivo de sua criação conforme interpretação e potencial agentivo do par de trabalho de cada MIF:

QUADRO 6.1 - SÍNTESE DAS AÇÕES AGENTIVAS

continua

Sessão	Ação Agentiva	No que consiste/Objetivo
N: 1	1) ATER Estratégico	Profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) identificam referências e/ou orientam cooperados para desenvolverem referências. Partem de diagnóstico da unidade e geram um cronograma de aperfeiçoamento. Incluem orientação e financiamentos às agroindústrias familiares, projetos revitalistas de cooperados endividados. Nas unidades de referência o ATER Estratégico objetiva ter um espaço onde os demais se reúnam para discutir questões ambientais e produção agroecológica.
N: 2	2) "Up"	Consiste no manejo de recursos financeiros gerados pelas operações financeiras de valores maiores para viabilizar financeiramente a efetivação da ASTEC burocrática para as operacionalizações com valores menores. É uma ação que objetiva amenizar processos de exclusão dos Pequenos Agricultores Familiares cooperados. Este problema é causado pela vinculação do pagamento do técnico ao orçamento dos Planos de crédito. O objetivo da ação é manter como cooperado o Pequeno Agricultor Familiar conforme princípios de criação do Sistema Cresol na década de 1990.
	3) Plano de Crédito e substituição de insumos	Consiste em prescrever a cama-de-aviário como adubo. O documento Plano de Crédito do Pronaf Custeio foi adaptado como parte do SIC para aceitar a não descrição dos itens defensivos e adubos. O objetivo é a legalização do uso da cama-de-aviário sem riscos de glosa quando houver necessidade de acionamento do seguro agrícola PROAGRO.
N: 3	4) Troca de atividades no sistema agrícola	Consiste na proposta de que os Pequenos Agricultores Familiares parem a produção de soja (transgênica, convencional, orgânica) e reorganizem seus sistemas agrícolas em torno de pequenas agroindústrias de queijo, frango caipira e doces de frutas (produzidas em agroflorestas). As agroindústrias seriam por grupos associativos de famílias.
	5) Compensação por proteção aos Agroecológicos	Consiste em compensar com recursos financeiros os Pequenos Agricultores Familiares Agroecológicos por estes protegerem a natureza. O objetivo é valorizar a ação dos agroecológicos que até então estão tratados com descaso por parte do Estado brasileiro.
	6) Seguro agrícola aos Agroecológicos	Consiste em adequar o PROAGRO para que os Pequenos Agricultores Familiares possam utilizar o Pronaf Custeio sem riscos de glosa em diversidade de culturas. O objetivo é flexibilizar o PROAGRO que até então está formatado para monoculturas.
	7) Comercialização Agroecológica	Consiste em organizar a comercialização dos alimentos agroecológicos para escala de mercado. Ir além de pequenas feiras locais. O objetivo é superar problemas tais como Pequenos Agricultores Familiares produzindo conforme regras das agriculturas de base ecológica e agroecologia, porém tendo que vender sem reconhecimento social e sem agregar valor.
	8) ATER com qualidade	Consiste em organizar ATER para orientação aos Pequenos Agricultores Familiares. O objetivo é desvincular a ASTEC do orçamento dos Planos de Crédito.
	9) Mudança de objeto da Comunidade Cooperativa	Consiste em parar a priorização do crédito rural de custeio e priorizar o crédito rural de investimento. O objetivo é parar de financiar as empresas multinacionais de agrotóxicos e financiar atividades dos Pequenos Agricultores Familiares.

QUADRO 6.1 - SÍNTESE DAS AÇÕES AGENTIVAS

conclusão

Sessão	Ação Agentiva	No que consiste/Objetivo
N: 4	10) Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB	Consiste na inserção de dispositivo no SIC para tomada de coordenada geodésica. Busca superar o problema de que os técnicos fazem Planos de Crédito no escritório. O objetivo é monitorar as operações dos técnicos que deverão ser reduzidas de 1/500 para aproximadamente 1/200.
	11) Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB com dispositivos para o ATER Estratégico	Consiste em adequar a ferramenta para que sistematize informações para os Profissionais do ATER Estratégico. O objetivo é subsidiar os coordenadores do ATER Estratégico quanto as unidades de referência.
N: 5	12) Redução da taxa de juros para Linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia	Consiste em modificar normas para reduzir a taxa de juros aos seus cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia. O objetivo é motivar os seus cooperados Pequenos Agricultores Familiares para o acionamento de operações em uma Linha de Crédito especificamente para Pronaf Custeio Agroecologia.
N: 6	13) Alavancar o ATER Cooperativo	Consiste em alavancar a ATER cooperativo preenchendo uma lacuna (necessidade de técnicos) da legislação do SUASA que coloca o órgão executivo como sendo o município. O objetivo é abrir espaço de trabalho aos técnicos cooperados agirem junto aos Pequenos Agricultores Familiares, priorizando as atividades leite, produção de queijo de leite cru artesanal e comercialização em escala, dialogando com a Central Cresol Baser, crédito rural e demais ramos da UNICAFES.
N: 7	14) Projeto de Desenvolvimento da Região Sudoeste	Consiste na construção de projeto preconizado pela ASSESOAR e Fórum de Entidades em diálogo com setores urbanos. O objetivo é a discussão da alimentação da população regional.
	15) Projeto Agroflorestas	Consiste em projeto de implantação de quarenta agroflorestas. O objetivo é gerar referências que se contraponham à monoculturas.

FONTE: o autor.

As ações agentivas identificadas serão retomadas nos resultados e discussão, para serem confrontadas quanto as suas possibilidades de superação das contradições. Todavia às analisamos a seguir quanto a estarem ou não colocadas em prática.

6.9 ANÁLISES DA EFETIVAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS

O quarto passo do nosso ciclo metodológico de pesquisa prevê análise quanto a efetivação (prática e generalização) dos instrumentos (ações agentivas) criados e averiguação da hipótese de contradição terciária. Esta ocorre quando da tentativa de substituição de modelo e ferramenta operacional defasada por um novo modelo e nova ferramenta operacional mais sofisticada tecnologicamente.

Apresentamos a seguir as análises em dois grupos de ações agentivas. No primeiro grupo analisamos as ações agentivas que sofrem conflitos que restringem sua efetivação prática e/ou generalização e no segundo grupo analisamos as ações agentivas que não constatamos conflitos no momento de sua aplicação prática e/ou generalização.

6.9.1 Análise dos conflitos que restringem efetivação das ações agentivas

Em nossas análises das sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) os conflitos se tornam evidentes quando efetivamente o indivíduo ou seu coletivo tenta implementar a ação agentiva gerada. Sustentamos que o “conflito ocorre quando um indivíduo ou grupo se sente afetado negativamente por outro indivíduo ou grupo, por exemplo, por causa de uma divergência percebida de interesses [...] (DE DREU e VAN DE VLIERT, 1997, p. 1 *apud* ENGESTRÖM, 2011, p. 378). Defendemos que o conflito confirma a prática ou tentativa de generalização. De modo geral quando a ação agentiva está no momento que o indivíduo e/ou grupo tenta generalizá-la é que os conflitos afloram tornando-se evidentes. Por tornarem-se evidentes afetam os pares de trabalho. Estes durante as sessões de MIF manifestaram discursivamente os conflitos que os afetam restringindo suas ações. Identificamos conflitos dirigidos às ações agentivas ATER Estratégico, *Up* e Ferramenta SIC MOB.

6.9.1.1 Ação agentiva ATER Estratégico

O ATER Estratégico foi manifestado como antagônico a denominada ATER Buro (Relativo à burocracia) ou comumente nominada Assistência Técnica (ASTEC) do Manual de Crédito Rural (MCR):

P1-S1: ... o **ATER Buro** de burocrática que fala... que cumpre o MCR... que vai lá... que faz a planilha, faz o orçamento, vai implantá, vai ver se tem laudo de implantação da lavoura... essa coisa básica...

P2-S1: serviço burocrático!!! (18:54).

Existe na comunidade cooperativa a crença que os agricultores dominam as tecnologias e portanto é dispensável os trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para orientação com método dialético junto às famílias dos cooperados:

P1-S1: na verdade é presta um serviço do ponto de vista subentendendo que esse agricultor domina todas as tecnologia e que tá tudo certo lá... e que de alguma forma... E ISSO **NÃO É VERDADE!!!!**... no Pronaf **não** é... Então **nós vamos construindo aqui a ideia que nós chamamos de ATER Estratégico** (18:56)...

Conforme as manifestações discursivas de contradições dialéticas da análise de identificação de ações agentivas na sessão 1¹⁰⁴ o ATER Estratégico é uma ação agentiva que está efetivamente em prática e tencionando para uma generalização. Por estar em efetivação é que sofre conflito. Um pensamento oposto a esta ação agentiva é o que à interpreta como apenas geradora de custos e mais trabalho:

P1-S1:... Agora prá prá **uma parte da nossa turma de dirigentes**, inclusive isso é cara... **é serviço é trabalho**, isso é... “Não vamos cuida de outra coisa por que ao mesmo tempo que tem a máquina administrativa o Banco Central, a Central... de repente me chamando aqui pra mim dá resultado pra mim cuida daquilo, daquilo, daquilo, dá inadimplência”... “**Como é que eu vou fazer pra cuidar do do... desse negócio da ATER Estratégico?**” (19:56)... ..

Este antagonismo que restringe a generalização é resultado de um desacordo quanto à importância do ATER Estratégico:

P1-S1: Não entendendo que esse Ater Estratégico sendo bem feito... ele vai inibi todos os demais riscos que a cooperativa vai ter... vai lá na frente!!! Ou seja se eu tiver alguém pensando uma discussão de um crédito diferenciado... e muitas vezes não é nem tanto o volume... **certamente eu vou conseguir reduzir a demanda de crédito dos agricultores** se eu conseguir pensar um projeto... ou se tiver que ser o mesmo volume ou até mais, mas que seja algo planejado (20:19)...

O desacordo e evidente conflito tem sua essência no fato de que o ATER Estratégico nega o pólo financeiro que requer quantidade de valores operacionalizados. O participante P2-S1 complementa criticando o pensamento que se opõe ao ATER Estratégico:

P2-S1: **É O DINHEIRO PELO DINHEIRO!!!** (20:27)

Ao invés de intensificarem a ação agentiva ATER estratégica, parcela dos dirigentes é defensor do seguinte comportamento:

P1-S1: Então o que acontece!?... é melhor eu ir fazer o laudo e a pericia e o que... e **não** sei o que lá... depois se o cara **não** pagar **bota um advogado em cima** e que cobre (Obs: soca a palma da

¹⁰⁴ Ver sub-capítulo 4.3.1 em que a prática e tentativa de generalização estão apresentadas por meio das manifestações discursivas de contradições dialéticas do par de trabalho.

mão)... e vou cuidar de outro do que fazer uma discussão mais... que demore mais tempo, que exige mais... dedicação!!! (20:41)

A origem deste conflito entre ATER Estratégico e ATER Buro está na subordinação da Central Cresol Baser ao Banco Central do Brasil e Manual de Crédito Rural (MCR):

P1-S1: O tema do ATER é extremamente conflituoso aqui!!!... porque **o ATER para muitos é cumprir o MCR...** óhhh tá aqui o **Banco Central tá olhando aqui** se você fez o laudo, tá implantado, isso aqui tá feito, tá resolvido (36:02)...

Deste modo as regras advindas do Banco Central do Brasil se conflitam com o ATER Estratégico. É um sujeito local que ao buscar construir um modelo cooperativo e socioeconômico confronta com regras externas que seguem rigorosamente o modelo financeiro:

P2-S1: Que é o conflito maior é que é a **Cresol só como financeiro** ou **Cresol como cooperativa na essência e garanti o trabalho com seu associado!!!** Se olhar o Cresol só como financeiro pode ser olhado como qualquer Banco ou como qualquer cooperativa do ramo tradicional!!!... Mas se ela quer ser diferente... qué realmente honrar como uma cooperativa ela tem que envolver os associados! (36:12)

Para o pensamento que aceita cegamente as regras do Manual de Crédito Rural (MCR) não faz sentido aceitar a ação agentiva ATER Estratégico, deste modo conflitam com ela. Confirmamos sua aplicação prática mas com conflito que restringe sua generalização.

6.9.1.2 Ação agentiva *Up*

Constatamos que o procedimento (*Up*) de realocar recursos financeiros oriundos de operações de crédito com valores maiores objetivando viabilizar financeiramente à Assistência Técnica (ASTEC) para as operações de crédito com valores menores é conflituoso. Citamos diálogos confrontativos com operador¹⁰⁵ de empresa de prestação de serviços:

P1: ... o meio termo para situações muito difíceis e situações que geram o equilíbrio! Um exemplo: uma colheitadeira o agricultor que financiar e tem que fazer um processo diferenciado, quatrocentos mil reais! E aí ele não quer pagar 1%! Por que ele não vai acessar a ATER para uma compra dessas!

¹⁰⁵ Participou na safra 2013/2014 como contratado para realizar operações de Assistência Técnica (ASTEC) ao Pronaf Custeio da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR.

Mas só que o dinheiro seria o que iria viabilizar os outros! E eu não posso explicar isso pra ele: “O dinheiro que você vai pagar vai viabilizar os outros fulanos”. Se eu falar isso ele vai ficar louco da vida. Ele vai falar: **“Eu não tenho nada a ver com os outros produtores!!!”**

O sentido enunciado pelo técnico operador dos Planos de Crédito é de que não haveria aceitação quanto a aumentar até 2% para que a ATER pudesse agir como processo educativo. Nas palavras do técnico operador:

P1: ... dentro do corpo técnico isso vai bem, mas quando você vai lá em uma comunidade e expõe essa situação eles não vão entender nada do que foi falado. **O que eles vão entender é que passou de 1% para 2%! Aí já da uma briga!** Se deixar para o agricultor, **eles jamais vão querer pagar a ATER**, como aconteceu esse ano. Eles não querem pagar nada!!! Muitos profissionais de ATER tem um perfil mais simples e por mais que saiba do assunto não consegue confrontar com o agricultor. E não consegue repassar por intimidação. Ele dá uma rosnada e o cara já...

Na análise da sessão de MIF N: 2 que identificamos a ação agentiva *Up* também identificamos conflito de interesse no que se refere a viabilidade financeira dos técnicos operadores. Enquanto o P1-S2 manifesta o *Up* o P2-S2 o entende como recurso financeiro, todavia isto é negado subitamente:

PI-S2: *Up* que seria?

P1-S2: **um recurso a mais...um.. um...**

P2-S2: **um recurso próprio...**

P1-S2: éh **não digo financeiro mas algum incentivo** por exemplo, vamo dá exemplo, se você vai lá pra você além de você fazer essa visita a gente vai pagar pra você fazer lá um.. um cadastro de associado Então ela foi só por esse valor mas ela vai receber um.. um adicional a mais por exemplo pra ir fazer um cadastro lá ou mesmo em dinheiro mesmo ou podemos pagar combustível pra o técnico para tentar sensibilizar. Para nós tentar conseguir isso foi criado agora éhh uma ferramenta dentro do sistema SIC aonde que pra X reais disponibilizados pelas singulares, centavos vão ter que ser para operações abaixo desse valor (18:24)...

Não há concordância do par de trabalho quanto ao como exatamente o *Up* resolverá o problema de inviabilidade financeira dos técnicos operadores. É confirmação do conflito de interesses entre contratante (Cresóis Singulares e/ou cooperados) que está no nível hierárquico de ação e contratado (técnico operador) para o trabalho operacional que está no nível hierárquico de operação. É um conflito de interesses que limita a generalização da ação agentiva *Up*.

6.9.1.3 Ação agentiva transformação da ferramenta SIC para SIC MOB

A ferramenta é transformada pela introdução de dispositivo de coordenadas geodésicas para limitar a quantidade de operações por técnico operador. Esta ação agentiva é a que mais evidentemente recebe conflito. Por qual motivo? Por estar efetivamente sendo implementada de modo generalizado. Sua característica de urgência (duplo vínculo) devido a uma situação agravada provoca a implantação objetivando generalização não devidamente acordada no interior da comunidade cooperativa. Os desacordos nos facilitaram a constatação do conflito que existe no sistema de atividade em relação à implantação da ação agentiva. Reiteramos as manifestações discursivas para ilustrar o conflito dirigido à ação agentiva. Primeiramente demonstramos a urgência da implementação da ação agentiva:

P1-S4: Por que que eu tô fazendo isso, falando dos técnicos! **A direção aprovou essa semana, ontem... antes de ontem?** (Obs: alguém ajuda: segunda-feira)... segunda-feira, toda a parte do ATER MCR 2.7, MCR 10, MCR 16, que é a elaboração e aprovação do crédito, não fica... não fica... Fica no Departamento exclusivo da Carteira de Crédito nossa... agora (22:37)...

O conflito não é quanto à aprovação do crédito ser realizada pelas cooperativas singulares (desenho) ou se o crédito será aprovado pelo Carteira de Crédito da Central Cresol Baser (redesenho). O conflito está dirigido para o dispositivo da ferramenta SIC MOB por este objetivar o monitoramento de técnicos operadores:

P1-S4... então por isso que a gente vai fazê esse trabalho de credenciamento e desenvolvemos uma forma de **contato direto com eles através de informativo técnico de uma forma bem institucional!!!** (23:21).

A Ação agentiva transformação da ferramenta SIC para SIC MOB além de estar sendo colocada em prática também objetiva generalização:

P1-S4:... Mas o que eu queria combinar com vocês, que o meu tempo está se estorando é com relação a essa ideia: Não sei se a gente pode partir dela, ou vocês acham que é meio complicado, meio prematuro, dizer que a gente vai renovar **100%** dos... das operações de repasse.; éhhh... ou se a gente estabelece um prazo para finalizar isso até 31 do 12 de 2016!!!???... Não sei... gostaria de consultá-los... até porque a ferramenta ela... ela é, é fácil de manusear, rápida, prática, simples... **só depende do pessoal sair a campo tá!!!???**

O conflito está instalado em uma situação agravada ao longo da história do sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser, que todavia repercute na rede de sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. É uma situação agravada no nível de operação por este ter evoluído para automatização. Os técnicos operadores na sua maioria não vão a campo:

P1-S4: ... Ihhh um detalhe assim que a gente percebeu, dos técnicos numa certa éhhh... **resistência** com relação as coordenadas geodésicas! Não tem como fazer um projeto mais sem ter a coordenada geodésica... então o técnico... **O que significa isso?...** ... **Ele não vai mais fazer no escritório, ele vai ter que ir lá... na propriedade que é o que a gente espera de um técnico agrícola ou dum agrônomo é que realmente faça acompanhamento à propriedade!!!** (23:58)

O problema se agravou ao extremo em que um técnico operador valendo-se da ferramenta SIC faz 500 projetos (Planos de Crédito):

P1-S4... aí tem aquelas máximas assim: **“Faço 500 projetos e eu sou sozinho!!!”**... Olha!!! **quantos projetos um técnico pode acompanhar efetivamente** de fato... **100 a 150 ou é 200!!!???** (24:29)...

O desacordo está na quantidade de operações por técnico operador:

PN*-S4: Eu falei com um dos cara lá, ele falo: **“Pelo valor recebido, não tem viabilidade nenhuma”**, daí **pra eles fazê ia caí naqueles 500** que você falou aí talvez ...
P1-S4: sim! (25:41)

Ao reduzir a quantidade de operações por técnico operador também ocorre a redução do valor total que remunera¹⁰⁶ o técnico operador. Eis o motivo do conflito. Quem pagará¹⁰⁷ os técnicos operadores para fazerem operações de crédito aos Pequenos Agricultores Familiares?

6.9.2 As ações agentivas que não identificamos conflitos

Neste agrupamento de ações agentivas temos: Plano de Crédito e substituição de insumos, Troca de atividades no sistema agrícola, Compensação por proteção aos Agroecológicos, Seguro agrícola aos Agroecológicos, Comercialização Agroecológica, ATER com qualidade (desvinculada do orçamento), Mudança de objeto da Comunidade Cooperativa, Transformação da ferramenta SIC para SIC

¹⁰⁶ Ver FIGURA 4.1 - FLUXO FINANCEIRO SAFRA 2013/2014.

¹⁰⁷ Ver TABELA 4.3 - REMUNERAÇÃO DE TÉCNICOS OPERADORES.

MOB com dispositivos para o ATER Estratégico, Redução da taxa de juros para Linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia, Alavancar o ATER Cooperativo, Projeto de Desenvolvimento da Região Sudoeste e Projeto Agroflorestas. Não se tratam de ações agentivas de pouca importância, mas sim de tão grande importância que caso fossem efetivadas redirecionariam o uso do crédito rural na comunidade cooperativa pesquisada. Todavia devido a não efetivação de ações práticas que almejem generalização, nem mesmo chegam a gerar conflitos. É na intensificação de ações objetivando efetivação (prática e generalização) que supostamente os pares de trabalho viriam a articular manifestações discursivas de contradições dialéticas com características da categoria conflitos.

Nossas análises das ações agentivas que não constatamos conflitos e/ou dilemas evidenciam particularidades relevantes. A primeira ação agentiva que relevamos é Plano de Crédito e Substituição de Insumos e a segunda é Mudança de objeto da Comunidade Cooperativa.

6.9.2.1 Ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos: colaboração

Esta ação agentiva consiste em prescrever a cama-de-aviário como adubo. As análises não identificaram conflitos de interesses no que se refere a sua aplicação prática. Antes de tudo a análise desta ação agentiva não evidenciou conflito de interesses no que se refere aos aspectos financeiros. Ao prescreverem a cama-de-aviário os técnicos operadores continuam remunerados com vinculação aos orçamentos:

P1-S2: ... **mas** por outra... por outra... viés, **o agroecológico também tem necessidade de insumos**... também tem necessidades de produtos, então assim, que nem P2-S2 mesmo comentou agora né P2-S2, então tipo, se for lá e o associado tiver uma produção de **cama-de-aviário de dez toneladas** por... né né por ano lá na estrutura que ele tem... hoje a cama-de-aviário da nossa região gera em torno de **90 até 150 reais a tonelada**, então se ele (cooperado) tem dez ele (técnico) pegaria 1.000, 2.000 por ahí e dessa cama, então ele ia prescrever, esse valor... ele ia... ele ia receber (33:04)...

Para o cooperado que têm aviário e conseqüente cama-de-aviário é um modo de valorizar o insumo do seu sistema agrícola que já é utilizado como comportamento da cultura local respaldado pelo conhecimento científico. Deste modo ocorre a concordância entre cooperado e técnico operador.

Ainda do ponto de vista da legislação a ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos já superou a discordância entre sujeito e regras. O Manual de Crédito Rural (MCR) autoriza o plano simples¹⁰⁸ com declaração do técnico responsável por sua elaboração. No Plano simples do Pronaf Custeio não é obrigatório a descrição dos itens insumos e adubos. O documento Plano de Crédito do Pronaf Custeio da Central Cresol Baser já é uma simplificação dos projetos de custeio devidamente adequados a legislação e a ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC). Logo a ferramenta SIC aceita a não descrição dos itens defensivos e adubos.

A análise da ação agentiva evidenciou que ocorre interpretação da fiscalização do seguro agrícola sem riscos de glosa se houver necessidade de acionamento do seguro agrícola PROAGRO. Reiteramos a manifestação discursiva citada na análise de identificação da ação da agentiva:

P2-S2: ... E aí como nós tivemos um caso lá em Capanema que **escrevi no projeto cama-de-aviário, produção própria, daí coloquei um valor** da...só do custo da produção... como tá descrito no projeto, e daí... o perito também, depende do perito também, e perito que for lá, um cara que já tinha muita experiência ele daí acabou vendo no projeto que tá e daí ele olho lá que tinha um aviário, conhece o agricultor já e tal, **tranquilo ele considerou ele não fez a glosa deste valor, ele considerou** (33:20)...

A relevância desta ação agentiva é por já ter desafiado e influenciado nas regras advindas do crédito rural que historicamente não aceitavam a cama-de-aviário como insumo agrícola a ser financiado. Tal adaptação/criação dos trabalhadores é um modo distinto de uso do crédito rural brasileiro. Desvincula a operação de ASTEC da venda casada de agrotóxicos em uma rede de sistemas de atividades. O insumo financiado (cama-de-aviário) não tem origem industrial. Assim, a criação e prática da ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos abre uma possibilidade de criação de uma linha específica de crédito rural com a singularidade de aceitar financiar materiais locais como insumos agrícolas do processo produtivo. As análises das sessões de MIF elucidam que são os agricultores praticantes das agriculturas de base ecológica, destacadamente os produtores de soja orgânica que operacionalizam o crédito rural com a ação agentiva que possibilita a utilização da cama-de-aviário. Isto confirma uma

¹⁰⁸ Conforme 5.3.2.8 Regras.

adequação do uso do crédito rural no contexto da pesquisa. Se poderá ou não ser ampliada, em escala e em outras regiões do Brasil é uma pergunta ainda não respondida.

6.9.2.2 Ação Agentiva Mudança de Objeto da Comunidade Cooperativa

Enquanto a ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos é praticada e pode ser ampliada a ação agentiva Mudança de Objeto da Comunidade Cooperativa a principio é impossível de ser efetivado em maior escala. É oportuno reiterar que a ação agentiva que nominamos Mudança de objeto da Comunidade Cooperativa e que consiste em priorizar crédito rural de investimento e reduzir/abandonar o crédito de custeio tem a particularidade de estar dirigida para a substituição do objeto do sistema de atividade. Ao invés dos sujeitos perseguirem a captação da mercadoria especial dinheiro para aplicarem no custeio dos insumos das monoculturas, viriam a perseguir a mercadoria especial dinheiro para ser operacionalizada para investimento nas propriedades agrícolas dos Pequenos Agricultores Familiares. Nas análises não encontramos efetivamente tal prática e/ou tentativa de generalizá-la. Pressupomos que se esta ação agentiva almejar efetivação sofrerá conflito de interesses, pois ao negar recursos financeiros do crédito de custeio estará negando o que é vital para a existência da comunidade cooperativa, ou seja, negará o dinheiro que remunera todas as funções da divisão do trabalho.

6.9.3 Análise de dilema: adoção de tecnologia e resolução de conflitos?

Nossa análise com a categoria dilema demonstra que a tentativa de generalização da ferramenta SIC MOB e o conseqüente conflito que dificulta a generalização provocam os indivíduos para novas ações agentivas. Na análise da sessão de MIF N: 2 constatamos que buscam na evolução tecnológica a resolução do problema. Ocorre que a ferramenta SIC foi esgotada em sua eficácia. Ainda que tenham explorado a ferramenta SIC na relação um técnico operador para quinhentas

operações de crédito continuam sem resolução da situação agravada. Como viabilizar a Assistência Técnica (ASTEC¹⁰⁹) aos Pequenos Agricultores Familiares?

O dialogo entre os P1-S2 e P2-S2 demonstra o dilema quanto ao uso do sensoriamento remoto:

P2-S2: ... é, citei isso como exemplo, **mas** talvez assim ohh, P1-S2, éhh... éhh **se a gente notá de forma geral**... é claro que é contestável, **mas** se pegá... a gente tem muito os associados que é aquele associado que já tá definido, ele sabe onde buscar e tudo mais é o cara que... que tá na monocultura muitas vezes tem outras atividades e tal é o cara que planta soja, já tem tudo... soja já tem todo pacote tecnológico já tem tudo... não tem muito segredo, então pra esses caras ahí óh acho **que a gente** não tem muito que... as vezes que nem P1-S2 falou o próprio associado ele sabe onde buscar, a gente sempre se coloca à disposição... então tem alguns casos que **não precisa ir lá** e tal e tudo mais... então essa parte se tiver como fazer um controle mais... tecnológico.. como eu disse assim né (28:15) ...

A dúvida quanto a aceitar ou não a nova tecnologia já é o inicio da construção de novas ações para superação do problema agravado. As análises demonstraram que ocorre conflito quanto à aceitação das transformações da ferramenta. O que tende a generalização são transformações da ferramenta para um objeto financeiro que tem metas quantitativas. Há uma resistência no que se refere a aceitação total do sensoriamento remoto. O par de trabalho colaborador da sessão de MIF N: 2 manifesta a manutenção da ferramenta SIC MOB por eles transformada. Esta exige que os técnicos efetivem operações em nível de imóvel:

P1-S2: ... então nós estamos num contrassenso, as demais instituições financeiras que estão tirando lá ATER, né, tirando e tão fazendo por **monitoramento remoto**???... então nós estamos no contraponto. Nós queremos todas nossas operações que seja com assistência técnica né, o P2-S2 bem que pondero que **nós temos o nosso sistema**, hoje, ele tá *online* tá na *internet*, já foi liberado, agora, esse... que tava *online* vai ser o aplicativo, no seu celular no seu *tablet*, *smartphone* e **lá na propriedade**, né P2-S2, e fazer o projeto inteiro lá na propriedade e finalizar lá na propriedade (30:29)...

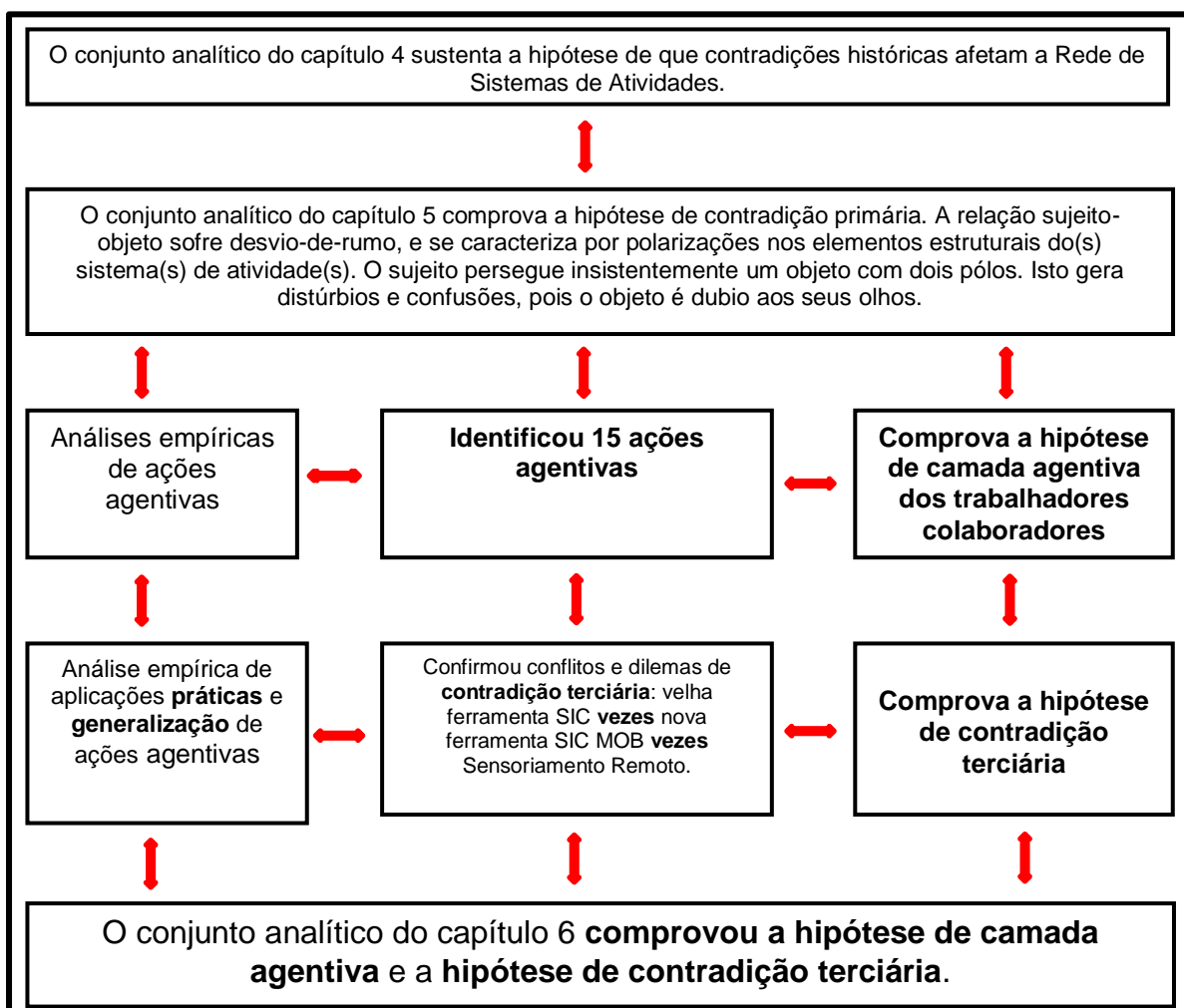
A manifestação discursiva acima comprova que a noção de monitoramento remoto como uma nova forma de trabalho já faz parte do imaginário dos trabalhadores. Também demonstra a contradição que coloca em um extremo o monitoramento remoto e no outro extremo a necessidade de fazer o projeto em nível de imóvel para garantir aspectos qualitativos do uso do crédito rural operacionalizado.

¹⁰⁹ A ASTEC é apenas um procedimento burocrático que objetiva quantidade de operações. Não estamos aqui tratando da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

6.10 ANÁLISES DO CAPÍTULO 6, OBJETIVOS E HIPÓTESE

As análises de averiguação da camada agentiva culminaram na identificação de quinze ações agentivas. As ações identificadas, são nitidamente objetivadas (intencionalmente) para transformações no criticado modo de uso atual do crédito rural. Assim, as análises comprovam que os trabalhadores colaboradores das sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) inventaram instrumentos para superação das contradições, tornadas conscientes ao longo de suas histórias de vida junto às ferramentas (conceituais e operacionais) da comunidade cooperativa. As análises corroboram com Engeström (2006) confirmando o potencial humano para a agência, ou seja, para ações individuais e/ou coletivas intencionais destinadas a transformar a própria atividade. Ainda no capítulo 5, constam as análises de averiguação da hipótese de conflitos e dilemas de **contradição terciária**. Nestas confirmamos a hipótese, uma vez que a velha ferramenta operacional Sistema Integrado de Crédito (SIC) confronta com nova ferramenta SIC MOB, bem como com tecnologias do capitalismo de alta tecnologia que buscam aumento de produtividade. O dilema constatado foi quanto a implantação de tecnologia de sensoriamento remoto para monitorar operações de crédito rural. Segue a ilustração quanto ao alcance das análises do capítulo 6:

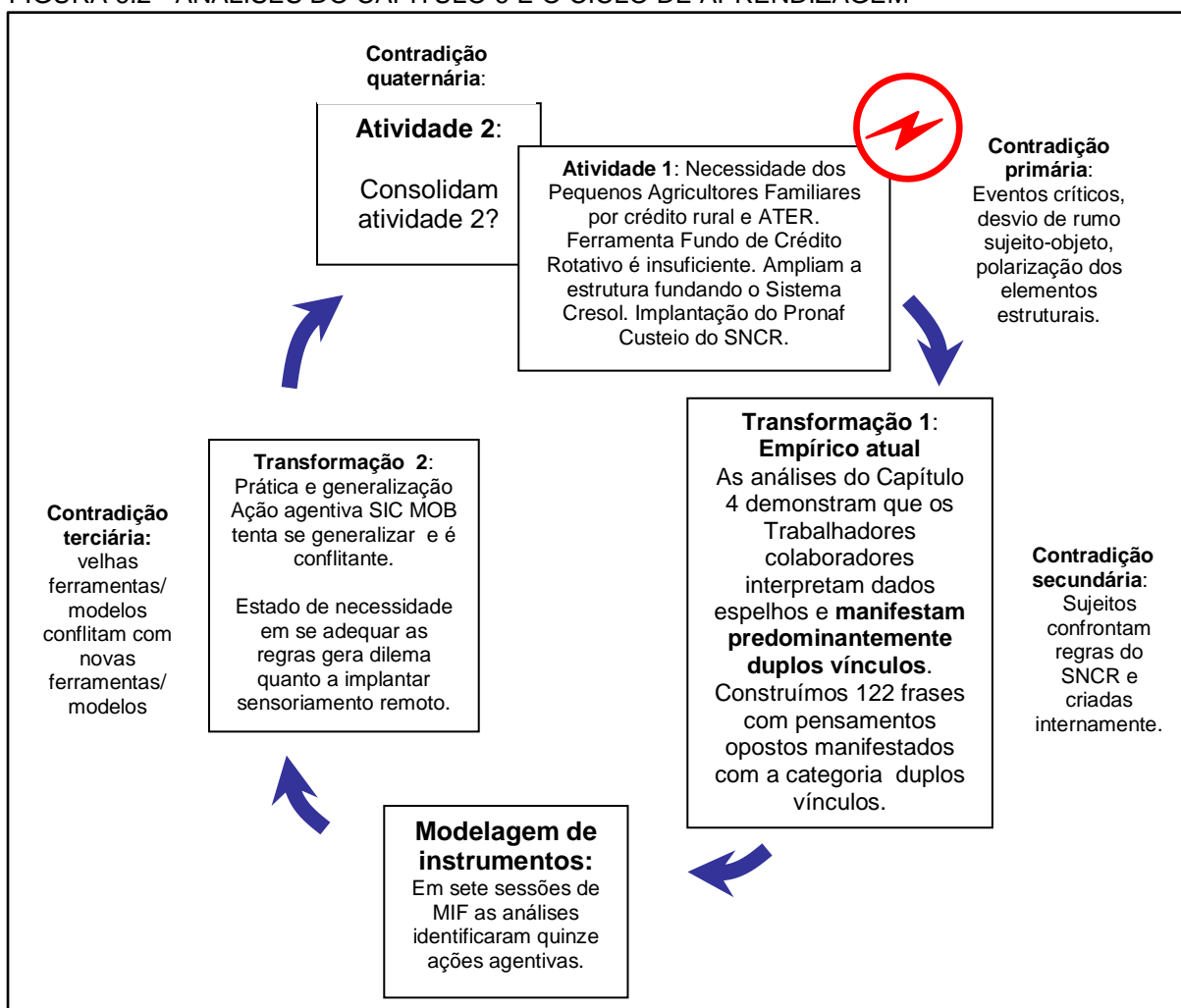
FIGURA 6.1 - ALCANCE DAS ANÁLISES DO CAPÍTULO 6.



FONTE: o autor.

Uma vez confirmada a camada agentiva com as análises do capítulo 6, completamos na figura do ciclo de aprendizagem empírico a fase de modelagem de instrumentos e a fase de transformação 2 prática e generalização de instrumentos. Segue a ilustração:

FIGURA 6.2 - ANÁLISES DO CAPÍTULO 6 E O CICLO DE APRENDIZAGEM



FONTE: o autor. Particularização a partir de MIETTINEN (2009), QUEROL (2011).

O ciclo de aprendizagem empírico será retomado e completado no capítulo de discussão.

7 DISCUSSÃO

De acordo com Vigotski, o objeto do conhecimento científico existe sempre, ao mesmo tempo, sob a forma do fato real e sob a forma de seu pensamento com a ajuda dos conceitos (FRIEDRICH, 2012, p. 37).

A pergunta da etnografia de Picinatto (2010) que instigou a pesquisa desta Tese foi quanto aos porquês dos Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia da região Sudoeste do Estado do Paraná explicitarem¹¹⁰ dificuldades e impossibilidades de acessarem o crédito rural Pronaf Custeio em uma linha de crédito específica para suas necessidades. Nossas análises sustentam que a criação das estruturas de cooperativas de crédito rural com interação solidária, do Sistema Cresol, da Central Cresol Baser e comunidade cooperativa UNICAFES, não conseguiram suprir a necessidade histórica dos Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. O pressuposto inicial referente à comunidade cooperativa UNICAFES PARANÁ e seus ramos de atividade terem uma existência histórica contraditória foi confirmado desde o delineamento do problema da pesquisa no primeiro passo do ciclo metodológico. A contextualização como resultado do primeiro passo do ciclo metodológico revelou que no Sistema Integrado de Crédito (SIC)¹¹¹ não constam operações específicas das linhas de crédito Pronaf Custeio agroecologia, Pronaf Custeio Agrofloresta ou ainda de uma linha de crédito Pronaf Custeio com condições distintas que nos permitisse caracterizá-la como Pronaf Custeio para agriculturas de base ecológica em geral. Sustentamos o pressuposto revelando fluxos financeiros do sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser destacando que os recursos financeiros do Pronaf Custeio são adequados para financiar cultivos de monoculturas para exportação e agrotóxicos advindos da indústria. Ainda com a demonstração do fluxo financeiro sustentamos a vinculação dos orçamentos dos Planos de Crédito com a remuneração do trabalho operacional da Assistência Técnica (ASTEC). A problematização construída em colaboração com os trabalhadores no primeiro passo do ciclo metodológico é quanto ao direcionamento

¹¹⁰ Problematização em Picinatto (2010) a partir de estudo de caso.

¹¹¹ Que é a ferramenta operacional do sistema de atividade que media e direciona relações entre Central Cresol Baser, Cresóis Singulares, Empresas de Assistência Técnica, Cooperativas de Assistência Técnica, Banco Central do Brasil.

dos recursos financeiros do Pronaf Custeio para um pacote tecnológico que reforça a continuidade da modernização conservadora da agricultura internamente as organizações da agricultura familiar. Os trabalhadores colaboradores vivem em uma tensão cotidiana por até então não terem conseguido redirecionar a contento os recursos financeiros para às necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares incluindo os praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. Tal qual os agentes financeiros em geral a Central Cresol Baser como ramo da comunidade cooperativa UNICAFES ainda não conseguiu a contento redirecionar o crédito rural brasileiro para que seja utilizado qualitativamente e em oposição aos aspectos quantitativos praticados pelo modelo da modernização conservadora da agricultura.

A contradição primária conforme lei de valor (uso e troca) própria de toda mercadoria e em especial da mercadoria dinheiro que adentra na Central Cresol Baser por meio do Pronaf Custeio gera contradições secundárias e terciária que arrastam todos os sistemas de atividades da Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES. Prosseguimos a explanação conforme sequência das perguntas orientadoras.

7.1 MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS DE CONTRADIÇÕES DIALÉTICAS

A questão orientadora **Q1** pergunta se os trabalhadores realizadores de ações da comunidade cooperativa manifestam-se discursivamente apontando para contradições nos seus sistemas de atividades. Objetivamos averiguar a hipótese de contradições secundárias como sendo distúrbios advindos da contradição primária.

Com o método de análise de discursos¹¹² aplicado sobre os transcritos das Mini Intervenções Formativas (MIF) identificamos, quantificamos e calculamos a frequência média de pistas linguísticas rudimentares referentes às quatro categorias analíticas. A confirmação da presença das pistas linguísticas rudimentares nas manifestações discursivas dos trabalhadores colaboradores das MIF corroboraram com a hipótese de contradições. Identificamos 231 questões retóricas que apontam para a categoria duplo vínculo; 151 metáforas de vivência que apontam para a categoria conflito crítico; 1.288 “não” que apontam para a categoria conflito e; 493 “mas” que apontam para a categoria dilema. As frequências médias elucidam que os

¹¹² FIGURA 3.4 - METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DISCURSOS.

pares de trabalho manifestaram ao longo das sessões de MIF pistas linguísticas rudimentares sistematicamente. Não foram pontuais, mas sim generalizadas abrangendo a totalidade dos transcritos. As questões retóricas foram reiteradas na frequência média de 0,55; a metáfora de vivência 0,36; o “não” 3,07 e; o “mas” 1,17 conforme quadro seguinte:

TABELA 7.1 - SÍNTESE DA FREQUÊNCIA DAS PISTAS LINGUÍSTICAS.

Sessão (N)	(T)/ (Nº)*	Mas (Dilema)	Não (Conflito)	Metáfora de Vivência (MV) (Conflito Crítico)	Questão Retórica (QR) (Duplo Vínculo)
Totais	T: 420 Nº: 69.745	493 Mas (1,17)	1.288 Não (3,07)	151 MV (0,36)	231 QR (0,55)

FONTE: o autor.

NOTA: * Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº).

Com o apontamento das pistas linguísticas rudimentares localizamos manifestações discursivas de contradições dialéticas que são os alicerces de 240 frases contendo uma unidade de opostos. Ao captarmos as unidades de opostos contidas dentro das estruturas dialéticas manifestadas pelos pares de trabalhadores colaboradores das Mini Intervenções Formativas (MIF) confirmamos a hipótese de contradições dialéticas. Os resultados das análises reforçam que “a contradição dialética refere-se a uma unidade de opostos, forças opondo-se ou tendências dentro de um sistema em movimento” (ENGESTRÖM e SANNINO, 2011, p. 373).

As unidades de opostos, como pensamentos opostos, contidos nas manifestações discursivas de contradições dialéticas confirmaram a hipótese de contradições nas quatro categorias analíticas. Categorizamos 122 estruturas dialéticas com unidades de opostos como **duplos vínculos**; 56 como conflitos, 38 como conflitos críticos e; 24 como dilemas. Segue quadro síntese:

TABELA 7.2 - SÍNTESE DO NÚMERO DE FRASES POR CATEGORIAS.

Nome da sessão (N)	Tempo de videografia em minutos (T)/Número de palavras transcritas (Nº)	Dilema	Conflito	Conflito Crítico	Duplos Vínculos
Totais	T: 420 minutos Nº: 69.745 palavras transcritas	24	56	38	122

FONTE: o autor.

A predominância da categoria duplo vínculo confirma que existe uma situação agravada no movimento histórico da comunidade cooperativa UNICAFES. As análises sustentam que no ambiente empírico de pesquisa os trabalhadores (pares de trabalho das MIF) tem suas histórias de vida envoltas em um processo de longo prazo, em que seus pensamentos opõem-se a um outro pensamento, gerando criações que todavia não foram suficientemente elaboradas ao ponto de serem aceitas de modo generalizado por outros em seus sistemas de atividades.

As análises identificaram manifestações discursivas de contradições dialéticas confirmando a hipótese de contradições secundárias e terciária. A teoria de contradição primária conforme lei de valor (valor de uso e valor de troca) elucida que contradições secundárias, terciárias e até mesmo quaternárias tem apenas uma origem. A origem é a contradição primária intrínseca a cada mercadoria devido ao seu dual valor de uso e valor de troca. Quando às análises confirmaram contradições secundárias (sujeito confronto regras) e terciária (nova tecnologia afronta velha tecnologia) simultaneamente confirmaram que a contradição primária age na Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES.

As análises além de confirmarem que os trabalhadores manifestam discursivamente contradições dialéticas, também sustentam que no período de realização das Mini Intervenções Formativas (MIF) eles passam por um momento em que a contradição primária (uso e troca) gerou contradições secundárias (sujeito confronto regras) e terciária (SIC confronto SIC MOB) com conseqüente necessidade urgente de transformações.

7.2 O PASSADO E O PRESENTE: CONCEITOS EM CONTRADIÇÃO

Questionamos em **Q2** quais os conceitos relativos ao modo de usar o crédito rural no passado do ambiente empírico? Objetivamos entender proposições quanto aos modos de usar o crédito rural no passado das organizações preconizadoras da Central Cresol Baser e comunidade cooperativa UNICAFES.

As análises das sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) estão repletas de palavras com conceitos cotidianos dos trabalhadores. Algumas palavras são históricas e utilizadas no ciclo longo do aprendizado dos pares de trabalho como sujeitos da comunidade cooperativa. Elencamos as palavras alternativo, camponês, agricultura familiar, agroecologia, agriculturas de base ecológica, crescimento

econômico e desenvolvimento econômico e as conceituamos¹¹³ no capítulo analítico. Agora nos limitaremos a discutir como estes conceitos formam uma dualidade de opostos que se contradizem ao longo da história da comunidade cooperativa UNICAFES.

O conceito de camponês advindo da escola de Chayanov (1974) defende uma lógica que nega a teoria da lei de valor (MARX, 1956). Para esta lógica o camponês não maximiza o lucro e a renda. Este é um pensamento da unidade de opostos da comunidade cooperativa UNICAFES que se fundamenta na escola de Chayanov (1974) e se coaduna com os conceitos de agroecologia como prática milenar da agricultura tradicional (ALTIERI, 1978). O conceito de agricultura familiar que está encarnado na comunidade cooperativa UNICAFES nega as explicações da lógica camponesa e assume ao longo da história as explicações da lei de valor. Este é o outro pensamento da unidade de opostos que se coaduna com os conceitos de agriculturas de base ecológica e processo de conversão descritos em Gliessman (2001). Entre os conceitos de camponês e agricultura familiar que se antagonizam no ambiente empírico é que temos desacordos generalizados. O desacordo consiste em que os gestores do crédito rural, incluindo os gestores do Pronaf Custeio da agricultura familiar, negam historicamente a lógica do camponês por este negar a maximização do lucro e da renda.

Ainda na década de 1970 o ambiente empírico construiu um conceito de crédito rural e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para suprir as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares conforme uma lógica fundamentada na escola de Chayanov (1974) e com noções conceituais da Agricultura Alternativa¹¹⁴. As definições de Agricultura Alternativa descritas na análise histórica dos conceitos se antagonizam com o modelo da modernização conservadora da agricultura. Os Pequenos Agricultores Familiares eram e são negados por aqueles que os interpretam como não maximizadores do lucro e renda.

Os conceitos de crescimento econômico com ênfase nos aspectos quantitativos e o de desenvolvimento econômico com ênfase nos aspectos qualitativos também se degladiam no ambiente empírico. O conceito de crescimento econômico é o que mantém vivo o modo de uso atual criticado dos recursos

¹¹³ 4.2.2 Análise histórica dos conceitos.

¹¹⁴ Na década de 1970 utilizavam a expressão Agricultura Alternativa. A palavra Agroecologia chega próximo a década de 1990.

financeiros do crédito rural. O conceito de desenvolvimento econômico é o que nutre o pensamento daqueles trabalhadores que visualizam uma nova forma social de uso do crédito rural objetivando resolução de suas contradições.

Entre estes conceitos que se antagonizam no passado (1970) e os conceitos que se antagonizam no nosso estudo empírico atual (2014) não encontramos diferenças nos fundamentos que regem a unidade de pensamentos opostos. No movimento histórico os conceitos continuam degladiando-se por meio da estrutura dialética dos trabalhadores. Continua o antagonismo entre os conceitos que mediavam e direcionavam relações no passado e que hoje continuam mediando e direcionando às relações humanas da comunidade cooperativa UNICAFES.

Na sequência trataremos deste direcionamento conceitual que causa confusão no sujeito fazendo-o desviar-se do objeto que supostamente supriria o estado de necessidade dos Pequenos Agricultores Familiares.

7.3 CONTRADIÇÃO PRIMÁRIA: DESVIO DE RUMO SUJEITO-OBJETO

Aqui respondemos a questão orientadora **Q3**: Se Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia da região Sudoeste do Estado do Paraná estavam contemplados no **objeto** perseguido pelas organizações preconizadoras do sistema de atividade (Central Cresol Baser) atual, por que constatamos nos dados preliminares Pronaf Custeio para Agriculturas de base ecológica e agroecologia igual a zero? Objetivamos identificar na relação sujeito-objeto ao longo da história se ocorreu ruptura e desvio de rumo do sujeito ao ponto de perderem de vistas os Pequenos Agricultores Familiares.

A análise histórica do objeto¹¹⁵ sustenta a ruptura na relação sujeito-objeto confirmando que a contradição primária conforme lei de valor (uso e troca) afeta a Rede de Sistemas de Atividade UNICAFES e em especial o sistema de atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Em termos do ciclo de aprendizagem expansivo teórico¹¹⁶ a análise histórica do objeto confirmou a Atividade 1 que consiste em uma situação de necessidade dos Pequenos Agricultores Familiares por crédito rural e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Uma primeira ferramenta/modelo denominando Fundo de Crédito Rotativo serviu aos propósitos

¹¹⁵ 5.2 ANÁLISE HISTÓRICA DO OBJETO.

¹¹⁶ FIGURA 2.6 CICLO DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA.

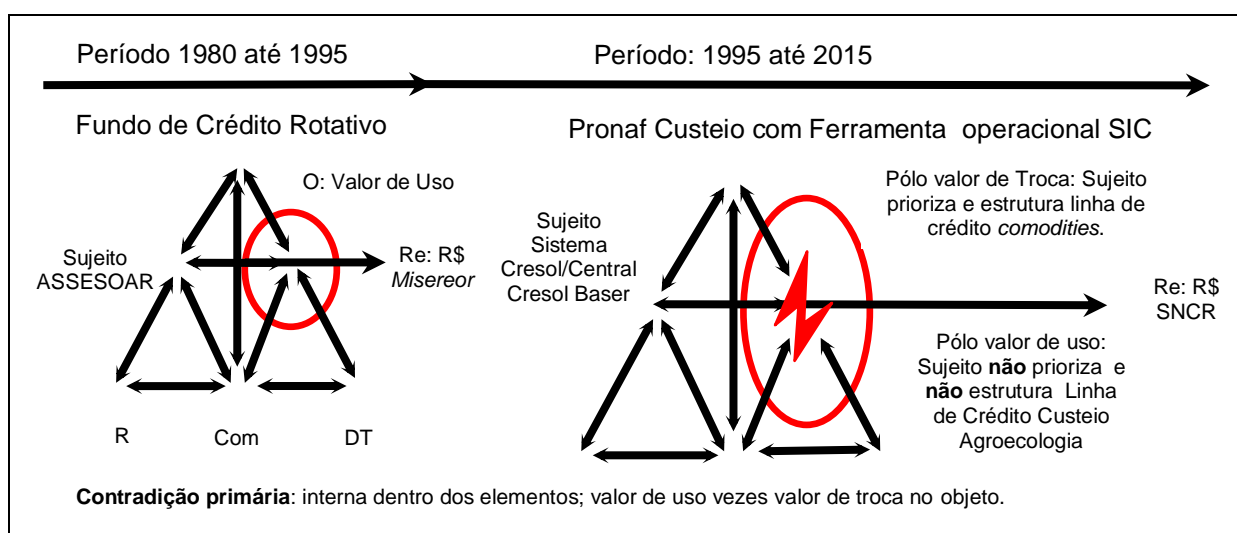
de treinamento, todavia demonstrou-se insuficiente para suprir as necessidades regionais em termos de quantidade de recursos financeiros. A situação de necessidade conduziu às organizações juntamente com governo brasileiro a ampliarem a estrutura fundando o Sistema Cresol que incorporou o Pronaf Custeio conforme as legislações do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A análise elucida que a incorporação ou implantação do Pronaf Custeio é o evento crítico que causa desvio de rumo na relação sujeito-objeto e polarização dos elementos estruturais do sistema de atividade Pronaf Custeio. Isto devido ao Pronaf Custeio ser sobreposto ao Fundo de Crédito Rotativo. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ao nosso ver é ferramenta/modelo que objetiva construir a agricultura familiar como maximizadora de lucro e renda. Esta concepção nega a lógica e a própria continuidade da existência do camponês que conforme Chayanov (1974) não maximiza o lucro e a renda.

O desvio de rumo conforme análise histórica do objeto consiste em que no período da ferramenta/modelo Fundo de crédito Rotativo os Pequenos Agricultores Familiares a partir da crítica contra o modelo da modernização conservadora da agricultura exercitaram uso de recursos financeiros conforme suas necessidades, suas regras e enfocando aspectos qualitativos sem priorização dos aspectos de maximização de lucro e/ou renda, enquanto que no período da ferramenta/modelo Pronaf Custeio a necessidade/obrigatoriedade é a de ampliação do capital financeiro, com regras do SNCR e enfocando aspectos quantitativos da mercadoria especial dinheiro. É esta mercadoria especial dinheiro que trás consigo os dois pólos valor de uso e valor de troca que instala na comunidade cooperativa UNICAFES a contradição primária.

Ao confirmarmos analiticamente o afetar da contradição primária e o conseqüente desvio de rumo respondemos o por que Pronaf Custeio para agriculturas de base ecológica e agroecologia são igual a zero quando consultamos a ferramenta operacional Sistema Integrado de Crédito (SIC). O desvio de rumo faz com que os sujeitos dos sistemas de atividades da rede de sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES ao invés de verem o pólo do objeto socioeconômico (valor de uso), vejam cada vez mais o pólo do objeto financeiro (valor de troca). Este é o motivo pelo qual passados vinte anos do evento crítico Pronaf Custeio ainda não constam oficialmente no SIC operações financeiras efetivadas em uma linha específica de Pronaf Custeio Agroecologia para financiar

os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. Ilustramos a seguir o desvio de rumo afetando o crédito agroecologia. O afetar significa que no período de 1995 até 2015 de vigência do modelo do sistema de atividade Pronaf Custeio ocorreu a priorização e estruturação de linha de crédito para *comodities* (Valor de troca). Porém ilustramos no pólo valor de uso que não ocorreu priorização e não ocorreu estruturação de uma Linha de Crédito Agroecologia ou ainda de uma Linha de Crédito específica para agriculturas de base ecológica oficial.

FIGURA 7.1 - DESVIO DE RUMO AFETA CRÉDITO AGROECOLÓGICO.



FONTE: Adaptado de ENGSTRÖM (1987).

O fato de não ter ocorrido a priorização e consequentemente a não estruturação de uma Linha de Crédito Custeio Agroecologia ou ainda de uma Linha de Crédito Custeio específica para agriculturas de base ecológica oficial é algo criticado internamente a rede de sistemas de atividades UNICAFES. Com as análises das sete sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) construímos 38 frases a partir das manifestações discursivas de contradições dialéticas nitidamente com as características da categoria conflitos críticos. Para nós a não estruturação da Linha de Crédito Custeio para Agroecologia e agriculturas de base ecológica é consequência de um processo histórico em que “[...] as pessoas enfrentam dúvidas internas, que as paralisam, na frente de motivos contraditórios, insolúveis pelo sujeito individualmente (VASILYUK, 1988, p. 199 *apud* ENGSTRÖM e SANNINO,

2011, p. 376). As análises concordam com Sannino (2008) ou seja, na interação social os conflitos críticos normalmente envolvem sentimentos de serem violados ou culpados, e muitas vezes calados. Para nós os conflitos críticos que repercutem na não estruturação de uma Linha de Crédito Custeio Agroecologia ou ainda de uma Linha de Crédito específica para agriculturas de base ecológica oficial são consequência da contradição primária.

Demonstramos nas análises que se valeram das manifestações discursivas de contradições dialéticas que a natureza confrontativa (pensamentos opostos) do processo histórico provocou conflitos críticos. Na análise histórica do objeto¹¹⁷ utilizamos como dados para sustentar que o P1-S5 como Vice-Presidente de Cresol Singular a partir de metáforas de vivência critica seus superiores hierárquicos que denomina como gestores, assessores, que estão lotados na Central Cresol Baser. O conflito crítico se caracteriza pelas proibições dos gestores e assessores quanto à operacionalização de pequenos valores financeiros. Deste modo o P1-S5 sendo também Pequeno Agricultor Familiar se vê obrigado a não realizar operações financeiras com valores abaixo de R\$ 5.000,00 para os cooperados, que tal como ele, também são Pequenos Agricultores Familiares. Para nós este conflito critico é resultante da contradição primária. Os gestores são afetados pela contradição primária (valor de uso e valor de troca) do sistema financeiro que chega com a mercadoria especial dinheiro, cedem aos aspectos quantitativos e então repassam esta pressão na hierarquia do sistema de atividade do Pronaf Custeio. O resultado da contradição primária é que não ocorre a estruturação de Linha de Crédito Pronaf Custeio para agroecologia porquê os Pequenos Agricultores Familiares mobilizariam pequenos valores por operação financeira efetivada. Na análise histórica do objeto o P1-S5 cita pequenos valores entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00 como sendo as necessidades de operações para os praticantes da agroecologia que cultivam verduras.

A contradição primária é relativa à oferta creditícia que impõe a Central Cresol Baser e suas cooperativas de crédito o máximo da eficiência do seu processo produtivo para produzir mais dinheiro. Se a mercadoria especial dinheiro fosse investida para o desenvolvimento dos Pequenos Agricultores Familiares, ao nosso ver teríamos uma atividade¹¹⁸ direcionada para valor de uso. Porém ao investirem a

¹¹⁷ 5.2 ANÁLISE HISTÓRICA DO OBJETO.

¹¹⁸ Atividade é o conjunto de ações e operações.

mercadoria especial dinheiro, predominantemente pelo viés do pacote tecnológico (*comodities*, monoculturas, agrotóxicos, ASTEC) objetivando produzir mais dinheiro, temos uma atividade com ênfase no valor de troca. Os pares de trabalho das MIF N:5 problematiza que os gestores e assessores tem metas para liberar na Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR R\$ 24.000.000,00, porém com os cooperados Pequenos Agricultores Familiares conseguem operacionalizar pequenas frações do valor meta.

Se os cooperados agroecológicos que acessam pequenos valores (P1-S5 cita R\$ 1.200,00) geram custos e pouco contribuem para a meta financeira da Central Cresol Baser, os cooperados proprietários com áreas maiores propiciam aos gestores efetivarem as metas financeiras pois com estes operacionalizam frações maiores. Segundo o P1-S5 ocorre proibição da operacionalização de valores financeiros abaixo de R\$ 5.000,00 suficientemente para que sintam-se com sentimento de ser violado. É conflito crítico diretamente ligado ao crédito rural Pronaf Custeio e seu viés de valor de troca, priorizando cooperados com maiores áreas agrícolas, que propiciam operacionalizar valores monetários maiores como imposição do capital financeiro, legitimado por normas do Banco Central do Brasil e que chega até a rede de sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES.

Os conflitos críticos correlatos à contradição primária em um momento histórico que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso no contexto de pesquisa, é manifestado porquê o P1-S5 sendo Vice-Presidente da Cresol Singular tem entre seus cooperados um número significativo de praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia que tencionam. Deste modo o P1-S5 em sua função de Vice-presidente da Cresol Singular é quem tem que dizer “não” aos seus cem cooperados que demandam operações financeiras com singularidades conforme suas necessidades do uso da mercadoria especial dinheiro sem priorização da maximização do lucro, já que são agricultores praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. A maximização do lucro é atribuída ao cultivo da soja transgênica.

Outro conflito crítico que nos auxilia a sustentar que não ocorreu a priorização e como consequência não ocorreu a estruturação da Linha de Crédito para Pronaf Custeio agroecologia e agriculturas de base ecológica em geral é referente as operacionalizações do Pronaf custeio para a *comoditie* soja transgênica.

Na análise histórica do objeto citamos a sessão de MIF N: 3 UNICAFES PARANÁ em que o P1-S3 que viveu o processo desde as origens, sente-se culpado por ter que operacionalizar o crédito rural para o cultivo de transgênicos em detrimento da operacionalização do crédito rural aos agroecológicos.

Os conflitos críticos que descobrimos nas análises são devidos ao valor de troca da mercadoria especial dinheiro se sobrepôr ao valor de uso o que caracteriza a contradição primária que é interna a cada mercadoria. O desvio de rumo como consequência da contradição primária afetou de tal modo os indivíduos e seu coletivo ao ponto de não conseguirem priorizar e conseqüentemente de não conseguirem estruturar a Linha de Crédito Pronaf Custeio para agroecologia e para agriculturas de base ecológica que seria seu triunfo. Este é o motivo de que na ferramenta operacional Sistema Integrado de Crédito (SIC) não encontramos operações oficialmente descritas como Linha de Crédito Pronaf Custeio para agroecologia e para agriculturas de base ecológica.

A contradição primária conforme teoria gera contradições secundárias. Com estas reforçaremos a resposta da pergunta **Q3**.

7.4 CONTRADIÇÕES SECUNDÁRIAS: SUJEITO CONFRONTA REGRAS

Na análise histórica da ferramenta¹¹⁹ operacional e demais elementos das estruturas do Sistema de Atividade Fundo de Crédito Rotativo (passado) e Sistema de Atividade Pronaf Custeio (presente) contrastamos regras. As regras do Sistema de Atividade Fundo de Crédito Rotativo descrevemos como advindas das relações com agente financeiro do projeto exógeno conforme convênio com a *Misereor* e construídas internamente a organização ASSESOAR e coordenação de representação de movimentos de entidades. Já as regras do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser são advindas do Manual de Crédito Rural (MCR) bem como de regras construídas no interior da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES.

A análise elucida que o MCR codifica normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil. Também é nítida a Lei¹²⁰ que subordina os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema

¹¹⁹ 5.3 ANÁLISE HISTÓRICA DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA ATIVIDADE.

¹²⁰ MCR: CARTA-CIRCULAR nº 3.472 de 23.11.2010.

Nacional de Crédito Rural (SNCR). Na análise ainda destacamos que existe o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) subordina os beneficiários e as instituições financeiras.

A análise histórica do objeto cita o evento crítico Pronaf Custeio. É este evento que traz às **regras** advindas do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e que são seguidas no cotidiano de trabalho, mas que são confrontadas pelos **sujeitos** da comunidade cooperativa UNICAFES no momento das Mini Intervenções Formativas (MIF). É uma condição em que sujeito e regras estão em desacordo. As contradições secundárias são correlatas a segunda fase do ciclo de aprendizagem expansiva teórico (Transformação 1). Nas análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas constatamos a predominância da categoria duplo vínculo. Construímos 122 frases com a categoria duplo vínculo em que os pares de trabalho contrapõem seus pensamentos. A categoria duplo vínculo elucida que a situação contraditória dos sistemas de atividades da rede de sistemas de atividades UNICAFES esta agravada suficientemente para que os indivíduos e seu coletivo efetivem ações urgentes para superação.

Ainda que tenhamos identificado um grande número de manifestações discursivas de contradições dialéticas com características da categoria duplo vínculo pudemos identificar centralidade em temas e em unidades de opostos. A contradição secundária que marca às análises é relativa ao processo de demissão dos profissionais de **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)** das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser e terceirização da Assistência Técnica (ASTEC) exigida pelo Manual de Crédito Rural (MCR). Com as normas advindas do MCR que impõem ASTEC como procedimento burocrático e com as normas internas da Central Cresol Baser que assume a demissão dos profissionais de ATER, temos uma descaracterização do que é ATER, ao ponto desta receber comumente ao longo das sessões das MIF tratamento irônico como no caso da expressão ATER Invisível e ATER Buro. É um caso em que a contradição provoca redução máxima dos serviços de ATER objetivando reduzir ao máximo os custos do processo produtivo que objetiva ampliar a mercadoria especial dinheiro que chega a comunidade cooperativa como Pronaf Custeio. Todavia não há concordância entre os sujeitos e as regras no que se refere a demissão dos profissionais de ATER e terceirização da ASTEC burocrática.

Na análise da sessão de MIF N: 1 o tema Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é extremamente e justificadamente polarizado pelos pares. A situação agravada manifestada pelo par de trabalho é quanto a ASTEC não ir na propriedade agrícola dos cooperados para elaboração dos Planos de Crédito/projetos e efetivação dos laudos. A regra como lei impõe que o técnico operador deve ir três vezes até o local da aplicação dos recursos financeiros do Pronaf Custeio. Esta regra é afrontada pelos técnicos operadores, pois seguir rigorosamente às regras implicaria em inviabilidade financeira especialmente quando de operações do Pronaf Custeio com pequenos valores. Este é um motivo que dificulta ainda mais a estruturação de uma Linha de Crédito específica para agroecologia e agriculturas de base ecológica. A regra ditada por lei não resolve o problema de quem pagará a conta do operador de ASTEC e muito menos de um profissional de ATER.

A análise das manifestações discursivas de contradições dialéticas da MIF N: 1 INFOCOS é exemplo de um par de trabalho colaborador que escrutina a sigla ATER e a define com dois pólos antagônicos coexistindo na rede de sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Em um pólo alocam a ATER burocrática. Esta segue as normas do Manual de Crédito Rural (MCR) que já estão parametrizadas na ferramenta operacional Sistema Integrado de Crédito (SIC). O par de trabalho critica este ATER burocrático que efetiva a liberação do crédito rural sem discussão preliminar com os cooperados. Noutra pólo alocam sua criação que consiste no ATER Estratégico. Esta é idealizada como processo de formação aos cooperados e agiria antes de liberar o crédito rural. Suas ações¹²¹ aprofundariam o tema agroecologia, pequenas agroindústrias e unidades de referências. A contradição primária que gerou polarização em todos os elementos da estrutura triangular dos sistemas de atividades sugere sempre dois caminhos. O caminho do ATER Burocrático ou ASTEC é respaldado pelas leis do SNCR, enquanto as regras do ATER Estratégico são algo a ser construído no interior da comunidade cooperativa. Não havendo regras internas que suportem o ATER Estratégico não há condições de priorizar e estruturar uma Linha de Crédito para custear a agroecologia e as agriculturas de base ecológica.

¹²¹ O detalhamento está em 6.1 IDENTIFICAÇÃO DE AÇÃO AGENTIVA NA MIF 1.

Na análise que trata das regras destacamos que a legislação rege a operacionalização dos recursos financeiros para agroecologia. Perante a Lei a assistência técnica definida como elaboração de plano simples ou projeto técnico e orientação técnica em nível de imóvel são obrigatórias para operacionalização de recursos financeiros destinados a agroecologia. Ainda consta na Lei que o plano simples ou projeto técnico deverá conter declaração do técnico responsável por sua elaboração de que foram observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Neste caso as leis são claras quanto ao seu poder de subordinação. Porém não há disponibilidade de recursos financeiros para remuneração de profissionais de ATER com formação para orientarem Pequenos Agricultores Familiares em seus projetos agroecológicos em nível de imóvel. A subordinação da Lei é nítida, mas a origem do dinheiro para efetivar ATER em nível de imóvel é uma incógnita. Tal fato é limitante para estruturar

Em termos da construção de regras internas que dariam suporte ao ATER Estratégico que por sua vez estruturaria uma Linha de Crédito para agroecologia e agriculturas de base ecológica temos pensamentos opostos. Um pensamento defende o ATER Estratégico como investimento que culmina na redução da inadimplência e outro pensamento é daqueles que entendem o ATER Estratégico como custos, aumento de serviços e maior carga de trabalho. Ainda quanto ao tema ATER as análises das MIF demonstram que não há uma regra interna que obrigue o ramo de crédito da comunidade cooperativa a cooperar com o ramo ATER representado pela CENATER. Este fato é confirmado com manifestações discursivas de contradições dialéticas que problematizam a ASTEC¹²² contratada pelo menor valor de mercado ao invés de contratar o ATER cooperativo que é ramo da UNICAFES.

Outro tema que destacamos é o modelo organizativo da Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares. As mudanças drásticas de conduta criticadas pelos pares de trabalho colaboradores das MIF revelam um cooperativismo de crédito sem diferencial relativamente aos agentes financeiros em geral. O modelo organizativo está questionado por ter dificuldades de acionar os cooperados para serem sujeitos na construção das regras. A priorização das tarefas padrão

¹²² Para os pares de trabalho das MIF a ASTEC do MCR é parte do pacote tecnológico.

obrigatórias por Lei geram uma hierarquia interna que dificulta e/ou impede que os cooperados participem da construção das regras e tomada de decisões. A análise da sessão de MIF N:1 INFOCOS elucida que propunham construir um modelo cooperativo de crédito rural com tomada de decisão dos cooperados devidamente instrumentalizados por meio de formação para discutirem o crédito rural como instrumento de desenvolvimento. Todavia o modelo que vigora segue uma hierarquia. O nível superior da hierarquia acata as decisões do Banco Central do Brasil e implanta no seu sistema de atividade. As regras padrão chegam na Rede de Sistemas de Atividades da UNICAFES subordinando-a. Ainda que os sujeitos afrontem as regras, os pares de trabalho criticam a aceitação das regras que os faz caminhar para um modelo cooperativo sem diferencial. É um modelo cooperativo que almeja aspectos socioeconômicos que todavia está inserido em um sistema econômico.

A subordinação as leis gera críticas quanto a finalidade social da Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares. A finalidade no que se refere aos recursos financeiros é a de gerar riquezas aos cooperados, entretanto, os recursos financeiros passam pela Central Cresol Baser e chegam as grandes empresas que vendem agrotóxicos. O par de trabalho da MIF N: 1 problematiza que a oferta creditícia facilitada pela política pública provoca endividamento dos cooperados. Para o par de trabalho as Cresóis Singulares recebem os cooperados, concedem o crédito rural conforme as regras padrão do MCR, limitam a relação com os cooperados e cobram inadimplência com advogados. Para o par de trabalho a finalidade social da instituição socioeconômica deveria priorizar formação, orientação técnica para produção agrícola e fortalecimento dos cooperados. Ao nosso ver a contradição secundária faz com que o cooperado seja concebido como cliente que deve ser atendido por tarefas padrões previstas em Lei do MCR.

As análises em geral descobrem dois pensamentos quanto a finalidade social. Um pensamento é que a Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares são tal qual um Banco e deve trabalhar na lógica bancária aceitando as regras que chegam com força de Lei. Outro pensamento é que a Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares são um modelo cooperativo solidário e por isto deve contemplar a agroecologia e a questão ambiental na construção de regras próprias. Todavia as manifestações discursivas de contradições dialéticas da sessão de MIF N: 1 INFOCOS elucidam que não há capacidade da comunidade cooperativa (UNICAFES

e seus vários ramos) intervir para modificar as regras do crédito rural para que este possa financiar um modelo de agricultura alternativa¹²³ ou agricultura mais sustentável.

As regras que subordinam os sujeitos também estão parametrizadas no Sistema Integrado de Crédito (SIC) que é ferramenta interna da Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares. Destacamos as normas do zoneamento agrícola. É evidente nas manifestações discursivas de contradições dialéticas o confronto entre sujeito e regras. Porém as normas parametrizadas na ferramenta SIC direcionam os operadores, que por suas vez direcionam os agricultores a seguirem tecnologias conforme paradigma¹²⁴. Este é impositivo quanto aos procedimentos tecnológicos produtivos (Ex: período das semeaduras) e burocráticos (Ex: notas fiscais). Para os colaboradores da MIF N:1 isto dificulta o financiamento da agroecologia que conforme princípios é construída pela cultura local que não obrigatoriamente é determinada pelo paradigma predominante das ciências agrárias.

As análises demonstram que os sujeitos insistem historicamente mas não conseguem suprir duas necessidades interpretadas por eles como essenciais aos Pequenos Agricultores Familiares: i) a necessidade de linha de crédito para custear atividades diversificadas dos praticantes da agroecologia e agriculturas de base ecológica em geral e; ii) a necessidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que efetivamente trabalhe processos de formação que os conduzam ao uso do crédito rural para desenvolvimento¹²⁵ econômico ao invés de crescimento econômico.

Como já apresentado e discutido, identificamos com a metodologia de análise de discursos 231 questões retóricas em 420 minutos de videografias. A frequência média igual a 0,55 equivale aos pares de trabalho terem articulado aproximadamente duas questões retóricas a cada minuto. Deste modo considerando as sete sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) a predominância foi da categoria duplo vínculo. Com esta categoria construímos 122 frases com pensamentos opostos. O que afirmamos aqui é que os sujeitos (pares de trabalho colaboradores das MIF) estão vinculados tanto às regras internas da rede de

¹²³ Mantemos a expressão idiomática da manifestação discursiva. Interpretamos a palavra alternativa como equivalente a agroecologia.

¹²⁴ Kuhn, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. Editora Perspectiva, SP. 1998.

¹²⁵ Desenvolvimento: conceito resultante da crítica ao crescimento econômico medido por Produto Interno Bruto conforme Hathaway e Boff (2012).

sistemas de atividades UNICAFES e cultura local quanto estão vinculados às regras advindas do Manual de Crédito Rural (MCR) e da cultura geral que segue o paradigma predominante no momento histórico. Assim as análises reforçam as noções de duplo vínculo no que se refere aos sujeitos apanharem dos dois lados. Quando priorizam as tarefas padrão do MCR apanham em uma face e quando tentam priorizar tarefas para suprirem necessidades locais apanham na outra face.

Estes desacordos entre sujeitos e regras (contradições secundárias) que identificamos ao longo das sete sessões de MIF são devidos aos sujeitos perseguirem um objeto polarizado como discutido em contradição primária (valor de uso e valor de troca).

Retomamos a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para enfatizarmos o objeto polarizado no que se refere às regras. Um pólo do objeto exige dos sujeitos ações e operações conforme normas do Manual de Crédito Rural (MCR) advindas do Banco Central do Brasil. Os sujeitos efetivam o que é padrão simplificando ao máximo para reduzir custos, logo, adotam a Assistência Técnica (ASTEAC). Outro pólo do objeto requer ações e operações geradas pelos sentidos dos sujeitos que tem história de vida na comunidade cooperativa, logo, insistem em organizar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Esta é antagônica ao reducionismo das ações previstas por burocratas que elaboram a legislação do crédito rural brasileiro. Estes promovem a Assistência Técnica (ASTEAC) com objetivo reducionista de fiscalização da aplicação financeira da mercadoria especial dinheiro.

A seguir comentamos a figura 7.2 Contradições secundárias Central Cresol Baser na Rede UNICAFES:

a) A figura representa o objeto com dois pólos requerendo ações e/ou operações. Na esquerda alocamos o **pólo financeiro do objeto/valor de troca**. Este pólo requer: i) intensificação da operacionalização da mercadoria especial dinheiro, não necessariamente com ampliação do número de operações do crédito rural; ii) priorização da demanda de clientes com áreas agrícolas maiores para produção de *comodities* com destaque para soja transgênica; iii) apenas ASTEAC prevista em Lei como tarefa rotineira do Manual de Crédito Rural (MCR); iv) demissão de profissionais de ATER internos e; v) terceirização das operações de ASTEAC do crédito rural incluindo do Pronaf Custeio. Na direita alocamos o **pólo socioeconômico do objeto/valor de uso**. Este requer: ações e operações

conforme necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares quanto ao crédito rural e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para suas singularidades, tais como agriculturas de base ecológica e agroecologia. Antagônicos desde sua origem conforme a contradição primária resultante do evento crítico implantação do Pronaf Custeio com sua própria legislação na cultura organizativa local, cada qual dos pólos exige dos trabalhadores ações e operações que se antagonizam negando uma a outra e vice-versa. A contradição secundária entre sujeito e regras e seus pólos do objeto representamos pela figura do raio que os separa;

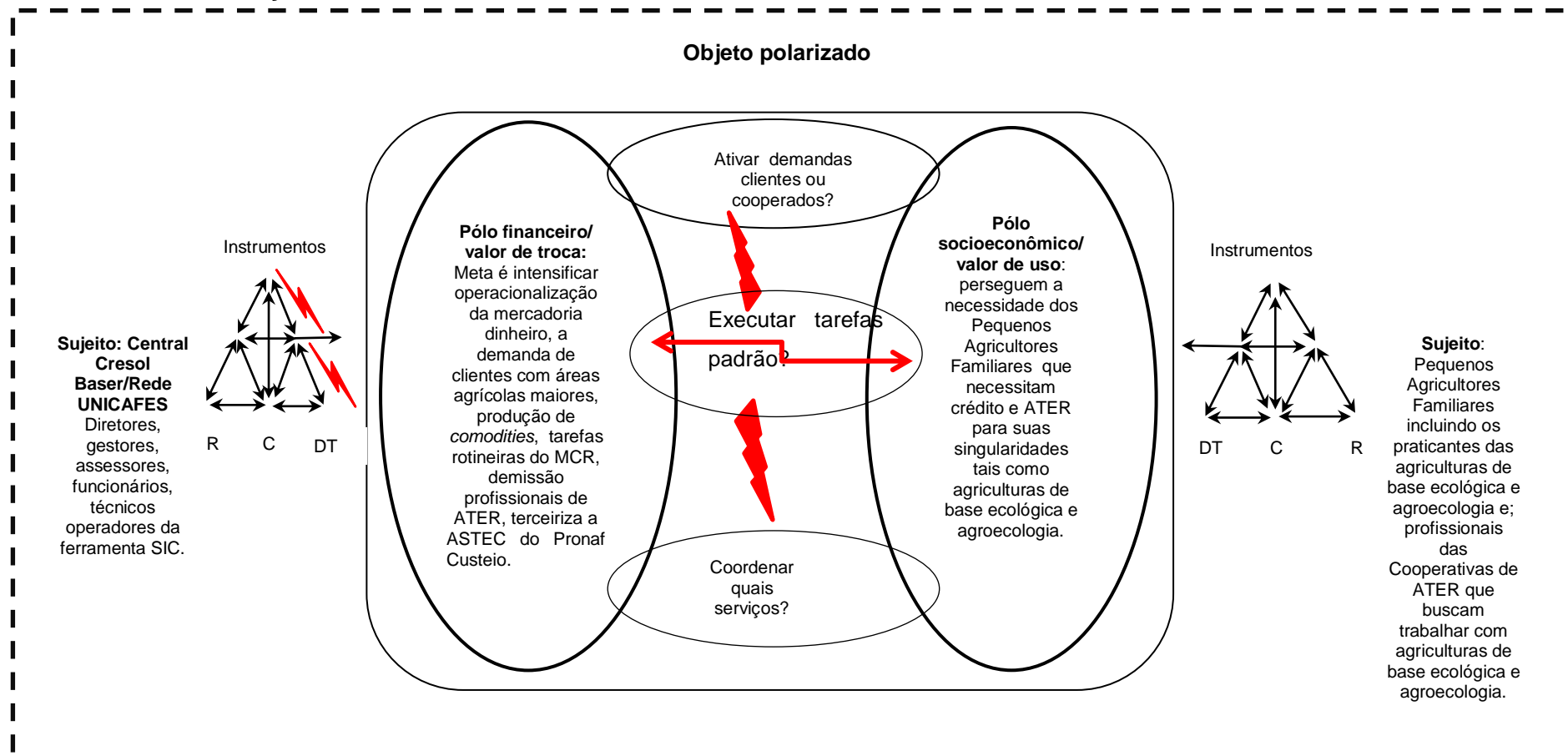
b) Na figura representamos sujeitos polarizados. Caracterizamos o sujeito(s) por dualidade(s) no que se refere as regras antagônicas nele(s) incrustadas. Do lado esquerdo da figura representamos o **Sujeito Central Cresol Baser/Rede UNICAFES** como o pensamento¹²⁶ dos diretores, gestores, assessores, funcionários e operadores da ferramenta SIC, motivado e/ou subordinado pelo **pólo financeiro do objeto/valor de troca**. Do lado direito da figura representamos o **Sujeito** como pensamento dos Pequenos Agricultores Familiares incluindo os praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia e; dos profissionais das Cooperativas de ATER que buscam trabalhar com agriculturas de base ecológica e agroecologia. Estes perseguem como um grupo de caça o pólo **socioeconômico do objeto/valor de uso**. As regras (construídas internamente) e legislação que subordina os sujeitos equivalem a pensamentos opostos em confronto;

c) Na figura com os raios representamos que o sujeito está subordinado a tarefa padrão do MCR e fica confuso (Contradição) quanto a efetivar ações e operações dirigidas a um pólo ou ao outro pólo (Ativar demandas dos clientes ou cooperados? Coordenar quais serviços?) Quando o sujeito prioriza as tarefas rotineiras, por estar subordinado por força de Lei, imediatamente sofre um choque por negar a demanda do sujeito Pequeno Agricultor Familiar que é sua motivação social para construir a Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES. Porém quando o sujeito nega as tarefas padrão (Ações e operações) previstas no MCR sofre um choque com a força da Lei com punições previstas. Deste modo representamos na figura que ao agirem

¹²⁶ Conforme nossas análises o mesmo indivíduo por estar em contradição pode perseguir em um período ou episódio um dos pólos e no outro período ou episódio perseguir outro pólo. Isto é relativo a divisão do trabalho que o indivíduo assume na comunidade cooperativa, bem como à sua subordinação as Leis que regem o crédito rural.

perseguindo o objeto polarizado (Pólo financeiro e Pólo socioeconômico) os sujeitos apanham dos dois lados, pois sempre negarão um dos pólos. Apanhar dos dois lados é a característica evidenciada em nossas análises com o conceito da categoria duplo vínculo. Ao apanharem dos dois lados não é mais possível postergar às necessidades de transformações. São as contradições que impelem os pares de trabalho colaboradores das MIF a construir novos modelos e/ou as ações agentivas que identificamos em nossas análises. Segue a figura do sujeito em confronto com regras:

FIGURA 7.2 - CONTRADIÇÕES SECUNDÁRIAS REDE UNICAFES.



FONTE: o autor.

NOTA: Particularização a partir de ENGSTRÖM & SANNINO (2011).

Finalizamos a resposta da questão Q3 comentando que construir uma Linha de Crédito para custear agroecologia e agriculturas de base ecológica afronta a essência das legislações¹²⁷ que vincularam a remuneração dos técnicos operadores da ASTEC ao orçamento dos Planos de Crédito objetivando venda casada de agrotóxicos na rede global de sistemas de atividades construídos pela sociedade humana.

7.5 FERRAMENTA DIRECIONADORA

Na **Q4** perguntamos se a ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) que operacionaliza o Pronaf Custeio sofreu transformações adequadas para financiar os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. Objetivamos identificar a ferramenta que supostamente mediará a relação entre organização de crédito rural e organizações de Assistência Técnica, verificando possíveis transformações pelo uso cotidiano dos trabalhadores da história local.

Na análise histórica da ferramenta¹²⁸ contrastamos o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) e o Pronaf Custeio da Central Cresol Baser como sendo sistemas de atividades de períodos distintos. Todavia sustentamos o primeiro como preconizador do segundo. Tanto um como outro interpretamos como modelos/ferramentas com características particulares definidas por regras advindas de suas relações. A análise demonstra que o FCR tem suas origens nas relações entre ASSESOAR e *Misereor* enquanto Pronaf Custeio da Central Cresol Baser tem suas origens nas relações entre ASSESOAR e Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Do ponto de vista tecnológico o FCR efetivado na década de 1980 e 1990 foi uma ferramenta rudimentar em que os Pequenos Agricultores Familiares se valeram de sua cultura local de cultivadores de milho para cálculos básicos da devolução do valor financeiro emprestado. Os cálculos assumiam como parâmetro a relação valor tomado emprestado/quantidade de sacas de milho. Todavia a ferramenta operacional do Pronaf Custeio da Central Cresol Baser atual (2015) é correlata ao capitalismo de

¹²⁷ Interpretamos a legislação como dispositivo que foi parametrizado na ferramenta Sistema Integrado de crédito (SIC) da Central Cresol Baser. dispositivo é “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 364 grifo nosso).

¹²⁸ 5.3.1.1 Ferramenta operacional; 5.3.2.1 Ferramenta operacional.

alta tecnologia descrito por Miettinen (2009). As transformações da ferramenta/modelo quando contrastados dois períodos históricos de um longo ciclo de aprendizagem são evidentes. Conforme análise da ferramenta os trabalhadores iniciaram com uma forma rudimentar de contagem numérica de valores financeiros com parâmetros na cultura local do cultivo de milho, passaram por planilhas eletrônicas e chegaram a uma ferramenta sofisticada que é o Sistema Integrado de Crédito (SIC), que recebeu dispositivo de coordenadas geodésicas (SIC MOB). Ainda as análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas da categoria dilema como lente evidenciou que os trabalhadores (pares de trabalho das MIF) constroem acordos quanto a adoção do sensoriamento remoto com imagens de satélite. Assim a análise sustenta que os trabalhadores transformaram a ferramenta de uso cotidiano ao longo dos anos conforme teoria desenvolvida a partir de Vigotski e descrita por Scribner (1997). Concordamos que as transformações da ferramenta têm direcionalidade. Entretanto questionamos se tais transformações são adequadas para financiar os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia.

A ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) está em transformação conforme a evolução tecnológica em geral. Os trabalhadores do ambiente empírico a utilizam e a transformam habilmente conforme o objeto que a comunidade cooperativa UNICAFES persegue. O que destacamos com as análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas é que a comunidade cooperativa UNICAFES existe historicamente em contradição. Isto equivale a afirmarmos que pensamentos opostos implicam em transformar a ferramenta para um objeto polarizado. Como já descrito um pólo do objeto é socioeconômico e o outro é financeiro. As transformações que a ferramenta sofre comumente objetivam aumento da produtividade do trabalho no que se refere a operacionalização de maiores quantidades de recursos financeiros e redução de custos operacionais.

Considerando o ciclo longo de aprendizagem e na medida que a ferramenta SIC encarna transformações ocorre redução da relação dialética entre cooperados (agricultores familiares em geral) e profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e/ou de apenas Assistência Técnica (ASTEC). Deste modo nossas análises sustentam a insuficiência das transformações tecnológicas da cultura local para suprir os problemas extremamente criticados na Rede de Sistemas de Atividades da UNICAFES. As transformações da ferramenta não são adequadas

para financiar os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. A ferramenta SIC por estar subordinada a legislação do SNCR é parametrizada de modo a seguir o modelo criticado da modernização conservadora da agricultura. As transformações são disputadas no interior da comunidade cooperativa UNICAFES. As análises de identificação das ações agentivas¹²⁹ confirmaram transformações da ferramenta sugerindo dois caminhos conforme pensamentos opostos.

Quando os técnicos operadores chegaram no extremo de fazerem Planos de Crédito no escritório na relação de 1 técnico para 500 operações do Pronaf Custeio, a ferramenta foi transformada e veio a ser o SIC MOB com coordenada geodésica objetivando restringir a relação 1/500. A restrição gera conflitos, o que remete a transformarem e/ou substituírem o recém chegado SIC MOB para uma ferramenta ainda mais sofisticada que é o sensoriamento remoto. Não há dúvidas quanto a evolução da ferramenta no cotidiano do trabalho. Para nós interessa se a ferramenta evoluiu para suprir as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares ao ponto de modificarem o uso do crédito rural quando comparado com o modelo da modernização conservadora da agricultura.

As transformações da ferramenta visando adequá-la para financiar Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia não foram suficientes para abranger escala. Transformações do SIC para aceitar recomendação técnica da cama-de-aviário não abrange escala até então. Porém em nossos dados numéricos apresentados ainda nos dados preliminares é nítida a adequação da ferramenta SIC para o cultivo de soja transgênica . Os pares de trabalho das MIF criticam o cultivo de soja transgênico por este inviabilizar minifúndios.

As análises sustentam que as transformações da ferramenta SIC do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser não são suficientes para efetivar o uso do crédito rural idealizado no passado e que viria a suprir as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares. Pelo contrário às transformações da ferramenta direcionam o conjunto de trabalhadores subordinando-os conforme regras do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). As regras do SNCR contém os significados da modernização conservadora da

¹²⁹ 6 ANÁLISES DA CRIAÇÃO E EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES AGENTIVAS.

agricultura. A ferramenta do crédito rural SIC e suas transformações mediam relações entre níveis de hierarquia¹³⁰. No geral os trabalhadores transformam a ferramenta subordinados por força de Lei que os direciona e os domina como força-de-trabalho à serviço da ampliação do capital financeiro. As transformações da ferramenta não afetam somente os trabalhadores do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. As análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas das MIF sustentam que todos¹³¹ os trabalhadores da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES são afetados pelas transformações da ferramenta.

7.6 ABISMO ENTRE PEQUENO AGRICULTOR E CRÉDITO: PORQUÊ?

Com a pergunta **Q5** (Abismo entre Pequenos Agricultores Familiares e crédito: porquê?) objetivamos conhecer o problema no interior de um ambiente empírico que operacionaliza o crédito rural.

Os dados extraídos da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) não apresentaram nenhum (zero) caso de acionamento de linha de crédito Pronaf Custeio Agroecologia todavia apresentaram dez casos de Pronaf Investimento Agroecologia. Não havendo operacionalizações de linha de crédito específica Pronaf Custeio Agroecologia e/ou agriculturas de base ecológica em geral no Sistema Integrado de Crédito (SIC) da Central Cresol Baser explicitamos que o abismo existe no ambiente empírico de pesquisa. Ao consultarmos a ferramenta SIC da Central Cresol Baser vimos um cenário total de suas operações no território nacional. Todavia aprofundamos o tema localmente na Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR realizando a sessão de Mini Intervenção Formativa N: 5. Nesta, as manifestações discursivas de contradições dialéticas mostrando polarizações foram articuladas em frases por dois Pequenos Agricultores Familiares que desempenham funções administrativas (Diretores) simultaneamente às suas atividades agrícolas em suas pequenas propriedades. São sócio-fundadores do Sistema Cresol e que tem convívio com as agriculturas de base ecológica e agroecologia, bem como com

¹³⁰ Na FIGURA 4.1 - FLUXO FINANCEIRO SAFRA 2013/2014 demonstramos que existe uma hierarquia condicionada pelas frações de recursos financeiros. O nível inferior da hierarquia (LEONTIEV, 1978) recebe as menores frações.

¹³¹ Também é nítido que os operadores terceirizados são subordinados, mediados e direcionados pela ferramenta SIC e suas transformações.

os Fundos de Crédito Rotativo preconizadores de sua Cresol Singular. Suas manifestações discursivas de contradições dialéticas ilustram o não acionamento de operações de crédito rural específico para Pronaf Custeio Agroecologia em um período de vinte anos. Suas histórias de vida alcançam desde os Fundos de Crédito Rotativo até as operações do Pronaf Custeio em 2015 quando colaboraram com a MIF N: 5.

A análise da N: 5 evidencia a taxa de juros como desmotivadora para os Pequenos Agricultores Familiares buscarem crédito específico para custear agriculturas de base ecológica e agroecologia. O par de trabalho colaborador aponta como motivo de seus cooperados Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecológica não efetivarem operações específicas da Linha de crédito Pronaf Custeio Agroecologia por esta não ter diferencial na taxa de juros e por ter dificultadores como a apresentação de documentos comprobatórios de suas práticas. Porém as manifestações discursivas de contradições dialéticas elucidam que ocorrem operacionalizações do Pronaf Custeio normal em pequena escala para Pequenos Agricultores Familiares e com restrições quanto ao acionamento do seguro agrícola PROAGRO.

O aprofundamento da análise da MIF N: 5 conciliada a análise histórica do objeto que confirma desvio de rumo sujeito-objeto coloca a taxa de juros e as exigências documentais como sendo demasiadas superficiais para explanarmos quanto ao porquê do abismo. Ao aprofundarmos o tema surgem manifestações discursivas de contradições dialéticas que situam a comunidade cooperativa UNICAFES como organização socioeconômica que todavia está envolvida com o sistema econômico. É o sistema econômico e suas tendência financeirista que força a Central Cresol Baser e suas cooperativas de crédito singulares a priorizarem operações financeiras de maiores volumes de dinheiro para que consigam se sustentar financeiramente em um mercado competitivo. Esta situação é descrita na análise da N: 5 em que o par de trabalho critica e problematiza que sua organização caminha para algo que lhes gera insatisfações. Para o par de trabalho o caminho que seguem prioriza aspectos financeiros em detrimento das demandas de Pequenos Agricultores Familiares que foram ou que ainda são cooperados. Suas questões retóricas que confirmam duplo vínculo, demonstram que apanham dos dois lados. Se priorizarem os Pequenos Agricultores Familiares apanham dos gestores, porém se não priorizarem os Pequenos Agricultores Familiares apanham destes, e

de si mesmo, pois teriam que negar o crédito para si mesmos, pois também são diretores proprietários de minifúndios. As análises sustentam que são os próprios Pequenos Agricultores Familiares devido a sua existência contraditória como gestores do Pronaf Custeio que colaboram com o abismo pertinente a pergunta Q 5. Também sustentam que o abismo não é pelo fato dos cooperados serem ou não serem praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia, mas sim por não terem condições de acionarem operações financeiras com maiores valores. As análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas noz dizem que as metas dos gestores (agricultores) e assessores (técnicos administrativos) de liberar na Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR vinte e quatro milhões de reais é que essencialmente tornam os cooperados Pequenos Agricultores Familiares como não interessantes.

Deste modo temos uma polarização. Se antagonizam na comunidade cooperativa os pensamentos dos Pequenos Agricultores Familiares proprietários de minifúndios com os Agricultores Familiares proprietários de áreas agrícolas maiores, que em geral se viabilizam financeiramente com a produção de soja transgênica. Esta polarização gera cálculos para definição de valores mínimos a serem operacionalizados. Estes referenciam a tomada de decisões. As análises das sete MIF contêm manifestações discursivas de contradições dialéticas que sustentam a não viabilidade financeira do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser no caso de priorizarem cooperados agroecológicos que fazem uso de pequenos valores (Ex: R\$ 1.200,00) que não cobrem custos, e pouco contribuem para a meta financeira. Entretanto é possível a priorização dos Agricultores Familiares proprietários de áreas agrícolas maiores por estes viabilizarem financeiramente (Ex: R\$ 200.000,00) o Sistema de Atividades Pronaf Custeio da Central Cresol Baser.

A polarização é exemplificada pelo P1-S5 que conflita por viver em tensão. Está evidentemente pressionado por hierarquia do Sistema de Atividade para operacionalizar valores máximos de duzentos mil reais para áreas de cento e vinte e poucos hectares. Mas como poderia negar os cooperados com necessidades de operações financeiras com menos de cinco mil reais. Ainda que conflite, no momento da MIF N: 5 estava subordinado pela hierarquia que o impedia de proceder conforme seus sentidos de Pequeno Agricultor Familiar operacionalizando crédito para outros Pequenos Agricultores Familiares. Este impedimento não é resultante de

uma simples decisão da hierarquia do nível superior de P1-S5 que privilegia cooperados com áreas agrícolas maiores. O impedimento é resultante da contradição primária que está instalada no Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Ainda que este tenha sido fundado com princípios voltados às necessidades socioeconômicas dos Pequenos Agricultores Familiares não deixa de ser uma organização inserida no sistema econômico. Logo é obrigada a responder aos aspectos¹³² do capital financeiro que toma emprestado para ceder em empréstimo aos seus cooperados.

As análises elucidam que o abismo entre Pequenos Agricultores Familiares e crédito rural é devido aos aspectos financeiros do Sistema de Atividade da Central Cresol Baser e suas cooperativas singulares. A operacionalização do Pronaf Custeio exige ASTEC que é buscada no mercado e/ou no ramo ATER da comunidade cooperativa UNICAFES. Em ambos os casos confirmamos manifestações discursivas de contradições dialéticas que explicitam a inviabilidade/viabilidade financeira diretamente proporcional ao tamanho da área agrícola financiada e valor a ser operacionalizado. Isto se torna nítido também quando investigamos à Assistência Técnica (ASTEC) definida como obrigatoriedade da norma legal contida no Manual de Crédito Rural (MCR).

A inviabilidade financeira da ASTEC é relevante principalmente para a não operacionalização do crédito rural Pronaf Custeio Agroecologia. Os praticantes da agroecologia são os que vivem nas menores áreas agrícolas. Conforme já comentado na contradição secundária (sujeito confronta regras) a Lei obriga orientação técnica em nível de imóvel para operacionalização de recursos financeiros destinados a agroecologia. Entretanto confirmamos que a ASTEC que está vinculada aos orçamentos dos Planos de Crédito não se viabiliza financeiramente para efetivar orientação técnica em nível de imóvel. Como não há recursos financeiros para efetivação nem¹³³ mesmo de uma ASTEC burocrática o abismo entre crédito rural e Pequenos Agricultores Familiares é evidente mesmo em uma comunidade cooperativa com ramo de crédito rural já á vinte anos. As análises com constatações das questões retóricas e categoria duplo vínculo sustentam que a

¹³² Taxa de juros da mercadoria especial dinheiro que toma emprestado, custos operacionais, salários dos diretores e funcionários, manutenção e ampliação da estrutura física.

¹³³ A Lei obriga efetivação de três visitas em nível de imóvel para o Pronaf Custeio em geral (Laudos de plantio, floração, colheita). Os pares de trabalho das MIF problematizam que ocorre no máximo uma e que na maioria dos casos virou trabalho de escritório.

solução para este abismo evidentemente não foi ainda construída historicamente. Os pares de trabalho questionam o como fazer para resolver a situação que é agravada ao longo dos anos. Na análise da sessão de MIF N: 2 a viabilidade financeira da Assistência Técnica (ASTE) prevista em lei é alcançada quando o Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser efetiva operações de crédito acima de trinta mil reais (R\$ 30.000,00). A grosso modo no ambiente empírico estudado interpretamos que os Pequenos Agricultores Familiares que necessitariam de valores abaixo dos trinta mil reais é que já foram ou serão colocados pelo crédito rural do outro lado do abismo.

A análise da MIF N: 5 por si responde o porquê da Q5. Entretanto as análises das demais sessões também são relevantes para respondermos detalhadamente a pergunta. Antes de tudo elucidamos que não é possível generalizarmos agroecologia e agriculturas de base ecológica em uma só palavra. Isto camuflaria um conflito histórico entre pensamentos antagônicos. A agroecologia faz parte de um pensamento enquanto às agriculturas¹³⁴ de base ecológica em geral fazem parte de outro pensamento. Qual delas dialoga na comunidade cooperativa com o crédito rural e abre possibilidade para construir uma linha de crédito oficial esverdeada?

As análises das sete sessões sustentam que o pensamento agroecológico têm maiores dificuldades de dialogar com o crédito rural do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Na MIF N: 2 o par de trabalho em contradição¹³⁵ que ocorre um processo de exclusão dos agroecológicos. O motivador da exclusão é dúbio. Por um lado se contradizem atribuindo aos agroecológicos um comportamento de auto-flagelação. Neste pensamento, iluminado por crença de seu livre arbítrio o par de trabalho colaborador da MIF atribui ao próprio sujeito a responsabilidade de sua exclusão. Utilizaram a expressão auto-isolando. Por outro lado se contradizem argumentando que são os próprios técnicos e as Cresóis Singulares que contribuem com o isolamento dos Pequenos Agricultores Familiares praticantes da agroecologia.

¹³⁴ Generalizamos como agriculturas de base ecológica àquelas que estão citadas na legislação de agricultura orgânica brasileira, todavia reconhecemos a importância da singularidade de todas as escolas que englobamos na expressão idiomática.

¹³⁵ Evidentemente se manifestaram conforme a categoria dilema, pois é a dúvida e a hesitação que caracteriza esta categoria.

As análises sustentam que quando Pequenos Agricultores Familiares praticantes da agroecologia acionam operações de crédito não viabilizam financeiramente e simultaneamente tanto os custos do trabalho de técnicos operadores quanto os custos dos trabalhos internos das Cresóis Singulares e da Central Cresol Baser. Esta é a raiz principal do abismo entre Pequenos Agricultores Familiares e o crédito rural. Há uma particularidade no que se refere aos Pequenos Agricultores Familiares agroecológicos. Estes não objetivam efetivamente acionarem operações de crédito rural para consumirem maiores quantidades de insumos agrícolas mesmo que sejam aceitos pelas legislações da agricultura orgânica brasileira. Eis aí o motivo principal que os torna pouco atraentes para os olhares dos gestores e assessores do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser que está submetido aos agentes financeiros que lhes emprestou valores financeiros como uma mercadoria especial dinheiro. Os Pequenos Agricultores Familiares Agroecológicos não são vistos como clientes em potencial, no que se refere a gastar dinheiro do crédito rural de custeio com insumos. E também não são vistos como produtores de mercadoria¹³⁶ por produzirem alimentos em menores quantidades valendo-se de tecnologias que utilizam pequenas proporções de insumos advindos do ambiente externo aos seus sistemas agrícolas. O pensamento agroecológico que sofre antagonismo do pensamento dos gestores e assessores do crédito rural é correlato a lógica da agricultura camponesa descrito na análise histórica dos conceitos¹³⁷. Há uma concordância entre os indivíduos da sessão de MIF N: 2 quanto aos Pequenos Agricultores Familiares agroecológicos serem algo de um período passado da história da comunidade cooperativa.

Agora o pensamento que identificamos como Agroecológico Profissional está em diálogo com o crédito rural do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Este abarca agriculturas de base ecológica e aceita os Pequenos Agricultores Familiares consumindo insumos agrícolas, descritos na Lei de agricultura orgânica, objetivando a produção de uma mercadoria alimento a ser comercializada conforme noções de cadeia produtiva. O pensamento do Agroecológico Profissional aceita como orientação técnica em nível de imóvel o

¹³⁶ Para ver as manifestações discursivas de contradições dialéticas consultar 4.2.4 Análise das polarizações MIF 2.

¹³⁷ 5.1.1 Campesinato.

processo de conversão¹³⁸. Seriam os próprios técnicos que hoje (2015) realizam a ASTEC burocrática que orientariam os cooperados para a substituição de insumos, reduzindo impactos ambientais sem comprometer a viabilidade financeira dos cooperados e deles mesmos. Neste caso os técnicos se viabilizam pela prescrição de insumos aceitos pela legislação da agricultura orgânica. Não havendo a negação do uso dos insumos agrícolas não há a negação do uso do crédito para custeio. É isto que mantém o dialogo entre as partes. O pensamento Agroecológico Profissional é correlato a lógica da agricultura familiar¹³⁹ que aceita a maximização do lucro e da renda e não nega a necessidade de produzir mercadorias que além do valor de uso também tenha valor de troca conforme descrito na análise histórica dos conceitos.

As análises da MIF N: 6 exemplificam o conflito entre os dois pensamentos. O pensamento dos agroecológicos e dos praticantes de agriculturas de base ecológica. O par de trabalho confronta a proposta de Pequenos Agricultores Familiares praticantes da agroecologia focados nas noções de sistemas agrícolas e produzindo sem escala para comercializar local com a proposta Pequenos Agricultores Familiares focados nas noções de cadeias produtivas produzindo em escala para comercializar plenamente integrados ao mercado do sistema econômico. A proposta de Pequenos Agricultores Familiares agroecológicos é que não dialoga com o crédito rural e por isto cada vez mais são colocados do outro lado do abismo. O conflito manifestado pelos indivíduos P1-S6 e P2-S6 sustenta que enquanto os gestores e assessores fecham o dialogo com o pensamento que segue a lógica do Pequeno Agricultor Familiar agroecológico abrem o dialogo com o pensamento que segue a lógica de Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica que estão inserindo-se totalmente no mercado de *comodities* orgânicas.

Enquanto o colaborador P1-S6 defende que a contradição está instalada no Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser e portanto devem agir para promover o diálogo entre Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e crédito rural o P2-S6 critica o Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser por este já ter demonstrado que as contradições eliminaram as possibilidades de abarcar Pequenos Agricultores

¹³⁸ Como em Gliessman (2000, 2010) e Khatounian (2001).

¹³⁹ 5.1.2 Agricultura familiar: modelo político direcionador.

Familiares praticantes de agroecologia em sua estratégia de mercado local. Com nossas análises sustentamos que o abismo entre crédito rural e o pensamento que segue a lógica de Pequenos Agricultores Familiares agroecológicos que negam o uso de insumos agrícolas e negam a produção de mercadoria com valor de uso e valor de troca se alarga.

Finalizamos a resposta da Q5 (Abismo entre Pequenos agricultores Familiares e crédito: porquê?) colocando centralidade em dois fatos: i) não são explicitamente consumidores de insumos advindos da indústria e; ii) não são explícitos quanto a produção de mercadorias (Valor de uso e Valor de troca) para o mercado do sistema econômico. Assim não são atraentes para o agente financeiro que vive em contradição devido a relação com o sistema econômico que o força a priorizar o valor de troca. O agente financeiro pesquisado (Central Cresol Baser) como todo agente financeiro é forçado a intensificar a eficiência do seu processo produtivo. O objeto do processo produtivo da Central Cresol Baser assim como dos agentes do crédito rural em geral é o de ampliar a mercadoria especial dinheiro que toma emprestado do capital financeiro. Maior a priorização do valor de troca maior o abismo entre crédito rural e àqueles Pequenos agricultores Familiares que não maximizam o lucro e a renda.

7.7 AÇÕES AGENTIVAS OBJETIVANDO QUAIS PÓLOS DO OBJETO?

Com a questão (Q6: Os trabalhadores geraram ações agentivas resultantes de aprendizado expansivo ao longo da história local de uso da ferramenta do crédito rural?) Objetivamos averiguar se as ações agentivas conseguiram avançar de modo suficiente para caracterizar aprendizado expansivo no ambiente empírico.

Os pares de trabalho colaboradores das Mini Intervenções Formativas (MIF) manifestaram discursivamente contradições dialéticas que confirmam estarem afetados por contradição primária (Valor de Uso e Valor de Troca) que causou desvio de rumo sujeito-objeto e polarização do objeto perseguido (Pólo socioeconômico e Pólo Financeiro) e; por contradições secundárias (sujeito confronto regras) que os subordinam. Analogamente ao ciclo de aprendizagem expansivo teórico¹⁴⁰ já explanamos nos resultados e discussão que as análises

¹⁴⁰ FIGURA 2.6 - CICLO DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA.

confirmam a Atividade 1 (Estado de necessidade), Transformação 1 (situação agravada comprovada por questões retóricas e categoria duplo vínculo) com necessidade de transformações urgentes. Agora discutimos a terceira fase (Modelagem de instrumentos) do ciclo de aprendizagem expansivo valendo-nos das análises que confirmam a criação de um total de quinze ações agentivas. Com a confirmação das criações em uma camada agentiva da ação humana sustentamos que os pares de trabalho das MIF adentraram em conformidade com o ciclo de aprendizagem expansiva teórico em uma terceira fase em que ocorre a modelagem de instrumentos. Defendemos que as quinze ações agentivas identificadas nas análises das sete Mini Intervenções Formativas (MIF) equivalem a “[...] geração e utilização prática de diferentes artefatos culturais, tais como modelos, conceitos e teorias, que ajudam o sujeito a compreender e construir um sistema de atividade na teoria e na prática” (ENGESTRÖM & SANNINO, 2010 *apud* QUEROL, 2011).

Para discutirmos se as ações agentivas conseguiram avançar de modo suficiente para caracterizar aprendizado expansivo no ambiente empírico confirmamos a geração delas correlacionando-as ao ciclo de aprendizagem expansivo. Todavia discutimos a partir do objetivo (menor) de cada ação agentiva para qual pólo do objeto (maior) estão dirigidas. Pólo socioeconômico ou pólo financeiro?

Assumimos neste estudo que o aprendizado expansivo somente pode ser confirmado quando ações agentivas colocadas em prática de modo generalizado conseguem transformar o objeto polarizado da comunidade cooperativa UNICAFES. A transformação do objeto deve ser suficiente para corrigir desvio de rumo sujeito-objeto. Nesta transformação o sujeito deve perseguir prioritariamente superação das necessidades (correlatas ao uso do crédito rural e ATER) históricas dos Pequenos Agricultores Familiares incluindo os praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia que até então conforme nossas análises não foram supridas. Ainda enfatizamos que não aceitamos como aprendizagem expansiva as ações dirigidas para suprirem o pólo Financeiro do objeto. Ações criadas pelos trabalhadores do ambiente empírico com objetivos dirigidos para superar/amenizar necessidades emergenciais do pólo Financeiro do objeto se coadunam com as normas do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) intensificando a subordinação do sujeito a legislação. Para nós a subordinação conduz os trabalhadores a adequarem o Sistema de Atividades Pronaf Custeio da Central Cresol Baser para este ser mais

eficaz nos aspectos quantitativos da operacionalização do crédito rural. As leis seguem o paradigma que tem como princípio a ampliação do capital financeiro. Priorizar a ampliação do capital financeiro equivale a perseguir o pólo Financeiro do objeto bem como equivale a continuidade da não priorização do Pólo Socioeconômico do objeto que está em retração. Deste modo questionamos cada uma das quinze ações se de fato são ações agentivas.

A seguir reiteramos¹⁴¹ as ações agentivas identificadas para discutirmos a direção que estas têm relativamente aos pólos do objeto. A partir da coluna a esquerda mantemos o número de rastreabilidade da sessão (N); o nome da ação agentiva; no que consiste e objetiva e; a sua direção relativamente ao objeto polarizado.

QUADRO 7.1 - AÇÕES AGENTIVAS OBJETIVAS PARA PÓLOS DO OBJETO

continua

N	Ação Agentiva	No que consiste/Objetivo	Pólo do objeto
1	1) ATER Estratégico	Profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) identificam referências e/ou orientam cooperados para desenvolverem referências. Partem de diagnóstico da unidade e geram um cronograma de aperfeiçoamento. Incluem orientação e financiamentos às agroindústrias familiares, projetos revitalistas de cooperados endividados. Nas unidades de referência o ATER Estratégico objetiva ter um espaço onde os demais se reúnam para discutir questões ambientais e produção agroecológica.	Socioeconômico /Valor de uso.
2	2) <i>Up</i>	Consiste no manejo de recursos financeiros gerados pelas operações financeiras de valores maiores para viabilizar financeiramente a efetivação da ASTEC burocrática para as operacionalizações com valores menores. É uma ação que objetiva amenizar processos de exclusão dos Pequenos Agricultores Familiares cooperados. Este problema é causado pela vinculação do pagamento do técnico ao orçamento dos Planos de crédito. O objetivo da ação é manter como cooperado o Pequeno Agricultor Familiar conforme princípios de criação do Sistema Cresol na década de 1990.	Socioeconômico /Valor de uso.
	3) Plano de Crédito e substituição de insumos	Consiste em prescrever a cama-de-aviário como adubo. O documento Plano de Crédito do Pronaf Custeio foi adaptado como parte do SIC para aceitar a não descrição dos itens defensivos e adubos. O objetivo é a legalização do uso da cama-de-aviário sem riscos de glosa quando houver necessidade de acionamento do seguro agrícola PROAGRO.	Socioeconômico /Valor de uso

¹⁴¹ Reiterada e ampliada a partir do QUADRO 6.1 - SÍNTESE DAS AÇÕES AGENTIVAS.

QUADRO 7.1 - AÇÕES AGENTIVAS OBJETIVAS PARA PÓLOS DO OBJETO

continua

N	Ação Agentiva	No que consiste/Objetivo	Pólo do objeto
3	4) Troca de atividades no sistema agrícola	Consiste na proposta de que os Pequenos Agricultores Familiares parem a produção de soja (transgênica, convencional, orgânica) e reorganizem seus sistemas agrícolas em torno de pequenas agroindústrias de queijo, frango caipira e doces de frutas (produzidas em agroflorestas). As agroindústrias seriam por grupos associativos de famílias.	Socioeconômico /Valor de uso
	5) Compensação por proteção aos “Agroecológicos”	Consiste em compensar com recursos financeiros os Pequenos Agricultores Familiares Agroecológicos por estes protegerem a natureza. O objetivo é valorizar a ação dos agroecológicos que até então estão tratados com descaso por parte do Estado brasileiro.	Socioeconômico /Valor de uso
	6) Seguro agrícola aos Agroecológicos	Consiste em adequar o PROAGRO para que os Pequenos Agricultores Familiares possam utilizar o Pronaf Custeio sem riscos de glosa em diversidade de culturas. O objetivo é flexibilizar o PROAGRO que até então está formatado para monoculturas.	Socioeconômico /Valor de uso
	7) Comercialização “Agroecológica”	Consiste em organizar a comercialização dos alimentos agroecológicos para escala de mercado. Ir além de pequenas feiras locais. O objetivo é superar problemas tais como Pequenos Agricultores Familiares produzindo conforme regras das agriculturas de base ecológica e agroecologia, porém tendo que vender sem reconhecimento social e sem agregar valor.	Socioeconômico /Valor de uso
	8) ATER com qualidade	Consiste em organizar ATER para orientação aos Pequenos Agricultores Familiares. O objetivo é desvincular a ASTEC do orçamento dos Planos de Crédito.	Socioeconômico /Valor de uso
	9) Mudança de objeto da Comunidade Cooperativa	Consiste em parar a priorização do crédito rural de custeio e priorizar o crédito rural de investimento. O objetivo é parar de financiar as empresas multinacionais de agrotóxicos e financiar atividades dos Pequenos Agricultores Familiares.	Socioeconômico /Valor de uso
4	10) Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB	Consiste na inserção de dispositivo no SIC para tomada de coordenada geodésica. Busca superar o problema de que os técnicos fazem Planos de Crédito no escritório. O objetivo é monitorar as operações dos técnicos que deverão ser reduzidas de 1/500 para aproximadamente 1/200.	Financeiro/Valor de troca
	11) Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB com dispositivos para o ATER Estratégico	Consiste em adequar a ferramenta para que sistematize informações para os Profissionais do ATER Estratégico. O objetivo é subsidiar os coordenadores do ATER Estratégico quanto as unidades de referência.	Socioeconômico /Valor de uso
5	12) Redução da taxa de juros para Linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia	Consiste em modificar normas para reduzir a taxa de juros aos seus cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia. O objetivo é motivar os seus cooperados Pequenos Agricultores Familiares para o acionamento de operações em uma Linha de Crédito especificamente para Pronaf Custeio Agroecologia.	Socioeconômico /Valor de uso

QUADRO 7.1 - AÇÕES AGENTIVAS OBJETIVAS PARA PÓLOS DO OBJETO

conclusão

N	Ação Agentiva	No que consiste/Objetivo	Pólo do objeto
6	13) Alavancar o ATER Cooperativo	Consiste em alavancar a ATER cooperativo preenchendo uma lacuna (necessidade de técnicos) da legislação do SUASA que coloca o órgão executivo como sendo o município. O objetivo é abrir espaço de trabalho aos técnicos cooperados agirem junto aos Pequenos Agricultores Familiares, priorizando as atividades leite, produção de queijo de leite cru artesanal e comercialização em escala, dialogando com a Central Cresol Baser, crédito rural e demais ramos da UNICAFES.	Socioeconômico /Valor de uso
7	14) Projeto de Desenvolvimento da Região Sudoeste	Consiste na construção de projeto preconizado pela ASSESOAR e Fórum de Entidades em diálogo com setores urbanos. O objetivo é a discussão da alimentação da população regional.	Socioeconômico /Valor de uso
	15) Projeto Agroflorestas	Consiste em projeto de implantação de quarenta agroflorestas. O objetivo é gerar referências que se contraponham à monoculturas.	Socioeconômico /Valor de uso

FONTE: o autor.

NOTA: Rastreabilidade da sessão (N).

A direção das ações agentivas na sua grande maioria é para o pólo socioeconômico do objeto. Constatamos limitações para suas práticas generalizadas. Não havendo prática generalizada não há transformações suficientes para sustentarmos um ciclo de aprendizagem expansiva dos trabalhadores. Ainda às análises elucidam que a ação agentiva priorizada para generalização é justamente a que está dirigida para o pólo financeiro do objeto. Os duplos vínculos constatados nas análises demonstraram que no ciclo de aprendizagem expansiva os trabalhadores sofrem tensão para solucionarem necessidades urgentes. São estas necessidades urgentes que subordinam e movem os trabalhadores da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES em geral. Ao priorizarem a ação agentiva dirigida ao pólo financeiro do objeto conseguirão superar as contradições? A ação agentiva de número 10 é a Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB. Esta consiste em dispositivos inseridos no Sistema Integrado de Crédito (SIC). Destacam os pares de trabalho das MIF o dispositivo de coordenadas geodésicas que busca superar um descumprimento tanto da legislação quanto de regra interna. Os técnicos operadores não efetivam suas operações em nível de imóvel, ou seja fazem no escritório. O objetivo da transformação da ferramenta é monitorar as operações dos técnicos para reduzi-las de 1/500 para aproximadamente 1/200.

Sustentamos que esta ação não é expansiva por ser ela um resultado da coerção exercida pelas normas do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que chegam com força-de-lei para garantirem fiscalização do uso da mercadoria especial dinheiro concedida como empréstimo a Central Cresol Baser. A legislação repassa esta obrigação legal aos trabalhadores.

Também constatamos que são efetivadas ações agentivas dirigidas para o pólo socioeconômico do objeto. Deste modo não é possível negar a aprendizagem em termos de criações. Porém é possível questionarmos: a aprendizagem é suficientemente expansiva para criar ações agentivas que consigam generalização dentro da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES?

7.8 AÇÕES AGENTIVAS: PRÁTICA E GENERALIZAÇÃO?

Com a **Q7** (As ações agentivas identificadas nas Mini-Intervenções Formativas (MIF) estão sendo praticadas e generalizadas?) objetivamos averiguar se as ações agentivas são efetivas (praticadas e generalizadas) ao ponto de provocarem **contradição terciária** (quando velhas tecnologias/modelos se conflitam com as novas tecnologias/modelos).

A quarta fase do ciclo de aprendizagem expansiva teórico é a Transformação 2. Nesta fase os trabalhadores conseguem aplicar e generalizar suas criações (modelos, ferramentas) para transformar situações contraditórias. As análises sustentam limitações para a generalização das ações agentivas dirigidas para ambos os pólos do objeto. Para nós a direcionalidade das transformações da Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES e mais nitidamente seu ramo de crédito rural sofre tensões tanto das leis que regem a operacionalização do crédito rural quanto do capitalismo de alta tecnologia que coloca a disposição ferramentas que aumentam a produtividade do trabalho no que se refere aos aspectos quantitativos da operacionalização da mercadoria especial dinheiro. A seguir discutiremos as ações agentivas quanto a sua prática e generalização separadamente conforme seus objetivos dirigidos para um Pólo Socioeconômico ou para um Pólo Financeiro, já que estes se antagonizam historicamente.

7.8.1 Ações agentivas para o pólo socioeconômico: prática e generalização?

Neste agrupamento discutimos as ações agentivas ATER Estratégico e *Up* por termos confirmado nas análises que estão sendo praticadas, todavia suas generalizações internamente a comunidade cooperativa UNICAFES sofrem conflitos limitantes.

7.8.1.1 Ação agentiva ATER estratégico: limitações para generalização

Esta ação agentiva manifestada como ATER Estratégico é propositiva quanto à contratação de Profissionais¹⁴² de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para que estes: i) identifiquem sistemas agrícolas referenciais; ii) orientem tecnicamente em nível de imóvel os cooperados para desenvolverem novas referências; iii) por meio de diagnóstico da unidade de referência¹⁴³ gerem um cronogramas de aperfeiçoamentos; iv) orientem financiamentos às agroindústrias familiares e; v) elaborem projetos revitalistas para os cooperados endividados. Nas unidades de referência o ATER Estratégico objetiva ter um espaço onde os demais se reúnam para discutir questões ambientais e produção agroecológica. Conseguirão generalizar a ação agentiva de modo a superar as contradições?

As análises do quarto passo analítico¹⁴⁴ elucidam que há conflito dirigido a ação agentiva ATER Estratégico. O conflito não é uma mera discordância ou dúvida quanto a efetivar ou não a ação agentiva. No ambiente empírico da pesquisa os indivíduos de um grupo sentem-se afetados negativamente por outros indivíduos e grupo por causa de uma divergência conhecida de interesses.

As cooperativas de crédito Cresóis Singulares terceirizam todos os trabalhos de Assistência Técnica (ASTEC) objetivando e alcançando o máximo de redução dos custos com operadores porém a ação agentiva ATER Estratégico propõe contratar Profissionais de ATER, o que na concepção dos indivíduos gestores e assessores implica em aumentar custos. Para o grupo que pensa o ATER

¹⁴² Os participantes do contexto da pesquisa utilizam a expressão “Profissional de ATER” objetivando desvincular sua proposição de ação de outra proposição que se alicerça em “Técnicos de ASTEC”. Estes como consequência da divisão do trabalho são operacionalizadores do crédito rural.

¹⁴³ Exemplo de referência conforme os participantes: uma propriedade agrícola de “Pequenos Agricultores Familiares” praticando agriculturas de base ecológica.

¹⁴⁴ 6.9 ANÁLISES DA EFETIVAÇÃO DE AÇÕES AGENTIVAS.

Estratégico não é custo mas sim investimento em formação que reduziria a inadimplência dos cooperados.

Os técnicos terceirizados recebem o valor de 0,5% até no máximo 2% do orçamento que prescrevem. Já demonstramos na tabela 4.2¹⁴⁵ e por várias manifestações discursivas de contradições dialéticas que os valores gerados nas operações financeiras do crédito de custeio para os Pequenos Agricultores Familiares são insuficientes para pagarem os trabalhos dos técnicos operadores. Em alguns casos até mesmo são insuficientes para pagarem apenas o trabalho de escritório. Assumimos o ATER Estratégico como investimento para questionarmos: qual o valor financeiro do Profissional de ATER proposto na ação agentiva?

O cálculo é parte da criação da ação agentiva realizada no contexto da pesquisa. Para cada Profissional de ATER o investimento mensal em honorário é de aproximadamente R\$ 8.500,00. Ainda que a ação agentiva esteja em plena prática, interpretamos que seu alcance em termos de generalização está limitado para o atendimento a uma quantidade de famílias de Pequenos Agricultores Familiares a ser dimensionada durante o trabalho destes Profissionais de ATER.

O total de cooperados da Central Cresol Baser é de aproximadamente cento e vinte mil famílias. O ATER Estratégico exige um Profissional de ATER que se relacionará com as famílias de Pequenos Agricultores Familiares em nível de imóvel. Esta é uma ação que implica em tempo de deslocamento e tempo para diálogo. Deste modo um técnico de ATER Estratégico terá uma quantidade limitada de famílias para orientar. As experiências da comunidade cooperativa no seu ramo ATER indicam que o profissional requerido conseguiria atender trinta famílias, retornando todos os meses nas mesmas famílias que orienta. A Assistência Técnica (ASTEC) que hoje age e impera na Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES, conforme análise de conflito dirigido a ação agentiva, defende explicitamente que sua viabilidade financeira para operar é a relação de um técnico para quinhentas operações de crédito (1/500).

Qual o investimento total para atender cento e vinte mil famílias com o ATER Estratégico? O não conhecimento do valor total do investimento e principalmente a não disponibilidade dos recursos financeiros para tal investimento são limitantes à generalização. Somente com novos estudos sobre a ação agentiva na prática

¹⁴⁵ TABELA 4.2 - REMUNERAÇÃO DE TÉCNICOS OPERADORES.

cotidiana será possível organizarmos dados para responder tal pergunta. Ainda cabe ressaltar que o ATER Estratégico não pode ser interpretado apenas como custos. As argumentações dos participantes do contexto da pesquisa são quanto à eficiência da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Esta quando efetivada reduz a inadimplência dos cooperados. Para os criadores da ação agentiva a inadimplência que se amplia ano após ano no Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser é devida ao fato que a Assistência Técnica (ASTE) do Manual de Crédito Rural (MCR) implantada por força de Lei que os subordina não tem foco na orientação técnica em nível de imóvel. Ainda que reze na Lei do MCR a obrigatoriedade da ASTEC ser em nível de imóvel o que as análises das manifestações discursivas de contradições dialéticas elucidam é que se trata de uma mera operação de fiscalização. Não há procedimentos generalizados da ASTEC que a caracterizem como orientação técnica em nível de imóvel.

7.8.1.2 Ação agentiva *Up*: limites para a generalização

Com a análise dos conflitos¹⁴⁶ que restringem efetivação das ações agentivas sustentamos limitações para a generalização da ação agentiva *Up*. Esta consiste no manejo de recursos financeiros gerados pelas operações financeiras de valores maiores para viabilizar financeiramente a ASTEC burocrática para as operacionalizações com valores menores. É uma ação que objetiva amenizar o processo de exclusão dos Pequenos Agricultores Familiares cooperados. Este problema é causado pela vinculação dos pagamentos dos técnicos ao orçamento dos Planos de Crédito. Esta ação agentiva denominada *Up* procura manter como cooperados os Pequenos Agricultores Familiares que acionam operações financeiras que geram valores insuficientes para pagarem os custos da Assistência Técnica (ASTE) prevista no Manual de Crédito Rural (MCR).

As manifestações discursivas de contradições dialéticas da categoria conflito sustentam que a viabilidade financeira da operacionalização do crédito rural ocorre com propriedades agrícolas maiores entretanto a fundação do cooperativismo de crédito da agricultura familiar foi motivado pela necessidade de crédito rural e ATER aos Pequenos Agricultores Familiares marginalizados pela modernização

¹⁴⁶ 6.9.1 Análise dos conflitos que restringem efetivação das ações agentivas.

conservadora da agricultura. A ação agentiva *Up* conseguirá superar tal contradição?

É uma ação que tem alcance limitado no que se refere a generalização. As várias análises incluindo a de identificação da ação agentiva *Up* sustentam que são as propriedades agrícolas maiores que geram os recursos financeiros para que consigam manter certo número de cooperados proprietários de pequenas áreas agrícolas acionando operações do Pronaf Custeio. A proporção de cooperados com áreas agrícolas maiores e a de cooperados com áreas agrícolas menores que garantiriam o equilíbrio financeiro não foi manifestado nas sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF). Todavia o par de trabalho da MIF N: 2 calculou que o valor mínimo das operações de crédito que viabilizam o pagamento dos técnicos de ASTEC é de R\$ 30.000,00. Um Plano de Crédito com orçamento de R\$ 30.000,00 geraria um valor de R\$ 150,00 para a ASTEC que for contratada por 0,5% e geraria um valor de R\$ 600,00 para a ASTEC que for contratada por 2,0% do valor do orçamento do Plano de Crédito. Elucidamos que seria na porcentagem menor (0,5%) apenas R\$ 150,00 para realizar três visitas técnicas (Laudos de vistoria de plantio, floração, colheita) e mais o trabalho de elaboração do Plano de Crédito. Reiteramos que o processo de terceirização instalado no interior da comunidade cooperativa UNICAFES objetiva reduzir ao máximo o custo de ASTEC. Embora o sujeito (s) tenha encontrado no mercado a prestação de serviço da operação de ASTEC por 0,5% sofreu um revés em que cada técnico operador se viabiliza financeiramente efetivando quinhentas operações de crédito (1/500) sem estar em nível de imóvel.

As análises confirmam conflito de interesses entre contratante (Cresóis Singulares e/ou cooperados) que está no nível hierárquico de ação e contratado (técnico operador) para o trabalho operacional que está no nível hierárquico de operação. É um conflito de interesses que se refere aos aspectos financeiros que limita a generalização da ação agentiva *Up*. Ponderamos que a ação estratégica *Up* embora importante para amenizar o processo de exclusão dos Pequenos agricultores Familiares não supera as contradições que forçam gestores, assessores e operadores em várias hierarquias da Rede de Sistemas de Atividades a perseguirem cooperados com áreas agrícolas maiores concebendo-os como clientes que o sustentam financeiramente os vários sistemas de atividades que compõem a rede.

7.8.2 Ação agentiva dirigida para o pólo Financeiro: prática e generalização?

Entre as quinze ações agentivas que identificamos destacamos uma que nitidamente tem caráter de urgência. É a implantação prática com tentativa de generalização da ferramenta SIC MOB. Conseguirá generalizar-se?

7.8.2.1 Ação agentiva SIC para SIC MOB: limitações para generalização

Esta ação consiste em dispositivo inserido no Sistema Integrado de Crédito (SIC). É um dispositivo de coordenadas geodésicas que busca superar um problema agravado em que os técnicos operadores não fazem seu trabalho em nível de imóvel, mas sim predominantemente no escritório. Este problema agravado foi evidenciado com os sujeitos confrontando as regras (Contradição secundária). A regra do Manual de Crédito Rural (MCR) para efeito de seguro agrícola PROAGRO estabelece que a ASTEC deve efetivar três laudos de vistoria em nível de imóvel, entretanto os técnicos operadores somente se viabilizam na relação 1/500 e sem ir três vezes até a propriedade. O objetivo da ação agentiva é monitorar as operações dos técnicos que deverão ser reduzidas de 1/500 para aproximadamente 1/200.

Ao forçar a redução da relação técnico/número de operações de crédito simultaneamente a ferramenta SIC MOB direciona os técnicos a perseguirem as operações financeiras dos cooperados proprietários das áreas agrícolas maiores vistos como clientes. A tensão é evidente pois os técnicos operadores dizem “não”. O motivo do “não” é conflito de interesses de aspectos da viabilidade financeira. Deste modo o conflito limita a generalização da ação agentiva Transformação da ferramenta SIC para SIC MOB. A solução tecnológica SIC MOB é insuficiente para superação de contradições. É neste ponto que o Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser é forçado por necessidades de transformações urgentes para se adequar (redesenho, novo modelo) a legislação que o subordina. Conforme análise histórica da ferramenta a transformação tende a aceitar tecnologias aparentemente supridoras do impasse sujeito-regras. São tecnologias que respondem aos aspectos quantitativos de ampliação do capital financeiro.

7.8.3 A IMPOSIÇÃO DA GENERALIZAÇÃO E A CONTRADIÇÃO TERCIÁRIA

Confirmamos na análise da ação agentiva denominada transformação da ferramenta SIC para SIC MOB¹⁴⁷ conflito dirigido especificamente para o dispositivo da ferramenta SIC MOB por este objetivar o monitoramento de técnicos operadores. A ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) foi explorada ao máximo em termos de sua capacidade de maximização da quantidade de operações. Propiciou ao Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser efetivar ASTEC na relação um técnico operador para quinhentas operações de crédito (1/500). Na tentativa de regravar a relação com um técnico para aproximadamente duzentas operações (1/200) criou o Sistema Integrado de Crédito com dispositivo de coordenadas geodésicas (SIC MOB). A tentativa de generalização sofreu conflito evidenciando a contradição terciária. As análises que confirmam contradição terciária corroboram com Engeström (2011) para o qual a contradição terciária se evidencia quando ocorre a tentativa de colocar um novo instrumento/modelo em prática no sistema de atividade. O SIC MOB como ferramenta mais sofisticada é imposta almejando sua generalização na Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Ainda a tentativa de imposição do SIC MOB extrapola a Rede pois no processo de terceirização da ASTEC o operador a ser contratado é aquele que cobra o menor valor.

As análises do quarto passo¹⁴⁸ do ciclo metodológico tiveram a função de averiguar conflitos e dilemas dirigidos as ações agentivas por ocasião de suas implantações. Nelas apresentamos os conflitos dirigidos para o ATER Estratégico, *Up* e ferramenta SIC MOB. A constatação de conflitos é simultaneamente confirmação da aplicação prática da ação agentiva e da geração de uma nova contradição. A contradição terciária se manifestou quando da tentativa da implantação prática com generalização da ferramenta mais sofisticada. O SIC MOB como tecnologia mais sofisticada sofre conflito por tentar substituir a ferramenta SIC que é ferramenta que não dá mais conta do problema emergencial. O conflito não é apenas pela colocação em prática, mas sim pela tentativa de generalização da ação agentiva SIC MOB como nova ferramenta operacional que substitui a anterior. Nesta substituição a nova ferramenta SIC MOB continua dependente dos técnicos

¹⁴⁷ 6.9.1.3 Ação agentiva transformação da ferramenta SIC para SIC MOB.

¹⁴⁸ Ver análise 6.9.1 Análise dos conflitos que restringem efetivação das ações agentivas.

operadores. Ou ainda podemos afirmar que a ferramenta operacional como elemento da estrutura de uma Rede de Sistemas de Atividades aceita na divisão do trabalho os técnicos operadores que estão no nível inferior da hierarquia. Todavia as análises das manifestações discursivas de contradições dialéticas conforme categoria dilema (como lente) nos instrumentalizou para vermos que uma nova tecnologia de sensoriamento remoto está cogitada no interior da comunidade cooperativa como nova ferramenta de monitoramento da aplicação da mercadoria especial dinheiro. Em termos da divisão do trabalho sustentamos que a função de técnico operador, que segundo normas do Manual de Crédito Rural (MCR) deve acontecer em nível de imóvel rural, cada vez mais se torna descartável. A direcionalidade das transformações da ferramenta reduz a necessidade do nível inferior da hierarquia. Porém as transformações da ferramenta que tendem a efetivação (prática com generalização) perseguem o Pólo Financeiro.

7.9 AÇÕES AGENTIVAS: SOLUÇÃO DE CONTRADIÇÕES E REDESENHO?

Com a pergunta **Q8** (As ações agentivas superarão as contradições e redesenharão o sistema de atividades?) objetivamos discutir se as ações agentivas em efetivação tem potencial para superar ou apenas amenizar as contradições primária, secundárias e terciária, bem como redesenhar o sistema de atividade da Central Cresol Baser suficientemente para construir uma Ponte sobre o Abismo Histórico.

Para nós é somente com a prática e a generalização das ações agentivas que os sujeitos alcançam a fase de Transformação 2 conforme o ciclo de aprendizagem expansivo teórico¹⁴⁹. Ainda estabelecemos para este estudo que aprendizado expansivo somente é quando as transformações são dirigidas ao Pólo Socioeconômico do objeto. Transformações urgentes dirigidas ao Pólo Financeiro do objeto, salvo exceções se coadunam com a legislação subordinando cada vez mais os sujeitos (Contradição secundária) e intensificam cada vez mais o desvio de rumo sujeito-objeto (Contradição primária).

A confirmação da contradição terciária sustenta que os sujeitos repetem pressionando mas as ações agentivas são inaceitáveis no momento da

¹⁴⁹ FIGURA 2.6 - CICLO DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA.

generalização. São inaceitáveis em termos de generalização tanto as ações agentivas dirigidas ao Pólo Socioeconômico quanto ao Pólo Financeiro. Isto porquê a contradição primária exige maior eficácia no processo de ampliação do capital financeiro. O capital financeiro exige tecnologias mais sofisticadas que garantam maior produtividade do trabalho.

Conforme a teoria do ciclo de aprendizagem expansiva a generalização caracteriza a fase de Transformação 2. No caso empírico as análises sustentam que conflitos dificultam e até mesmo impedem generalizações das ações agentivas. Não ocorrendo generalização defendemos que não ocorre a Atividade 2 como consolidação de um novo objeto supridor dos aspectos qualitativos socioeconômicos do Pequenos Agricultores Familiares. O sujeito(s) mantém a priorização do mesmo Pólo Financeiro do objeto com seus aspectos quantitativos de perseguir e operacionalizar a mercadoria especial dinheiro advinda do SNCR com rubrica de crédito rural. Analogamente ao ciclo de aprendizagem expansivo teórico construímos o ciclo de aprendizagem empírico em cinco fases:

Na primeira fase (**Atividade 1**) revelamos a necessidade dos Pequenos Agricultores Familiares por crédito e ATER, a insuficiência da Ferramenta Fundo de Crédito Rotativo e a ampliação da estrutura criando o Sistema Cresol abarcando o Pronaf Custeio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Correlacionamos esta fase com eventos críticos, desvio de rumo sujeito-objeto, contradição primária e polarização do(s) elemento(s) do(s) sistema(s) de atividade(s) e em especial do(s) objeto(s);

Na segunda fase (**Transformação 1**) enfatizamos que os pares de trabalho das Mini Intervenções Formativas (MIF) manifestaram-se predominantemente conforme categoria duplo vínculo. Situações agravadas os forçam para transformações emergenciais, ou seja, não podem mais postergar as transformações. Construímos 122 frases com a categoria duplos vínculos que evidenciam os pensamentos opostos. Correlacionamos a segunda fase com a contradição secundária, sujeito em confronto com regras;

Na terceira fase (**Modelagem de instrumentos**) confirmamos que os trabalhadores afetados por contradições criam ações agentivas objetivando transformações. Ilustramos em nosso ciclo de aprendizagem empírico que com sete sessões de MIF os pares de trabalho articularam verbalmente com detalhes quinze ações agentivas confirmando a ocorrência da geração de ferramentas e/ou modelos;

Na quarta fase (**Transformação 2**, prática e generalização) ilustramos que a ação agentiva SIC MOB ao ser imposta objetivando generalização sofre conflito. Nessa fase confirmamos a contradição terciária que é quando uma nova tecnologia mais sofisticada (SIC MOB) em termos de produtividade do trabalho tenta sobrepor uma tecnologia (SIC) que já não dá mais conta do problema agravado. Ainda ilustramos que tanto SIC quanto SIC MOB já estão sendo afrontados pela nova tecnologia de sensoriamento remoto. É um estado de necessidade que impele os trabalhadores para aceitação de novas tecnologias. Sustentamos que a não generalização das ações agentivas confirmam que os trabalhadores repetem o modelo de uso do crédito rural que eles mesmos criticam. A repetição do modelo de uso do crédito rural, devido as suas criações não serem praticadas de modo generalizado, implica na não ocorrência de transformações suficientes para caracterizarmos teoricamente uma Atividade 2 do ciclo de aprendizagem expansiva. Enfatizamos que a categoria duplo vínculo confirma que os trabalhadores do caso empírico estudado não alcançam a Atividade 2, porém continuam persistindo envoltos em contradições primária, secundárias e terciária.

Entretanto identificamos na análise de dilema¹⁵⁰ que o par de trabalho da MIF N: 2 está construindo acordos quanto a buscar na evolução tecnológica do sensoriamento remoto a viabilização da Assistência Técnica (ASTE¹⁵¹) aos Pequenos Agricultores Familiares, no que se refere ao monitoramento dos financiamentos operacionalizados. A categoria dilema é uma lente que faz ver o redesenho do(s) sistema(s) de atividade(s) direcionado pela ferramenta tecnológica de sensoriamento remoto. Possíveis transformações significativas na quarta fase do ciclo de aprendizagem empírico serão guiadas pela propriedade de direcionalidade da ferramenta (SIC, SIC MOB com coordenada geodésica e logo a seguir sensoriamento remoto);

A quinta fase (**Atividade 2**) do ciclo de aprendizagem expansiva teórico prevê consolidação e reflexão quanto a uma nova prática. Interpretamos que no caso empírico ocorrem práticas das ações agentivas, todavia não de modo generalizado e suficiente para caracterizar uma Atividade 2 com um novo objeto. Defendemos que não ocorre consolidação de uma nova atividade. A consolidação

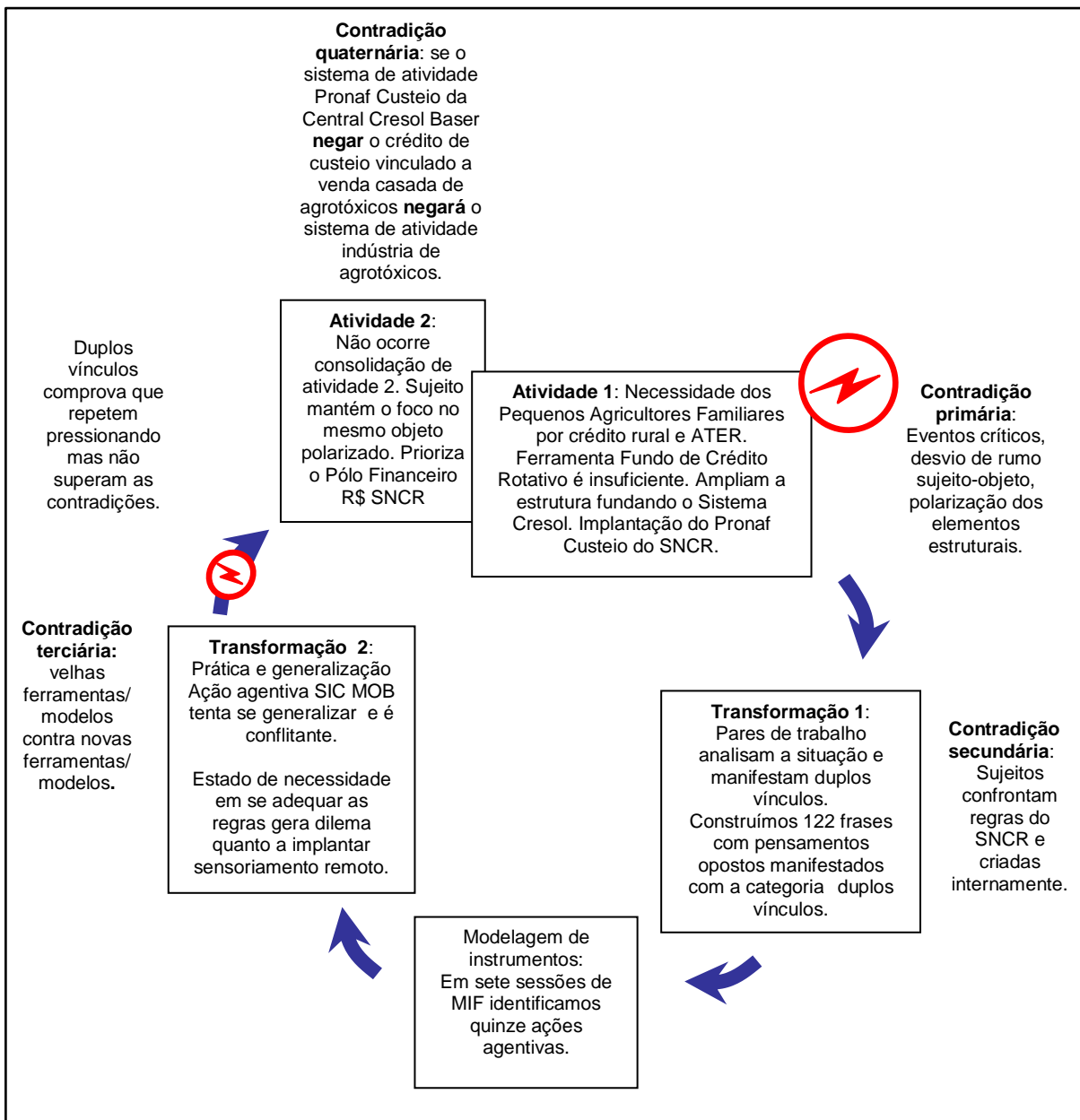
¹⁵⁰ 6.9.3 Análise de dilema: adoção de tecnologia e resolução de conflitos?

¹⁵¹ A ASTEC é apenas um procedimento burocrático que objetiva quantidade de operações. Não estamos aqui tratando da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

de uma nova atividade equivaleria a prática generalizada das quinze ações agentivas identificadas. O sujeito(s) do ambiente empírico mantém-se firmemente perseguindo o pólo do objeto Financeiro gerado pelo desvio de rumo da contradição primária. Nesse pólo evidentemente estão contemplados os aspectos quantitativos referentes a mercadoria especial dinheiro do SNCR. Enquanto o sujeito (indivíduo e seu coletivo) perseguir o mesmo pólo do objeto priorizando as operacionalizações do crédito rural para custear a compra de agrotóxicos advindos da indústria continuará na fase de Transformação 1. Nesta fase ele cria repetidamente instrumentos que se praticados no conjunto podem caracterizar um modelo. Todavia devido aos aspectos impeditivos à generalização as criações são insuficientes para superação da contradição primária.

Orientados pelo esquema teórico do ciclo de aprendizagem expansiva e pelas análises realizadas produzimos uma representação do ciclo longo de aprendizagem do período histórico do ambiente empírico:

FIGURA 7.3 - CICLO DE APRENDIZAGEM EMPÍRICO.



FONTE: o autor. Particularização a partir de MIETTINEN (2009), QUEROL (2011).

Se as quinze ações agentivas fossem praticadas de modo generalizado redirecionariam o sujeito-objeto no sentido de perseguirem prioritariamente o pólo socioeconômico?

Destacamos nas análises duas ações agentivas que não sofrem conflitos e/ou dilemas. A primeira é a ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos que mesmo colocada em prática não sofre conflito. A segunda embora não

esteja colocada em prática é dirigida com precisão ao objeto da Rede de Sistemas de Atividades. Referimo-nos a ação agentiva Mudança de Objeto da Comunidade Cooperativa. **É esta ação agentiva em construção que se colocada em prática de modo generalizado caracterizaria o ciclo de aprendizado expansivo em sua plenitude teórica.** A particularidade da ação agentiva Mudança de Objeto da comunidade cooperativa é que consiste em não mais priorizar o crédito rural de custeio e priorizar o crédito rural de investimento. Caso isto ocorra, a Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES entrará em conflito com outros sistemas de atividades que produzem agrotóxicos. Se o sujeito negar a operacionalização do crédito rural de custeio que financia o uso de agrotóxicos construiríamos a hipótese da Rede de Sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES sendo afetada por contradição quaternária. Esta é definida como negação entre sistemas de atividades. Se a ação agentiva Mudança de Objeto da comunidade cooperativa vir-a-ser generalizada, principalmente o Sistema de Atividades Pronaf Custeio da Central Cresol Baser entraria em contradição com outros sistemas de atividades que tem como objeto a produção e comercialização de insumos agrícolas.

Nas análises não identificamos tentativa de generalização da ação agentiva Mudança de Objeto da comunidade cooperativa. Se esta ação agentiva almejar efetivação sofrerá conflito de interesses, pois ao negar recursos financeiros do crédito de custeio estará negando o que é vital para a existência da comunidade cooperativa, ou seja, negará o dinheiro que remunera todas as funções da divisão do trabalho.

7.9.1 Redesenho e construção de Ponte sobre o Abismo Histórico?

Em cada Mini Intervenção Formativa (MIF)¹⁵² o par de trabalho interpretou, manifestou contradições e ações agentivas. Cada uma das ações agentivas não é algo isolado das demais. No seu conjunto são algo que caso efetivadas e **generalizadas** provocarão transformações que alteram as características dos elementos (sujeito, objeto, resultados, divisão do trabalho, comunidade, regras, ferramenta) do(s) sistema(s) de atividade(s). As transformações por ocasião da implantação do conjunto de ações agentivas, caso fosse possível, tornariam visíveis

¹⁵² Cada uma das sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) equivale a um pequeno ciclo de aprendizagem.

na prática novos desenhos dos sistemas de atividades. A este vir-a-ser imaginário do desenho é que chamamos redesenho. O redesenho superaria ou amenizaria as contradições primária, secundárias e terciária?

Partimos da ideia que a superação das contradições somente ocorrerão com um redesenho dos sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. No redesenho os sujeitos devem objetivar ações dirigidas ao Pólo Socioeconômico dos objetos dos sistemas de atividades. É neste pólo socioeconômico que está contida a necessidade dos Pequenos Agricultores Familiares. O Abismo histórico por nós sustentado coloca Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia em processo de exclusão até mesmo no interior da comunidade cooperativa pesquisada. As análises das sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) confirmam que as contradições afetam severamente o cooperativismo de crédito da categoria agricultura familiar. O redesenho que poderia amenizar ou construir uma Ponte sobre o Abismo implica em esforços para superarem as limitações e ou impedimentos referentes a praticarem as ações agentivas de modo generalizado. A reflexão concebe a escala da generalização necessária. Os dados preliminares do primeiro passo da pesquisa elucidam que a Central Cresol Baser tem aproximadamente cento e vinte mil famílias de cooperados.

Até aqui discutimos a genialidade da criação de cada ação agentiva quanto a possibilidade de sua efetivação. O problema limitante da efetivação de cada uma das ações agentivas recaí na contradição primária. Esta é que limita a generalização das ações agentivas tencionando para a redução máxima de custos operacionais e redução máxima de investimentos¹⁵³ com retorno a médio e longo prazo. De onde sairá o dinheiro para as ações agentivas? A linguagem dos participantes colaboradores da pesquisa noz diz que é do couro que sai a correia. As análises sustentam que sem redesenho sem Ponte sobre o Abismo.

Discutiremos a seguir a genialidade das criações no que se refere a afrontar a contradição primária valor de uso e valor de troca que se instalou na comunidade cooperativa por ocasião dos eventos críticos de criação e aceitação do Pronaf Custeio que culminou na estruturação do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser.

¹⁵³ Investimentos: como por exemplo investir no processo de conversão para gerar referências em agriculturas de base ecológica.

7.9.2 Ação agentiva Mudança de Objeto afronta as contradições?

Ao analisarmos as ações agentivas identificamos uma que tem particularidade de propor a redução do crédito de custeio e ampliação do crédito de investimento. Esta ação agentiva Mudança de Objeto atinge o problema essencial da Rede de Sistemas de Atividades UNICAFES. Conforme a Atividade 1 do ciclo de aprendizagem empírico o estado de necessidade faz com que o sujeito persiga e alcance os recursos financeiros do Pronaf Custeio. Com isto o sujeito alcançou o objeto que persegue. Entretanto o objeto alcançado é a mercadoria especial dinheiro que carrega consigo a contradição histórica valor de uso e valor de troca. Logo o sujeito e toda a estrutura do seu Sistema de Atividade Pronaf Custeio já nasce com a contradição primária¹⁵⁴. Entendida como valor de uso a mercadoria especial dinheiro seria direcionada para ações objetivando o desenvolvimento dos Pequenos Agricultores Familiares. Entendida como valor de troca a mercadoria especial dinheiro clama para ser ampliada no interior do processo produtivo. Defendemos que o interior do processo produtivo é a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Com o intento de valor de troca a mercadoria especial dinheiro é direcionada no processo produtivo pesquisado antes de tudo para a produção de monoculturas, como já comprovamos com dados numéricos extraídos do SIC da Central Cresol Baser. Na safra 2013/2014 as operacionalizações do Pronaf Custeio especificamente no Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser (com Cresóis Singulares) totalizaram a cifra de R\$ 275.248.077,87. Deste valor conquistado como objeto perseguido calculamos 83,47% (R\$ 229.763.014,740) aplicados no financiamento de apenas três culturas agrícolas, soja, milho e trigo. Dois itens (adubos, defensivos) do orçamento dos Planos de Crédito destas monoculturas consomem aproximadamente 60% da mercadoria especial dinheiro que chegou no processo produtivo. No nível inferior do sistema de atividade, em que temos os técnicos operadores, sobram pequenas frações (0,5% a 2%) geradoras de conflitos de interesses. É o próprio objeto perseguido pelo sujeito que quando alcançado trás para dentro do processo produtivo a contradição primária disseminada em todos os elementos (sujeito, objeto, regras, divisão do trabalho, comunidade, ferramenta operacional SIC) da

¹⁵⁴ Para mais detalhes ver 5.2 ANÁLISE HISTÓRICA DO OBJETO.

Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Alguma ação agentiva poderia afrontar a contradição primária?

Entre as quinze ações agentivas identificadas nas MIF destacamos uma por ser dirigida ao objeto do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Esta tem a particularidade de poder afetar severamente o pólo financeiro do objeto perseguido pelos sujeitos. Isto por negar totalmente o crédito para custeio. A ação agentiva que denominamos mudança de objeto consiste em abandonar o crédito rural para custeio e priorizar o crédito rural para investimento. O objetivo desta ação agentiva conforme manifestações discursivas é parar de financiar as empresas multinacionais de agrotóxicos e começar a financiar os Pequenos Agricultores Familiares. Esta ação agentiva está dirigida para anulação das ações objetivadas ao pólo do objeto que persegue a captação da mercadoria especial dinheiro para então operacionalizá-la como custeio. Se efetivada parcialmente ou totalmente esta ação agentiva provocaria um colapso no Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser e da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES?

Com as análises que se valeram de dados numéricos e as análises que se valeram de manifestações discursivas de contradições dialéticas defendemos que o sistema(s) de atividade(s) pesquisado tem como mercadoria a ser produzida no seu processo produtivo o próprio dinheiro. Este é captado como crédito rural, todavia continua sendo mercadoria especial dinheiro¹⁵⁵ a ser ampliada. O que poderia vir a produzir o Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser caso abandonasse o pólo do objeto que persegue a captação e operacionalização da mercadoria especial dinheiro?

O pólo socioeconômico, confirmado pelas análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas, persegue o desenvolvimento¹⁵⁶ dos Pequenos Agricultores Familiares. Os pares de trabalho que criaram/apresentaram as ações agentivas, que interpretamos como dirigidas ao pólo socioeconômico do objeto, exercem funções conforme divisão do trabalho da comunidade cooperativa que é mantida pelo dinheiro alcançado quando os sujeitos perseguem o pólo financeiro do objeto. E este dinheiro que move a Rede de Sistemas de Atividades é

¹⁵⁵ Como em Marx (1988).

¹⁵⁶ Este desenvolvimento é relativo tanto aos aspectos econômicos quantitativos quanto aos aspectos qualitativos. No seu conjunto os aspectos quantitativos e qualitativos propiciam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos Pequenos Agricultores Familiares.

do crédito rural Pronaf Custeio. Os pensamentos opostos (contradição) correlatos aos dois pólos do objeto se degladiam circundando a mercadoria especial dinheiro que tem origem na tomada de empréstimos.

Para interpretarmos se a Ação agentiva Mudança de Objeto afronta a contradição primária antes de tudo concentramos na Central Cresol Baser como uma tomadora de empréstimos da mercadoria especial dinheiro. Esta é concedida por capitalistas-prestamistas. Ao tomarem emprestado a mercadoria especial dinheiro a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES e principalmente o Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser ficam submetidos a produzir mais mercadoria do que a que foi tomada emprestada. Esta mais mercadoria deve ser suficiente para devolução da mercadoria tomada emprestada, bem como deve ser suficiente para suprir as necessidades internas¹⁵⁷ da comunidade cooperativa UNICAFES. Ainda a comunidade cooperativa como um todo fica submetida a assumir funções quanto a organizar os trabalhadores (força-de-trabalho). Em especial a organização dos trabalhadores do ramo ATER é repassada para a comunidade cooperativa. As análises sustentam que a comunidade cooperativa historicamente tem dificuldades de estruturar a atividade de ATER conforme sua concepção.

A Ação agentiva Mudança de Objeto é antagônica justamente a estas funções que a Rede de Sistemas de Atividades pesquisada assume como compromisso por ocasião do empréstimo que lhe é concedido. Neste sentido a Ação agentiva Mudança de Objeto afronta a contradição primária. Se negar suas funções de ampliação da mercadoria especial dinheiro e de organização dos trabalhadores, o que terá a oferecer aos capitalistas que lhes emprestam a mercadoria especial dinheiro? Deste modo o sujeito com sua Ação agentiva Mudança de Objeto afronta a contradição primária (valor de uso e valor de troca) todavia ao longo da história sempre cede.

A Ação agentiva Mudança de Objeto ao propor não mais priorizar o crédito rural de custeio nega a função social do Sistema de Atividades Pronaf Custeio da Central Cresol Baser e da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES, que está inserido em uma rede de sistemas de atividades

¹⁵⁷ Nas necessidades internas citamos o salário dos diretores que tende a se nivelar conforme agentes financeiros em geral. Para termos um parâmetro citamos que Vice-presidente de Cresóis Singulares como assalariados recebem aproximadamente R\$ 8.500,00 por mês no período da pesquisa em 2015.

construídas historicamente. As análises confirmam que os sujeitos (pares de trabalho das MIF) conseguem negar a função social contrapondo seus pensamentos relativamente a contradição primária. Porém as criações ainda não foram suficientes para que o sujeito além de negar, também construa sua própria função social distinta daquela imposta pelos capitalistas-prestamistas que lhes concedem empréstimos.

Para aprofundarmos se a Ação agentiva Mudança de Objeto afronta a contradição primária ponderamos quanto a geração de poupança da Central Cresol Baser. Quando esta toma emprestado a mercadoria especial dinheiro¹⁵⁸ e o operacionaliza também pode conquistar um excedente que é relativo à eficiência do seu processo produtivo. O pressuposto¹⁵⁹ excedente no caso do cooperativismo de crédito (Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares) se apropriado é a poupança e a riqueza gerada. Em teoria uma organização que iniciou como tomadora da mercadoria especial dinheiro pode se transformar em possuidora de dinheiro capital. Este dinheiro capital poderia ser utilizado para efetivar a Ação agentiva Mudança de Objeto afrontando a contradição primária?

Quando o sujeito enfoca o Pólo Financeiro do objeto deduzimos que operacionaliza o seu dinheiro capital objetivando ampliá-lo em processos produtivos. Dinheiro geraria mais dinheiro. Porém quando o sujeito enfoca o Pólo Socioeconômico do objeto deduzimos que operacionalizaria o seu dinheiro capital para o desenvolvimento dos Pequenos Agricultores Familiares que são a origem da comunidade cooperativa pesquisada. Em ambos os enfoques a ação agentiva que denominamos Mudança de Objeto não anula a contradição primária que está instalada em todos os elementos do(s) sistema(s) de atividade(s). O lucro obtido do processo produtivo que supostamente virou poupança, torna-se imediatamente mercadoria especial dinheiro que também carrega em si a contradição histórica valor de uso e valor de troca. Custear soja para gerar mais dinheiro em curto prazo ou investir no desenvolvimento dos Pequenos Agricultores familiares? A unidade de opostos, como pensamentos opostos que se contradizem se mantém viva devido ao momento histórico da civilização humana.

¹⁵⁸ Dinheiro advindo do Pronaf Custeio conforme o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

¹⁵⁹ É pressuposto uma vez que na pesquisa que gera esta Tese não objetivamos estudos quanto à geração de poupança ao longo dos vinte anos de existência do contexto de pesquisa. O pressuposto é motivado por dados de Búrigo (2006) o qual levantou dados de geração de poupança.

Também refletimos a partir da mercadoria especial força de trabalho¹⁶⁰. Como a Ação agentiva Mudança de Objeto afetaria os operadores?

A força de trabalho que está no nível inferior da hierarquia do(s) sistema(s) de atividade(s) vive da pequena fração da mercadoria especial dinheiro. Esta pequena fração chega ao(s) sistema(s) de atividade(s) especificamente para que técnicos operacionalizem o crédito de custeio. Enfatizamos que mesmo se o sujeito priorizar o crédito de custeio os trabalhadores operadores já estão fora do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Conforme a análise da ferramenta, evidenciamos que a direcionalidade das transformações da ferramenta torna descartável a função de operador já problematizada por não se viabilizarem com trabalhos em nível de imóvel. É uma função social da divisão do trabalho que está precarizada e tornando-se obsoleta devido à evolução das tecnologias de sensoriamento remoto com ênfase na produtividade do trabalho. A Ação agentiva Mudança de Objeto extinguiria a função da comunidade cooperativa no que se refere a organizar os trabalhadores operadores dos Planos de Crédito de custeio. Sem custeio não justificaria mobilizar a força de trabalho dos operadores do Sistema Integrado de Crédito (SIC). Para o par de trabalho que criou a Ação Agentiva Mudança de Objeto extinguir a função de ASTEC não é interpretada como um problema. Nas MIF os pares de trabalho criticam à vinculação dos salários dos técnicos operadores com a prescrição de agrotóxicos efetivadas em escritório.

As análises que se valeram tanto de dados numéricos quanto das categorias dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo sustentam que os trabalhadores da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES, ainda que produzam ações agentivas em sua existência contraditória, não conseguem superar a contradição primária (valor de uso e valor de troca). As demais contradições secundárias (sujeito confronta regras) e terciária (novas ferramentas/modelos confrontam com velhas ferramentas/modelos) são derivadas da contradição primária. Isto implica que ao não resolverem a contradição primária as demais contradições surgem constantemente.

Enquanto o sujeito(s) estiver forçado ou motivado a priorizar o Pólo Financeiro do objeto que persegue a mercadoria especial dinheiro, a Rede de Sistemas de Atividades continuará sendo arrastada pela contradição primária. Ser

¹⁶⁰ Conforme Marx (1988).

arrastada equivale a alterar seus elementos estruturais (sujeito, objeto, regras, divisão do trabalho) objetivando a ampliação da mercadoria especial dinheiro que toma emprestada dos capitalistas-prestamistas. A contradição primária direciona o redesenho do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser como parte da Rede de Sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES?

7.10 CONTRADIÇÃO PRIMÁRIA: ARRASTA A REDE UNICAFES

A pesquisa junto aos trabalhadores colaboradores do ambiente concreto proporcionou três imagens da estrutura do sistema de atividade que comporta o crédito rural no interior da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES.

A primeira¹⁶¹ imagem é a do modelo primordial descrito como Fundo de Crédito Rotativo. Este modelo que se valia de artefatos rudimentares preconizou a aprendizagem de Pequenos Agricultores Familiares para manejarem instrumentos (modelos/ferramentas) do crédito rural.

A segunda¹⁶² imagem é a do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Este é o modelo que já cedeu às legislações do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). É um modelo que tem como ferramenta/instrumento da estrutura do sistema de atividade o Sistema Integrado de Crédito (SIC). Este media relações entre Banco Central do Brasil, Central Cresol Baser, Cresóis Singulares e Assistência Técnica (ASTEC). Além de mediar as partes, também direciona comportamentos conforme hierarquia mantida por força de Lei. É um modelo que direciona desde os níveis de hierarquia superiores (atividade, ação) até os níveis inferiores (operações repetitivas). No nível inferior são efetivadas elaborações dos Planos de Crédito. A segunda imagem é marcada fortemente pela ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) sendo transformada pelos trabalhadores para solucionarem problemas emergenciais como apontado pela contradição secundária em que o sujeito confronta com legislação. Na transformação conflitante o SIC recebeu dispositivo de coordenadas geodésicas vindo a ser SIC MOB. Qual seria a terceira imagem que a pesquisa nos proporcionou? É a terceira imagem construída

¹⁶¹ 5.3.1 Sistema de Atividade Fundo de Crédito Rotativo (Passado); FIGURA 5.2 - FUNDO DE CRÉDITO ROTATIVO (1980 - 1996).

¹⁶² 5.3.2 Sistema de Atividade Pronaf Custeio Central Cresol Baser (Presente); FIGURA 5.5 - CENTRAL CRESOL BASER 2015 E OBJETO POLARIZADO.

com os trabalhadores colaboradores das Mini Intervenções Formativas (MIF) que sustentamos como algo que arrasta a Rede de Sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Esta terceira imagem retifica o rumo sujeito-objeto ao ponto de solucionar as contradições?

Com o ciclo de aprendizagem empírico¹⁶³ discutimos que ações agentivas com objetivos dirigidos ao Pólo Socioeconômico do objeto tem dificultadores para generalização suficientemente para que o sujeito não alcance a quinta fase (Atividade 2) com um novo objeto. Por não ter um novo objeto em prática de modo generalizado, mas sim o mesmo objeto polarizado pela contradição primária, ponderamos que o sujeito não completou o ciclo de aprendizagem expansivo. Portanto mantém-se com desvio de rumo conforme sustentamos com a análise histórica do objeto¹⁶⁴. Também discutimos que a categoria duplo vínculo comprova que o sujeito (Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES) repete pressionando mas não consegue superar as contradições ao ponto de construir uma Ponte sobre o Abismo entre Pequenos Agricultores Familiares (incluindo os praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia) e crédito rural na sua própria organização. As transformações que tendem a serem generalizadas caminham de mãos dadas com os modelos que referendam os aspectos quantitativos do uso do crédito rural. Aspectos quantitativos no que se refere a operacionalizar grandes volumes da mercadoria especial dinheiro objetivando ampliação do capital.

A terceira imagem está fundamentada no estado de necessidade que os trabalhadores colaboradores das MIF manifestaram. Este estado de necessidade por descoberto tem como alicerce a categoria dilema que agiu como lente trazendo a imagem das transformações gerais do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. A estrutura do sistema objetivando suprir o estado de necessidade se expande dentro e além da Rede de Sistemas de Atividades que denominamos comunidade cooperativa UNICAFES, no entanto não resolve o estado de necessidade do momento atual (2015).

É um caso em que a habilidade dos trabalhadores relativamente a ferramenta SIC foi explorada ao máximo objetivando a redução máxima dos custos operacionais. A tecnologia do SIC MOB não resolveu o estado de necessidade, mas

¹⁶³ FIGURA 7.3 - CICLO DE APRENDIZAGEM EMPÍRICO.

¹⁶⁴ 5.2 ANÁLISE HISTÓRICA DO OBJETO.

provocou insatisfações e conflitos. Constatamos com a categoria conflito que os técnicos operadores disseram “**Não**” explicitamente quanto a reduzirem o número de operações por técnicos (1/500 vir-a-ser 1/200). A relação 1/200 inviabilizaria financeiramente o nível inferior da hierarquia do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser.

Deste modo já ocorreu a tensão máxima sobre o nível hierárquico inferior: i) os técnicos operadores estão nos limites de sua viabilidade financeira quando operam na relação 1/500; ii) o novo modelo (terceira imagem) em construção culminou na demissão dos técnicos internos, ou seja, os colocou para fora do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser e; iii) com a terceirização dos trabalhos de ASTEC sua remuneração sofreu a negociação para valores mínimos de até o 0,5% do valor do orçamento dos Planos de Crédito.

Em Miettinen (2009) temos as contradições do capitalismo de alta tecnologia e o surgimento de novas formas de trabalho. No caso empírico é a contradição primária com características do capitalismo de alta tecnologia que força e direciona às transformações dos elementos estruturais dos sistemas de atividades em geral e mais nitidamente do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Na análise com a categoria dilema¹⁶⁵ o par de trabalho colaborador da MIF N: 2 hesita e busca o estabelecimento de acordo quanto a adoção de tecnologia de sensoriamento remoto. Portanto a terceira imagem (redesenho) é marcada pela nova tecnologia do sensoriamento remoto como supridora de um estado de necessidade. O dilema dos trabalhadores do ambiente empírico quanto a adotar a nova tecnologia vai ao encontro de Miettinen (2009). Para este, no capitalismo de alta tecnologia a produção de riqueza não é mais dependente do trabalho humano diretamente executado e também não é mais dependente do tempo de trabalho dedicado a produção da riqueza. Sendo o estado de necessidade relativo a solucionar a inviabilidade financeira no nível hierárquico de operação o sensoriamento remoto exigirá uma quantidade menor de operadores, pois estes não terão que ir em nível de imóvel para monitorarem a aplicação dos recursos financeiros liberados. Na terceira imagem o sistema(s) de atividade(s) equivale a uma nova forma de trabalho em que ocorre a efetivação da operação sem trabalho humano direto. Ou seja, o trabalho humano estará mediado e direcionado pelo

¹⁶⁵ 6.9.3 Análise de dilema: adoção de tecnologia e resolução de conflitos?

sensoriamento remoto. É uma foto de satélite com coordenadas geodésicas que dará o veredicto.

O sensoriamento remoto que acena como sendo a ferramenta operacional é apenas um dos elementos da estrutura do sistema de atividade em redesenho. Por isto o dilema quanto a adoção do sensoriamento remoto é correlato a outras transformações reveladas por análises das manifestações discursivas de contradições dialéticas dos pares de trabalho colaboradores. As transformações que ocorrem nos elementos estruturais já são suporte para a nova tecnologia de sensoriamento remoto. Interpretamos que as ações objetivando treinamento dos técnicos operadores para utilização do SIC MOB e consequente tomada de coordenadas geodésicas tem como finalidade essencial o desenvolvimento de habilidade de parcela dos técnicos operadores que serão força de trabalho manuseadora da tecnologia de sensoriamento remoto. Resumimos as transformações em: i) transformação do Sistema Integrado de Crédito (SIC) para SIC MOB com dispositivo de coordenadas geodésicas; ii) contratação de profissionais analistas de concessão de crédito para as Cresóis Singulares; v) centralização da tomada de decisão quanto a concessão do crédito pela Carteira de Crédito da Central Cresol Baser.

As análises de manifestações discursivas de contradições dialéticas comprovam que no ambiente empírico existem pensamentos opostos. Estes pensamentos opostos estão ao longo da história dirigidos para dois pólos do objeto: um é o Pólo Socioeconômico e o outro é o Pólo Financeiro. A tecnologia do sensoriamento remoto chega na comunidade cooperativa pesquisada para fortalecer a expansão do Pólo Financeiro do objeto. Este pólo é que arrasta a dinâmica da Rede. A terceira imagem caracteriza uma forma organizativa que reforça a hierarquia e a produção para o mercado. No caso pesquisado reiteramos que o produto a ser ampliado é a mercadoria especial dinheiro. O produto que os gestores e assessores tem como motivação evidentemente é mercadoria que tem propriedade de troca (valor de troca). Porém em níveis subalternos da hierarquia constatamos pensamentos opostos defendendo que o produto mercadoria especial dinheiro deve ter valor de uso referente ao desenvolvimento dos Pequenos Agricultores Familiares. Assim sustentamos que o capitalismo de alta tecnologia, que inegavelmente direciona as transformações (modo de trabalho) que geram a terceira imagem futura do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol

Baser, não é uma força que elimina da mente dos trabalhadores a visão de um Pólo Socioeconômico do objeto¹⁶⁶ que requer ações objetivadas aos Pequenos Agricultores Familiares praticantes da agroecologia e agriculturas de base ecológica. Esta força do capitalismo de alta tecnologia instiga para que um pólo negue ao outro. Ao se negarem ambos se motivam mantendo vivas as contradições com suas unidades de opostos. Isto é confirmado pelas análises de identificação das ações agentivas dirigidas ao Pólo Socioeconômico. Segundo Miettinen (2009) a produção da riqueza, no capitalismo de alta tecnologia, é dependente do poder de agência colocado em movimento no momento do trabalho. No caso pesquisado o poder de agência está colocado em movimento no momento do trabalho. Mas o poder de agência não foge a tensão resultante da contradição primária que gera contradições secundárias e terciária.

Enquanto as ações agentivas como esforços de transformações sofrem conflitos que impedem trabalhadores de alcançarem ciclos de aprendizagem expansivo (com novo motivo e novo objeto) o capitalismo de alta tecnologia coloca a disposição dos trabalhadores da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES à nova tecnologia (sensoriamento remoto) gerada pelo intelecto geral como solução para o problema relativo a organização da força de trabalho dos técnicos operadores. Para chegarem ou não chegarem a efetivação da terceira imagem hipotética (futuro) passarão por novos conflitos, conflitos críticos, duplos vínculos e dilemas. A análise de dilema é suficiente para sustentarmos que o uso da ferramenta de sensoriamento remoto, advinda do intelecto geral, está sendo encarnado no cotidiano dos trabalhadores. Para nós os trabalhadores dos níveis de hierarquia do(s) sistema(s) de atividade(s) pesquisado, por terem histórias de vida correlatas ao aprendizado necessário às transformações da ferramenta operacional (Fundo de Crédito Rotativo, SIC, SIC MOB) desempenham conforme Miettinen (2009) uma função social de individuo social desenvolvido, tal como uma pedra fundamental da produção da riqueza. Todavia os trabalhadores que desempenham função social correlata às transformações necessárias urgentes tornam-se obsoletos. Os técnicos operadores da ferramenta Sistema Integrado de Crédito (SIC) que recém começaram treinamento para o uso da ferramenta SIC MOB, são na maior quantidade obsoletos para a nova ferramenta de sensoriamento remoto.

¹⁶⁶ Pólo do objeto da Comunidade Cooperativa UNICAFES PARANÁ e não apenas do seu ramo de crédito representado pela Central Cresol Baser.

Mesmo que os técnicos operadores comportem-se repetindo automaticamente as operações de crédito na proporção de 1/500 continuam sendo obsoletos quando confrontados com a produtividade do trabalho da nova tecnologia de sensoriamento remoto. Este estudo demonstra que sistemas de atividades afetados pela contradição primária não são algo que possamos caracterizar como estáveis. Enquanto o sujeito (Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES) perseguir o mesmo Pólo Financeiro do objeto histórico continuará afetado pela contradição primária que o arrasta para um redesenho conveniente ao capitalismo de alta tecnologia.

A terceira imagem manifestada pela categoria dilema é marcada pela tecnologia de sensoriamento remoto. Ela se coaduna com ações planejadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Banco Central do Brasil (BACEN), Manual de Crédito Rural (MCR) que tornam o sensoriamento remoto do capitalismo de alta tecnologia, algo com força de Lei que subordina o Sistema de atividade Pronaf custeio da Central Cresol Baser. Este por também ser modelo hierárquico reproduz a Lei na forma de regra interna, subordinando os níveis inferiores da hierarquia.

A terceira imagem do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser com a ferramenta de sensoriamento remoto já está no imaginário dos trabalhadores antes mesmo destes praticarem a nova forma de trabalho. O imaginário também já criou dois novos pensamentos opostos. Realizar 100% das operações obrigatórias do Manual de Crédito Rural (MCR) por meio de sensoriamento remoto ou realizar apenas parcialmente com sensoriamento remoto e parcialmente com técnicos operadores em nível de imóvel. Existe rejeição do sensoriamento remoto por este eliminar a relação dialética entre ASTEC e cooperados/clientes. Existe o encantamento pelo sensoriamento remoto por este reduzir custos operacionais.

7.11 DESAFIOS DA REDE: COMPARTILHAR PARA DESENVOLVER

Com a Q9 (Se as ações agentivas forem compartilhadas em sessões de Laboratórios de Mudança (LM) poderão vir-a-ser objetos compartilhados pela comunidade cooperativa UNICAFES?) objetivamos remeter o processo de pesquisa para a construção de objetos compartilhados que venham a ser Pontes sobre o

Abismo, que coloca os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia em uma borda e o crédito rural brasileiro noutra borda, separando-os historicamente.

Construir uma ponte sobre o abismo histórico é um desafio que até então não foi superado pela comunidade cooperativa pesquisada. Para que a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES caminhe para superação/amenização de suas contradições sugerimos: i) construir uma nova forma social de uso do crédito rural conforme caminho sugerido por Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do ambiente empírico; ii) compartilhar as ações agentivas dos indivíduos (limitado ao seu nível hierárquico) e/ou dos pares de trabalho objetivando extrapolação para os níveis hierárquicos da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES; iii) Orquestrar na prática as ações agentivas conforme divisão do trabalho da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES; iv) dar um pequeno passo transitivo criando uma Linha de Crédito apoiada na ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos; v) avançar do aprendizado (limitado ao emergencial) para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores objetivando superação da contradição primária e; vi) expandir o ciclo de aprendizagem empírico.

7.11.1 Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do ambiente empírico

Analizamos manifestações discursivas de contradições dialéticas em sessões de Mini Intervenção Formativa (MIF) e revelamos contradições primária, secundárias e terciária. Discutimos que a contradição primária arrasta a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Entretanto também revelamos em colaboração com os pares de trabalho das MIF um total de quinze ações agentivas. Afirmamos que a ação agentiva que implica na sofisticação e/ou substituição da ferramenta SIC para SIC MOB e que já tem apegos (dispositivo para coordenadas geodésicas) com a tecnologia de sensoriamento remoto, por ser de caráter urgente, arrasta o grupo de caça¹⁶⁷ (sujeito) que vê na ferramenta tecnológica a solução de seus problemas emergenciais. Atender ao urgente e emergencial equivale a repetir a forma atual do uso do crédito rural que é criticada

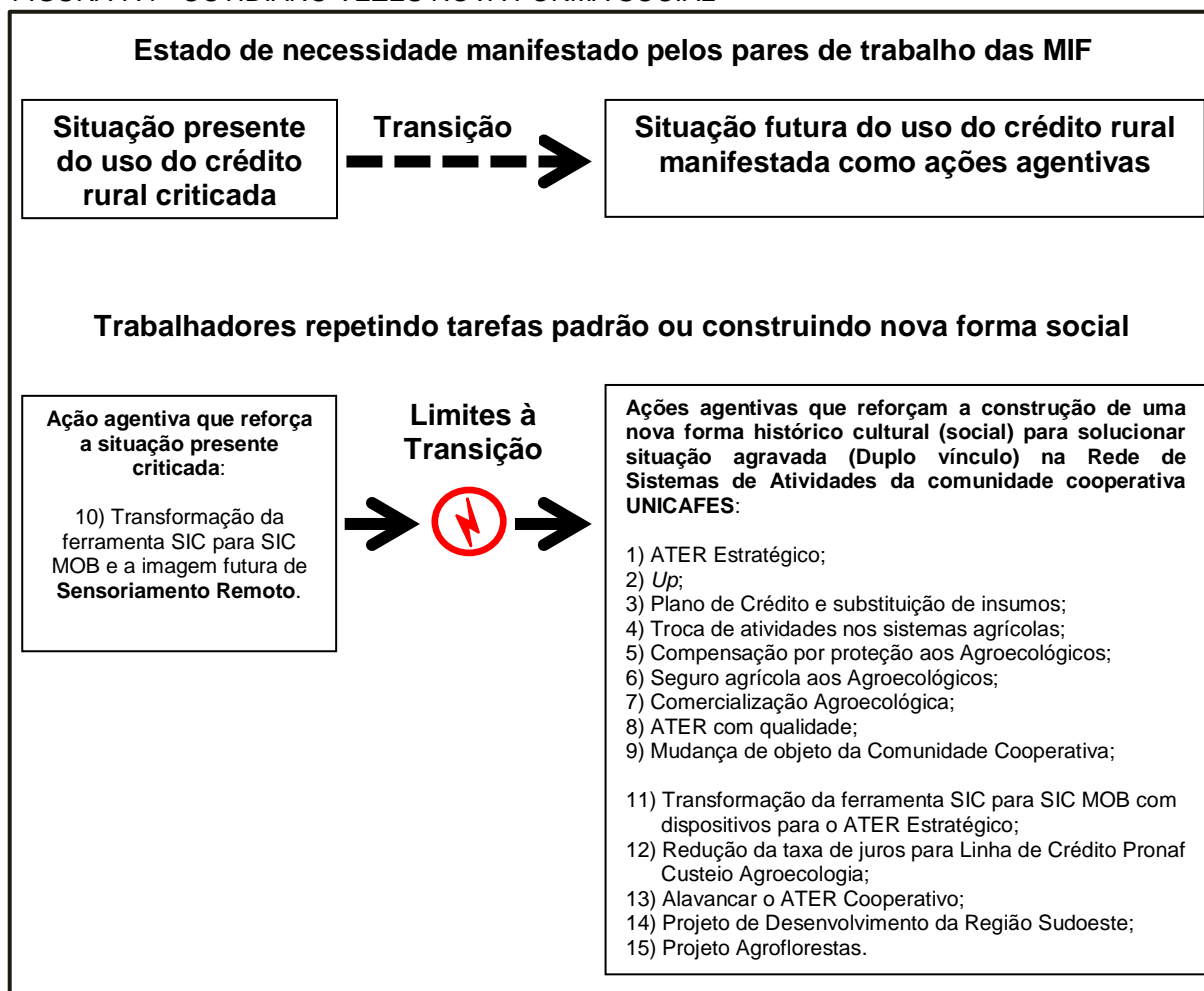
¹⁶⁷ É uma analogia com o sistema de Atividade coletivo de Leontiev (1987).

na comunidade cooperativa pelos próprios trabalhadores. Segundo Querol (2011, p. 70) “[...] uma análise das práticas atuais pode ajudar no entendimento das características que a atividade futura deve ter para superar as contradições”. Neste estudo as análises contaram com a colaboração dos trabalhadores. Estes analisaram seu processo histórico para então manifestarem quatorze ações agentivas com características que a atividade futura deve ter para superar as contradições da comunidade cooperativa pesquisada. Representamos na figura seguinte o cotidiano vezes uma nova forma social. Temos o estado de necessidade manifestado pelos pares de trabalho das MIF. Há uma situação presente do uso do crédito rural criticada e a necessidade de transição para uma situação futura¹⁶⁸ do uso do crédito rural manifestada pelas ações agentivas. A transição desafia os trabalhadores a não fazerem repetidamente apenas as tarefas padronizadas. Na figura citamos uma ação agentiva diametralmente oposta as demais quatorze ações agentivas. A ação agentiva¹⁶⁹ de número dez (10) alocada a esquerda representa a forma social presente e criticada de uso do crédito rural. As quatorze ações agentivas a direita são as que fortalecem a construção de uma nova forma social revelada e perseguida pelos pares de trabalho das MIF. Representamos na figura limites à transição colocando um raio entre a ação agentiva que reforça a situação presente criticada e as ações agentivas que reforçam a construção de uma nova forma histórico cultural (social):

¹⁶⁸ As ações agentivas em conjunto sinérgico podem vir-a-ser o novo modelo.

¹⁶⁹ Destacamos o seu caráter de manutenção de uma condição presente criticada. Logo é uma ação agentiva? Em termos de camadas da ação humana podemos caracterizar a ação emergencial como apenas um momento de confusão devido às contradições que afetam os indivíduos trabalhadores.

FIGURA 7.4 - COTIDIANO VEZES NOVA FORMA SOCIAL



FONTE: o autor.

NOTA: ver QUADRO 7.1 - AÇÕES AGENTIVAS OBJETIVAS PARA PÓLOS DO OBJETO.

Entre a situação presente do uso do crédito rural criticada e a situação futura do uso do crédito rural manifestada como ações agentivas existe uma zona plena de necessidade de transições, mas também plena de condições imediatas limitantes. Todavia sustentamos esta zona com possibilidades. Condições imediatas limitantes como a obrigatoriedade dos trabalhadores efetivarem tarefas padrão do MCR e o estado de necessidade de construir uma nova forma social são correlatos às contradições. Um não existe sem o outro. Disto decorre que a zona também é plena de possibilidades de transição. Porém a transição do ambiente empírico requer colaboração entre os trabalhadores. A colaboração para a transição é o que possibilitará desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos trabalhadores.

Para Friedrich (2012, p. 110) a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotski (1978) “[...] antecipa os desenvolvimentos possíveis, o que a criança conseguirá fazer se acompanhada pelos adultos na resolução de tarefas e problemas”.

Segundo Querol (2011) tendo em vista a atividade coletiva¹⁷⁰ como unidade de análise Engeström (1987) redefiniu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Para este, a ZDP é a distância entre as ações cotidianas dos indivíduos e a nova forma histórica social da atividade que pode ser gerada coletivamente como uma solução para problemas agravados (Duplo vínculo¹⁷¹) potencialmente incrustados nas ações cotidianas. O conceito de Vygotsky (1978) e a redefinição conceitual de Engeström (1987) concebem a ZDP como a distância entre o presente e uma condição previsível futura em que o problema é resolvido. Para Querol (2011) e Engeström (2000) a palavra “zona” decorre do fato que às soluções para contradições não podem ser definidas como uma meta ou ainda ponto final fixo como condição pré-estabelecida. Para estes é uma “área” com muitas possibilidades em que as contradições presentes são resolvidas. Assim definida, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é um conjunto de possibilidades que poderiam resolver às contradições presentes.

O estudo no ambiente empírico partiu da situação presente do uso do crédito rural e antecipou uma situação futura do uso do crédito rural. Entre a situação presente do uso do crédito rural e a situação futura visualizada pelos pares de trabalho das MIF existe uma zona com possibilidades de efetivação de transformações rumo ao Pólo Socioeconômico do Objeto. Esta zona é que sustentamos como Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do caso empírico pesquisado.

Porém aqui não estamos falando em alguém de intelecto ou sabedoria superior que saiba como conduzir precisamente os trabalhadores para que alcancem a situação futura por eles mesmos imaginadas. Os trabalhadores se desafiam a construir uma nova forma social de uso do crédito rural brasileiro para ser praticada e generalizada. Todavia neste estudo não reconhecemos na história do crédito rural brasileiro um fenômeno concreto, que lhes diga como utilizar o

¹⁷⁰Ver FIGURA 2.2 - SISTEMA DE ATIVIDADE COMO UNIDADE DE ANÁLISE

¹⁷¹*Double bind*: relacionado a contradição secundária e a segunda fase do ciclo de aprendizagem expansiva.

crédito rural para suprir as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia, o que implicaria em superar suas contradições. Em outras palavras, afirmamos que a antecipação da nova forma social específica do ambiente empírico, não resulta de um adulto que ensine as crianças. Aqui a antecipação é de adultos trabalhadores que afetados por contradições manifestam um estado de necessidade.

Com as análises deste estudo confirmamos um aprendizado dos pares de trabalho das MIF lastrado no que se refere ao(s) sujeito(s) perseguindo um Pólo Financeiro do Objeto e no que se refere ao(s) sujeito(s) perseguindo um Pólo Socioeconômico do Objeto. Com isto tanto sustentamos que os trabalhadores aprenderam fazer uso generalizado do crédito rural para o Pólo Financeiro do objeto, quanto sustentamos que os trabalhadores não sabem fazer uso do crédito rural generalizado em uma nova forma social correlata ao Pólo Socioeconômico do Objeto. Porém defendemos que ao serem afetados pelas contradições os trabalhadores sentem necessidade de fazerem a nova forma social. Ao colocarem em prática as ações (conscientes) agentivas objetivando efetivarem a nova forma social almejada, os trabalhadores em teoria desenvolverão suas funções psicológicas superiores. Equivale a fazerem na prática para se desenvolverem e vice-versa.

A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do ambiente empírico é a possibilidade dos trabalhadores transitarem da forma presente (como sabem fazer) para a nova forma social (não sabem fazer mas sentem necessidade de fazer). Para que ocorra a transição sugerimos o compartilhamento das ações agentivas.

7.11.2 Compartilhar ações agentivas na Rede de Sistemas de Atividades

O compartilhamento de ações agentivas aproximará dialeticamente indivíduos que efetivam ações/operações do modo presente criticado com os pares de trabalho das MIF e suas visualizações de uma nova forma social de uso do crédito rural. Cada qual dos indivíduos dos pares de trabalho devido às funções que desempenham na divisão do trabalho apreenderam tarefas padrão, todavia também conseguiram liberdade para imaginar algo novo. Ao compartilharem o algo novo poderão gerar coletivamente soluções para os problemas agravados (Duplo

vínculo¹⁷²), bem como poderão se desenvolver para afrontarem à contradição primária.

Segundo Leontiev (1978) ainda que o objeto da atividade subordine os níveis hierárquicos de ação e operação, ele não é determinante direto das ações dos indivíduos. Cada indivíduo que participa da atividade coletiva tem uma perspectiva diferente do objeto e pode participar da atividade por razões diferentes. As análises que realizamos sobre as manifestações discursivas de contradições dialéticas sustentam que existem sentidos individuais dos pares de trabalho colaboradores das Mini Intervenções Formativas (MIF) que não são significado social da Rede de Sistemas de Atividades. A categoria conflito crítico conforme teoria envolve o pessoal e é carregado de metáforas de vivências. Segundo Sannino (2008) os conflitos críticos muitas vezes são silenciados. Nossas análises com 151 metáforas de vivências manifestadas na frequência média de 0,36 sustentam que os indivíduos dos pares de trabalho não foram silenciados. Os indivíduos articularam em palavras e frases os seus pensamentos (sentido individual) com o que construímos 38 frases elucidativas quanto às contradições. Cada indivíduo durante as MIF procurou colocar seu sentido (Eu) em uma perspectiva de significado social da comunidade cooperativa (Nós) UNICAFES. Concordamos com Leontiev (1978) que o significado social da atividade coletiva é distinto do sentido pessoal do indivíduo. Existem motivações individuais que o levam a participar da atividade coletiva. Acrescentamos que também existem motivações individuais para não participarem da atividade coletiva. O caso pesquisado corrobora com a teoria de Engeström & Sannino (2010) no que se refere aos participantes individuais começarem a questionar e a se desviar das normas estabelecidas na medida em que às contradições do(s) sistema(s) de atividade(s) são agravadas. As análises comprovam que os indivíduos questionam, criticam e também constituem pares de trabalho que em ciclos curtos¹⁷³ de aprendizagem conseguem manifestar ação/ações agentiva(s). Cada ação agentiva não mais é restrita ao sentido do indivíduo, mas sim ao significado atribuído pelo par de trabalho. A ação agentiva não é um fim em si, mas é o sentido individual que compartilhado no par de trabalho é dirigida ao objeto (polarizado) da atividade. Para Leontiev (1978) o objeto define o significado social

¹⁷² *Double bind*: relacionado a contradição secundária e a segunda fase do ciclo de aprendizagem expansiva.

¹⁷³ Cada Mini Intervenção Formativa (MIF) é um ciclo curto de aprendizagem. Em teoria o tempo de um ciclo curto é de aproximadamente 60 minutos.

da atividade. No caso empírico se o par de trabalho conseguir efetivar sua(s) ação/ações agentiva(s) transformará o objeto por ter colocado significado social à atividade. O estudo empírico desta tese foi realizado em uma comunidade cooperativa. Neste caso defendemos que para que seja uma comunidade cooperativa o sentido do indivíduo deve vir-a-ser o significado social contido no objeto da atividade. Todavia a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES com seus vários ramos é constituída por vários sistemas de atividades com vários objetos.

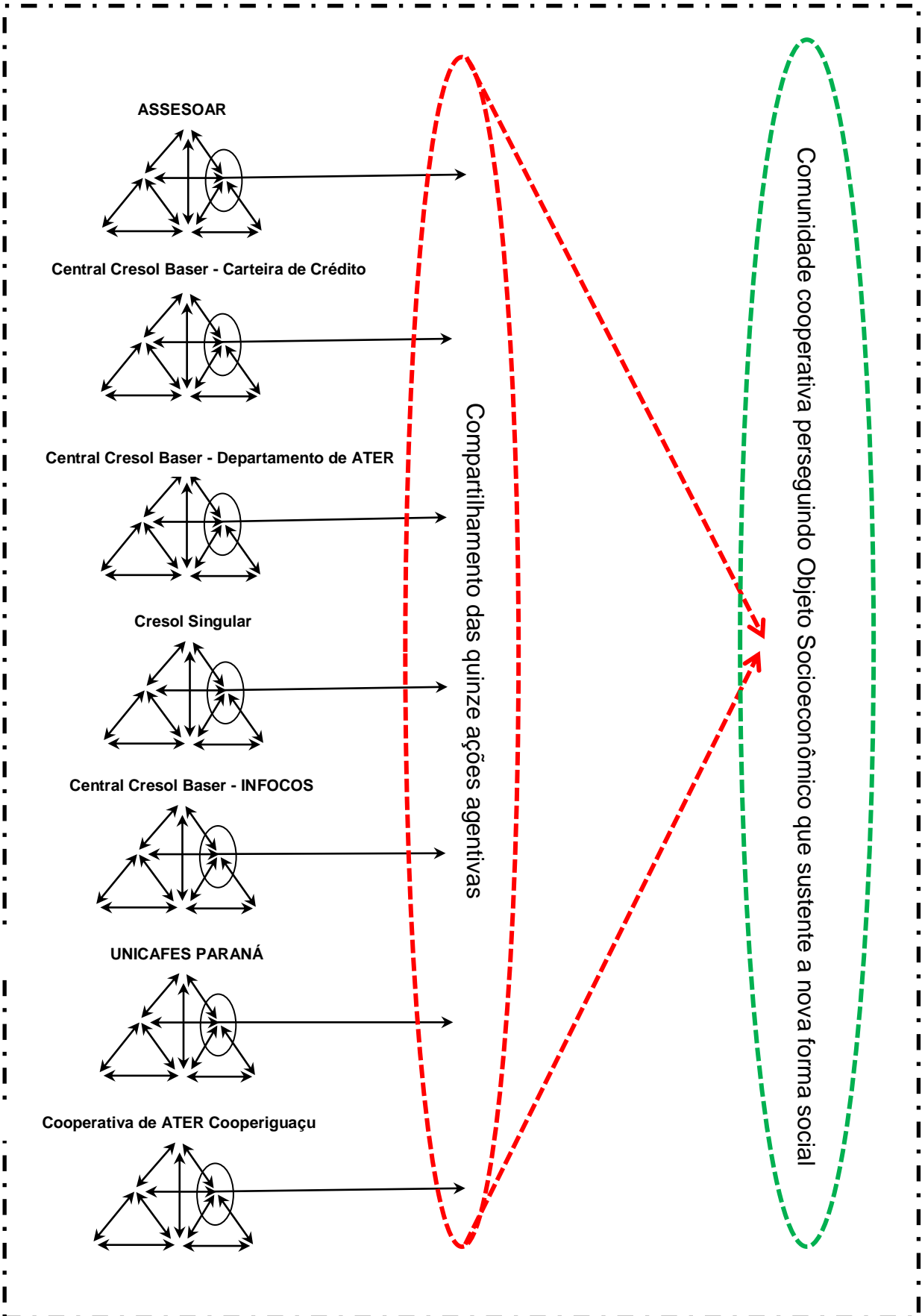
A teoria de redes de sistemas de atividades de Engeström (1999a) concebe sistemas de atividades cooperativos compartilhando objetos¹⁷⁴. Sustentamos que caso não ocorram compartilhamentos de objetos entre os vários sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES esta tende a perder e/ou não conseguir construir coesão entre seus ramos de atividade. Qual objeto poderá ser compartilhado?

Ao nosso ver para que a comunidade cooperativa supere os limites do ciclo de aprendizagem empírico, dos limites do aprendizado para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, deve seguir o compartilhamento das ações agentivas que identificamos em nossas análises. Nestas ações agentivas tanto estão contidos os sentidos individuais dos trabalhadores quanto significados de pares de trabalho. Compartilhar as ações agentivas poderá manter unidos os sistemas de atividades com seus vários objetos. Porém as ações agentivas não são em si objetos compartilhados. Cada uma das ações agentivas identificadas nas análises foi apresentada pelo par de trabalho que na divisão do trabalho desempenha funções no seu sistema de atividade. Conforme teoria as ações estão entre o sujeito e o objeto que este persegue. Segundo Leontiev (1974) a atividade humana somente existe sob a forma de ações ou cadeias de ações subordinadas a objetivos particulares que podem ser distinguidos do objeto comum. O desafio da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES é construir um objeto comum aos seus vários sistemas de atividades. Os pares de trabalho como sujeitos manifestaram quatorze ações agentivas que têm seus objetivos dirigidos ao Pólo Socioeconômico da comunidade cooperativa UNICAFES. Suas ações agentivas não têm objetivos restritos aos objetos particulares de seus

¹⁷⁴ FIGURA 2.4 - DOIS SISTEMAS DE ATIVIDADES INTERAGINDO.

sistemas de atividades, todavia o sujeito individualizado e/ou apenas um único sistema de atividade coletivo (afastado das relações de Rede) não são suficientes para construir um objeto compartilhado. Para Engeström (1987) um problema que não pode ser resolvido em um sistema de atividade pode ser resolvido na rede de sistemas de atividades e; um problema que não é resolvido no nível hierárquico de ação pode ser resolvido no nível hierárquico de atividade que está acima. Dialogar quanto as ações agentivas com os trabalhadores (diretores, assessores, operadores) nos três níveis hierárquicos (Atividade, Ação, Operação) da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES equivale a compartilhá-las. Deste modo temos ações agentivas que partem do sentido individual (limite) mas ascendem para uma visão colaborativa (desafio) dos trabalhadores nos níveis hierárquicos. É na prática do compartilhamento das ações agentivas na Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES que apreenderão e se desenvolverão suficientemente para construir acordos referentes a perseguirem um objeto (comum) compartilhado e com características socioeconômicas. Representamos a seguir o pressuposto de compartilhamento de ações agentivas dos pares de trabalho na Rede de Sistemas de Atividades da Comunidade cooperativa UNICAFES:

FIGURA 7.5 - COMPARTILHAR AÇÕES AGENTIVAS E ALINHAR OBJETO.



FONTE: o autor.

7.11.2.1 Orquestrar na prática as ações agentivas conforme divisão do trabalho

O compartilhamento de ações agentivas não é apenas para confrontá-las em diálogo entre os trabalhadores dos vários níveis hierárquicos e sistemas de atividades da Rede da comunidade cooperativa UNICAFES. O compartilhamento sugerido é para que descubram um possível sinergismo destas quando efetivadas conforme divisão do trabalho. Neste caso nos referimos as ações agentivas colocadas em prática conforme orquestramento dos trabalhadores. Cada um dos pares de trabalho poderá colocar sua(s) ação(ações) agentiva(s) do seu sistema de atividade concebendo-a relativamente á divisão do trabalho dos demais sistemas de atividades da Rede. Já discutimos que quatorze ações agentivas tem objetivos dirigidos ao Polo Socioeconômico do Objeto. Agora discutimos que o orquestramento também tem objetivo dirigido ao Pólo Socioeconômico. Nas Mini Intervenções Formativas (MIF) conhecemos conceitos que os pares de trabalho utilizaram como ferramentas ao longo de suas histórias de vida. Um conceito conhecido é o de processo de conversão conforme Gliessman (2000, 2010) e Khatounian (2001). As ações agentivas carregam em si as noções de processo de conversão e de sistemas agrícolas¹⁷⁵. As noções de sistema agrícola e processo de conversão poderão ser a ferramenta que auxiliará os pares de trabalho a orquestrarem as ações agentivas. Exemplificamos no quadro a seguir um possível orquestramento correlacionando um sistema agrícola (Que predomina nas operações do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser), ações agentivas, divisão do trabalho (conforme hierarquia) e o processo de conversão:

¹⁷⁵ Ver Khatounian (2001).

QUADRO 7.2 - ORQUESTRAR AÇÕES AGENTIVAS E DIVIDIR TRABALHOS.

Sistema agrícola	Ação agentiva	Divisão do trabalho	Processo de conversão ¹⁷⁶
Lavoura temporária (Soja e milho transgênico milho trigo, aveia); Pastagem permanente (bovinos de leite); Aviário em integração	3) Plano de Crédito e substituição de insumos	Operação: ASTEC faz Plano de Crédito para cultivo na lavoura temporária e recomenda cama-de-aviário	Contribuiu para avançar no Nível 1 Redução e; Nível 2 Substituição de insumos
Idem	4) Troca de atividades nos sistemas agrícolas	Ação: Profissional de ATER da ação agentiva 1) ATER Estratégico	Contribui com o nível 3 Redesenho do sistema de atividade e gera referências
idem	12) Redução da taxa de juros para Linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia	Atividade: Diretores, assessores	Contribui com os três níveis
Idem	15) Projeto Agroflorestas	Ação: Profissional de ATER da ação agentiva 1) ATER Estratégico	Contribui com o nível 3 Redesenho do sistema de atividade
Idem	9) Mudança de objeto da Comunidade Cooperativa (Crédito para investimento)	Ação: Profissional de ATER da ação agentiva 1) ATER Estratégico	Contribui com o nível 3 Redesenho do sistema de atividade
Idem	7) Comercialização Agroecológica	Atividade: população mobilizada pela ação agentiva 14) Projeto de Desenvolvimento da Região Sudoeste	Contribui com o nível 4 estabelecimento de relações entre produção e alimentação humana

Fonte: o autor.

NOTA: este quadro é apenas exemplo da possibilidade de orquestramento das ações agentivas. Ao nosso ver somente é válido o orquestramento efetivado junto aos trabalhadores em colaboração.

7.11.3 Um pequeno passo transitivo

Dentre as ações agentivas que identificamos, algumas sofrem maiores conflitos, enquanto outras não sofrem conflitos. As que não sofrem conflitos a priori tem um potencial maior de serem ferramentas (instrumentos) mediadoras dos pensamentos opostos dos indivíduos (sujeitos) dos sistemas de atividades da Rede

¹⁷⁶ Nível 1: eficácia na utilização da tecnologia convencional, espaçamento e densidade ótima, máquinas especiais, agrotóxicos faixa verde, monitoramento de pragas e inseticidas seletivos; Nível 2: substituição de insumos e adoção de tecnologias alternativas, insumos de origem vegetal e mineral (pós de rocha), controle biológico, fixação biológica de nitrogênio e cultivo mínimo; Nível 3: redesenho do sistema agrícola, rotações, cultivo múltiplo, agroflorestação, dimensionamento do sistema, adequação e realocação de instalações; Nível 4: restabelecimento de relações humanas entre aqueles que cultivam alimentos e aqueles que necessitam de alimentos.

de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. No caso pesquisado existe uma zona em que os diálogos não prosperaram desde que ocorreu o evento crítico referente a adoção/implantação do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. O estudo revela pensamentos extremos quanto ao modo de operacionalizar o crédito rural.

O primeiro extremo (em termos de pensamentos opostos) que discutimos é o que mais distancia os trabalhadores. Este distanciamento dificulta/impede que colaborem entre si. Sem colaboração não há estabelecimento de acordos. Em um extremo temos o modo atual de operacionalizar o crédito rural. Como já explicitado repetidamente, se lastra nas monoculturas (mercadorias) para exportação, áreas agrícolas maiores, venda casada de agrotóxicos, assistência técnica de escritório (ASTEC) com Sistema Integrado de Crédito (SIC). No outro extremo temos como pensamento um novo modo de operacionalizar o crédito rural para Pequenos Agricultores Familiares praticantes da Agroecologia com foco no conceito de camponeses (sistema agrícola, diversificação de culturas, venda local, troca de conhecimentos tradicionais entre agricultores). Os acordos até então não foram construídos e a distância (divergência entre pensamentos) entre as partes se ampliou ao longo dos anos. O ponto que os afasta extremadamente é que os Pequenos Agricultores Familiares praticantes da agroecologia¹⁷⁷ fazem pouco uso dos insumos agrícolas. A agroecologia no contexto da pesquisa é a negação dos insumos industriais e a negação da produção de mercadorias para exportação. Isto afronta o Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser ao ponto de dificultar/impedir dialogo entre trabalhadores dos níveis hierárquicos e dos distintos sistemas de atividades que compõem a Rede. Em outras palavras, a colaboração é limitada quanto a este tema. Ainda, este pensamento que nega os insumos industrializados, também nega a remuneração dos técnicos operadores, já que esta é vinculada aos orçamentos dos Planos de Crédito do Pronaf Custeio. Neste caso não há uma zona com inúmeras possibilidades de diálogo que leve trabalhadores para a transição da situação presente do uso do crédito rural criticado para uma situação futura do uso do crédito rural. Não são pensamentos próximos, mas sim distantes e sendo cada vez mais afastados pela contradição primária, secundárias e

¹⁷⁷ Aqui nos referimos ao pensamento da agroecologia que a concebe como pratica campesina. A escola de Chayanov (1974) sustenta que o camponês não maximiza o lucro e a renda, logo problematiza que a lei de valor¹⁷⁷ não se aplica para a produção camponesa.

terciária. Não estamos duvidando da importância ou da possibilidade da construção de um crédito rural para custear os Pequenos Agricultores Familiares praticantes da agroecologia, em diversificação de culturas, venda local e ATER em nível de imóvel, mas sim relevando que nas manifestações discursivas de contradições dialéticas não há evidências de haver uma zona favorável para construir um novo modelo de crédito rural que os contemple no curto prazo. Representamos estes pensamentos extremados na figura seguinte. Os círculos com linhas contínuas representam que os pensamentos estão hermeticamente fechados em relação ao outro. O raio entre os círculos representa o distanciamento entre os pensamentos e consequente dificuldade/impossibilidade de diálogos para construir algo novo que caracterize uma nova forma social:

FIGURA 7.6 - EXTREMOS DOS MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO.



FONTE: o autor.

Segundo Querol (2011, p. 69) a idéia principal do conceito de Engeström (1987) é que um problema não resolvido no nível¹⁷⁸ hierárquico de ação, pode ser resolvido no nível hierárquico de atividade que está acima e; a resolução das contradições ocorre com abrangência de Rede de Sistemas de Atividades. O distanciamento (isolamento) entre os pensamentos extremados dificulta/impede o compartilhamento das ações agentivas tanto nos níveis de hierarquia quanto entre os sistemas de atividades da Rede. Este distanciamento entre os pensamentos não

¹⁷⁸ FIGURA 2.3 - NÍVEIS HIERÁRQUICOS DO SISTEMA DE ATIVIDADE.

deu até então margem para os trabalhadores efetivarem algo novo na prática e de modo generalizado.

No segundo extremo que descobrimos em colaboração com os trabalhadores não há uma grande distância (em termos de discordâncias) que separa os pensamentos opostos. São pensamentos que já se entrelaçam. Em um extremo do entrelaçamento temos a situação presente do uso do crédito rural criticado com operacionalização do crédito para monoculturas (mercadorias) de exportação, áreas agrícolas maiores, venda casada de agrotóxicos, ASTEC de escritório com a ferramenta operacional SIC e; no outro extremo do entrelaçamento temos uma nova forma social em construção por meio da Ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos com operacionalização para Pequenos Agricultores Familiares da Agroecologia com foco nas noções de Agricultura Familiar, cadeia produtiva, integração total ao mercado, ASTEC e ATER em nível de imóvel para o processo de conversão do sistema agrícola, aceitação da cultura de soja orgânica como mercadoria e aceitação do uso de insumos conforme regras da certificação para orgânicos¹⁷⁹ de exportação. Este modo de operacionalização do crédito rural, já praticado em pequena escala pela comunidade cooperativa pesquisada, porém sem registro no Sistema Integrado de Crédito (SIC) da Central Cresol Baser se coaduna com o conceito de agricultura familiar¹⁸⁰ que segundo Abramovay (1998) tem a capacidade de inovações tecnológicas; bem como se coaduna com a agroecologia de Gliessman (2000) que enfatiza o processo de conversão¹⁸¹. Estes extremos de pensamentos, que já se entrelaçam, não estão distantes um do outro nem em termos de hierarquias e nem em termos de sistemas de atividades da Rede. Eles dialogam entre si ao longo dos anos e já construíram relações dialéticas que conduziram a operacionalização do crédito rural para os cooperados que produzem soja orgânica certificada para exportação. Nestas operações ocorre o uso do crédito rural para compra de fertilizantes gerados pela cultura local (cama-de-aviário) ou ainda insumos agrícolas de origem industrial (origem local ou não local) com certificação orgânica, sem glosa do seguro agrícola (PROAGRO).

¹⁷⁹ Agriculturas de base ecológica: a Lei nº 10.831 de 23/12/2003 (BRASIL, 2003) referendou ecológico, biológico, biodinâmico, agroecológico, natural, sustentável, regenerativo, biológico e Permacultura.

¹⁸⁰ 5.1.2 Agricultura familiar: modelo político direcionador.

¹⁸¹ 5.1.3 Agroecologia ou agriculturas de base ecológica.

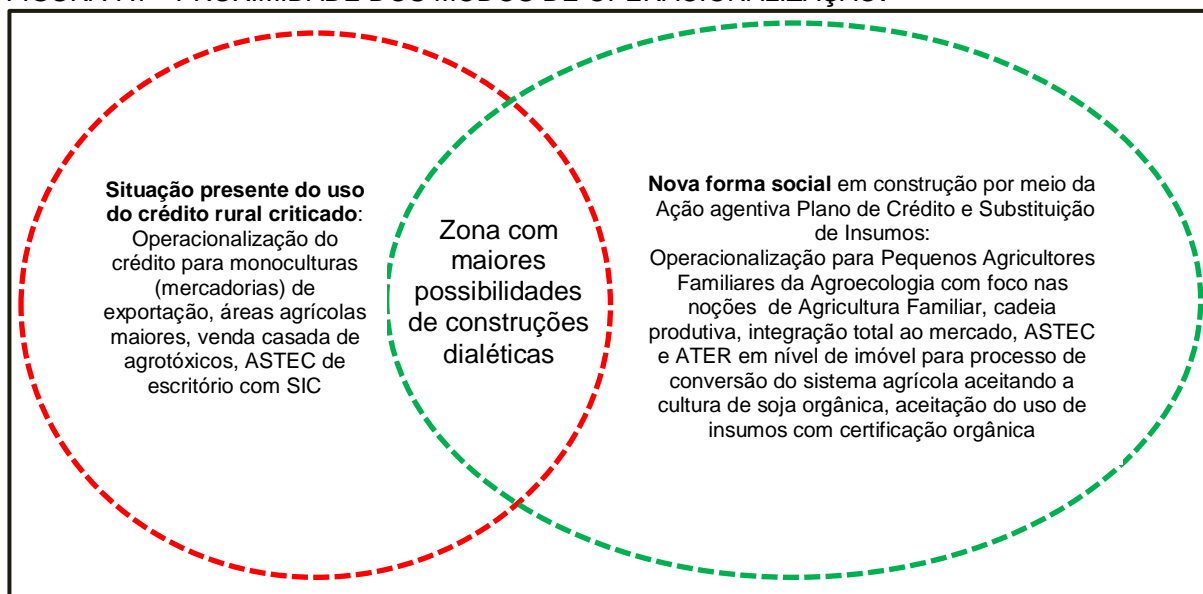
O modo de operacionalização do crédito rural que aceita a cama-de-aviário, propicia antes de tudo que um grande número de cooperados produtores de soja sejam orientados por técnicos de ASTEC e até mesmo por profissionais de ATER para iniciarem o processo de conversão. Isto porquê segundo Gliessman (2000) o nível dois do processo de conversão prevê à substituição de insumos e adoção de tecnologias alternativas, insumos de origem vegetal e mineral (pós de rocha), controle biológico, fixação biológica de nitrogênio e cultivo mínimo. Defendemos que a ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos (número 3) é uma nova forma social que está em dialogo com a situação presente do uso do crédito rural criticado. Neste caso existe uma zona de possibilidades. Os trabalhadores dos vários níveis hierárquicos e dos distintos sistemas de atividades em colaboração poderão construir uma Linha de Crédito Rural específica e oficial que contemple o nível dois (substituição de insumos) do processo de conversão.

Quando os agricultores adquirem os insumos com características¹⁸² normatizadas pela Lei nº 10.831 de 23/12/2003 (BRASIL, 2003) não negam a viabilidade financeira da Assistência Técnica (ASTEC) e abrem uma perspectiva dos técnicos operadores contribuírem para o processo de conversão. Deste modo há possibilidade dos operadores de ASTEC colaborarem com profissionais de ATER que orientam cooperados (que cultivam soja transgênica e outros cereais em monocultura) para o processo de conversão. Nesse caso há uma zona com possibilidades em que os diálogos prosperaram aproximando os trabalhadores. Neste segundo extremo a contradição primária, secundárias e terciária até então não provocou conflitos impeditivos do diálogo entre os trabalhadores que ocupam funções da divisão do trabalho em distintos níveis hierárquicos e nos distintos sistemas de atividades que compõem a Rede da comunidade cooperativa UNICAFES. A seguir representamos o entrelaçamento dos pensamentos opostos. O círculo da esquerda (Situação presente do uso do crédito rural criticado) é com uma linha pontilhada e representa a permeabilidade e predisposição para construções dialéticas em relação a nova forma social. A forma oval da esquerda também com uma linha pontilhada representa a permeabilidade e predisposição para construções dialéticas. A forma oval representa a aproximação objetivada da nova forma social

¹⁸² Incluso cama-de-aviário. Cada região do Brasil conforme cultura agrícola tem distintos materiais (biomassa) que poderão vir-a-ser insumos substituidores de agrotóxicos. A monocultura de cana-de-açúcar já utiliza as ponteiros da cana-de-açúcar, bagaço dos colmos e o vinhoto. Isto é uma prática da produção da cana-de-açúcar certificada orgânica para exportação.

que invade a situação presente do uso do crédito rural criticado. O entrelaçamento dos pensamentos opostos representa a construção dialética que já ocorre entre os trabalhadores dos vários níveis hierárquicos e dos vários sistemas de atividades que compõem a Rede. Neste entrelaçamento temos uma zona com maiores possibilidades de construções dialéticas:

FIGURA 7.7 - PROXIMIDADE DOS MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO.



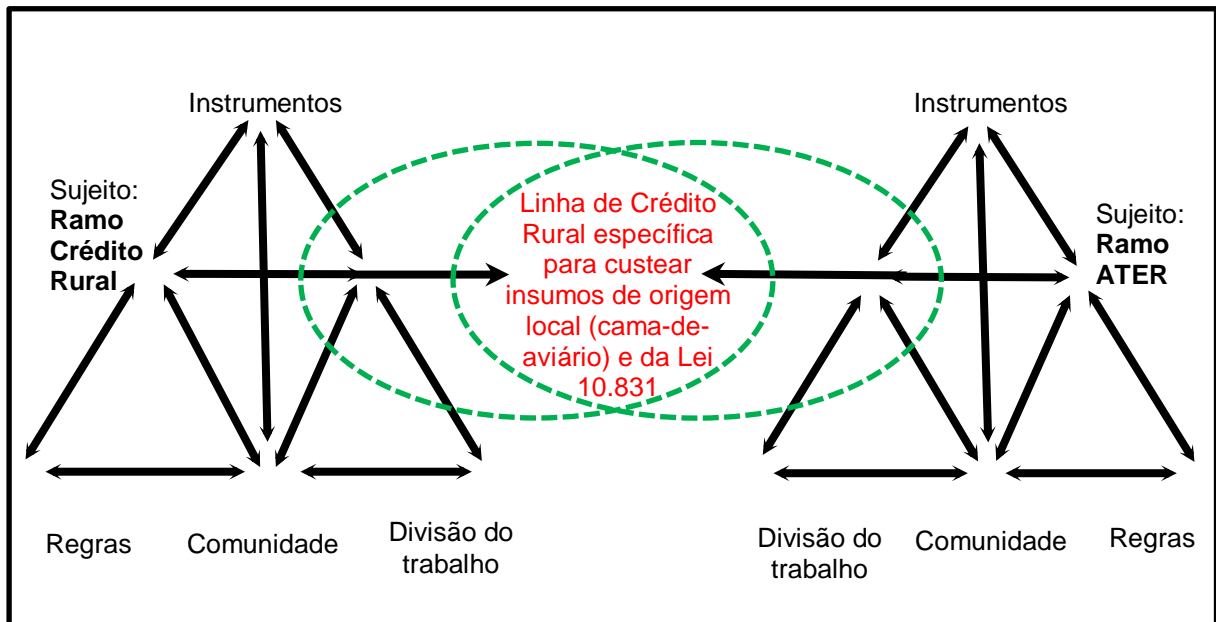
FONTE: o autor.

Nesta zona com maiores possibilidades de construções dialéticas é que os trabalhadores poderão construir acordos para efetivarem oficialmente¹⁸³ uma Linha de Crédito Rural específica para custearem o início (Nível 1 e Nível 2) do processo de conversão. A formalização de uma linha de Crédito lastrada na Ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de insumos é um pequeno passo que aumenta às possibilidades para trabalhadores transitarem da forma atual presente para a nova forma social por eles manifestada.

¹⁸³ Oficialmente: no sentido de que cada operação estará contida explicitamente no Sistema Integrado de crédito do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Isto é possível por haver ajustes entre as regras internas e a legislação do SNCR.

Representamos a sugerida Linha de Crédito como um objeto compartilhado entre os sistemas de atividades correlatos aos ramos Crédito Rural e ATER¹⁸⁴ da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES:

FIGURA 7.8 - OBJETO SUGERIDO À SER COMPARTILHADO.



Fonte: o autor.

NOTA: particularização inspirado em ENGESTRÖM (2001).

Este pequeno passo que sugerimos aos trabalhadores não é um fim em si. Ele é insuficiente para atender as necessidades dos Pequenos Agricultores Familiares em geral. É apenas o caminho sugerido por Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) em que as partes (pensamentos opostos) tem maiores possibilidades de compartilhamento de um objeto. Para nós a pratica do compartilhamento de objeto abre uma perspectiva de desenvolvimento dos trabalhadores. Ainda ponderamos que a contradição primária desviou o sujeito do seu rumo de modo a que este atualmente tenha se especializado¹⁸⁵ na operacionalização de três monoculturas (soja, milho, trigo) direcionando para estas 83,47% dos recursos financeiros captados do Pronaf Custeio. Além da ferramenta SIC direcionar o uso

¹⁸⁴ Neste caso a ASTEC burocrática é incluída na divisão do trabalho como colaboradora do processo de conversão. Logo a incluímos como parte da ATER com função específica de recomendar tecnicamente cama-de-aviário e demais insumos conforme Lei nº 10.831 (BRASIL, 2003).

¹⁸⁵ Ver 4.1.1 Sistematização: produtos financiados com Pronaf Custeio.

dos recursos financeiros também ponderamos que a cultura dos cooperados/clientes também está lastrada no monocultivo de cereais. Deste modo se os trabalhadores conseguirem operacionalizar o crédito rural numa Linha de Crédito que possibilite oficialmente recomendar tecnicamente a cama-de-aviário (e insumos previstos na legislação de agricultura orgânica nacional) para o seu grande número de cooperados que historicamente cultivam cereais em monoculturas, poderão fazer transformações significativas. Este estudo sustenta que se a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES compartilhar o objeto Linha de Crédito Rural específica para custear insumos de origem local (cama-de-aviário) e da Lei 10.831, mesmo que a priori sirva ao propósito de custear monocultura de soja orgânica¹⁸⁶ certificada, abrirá possibilidades para os trabalhadores também efetivarem as demais relevantes ações agentivas que exigem maiores esforços. A Linha de crédito sugerida é uma ferramenta rudimentar quando comparada a sofisticação da nova forma social manifestada pelos pares de trabalho das Mini Intervenções Formativas (MIF). As transformações¹⁸⁷ nos sistemas agrícolas dos cooperados que cultivam soja transgênica somente serão aceitas (pelos cooperados e/ou clientes) de modo gradual, todavia o aprendizado e o desenvolvimento dos trabalhadores também somente ocorrerá de modo gradual. Um pequeno passo criando a Linha de Crédito que legaliza a substituição de insumos na monocultura da soja orgânica é o início de uma longa caminhada que poderá reunir um maior número de trabalhadores compartilhando objetos e colaborando entre si. É a colaboração que propicia transição da aprendizagem ao desenvolvimento.

7.11.4 Avançar da aprendizagem ao desenvolvimento

No caso empírico pesquisado as ações agentivas resultantes de aprendizado dos trabalhadores tem objetivos dirigidos aos dois pólos do objeto. Quando as ações tem objetivos dirigidos ao Pólo Financeiro/valor de troca culminam

¹⁸⁶ A redução do uso da quantidade de agrotóxicos como o organoclorado Endosulfan, por si só justifica a Linha de Crédito para substituição de insumos tóxicos por insumos da agricultura orgânica conforme legislação.

¹⁸⁷ As transformações devem ser pensadas a partir de uma situação concreta. A situação é que o cultivo de soja transgênica já está instalado com auxílio do Pronaf Custeio ao longo dos seus vinte anos. O uso do solo ocorre com cereais e prioritariamente com soja transgênica, logo esta é a situação a ser enfrentada. Este é o ponto de partida. Todavia os pensamentos extremos que imaginam eliminar o cultivo de soja transgênico imediatamente e instalar uma grande agrofloresta não são processuais. Não sendo processuais também não são efetivos.

em aprendizado para resolverem situações emergenciais, logo são ações paliativas. É o caso do aprendizado que conduz a transformação da ferramenta SIC para SIC MOB. É um aprendizado condicionado a execução de tarefas padrão do MCR. Os trabalhadores inegavelmente estão subordinados as regras do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A subordinação influencia no aprendizado que limita os trabalhadores a ficarem numa fase (Duplo vínculo, Transformação 1) do ciclo de aprendizagem expansiva em que simplesmente ajustam os elementos do(s) sistema(s) de atividade(s), com novas tecnologias e novas maneiras de fazerem o que já fazem. É um aprendizado para trabalhadores padronizarem ações tornando-as operações repetitivas. Destacamos que segundo Leontiev (1981) as operações são rotinas inconscientes. A aprendizagem para rotinas inconscientes é contraponto aos trabalhadores efetivando ações conscientes que os conduzem à descoberta de suas contradições. Esta aprendizagem subordinada às regras do SNCR é limitada e reduz o horizonte de possibilidades dos trabalhadores da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Segundo Friedrich (2012) a primeira tese de Vygotski afirma que a aprendizagem e o desenvolvimento humano são processos interdependentes e que aprendizagem precede ao desenvolvimento.

O ciclo de aprendizagem empírico ilustra um fenômeno concreto em que os trabalhadores alcançam aprendizado, entretanto a tensão que sofrem devido às contradições, os limita no que se refere a alcançarem desenvolvimento das funções psicológicas superiores, suficientemente para efetivarem de modo generalizado ações conscientes superadoras das contradições. O desafio dos trabalhadores da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES é o de passarem de um estado da aprendizagem, que os limita à processos de inconsciência, para um estado de desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores. Sustentamos que é esta passagem de um estado (aprendizagem) ao outro (desenvolvimento das funções psicológicas superiores) que propiciará aos trabalhadores maiores possibilidades de completarem seu ciclo de aprendizagem expansivo conforme teoria que descreve a quinta fase do ciclo de aprendizagem expansiva. O estudo empírico corrobora com Engeström (1987) quando este elucida que os sujeitos estão apreendendo algo que não é conhecido. Defendemos que o desafio manifestado pelos trabalhadores colaboradores das Mini Intervenções Formativas (MIF) é o de criarem uma Ponte sobre o Abismo que aparta Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e

agroecologia e o crédito rural. Na análise histórica dos conceitos¹⁸⁸ conhecemos e comentamos parcela dos conceitos¹⁸⁹ que chegaram a comunidade cooperativa ao longo do ciclo de aprendizagem empírico e que portanto também são ferramentas utilizadas pelos trabalhadores. Estes conceitos como ferramentas não conduziram os trabalhadores ao desenvolvimento das suas funções psicológicas superiores, suficientemente para completarem um ciclo de aprendizagem expansivo. Os conceitos como parte de teorias que chegaram até a comunidade cooperativa não tem algo na forma de conhecimento que tenha até então guiado os trabalhadores para superarem suas contradições. Pelo contrário, são arrastados pela contradição primária, que desdobra-se em contradições secundárias e terciária forçando-os a resolverem situações emergenciais e tarefas padrão obrigatórias por legislações¹⁹⁰. Neste caso o estado de necessidade força os trabalhadores a apreenderem, entretanto somente às contradições tornadas conscientes é que motivam os trabalhadores ao desafio de apreenderem algo que ainda não é conhecido e que não chegará como conhecimento pronto até eles. O algo não conhecido quando gerado a partir das contradições é fruto do próprio desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos trabalhadores.

Para nós o aprendizado colaborativo entre trabalhadores precede ao desenvolvimento de funções psicológicas superiores que terão potencial de afrontarem a contradição primária (Valor de Uso e Valor de Troca). O aprendizado colaborativo tem um significado relevante por poder conduzir os trabalhadores ao desenvolvimento. Entretanto não significa que todos os sujeitos(s) individuais e/ou coletivos da Rede de Sistemas de Atividades tenham que dialogar e colaborar simultaneamente. Para Querol (2011, p. 70) “[...] podem ser grupos ou combinações de indivíduos, que estejam experimentando juntos, a busca por novas soluções em experimentação definida e com comunicação constante”. As sessões de Mini Intervenções Formativas (MIF) efetivadas conforme procedimentos metodológicos desta pesquisa são momentos de colaboração que em teoria potencialmente contribuem com o desenvolvimento dos trabalhadores. Segundo Querol (2011, p. 70) o conceito “desafio de aprendizagem” aponta a direção preferível e

¹⁸⁸ 5.1 CONCEITOS CORRELATOS À ATIVIDADE.

¹⁸⁹ 5.1.1 Campesinato; 5.1.2 Agricultura Familiar: modelo político direcionador; 5.1.3 Agroecologia ou agriculturas de base ecológica; 5.1.4 Solidário: um conceito criticado; 5.1.5 Crescimento econômico vezes desenvolvimento econômico?

¹⁹⁰ Destacamos o Manual de Crédito Rural (MCR) por este ser a fonte consultada para parametrizar a ferramenta operacional Sistema Integrado de Crédito (SIC) da Central Cresol Baser.

recomendável para se avançar. Para o caso empírico pleno de dilemas, conflitos, conflitos críticos e duplos vínculos apontamos o compartilhamento das ações agentivas e a criação de uma Linha de Crédito dentro das limitadas possibilidades da ZDP para que os trabalhadores tenham um objeto comum. É a própria colaboração dirigida ao objeto comum que lhes propiciará expandir o ciclo de aprendizagem empírico.

7.11.5 Expandir o ciclo de aprendizagem empírico

Correlacionando o ciclo de aprendizagem empírico e o ciclo de aprendizagem expansiva teórico discutimos os desafios da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Antes de tudo enfatizamos que o ciclo de aprendizagem empírico demonstra limites no que se refere a alcançar as cinco fases previstas no ciclo de aprendizagem expansiva teórica. Conforme Engeström (1987, p. 189) na segunda fase (duplo vínculo, análise, transformação 1) os participantes da(s) atividade(s) sentem que não é mais possível conduzi-la do modo atual, porém ainda não sabem o que deve ser feito para resolver os desajustes e tensões entre elementos do(s) sistema(s) de atividade(s). Ainda a teoria de Engeström (1987) elucida que é o agravamento da situação problemática que força para a busca de soluções. As soluções podem ou não incluir um objeto mais expandido. Conforme teoria podem ser simplesmente ajustes nos elementos do(s) sistema(s) de atividade(s), como uma nova tecnologia ou uma nova maneira de fazer algo. O ciclo de aprendizagem empírico construído no processo de pesquisa desta tese sustenta um fenômeno concreto em que os trabalhadores¹⁹¹ frente as tensões criaram ajustes nos elementos dos sistemas de atividades, tanto com novas tecnologias como com novas maneiras de fazer algo. Também enfatizamos dificuldades e até mesmo impossibilidades de generalização e consolidação das criações entendidas como ações agentivas. Assim apontamos como limite a não expansão do objeto perseguido pelo sujeito. Desde o evento crítico que caracteriza a contradição primária, o sujeito está motivado/forçado a perseguir insistentemente o Pólo Financeiro do objeto polarizado. É este limite apontado pelo ciclo de aprendizagem empírico que deve ser desafiado e superado.

¹⁹¹ Os trabalhadores são os pares de trabalho colaboradores das Mini Intervenções Formativas (MIF).

Expandir o ciclo de aprendizagem empírico expandindo o objeto e/ou gerando objeto compartilhado é o desafio maior que as contradições impõem aos trabalhadores.

Finalizamos a discussão concordando com Querol (2011) e Engeström (1987) no que se refere às contradições serem resolvidas na Rede de Sistemas de Atividades. Ao nosso ver não são suficientes ferramentas dirigidas ao nível operacional da hierarquia dos sistemas de atividades. As ferramentas necessárias para resolução dos problemas agravados do ambiente empírico devem ter propriedades para elucidar os trabalhadores quanto a contradição primária, secundária e terciária que os afeta. Em outras palavras, são necessárias ferramentas que conduzam os trabalhadores a modificar a relação de dominância do pólo financeiro/valor de troca, que aniquila o pólo socioeconômico/valor de uso ao longo dos anos. Sustentamos que um novo objeto não é gerado por trabalhadores pela simples substituição de ferramentas tecnológicas e/ou conceituais (velho pelo novo), mas sim pelas inerentes necessidades que surgem quando os pólos do objeto perseguido se degladiam. No caso empírico desta tese, durante o período de realização do processo de pesquisa¹⁹² o Pólo Financeiro/valor de troca prevaleceu no que se refere ao modo atual de uso do crédito rural, entretanto futuramente o Pólo Socioeconômico pode prevalecer como uma nova forma social.

¹⁹² Fase entre 2013 a 2015 em que ocorreu a colaboração ente pesquisadores e trabalhadores.

8 CONCLUSÕES

Nas palavras finais desta tese ponderamos quanto à suficiência do processo de pesquisa e metodologias no que se refere à hipótese e objetivos da pesquisa. A Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho¹⁹³ (PDT) é a ferramenta que nos guiou para procedermos metodologicamente. Conforme Virkkunem e Newnham (2015) a PDT teve origem na Finlândia no final da década de 1970 e sua origem é atribuída à necessidade de treinamentos em ambientes de trabalho para empregados de empresas (privadas) e de unidades de administração pública. A necessidade de treinamentos foi provocada pela regulamentação de uma legislação e de novos sistemas de planejamento e controle, necessários para gerenciar empresas em crescimento, bem como para administrar a expansão de serviços do estado de bem-estar social. A PDT que nos inspirou trata-se de uma intervenção para mudança organizacional realizada em 2008 e 2009, com o grupo de gestão de atendimento domiciliar municipal para os idosos na cidade de Helsinque. O atendimento domiciliar (*Home care*) municipal de Helsinque emprega mais de 1.700 trabalhadores atendentes domiciliares principalmente com prática em enfermagem, e enfermeiros. Ele dá suporte aos idosos que vivem em casa com vários tipos de problemas que exigem atendimentos médicos. Os gestores de assistência domiciliar estão lutando para redefinir o seu serviço, de modo a atender exigências em problemas como o aumento da solidão e exclusão social, perda de mobilidade física e demência. Neste estudo da PDT são nítidos os esforços dos trabalhadores para fazerem além das tarefas padrões conforme legislação também às tarefas que qualificam a vida dos idosos.

Guiando-nos com a PDT estudamos os desafios ao desenvolvimento do crédito rural na agricultura familiar do ambiente empírico que concebemos como Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. A PDT prevê um ciclo com cinco passos. Com o processo de pesquisa e metodologias que efetivamos alcançamos apenas quatro passos do ciclo. No primeiro passo delimitamos e contextualizamos o ambiente empírico com ênfase nas tensões; no segundo passo analisamos em colaboração com pares de trabalhadores a atividade no que se refere às previstas análises histórica do objeto, da teoria histórica do

¹⁹³ No site do *Center for Activity Theory and Developmental Work Research* a metodologia é citada como *Developmental Work Research (DWR)*.

desenvolvimento das ferramentas e empírica atual. Com isto construímos, com os pares de trabalho individualizados, uma imagem hipotética da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES sendo arrastada pela contradição primária que lhe desviou de um rumo outrora acordado entre fundadores. Com as análises previstas no segundo passo da PDT e por nós efetivadas no processo de pesquisa e metodologias motivamos os trabalhadores colaboradores a conhecerem e enfrentarem as contradições primária, secundárias e terciária da Rede de sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES; no terceiro passo do processo de pesquisa e metodologias ocorreu a geração de novos instrumentos. Os trabalhadores participantes da pesquisa foram estimulados suficientemente para gerarem quinze ações agentivas como instrumentos objetivando a superação das contradições; no quarto passo interagimos com os trabalhadores colaboradores suficientemente para vermos a tentativa de aplicação prática e generalização da ação agentiva Transformação da Ferramenta SIC para SIC MOB com conseqüente conflito de interesses referente a assistência técnica vinculada ao orçamento dos Planos de Crédito do Pronaf Custeio. O quinto passo previsto na Pesquisa em Desenvolvimento do trabalho (PDT) é o relato da pesquisa e avaliação com o conjunto de participantes. Este quinto passo da PDT que também incluímos no processo de pesquisa e metodologias não foi alcançado no período de construção dessa tese. Ainda que tenhamos relatado a pesquisa, não efetivamos o essencial que se refere à avaliação conjunta com os trabalhadores colaboradores da construção dessa tese. Por alcançarmos apenas o quarto passo do processo de pesquisa e metodologias ponderamos que o estudo é suficiente para cumprir as regras acadêmicas, todavia é insuficiente para caracterizar um processo de colaboração entre pesquisadores-interventores e trabalhadores objetivando responder as questões retóricas correlatas ao como superar às contradições históricas. As questões retóricas, como manifestações discursivas de contradições dialéticas, equivalem à solicitação explícita de auxílio para transitarem para um novo modo de operar o crédito rural. Deste modo o quinto passo do processo de pesquisa e metodologias somente pode ser efetivado em uma seqüência de sessões futuras com trabalhadores colaboradores dos sistemas de atividades da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES com abrangência dos três níveis hierárquicos (operação, ação, atividade) e pesquisadores interventores

analisando a ocorrência/ou não ocorrência da prática e generalização das ações agentivas correlatas a superação das contradições.

Na Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT) o Laboratório de Mudanças (LM) prevê dois estímulos. O primeiro estímulo são os dados que espelham a(s) atividade(s). O segundo estímulo pode ser escolhido pelos participantes ou pode ser fornecido pelo pesquisador-interventor. O processo de pesquisa e metodologias que criamos corroboram com as explicações de Engeström (2015) quanto ao Laboratório de Mudanças (LM) ser uma caixa de ferramentas vivente que não pode ser reproduzida mecanicamente. Cada implementação é um esforço criativo que requer uma compreensão das circunstâncias locais e dos potenciais específicos dos sistemas de atividades envolvidos. No caso empírico criamos sessões com pares de trabalho dos sistemas de atividades que compõem a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Denominamos as sessões como Mini Intervenções Formativas (MIF). Inspiramo-nos no método de estimulação dupla de Vygotski (1999) descrito por Virkkunem e Newnham (2015, p. 108) para conduzirmos as sessões, porém não enfatizamos o segundo estímulo. Ao não enfatizarmos o segundo estímulo deixamos por conta dos participantes a escolha dos segundos estímulos. Este procedimento do processo de pesquisa e metodologias não forneceu de modo explícito e acordado uma nova ferramenta analítica para que os pares de trabalho analisassem os dados espelhos (primeiro estímulo) fornecidos pelo pesquisador-interventor. Para Engeström (2015) cada implementação de um novo Laboratório de Mudanças (LM) produz intuições e descobertas que não apenas podem enriquecer e desenvolver ainda mais o próprio método, bem como a teoria que o anima. Com a efetivação do processo de pesquisa e metodologias do ambiente empírico intuimos que como o pesquisador-interventor não forneceu explicitamente novas ferramentas analíticas como um segundo-estímulo, os pares de trabalho recorreram aos velhos conceitos que adotaram ao longo de suas histórias de vida junto à comunidade cooperativa. Isto implica no fato que durante as sessões de MIF do processo de pesquisa e metodologias, os pares de trabalho ficaram submetidos à resolução das contradições sem uma nova ferramenta analítica auxiliar. A intuição suscita que quando os pares de trabalho recorrem aos mesmos conceitos (ferramentas) ficam limitados a recriarem repetidamente ações ineficazes não superadoras das contradições. Ponderamos que o não fornecimento

do segundo estímulo na forma de ferramenta analítica fragiliza o processo de pesquisa e metodologias. O segundo estímulo na forma de ferramenta analítica pode ser o fornecimento das teorias e conceitos da evolução das unidades de análises da Teoria Histórico Cultural da Atividade culminando na unidade de análise que concebe Redes de Sistemas de Atividades interagindo. Com isto concordamos com Virkkunem & Newnham (2015) que a apresentação das unidades de análise aos trabalhadores colaboradores equivale a disponibilizar uma ferramenta que lhes auxilia na interpretação dos dados espelhos e que os leva a compreenderem as causas de suas contradições internas. Defendemos que o processo de pesquisa e metodologias deve ser suficiente tanto para deslocar os conceitos mediadores utilizados repetidamente ao longo da história da comunidade cooperativa quanto para alocar novos conceitos remediadores.

Salvo as fragilidades que apontamos no processo de pesquisa e metodologias consideramos a suficiência dos procedimentos efetivados para alcançarmos objetivos específicos e geral para então sustentarmos a hipótese. Em termos de objetivos específicos **averiguamos** com a metodologia de cascas de cebola de Engeström & Sannino (2011) e **descobrimos** pistas linguísticas rudimentares que nos conduziram às manifestações discursivas de contradições dialéticas dos pares de trabalho das Mini Intervenções Formativas (MIF) conforme categorias dilema, conflito, conflito crítico e duplo vínculo; **revemos** os conceitos relativos ao modo de usar o crédito rural no passado do ambiente empírico quando os pares de trabalho das MIF foram sujeitos do Sistema de Atividade Fundo de Crédito Rotativo e **descobrimos** que os conceitos que motivavam os trabalhadores eram correlatos a uma nova forma social de uso do crédito rural; **elucidamos** com a análise histórica do objeto que o sujeito sofreu desvio de rumo devido a contradição primária iniciada no evento crítico que instalou no ambiente empírico o atual Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser. Assim descobrimos que o Pronaf Custeio para agriculturas de base ecológica¹⁹⁴ e agroecologia¹⁹⁵ é igual a zero no Sistema Integrado de Crédito (SIC) devido ao desvio de rumo que faz com que o sujeito veja e priorize o Pólo Financeiro de seu objeto em detrimento do Pólo Socioeconômico; **conhecemos** transformações da

¹⁹⁴ Como processo de conversão descrito em Gliessman (2010)

¹⁹⁵ Defendido como retorno ao mundo camponês em que Pequenos Agricultores Familiares não objetivam maximizar lucro e renda.

ferramenta operacional Sistema Integrado de Crédito (SIC) na análise histórica da ferramenta. Para isto vinculamo-la ao aprendizado dos trabalhadores quando agiam junto ao Sistema de Atividade Fundo de Crédito Rotativo com ferramentas rudimentares e as novas tecnologias com coordenadas geodésicas (SIC MOB) e de sensoriamento remoto. Com isto **descobrimos** suas inadequações no que se refere a financiar os Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia. A inadequação da ferramenta é devido a reduzirem relações dialéticas (entre profissionais de ATER e cooperados) que são essenciais para a construção de uma nova forma social de uso do crédito rural que prevê o processo de conversão; **respondemos** o porquê ocorre o abismo entre Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia na Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES fundamentados na análise histórica do objeto que confirma a contradição primária (Valor de Uso e Valor de Troca). A contradição primária força para que os trabalhadores (gestores e assessores) estabeleçam um limiar de corte. No caso empírico o limiar de corte têm como parâmetro a inviabilidade financeira das operações de crédito rural com valores abaixo de R\$ 30.000,00. A Mesorregião Sudoeste do Paraná contém 20.099 estabelecimentos agropecuários menores que 10 ha (IBGE, 2006). Logo, estes estabelecimentos agropecuários por demandarem pequenos valores ficam de um lado do abismo enquanto o Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser fica do outro lado do abismo, ainda que existam esforços para transições no modo de operar o crédito rural; **identificamos** a geração de ações resultantes de aprendizado analisando transcritos das Mini Intervenções Formativas (MIF). Nas análises constatamos que o primeiro estímulo (dados espelhos do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser) fornecido aos pares de trabalho foram suficientes para que alcançassem as camadas interpretativa, contraditória e agentiva da causalidade humana conforme descrito por Engeström (2006). Na camada agentiva os pares de trabalho manifestaram um total de quinze ações agentivas para superação de seus problemas correlatos às contradições; **averiguamos** quais ações agentivas são priorizadas e efetivadas na prática nos valendo da categoria conflito. Assim revelamos que ações que são geradas por força da contradição primária e por força de lei do Manual de crédito Rural (MCR) são priorizadas o que implica em manter vivo o modo atual criticado do uso do crédito rural, enquanto as ações agentivas

criadas pelos sentidos dos indivíduos (dos pares de trabalho das MIF) que no seu conjunto orquestrado poderiam vir a caracterizar um novo modo de uso do crédito rural, sofrem dificuldades de serem praticadas em pequena escala e ainda mais dificuldades/impossibilidades de serem efetivadas de modo generalizado junto aos cooperados/clientes da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES; **explanamos** quanto às ações e possibilidades de superação dos problemas do cotidiano dos trabalhadores discutindo os limites das ações agentivas correlacionando-as com o ciclo de aprendizagem empírico. Sustentamos que os trabalhadores (gestores, assessores) não alcançam a fase de Atividade 2 conforme o ciclo de aprendizagem expansiva teórica e; **desenvolvemos** em colaboração com os trabalhadores um processo de pesquisa e metodologias que salvo fragilidades, já comentadas, contribui com a construção de uma Ponte sobre o Abismo que aparta Pequenos Agricultores Familiares praticantes das agriculturas de base ecológica e agroecologia do crédito rural do Sistema de Atividade Pronaf Custeio da Central Cresol Baser como componente da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES.

Em termos de objetivo geral **conhecemos** e explanamos quanto aos desafios que o novo operador de crédito rural Central Cresol Baser como Sistema de Atividade da Rede de Sistemas de atividades da comunidade cooperativa UNICAFES enfrenta. Os desafios que apontamos se sustentam nas noções conceituais da Teoria Histórico Cultural da Atividade e estão detalhados no capítulo de resultados e discussão. Em resumo os desafios são: i) construir uma nova forma social de uso do crédito rural conforme caminho sugerido por Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do ambiente empírico; ii) compartilhar as ações agentivas dos indivíduos (limitado ao seu nível hierárquico) e/ou dos pares de trabalho objetivando extrapolação para os níveis hierárquicos da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES; iii) orquestrar na prática as ações agentivas conforme divisão do trabalho da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES; iv) dar um pequeno passo transitivo criando uma Linha de Crédito apoiada na ação agentiva Plano de Crédito e Substituição de Insumos; v) avançar do aprendizado (limitado ao emergencial) para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores objetivando superação da contradição primária e; vi) expandir o ciclo de aprendizagem empírico.

Ao alcançarmos os objetivos específicos e geral com o processo de pesquisa e metodologias construímos à hipótese que a comunidade cooperativa UNICAFES definida como uma Rede de Sistemas de Atividades carrega consigo ao longo da sua história de estruturação a contradição primária (valor de uso e valor de troca). Esta gera às contradições secundárias (pares de trabalho confrontam regras do MCR) e; à contradição terciária (nova tecnologia do SIC MOB afronta tecnologia defasada do SIC) da Rede de Sistemas de Atividades da Comunidade Cooperativa UNICAFES. Todavia os trabalhadores afetados pelas contradições geram ações agentivas buscando superação de situações agravadas. A tensão exercida pelas contradições arrasta a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES direcionando-a para que priorize ampliação do capital financeiro e execução de tarefas padrão do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e em especial do Manual de Crédito Rural (MCR).

Recomendamos o processo de pesquisa e metodologias desta tese para desencadear processos de colaboração entre pesquisadores e trabalhadores. Na continuidade do processo de pesquisa e metodologias propomos que os pesquisadores interventores compartilhem os resultados desta tese com os trabalhadores, o que equivale a completar o quinto passo do processo de pesquisa e metodologia inspirado na Pesquisa em Desenvolvimento do Trabalho (PDT). São os resultados e discussão desta tese que podem vir-a-ser dados espelhos de Laboratórios de Mudança (LM). Para guiar futuras colaborações entre trabalhadores e pesquisadores no mesmo ambiente empírico sugerimos o desafio de compartilhar na prática as ações agentivas criadas pelos pares de trabalho das Mini Intervenções Formativas (MIF) tendo em vista a Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES e seus vários níveis hierárquicos.

Finalizando esta tese ponderamos que o desafio da superação das contradições e em especial da contradição primária não é uma exclusividade da Rede de Sistemas de Atividades da comunidade cooperativa UNICAFES. Este desafio é pertinente às organizações que estão subordinadas ao sistema econômico e seus aspectos financeiros e que, entretanto perseguem objetos socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Texto para discussão nº 641, Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, abril de 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos a saúde: **Parte 1- Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde**. Carneiro, F. F.; Pignati, W.; Rigoto, R. M.; Augusto, L. G. S.; Rizzolo, A.; Faria, N. M. X.; Alexandre, V. P.; Friedrich, K.; Mello, M. S. C. (Grupo Inter Gts de Diálogos e Convergências). Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

_____. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos a saúde: **Parte 2 - Agrotóxicos, Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. Augusto, L. G. S.; Carneiro, F. F.; Pignati, W.; Rigotto, R. M.; Friedrich, K.; Faria, N. M. X.; Búrigo, A. C.; Freitas, V. M. T.; Guiduccifilho, E. (Grupo Inter Gts de Diálogos e Convergências). Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Relatório de atividades do Programa de Análise de Resíduos em Alimentos de 2009**. Brasília, 2010.

AQUINO Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro (pp. 53-81). In: Grisa, Kátia; Schneider, Sérgio. (Orgs) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

BRASIL/MAPA: Instrução Normativa nº 7, de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 maio 1999. Seção 1, p. 11.

BRASIL/MAPA. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre agricultura orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Seção 1, p. 8.

BRASIL/MAPA. Instrução Normativa nº 16, de 11 de junho de 2004. Estabelece os procedimentos até que se concluem os trabalhos de regulamentação da Lei nº 10.831. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 julho 2004. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 junho 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Seção 1, p. 2-8.

BRASIL/MAPA. Instrução Normativa nº 64 de 18 de dezembro de 2008. Aprova o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Seção 1, p. 21-26.

BRASIL/MAPA. Instrução Normativa nº 54 de 22 de outubro de 2008. Regulamenta a estrutura, composição e atribuições das comissões da produção orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 out. 2008. Seção 1, p. 36-37.

BRASIL/MAPA/MMA. Instrução Normativa Conjunta nº 17, de 28 de maio de 2009. Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 maio 2009. Seção 1, p. 14-15.

BRASIL/MAPA/SAÚDE. Instrução Normativa Conjunta nº 18 de 28 de maio de 2009. Aprova o regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 maio 2009. Seção 1, p. 15-16.

BRASIL/MAPA. Instrução Normativa nº 19 de 28 de maio de 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 maio 2009. Seção 1, p. 16-26.

BRASIL. **Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção**. Brasília: MDA/SAF, agosto, 2006. Relatório de Acompanhamento 2003-2006.

BRONCKART, Jean-Paul. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 375 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CARCANHOLLO, Marcelo Dias. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 9, n. 2 (14), p. 17-43, 1998.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CERF, Marianne; SAGORY, Patrick. Agricultura e desenvolvimento agrícola. In: FALZON, Pierre. **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blucher Ltda, 2012. p. 535-544.

DAMBRÓS, Olivo. “**Extensão Agroecológica Desenvolvida Através de Redes Locais de Organizações da Agricultura Familiar e Camponesa no Estado do Paraná**”. 582 f. Tese (Doutorado em Agroecologia) - Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos/Departamento de Recursos Naturais e Sustentabilidade, Universidad de Córdoba, Córdoba, 2014.

DANIELS, Harry. Introdução à teoria vygotskiana. In: _____. **Vigotsky e a pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 11-48.

_____. Teoria da atividade e pesquisa intervencionista. In: _____. **Vigotsky e a pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 161-202.

DARSES, Françoise; FALZON, Pierre; MUNDUTEGUY, Christophe. Paradigmas e modelos para análise cognitiva das atividades finalizadas. In: FALZON, Pierre. **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blücher Ltda, 2012. p.155-173.

DELGADO, Nelson Giordano. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2009. Relatório técnico.

_____. **Modelo de produção agrária no Brasil**. Seminário de Enfrentamento aos Impactos dos Agrotóxicos na Saúde Humana e no Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz, 4/6/2012.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: O caso da Extensão Rural Pública do Rio Grande do Sul. 274 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade De Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DUARTE, Valdir Pereira. **A Ecologia como Ideologia**: Os Pequenos Agricultores no Sudoeste do Paraná - Brasil Nuances. 230 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, Universidade Nacional Argentina, Posadas, 2011.

ENGESTRÖM, Yrjö. Towards an expansive methodology. In: _____. **Learning by expanding**: an activity-theoretical approach to developmental research. Helsinki: Orienta-Konsultit, 1987. p. 264-279.

ENGESTRÖM, Y. Development, movement and agency: breaking away into mycorrhizae activities. In: YAMAZUMI, K. (Ed.). **Building activity theory in practice**: toward the next Generation. Kansai: Kansai University Press, 2006.

ENGESTRÖM, Y. Expansive learning at work: toward an activity-theoretical reconceptualization. In: **Journal of Education and Work**, Helsinki, v. 14, n. 1, p. 133-156, 2001.

ENGESTRÖM, Y; MIETTINEN, R.; PUNAMÄKI R. L. (Ed.). Activity theory and individual and social transformation. In: _____. **Perspectives on Activity Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999a. p. 19-38.

_____. Innovative learning in work teams: analyzing the cycles of knowledge creation in practice. In: ENGESTRÖM, Y; MIETTINEN, R.; PUNAMÄKI, R. L. (Ed.). **Perspectives on Activity Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999b. p. 377-404.

ENGESTRÖM, Yrjö; SANNINO, Annalisa. Discursive manifestations of contradictions in organizational change efforts: a methodological framework. **Journal of Organizational Change Management**, Helsinki v. 24, n. 3, p. 368-387, 2011.

ENGESTRÖM, Yrjö: Intervenções formativas para aprendizagem expansiva (Prefácio). In: VIRKKUNEM, Jaakko; NEWNHAM, Denise Shelley. **O Laboratório de Mudança: uma ferramenta de desenvolvimento colaborativo para o trabalho e a educação**. Belo Horizonte: Editora Fabrefactum, 2015.

FALZON, Pierre. Natureza, objetivos e conhecimentos da ergonomia: elementos de uma análise cognitiva da prática. In: _____. **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blücher Ltda, 2012. p. 3-20.

FAVARETO, Arilson. Economia Verde e um novo ciclo de desenvolvimento rural. In: **Revista Política Ambiental**, Belo Horizonte, n. 08, p. 131-142, jun. de 2011.

FOLCHER, Viviane; RABARDEL, Pierre. Homens, artefatos, atividades: perspectiva instrumental. In: FALZON, Pierre. **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blücher Ltda, 2012. p. 207-222.

FRIEDRICH, Janette. **Lev Vigotski: mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, Stephen; ROSEMEYER, Martha. **The Conversion to Sustainable Agriculture: Principles, Processes, and Practices**. Boca Raton: CRC Press, 2010.

SILVA, J.F.G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

HEGEL, G.W.F. A verdade da certeza de si mesmo. In: _____. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 135-171.

IBASE. **Relatório PRONAF**: resultados da etapa Paraná. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2006. Relatório técnico.

IBGE. Censo agropecuário 2006. **Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2006.

KAUTSKY, Karl, 1854-1938. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar I: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A agricultura familiar II: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

LEONTIEV, A. N. The General Structure of Activity. In: _____. **Activity, consciousness, and personality**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1978. p. 98-113.

LESAMA, Manoel F.; PICINATTO Antonio C.; QUEROL, Marco A. P. **Dialectics of Expansion and Contraction**: The emergence of a Rural Credit Cooperative in the Southwest of Paraná State, Brazil. In: ENGESTRÖM, Y. *et al.* *Symposia Agentive Learning for Sustainability and Equity: Communities, Cooperatives and Social Movements as Emerging Foci of the Learning Sciences*, 12th International Conference of the Learning Sciences (ICLS), 20-24 jun. 2016, Singapore. Conference proceedings: Transforming Learning, Empowering Learners, v. 2, p. 1049-1050.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação Qualitativa**: Fundamentos e Práticas. Lisboa: Instituto Piaget/Epistemologia e Sociedade, 2012.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2014. p.115-132.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2006. Relatório técnico.

MIETTINEN, Reijo. Contradictions of High-Technology Capitalism and the Emergence of New Forms of Work. In: SANNINO, Annalisa; DANIELS, Harry; GUTIÉRREZ, Kris (Ed.). **Learning and Expanding with Activity Theory**. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 160-175.

MUSSOI, Eros Marion. **Política de Extensión Rural Agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición en las instituciones oficiales**". 414 f. Tese

(Doctorado en Extensión Agroecológica) - Universidade Federal de Santa Catarina/Universidades Internacional de Andalucía y de Córdoba, Córdoba, 2011.

NUNES, Sidemar Presotto; GRIGOLO, Serinei César; GNOATTO, Almir Antônio. A reorganização dos serviços de ATER no Sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista na agricultura. In: NUNES, Sidemar Presotto; GRÍGOLO, Serinei César (Org.). **Assistência técnica e extensão rural no Sul do Brasil: práticas, avanços e Limites metodológicos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2013. p. 21-44.

NUNES, Sidemar Presotto. **Influências Teóricas e Políticas nas Práticas Educativas da Rede Ecológica de Agroecologia**. 321 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PEREIRA QUEROL, Marco Antonio. **Learning Challenges In Biogas Production For Sustainability**: An activity theoretical study of a network from a swine industry chain. 239 f. Tese (Doctorate Studies in Educational Sciences) - Institute of Behavioural Sciences, University of Helsinki, Helsinki, 2011.

PICINATTO, Antonio Carlos. **Agricultura Familiar com Base Tecnológica Orgânica**: Potencial de expansão no Território Sudoeste do Paraná. 276 f. Dissertação (Mestrado em produção do espaço e meio ambiente/desenvolvimento econômico e dinâmicas territoriais) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.

PORTO, M. F. **Modelo de produção agrária no Brasil**. Seminário de Enfrentamento aos Impactos dos Agrotóxicos na Saúde Humana e no Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz, 4/6/2012.

PRIMAVESI, Ana Maria. **A agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1992.

ROUILLÉ d'ORFEUIL, Henri. **Economia Cidadã**: alternativas ao neoliberalismo. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2002.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira**: impactos, políticas públicas e desafios. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012. Texto para Discussão n. 1782.

SAMBUICHI, Regina, R.; OLIVEIRA, M., A. C. Análise das linhas de crédito do PRONAF para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. In: **Revista Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 1-5, dez. 2011.

SCRIBNER, Sylvia. Vygotsky's uses of history. In: TOBACH, Ethel *et al* (Ed.). **Mind and Social Practice**: Selected Writings of Sylvia Scribner. Cambridge: Cambridge University press, 1997. p. 241-265.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1965.

SHANIN T. **La clase incómoda**: Sociología política del campesinado en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910 – 1925). Alianza Editorial. Madrid, 1983.

THOMÉ, Alzemiro. **Ministro da Agricultura e Senadora marcam presença na Assembléia da Central Cresol Baser**. Revista Cresol, Francisco Beltrão, ano 02, p. 06, jul. 2014. Entrevista.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. The mechanism of Creative Imagination (Chapter 3). In: **Journal of Russian and East European Psychology**, v. 42, n. 1, p. 7-97.

VIRKKUNEM, Jaakko; NEWNHAM, Denise Shelley. **O Laboratório de Mudança**: Uma ferramenta de desenvolvimento colaborativo para o trabalho e a educação. Belo Horizonte: Editora Fabrefactum, 2015.

APÊNDICE 1 - PRODUTOS FINANCIADOS PELO PRONAF CUSTEIO

PRODUTOS FINANCIADOS PELO PRONAF CUSTEIO	R\$	continua %
Soja safra de verão - zoneamento agrícola	105.274.661,69	38,2472
Milho safra de verão - zoneamento agrícola	70.474.810,35	25,6041
Trigo safra de inverno - zoneamento agrícola	36.839.109,28	13,3840
Milho safrinha - zoneamento agrícola	17.174.433,42	6,2396
Feijão sequeiro safra secas - z. agrícola - 2a. safra	7.324.975,29	2,6612
Feijão de sequeiro safra verão(zoneamento agricola-1a.safra	6.909.836,99	2,5104
Café robusta (conilon) - não zoneado - não irrigado	4.032.640,24	1,4651
Café arábica - zoneamento agrícola	2.362.247,92	0,8562
Mandioca - zoneamento agrícola	2.179.249,10	0,7917
Milho safra de verão	2.044.474,21	0,7428
Cebola	1.928.437,45	0,7006
Soja safra de verão	1.344.741,52	0,4886
Hortaliças diversas	1.289.793,29	0,4686
Tangerina custeio	1.129.305,79	0,4103
Tomate estaqueado irrigado	1.083.138,11	0,3935
Cebola irrigada	1.033.451,73	0,3755
Feijão sequeiro safra inverno - zon. Agríc. - 3a. safra	1.014.314,16	0,3685
Tomate estaqueado	800.591,13	0,2909
Arroz irrigado	732.483,59	0,2661
Mandioca	658.857,74	0,2394
Banana custeio	624.594,87	0,2269
Café arábica - não zoneado - não irrigado	580.123,26	0,2108
Café robusta (conilon) - zoneado	579.638,45	0,2106
Morango	560.524,39	0,2036
Trigo safra de inverno	504.150,77	0,1832
Milho safrinha	354.111,87	0,1287
Cará	342.943,60	0,1246
Feijão de sequeiro safra de verão	322.787,18	0,1173
Banana (zoneamento)	297.875,92	0,1082
Couve-flor irrigada	289.780,94	0,1053
Café - não zoneado - irrigado	280.003,10	0,1017
Batata inglesa	263.549,72	0,0957
Pimentão	260.123,88	0,0945
Abobrinha - não zoneada	252.909,42	0,0919
Uva vinífera	172.984,93	0,0693
Morango irrigado	171.958,56	0,0628
Tomate rasteiro	162.053,04	0,0625
Uva americana - zoneamento agrícola	152.268,48	0,0589
Couve-flor	190.836,60	0,0553
Mandioquinha, batata baroa, batata salsa, batata aipo ou cenoura branca	151.268,49	0,0550
Repolho	146.959,85	0,0534
Abóbora-moranga	145.447,73	0,0528
Pepino	136.321,31	0,0495
Batata-doce	133.963,77	0,0487
Maracujá	129.995,40	0,0472
Outras lavouras	126.931,52	0,0461

PRODUTOS FINANCIADOS PELO PRONAF CUSTEIO

continua

PRODUTOS FINANCIADOS	R\$	%
Alface	122.844,39	0,0446
Laranja – zoneamento agrícola com risco climático (zarc)	110.063,51	0,0400
Vagem	108.995,05	0,0396
Melancia	106.866,40	0,0388
Erva-mate custeio	106.522,01	0,387
Repolho irrigado	105.617,66	0,0384
Feijão de sequeiro-safra de inverno - 3a. Safra	104.176,00	0,0378
Brócolos irrigado	98.868,67	0,0359
Milho verde	96.001,85	0,0349
Palmeira real	91.867,34	0,0334
Laranja custeio	73.014,67	0,0265
Beterraba	72.336,89	0,0263
Feijão de sequeiro safra das secas - 2a.safra/safrinha	71.811,11	0,0261
Arroz de sequeiro	70.181,50	0,0255
Melancia irrigada	70.120,08	0,0238
Pimentão irrigado	65.562,50	
Alface irrigada	61.824,98	0,0225
Melancia de sequeiro - zoneamento agrícola	58.599,13	0,0213
Cenoura	58.565,92	0,0213
Canola de sequeiro - safra de inverno - zoneamento agrícola	47.106,10	0,0171
Brócolos	46.006,52	0,0167
Cana-de-açúcar	42.233,22	0,0153
Gramma	40.000,00	0,0145
Chuchu irrigado	39.280,00	0,0143
Arroz irrigado	36.681,89	0,0133
Chuchu	35.598,00	0,0129
Caqui	35.050,00	0,0127
Maçã - zoneamento agrícola	30.404,86	0,0110
Abacaxi custeio	27.860,00	0,0101
Pepino irrigado	26.531,22	0,0096
Limão zoneamento agrícola	22.022,00	0,0080
Beterraba irrigada	20.798,42	0,0076
Amendoim - zoneamento agrícola - não irrigado	20.000,00	0,0073
Aveia safra inverno – zoneamento agrícola	19.360,00	0,0070
Feijão de sequeiro safra seca zoneamento agrícola	18.850,00	0,0068
Uva europeia	15.804,50	0,0057
Cenoura irrigada	14.457,53	0,0053
Pêssego zoneamento agrícola	14.321,20	0,0052
Nectarina	10.200,00	0,0037
Milho pipoca safra verão - zoneamento agrícola	9.600,00	0,0035
Avezém	8.922,34	0,0032
Melão irrigado	5.213,00	0,0019
Eucalipto	5.000,00	0,0018
Maracujá irrigado	5.000,00	0,0018
Tomate rasteiro irrigado	4.882,50	0,0018
Aveia safra de inverno - não zoneado não irrigado	4.840,00	0,0018
Abobrinha irrigada	4.712,00	0,0017
Ameixa	4.705,90	0,0017

PRODUTOS FINANCIADOS PELO PRONAF CUSTEIO

conclusão

PRODUTOS FINANCIADOS	R\$	%
Milho pipoca safra verão	4.670,96	0,0017
Maracujá de sequeiro zoneamento agrícola	4.386,00	0,0016
Cacau não zoneado não irrigado segunda safra	4.080,00	0,0015
Pronaf Custeio Central Cresol Baser 2013/2014	275.248.077,87	100,00

FONTE: o autor.

NOTA: extraído do sistema integrado de crédito (SIC) da Central Cresol Baser - Carteira de Crédito.

APÊNDICE 2 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 1

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 1

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Modelo organizativo da Central Cresol Baser (CCB)	(1) Duplo vínculo	Cresol como organização fundada há 20 anos a partir de um método popular seguindo princípios da sua criação e portanto com um diferencial vezes Cresol apenas como uma cooperativa qualquer devido a mudanças drásticas de conduta.
Modelo organizativo da CCB	(2) Duplo vínculo	Construir um sistema cooperativo de crédito rural horizontal de tomada de decisão com os agricultores familiares cooperados instrumentalizados por meio de processos de formação propiciando-lhes discutirem o crédito como instrumento de desenvolvimento vezes apenas repetir o padrão vertical de tomada de decisão das instituições financeiras acatando as decisões do Banco Central do Brasil e aceitando que é um sistema cooperativo vinculado ao sistema financeiro "caminhando" para um sistema convencional.
Modelo organizativo da CCB	(3) Duplo vínculo	A Central Cresol Baser formando cooperados que cooperam na construção do cooperativismo da agricultura familiar (UNICAFES) materializando uma rede dos ramos crédito, produção, comercialização e consumo localmente vezes a Central Cresol Baser não formando seus cooperados e isolando-se da UNICAFES.
Finalidade social da CCB	(4) Duplo vínculo	O papel social do crédito rural como instrumento para desenvolvimento e autonomia (liberdade) das famílias de agricultores cooperados vezes o papel financeiro do crédito rural combatido pelas organizações preconizadoras da Central Cresol Baser em suas origens (Problematizam o crédito rural por este, ser na década de 1970, instrumento para crescimento priorizando produção de <i>comodities</i> e dependência em insumos químicos).
Finalidade social da CCB	(5) Duplo vínculo	Recursos financeiros passam pela Central Cresol Baser e param nas mãos dos cooperados vezes recursos financeiros passam pela Central Cresol Baser e param nas mãos das grandes empresas que vendem agrotóxicos.
Finalidade social da CCB	(6) Duplo vínculo	Oferta creditícia facilitada pela política pública vezes endividamento dos cooperados.
Finalidade social da CCB	(7) Duplo vínculo	As cooperativas singulares que "enriquecem" se afastam dos princípios da solidariedade vezes proposta de constituição de uma rede cooperativa solidária representada pela UNICAFES para articular os ramos de crédito, produção, comercialização e consumo.
Finalidade social da CCB	(8) Duplo vínculo	Existência de 4,3 milhões de agricultores familiares no Brasil vezes apenas 1 milhão de agricultores familiares acessando o crédito.
Finalidade social da CCB	(9) Duplo vínculo	Pronaf como política pública para inclusão dos agricultores familiares no sistema financeiro e mercado vezes cultura da agricultura familiar de algumas regiões de não querer acessar o sistema financeiro.
Finalidade social da CCB	(10) Duplo vínculo	Sistema financeiro e suas ferramentas filtrando grande parte dos agricultores familiares pelo parâmetro capacidade de pagamento vezes SIC interno a Central Cresol Baser que também filtra pela capacidade de pagamento, mas reconhece o problema e busca soluções.
Finalidade social da CCB	(11) Duplo vínculo	Central Cresol Baser disponibilizando crédito rural para os cooperados do Pronaf B sem processo de formação financeira vezes Central Cresol Baser disponibilizando crédito rural para os agricultores familiares do Pronaf B com processo de formação financeira aos cooperados.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 1

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade social da CCB	(12) Duplo vínculo	Cresóis (Singulares) como instituição econômica recebem os cooperados, concedem o crédito rural, procedem conforme as regras do MCR (laudo e perícia) limitam a relação com os cooperados, e cobram inadimplência com advogados vezes Cresóis como instituição socioeconômica formam, orientam tecnicamente e fortalecem os cooperados.
Finalidade social da CCB	(13) Duplo vínculo	A não capacidade da comunidade cooperativa intervir para modificar o crédito para que este possa financiar agricultura “alternativa ou agricultura mais sustentável” vezes o Sistema Integrado de Crédito (SIC) parametrizado pelas normas do zoneamento agrícola que impõe o padrão tecnológico “convencional”.
Finalidade social da CCB	(14) Duplo vínculo	O público (cooperados, dirigentes, funcionários) que entende que cresol é Banco e deve trabalhar na lógica bancária vezes público (cooperados, dirigentes, funcionários) que entende que Cresol é cooperativa solidária e que deve trabalhar a agroecologia e questão ambiental.
ATER	(15) Duplo vínculo	ATER burocrática seguindo as normas do MCR parametrizadas no SIC e que libera o crédito rural sem discussão preliminar com os cooperados vezes ATER Estratégico como processo de formação aos cooperados antes de liberar o crédito rural com as normas do MCR parametrizadas no SIC discutindo e aprofundando o tema agroecologia, pequenas agroindústrias e unidades de referências.
ATER	(16) Duplo vínculo	ATER Estratégico para redução da inadimplência, como processo de formação aos cooperados discutindo e aprofundando o tema agroecologia, pequenas agroindústrias e unidades de referências antes de liberar o crédito rural conforme as normas do MCR parametrizadas no SIC vezes dirigentes que entendem que é “apenas” mais serviço, mais trabalho e não entendem a importância do ATER estratégico para os cooperados.
ATER	(17) Duplo vínculo	O projeto piloto da Central Cresol Baser de Ater Estratégico vezes o Estado que não consegue fazer uma política pública de ATER que oriente a produção de alimentos.
ATER	(18) Duplo vínculo	A Central Cresol Baser como ramo de crédito da comunidade cooperativa e cooperando com o ramo ATER representado pela CENATER vezes Central Cresol Baser afastando-se da comunidade cooperativa e buscando ATER (ASTEC do Plano de Crédito) no mercado (terceirização).
Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Conflito	ATER (Astec do Plano de Crédito) para legalizar o Pronaf Custeio (técnicos fazem o projeto ou plano de crédito totalmente no escritório por meio do SIC ou os fazem indo na propriedade do cooperado para os laudos de vistoria conforme MCR) vezes ATER Estratégico (Profissional de Assistência Técnica e Extensão Rural formando cooperados, discutindo processos, unidades de referência em agriculturas de base ecológica, pequenas agroindústrias, planejamento com os endividados).
ATER	(2) Conflito	ATER (Astec do Plano de Crédito) como um “serviço” para legalizar o crédito utilizando a ferramenta SIC Mob (que obriga pegar coordenada geodésica na propriedade) mantendo relação com o cooperado vezes ATER (Astec do Plano de Crédito) como um “serviço” para legalizar o crédito utilizando a ferramenta SIC (e fazendo em escritório) sem ir na propriedade para fazer a relação com o cooperado.
Finalidade social da CCB	(3) Conflito	Formação para empoderar pessoas vezes formação para treinar pessoas.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 1

conclusão

Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(4) Conflito	CENATER como ramo de ATER dialogando com o ramo crédito rural na comunidade cooperativa vezes CENATER como ramo de ATER da comunidade cooperativa não dialogando com o ramo crédito rural da comunidade cooperativa.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade social da CCB	(1) Dilema	A Central Cresol Baser com capacidade de mobilizar agricultores familiares por ter atendimento diferenciado (regras específicas mais adequadas do que Bancos) garantindo fidelidade de seus cooperados vezes A Central Cresol Baser sem capacidade de mobilizar agricultores familiares por não ter atendimento diferenciado (mesmas regras dos Bancos) não garantindo fidelidade de seus cooperados.
Finalidade social da CCB	(2) Dilema	Crescimento do número de cooperados e da territorialização geográfica da Central Cresol Baser (Sistema com suas Cooperativas Singulares) vezes o consequente “aumento da dificuldade” de mobilização dos cooperados para realizar processos de formação.
Finalidade social da CCB	(3) Dilema	A comunidade cooperativa e seus vários ramos assumem sua característica como não distinta do que já existe vezes efetivar algo que a diferencie.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Modelo organizativo da Central Cresol Baser (CCB)	(1) Conflito crítico	A Central Cresol Baser atualmente como um sistema hierárquico e padronizado que prioriza o aspecto financeiro, crédito rural para crescimento e vê os agricultores familiares como clientes vezes base social que mantém objetivos da constituição do Sistema Cresol de 1995 e defende os cooperados agricultores familiares como sujeitos de um processo que objetiva utilizar o crédito rural de modo “diferenciado” para desenvolvimento.
Modelo organizativo da Comunidade Cooperativa UNICAFES	(2) Conflito crítico	Os ramos da comunidade cooperativa em diálogo vezes ramos da comunidade conflitados e não dialogando.

FONTE: o autor

APÊNDICE 3 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 2

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 2

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Dilema	Reduzir o custo de ATER (ASTEC do Plano de Crédito) ao máximo pagando apenas 0,5% para legalização do Pronaf Custeio conforme MCR, liberando o técnico para vender trabalho aos cooperados das cooperativas singulares da Central Cresol Baser vezes pagar o valor máximo de 2,0% para o técnico fazer uma “assistência técnica esperada que efetiva com continuidade”.
ATER	(2) Dilema	O cooperado da Cooperativa Singular atendido por técnico de empresa que já o tem como cliente vezes cooperado atendido por cooperativa do ramo ATER da comunidade cooperativa (UNICAFES).
ATER	(3) Dilema	O valor de ATER (ASTEC Planos de Crédito com operações abaixo de R\$15.000,00) gerado pelas pequenas propriedades dos cooperados é insuficiente para realizar ATER conforme as normas do MCR vezes o valor de ATER (ASTEC Planos de Crédito com operações acima de R\$ 30.000,00) gerado pelas propriedades agrícolas maiores dos cooperados é que viabilizam a ATER conforme o MCR.
ATER	(4) Dilema	MCR proibindo “venda casada” entre ATER (ASTEC dos Planos de Crédito) e comércio local (casas agropecuárias que vendem adubos e defensivos) vezes a “venda casada” entre ATER (ASTEC dos Planos de Crédito) e comércio local (casas agropecuárias que vendem adubos e defensivos) ocorrendo em geral e também na própria comunidade cooperativa do contexto da pesquisa.
Ferramenta	(5) Dilema	A ferramenta SIC está adequada para as características da agricultura familiar vezes a ferramenta SIC não estar adequada para as características da agricultura familiar.
Ferramenta	(6) Dilema	O técnico de ATER (ASTEC do Plano de Crédito) ocupando seu tempo na operação burocrática com a ferramenta SIC vezes o técnico de ATER reduzindo o seu tempo ocupado na operação burocrática e ocupando seu tempo pra trabalhar junto à propriedade agrícola do cooperado (“como um todo que sempre foi objetivo”).
Ferramenta	(7) Dilema	A ferramenta SIC com Valor Básico de Custeio (VBC) fixado controlando a prescrição dos técnicos operadores dos Planos de Crédito quanto ao orçamento de defensivos e adubos vezes técnicos operadores prescrevendo para suprirem suas expectativas salariais.
Ferramenta	(8) Dilema	A ferramenta SIC com Valor Básico de Custeio (VBC) apenas para cooperados praticantes da agricultura convencional e prioritariamente para <i>commodities</i> vezes A ferramenta SIC com Valor Básico de Custeio (VBC) também para os cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica.
Ferramenta	(9) Dilema	A ferramenta SIC motivando agricultores financiarem culturas agrícolas diversas e propiciando os técnicos de ATER (ASTEC Plano de Crédito) orientarem os cooperados a utilizarem “fertilizantes do sistema agrícola” vezes ferramenta SIC desmotivando agricultores cooperados a financiarem culturas agrícolas diversas e direcionando agricultores cooperados e técnicos para financiarem <i>commodities</i> (soja) e a utilizarem insumos agrícolas (agrotóxicos).
Ferramenta	(10) Dilema	O valor pago aos técnicos de ATER (ASTEC dos Planos de Crédito) por meio da % vinculada ao orçamento dos Planos de Crédito (que são feitos via SIC) e que pode ser no máximo 2% inviabiliza simultaneamente o cooperado pequeno agricultor e o técnico operador vezes o valor pago aos técnicos de ATER (ASTEC dos Planos de Crédito) por meio da % vinculada ao orçamento dos Planos de Crédito (que são feitos via SIC) e que pode ser no máximo 2% viabiliza simultaneamente o cooperado pequeno agricultor e o técnico operador.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 2

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Ferramenta	(11) Dilema	A ferramenta (interna da Central Cresol Baser e de suas Cooperativas Singulares) SIC parametrizada para suprir a demanda dos cooperados agroecológicos vezes A ferramenta (interna da Central Cresol Baser e de suas Cooperativas Singulares) SIC não está parametrizada para atender as demandas dos cooperados agroecológicos.
Ferramenta	(12) Dilema	Realizar as operações obrigatórias do MCR (Plano de Crédito no escritório e três laudos de vistoria na propriedade do cooperado) em 100% das operações efetivadas vezes realizar operações obrigatórias do MCR (Plano de Crédito no escritório e sem realizar os três laudos de vistoria na propriedade do cooperado) indo apenas em parcela (Ex: nos cooperados agroecológicos) das operações efetivadas até a propriedade do cooperado e nos restantes (Ex: Monocultura de soja) valer-se de tecnologia de sensoriamento remoto para monitorar a aplicação dos recursos financeiros no produto financiado.
Ferramenta	(13) Dilema	Para as linhas de crédito do Pronaf Custeio as normas do MCR permitem Planos de Crédito feitos no SIC com orçamentos que contenham os itens defensivos e adubos sem citá-los, e é possível incluir no SIC os “termos” necessários conforme a demanda dos “agroecológicos” vezes para a linha de crédito Pronamp é obrigatório citar e descrever detalhadamente os itens defensivos e adubos.
Linha de crédito	(14) Dilema	As linhas de crédito do Pronaf Custeio sem incentivo quanto a taxas de juros para praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecológico e com exigências documentais vezes linhas de crédito do Pronaf Custeio adequadas para produção convencional, e em especial soja transgênica, com poucas exigências documentais.
Linha de crédito	(15) Dilema	O não acionamento da linha de crédito Pronaf Custeio Agroecologia como algo interno a Central Cresol Baser vezes o não acionamento da linha de Crédito Pronaf Custeio Agroecologia como devido a algo externo a Central Cresol Baser como a falta de política pública governamental, ao aspecto cultural das famílias de agricultores cooperados.
Finalidade social da CCB	(16) Dilema	O agricultor agroecológico está sendo gradativamente isolado pelos técnicos e Cresóis Singulares vezes é o próprio agricultor agroecológico que está se isolando das Cresóis Singulares e dos técnicos.
Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Conflito Crítico	A necessidade da Central Cresol Baser de ter técnicos de ATER desempenhando funções de “mediador” entre cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecológicos, Cresóis Singulares e Central Cresol Baser vezes técnicos que não desempenham funções de “mediador” entre cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecológicos, Cresóis Singulares e Central Cresol Baser.
ATER	(2) Conflito Crítico	Técnicos em relação com os cooperados possibilitando incluir nos projetos técnicos as singularidades da propriedade agrícola, tal como o uso da cama-de-aviário com legalização do seguro agrícola Proagro vezes técnicos sem relação com os cooperados não incluindo nos projetos técnicos as singularidades da propriedade agrícola como o uso da cama-de-aviário sem legalização do seguro agrícola Proagro e consequente glosa do seguro agrícola.
ATER	(3) Conflito Crítico	Técnicos exclusivamente para realizar operações de orientação aos cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecológicos vezes técnicos que fazem operações em geral do crédito rural (ASTECC do MCR), mas que orientam para a diversidade de demandas dos cooperados orientando-os para a substituição de insumos conforme processo de conversão.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 2

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(4) Conflito Crítico	Técnicos que praticam ATER (ASTECC Planos de Crédito) e que dependem de orçamentar defensivos e adubos para satisfazerem necessidades salariais vezes técnicos orientando para o processo de conversão da produção convencional para as agriculturas de base ecológica e/ou agroecológica substituindo insumos e reduzindo a compra de insumos por parte dos cooperados.
Finalidade social da CCB	(5) Conflito Crítico	A não aceitação dos cooperados agricultores agroecológicos que produzem com tecnologias que utilizam poucos insumos externos ao sistema agrícola vezes a aceitação dos cooperados “agroecológico profissional” (Ex: produtores de soja orgânica para exportação) que compra insumos agrícolas.
Finalidade social da CCB	(6) Conflito Crítico	O entendimento que cooperado em processo de conversão (que está sendo orientado para reduzir insumos, substituir insumos etc) já é agroecológico vezes o entendimento que é agroecológico somente quando completou o processo de conversão conforme normas.
Finalidade social da CCB	(7) Conflito Crítico	Cresóis Singulares não “acionando” a linha de crédito “especifica” para o cooperado cultivar soja orgânica vezes Cresóis Singulares “acionando” a linha de crédito do Pronaf Custeio “normal” para o cooperado cultivar soja orgânica.
Ferramenta	(8) Conflito Crítico	A transformação da ferramenta SIC como demanda dos cooperados é provocada pela mediação que os técnicos operadores realizam entre os cooperados e a Central Cresol Baser vezes a transformação da ferramenta SIC não é resultado da mediação que técnicos operadores realizam entre cooperados e Central Cresol Baser, mas sim por normas do MCR que chegam a Central Cresol Baser.
Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Conflito	ATER (ASTECC do Plano de Crédito) fazendo apenas a burocracia de escritório vezes ATER (ASTECC do Plano de Crédito) cumprindo regras do MCR que implicam em fazer laudos de vistoria no local em que ocorre a produção financiada do cooperado.
ATER	(2) Conflito	Viabilização financeira da ATER (ASTECC do Plano de Crédito) “buro” vinculada a prescrição dos defensivos e adubos para propriedades maiores vezes viabilização financeira da ATER (ASTECC do Plano de Crédito) “buro” para propriedades menores por meio de manejo de valores (“up”).
ATER	(3) Conflito	Técnicos de ATER (ASTECC do Plano de Crédito) fazendo projetos e/ou Planos de Crédito nos escritórios com o SIC vezes técnicos de ATER (ASTECC do Plano de Crédito) fazendo projetos e/ou Planos de Créditos com o SIC MOB e “obrigados” a ir ao menos uma vez às propriedades dos cooperados para pegar uma coordenada geodésica.
ATER	(4) Conflito	Viabilização financeira dos técnicos de ATER (ASTECC do Plano de Crédito) “buro” pela prescrição de adubos e defensivos advindos da indústria vezes viabilização dos técnicos de ATER (ASTECC do Plano de Crédito) “buro” pela prescrição de insumos não industrializados como o caso singular do uso da cama-de-aviário.
Ferramenta	(5) Conflito	Adoção de novas tecnologias (SIC MOB) com os técnicos de ATER (ASTECC do Plano de Crédito) “buro” indo até as propriedades dos cooperados para gerar relações vezes adoção de novas tecnologias (Sensoriamento remoto), com os técnicos de ATER (ASTECC do Plano de Crédito) “buro” não indo nas propriedades dos cooperados e conseqüente intensificação da perda de relação.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 2

conclusão

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(6) Conflito	Propriedades agrícolas maiores que geram viabilidade financeira tanto para os técnicos de ATER (ASTECC do Plano de Crédito) “buro” quanto para a Central Cresol Baser e suas Cooperativas Singulares vezes propriedades agrícolas menores que não viabilizam os técnicos de ATER (ASTECC do Plano de Crédito) “buro”, a Central Cresol Baser e suas Cooperativas Singulares.
Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Duplo Vínculo	Técnicos e/ou profissionais de ATER “ideológicos” defendendo agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia e cobrando dos técnicos operadores (ASTECC dos Planos de Crédito) a efetivação da agroecologia vezes a precariedade dos técnicos operadores (ASTECC dos Planos de Crédito) que nem mesmo tem viabilidade financeira para irem nas propriedades dos cooperados e que pouco conhecem das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia.
ATER	(2) Duplo Vínculo	Empresas de ATER cadastradas na Central Cresol Baser (Cooperativas Singulares) vezes as regras do MCR que proíbem tal cadastramento para impedir “venda casada” dos itens adubos e defensivos (agrotóxicos).
Finalidade Social da CCB	(3) Duplo Vínculo	A “escassez” de ATER e a inexistência de uma linha de crédito com juros diferenciados para custeio das atividades agrícolas dos cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecológicas vezes a linha de crédito Pronaf Custeio com juros iguais para todos os cooperados.

FONTE: o autor.

APÊNDICE 4 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 3

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 3

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade social da Central Cresol Baser (CCB)	(1) Duplo Vínculo	Financiar as agriculturas de base ecológica para pequenos agricultores da agricultura familiar (meeiros parceiros, arrendatários) produzirem alimentos vezes financiar monocultura e transgênicos para agricultores com áreas agrícolas maiores produzirem o que o Banco já financiava (<i>comodities</i> para o agronegócio e exportação).
Finalidade social da CCB	(2) Duplo Vínculo	Financiar o cultivo sem veneno e organizar a comercialização vezes financiar o cultivo sem veneno e não priorizar a organização da comercialização.
Finalidade social da CCB	(3) Duplo Vínculo	Aceitação do cultivo dos transgênicos vezes não aceitar o cultivo dos transgênicos.
Finalidade social da CCB	(4) Duplo Vínculo	Agricultores motivados e apoiando a produção de alimentos e venda institucional vezes agricultores desmotivados e não apoiando a produção de alimentos para venda institucional.
Finalidade social da CCB	(5) Duplo Vínculo	Cresol Singular de Pinhão (1995) orientando os cooperados para produzir leite a pasto sem uréia vezes orientação da Emater aos cooperados para produzir leite a pasto com uréia.
Finalidade Social da CCB	(6) Duplo Vínculo	Mobilizar e operar crédito rural para custeio vezes mobilizar e operar crédito rural para investimento. (Obs: Proposta de mudança de objeto)
Finalidade Social da CCB	(7) Duplo Vínculo	Recurso financeiro do Programa Mais Alimentos que deveriam financiar a produção de alimentos vezes recursos financeiros do Programa Mais Alimentos que na prática financiou trator e camionete.
Finalidade Social da CCB	(8) Duplo Vínculo	Pronaf Custeio dificultando os cooperados a produzirem mandioca vezes Pronaf Custeio direcionando para os cooperados plantarem soja transgênica.
Finalidade Social da CCB	(9) Duplo Vínculo	Financiar soja convencional vezes financiar soja transgênica.
Finalidade Social da CCB	(10) Duplo Vínculo	Pequenos agricultores cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser inviabilizados na produção de soja (orgânica, convencional, transgênica) mesmo com o Pronaf Custeio vezes financiamentos das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser predominantemente para financiar soja.
Finalidade Social da CCB	(11) Duplo Vínculo	Pronaf Custeio inadequado para os pequenos agricultores cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser para financiarem suas agroindústrias e agriculturas de base ecológica e/ou agroecológicas vezes Pronaf Custeio adequado para a indústria de insumos agrícolas (agrotóxicos).
Finalidade Social da CCB	(12) Duplo Vínculo	Agricultores familiares cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser na medida que acessam o crédito seguindo o princípio de produzir alimento vezes agricultores familiares cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser na medida que acessam o crédito seguindo o princípio de produzir mercadorias para o agronegócio.
Finalidade Social da CCB	(13) Duplo Vínculo	Pequenos agricultores familiares cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser desenvolvendo atividades agrícolas financiados pelo Pronaf custeio vezes pequenos agricultores familiares cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser cedendo em arrendamento suas propriedades.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 3

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(14) Duplo Vínculo	Pequenos agricultores familiares cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser praticando agriculturas de base ecológica e/ou agroecológica e/ou agroflorestas e transformando a produção em pequenas agroindústrias (queijo, frango caipira, doces de frutas) vezes pequenos agricultores familiares cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Base produzindo soja transgênica.
Comercialização	(15) Duplo Vínculo	A necessidade da existência de um mercado para agricultores orgânicos comercializarem em escala vezes a inexistência de mercado para agricultores orgânicos comercializarem em escala.
Comercialização	(16) Duplo Vínculo	Organização dos consumidores de alimentos das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia vezes a não organização dos consumidores de alimentos das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia.
Enfoque aos agrotóxicos	(17) Duplo Vínculo	Preocupação voltada para o recolhimento da embalagem vezes preocupação voltada ao conteúdo da embalagem que já foi “jogado” na água.
Enfoque Agroecologia	(18) Duplo Vínculo	Agroecologia divinizada (sem veneno é comida do bem é o açúcar mascavo) e para o autoconsumo vezes pacote tecnológico convencional é demonizado (comida do mal com agrotóxicos, açúcar refinado) e para exportação.
Enfoque agroecologia	(19) Duplo Vínculo	Produção agroecológica para autoconsumo e consumo local vezes produção agroecológica para comercialização em escala.
ATER	(20) Duplo Vínculo	Realizar ATER (ASTEC) do MCR somente para o produto financiado vezes realizar ATER com visão sistêmica da propriedade agrícola do cooperado.
ATER	(21) Duplo Vínculo	Técnicos que vão nas propriedades dos cooperados vender insumos vezes a necessidade de técnicos que iriam nas propriedades orientar os cooperados.
ATER	(22) Duplo Vínculo	Realizar ATER (ASTEC) do MCR vinculada ao orçamento do financiamento vezes ATER desvinculada do orçamento do financiamento.
Seguro agrícola	(23) Duplo Vínculo	Proagro adequado para a agricultura familiar, diversificação (Ex: mandioca), agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia vezes Proagro somente está adequado para <i>comodities</i> (Ex: soja transgênica).
Seguro agrícola	(24) Duplo Vínculo	Produção agroecológica sem Proagro submetendo os cooperados a riscos de intempéries vezes produção agroecológica com necessidade de Proagro.
Política pública	(25) Duplo Vínculo	Produção agroecológica reconhecida pelo Estado e compensada por proteção ambiental vezes produção agroecológica não reconhecida e marginalizada pelo Estado.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(1) Conflito Crítico	A crença do não uso dos venenos (agrotóxicos) devido à consciência dos pequenos agricultores familiares vezes a constatação de que os pequenos agricultores familiares ao se tornarem cooperados das Cresóis Singulares e terem acesso aos recursos financeiros começaram a comprar venenos (agrotóxicos).
Finalidade Social da CCB	(2) Conflito Crítico	A função do diretor presidente específica de uma Cresol Singular vezes a iniciativa do diretor presidente em realizar ações para desenvolver a agricultura sem veneno (Agrotóxicos).

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 3

conclusão

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(3) Conflito Crítico	O cooperado da Cresol Singular produziu sem veneno (Agrotóxicos) objetivando reconhecimento vezes a venda do feijão do cooperado da Cresol Singular foi vendido tal qual o feijão com agroquímicos (Agrotóxicos) sem ter reconhecimento.
Finalidade social da CCB	(4) Conflito Crítico	Aceitar o cultivo dos cereais transgênicos financiando-os vezes não aceitar o cultivo de cereais transgênicos não financiando-os.
Finalidade social da CCB	(5) Conflito Crítico	O trabalho das Organizações não-governamentais desenvolvendo agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia (valor de uso) vezes capitalismo trabalhando produção de <i>comodities</i> para exportação.
Política pública	(6) Conflito Crítico	Supostos representantes da agricultura familiar que estão no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) apoiando as demandas dos cooperados agroecológicos (Ex: Seguro Agrícola PROAGRO) vezes supostos representantes da agricultura familiar que estão no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e nem mesmo estão discutindo com a Comunidade Cooperativa (UNICAFES PARANÁ) as demandas dos cooperados agroecológicos.
Política pública	(7) Conflito Crítico	Agricultores cooperados da Cresol Singular praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia comercializando institucionalmente e sendo apoiados pelo governo vezes agricultores cooperados da Cresol Singular praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia não sendo apoiados pelo governo, não recebendo o valor da venda e recebendo represálias policiais (prisão).
ATER	(8) Conflito Crítico	Técnicos de ATER (ASTEAC dos Planos de Crédito) fazendo operação de legalização do Pronaf Custeio no escritório vezes a necessidade de profissionais de ATER orientando cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade social da CCB	(1) Dilema	Produção agroecológica e sem veneno obrigatoriamente vezes produção agroecológica na medida do possível.
Comercialização	(2) Dilema	Existência de consumidores que demandam alimentos orgânicos vezes não existem consumidores que demandam alimentos orgânicos em escala.

FONTE: o autor.

APÊNDICE 5 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 4

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 4

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Conflito	Renovação do inventário dos bens patrimoniais da propriedade do cooperado será feita pelos técnicos (terceirizados de empresas ou Cooperativas de ATER) vezes a renovação do inventário dos bens patrimoniais da propriedade do cooperado será feito pelos analistas (funcionários das Cresóis Singulares).
ATER	(2) Conflito	ATER cooperativa (ramo ATER) da comunidade cooperativa (UNICAFES) prestando serviços as Cresóis Singulares vezes ATER de empresas prestando serviços as Cresóis Singulares por terceirização.
ATER	(3) Conflito	O tamanho real da área agrícola do cooperado que terá o produto financiado vezes o problema do tamanho superestimado da área agrícola do cooperado que terá o produto financiado.
ATER	(4) Conflito	Um único técnico ou analista fazendo o projeto completo e indo apenas o necessário até a propriedade do cooperado para minimizar custos vezes mais de um técnico ou analista indo até a propriedade do cooperado e maximizando custos.
ATER	(5) Conflito	O patrimônio do cooperado é verdadeiro e comprovado pela foto com coordenada geodésica tirada pelo técnico vezes o patrimônio que consta como sendo do cooperado “não é verdadeiro” e não é comprovado por foto com coordenada geodésica tirada pelo técnico.
ATER	(6) Conflito	O técnico (terceirizado de empresa ou de ATER Cooperativa) ou analista (Funcionário da Cresol Singular) fazendo o projeto na propriedade do cooperado, monitorado por coordenada geodésica da foto do aplicativo do SIC MOB vezes técnico (terceirizado de empresa ou de ATER Cooperativa) ou analista (Funcionário da Cresol Singular) fazendo o projeto de “escritório” sem ir na propriedade do cooperado e sem estar monitorado por coordenada geodésica da foto do aplicativo do SIC MOB (Está sendo proibido no redesenho do sistema de atividade).
ATER	(7) Conflito	O analista assume as funções internas das Cresóis Singulares e que eram dos técnicos (funcionários) vezes técnicos (funcionários) das Cresóis Singulares sendo demitidos e terceirização “avançando” com contratos sendo firmados com empresas de ATER (ASTEC dos Planos de Crédito). Obs: Redesenho .
ATER	(8) Conflito	Os técnicos terceirizados indo até as propriedades dos cooperados para fazerem os inventários dos bens patrimoniais sem cobrar e com acordos de parceria em trabalhos vindouros vezes os técnicos terceirizados não indo até as propriedades dos cooperados para fazerem os inventários dos bens patrimoniais sem cobrar, demonstrando desacordos.
ATER	(9) Conflito	Os técnicos de ATER (ASTEC dos Planos de Crédito) se viabilizam financeiramente “acordando” fazerem 500 operações de crédito do Pronaf Custeio em escritório valendo-se do Sistema Integrado de Crédito (SIC) vezes os técnicos de ATER (ASTEC dos Planos de Crédito) “sendo obrigados” a reduzirem o número de operações de crédito do Pronaf Custeio e “sendo obrigados” a ir até as propriedades dos cooperados para fazerem o inventário dos bens patrimoniais com o Sistema Integrado de Crédito (SIC MOB).
ATER	(10) Conflito	Fazer o modelo simplificado que é Plano de Crédito para liberação do Pronaf Custeio vezes fazer Projetos para liberação do Pronaf Custeio.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 4

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Bens patrimoniais dos cooperados	(11) Conflito	Os cooperados com atualização do inventário dos bens patrimoniais e com comprovação fiscal de renovação de sua frota terão “peso positivo” no seu cadastro vezes cooperado sem atualização do inventário dos bens patrimoniais e sem comprovação fiscal de renovação de frota terão “peso negativo” no seu cadastro.
Bens patrimoniais dos cooperados	(12) Conflito	O que deve ser incluso como bens patrimoniais do cooperado é tudo que ele tem em seu nome vezes O que deve ser incluso como bens patrimoniais do cooperado são os itens definidos conforme comunicado 28 (Muitas coisas “não valem a pena” compor como bens patrimoniais do cooperado).
Redesenho do sistema de atividade	(13) Conflito	Aprovação da liberação do crédito ao cooperado realizado pelas cooperativas singulares (atual desenho) vezes aprovação do crédito ao cooperado passando pela Carteira de Crédito da Central Cresol Baser (redesenho).
Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Duplo Vínculo	Os técnicos de ATER (ASTECC dos Planos de Crédito) não vão a campo e legalização as operações financeiras de aproximadamente 500 cooperados em escritório com a ferramenta SIC vezes técnicos de ATER (ASTECC dos Planos de Crédito) sendo monitorados via coordenadas geodésicas da nova ferramenta SIC MOB para fazerem no máximo 200 Planos de Crédito e/ou Projetos Técnicos e “obrigatoriamente” irem acompanhar os produtos financiados nas propriedades dos cooperados. Obs: Redesenho.
ATER	(2) Duplo Vínculo	Limitar os técnicos a fazerem no máximo 200 Planos de Crédito e/ou Projetos Técnicos por ano o que implica em reduzir o ganho do técnico e perder sua parceria com a Cresol Singular vezes não limitar os técnicos a fazerem no máximo 200 Planos de Crédito e/ou Projetos Técnicos por ano para que ele mantenha a parceria com a Cresol Singular.
ATER	(3) Duplo Vínculo	Técnico é sócio da cooperativa de ATER do ramo ATER da comunidade cooperativa (UNICAFES) e atende os cooperados das Cresóis Singulares que são do ramo crédito da mesma comunidade cooperativa (UNICAFES) o que caracteriza uma “ilegalidade” conforme normas do MCR vezes o técnico não é sócio da cooperativa de ATER do ramo ATER da comunidade cooperativa (UNICAFES) mas sim sócio de empresa de ATER e atende os cooperados das Cresóis Singulares que são do ramo crédito da mesma comunidade cooperativa (UNICAFES) o que NÃO caracteriza uma “ilegalidade” conforme normas do MCR.
ATER	(4) Duplo Vínculo	Garantir ATER (ASTECC) do Pronaf Custeio aos cooperados por meio da organização do ramo cooperativo de ATER da comunidade cooperativa (UNICAFES) com riscos de “conflitos de interesse” devido as normas do MCR vezes garantir ATER (ASTECC) do Pronaf Custeio aos cooperados por meio da terceirização com empresas de ATER e sem riscos de “conflito de interesses” devido as normas do MCR.
ATER	(5) Duplo Vínculo	Técnicos de ATER que vão várias vezes na comunidade agrícola e geram custos para fazer Projetos vezes técnicos DE ATER que vão uma única vez e fazem todos os projetos da comunidade reduzindo custos.
ATER	(6) Duplo Vínculo	Cadastros (inventários dos bens patrimoniais) feitos somente a cada 9 meses vezes cadastros (inventários dos bens patrimoniais) feitos em menos de 9 meses estão “proibidos” pela própria ferramenta SIC MOB.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 4

conclusão

Tema	Categoria	Polarização identificada
Bens patrimoniais dos cooperados	(7) Duplo Vínculo	O COLMÉIA (SIC da Central Cresol Baser) somente aceitando os bens patrimoniais dos cooperados que são avaliados em R\$ 500,00 e acima vezes O COLMÉIA (SIC da Central Cresol Baser) aceitando os bens patrimoniais dos cooperados que são avaliados em menos de R\$ 500,00.
Ferramenta	(8) Duplo Vínculo	A ferramenta SIC MOB transformada para resolver apenas os problemas relativamente às normas do Manual de Crédito Rural (MCR) vezes a ferramenta SIC MOB transformada também para ajudar o ATER ESTRATÉGICO.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Bens patrimoniais dos cooperados	(1) Conflito Crítico	Os bens patrimoniais dos cooperados das Cresóis Singulares que são colocados na atualização do inventário (Cadastro) com uso do SIC MOB vezes o fato que o COLMEIA (SIC interno da Central Cresol Baser) não aceita “tudo” como patrimônio.

FONTE: o autor.

APÊNDICE 6 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 5

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 5

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB) e Cresol Singular (CS) Francisco Beltrão/PR	(1) Duplo Vínculo	Pequenos agricultores familiares das comunidades agrícolas dos participantes da pesquisa produzindo sem veneno e sem acesso ao crédito rural do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) até aproximadamente 1995 vezes agricultores (produtores de soja transgênica) das comunidades agrícolas dos participantes da pesquisa produzindo com venenos (agrotóxicos) no ano de 2015 e com acesso ao crédito rural do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(2) Duplo Vínculo	Cooperados da Cresol Singular Francisco Beltrão/PR cultivando orgânico e não operacionalizando uma “enunciada” linha de crédito específica nominada Pronaf Custeio Agroecologia devido a terem mesmos juros e mais dificultadores vezes cooperados da Cresol Singular Francisco Beltrão/PR produzindo orgânico e operacionalizando a linha de crédito Pronaf custeio normal (“PRONAFÃO”).
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(3) Duplo Vínculo	Cultura de não liberar contratos para área orgânica vezes cultura de liberar contratos para área convencional.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(4) Duplo Vínculo	Priorização do aspecto financeiro (Valor de Troca) vezes não priorização do social sendo a não priorização da Agroecologia um exemplo (Valor de Uso).
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(5) Duplo Vínculo	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é apenas parcialmente efetivado com alimentos orgânicos vezes Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deveriam ser totalmente efetivadas com alimentos orgânicos, principalmente nas demandas de alimentação das crianças em escolas.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(6) Duplo Vínculo	Os gestores e assessores da Central Cresol Baser com metas para liberar por meio da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR vinte e quatro milhões de reais (R\$ 24.000.000,00) vezes a realidade de um número de cooperados, incluindo os praticantes de agriculturas de base ecológica e/ou agroecológicas da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR que plantam em suas pequenas áreas agrícolas uma diversidade de verduras e que todavia demandam operações de crédito para pequenos valores monetários (R\$ 1.200,00), pouco contribuindo na meta de liberação dos valores da Central Cresol Baser em constante expansão.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(7) Duplo Vínculo	Os analistas internos objetivando priorização das metas de liberação de recursos financeiros vezes a “não priorização” dos cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecológicas detentores de pequenas áreas agrícolas por estes demandarem a Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR pequenos valores monetários em suas operações de crédito.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 5

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(8) Duplo Vínculo	“Invenção” do cooperado ativo comercial (Aquele cooperado que tem vínculo na poupança, valores maiores no custeio, valores maiores de quotas, compra com cartão) vezes cooperado com pequenas áreas agrícolas praticante das agriculturas de base ecológica e/ou agroecológica e que não é utilitário dos serviços ofertados pela Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(9) Duplo Vínculo	Os pequenos agricultores sócio-fundadores da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR enriqueceram adquiriram mais terras e agora financiam áreas agrícolas maiores vezes os pequenos agricultores sócio-fundadores da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR ao longo dos 20 anos de Pronaf custeio “gestado” pela Central Cresol Baser foram “afastados” da instituição.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(10) Duplo Vínculo	No passado o pequeno agricultor cooperado recebia orientação dos técnicos de ATER na sua propriedade vezes no presente (2015) a orientação não ocorre mais para o pequeno agricultor cooperado, mas sim para cooperados com áreas financiadas maiores e com procedimentos de laboratório e escritório.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(11) Duplo Vínculo	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sendo gestado há 20 anos pela Central Cresol Baser e considerado suficiente pela Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR para os valores máximos demandados por seus cooperados vezes Programa Nacional de apoio ao Médio Produtor (PRONAMP) recentemente sendo gestado.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(12) Duplo Vínculo	“Mito” da pequena agricultura familiar se fortalecendo com o Pronaf Custeio culminando com a crença da “reprodução” das pequenas propriedades nas comunidades agrícolas vezes fragilização das pequenas propriedades agrícolas familiares devido “ao não investimento” e a centralização do capital financeiro para propriedades agrícolas “maiores”, que culmina na compra das propriedades agrícolas “menores”.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(13) Duplo Vínculo	A incompatibilidade entre o Pronaf B para pequenos agricultores vezes a demanda dos cooperados da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR que “mesmo os pequenos” agricultores da região demandam valores monetários acima de quinze mil reais (R\$ 15.000,00).
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(14) Duplo Vínculo	Enunciados quanto à oferta de crédito para agrofloresta vezes não consta no Sistema Integrado de Crédito (SIC) 2013/2014 projetos de operações financeiras para agroflorestas.
ATER	(15) Duplo Vínculo	A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) interna constituída por três (3) técnicos agropecuários “que conhecia”, liberava com qualidade os recursos financeiros e orientava de modo conjugado os cooperados com entendimento e capacitação em Agroecologia foi demitida no período de 2014 a 2015 vezes a Assistência Técnica “obrigatória por lei” para o crédito rural (ASTEC e Planos de Crédito) no caso da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR já está contratada com uma empresa em evidente processo de terceirização, todavia os técnicos não conhecem os cooperados, não conhecem as propriedades agrícolas e conseqüentemente não garantem a qualidade da liberação dos recursos financeiros, porém garantem quantidade de recursos financeiros liberados conforme metas estipuladas pela Central Cresol Baser (CCB).

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 5

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(16) Duplo Vínculo	Conforme as normas do Manual de Crédito Rural (MCR) é obrigatório três (3) laudos técnicos no local do cultivo do produto financiado vezes os técnicos de ATER (ASTEAC dos Planos de Crédito) terceirizados em contratos com empresas realizam uma (1) visita técnica.
ATER	(17) Duplo Vínculo	A ATER (ASTEAC dos Planos De Crédito) atendendo somente os pequenos agricultores não se viabiliza financeiramente nem mesmo reduzindo suas operações ao escritório vezes a necessidade dos cooperados (e da Comunidade Cooperativa UNICAFES) em uma ATER com profissionais especializados em agriculturas de base ecológica e/ou agroecológica.
Linha de crédito Pronaf Custeio Agroecologia	(18) Duplo Vínculo	O “nominado” Pronaf Custeio Agroecologia com juro igual ao Pronaf normal e com exigências documentais relativas à certificação, o que resulta em não operacionalização vezes o “nominado” Pronaf Custeio Agroecologia com necessidade de diferencial na taxa de juros (Juros menores do que o Pronaf Custeio normal) para que seja atrativo aos cooperados, contribuindo para efetivação da linha de crédito Pronaf Custeio Agroecologia.
Linha de crédito Pronaf Custeio Agroecologia	(19) Duplo Vínculo	Existem cooperados (inclusive da vila rural) da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR praticantes das agriculturas de base ecológica certificados e não certificados vezes a “enunciada” linha de crédito agroecologia não é operacionalizada por ter as mesmas taxas de juros e mais dificultadores em termos de burocracia e documentos.
Seguro agrícola (PROAGRO)	(20) Duplo Vínculo	As normas em geral são dificultadoras para operacionalizar o crédito rural Pronaf Custeio com seguro agrícola (PROAGRO) para os agricultores agroecológicos vezes As normas em geral são facilitadoras para acionar o crédito rural Pronaf Custeio e o seu seguro agrícola (PROAGRO) para os agricultores (produtores) convencionais de soja transgênica, bem como os créditos são facilitados em termos de taxas de juros e burocracia de documentos para compra de veículos utilitários e para a compra de tratores no PROGRAMA MAIS ALIMENTOS.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(1) Conflito Crítico	Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR priorizando cooperados com áreas agrícolas aproximadamente de cento e vinte (120 ha) para efetivar operações de Pronaf Custeio de duzentos mil reais (R\$ 200.000,00) vezes Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR não priorizando cooperados com pequenas áreas agrícolas que efetivavam operações financeiras de valores monetários menores que cinco mil reais (R\$ 5.000,00).
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(2) Conflito Crítico	Normativa que proíbe ATER (ASTEAC) interna a comunidade cooperativa e que provocou demissão de funcionário de confiança da Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR vezes os princípios da criação do sistema cooperativo da Central Cresol Baser que propunha ser diferente do cooperativismo verticalizado.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(3) Conflito Crítico	A tomada de decisão “direcionada” pelo critério financeiro (Valor de Troca) mantém analistas como funcionários internos a Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR e terceiriza toda a ATER (ASTEAC) vezes a tomada de decisão “direcionada” pelos princípios da criação da Central Cresol Baser manteria ATER com técnicos internos para orientarem pequenos agricultores familiares.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 5

conclusão

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(4) Conflito Crítico	A Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares como sistema cooperativo de crédito rural diferenciado de “outros” agentes financeiros por priorizar os pequenos agricultores vezes a Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares como sistema cooperativo de crédito rural não se distingue de “outros” agentes financeiros por não priorizam os pequenos agricultores.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(5) Conflito Crítico	Realizar operações de crédito com pequenos valores do Pronaf Custeio gerando custos para a instituição vezes “guardar” o dinheiro na instituição.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(6) Conflito Crítico	Pequenos agricultores cooperados acessando o Pronaf Custeio e desenvolvendo atividades agrícolas características da agricultura familiar vezes pequenos agricultores cooperados não acessando o Pronaf Custeio todavia cedendo suas terras em arrendamento e/ou vendendo as suas propriedades.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(7) Conflito Crítico	Pronaf Custeio para desenvolvimento de atividades agrícolas características da agricultura familiar em pequenas propriedades vezes Pronaf Custeio como “capital de giro” para médias propriedades agrícolas que administram as Declarações de Aptidão do Pronaf (DAP) dos pequenos agricultores.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(8) Conflito Crítico	O capital financeiro do Pronaf Custeio que chega a Central Cresol Baser e é “distribuído” as Cresóis Singulares promovendo atividades agrícolas características da agricultura familiar com os pequenos agricultores cooperados vezes o capital financeiro do Pronaf Custeio que chega a Central Cresol Baser e é “distribuído” as Cresóis Singulares promovendo a produção de soja transgênica (<i>comodities</i>), concentração do capital favorecendo proprietários de áreas agrícolas maiores que administram (arrendamento) por meio das Declarações de Aptidão do Pronaf (DAP) as “terras” dos pequenos agricultores até comprá-las.
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(9) Conflito Crítico	A discordância individual que radicaliza e se contrapõe às decisões “direcionadas” por aspectos financeiros vezes a concordância e aceitação quanto às decisões “direcionadas” por aspectos financeiros devido a necessidade de “fazer funcionar” o sistema de atividade.
Pronaf Mulher	(10) Conflito Crítico	Linha de crédito Pronaf Mulher sem operacionalização vezes a mesma taxa de juros do Pronaf normal apenas com um nome diferente.
Modelo organizativo da Central Cresol Baser (CCB) e Cresol Singular (CS) Francisco Beltrão/PR	(11) Conflito Crítico	Cresol Singular de Francisco Beltrão/PR “conflitando” quanto à demissão dos seus técnicos e a falta de autonomia para decidir quanto a ter técnicos de ATER internos como funcionários vezes Central Cresol Baser definiu que todos os técnicos de ATER (ASTEC) serão externos. (Obs: Redesenho do sistema de atividade)
Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB e CS Francisco Beltrão/PR	(1) Conflito	Pronaf Custeio linha agroecologia não é acionado devido a sua ineficácia (Exigências documentais e com a mesma taxa de juros) vezes Pronaf Custeio “normal” é utilizado pelos cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica (soja orgânica) que conseguem incluir o insumo cama-de-aviário com seguro agrícola PROAGRO.

FONTE: o autor.

APÊNDICE 7 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 6

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 6

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Duplo Vínculo	A política pública não disponibilizou recursos financeiros “suficientes” para a ATER trabalhar a agroecologia o que resultou em fragilização do cooperativismo de ATER que historicamente se dedicou em construir ATER com princípios das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia junto aos “pequenos agricultores” vezes a política pública disponibilizou recursos financeiros para “subsidiar” agricultores a comprarem insumos (agrotóxicos) advindos da indústria.
ATER	(2) Duplo Vínculo	A pesquisa não evoluiu para alternativas ao modelo tecnológico convencional vezes Cooperativa de ATER (Cooperiguaçu) se valeu da experiência de agricultores práticos para orientar outros agricultores.
ATER	(3) Duplo Vínculo	A Cooperiguaçu como cooperativa de ATER (modelo não-governamental) em sua história defendeu agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia vezes Emater (modelo governamental e defasado) em sua história defendeu a modernização conservadora da agricultura.
ATER	(4) Duplo Vínculo	O governo brasileiro priorizou ATER do Estado (Emater) vezes “deixou de lado” as cooperativas de ATER e as empresas de ATER.
ATER	(5) Duplo Vínculo	Na ideologia do governo Lula somente o Estado (Unidade Federativa) é o gestor da ATER vezes a necessidade de fortalecer a ATER não governamental para desenvolver agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia, o que não ocorreu até então.
ATER	(6) Duplo Vínculo	As empresas de ATER vivem da venda de agrotóxicos vezes o Estado poderia ter contratado empresas de ATER para promover agroecologia.
ATER	(7) Duplo Vínculo	O perfil (Finalidade para que foi criada) da Emater é para promover a modernização conservadora da agricultura vezes não há lógica em “acreditar” na Emater para trabalhar com agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia, ou ainda com os “agricultores pobres”.
ATER	(8) Duplo Vínculo	A Cooperiguaçu como ramo de ATER da comunidade cooperativa (UNICAFES PARANÁ) “deveria” cooperar com a Central Cresol Baser vezes a conjuntura política que reflete na Central Cresol Baser provoca desincentivo para que apoiem o ramo ATER cooperativo.
ATER	(9) Duplo Vínculo	Técnicos de ATER (ASTECC) terceirizados fazendo Planos de Crédito conforme MCR no escritório e/ou fazendo três laudos do produto financiado na propriedade do cooperado vezes a impossibilidade de suprirem a demanda por orientação técnica para os cooperados praticantes das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia por estes necessitarem de orientação no “sistema agrícola” e não apenas para o produto financiado.
ATER	(10) Duplo Vínculo	As operações de crédito (que seguem a norma do MCR de até 2%) em algumas linhas das comunidades agrícolas com “pequenos agricultores” não geram recursos financeiros suficientes para pagar a ATER (ASTECC) vezes as operações de crédito (que seguem a norma do MCR de até 2%) em algumas linhas das comunidades agrícolas com “propriedades maiores” geram recursos financeiros suficientes para pagar a ATER (ASTECC), logo, ocorre deslocamento de recursos financeiros para pagar a ASTECC nas linhas mais pobres.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 6

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(11) Duplo Vínculo	Central Cresol Baser repassando o valor máximo de 2% previsto em Lei para fortalecer o ATER vezes Central Cresol Baser pagando o valor mínimo possível a ATER (ASTEC dos Planos de Crédito) apenas para operacionalizar o crédito rural e retendo o restante dos recursos financeiros sem se importar com a qualidade dos Projetos de Custeio.
ATER	(12) Duplo Vínculo	Os “pequenos agricultores” que tem atividade leite com produção abaixo da exigência do laticínio estão em processo de exclusão vezes “pequenos agricultores” organizados para a produção de queijo artesanal com leite cru sendo orientados tecnicamente, inspecionados e legalizados.
ATER	(13) Duplo Vínculo	Veterinários brasileiros defendendo a obrigatoriedade da pasteurização do leite por uma questão de sanidade e a legislação brasileira somente autoriza a indústria a produzir queijo com leite cru vezes técnicos italianos vieram ao Brasil e elucidaram que o queijo artesanal produzido com leite cru pode ter qualidade superior ao industrializado inclusive no que se refere a sanidade.
ATER	(14) Duplo Vínculo	A ATER não foi articulada conforme estava prevista na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) vezes a oportunidade de organizar a ATER para o queijo artesanal, agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia a partir do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) que exigirá técnicos.
ATER	(15) Duplo Vínculo	O setor público e veterinários “argumentando” que o leite produzido pelos “pequenos agricultores” familiares é contaminado vezes a viabilização da ATER para os “pequenos agricultores” garantirá a qualidade e sanidade do leite.
ATER	(16) Duplo Vínculo	Direcionar os trabalhos de ATER apenas para “pequenos agricultores” E queijo artesanal vezes direcionar o trabalho de ATER para “pequenos agricultores” desenvolverem mais alternativas como hortaliças, salames etc.
ATER	(17) Duplo Vínculo	A ATER defendida pelos governos brasileiros de “esquerda” mantiveram o corporativismo emateriano vezes a ATER privada é defendida pelos governos de direita que não privilegiam o corporativismo emateriano.
ATER	(18) Duplo Vínculo	Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) agindo tanto por oferta quanto por demanda dos movimentos sociais, ou seja, participativa, descentralizada e plural vezes EMATER e editais somente por ofertas vindas do governo.
ATER	(19) Duplo Vínculo	Os agricultores familiares pensando o seu projeto vezes os técnicos de ATER pensando o projeto dos agricultores.
ATER	(20) Duplo Vínculo	Seguir a abordagem do Van der Plug e defender a agroecologia como ideologização sectária vezes seguir outras abordagens aceitando a contradição e atuando junto a Central Cresol Baser.
ATER	(21) Duplo Vínculo	Os dados espelhos apresentados pelo pesquisador-interventor demonstrando a liberação de grandes quantidade de agrotóxicos como resultado do Pronaf Custeio vezes o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fazendo discursos de que irá organizar programa de redução de agrotóxicos.
Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB)	(22) Duplo Vínculo	Central Cresol Baser e Cresóis Singulares como um sistema cooperativo de crédito de economia solidária “deveria” ter operações financeiras distintas dos agentes financeiros do modelo convencional vezes Central Cresol Baser e Cresóis Singulares como um sistema cooperativo de crédito de economia solidária com operações financeiras que não se distinguem das operações financeiras do modelo convencional.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 6

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(23) Duplo Vínculo	Agricultores familiares que historicamente não acessam o crédito rural vezes aproximadamente um milhão (1.000.000) de agricultores familiares que acessam o crédito rural atualmente (2015).
Finalidade Social da CCB	(24) Duplo Vínculo	O Pronaf Custeio como fortalecedor do processo que ocorria na região Sudoeste do Paraná relativo ao trabalho da Assesoar e Cooperiguaçu quanto ao Fundo de Crédito Rotativo (Valor de Uso) vezes o Pronaf Custeio “chegou” para fortalecer a produção de <i>comodities</i> (Valor de Uso).
Finalidade Social da CCB	(25) Duplo Vínculo	Pronaf Custeio gestado pela Central Cresol Baser teve efeitos na negociação e consequente redução dos preços de insumos junto ao comércio local vezes negociarem preço de insumos é antagônico a transformação do Pronaf Custeio para apoiar a agroecologia.
Finalidade Social da CCB	(26) Duplo Vínculo	Sistema Cresol (Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares) enquadrada como instituição financeira vezes “não tem mais” por objetivo orientar a sua estrutura organizativa para adequar os Projetos de Custeio para financiamentos com seguro agrícola PROAGRO em que o “pequeno agricultor” utiliza sementes crioulas, logo, ainda que seja possível legalmente fazer não divulga “o como fazer”.
Finalidade Social da CCB	(27) Duplo Vínculo	Central Cresol Baser com objetivo de “rodar o dinheiro” operacionalizando conforme as exigências do Banco Central e Manual de Crédito Rural (MCR) quanto a ATER (ASTEC dos Planos de crédito), não perder para o concorrente vezes uma ATER externa a Central Cresol Baser inviabilizada financeiramente, mas que objetiva orientar “pequenos agricultores” além das normas do Banco Central e MCR, todavia “sem força” não consegue levar projetos para dentro da Central Cresol Baser.
Finalidade Social da CCB	(28) Duplo Vínculo	A “linha financeirista” da Central Cresol Baser fortalecida pelo Banco Central do Brasil ainda que administre o crédito rural perdendo quarenta a cinquenta milhões por ano devido a não ter uma ATER adequada vezes “linha desenvolvimentista” da Central Cresol Baser que está extremamente fragilizada e que não conseguiu organizar em escala uma ATER que vá além do Manual de Crédito Rural (MCR).
Finalidade Social da CCB	(29) Duplo Vínculo	Central Cresol Baser e Cresóis Singulares com cooperados que seguem princípios solidários e aspectos sociais vezes Central Cresol Baser e Cresóis Singulares que vê cooperados como “clientes” que seguem princípios da economia clássica e que precisam ser fidelizados com vantagens financeiras equivalentes ou superiores aos demais agentes financeiros.
Finalidade Social da CCB	(30) Duplo Vínculo	O pequeno agricultor é motivado para produzir em escala devido à disponibilidade do crédito rural “barato” e pelo aumento do preço do leite conforme aumenta a sua quantidade produzida vezes a atividade leite está se concentrando na lógica dos laticínios e <i>comodities</i> .
Enfoque da Agroecologia	(31) Duplo Vínculo	O enfoque Agroecológico limitado ao sistema agrícola e comércio local (Feiras) não dominou a cadeia produtiva e não acessou o mercado o que resultou em não consolidar como “sujeito” vezes o enfoque dos agricultores orgânicos que enfocaram a cadeia produtiva acessaram o mercado e são “sujeito” dominando o grande varejo e “quase” transformam alguns produtos orgânicos em <i>comodities</i> .
Enfoque da Agroecologia	(32) Duplo Vínculo	Proposta dos agricultores agroecológicos está defasada pela “visão de campesinato” que os restringe quanto a se integrarem ao mercado ou de serem apenas parcialmente integrados ao mercado local vezes os agricultores em geral propõem se integrar ao mercado comercializando seus produtos financiados pelo crédito rural.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 6

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Legislação para “pequenos agricultores”	(33) Duplo Vínculo	Os impérios alimentares restringem a legislação a seus objetivos vezes o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) não avançou até então para legalizar a venda do queijo artesanal dos pequenos agricultores brasileiros.
Legislação para “pequenos agricultores”	(34) Duplo Vínculo	A nova legislação do SUASA coloca o órgão executivo como sendo o município, porém se propõe a regularizar os aspectos de fiscalização, já que o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) é “muito solto” vezes nas legislações vigentes geralmente o órgão executivo é estadual e federal.
Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Conflito	A remuneração da ATER (ASTECC dos Planos de Crédito) vinculadas ao Sistema Integrado de Crédito (SIC) da Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares são gerados a partir do orçamento (Itens: adubos, defensivos etc) prescrito pelos próprios técnicos operadores vezes a remuneração da ATER (ASTECC dos Planos de Crédito) vinculadas ao Sistema Integrado de Crédito (SIC) da Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares gerados a partir dos orçamentos (Itens: adubos, defensivos etc) prescritos pelos próprios técnicos operadores caracteriza “venda casada em uma rede de sistemas de atividades” e é antagônico com a proposta da Comunidade Cooperativa (UNICAFES) de uso do crédito rural para agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia e desenvolvimento.
ATER	(2) Conflito	“Pequenos agricultores” familiares e ATER de Cooperativas (Cooperiguaçu) buscando meios para produzir alimentos com agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia vezes Pronaf Custeio que direciona os agricultores para produção convencional de mercadorias com características de <i>comodities</i> para o agronegócio.
ATER	(3) Conflito	A política pública do governo brasileiro prioriza a financeirização colocando 8,9 bilhões de crédito rural Pronaf que são “direcionados” para “pacote tecnológico” vezes a política pública do governo brasileiro que não coloca nem 1 bilhão para ATER.
ATER	(4) Conflito	O não acionamento da linha de crédito Pronaf Custeio agroecologia constatado na ferramenta SIC da Central Cresol Baser vezes a não deliberação governamental para ecologização da ATER.
ATER	(5) Conflito	A Emater ganha Edital de Pronaf Sustentabilidade no Sudoeste do Paraná vezes a quantidade de técnicos da Emater se manteve igual no município de Coronel Vivida/PR e teve que acumular a chamada pública, logo não há resultado no que se refere a sustentabilidade.
ATER	(6) Conflito	Política pública de ATER estatal para todos os agricultores vezes política pública de ATER estatal somente para a categoria agricultura familiar.
ATER	(7) Conflito	A proposta de uma Agricultura Familiar produzindo alimentos de qualidade que demanda técnicos qualificados em agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia vezes técnicos de ATER (ASTECC) do Pronaf Custeio em situações de trabalho precárias, sem qualificação em agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia e fazendo Planos de Crédito no escritório.
ATER	(8) Conflito	A necessidade de técnicos especializados em agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia para efetivamente orientarem os cooperados das Cresóis Singulares da Central Cresol Baser para uma suposta transformação do modelo agrícola vezes a experiência da Cooperiguaçu quanto a dificuldade de “encontrar” profissionais especializados em agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 6

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(9) Conflito	O crédito rural e a ATER (ASTECC) direcionados para produção de soja transgênica vezes os municípios do Sudoeste do Paraná produzem menos que 10% da sua necessidade alimentar.
ATER	(10) Conflito	A proposta da Cooperiguaçu de desenvolver ATER para agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia para “pequenos agricultores” vezes a realidade da Cooperiguaçu de que não há trabalho suficiente mesmo para manter a ATER (ASTECC) em trabalhos convencionais.
ATER	(11) Conflito	Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) como continuidade da modernização conservadora da agricultura fortalecendo a ATER (ASTECC dos Planos de Crédito) “difusionista” e em “venda casada de agrotóxicos” vezes ANATER gestada pelo novo governo que enfraquecerá o corporativismo emateriano e fortalecerá a ATER privada para agriculturas de base ecológica e/ou agroecológicas.
ATER	(12) Conflito	O modelo de ATER privada como Cooperativas de Crédito é financiada pelos governos de “direita” vezes ATER pública (Emater) é financiada pelos governos de “esquerda”.
Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB)	(13) Conflito	A base de dados espelhos do pesquisador-interventor não contemplou os custos em sementes que estão nos orçamentos dos Planos de Crédito (safra 2013/2014) dos cooperados e que também juntamente com os itens defensivos e adubos representam saídas dos recursos financeiros do “sistema de atividade” vezes recursos financeiros que são direcionados para o “pacote tecnológico” poderiam não sair do sistema de atividade se ocorresse produção de sementes dos próprios cooperados.
Finalidade Social da CCB	(14) Conflito	Pronaf Custeio gestado pela Central Cresol Baser e Cresóis Singulares apenas reproduzindo a modernização conservadora da agricultura vezes Pronaf Custeio gestado pela Central Cresol Baser e Cresóis Singulares “aumentando” o poder de negociação dos cooperados com o comércio de insumos local, e que resulta em torno de 20% a menos.
Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(1) Conflito Crítico	O Estado (governo brasileiro) por um lado procedia autarquizando e evitando contratação em sua ATER pública (Emater) vezes por outro lado discursava que Emater e Organizações não-governamentais (ONGs) estavam ampliando ATER inclusive a ATER para agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia.
ATER	(2) Conflito Crítico	A demanda de ATER da Central Cresol Baser é pelo viés financeirista para garantir a fidelidade do seu cooperado que é “visto como cliente” vezes a proposta de cooperativas de ATER da Cooperiguaçu é para desenvolver ATER para agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia.
ATER	(3) Conflito Crítico	A ATER contratada por Editais faz serviços não previstos no orçamento dos projetos vezes Estado (governo) não se importa com este fato, cobra resultados e pune quando não ocorrem os resultados esperados.
ATER	(4) Conflito Crítico	Atuar com os cooperados da Cooperiguaçu junto a Central Cresol Baser dialogando com o crédito rural Pronaf Custeio, aceitando a contradição e provocando transformações vezes conflitar e afastar a Cooperiguaçu de todas as ações junto a Central Cresol Baser e Pronaf Custeio.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 6

conclusão

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB)	(5) Conflito Crítico	O sistema cooperativo da Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares se contrapondo ao modelo de produção convencional de <i>comodities</i> (soja transgênica) para exportação vezes a concordância dos participantes da SESSÃO 6 COOPERIGUAÇU que os “dados espelhos do sistema de atividade” não dão margens á dúvida que não há diferencial quanto a modernização conservadora da agricultura mas sim reprodução do uso do crédito rural para produção convencional de <i>comodities</i> (soja transgênica) para exportação.
Finalidade Social da CCB	(6) Conflito Crítico	Enunciados de que o Pronaf Custeio tem financiamento para agricultores utilizarem sementes “crioulas” (produção própria) vezes a Central Cresol Baser não adequou a “planilha” (Sistema Integrado de Crédito SIC que é interno) para que os “cooperados” pudessem utilizar o enunciado Pronaf Custeio.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(1) Dilema	Central Cresol Baser “aplicando dinheiro” somente em <i>comodities</i> do agronegócio vezes Central Cresol Baser “gastando dinheiro” com os “pequenos agricultores” na produção de queijo artesanal.
ATER	(2) Dilema	A Comunidade Cooperativa (UNICAFES PARANÁ) faz a gestão financeira dos recursos de ATER vezes COOPERIGUAÇU executa as ações.

FONTE: o autor.

APÊNDICE 8 - QUADRO DE TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 7

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 7

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB)	(1) Conflito	“Pequenos agricultores” excluídos do crédito rural gestado pelos Bancos na década de 1980 e 1990 vezes “pequenos agricultores” incluídos pelo crédito rural gestado pelo Sistema Cresol, todavia dependentes da produção de monocultivos, alheios a questão ambiental e fazendo uso indiscriminado de agrotóxicos.
Finalidade Social da CCB	(2) Conflito	Modelo de desenvolvimento que prioriza exportação levando riquezas da região Sudoeste do Paraná vezes continuidade do processo de exclusão dos “pequenos agricultores”.
Finalidade Social da CCB	(3) Conflito	O “pequeno agricultor” que trabalha no agroecológico é ator vezes o “pequeno agricultor” que “aceita as facilidades” advindas do Pronaf custeio para a produção de soja transgênica, terceiriza seu trabalho, não trabalha na sua terra, e não sobra dinheiro.
Finalidade Social da CCB	(4) Conflito	Praticantes da agricultura agroecológica se desenvolvendo como um grupo de sujeitos vezes os seguidores do modelo agrícola convencional também tornam-se sujeitos, porém dependentes.
Finalidade Social da CCB	(5) Conflito	As atividades agrícolas de produção de carne (frango e gado) e cereais (soja) já estão centralizadas no agronegócio vezes a atividade leite está com a agricultura familiar, todavia tende a ser centralizada também pelo agronegócio.
Finalidade Social da CCB	(6) Conflito	Organizar ATER que vá além da ASTEC dos Planos de Crédito do Pronaf Custeio e MCR para melhorar a produção vezes apenas eliminar o cooperado que está com problemas de inadimplência junto ao Pronaf Custeio.
Finalidade Social da CCB	(7) Conflito	Agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia decaindo vezes contradição se ampliando o que é demonstrado pelos financiamentos feitos para soja transgênica.
Finalidade Social da CCB	(8) Conflito	Seminário da Rede Ecovida na ASSESOAR apresentou a demanda dos agroecológicos quanto ao crédito rural vezes a Carteira de Crédito da Central Cresol Baser se fez presente e demonstrou que não tem uma “estrutura arrumada” para acionar a Linha de crédito para agroecologia.
Finalidade Social da CCB	(9) Conflito	Demanda por linha de crédito dos agricultores agroecológicos vezes o tema acionar a Linha de crédito para agricultores agroecológicos não é pautada pelas organizações.
Finalidade Social da CCB	(10) Conflito	Questão técnica de operacionalização da Linha de crédito agroecologia internamente a Central Cresol Baser vezes questão política da operacionalização da Linha de Crédito agroecologia internamente a Central Cresol Baser.
Finalidade Social da CCB	(11) Conflito	Incentivar os cooperados praticantes de agroecologia por meio de diferencial (reduzindo em relação ao Pronaf Normal) na taxa de juros da Linha Pronaf Custeio Agroecologia vezes não incentivar os cooperados praticantes de agroecologia, mantendo sem diferencial na taxa de juros.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 7

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(12) Conflito	O “pequeno agricultor” pega o Pronaf custeio normal, não acionar o PROAGRO vezes o “pequeno agricultor” praticante das agriculturas de base ecológica e/ou agroecologia não pega o Pronaf custeio agroecologia por este não estar “arrumado” para as necessidades dos agricultores agroecológicos.
Fundo de Crédito Rotativo	(13) Conflito	“Pequenos agricultores” associados à ASSESOAR e avalizados por movimentos sociais em convênio com a MISEREOR administrando recursos financeiros do Fundo de Crédito Rotativo na década de 1980 até 1996 vezes a gestão do crédito rural não era “algo dos pequenos agricultores” mas sim dos Bancos vinculados ao sistema financeiro que lhes dificultava o acesso aos recursos financeiros.
Fundo de Crédito Rotativo	(14) Conflito	“Pequenos agricultores” ainda em processo de aprendizado da gestão do crédito rural com a ferramenta Fundo de Crédito Rotativo vezes a pressão da demanda dos “Pequenos agricultores” por crédito na região Sudoeste do Paraná.
ATER	(15) Conflito	ATER em geral que é invisível vezes ATER (ASTEC dos Planos de Crédito) da comunidade cooperativa que também está distante dos cooperados.
ATER	(16) Conflito	Técnicos de ATER (ASTEC) vinculados a COOPERFRONTEIRA recebem 2% do valor do orçamento como projeto pioneiro da Central Cresol Baser e Cresol singular de Capanema/PR vezes técnicos de ATER (ASTEC) vinculados a empresas recebem “bem menos” que 2% do valor do orçamento.
Agrotóxicos	(17) Conflito	Contingente de agroquímicos controlado pelo Estado e conhecido pelo sujeito vezes contingente de agroquímicos não controlados pelo Estado, mas que o sujeito sabe que ocorre. Obs: agrotóxicos de uso ilegal e contrabandeados.
Pesquisa	(18) Conflito	Demanda dos “pequenos agricultores” no que se refere à pesquisa por parte das universidades e órgãos públicos para desenvolverem tecnologias para a produção “que não envenene a comida” vezes as facilidades do “projeto vigente” que é atraente, mas que “está acabando com a saúde”.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da Central Cresol Baser (CCB)	(1) Duplo Vínculo	Os “pequenos agricultores” da década de 1980 e 1990 por não produzirem commodities de exportação estavam excluídos pelos agentes financeiros vezes os “pequenos agricultores” em 2015 estão em processo de exclusão pela organização social do cooperativismo de crédito da própria agricultura familiar que também prioriza <i>comodities</i> .
Finalidade Social da CCB	(2) Duplo Vínculo	O imaginário de que os “pequenos agricultores” familiares produzem comida vezes os “pequenos agricultores” também estão produzindo <i>comodities</i> para exportação, são financiados pelo Pronaf Custeio gestado pela Central Cresol Baser e suas Cresóis Singulares.
Finalidade Social da CCB	(3) Duplo Vínculo	A inclusão dos “pequenos agricultores” ao crédito rural é marcada pelo direcionamento para a produção de matéria-prima durante todo o processo histórico vezes a inclusão dos “pequenos agricultores” ao crédito rural, não potencializou a transformação da matéria-prima, não potencializou a comercialização, e não potencializou a produção para “além das atividades econômicas”.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 7

continua

Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(4) Duplo Vínculo	Os “pequenos agricultores” mobilizados na década de 1960 perseguiram o crédito rural para transformar a agricultura e desenvolver uma ATER adequada para suas demandas vezes à tomada de consciência que o processo resultou em alcançar o crédito rural porém intensificando a implantação de monoculturas para exportação, a continuidade do processo de exclusão dos “pequenos agricultores” e uma ATER de escritório.
Finalidade Social da CCB	(5) Duplo Vínculo	Produção de <i>comodities</i> para exportação vezes produção de alimentos para a população.
Finalidade Social da CCB	(6) Duplo Vínculo	ASSESOAR com Projeto de implantação de agroflorestas como referencias para demonstrar aos “pequenos agricultores” que é possível praticar “uma coisa” diferente vezes agricultores praticando apenas monoculturas com o uso do Pronaf Custeio da Central Cresol Baser.
Finalidade Social da CCB	(7) Duplo Vínculo	Pronaf custeio inadequado para agricultura familiar que detém pequenas áreas agrícolas e busca viabilidade financeira na diversificação de culturas vezes Pronaf custeio adequado para as culturas de exportação que fortalecem o agronegócio.
Finalidade Social da CCB	(8) Duplo Vínculo	“Pequenos agricultores” familiares produzindo matéria-prima diferenciada e a transformando não se efetivou vezes “pequenos agricultores” integrados como produtores de <i>comodities</i> para exportação se efetivou, todavia não lhes dá segurança de reprodução social.
Finalidade Social da CCB	(9) Duplo Vínculo	O “pequeno agricultor” familiar da região Sudoeste do Paraná ao acessar o crédito rural se transforma para a produção de alimentos para a população regional vezes O “pequeno agricultor” familiar da região Sudoeste do Paraná ao acessar o crédito rural se transforma para a produção de soja para exportação e que não os viabiliza financeiramente.
Finalidade Social da CCB	(10) Duplo Vínculo	Os “pequenos agricultores” familiares que conflitam com o agronegócio do modelo de crescimento preconizado pela modernização conservadora da agricultura vezes os “pequenos agricultores” familiares transformados em trabalhadores do agronegócio (agronegócinho).
ATER	(11) Duplo Vínculo	ATER entendida como elemento essencial para os “pequenos agricultores” vezes ATER invisível (ironia) com atuação indireta (<i>online</i>).
ATER	(12) Duplo vínculo	ATER abstraída pela ASSESOAR com relação pessoal com os “pequenos agricultores”, visitando suas propriedades agrícolas para orientação técnica e construindo transformações vezes a ATER “absorvida” pelo modelo que privilegia trabalhos de escritório legalizando o crédito rural para financiar produtos para exportação e/ou visitando agricultores para vender o “pacote tecnológico”.
ATER	(13) Duplo vínculo	ATER como “elo de ligação” entre “pequenos agricultores” e o pacote tecnológico vezes a ATER como parte do próprio pacote tecnológico.
ATER	(14) Duplo vínculo	A crença de que os técnicos de ATER da comunidade cooperativa fazem um trabalho diferenciado vezes a constatação de que não fazem um trabalho diferenciado na maioria dos casos.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(1) Conflito Crítico	Expulsão de presidente de cooperativa Cresol Singular por ter cultivado transgênico nos anos 1995 vezes aceitação do plantio transgênico como algo comum em 2015.

TEMAS E POLARIZAÇÕES DA SESSÃO 7

conclusão

Tema	Categoria	Polarização identificada
ATER	(2) Conflito Crítico	Os técnicos de ATER (ASTECC) que são remunerados pela venda de insumos do orçamento dos Planos de Crédito que elaboram para as Cresóis Singulares vinculadas a Central Cresol Baser vezes processo de exclusão dos “pequenos agricultores” que não lhes geram os valores necessários para manutenção do seu trabalho de ATER (ASTECC) nem mesmo de escritório.
Tema	Categoria	Polarização identificada
Finalidade Social da CCB	(1) Dilema	A Carteira de Crédito (Carteira Estratégica) da Central Cresol Baser com ATER estratégico para apenas poucas famílias de cooperados por município vezes Carteira de Crédito (Carteira Estratégica) da Central Cresol Baser com ATER estratégico para todas as famílias de cooperados por município.

FONTE: o autor.